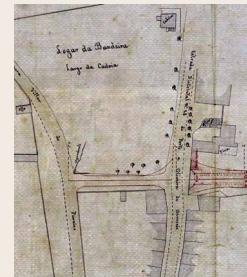




ROMANTHIS

História, Arte, Cultura e Património do Romantismo



N.º 4 – 2025

TÍTULO

ROMANTHIS – História, Arte,
Cultura e Património do Romantismo
N.º 4, 2025

COORDENAÇÃO

Francisco Queiroz

DIRECTOR

Cristina Moscatel

DIRECTORA ADJUNTA

revista@romanthis.pt

www.romanthis.pt

CONSELHO CIENTÍFICO

Alexandra de Carvalho Antunes

Ana Pessoa

Carlos Caetano

Cristina Moscatel

Francisco Soares

Francisco Queiroz

Gonçalo de Vasconcelos e Sousa

Inês Thomas Almeida

Isabel Albergaria

Isilda Braga da Costa Monteiro

Jorge Ricardo Pinto

José Manuel Lopes Cordeiro

José Pedro Tenreiro

Marize Malta

Pedro Urbano

Sandra Leandro

PROPRIEDADE

HistóriaSábias – Associação Cultural

Ilha de São Miguel, Açores

DESIGN EDITORIAL

Diana Vila Pouca

APOIO À REVISÃO

José Eduardo Reis

ISSN

2975-8106

A RomantHis é uma revista científica digital de acesso aberto sobre o Longo Século XIX no Mundo Português, entendido num sentido lato, enquadrando quatro grandes vertentes: História, Arte, Cultura e Património. A revista é propriedade da HistóriaSábias – Associação Cultural, estando ligada ao Grupo “Saudade Perpétua”. Todos os artigos publicados foram objecto de revisão científica anónima. O conteúdo dos artigos é inteiramente da responsabilidade dos autores, incluindo a selecção das imagens e a indicação dos respectivos créditos, assim como a norma ortográfica adoptada.

© Os direitos dos artigos contidos nesta publicação periódica pertencem aos respectivos autores, sendo vedada a reprodução não autorizada de textos e imagens, ao abrigo da legislação em vigor.

- 04 Francisco Soares
João Cândido Furtado de Mendonça d'Antas e Angola
-
- 132 José Pedro de Galhano Tenreiro
As infra-estruturas viárias em Vila Nova de Gaia ao longo do século XIX – notas sobre a acção municipal no processo de transformação do território
- 176 António Adérito Alves Conde
António José Dantas Guimarães (1844-1898): negociante, autarca e ilustre cidadão da cidade de Coimbra
- 226 Francisco Queiroz
Artefactos de Eleanor Coade em Portugal, ou requintes pré-românticos na arquitectura
- 292 Joana M. Couto, José Rodrigues Salgado
O Teatro Micaelense (1861-1937): elites, cultura e poder simbólico na periferia atlântica
- 318 Nuno Borges de Araújo
Da daguerreotipia à fotografia sobre papel: o fotógrafo francês Jean-Jacques-Adolphe Poirier e os seus associados em Portugal, 1845-1867
- 340 Francisco Queiroz
Os retratos a óleo do negociante António da Cunha Barbosa, ou o «falso Nasoni»
-
- 354 Miguel Montez Leal
Retrato de José Maria Pereira Sénior, pai do pintor-decorador Pereira Cão



João Cândido Furtado de Mendonça d'Antas e Angola

Francisco Soares¹

Resumo

Estudo sobre a figura, a poesia, a família e o percurso profissional do juiz-conselheiro João Cândido Furtado de Mendonça d'Antas.

O estudo se foca na relação de todos esses aspectos (pessoa, família, percurso profissional e poesia) com Angola e a cultura escrita urbana da então colónia.

Num primeiro momento investiguei a longa e recuada relação da sua família com Angola, desde os primeiros dados conhecidos até à descendência que entra no século XX. Num segundo momento fiz o estudo literário da poesia do autor. Num terceiro momento resumi a progressão profissional na colónia.

Palavras-chave

Angola; Romantismo; Lusografia; História literária.

Imagen frontispício

João Cândido Furtado de Mendonça d'Antas. Créditos da imagem: Madalena Antas Barreira, bisneta de João Cândido Furtado de Mendonça d'Antas; agradecimento: Leonor Vaz Pinto).

¹ Universidade do Porto, Faculdade de Letras, CITCEM / Literatura e Diálogos Interculturais / CEECIND 2023.07656.

Abstract

A study on the figure, poetry, family, and professional career of the judge-councillor João Cândido Furtado de Mendonça d'Antas.

The study focuses on the relationship between these aspects (person, family, professional career, and poetry) and Angola, as well as the urban written culture of the then colony.

First, I investigated his family's long and distant relationship with Angola, from the earliest known data to his descendants in the 20th century. Second, I conducted a literary study of the author's poetry. Third, I summarized his professional progression in the colony.

Keywords

Angola; Romanticism; Lusography; Literary history.

Introdução

É esta, hoje, uma figura desconhecida na história da literatura portuguesa e compreende-se que seja. Em Portugal sabe-se qualquer coisa pela história da família, pela carreira jurídica, um pouco menos mas, ainda assim, pelos casamentos 'literários' das filhas. Para quem pesquisa a formação da literatura angolana, o nome é citado, como poeta, sobretudo por causa de um poema, que vou comentar neste ensaio. Foi considerado por outros esse poema, embora pouco e sem as referências portuguesas, só pelos sinais que deixou na poesia e na vivência luandenses, mesmo esses escassos e sem aprofundamento. Ao ler a composição, perfeitamente estruturada, que dele geralmente referimos no estudo da literatura angolana do século XIX, percebi que me era indispensável conhecer melhor a figura do Juiz-Conselheiro e Poeta João Cândido Furtado de Mendonça d'Antas. Só conhecendo-lhe melhor a biografia conseguiria perceber o diálogo que o poema realiza.

A leitura dos versos enviados pelo autor ao *Almanach de lembranças*² e localizados em Luanda nos atraiu a atenção sobre a personagem histórica. Depois li outros, igualmente no *Almanach*, mas localizados em Portugal, após o regresso. Parecem-me

² Usarei sempre este nome, *Almanach de lembranças*. Estou consciente de que se chamou depois *Almanach de lembranças luso-brasileiro* e *Novo almanach de lembranças luso-brasileiro* (1872-1898). Uso o nome inicial e todos sabem ao que me refiro. A história do *Almanach* e de suas colaborações está suficientemente estudada, com muitos ensaios colocados em rede, pelo que me dispenso de o caracterizar. Explorei para a pesquisa literária sobre a história da formação da literatura angolana os poemas oriundos de Angola e publicados no *Almanach* (Soares, Kicola 2012).

quase todos característicos do grupo (de *O Novo trovador* em Coimbra, de *A Grinalda* no Porto, de Viana do Castelo e de *A Aurora do Lima*) e da geração (Furtado d'Antas era dois anos mais novo que José da Silva Maia Ferreira, três anos mais novo que Soares de Passos, de quem foi colega em Coimbra). Mas, com «No álbum de uma africana», rentabilizando a elegância de salão e a erudição de leitor dos clássicos latinos, em Angola, inaugurou a reação explícita, em verso, ao preconceito racial, para defender que as senhoras africanas (eufemismo para negras e mestiças) não seriam nem menos belas, nem menos dignas de amor, que as musas europeias. Maia Ferreira o tinha feito já, mas não ligando explicitamente as senhoras africanas à cor da pele – por educação e pudor, típicos do escol crioulo do seu tempo. Adiante falaremos dessa composição, bem como da biografia literária do juiz.

O sentimento de si, revelado em certas composições, era o do saudoso da pátria e do lugar de infância (Antas 2021, 54-56)³, característica extensível a muitos colonos. A vivência angolana, sem deixar de lhe ser simpática e sem que ele deixasse de a elogiar em verso português (“e vós, filhos d'Angola, a ilustre e culta, / Que cedo a Cruz tomara por fanal”)⁴, configurava-se como de exílio (Antas 2021, 47-48, 54-56), sob o chavão do sol inclemente (“da África o sol ardente, / Que sobre a areia fervente / Vem-me a mente acalentar”)⁵, da terra árida (“sobre este adusto areal”)⁶. O sentimento da ida para Luanda como exílio precedeu a própria partida. Vinha já do Porto, por antecipação representado num poema que dedicou à irmã que lhe financiara os estudos. As referências ultrarromânticas portuguesas

³ Este poema («Estrela do Norte») foi escrito “nas proximidades de Cabo Verde”, ao fim do dia 13.8.1868, embarcado, na viagem de regresso definitivo a “Portugal”. Mais tarde saíra no *Almanach de lembranças* também.

⁴ A Angola “ilustre e culta” era decerto referência ao setor angolense, ilustrado, culto, cristão, no sentido eurocêntrico da época (recorda-se que “fanal” significa “farol”). Vem contrariar o lugar-comum: dizerem alguns dos polemistas locais e colonos que a terra não tinha cultura, livros, ilustração. O poema, «A Beneficência», teve publicação local em *A Civilização da África portuguesa* (n.º 4, 27.12.1866). Saíra depois em *A Grinalda*, em 1869. Mais tarde foi republicado no *Almanach de lembranças*, mas aí não se reproduzem as estrofes entre as quais se incluiu esta passagem. N'A *Civilização da África portuguesa*, a seguir ao título se escreve “Poesia dedicada aos cidadãos de Luanda – da Província d'Angola, ou que nela habitam – esmoleres do Recolhimento Pio de D. Pedro V”.

⁵ Versos do poema «O sol d'África / (Imitação da Lua de Londres)». É uma versão muito própria, adequada à circunstância biográfica e respetivos cenários: Angola, de um lado; Portugal de outro. Poema, por isso mesmo, elucidativo de como concebia sua presença ali o juiz-poeta. Escrito em 1864, publicou-o no *Almanach de lembranças* para 1881 (p. 66), enviando-o de Oliveira de Azeméis, onde era referenciado como juiz de Direito no número anterior (p. CXVI). No número para 1880 saíra o poema «A Beneficência» localizando-se também o autor em Oliveira de Azeméis. «A Beneficência» publicara-se primeiro n'A *Civilização da África portuguesa*, n.º 4, 27.12.1866, p. 13 (a primeira, na secção «Folhetim»), localizado em Luanda com data de 18.11.1866 e brevemente comentado na página final (p. 16) do número.

⁶ Segundo verso do poema indicado antes, com o título «Canção» posto no Diário no dia 1.6.1863. Seria publicado no *Almanach de lembranças* para 1883 (p. 212), com título diferente: “Em África”.

N.º 4

A CIVILISACÃO DA ÁFRICA PORTUGUESA.

Boletim dedicado a tratar dos interesses administrativos, económicos, mercantis, agrícolas e industriais da
África portuguesa, particularmente de Angola e São Tomé.

REDATORES, UMBALDO DE CASTRO, ALFREDO MÁSTIL, FERREIRA DIAS.

Assinaturas, anúncios, correspondências, devem ser dirigidas ao director, Ubaldo de Castro, no despatch da direcção e relação, em Loanda, na rua de D. Miguel de Melo, n.º 15 1.º andar. — Preço das assinaturas: 25'000 réis por anno; 12'000 réis por trimestre. — Preço dos anúncios e correspondências de interesse particular, pelo espaço de cada linha 60 réis.

QUINTA-FEIRA, 27 DE DEZEMBRO.

ADMINISTRAÇÃO DE JUSTIÇA.

É dever dos governos prestar ouvidos a quase todas das vozes, e remediar os males públicos.

As quixas, que, há mais de vinte annos, pertencem aos dias do interior d'esta província contra o justiça, por quem tem ali sido, e é, administrada a justiça, são devidas.

Ultimamente suppos alguém, que se melhoraria o estado das coisas suprimindo os juízes ordinários nos concelhos constituídos em julgados. Protestemos energeticamente contra essa retrograda pretensão.

É certo, que a instituição dos concelhos não tem sido devida, e de direito de requerer.

Mas é certo, e mal, agravando.

Se a ignorância, o patrónato, o acinte, o arbitrio, a violência, têm por esses conceitos dentro exercido jurisdição com o nome de *juízes ordinários*, do mesmo modo a tém exercido com o nome de *chefes de concelhos*.

Os abusos d'esses chefes, a quem nos julgados tem sido devozão da magistratura popular, não são argumento, que possa produzir-se, com seriedade, para acumular mais essas funções nas mães d'esse povo, que se denominam *chefes*.

Foi um resultado dos repetidos, dos incessantes clamores dos povos do interior, contra as violências, violações e abusos, que os chefes de concelhos, e os chefes de juiz, que o governo de Lisboa decidiu criar os juízes ordinários. Governadores geras probos, e solícitos do bem público, ponderariam 4 metrópole a necessidade da criação d'aquele magistratura.

Antecede sempre, que aqueles, que se aconstumaram a obediência cegamente, e o comando caprichoso, a quem querido mandar, mesmo em ordens as mais caprichosas, se cegamente obedecidos. O imperio, o imperio luctuoso, de obediência muda e automática, necessário na disciplina militar, o mandamento irreplicável e a execução prompta d'esse regime, são in-

compatíveis com o espírito lit.-al., paciente, escrupuloso, reflectivo, ás vezes moroso por isso, da administração judicial.

Os chefes, instigados das atribuições judiciais, se rão sempre que sempre foram: a varas, juiz e brancos, e trazem-lhes um instrumento pesado e frustoso: a espada é muito mais leve e decisiva em cortar direito a modo de serra.

Hora seja os militares bríos, que têm conservado limpo o seu nome: tem os havido, e ha.

Mas que as torpes e desavasadas se hão por ali prenderem, é de dizer.

A administração da maioria dos chefes tem sido, talvez, a sua em grande parte se deve o terem-se despojado os concelhos.

Não extjam, que citemos nomes: não queremos, nem devemos cita-los. Mas citemos, o que a imprensa tem publicado; citámos, o que se tem pronunciado, e o que se tem escrito, o que está arquivado nos cartórios publicos, os factos não fossem, como são, conhecidos de todos.

Ainda há pouco escrevia o sr. Seixas estas palavras: «... uma das primeiras regras, que ha a estabelecer com respeito à África, é que esta é província, de que menos precisa para a governar, é de uma...

Aludiu o sr. Seixas aos governadores geras n'essas palavras da sua carta, dirigida em 1860 ao sr. ministro do ultramar.

O que o ilustre deputado afirmava dos governadores geras, é por maioria de razão aplicável aos chefes dos concelhos.

Que o sr. deputado escrevia aquelle período, quando resumiu em quatro palavras a maiestade histórica d'esta província, — tinha presentes a sua longa observação das consas n'esse país, e os centínares de informações recebidas dos seus eleitores.

Desenhem essas palavras o quadro das inconsitucionalidades e violências, que foram muito tempo o

desgraçado e fatal apagão das administrações de Angola.

Em Angola a liberdade, — que a constituição assegura a todos os cidadãos, a quem dão os direitos, e impõe todos os deveres da cidadania, portanto, a liberdade não tem as garantias suficientes. A liberdade, que obriga a emigrar um cidadão nascido soz o sol brilhante da liberdade portuguesa, acumulasse logo outra, e não sei se pior, desgraça: é a de achar-se logo sufocado por instituições, por costumes, e por auctoridades, repugnantes com as práticas liberais da política.

Isso tem afeitado, e afeita, de virem aqui, ou de aqui permanecerem, desgostos ou recessos, aquelles que, pela sua independência e capacidade, poderiam ser mais úteis à causa pública.

Um pobre homem, myope, actualmente encravado no juizo de direito, foi preso por um governador geral, que o mandou para o interior, e o mandou para o interior; — um advogado, o sr. Farto da Costa, foi preso, e desferido sem processo para um conselho insubiente da província, por ter, funcionando como juiz em Loanda, nomeado, como a lei determina, curador fiscal de uma massa falida, o maior credor d'ela, que era o governador geral; — um dos maiores cidadãos de Loanda, o sr. José da Cunha, deputado do parlamento português, o sr. A. A. Teixeira de Vizcâncio, foi despojado d'essa província, nem sabemos, nem ninguém sabe porquê; um magistrado laborioso, e que nunca por mim acreditou à justiça, o sr. conselheiro Mendes Alfonso, — hoje presidente da Relação de Loanda, — por mais de uma vez tem sido despojado dos seus governadores geras; não curado de erros, ou abusos de poder, mas por não se dobrar aos perseguidores.

Se isto tem acontecido, em eras não remotas, em Loanda, onde assim mesmo se respira um pouco mais livre, do que por essas povoações do interior, — se isto tem acontecido com homens eminentes, que

é que importa, pois, que o homem dessestada, que vende a ser de ingrato mal a recto? Deus, que assim o quer, que o recomenda, Ao vos-vos dar... — sorri de satisfação! O abuso ao benfeitor não pode emenda! Nem lhe deve tornar de pão o pote; Se achas de gratidão fechada a porta, O Benfeitor existe, — éis o que importa!

Existe essa virtude honesta e pura, Tesouro o mais seguro e semipaterno, Tão santo que inda além da sepultura Inerte tornar o próprio inferno; Não busques outra glória, outra ventura Se sois cristão, se, sois filho do Eterno, Que para vós não pode falecimento. Se sardo sóis à lei da charidade!

II

E vós, filhos de Angola, a ilustre e culta, Que cédo a Cruz tomara por fansi; E vós, que tendes longe o lar materno, Além... no meu saudoso Portugal!

Vós, filhos d'outro reino, ou povo amigo, Vós, que tendes diversa crença e fé, Vindo todos, segui-me! — estás cruzada, Aleim... a tua pátria ou nação! de todos é!

Do mundo inteiro é lei a charidade, E que todos se estremem gratidão, E de todos o amor: — Lusos estranhos... Pulsa em todos no peito um coração!

Quem-há que da innocencia e pranto evite, Quem ao orphão — triste e só — retire a miséria? Quem-há, que abra manteigas velho pobres... Que é beira do sepulcro impôr a pão?

Ninguém! — em toda a terra fulge ad triste, Que por madreia a sorte conheceu, — Benfeitor, leia da charidade!

Cesta é pura afeição, filha do céu!

III

Dai, ó ricos a esmola é lei do Eterno, Irmãos gentes, que vos fazeis filhos de Deus! Oh! — quando em vosso pato um velho, enfermo, Em vlo de joelhos cai, de força exhausto,

Em quando o orphão pobre, é que tem fome, As lutas sobras de um festim pomposo

Vem pedir-vos chorando, e pêlo em vés...

Horror! — a virgem-santa o pranto enxuga; E a face do senhor de vós se aparta!!

Oh! — quando a vossa casa, a vossa fortuna, Hoora, vida, e riqueza a vossos filhos;

Para que vossas sêdras sejam ferteis, Vossos pomares ricos de bons frutos;

Pra que em plácidos sonhos vejais sempre Os archanjos do céu, de vós em torno, Em coro, que vos protejam, e vos amem, para que o senhor vos abençoe,

Voso proprio imigrar vos respeite!

Dai ao orphão que chorá, e quando um dia Soar a hora extrema é derradeira...

Tereis em vosso apolo a voz do pobre, Mais que todas pod'rosa junto, a Deus!!

IV

Al triste! de quem ante o omnipotente

Não tem por si as beixas do indigente!!!

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

— — — — —

(sem brasileiras), fortemente vinculadas à poesia de Victor Hugo, diferenciavam-no de Maia Ferreira, outro ultrarromântico huguiano, mas com modelos brasileiros e luso-brasileiros também, com mais forte influência francesa, que talvez trouxessem dos anos de estudo e convívio, em Lisboa, no efémero e prestigiado *Lycée Parisien* (Soares, José da Silva Maia Ferreira : Uma biografia atlântica 2023).

O resumo biográfico lacunar que tínhamos do juiz-conselheiro nos inclinava a pensar na típica deslocação de um bacharel português para Angola: acumularia capital com funções superiores na magistratura e progrediria rapidamente na carreira. Todos esses fatores, reunidos, levaram a que de forma geral o considerássemos mero versejador colonial – o que não deixou de ser. Apenas as estrofes postas «No álbum de uma africana» avultavam como primeiro exemplo, de respeito pela musa negra ou mestiça, importante para a futura literatura do país, ainda mesmo no século XIX, como se verá sobretudo em composições de João Eusébio da Cruz Toulson, de Joaquim Dias Cordeiro da Mata e do português africanizado Eduardo Neves⁷. Foi essa composição que o tornou referência entre nós – por algum tempo, a ponto mesmo de ser imitada por um versificador do Porto, Álvaro Pais, que no *Jornal de Luanda* de 1876⁸ publicava o poema «A uma africana» (Trigo, Introdução à Literatura Angolana de Expressão Portuguesa 1977, 42). Álvaro Pais ainda jogou com esses quartetos do poeta do Lima no *Almanach de lembranças* para o ano de 1881, ao repetir o motivo principal e a imagem da forma do corpo feminino oculta sob o véu subtil, bem como a do jaspe incrustando o branco da pele. As diferenças são formais: os quartetos de uma rima cruzada passam a quadras de duas rimas cruzadas. Esse poema de Álvaro Pais recorda ainda, pelo título, métrica e distribuição rimática, a composição «Africana – sonho oriental», de Guilherme Braga (Braga 1869, 101-102), vinda a lume n'A *Grinalda*, onde

⁷ Os dois últimos publicados também no *Almanach de Lembranças*. O de Eduardo Neves, localizado no “Dondo – Margens do Quanza”, saiu no número para 1880, p. 214; o de Cordeiro da Matta explicitamente se assume imitação de “uns versos de João E. da C. Toulson” e lê-se no *Almanach* para 1888, p. 383. O texto inicial, segundo Bonavena, foi publicado em *O Futuro de Angola*, com o título «Poema» (Pestana 2012, 24-25). Bonavena diz que inaugurou a poesia bilingue. Se o fez, não foi em *O Futuro d'Angola*, pois a data do poema de Eduardo Neves é anterior à da fundação deste periódico. Segundo Salvato Trigo (Trigo, Introdução à literatura angolana de expressão portuguesa 1977), a composição de Toulson, que se intitulava «Poesia», foi publicada no *Jornal de Luanda*, do dr. Alfredo Troni e redigido em grande parte por Ladislau Batalha. O jornal iniciou-se em 1878, ano em que se publicou a «Poesia», por isso anterior à de Eduardo Neves, porque os poemas eram remetidos ao *Almanach*, geralmente e no máximo, dois anos antes do ano ao qual se destinava o número. Calculo que o poema de Eduardo Neves enviou-se do Dondo em 1878, não antes. Pode, no entanto, ser anterior a data de composição. De qualquer modo é anterior ao de Cordeiro da Mata. O poema de Neves contém ligeiras diferenças que assinalam maior independência face aos outros dois poetas.

⁸ Júlio de Castro Lopo diz que o *Jornal de Luanda* se começou a publicar em 7.7.1878 (Lopo 1964, 35).

colaborava Cândido Furtado. Mas tudo o resto é diferente: o conteúdo referencial e ideológico, a relação enunciativa entre autor textual e mulher africana (terceira pessoa em Guilherme Braga e segunda em Álvaro Pais e Cândido Furtado), o cenário árabe e militar do “sonho oriental”⁹ (a derrota do seu “árabe querido” que, à semelhança de D. Sebastião, “não voltou, não voltou nunca”).

Senti-me, pela portugalidade de Cândido Furtado, surpreendido (uma surpresa a que me vou habituando, mas que não deixa de sê-lo), porque, pesquisando sobre a sua família, descobri tratar-se de alguém cuja árvore genealógica se relacionava com a colónia de Angola em diversos momentos de nascimento, batismo, casamento, carreira profissional e morte. A componente luso-angolana de Cândido Furtado levou mesmo à afirmação de que essa família viera de Angola para Viana do Castelo (Brettell 1986, 283).

Por isso confessou o juiz-poeta, num diário inédito até há pouco (Antas 2021, 40), iniciado com a ida para Luanda¹⁰:

Chegámos a Luanda às 11 da manhã. Desembarquei às 5 da tarde; e quando cheguei ao cais encontrei vários parentes meus que me conduziram para sua casa, prodigali-zando-me o mais benévolos acolhimento.

Como diz na mesma página, ficou primeiro alojado no Recolhimento Pio D. Pedro V,

Pela falta de casas de habitação, e especialmente pela ótima convivência que se pro-porcionava resolvi ficar no Recolhimento Pio, dirigido por meu Primo José Maria da Lembrança de Miranda Henriques, e Prima D. Maria José Pinheiro Falcão, ambos excelentes criaturas, bons amigos e hábeis diretores deste estabelecimento que encontrei montado com muita regularidade e asseio, devido tudo ao zelo, energia, e ainda à avultada despesa da bolsa particular do Diretor, que sendo Professor da Escola Municipal de Luanda no Recolhimento tem estabelecidas as aulas públicas. Sou visitado por muitas famílias, e obsequiado por muitos parentes da casa e meus¹¹.

⁹ Muito pouco sonhoso, de resto.

¹⁰ Segundo nota de Leonor Vaz Pinto no *Livro de família*.

¹¹ Ao referir os acontecimentos de Cassanje (ele escreve Cassanga, mas acho que se refere a Cassanje, pois a Cassanga dos incidentes militares famosos localiza-se na atual Guiné-Bissau), menciona o “alferes de Infantaria 1, excelente man-cebo, que deixou inconsolável sua jovem esposa, mãe, irmãos e família”. Trata-se de Bento Pinheiro Falcão, nascido em Luanda, que designa como “meu primo”. (Antas 2021, 43-44).

Mais tarde mudaria de residência, várias vezes, uma das quais a 30.1.1863, encontrando-se antes ainda no edifício do colégio antigo de São Paulo, onde ficava o Recolhimento Pio. A saída para casa própria (arrendada) se dera em consequência de “miseráveis intrigas, em que abunda esta terra”¹² (Antas 2021, 46-47). João Cândido Furtado d'Antas livrou-se bem das intrigas e de uma infundada sindicância, ficando a viver em Luanda e Angola, onde foi juiz, durante cerca de oito anos. Ao longo desses anos, com sua mulher, lhe nasceram filhos e filhas. O seu percurso, aí, pode classificar-se no tipo colonial mais comum: vai como alto funcionário, exerce o cargo de acordo com o que dele se esperava, depois regressa do “exílio” não retornando mais a Angola. Mas, ao contrário da maioria dos colonos nesse tempo, foi com mulher e com ela procriou na cidade. Ao contrário, também, da maioria dos militares e altos funcionários públicos, não roubou, não se corrompeu, procurou ser correto.

A genealogia demonstra que já estivera em Angola antes mesmo de nascer. Isso aconteceu com famílias angolenses e ‘metropolitanas’, de que há muitos exemplos na história da colonização portuguesa de Angola. Para citarmos uma apenas, é o caso da família de Francisco das Necessidades Ribeiro Castelbranco (nela incluídos os Varejão Castelbranco), intelectual dos de maior vulto e ação nas primeiras décadas do século XX em Angola, o terceiro de seu nome no século XIX¹³ em Luanda. Ao longo do século XVIII, vários elementos dessa família se cruzaram, entre Angola e Portugal, uns fixando-se mais em Angola, outros mais em Portugal.

Este juiz e poeta ultrarrromântico surge numa história familiar idêntica, embora mais vinculada a Portugal. Isso nos mostra que as fronteiras entre famílias angolenses e famílias portuguesas foram mais fluidas e menos definidas do que se pensava, durante o período colonial. O facto de hoje desconhecermos essa conjunção deriva, quando não de preconceitos, da especialização na pesquisa que nos levou, durante muitas décadas ou séculos, a não cruzar as fontes de informação portuguesas, brasileiras e angolenses (no mínimo), como também a não exercermos uma pesquisa interdisciplinar. Vejamos o quanto, para o caso de Furtado d'Antas, a genealogia nos esclarece, mesmo calculada por um mero estudioso da literatura.

¹² A linguagem contida, seca mesmo, própria de juiz austero, rompe-se aqui para dar lugar à descarga emotiva: “tolices incríveis de preciosos ridículos, parvas considerações de pretensiosos parvos e ainda a grande ideia predominante nesta terra que tem por fim o favorecer tratantes e hostilizar os homens probos e honrados... tudo de alguma forma concorreu para esta mudança” – aliás para melhor (Antas 2021, 47).

¹³ Nasceu no século XIX. A sua atuação pública e cívica mais notória inicia-se, porém, em 1901.

Filiações

João Cândido Furtado de Mendonça d'Antas nasceu no 17 de junho de 1829, em Santa Marta de Portuzelo (“arrabalde de Viana do Castelo”¹⁴), mais precisamente na Quinta da Preguiça¹⁵, cujo morgadio se extinguiu após o falecimento do primo-génito, Luís Cândido Furtado d'Antas¹⁶. A quinta possuía casa antiga, térrea, com torre, ameias – uma construção que vinha de muito antes do seu nascimento. Os terrenos agrícolas a ela pertencentes iam até ao rio, muito próximo da foz. Era lugar aprazível, hoje aproveitado como área de lazer.

A data de nascimento (veremos que não só) permite estabelecer comparações com o poeta José da Silva Maia Ferreira, autor das *Espontaneidades da minha alma: Às senhoras africanas* (J. d. Ferreira 1849)¹⁷, o primeiro livro de poemas impresso em Angola e o primeiro de um *filho da terra*. A lírica de ambos, não por acaso, é típica do ultrarromantismo luso-brasileiro, que dominou a segunda e a terceira gerações românticas.

“João Cândido Furtado d'Antas era alto, de compleição robusta e nobre presença, bem-dotado nas feições do rosto¹⁸, de perfil clássico e tez rosada, castanho-claros barba e cabelos”, segundo Agostinho de Campos (Antas 2021, 26), o purista da língua portuguesa, genro e biógrafo do velho conselheiro.

Pela página inicial de um *Diário* que João Cândido guardara inédito, reproduzida (extratexto) no *Livro de família*, se percebe que tinha o juiz uma caligrafia clara, fina (o aparo ajudaria), regulada e bonita¹⁹. Exprime bem o que me parece ser o carácter dele. Só não se nota, na caligrafia, o bom humor e o gosto pela música.

Os seus pais tinham por nome Amaro José da Silva d'Antas e Puga e Jacinta Emilia Madalena de Lemos Pinheiro Furtado. À data do nascimento, a mãe contaria 38 anos e o pai nasceria em 1776. Quando casaram seus progenitores, o pai morava na freguesia do Sagrado Coração de Jesus, em Lisboa, segundo li em página

¹⁴ Expressão do seu genro, o pedagogo e escritor Agostinho de Campos, ao traçar a biografia do sogro (Antas 2021, 25).

¹⁵ “solar da família de antiquíssimo vínculo, e que fica situada a pequena distância da cidade de Viana do Castelo, na margem direita do pitoresco rio Lima” – segundo o obituário do *Almanach de lembranças* para 1907 (Antas 2021, 30).

¹⁶ Entre ascendentes e descendentes do Conselheiro-poeta surgem vários homónimos deste seu irmão mais velho.

¹⁷ Ou 1850. O livro terá entrado na imprensa do governo em Luanda no mês de outubro de 1849 (Soares, José da Silva Maia Ferreira : Uma biografia atlântica 2023).

¹⁸ Confesso que não sei o que seja isso.

¹⁹ A reprodução do Diário e dos poemas se deve a Maria Margarida d'Antas Campos Tavares, que também comentou. Ela era prima do autor do *Livro de família*, descendendo do Conselheiro-poeta João Cândido. A cópia de fragmentos do Diário e de poemas foi realizada por ela em 1968 (Antas 2021, 34).

do *Repositório Histórico*²⁰. Hoje essa freguesia se juntou com a de São Mamede e a de São José para formar a de Santo António. Não por acaso, o falecido sogro de Amaro José, que morava na rua de S. Bento, veio a falecer na freguesia de S. José, para onde parece ter mudado no fim da vida.

A noiva de Amaro José descendia de famílias nobres portuguesas e angolenses, bem colocadas em Portugal e nas colónias, quiçá um dos ramos originário da atual Espanha (Castela?). A disposição dos nomes no respetivo ramo angolense (por exemplo no seu parente, o advogado Eusébio Catela de Lemos Pinheiro Falcão, também nascido em Luanda) daria Jacinta Emília Madalena de Lemos Pinheiro Furtado, nome que uso (Antas 2021). Uma bisneta de D. Jacinta Emília diz ter visto documento no qual o seu nome é “Jacinta Emília de Lemos Furtado” (Antas 2021, 20). O Furtado lhe vem do pai, que era Pinheiro Furtado, como veremos.

O casal Amaro José – Jacinta Emília matrimoniou-se em Lisboa, mas as respetivas famílias tinham passados e raízes em Angola também, como já disse e a começar pelo próprio Amaro, que nascera em Luanda, na freguesia da Sé.

O último morgado da Preguiça, Luís Cândido Furtado d'Antas, em anotação transcrita para o *Livro de família* (Antas 2021, 16), afirmava

Amaro, meu Pai, ficou órfão e menor e veio para Lisboa educar-se no Colégio dos Nobres. Mais tarde ali casou com D. Jacinta Emilia Madalena de Lemos Furtado, filha do Tenente-General Luís Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado e sua Mulher D. Ana Joaquina Catela de Lemos. Sei que esta minha Avó era oriunda de Luanda e que seu pai era Eusébio Catela de Lemos em 1742 era ali Doutor e Físico-Mor.

A passagem nos traz mais datas e laços que suscitam verificação. Por momentos, vamos atrás de Jacinta Emilia e dos seus Luís Cândido até Angola.

Houve dois “Luís Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado”, pai e filho, ambos cartógrafos de renome e com carreiras de sucesso no campo militar. O primeiro serviu muitos anos em Angola, onde casou, gerou seus filhos e filhas, e daí subiu na hierarquia militar, como na da Corte; era bisavô de João Cândido Furtado de Mendonça d'Antas. O segundo, filho daquele, terá servido seis anos em Angola como militar e realizou a restante carreira militar e de cartógrafo em Portugal, sobretudo de Lisboa para baixo. Este segundo era o avô de João Cândido Furtado de Mendonça d'Antas. Os dois são geralmente confundidos e as informações sobre eles, muitas vezes, incorretas. Por exemplo, numa exposição sobre cartografia portuguesa, a Fundação

²⁰ Feita a partir do Livro de registo de casamentos (1805/1821) da igreja de S. José (Lisboa), folha 93v. Não vi o documento original.

Calouste Gulbenkian atribuiu ao filho a data de nascimento de 1877, quando ele nasceu no ano anterior, e, embora o arco temporal vá de 1750 a 1900, não regista o pai. Deduzo, portanto, que se julgou tratar-se da mesma pessoa por ter o mesmo nome. Na história da cartografia portuguesa a atribuição de autoria dos trabalhos de pai e filho, homónimos, confunde-os, apesar de a referência principal da cartografia ser o pai, não o filho.

Deslindemos a trança até onde pudermos.

Luís Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado, o pai, nascera em Serpa, onde foi batizado a 26.3.1749. Serpa, que pertencia a Beja, estava dividida em duas freguesias: a do Salvador e a de Santa Maria. O sítio web²¹ *DigitArq*²² disponibiliza, em acesso aberto, a *Diligência de habilitação para a Ordem de Cristo de Luís Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado*²³, o que nos dispensa de consultá-la presencialmente. Aí declara “o justificante” que morava “ao Arco das Águas Livres” (embora continuasse em Angola, portanto era essa a morada que tinha em Portugal, talvez adquirida). Mais, a filiação:

*filho legítimo de Francisco Xavier Magro, e de Teodora Máxima da S.ª Per.ª*²⁴.

*Neto paterno de Caetano Gonçalves e de Luísa Magra. E pela materna neto de Luís Cordeiro Pinheiro e de Francisca Perreira*²⁵.

*O justificante é batizado na matriz da Vila de Serpa*²⁶. *O pai, e avô*²⁷ *paterno naturais da Vila de Serpa comarca de Beja. [A] mãe natural de Beja, o avô materno natural da mesma Cid. de Beja, a avó paterna natural da Aldeia do Pedrigo*²⁸ *termo da mesma cidade de Beja, e a avó materna natural da Vila de Viana de Alvito, de donde veio de menor idade para a Cid. de Beja.*

E o justificante é atualmente sargento Mor de Infantaria com exercício de Engenheiro.

²¹ Uso a definição da Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade de Informação: “Conjunto de hiper-textos organizados por uma determinada pessoa ou organização, armazenados e disponibilizados na World Wide Web, com informações de diferentes espécies (texto, fotos, animações gráficas, sons e vídeos). Nota: Um sítio Web é normalmente composto por páginas residentes num mesmo hospedeiro, e o seu acesso é conseguido através do endereço URL da sua página principal.”

²² Da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB).

²³ Reprodução fotográfica do Livro de Habilitações para a Ordem de Cristo (Letra L, mç. 12, n.º 2, código de referência PT/TT/MCO/A-C/002-010/0012/00002) da Mesa da Consciência e Ordens. Consultado em formato digital.

²⁴ Em outro documento, na p. 20 do processo (PT-TT-MCO-A-C-002-010-0012-00002_m0020.jpg) está o nome por extenso: “Teodora Máxima da Silva Pereira”. A mãe não sabia exatamente a sua idade.

²⁵ Seria Pereira. Não há dúvida quanto às letras escritas na *Diligência*.

²⁶ Que era a de Santa Maria.

²⁷ Comum nesse tempo, escrevia-se “avó” para dizer “avô”.

²⁸ Pedrógão.

A rainha (D. Maria I) já lhe havia concedido o hábito de Cristo, mas ele alegara que estava “próximo a embarque”, pelo que não teria tempo “p^a aprontar suas habilitações por ser da Província de Alentejo natural”. Outro dado interessante que se tira do processo é que o pai deste Luís Cândido Cordeiro era “Lavrador de grosso trato” na Vila de Serpa, de que “também fora Almoxarife”. Lavrador de “grosso trato” significava, na época e no lugar, um grande proprietário de terras que realizava lucros destacados entre os seus pares. Os avós “Luís Cordeiro Pinheiro” e “Francisca Pereira” (agora escrito só com um [r]) eram também “Lavradores de grosso trato da dita Cidade” (Beja). Segundo outra testemunha, nunca viveram mais, os pais do sargento-mor engenheiro, do que “dos rendimentos das suas fazendas”. Um dos depoimentos confirma ainda ser o pai “Lavrador abastado”, que nunca vivera de mais do que seus rendimentos enquanto tal. A receita (nunca ter vivido mais que dos seus rendimentos de lavrador) ia se repartindo pelas testemunhas, levando-nos a imaginar um latifundiário bem-sucedido que se dedicava exclusivamente à agricultura.

Temos, em resumo, um filho e neto de lavradores abastados, que chegara ao “exercício de Engenheiro” militar e se casava em Luanda com uma senhora de velhos pergaminhos na colónia de Angola e em Portugal.

Há notícias de um engenheiro militar chamado Luís Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado, com a patente de sargento-mor, que fez a planta da “Fortaleza de S. Martinho do Lvango”²⁹ em 1773 (Furtado 1773). Retenhamos a data, bem como a evidência de se tratar do pai, não do filho, que nasceria três anos mais tarde.

O tenente-coronel Luís Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado, batizado em 1749, foi transferido para Luanda em 1770, envolvendo-se, logo no ano seguinte, na conhecida (pelos historiadores) “edificação da fábrica de ferro de Nova Oeiras”. O famoso governador iluminista (C. M. Santos 2007) Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho³⁰, que sabia aproveitar os escassos quadros existentes, o nomeara. Ainda nesse âmbito, em 1773 (o ano em que desenhou a Fortaleza do Loango), “integrou a comissão técnica” formada pelo novo governador (António de Lencastre), que veri-

²⁹ Loango era um porto nesse tempo integrado no reino do Loango, logo acima de Cabinda. Hoje pertence à República do Congo (alguns anos atrás República Popular do Congo), com capital em Brazzaville. Por alvará real de 11.1.1758 flexibilizou-se o comércio no Loango e em vários pontos da atual Angola. Surgiram, a partir de então, muitas feitorias comerciais de comerciantes de várias nações. A sua atuação levava a crises acerca da jurisdição de cada parte, incluindo entre as partes a autoridade local.

³⁰ Elias Alexandre da Silva Correia, na sua *História de Angola*, não só refere entusiasmado a iniciativa do governador como nomeia “os Engenheiros Luís Cândido Cordeiro, e João Pedro Miguéis, com patentes: este de Capitão, aquele de Sargento mor” (Correia 2014, 576). O papel do “Engenheiro Luís Cândido” é referido elogiosamente na página seguinte: “empregaram o tempo em fundir algumas peças de Campanha, e morteiros por bonitos modelos, e dimensões, que aprestou o Engenheiro Luís Cândido.”

ficou terem as amostras do ferro, trazido das minas próximas, pequena percentagem de mineral e, por consequência, concluíram pela inviabilidade da fábrica (Matos 2023, 113). Segundo Elias Alexandre da Silva Correia (Correia 2014, 577), que mostra apreço por Luís Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado, essa comissão terá satisfeito o objetivo do governador, que, talvez influenciado por outros interesses locais, apostou no fecho da fábrica de ferro (e conseguiu).

Em 1776, segundo informações colhidas por Paulo Matos, este primeiro Luís Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado

participou das ações militares realizadas por Angola [pelo governo colonial] contra o soma³¹ do Bailundo. Nesse período, o militar elaborou uma carta geográfica abrangendo a região entre [a colónia de] Angola e [a de] Benguela, que serviu como uma das bases cartográficas para a elaboração, em 1790, da carta geográfica da costa ocidental da África, documento referencial da cartografia setecentista portuguesa,

por ele mesmo produzido. Na sequência das relevantes prestações na colónia, recebeu a patente de coronel em 1779 (Matos 2023, 113-114), ano em que lhe foi concedido Hábito da Ordem de Cristo, por mercê de D. Maria I. No ano de 1780, já novamente em Angola, vemo-lo “inspetor da fortaleza de Benguela”³², cujas fragilidades e inadequação registou com lucidez e prudência, mais uma vez não consideradas (Matos 2023, 114). Poucos anos depois, ele integrava o grupo de “oficiais presos³³ da expedição de Cabinda”, que, em 21.12.1784, viram deferida pelo novo governador-geral uma sua petição, feita quando do aniversário da rainha e dirigida ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar. Este Luís Cândido era, não só tenente-coronel de Infantaria, também o “inspetor-geral e

³¹ Soba, no caso rei. *Ossoma*. Em documento de difícil leitura, que se lê digitalizado no *DigitArq*, se menciona essa expedição contra o rei do Bailundo como decorrendo no ano de 1774. Não vi o documento em papel.

³² De que fez uma planta rigorosa.

³³ Paulo Pereira Matos afirma que a ação “visava a expulsão das embarcações francesas que transitavam pela região” (Matos 2023, 114). Elias Alexandre da Silva Correia detalha pormenores desta expedição mencionando, mais uma vez, o “Tenente Coronel Diretor [do novo Estabelecimento de Cabinda] e Engenheiro, Luís Cândido Cordeiro” (Correia 2014, 609). Na sua *História de Angola* mostra, detalhadamente, a prudência e lucidez do engenheiro Luís Cândido, vítima de cabalas a partir de Luanda, acabando várias vezes humilhado, num complexo processo de intrigas e de traições em que a sua pessoa se destaca pela integridade e sensatez desatendidas. O barão de Mossâmedes o livrou da situação, criada na vigência de uma Junta Governativa polémica, e o recuperou; “penetrado de mágoa, saudou no Quartel General o Tenente Coronel Luís Cândido” e os soltou (Correia 2014, 638). Ou seja: foram presos pela própria Junta Governativa, que os maltratou, desde logo por não dar apoio suficiente à expedição a Cabinda, para a qual os enviou, prendendo-os a seguir. Ao longo deste período, e até anos mais tarde, o antepassado do juiz-poeta se cruzou várias vezes com membros da árvore genealógica do poeta José da Silva Maia Ferreira.

comandante da expedição de Cabinda”³⁴, para cuja nomeação se pronunciara a Junta³⁵ em Luanda, com Ofício de 11.7.1783³⁶. Alertou o ministro³⁷ para problemas que se desenhavam nas decisões concernentes à expedição de Cabinda, mas só com o fim da Junta lhe deram ouvidos e o recuperaram. A descrição-resumo do *Ofício*, com data de 10.8.1783, em que alerta o ministro, elucida-nos:

Ofício do tenente-coronel de infantaria, Luís Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre as injustiças na atribuição dos postos dos oficiais que foram destacados para Cabinda; alertando para o caso do capitão de infantaria que pelos anos de serviço exercidos em Angola, deveria ter sido nomeado comandante da expedição; referindo a falta de munições; solicitando o envio de tropas com tempo determinado, em vez de degredados, pois estes fugiam na primeira oportunidade que se lhes oferecesse, não obstante as providências que se tomassem.

De todo o pouco exemplar imbróglio em torno desta expedição foi dando conta o consciencioso Inspetor, redigindo mesmo um *DIÁRIO ou Relação circunstanciada da expedição a Cabinda do Inspetor principal e comandante da tropa expedicionária, o tenente-coronel de infantaria, Luís Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado*³⁸.

³⁴ V. [ofício] da Junta (governo interino), composto por: frei Luís da Anunciação e Azevedo, Bispo de Angola; Francisco Xavier Lobão Machado Pessanha, ouvidor-geral e coronel do Regimento de Infantaria da guarnição da cidade de Luanda, Pedro Álvares de Andrade [da Cunha Azevedo e Vasconcelos], sobre a nomeação do tenente-coronel de infantaria Luís Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado para inspetor e comandante das forças da expedição de Cabinda (disponibilizado no sítio Web DigitArq a partir do Arquivo Histórico Ultramarino, onde se guardam as Atas do Conselho Ultramarino – v. AHU CUANGOLA, Cx. 67, D. 5822).

³⁵ Governo interino, 1782-1784.

³⁶ Um dos membros da Junta era Pedro Álvares de Andrade da Cunha Azevedo e Vasconcelos, “coronel do Regimento de Infantaria da guarnição da cidade de Luanda”, no mínimo entre 1785 e 1786. Chegou a capitão-general de Angola. Não consegui perceber se Pedro Álvares era familiar próximo de “D. Ana da Cunha Azevedo, filha do Tenente-General Domingos da Cunha d’Azevedo e sua mulher, D. Mónica Pereira”, pais de D. Águeda Micaela de Puga d’Antas, adiante referida (Antas 2021, 16).

³⁷ E a própria Junta governativa. Cf. OFÍCIO (cópia) do tenente-coronel de infantaria, Luís Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado à Junta do governo interino (formada por “frei Luís da Anunciação e Azevedo, Bispo de Angola; Francisco Xavier Lobão Machado Pessanha, ouvidor-geral e Pedro Álvares de Andrade, coronel do Regimento de Infantaria da guarnição da cidade de Luanda”), dando conta “dos acontecimentos relativos ao estabelecimento em Cabinda; sobre o campo e sua guarnição; a fuga dos degredados, escravos e negros forros tripulantes ao serviço real; as relações com as autoridades locais; o movimento dos navios estrangeiros e o comércio do tráfico de escravos; alertando para o desvio deste comércio para porto de Molembo e as rivalidades entre as autoridades locais dos dois portos; aludindo ao pendor religioso das populações locais e a necessidade de se prover de mais padres para se catequizar e batizar os escravos que seguiam para América, entre outros assuntos de igual teor”. Li a cópia digitalizada que o sítio web disponibiliza e para a qual remete a hiperligação acima.

³⁸ PT/AHU/CU/001/0067/05841. Cota atual: AHU_CU_ANGOLA, Cx. 67, D. 5841.

O mesmo sensato e bem-intencionado Luís Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado, enquanto “Sargento Mor”, a 4.10.1785, de Benguela³⁹ dirigiu Ofício ao “Capitão General de Angola, em que dá conta do modo como se fizera o reconhecimento da Angra do Negro”⁴⁰. A missão lhe fora encomendada pelo novo governador, o barão de Mossâmedes, após o fracasso em Cabinda e sua recuperação socioprofissional. Na zona de Angra do Negro encontrou inscrições de pessoas que passaram por ali “desde 1645 até 1770” (AAVV, Anais do Conselho Ultramarino : Parte não oficial 1867, 129-130). Embora com alguma imprecisão⁴¹, o *Livro de família* o confirma, reportando que, no tempo do barão de Mossâmedes (Antas 2021, 18-19),

em 1784, [...], foi levada a cabo a tentativa de expandir para Sul a colonização do território e o Tenente-Coronel Luís Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado [...] avançou até ao Cabo Negro com uma expedição marítima, explorando a Angra do Negro, a enseada do Sabo e seguindo ainda mais para Sul, até à Baía dos Tigres⁴².

Levantou então uma carta dos territórios explorados⁴³ e, em homenagem ao Governador, mudou para Mossâmedes o nome da Angra do Negro [...]⁴⁴.

Na mesma ocasião, um grupo de soldados dirigidos por Gregório José Mendes devassava o território mais para o interior⁴⁵.

No ano seguinte (ao do relatório da expedição ao Cabo Negro) desenharia Luís Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado uma *Carta* com o roteiro da expedição, paralela, para sul, do esfaimado e malquisto capitão António José da Costa, acompanhado pelo riquíssimo e oportuníssimo sertanejo (com patente no exército) Gregório José Mendes.

³⁹ Aí estava membro da Junta que o barão de Mossâmedes nomeara para abrir ao domínio português os territórios a sul de Benguela. Dessa Junta fazia parte o capitão António José da Costa, “Chefe da pretendida expedição”. Costa seguiu por terra, com Gregório José Mendes (Correia 2014, 649-651).

⁴⁰ No extremo sul do país, referida desde as primeiras navegações portuguesas na zona.

⁴¹ Referindo o tenente-coronel Luís Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado, que era totalmente homónimo do filho, o autor principal do *Livro de família*, depois de assinalar o nascimento de 1776 em Luanda, afirma que o seu trisavô (que sua prima diz ter sido marechal de campo) é que dirigiu a expedição ao Cabo Negro. Mas o trisavô não faria isso em 1784-1785, portanto com cerca de oito para nove anos.

⁴² Que foi ganhando mais importância ao longo dos dois séculos seguintes, tornando-se um polo da indústria piscatória (pesca e transformação de pescado) nas últimas décadas do colonialismo.

⁴³ O *Mapa geográfico* deste tenente-coronel data de 1790 (Matos 2023). Não sei se no *Livro de família* se referem a este mapa.

⁴⁴ Mais adiante, na p. 19, se esclarece: “Mossâmedes é uma localidade da Beira Alta, distrito de Viseu, possivelmente a terra de origem do Barão de Mossâmedes”.

⁴⁵ O relato do sertanejo Gregório José Mendes, que tinha interesses particulares nessa expedição, data de 1785, sendo posterior à viagem. Gregório José Mendes obteve também o posto de sargento-mor, como se pode ler no início da sua *Descrição itinerária*.

Foi este Luís Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado, não o filho, que, segundo Paulo Pereira Oliveira Matos, morreu marechal de campo, em 1822. Luís Cândido Furtado d'Antas, o irmão do juiz-poeta, garante possuir

o diploma firmado por D. João VI (então no Rio de Janeiro), em 30 de Agosto de 1819 [...],

diploma que transcreve e começa por

hei por bem e me praz fazer mercé a Luís Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado, Marechal de Campo de meus Reais Exércitos de o tomar no Foro de Fidalgo e Cavaleiro de minha Real Casa com mil seiscentos reis de moradoria por um mês e um alqueire de cevada por dia [...].

Não sendo eu historiador, mas um desconfiado leitor de poemas líricos, vírgulas e estórias inventadas, ocorre-me a dúvida sobre se ele não seria já marechal de campo quando o rei subscreveu o diploma. Relendo a tese de Paulo Pereira, leio lá que havia duas versões do *Mapa* de Luís Cândido, a segunda uma provável cópia feita por outro cartógrafo, anos depois. Isso é esclarecedor:

o autor da cópia manuscrita informou que ela foi realizada após Pinheiro Furtado ter sido promovido ao posto de Marechal de Campo, e após ter assumido o comando do Corpo de Engenheiros do Exército. Atendendo a essas condições, a cópia somente poderá ter sido feita após 1812, ano em que o militar foi promovido ao citado posto. Dessa forma, a produção dessa versão manuscrita estaria inserida em um período intermédio entre a elaboração do primeiro manuscrito, em 1790, e a primeira publicação da carta, em 1824.

Quando o rei D. João VI subscreveu, no Rio de Janeiro, o diploma de mercê deste militar alentejano, já ele era marechal de campo há sete anos.

O Luís Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado batizado em Serpa, em 1749, se casou com Ana Maria Joaquina Catela de Lemos, filha do físico-mor de Angola, Eusébio Catela de Lemos. Abramos um parêntesis para mais este ramo antecedente, que merece a pena e tem relação direta com a presença do juiz-poeta em Luanda.

As menções mais recuadas a esta família em Angola, das que vi, são de 1625 e de 1627. Neste último ano, o capelão de Massangano⁴⁶ se chamava Manuel Catela

⁴⁶ A vila vinha adquirindo, nesses anos, uma importância crescente, que diminuiria bastante a partir da restauração do domínio português em Luanda.

Fidalgo, atestando que pelo menos o sobrenome já morava ali. Mas há notícia do mesmo padre, na categoria de subdiácono, em 1625 (Soares, José da Silva Maia Ferreira: Uma biografia atlântica 2023). Mais de um século depois, Félix Catela de Lemos nascera em Luanda, filho legítimo de Eusébio Catela de Lemos, “doutor físcico mor” (A. C. Cruz 2014, 153). Em 1753 pretendia abrir caminho a nomeações superiores e, nesse sentido, fez requerimento que gerou uma

Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. José I sobre o requerimento de Feliz Catela de Lemos, filho legítimo do [físcico-mor de Angola], Eusébio Catela de Lemos, natural da cidade de Luanda, solicitando dispensa do tempo de serviço exigido pelo regimento [militar], para poder entrar nos postos, alegando que servia de praça de soldado no Regimento pago.

Este requerimento (AHU_CU_ANGOLA, Cx. 41, D. 3849), que se pode ler a partir da hiperligação acima, se articula com outro, do pai,

físcico-mor de Angola, Eusébio Catela de Lemos, ao rei [D. João V] solicitando provisão de dispensa e suplemento de idade para o seu filho, Feliz José de Lemos, assentar praça de soldado, em virtude de ter apenas de 13 para 14 anos e não cumprir o exigido pelos regimentos militares.

O requerimento resultou e o filho iniciou carreira militar. Félix Catela ocupava o cargo de Ajudante de Infantaria a 26.1.1763, sendo-lhe atribuída a idade de 26 anos (e naturalidade em Luanda) no processo da “revolta dos degredados” (Abrahão 2021, 81), no qual testemunhou. A fonte o refere como “Castela” e não “Catela” (Abrahão 2021, 91, 97), mas foi confusão comum nos séculos XVIII e XIX. Por exemplo, em um dos registos de Eusébio Catela de Lemos Pinheiro Falcão na Universidade de Coimbra, também se altera assim o nome de batismo (de Catela para Castela). Santos aponta que, nesse momento da revolta dos degredados e sua devassa, o Ajudante Félix contaria 24 anos, pelo que nasceu em janeiro de 1749 (o mesmo ano de nascimento do Luís Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado pai), ou meses antes, em 1748, ou mesmo por volta de 1747. Porém, se tinha 26 anos em 1763, provável é que nascesse em torno de 1737, dez anos antes. O facto de o seu pai, ao pedir a “provisão de dispensa”, a 3.7.1749, afirmar que ele tinha “de 13 para 14 anos”, atira-nos para cerca de 1736. Seria Félix irmão de D. Ana Maria Joaquina, que se casou com o Luís Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado nascido em 1749 (esta não terá sido a única irmã). Mais velho ou mais novo que ela? Provavelmente mais velho, tendo nascido entre 1736 e 1737, como também mais velho do que o seu cunhado Luís Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado.

O “doutor físico mor” pedira ao rei ser provido no posto, para apoiar o pai e três irmãs (recolhidas no Convento de Santana em Coimbra), no dia 22.8.1732. Luís de Pina resumiu bem o requerimento (Pina 1943, 13):

1732 (22 de Agosto). Maço 28 – O Dr. Eusébio Catela de Lemos pretende o cargo de Físico-mor de Angola, vago por saída do Dr. Tomé Aboim, de quem darei notícia mais adiante. É grande o seu desejo de servir o Rei e «socorrer e aliviar seu pai que se acha gravado [...] a obrigação de dez filhos». Propõe servir mediante uma tença ou pensão para 3 irmãs suas recolhidas no Convento de Santa Ana (Coimbra), no valor de 30.000 réis cada uma. O Conselho Ultramarino aprovou a tença de 50.000 para as três, informando que não há médico em Angola, pelo que a população reclama insistentemente. Ser-lhe-iam pagas as ajudas de custo, como sucedera no despacho do Dr. Tomé de Aboim.

Nada mais ainda sei sobre a vida anterior deste médico. Teria vínculo em Estremoz, sendo alentejano como seu genro Luís Cândido, embora do norte do Alentejo, enquanto aquele era do sul e da margem esquerda do Guadiana. Sei disso, como da existência de um seu irmão, por um

Requerimento do capitão de Granadeiros do Regimento de Infantaria de Angola, Eusébio Catela de Lemos, através do seu procurador João Ribeiro de Sousa, à rainha [D. Maria I], solicitando dois anos de licença para ir [a Portugal], em virtude de ser o primogénito na sucessão de um vínculo que ficou pelo falecimento do seu avô, o físico-mor Eusébio Catela de Lemos, em Luanda, e a morte do seu tio, o doutor Francisco Xavier Catela, em Lisboa, explicando que o vínculo fora instituído em Luanda e na vila de Estremoz, estando vacilante a existência das capelas.

Desembarcou no porto de Luanda o físico-mor a 31.12.1732, tendo a viagem demorado quatro meses, a bordo da fragata de guerra N.^a Sr.^a da Madre de Deus, “de que era capitão-de-mar-e-guerra Luís de Abreu Prego”⁴⁷. Começou a prestar serviço dia [4?].1.1733, mantendo-se até 29.11.1772, segundo o processo em que resume os anos de missão “no Reino de Angola, no emprego de Físico-Mor” (PT-AHU-CU-033-0090_m0057.jpg). Foi depois o serviço continuado de [2]9.2.1773 até 17 de [St^{bro}] de 1790. Havia, pelo meio, solicitado que o passassem para o Brasil em 1741, transferência que teria sido aceite, segundo outra fonte (Pina 1943, 13, 44-45),

⁴⁷ Cf. o Requerimento do físico-mor de Angola, Eusébio Catela de Lemos, ao rei [D. João V] solicitando provisão para que lhe fosse pago o soldo dos quatro meses que gastou na viagem até àquele reino, a bordo da fragata de guerra Nossa Senhora da Madre de Deus, de que era capitão-de-mar-e-guerra Luís de Abreu Prego, PT/AHU/CU/001/0030/02896, 11.8.1733.

mas não parece ter-se efetivado. O que vejo no *DigitArq* é, porém, um pouco diferente. É uma consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V⁴⁸, *sobre o requerimento do físico-mor de Angola, Eusébio Catela de Lemos, solicitando que fosse nomeado seu sucessor e pedindo licença para viajar para qualquer porto do Brasil, na companhia da sua mulher, para restabelecer a sua saúde.*

Já em 1734 solicitava “ao rei [...] Licença para ir tratar da sua saúde à Bahia”, comprometendo-se a regressar assim que melhorasse, portanto faz sentido que a saída em 1741 fosse pelos mesmos motivos (Soares, José da Silva Maia Ferreira : Uma biografia atlântica 2023). Mas continuou em Angola como físico-mor, o que se confirma pela contagem de tempo de serviço que apresentava em outro pedido:

Requerimento do físico-mor Eusébio Catela de Lemos, à rainha [D. Maria I], solicitando atribuição de uma tença a favor da sua neta D. Francisca Felizarda Rosa de Lemos, com sobrevida para as irmãs D. Teodora Joaquina Fortunata de Lemos ou D. Maria Leonor Cândida; alegando que desempenhara com zelo e dedicação os 57 anos de serviço como médico das tropas e povos em Angola, e que ficara por receber as tenças desde 1773 até 1790, que reclamava em benefício de suas netas.

Nobre avô, que para si nada pediu. Julgo também ter sido consciencioso na profissão, não só pelo respeito que lhe tinham, também por alguns documentos. Por exemplo a

Carta do governador e capitão-general de Angola, João Jacques de Magalhães, ao rei [D. João V] dando conta da execução da ordem contida na provisão de 16 de Maio de 1743 acerca do requerimento do físico-mor de Angola, Eusébio Catela Lemos, queixando-se dos mestres curadores e mezinheiros e solicitando reforma do seu regimento para melhor poder atuar no que dizia respeito às pessoas que exerciam medicina e processos de cura em Angola sem nenhuma legitimidade, evitando assim, o uso de medicamentos corruptos [estrangados] e falsificados que vinham causando muitas mortes, mediante o parecer do dito governador e do físico-mor da corte, Dr. Cipriano de Pina Pestana e dos documentos comprovativos.

Casando-se com a filha deste físico-mor, o tenente engenheiro Luís Cândido Cordeiro, não só se ligava a uma personagem das mais importantes da colónia, também de certo modo se nobilitava, pois o sogro tinha vínculo.

⁴⁸ AHU CU_001, Cx. 35, D. 3335.

A família Catela de Lemos cruzou-se pelo menos duas vezes com os Matoso de Andrade (antepassados maternos de José da Silva Maia Ferreira) entre o final do século XVIII e o começo do seguinte (Soares, José da Silva Maia Ferreira : Uma biografia atlântica 2023). Esta mesma família, Catela de Lemos, consorciou-se com a dos Pinheiro Falcão, gerando parentes afastados do juiz-poeta em Luanda, entre os quais o distinto advogado⁴⁹ e alto quadro administrativo, Eusébio Catela de Lemos Pinheiro Falcão⁵⁰, mais velho⁵¹ que João Cândido e falecido antes da chegada dele à colónia. Eusébio Catela de Lemos recebeu de D. Maria II a mercê de Cavaleiro da Ordem de Cristo (9.4.1845)⁵².

Retornando ao nosso fio primeiro, Luís Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado casou com uma irmã do seu contemporâneo Félix Catela de Lemos, colega (no exército) de Francisco Matoso de Andrade, um dos antepassados maternos de José da Silva Maia Ferreira. Quem seria a mãe de ambos? Uma senhora chamada Ana Ferreira, natural de Luanda e batizada na Sé.

O casal Luís Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado e Ana Maria Joaquina Catela de Lemos, entre outras e outros, geraram Francisca Felizarda, Maria Leonor Cândida e Teodora, as três promitentes beneficiárias da eventual tença que pedia seu avô Eusébio⁵³. Maria Leonor, com sua irmã Felizarda, são justificantes nos *Autos de justificação de Francisca Felizarda Rosa de Lemos e de Maria Leonor Cândida, filhas de Luís Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado*⁵⁴. No processo está incluída uma certidão de casamento passada em Luanda e aí validada pelo conhecido cônego Manuel Dantas Lima, figura fundamental em Luanda nesse tempo. É a certidão de casamento de Luís Cândido, o alentejano, com D. Ana Joaquina, a angolense, filha de outro alentejano.

⁴⁹ Segundo se vê no Archeevo do Arquivo da Universidade de Coimbra, matriculou-se em Coimbra a 21.10.1837 e terminou o curso no tempo regulamentar.

⁵⁰ Braço direito do governador Pedro Alexandrino da Cunha no combate ao tráfico de escravos e à corrupção.

⁵¹ Nascido em Luanda a 18.9.1818. Da geração de A. A. Teixeira de Vasconcelos, com quem polemizou em Coimbra e que lhe fez um sentido elogio fúnebre no *Boletim oficial do governo-geral de Angola* (BO 278 (1851.1.25) 3-4). O dr. Eusébio era Catela de Lemos pela parte materna e Pinheiro Falcão pela paterna (Bento Pinheiro Falcão, descendente de Bernardino Pinheiro Falcão).

⁵² Registo Geral de Mercês, Mercês de D. Maria II, liv. 27, f. 33v.

⁵³ A tença pedida (30.000 réis), foi dividida em duas: uma de 18.000, outra de 12.000. Renunciou à primeira, tendo a mesma revertido a favor do genro Luís Cândido Cordeiro. A segunda talvez também tenha sofrido o mesmo destino. De qualquer modo, penso, passariam por Luís Cândido para irem parar às mãos das três filhas, menores. V. a *Carta de Padrão. Tença de 18\$000 rs em um dos Almoxarifados do Reino renunciada por seu sogro o Doutor Euzébio Catela de Lemos*. PT/TT/RGM/E/001/0006/122820, Registo Geral de Mercês, Mercês de D. Maria I, liv. 6, f. 173. V., também, *Carta de Padrão. Tença de 12\$000 rs em um dos Almoxarifados do Reino com o Hábito de Cristo pelos serviços do Doutor Euzébio Catela de Lemos*. PT/TT/RGM/E/001/0006/122821, Registo Geral de Mercês, Mercês de D. Maria I, liv. 6, f. 173. Datam de 20.3.1779.

⁵⁴ Conselho da Fazenda, Justificações do Reino, Letra F, mç. 5, n.º 32, código de referência PT/TT/CFZ/001-006/0005/00032.

A primeira testemunha (o padrinho de casamento) é nada menos que D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, “Governador e Capitão General deste Reino”. A segunda testemunha (madrinha) foi “Maria de Orn^{as} Vasconcelos” (Maria de Ornelas e Vasconcelos). O certificado confirma e extrai os dados dos assentos de casamento da Sé de Luanda, “onde os contraentes são paroquianos”. O assento se fez a 8.1.1772, dia quente sem dúvida. Os nomes dos contraentes eram postos assim (PT-TT-CFZ-001-006-0005-00032_m0006.jpg):

o Sargento Mor Engenheiro Luís Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado, filho legítimo de Francisco Xavier Magro, e de Dona Teodora Máxima da Silva Pereira, natural da Vila de Serpa, da freguesia de Santa Maria da mesma Vila, com Dona Ana Maria Joaquina, filha /// legítima do Doutor Físico Mor Eusébio Catela de Lemos, e de Dona Ana Ferreira, natural desta mesma Cidade, batizada nesta mesma Sé [...]

Em outro documento (PT-TT-CFZ-001-006-0005-00032_m0017.jpg) surge o nome completo da primeira filha: “Francisca Felizarda da Rosa Lemos”. A cópia das Certidões é validada pelo mestre-escola da Sé Catedral, Manuel de Queirós Coutinho, ainda parente materno de José da Silva Maia Ferreira, mais próximo parente de Eusébio de Queirós Coutinho da Silva⁵⁵ e seu filho, Eusébio de Queirós Coutinho Matoso Câmara⁵⁶.

Outro filho do casal, também tenente-coronel, administrador da Casa Pia⁵⁷ depois de governador da praça de Aveiro⁵⁸, gerou processo, em seu nome e dos “seus sete irmãos”, de que dão conta os *Autos de justificação de António Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado e dos seus sete irmãos, filhos de Luís Cândido Pinheiro Furtado e de Ana Maria Joaquina de Lemos, ambos já falecidos*, que se concluem em 1823. Os nomes dos irmãos aí mencionados são os seguintes:

⁵⁵ Eleito deputado por Angola às Cortes constituintes, optou por ficar no Brasil, apelando aos seus concidadãos para integrarem o Império Brasileiro em vez do Reino de Portugal.

⁵⁶ Filho do antecedente, foi, quando ministro, autor da lei de 1850 abolindo e criminalizando o tráfico negreiro para o Brasil. Era primo ainda de José da Silva Maia Ferreira (tratavam-se por primos) e de sua mãe, D. Ângela (Soares, José da Silva Maia Ferreira : Uma biografia atlântica 2023).

⁵⁷ De que foi demitido em consequência de arbitrariedades e intrigas, reclamando da demissão conforme documento: *Requerimento, de 16 de Janeiro de 1828, de António Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado, tenente coronel do Exército, no qual se queixa de ter sido demitido, por “conduta imoral,” de administrador da Real Casa Pia, cargo que exerceu entre 1824 e 1826, por ordem do Secretário de Estado dos Negócios do Reino, Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato, a quem acusa de ter cometido diversas arbitrariedades*. Nasceu em Lisboa, na freguesia dos Mártires, a 31.10.1788, pelo que se escreve no documento.

⁵⁸ Os Autos referidos iniciam-se com António Cândido ainda governador da praça de Aveiro.

1. António Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado. Batizado a 5.3.1775, no Oratório do governador António de Lencastre [Luanda], sendo padrinho o bispo D. Frei Luís da Anunciação Azevedo e madrinha D. Guiomar Mariana de Menezes, mulher do governador. Além do já referido sobre este filho de Luís Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado, é de mencionar que “o ilustríssimo coronel António Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado”, que se encontrava em Lisboa, substituiu Fernando Martins do Amaral Gurgel e Silva como deputado por Angola às Cortes constituintes de 1820-1822 (AAVV, *As gavetas da Torre do Tomo* 1977, 213). Desenhava muito bem, tendo retratado o Palácio da Regência (Lisboa, c. 1820).
2. Francisca Felizada Rosa de Lemos. Pelas cópias dos assentos de batismo ficamos a saber que Francisca Felizada fora “privadamente batizada em Casa em *periculo mortis*”, a 26.1.1774, sendo que a 1.3.1774 lhe fez o padre “os exorcismos”, já “no Oratório do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Dom António de Lencastre”⁵⁹. Por ironia, ela sobreviveu, ao contrário das duas outras irmãs mencionadas nos *Autos de justificação de Francisca Felizada Rosa de Lemos e de Maria Leonor Cândida* referidos acima. Casou-se Francisca Felizada com Francisco Hilário de Vilhena⁶⁰. Francisca Felizada Rosa de Lemos conseguiu, também, em Lisboa, receber uma tença pelos serviços prestados na colónia por seu avô, o físico-mor, que a pedira para as três netas⁶¹.
3. Luís Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado, o filho. Batizado na Sé de Luanda a 18.5.1776, teve por padrinho o “coronel do Regimento pago” Manuel Monteiro de Moraes, figura dominante na hierarquia social e militar da colónia; a madrinha foi Nossa Senhora da Conceição, cujo culto em Angola era já popular.

⁵⁹ O governador-geral que substituirá Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho. A relação de Luís Cândido Cordeiro com este governador não terá sido fácil, pelo que se percebe quando ele tentou enviar a mulher, filhos e filhas para o reino apelando ao rei. V. *Ofício do sargento-mor engenheiro Luís Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro solicitando a sua intervenção junto do rei para que autorizasse a saída da sua mulher e filhos para o Reino, no fim da sua comissão de serviço, alegando ser a sua mulher filha do físico-mor doutor Eusébio Catela de Lemos, que servia em Angola há quarenta anos; referindo que recorria à Corte porque o governador [António de Lencastre] dificultava a resolução desta questão através do Tribunal do Conselho do Ultramar, devido ao facto de existir uma ordem régia que proibia a saída de mulheres residentes e naturais de Angola.*

⁶⁰ Filho de Francisco Xavier da Costa de Vilhena e de D. Francisca Teresa Xavier Bischofer, segundo os registos de casamento de Lisboa, São José, 08.05.1799, Livro 13-C, Folio 73 v., mencionado no sítio Web *Nós, portugueses*. Os pais se casaram na freguesia dos Anjos, em Lisboa.

⁶¹ Carta de Padrão. Tença de 30\$000 réis num dos Almoxarifados do Reino pelos serviços de seu avô o Dr. Eusébio Catela de Lemos. PT/TT/RGM/E/001/0006/128962, Registo Geral de Mercês, Mercês de D. Maria I, liv. 6, f. 175v.

4. Eusébio Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado (acrescentado com tinta diferente, sobre a linha onde se indicam o fim do nome de António e o começo do nome de Francisca Felizarda). Foi batizado na Sé de Luanda a 21.11.1777, sendo padrinho o avô, Eusébio Catela de Lemos, e madrinha D. Maria Ornelas de Vasconcelos.

O seu nome recorda o dos dois avós homónimos (*Eusébio* Catela de Lemos e *Luís Cândido Cordeiro*). Vem referido, por Maria Margarida d'Antas de Campos Tavares, no *Livro de família*, como “Eusébio, de Engenharia também, que morreu Tenente-Coronel em Lisboa” (Antas 2021, 21). De facto existiu essa personagem histórica, desempenhou papel de relevo ao lado de D. Pedro I (do Brasil) e IV (de Portugal), sendo um dos que desembarcaram no Mindelo⁶². Acumulou cargos políticos importantes e um filho seu, Jorge Pinheiro Furtado, chegou a ministro da Guerra em 1892-1893.

Eusébio publicou várias obras e compôs uma «Ode à batalha da Praia da Vitória», demonstrando assim que a veia poética da família estava já ativa nesta geração. O seu nome consta no *Dicionário bibliográfico* de Inocêncio (I. F. Silva 1859, 246). O famoso bibliófilo afirma:

Vi e tenho um exemplar d'esta ode, mas creio que além dela publicou s. ex.^a⁶³ algumas outras poesias ao mesmo assunto em diversos anos, – as quais sendo tiradas em mui pequeno número d'exemplares, e estes não expostos à venda, são por isso menos conhecidas.

5. Ana Cândida de Lemos Furtado (“Tomás Leite Pereira de Melo, por Cabeça de sua Mulher D.^a Ana Cândida de Lemos Furtado”, como surge no processo). Batizada na Sé de Luanda aos 23.8.1788. “Tomou por padroeira Santa Ana” – de culto popular em Angola também – sendo padrinho o capitão de infantaria Nuno Joaquim Pereira da Silva, por seu procurador, o longevo “Doutor Físico-Mor” Eusébio Catela de Lemos.

6. José Maria Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado. Nascido a 26.2.1790, recebeu os santos óleos, ou o sal da vida (como era comum dizer-se em Angola), na Sé de Luanda, aos 11 ou 13.3.1790, sendo seus padrinhos Manuel de Almeida e Vasconcelos e Maria Leonor de Portugal, filhos do barão de Moçâmedes, assinando por eles o sargento-mor João [?] de Sousa. Nos Autos, porém, surge

⁶² Em praia junto ao Mindelo, como se sabe.

⁶³ Eusébio Cândido Pinheiro Furtado era Fidalgo da Casa Real por alvará de 11.1.1827 e chegou também a marechal de campo, como seu pai, nessa passagem referido a esse título. Foi “diretor das fortificações da Ilha Terceira, onde entrara emigrado em 5 de abril do dito ano [1829]”.

uma certidão de batismo apresentada posteriormente, para habilitá-lo também como herdeiro, que diz ter sido batizado em São José, a 26.9.1795, José Maria Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado, capitão de infantaria de Angola, nascido a 26.8.1795 (padrinho o [Coronel] Manuel António Tavares). A cópia foi feita em Lisboa, a 24.9.1822.

7. Jacinta Emilia Madalena, “autorizada por seu marido Amaro José de Sousa Dantas” (está mesmo “Souza” em vez de Puga). Nasceu no dia 16.10.1791. Foi batizada nas casas da rua de S. Bento em que o pai morava já. O batismo, sob a devida licença, realizou-se no Oratório dessas casas e “Jacinta” recebeu os santos óleos a 5.11.1791. Foi seu padrinho (assinando por procuração a José de Almeida de Azevedo e Vasconcelos) “o Excelentíssimo Secretário de Estado José de Seabra da Silva” e madrinha (também por procuração) D. Catarina de Sousa e Lencastre (casada com Luís Pinto de Sousa Balsemão, ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros) – “todos moradores /// nesta Cidade”.
8. Henriqueta Cândida de Lemos Furtado. Batizada na igreja de Santos-o-Velho a 29.6.1793, nascera a 1.5.1793 na casa da rua de São Bento. Foi seu padrinho o reverendo Manuel Fernandes Teixeira Pinto, morador na freguesia da Encarnação (Lisboa).

Seriam estes os “únicos filhos e herdeiros de seus falecidos Pais o Marechal Luís Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado e D. Ana M.^a Joaq.^a de Lemos”. Habilitem-se herdeiros para receberem “os soldos que se ficaram devendo a seu falecido Pai”⁶⁴. O processo teria sido entregue em outubro de 1822, sete meses depois do falecimento do marechal de Serpa.

Não mencionam Teodora, já falecida, batizada na freguesia da Sé de Luanda a 4 ou 7.11.1772, mas juntam cópia certificada do assento de batismo dela. As certidões atestam a existência desta filha, que faleceu freira em Lisboa. A madrinha foi N.^a S.^a do Monte do Carmo e o padrinho o avô materno, Eusébio Catela de Lemos, físico-mor, que ainda continuava em Luanda bem vivo. O nome completo era Teodora (em homenagem à avó paterna) Joaquina (em homenagem à mãe) Fortunata de Lemos, Soror Teodora, como se vê em outro documento⁶⁵, no qual também estão os nomes completos das duas irmãs, Francisca Felizarda Rosa de Lemos e Maria Leonor Cândida. Soror Teodora morreu no dia 27.7.1806,

⁶⁴ Conselho da Fazenda, Justificações do Reino, Letra A, mç. 22, n.^o 48. Legível em PT-TT-CFZ-001-001-0022-00048_m0001.jpg.

⁶⁵ Consultável em PT-TT-CFZ-001-006-0005-00032_m0025.jpg.

ficando herdeiro seu pai, como explicitamente afirmam os Autos. Foi “sepultada no Convento de S. Domingos daquele lugar”⁶⁶.

O processo também não menciona, por idêntica razão, Maria Leonor Cândida, que veio ao mundo a 31.12.1786 e foi batizada a 18.1.1787 na Sé de Luanda, sendo seus padrinhos o barão de Mossâmedes (governador-geral) e “a excelentíssima Senhora Baronesa sua mulher” (por procuração, o ajudante de ordens do governador, João de Almeida). Pelos *Autos de justificação de Luís Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado, como herdeiro da sua falecida filha, Maria Leonor Cândida de Lemos*⁶⁷, ficamos a saber que esta filha, Maria Leonor Cândida, tinha também Lemos como sobrenome e falecera “no sítio de Alfarrobeira” (para onde o irmão Luís Cândido, avô do juiz, havia de fazer Planta do projeto de um alojamento para as praças de pret de 8 companhias de batalhão naval no Forte de Alfarrobeira em Alcântara⁶⁸). O sítio ficava na freguesia “de Benfica”.

Na certidão de óbito do marechal de campo, passada em S. José (Lisboa), se menciona o nome completo, de solteira, de Ana Maria Joaquina Catela de Lemos e não se percebe, pela frase, se ele estava já viúvo dela em 1822, ou ela ficava viúva dele. Após o nome completo dele vem uma vírgula e “viuv[a?] [??] Ill^{ma} D. Ana [...].” Em documento colocado mais adiante no processo (depoimento da primeira testemunha, um negociante de Lisboa), tanto o marechal quanto a mulher são dados como falecidos. Por isso imagino que D. Ana Maria Joaquina Catela de Lemos deixou viúvo o marido.

O Luís Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado que nascera supostamente em 1777, segundo uma neta do juiz Cândido Furtado (D. Maria Margarida d'Antas de Campos Tavares), que viu documentação de Angola num processo dele no Arquivo Histórico Militar, veio ao mundo no ano anterior, em Luanda (Antas 2021, 19-20). Confirmei essa data, como se vê acima. 1776 coincide com a idade do progenitor Amaro José quando veio à luz o juiz-poeta João Cândido: 54 anos, o que significa ter nascido no mesmo ano do segundo Luís Cândido. Seriam os dois companheiros de armas? Amigos? Note-se que ambos tiveram berço em Luanda, Angola. Não só. O Luís Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado filho, nascido em 1776 e falecido em

⁶⁶ Leia-se em PT-TT-CFZ-001-012-0005-00025_m0015.jpg.

⁶⁷ Conselho da Fazenda, Justificações do Reino, Letra L, mç. 5, n.º 25, código de referência PT/TT/CFZ/001-012/0005/00025.

⁶⁸ “P. Furtado, Brigadeiro no C. d'Eng.ros. – [S.l.: s.n.], [post. 1843]”. É atribuído ao pai mas, como se vê pela data, o pai já tinha falecido.

1861, também teria sido engenheiro militar (como seu pai e o pai de Amaro José) e faleceu, segundo a sua neta, marechal de campo (esta última informação não consegui confirmar). Seria, portanto, irmão de Jacinta Emília, tio do Conselheiro João Cândido Furtado de Mendonça d'Antas e do último morgado da Preguiça, Luís Cândido Furtado d'Antas.

O primeiro filho homem, do casal Amaro José – Jacinta Emília, se chamou, como disse, Luís Cândido Furtado de Mendonça d'Antas⁶⁹, herdeiro do morgadio da Casa da Preguiça e, como segundo filho homem, nasceu João Cândido Furtado de Mendonça de Antas, o sexto e último dos rebentos do casal.

O nome completo do pai seria Amaro José da Silva Puga de Antas e Vasconcelos⁷⁰, nascido 4.7.1774 em Luanda, batizado na Sé. Mais tarde foi para Portugal, em nome dos laços de família que lhe davam senhorio de Santa Marta de Portuzelo e, como disse o filho Luís, órfão. Estes dois últimos dados são curiosos, porque significam terem morrido os progenitores antes – e pelo menos Cipriano José da Silva, pai de Amaro José, morreu só dois anos antes, em 1810. Ora, Amaro José casou com Jacinta Emília a 7.12.1812, sendo já o conselheiro-juiz o sexto e último filho do casal, em 1829 (aponta-se o parto da primeira filha para 1816). Jacinta Emília, ao casar, teria 21 anos. Como pode o noivo ter seguido órfão, para estudar no Colégio dos Nobres, e o pai dele estar em Lisboa, com negócios, até 1810?

Amaro José viria a falecer em Santa Maria Maior, Viana do Castelo, a 18.11.1849 (ano em que o filho João Cândido se matriculara em Coimbra). Um amigo do filho poeta (“S.N.”) diz ser este juiz irmão de morgado⁷¹, o que se confirma lendo o *Livro de família*: o filho Luís herdaria a Quinta da Preguiça, de seu pai Amaro José. A mãe não sei quando morreu, nas fontes até onde fui não sorvi tal notícia.

O pai de ambos ostenta na sua árvore genealógica o sobrenome Puga. Puga é apelido que aparece em Angola, por esses tempos também. O nascimento de Amaro José, pelo que dele pesquisei, não condiz com o facto de o seu pai ter casado só em 1778. Será que Amaro nasceu antes ainda do casamento dos pais? Cipriano José da Silva casou-se com Joana Teixeira de Mendonça, ou de Mendonça Puga (nome de solteira), nascida... em Luanda a 6.4.1754 (ou seja, ela teria cerca de 16 anos ao

⁶⁹ A ele dedicará o poeta uma composição, já regressado de Angola, escrita em “Santa Marta, agosto de 1869” (Antas 2021, 91-92).

⁷⁰ Os nomes fazem sentido, pelos antecedentes. Na genealogia do *Livro de família* está ligeiramente alterado: Amaro José da Silva d'Antas e Puga (Antas 2021, 212).

⁷¹ No *Almanach de lembranças* para 1862, p. 182.

casar, o que não se estranhava nesse tempo). Será que Cipriano José da Silva nasceu em 1748, matrimoniando-se com 30 anos? Em 22.6.1808 ainda ele, Cipriano, vendia em Lisboa lotes de marfim *in natura*, vindo de Angola (R. C. Alves 2021, 173)⁷². Nos anos anteriores, ainda promoveu execução de dívida em Lisboa, conforme os respetivos *Autos de execução de dízima em que é réu Manuel José Viana e autor Cipriano José da Silva*⁷³, Autos que datam de janeiro de 1807. A 4.2.1803 se fazia uma

Consulta do Conselho Ultramarino ao príncipe regente D. João sobre o requerimento de Cipriano José da Silva solicitando providências contra a injustiça que com ele praticou Felizberto Caldeira Brant Pontes, despejando-o da casa em que residia antes de findo o tempo de arrendamento.

Felizberto Caldeira Brant Pontes acho que era o Marquês de Barbacena, nascido em Mariana (Brasil) em 1772 e falecido no Rio de Janeiro em 1842 no Rio de Janeiro. Esteve em Angola, como ajudante do governador, mas isso foi antes, e já em 1801 se casava na Baía. Voltou a Lisboa, onde estudara, em 1805. Por isso calculo que o processo se refira a uma sua casa de Lisboa.

Estes dados todos não condizem com a afirmação de que Amaro José teria vindo estudar no colégio dos Nobres “órfão e menor”, o que pode ser apenas uma tradição de família, mal ajustada ao calendário. Pode ter vindo menor, mas órfão não, visto que o pai não faleceria antes de 1810, quando ele já tinha cerca de 34 anos. Órfão de mãe?

Cipriano José da Silva, o pai de Amaro José e avô do poeta-juiz, era “Oficial de Engenharia” (Antas 2021, 212). Na *Diligência de habilitação para a Ordem de São Bento de Avis de Cipriano José da Silva, Matias José Dias Azevedo e José Lane*⁷⁴ se diz que eram “Capitães de Infantaria com exercício de Engenheiros e Lentes d’Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho”.

No *Livro de Família* se confirma ter “Cipriano José da Silva d’Antas” casado com “D. Joana Teixeira de Mendonça” (Antas 2021, 16, 212). O noivo teria sido “Oficial de Engenharia” em Angola e terá também servido no regimento «Schomberg Lippe» (1763/1771)”. Servindo o regimento nesses anos, não nasceu em 1778, nem em 1758, mas em 1748, ou em outra data mais recuada. Era, portanto, da geração do futuro marechal de campo Luís Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado, e seu filho,

⁷² Os lotes vinham de Angola e do Rio de Janeiro. Pelo historial de Cipriano, penso que os dele viriam de Angola.

⁷³ ANTT, Feitos Findos, Juízo da Chancelaria, Letra M, mq. 253 n.º 23, 1.1.1807, código de referência PT/TT/JHC/002/0253/00023. Não consultei o documento original.

⁷⁴ ANTT, Mesa da Consciência e Ordens, Habilidades para a Ordem de São Bento de Avis, Letra C, mq. 1, n.º 13, código de referência PT/TT/MCO/A-C/004-003/0001/00013. Nome do ficheiro em linha: PT-TT-MCO-A-C-004-003-0001-00013_m0003.jpg.

Amaro José, da geração do filho homónimo do então sargento-mor Luís Cândido Cordeiro, o outro avô de João Cândido Furtado.

Teixeira de Mendonça, apelido da mulher de Cipriano, mãe de Amaro José e avó do poeta-juiz, era então sobrenome prestigiado em Luanda, pelo menos desde “o segundo quartel do século XVII, [António Teixeira de Mendonça] um dos grandes heróis angolanos; capitão-mor do reino de Angola, em 1649, onde faleceu no tempo de Salvador Correia” (Cadornega 1942, 460)⁷⁵. Penso que Joana Teixeira de Mendonça descendia dos Teixeira de Mendonça que ficaram em Angola no século XVII (com ou sem idas e vindas ao ‘Reino’, ou ao Brasil). Entretanto, familiar ou não deste capitão-mor, outro Teixeira de Mendonça, das muitas vítimas do marquês de Pombal, o advogado Francisco Xavier Teixeira de Mendonça, foi preso em 1758 e degredado para Benguela, onde faleceu nos fins de 1761 (Branco, O perfil do Marquês de Pombal 2003, 57). Pela data de casamento não me parece que Joana descendesse de Francisco Xavier. No *Livro de Família*, Joana é dada como filha de Joaquim Teixeira de Mendonça, “Tenente-Coronel” (Antas 2021, 212), natural de Luanda, em outra página “Tenente General” (Antas 2021, 16)⁷⁶. A mãe foi D. Águeda Micaela de Puga d'Antas e Vasconcelos.

O lugar e data de nascimento não nos indicam, mas Águeda Micaela era filha legítima de Lucas António de Puga d'Antas e Vasconcelos, nascido em Lisboa (Santa Catarina), “5.º senhor da Casa da Preguiça”, segundo o *Livro de família*. Segundo ainda essa árvore genealógica, Lucas António de Puga d'Antas e Vasconcelos era, em 1720, capitão-mor em Luanda, onde “casou com D. Ana da Cunha Azevedo, filha do tenente-coronel Domingos da Cunha Azevedo⁷⁷ e de sua mulher D. Mónica Pereira” (Antas 2021, 16). Em 1722 era capitão de Infantaria de Angola e recebia carta de mercê de D. João V⁷⁸, onde se confirma ser filho de José de Puga d'Antas. Em Angola ainda estava em 1725, quando o promoveram a capitão de Infantaria “do

⁷⁵ António Teixeira de Mendonça foi um dos membros do triunvirato que, tendo os portugueses recuado de Luanda para o interior por causa da invasão holandesa, e tendo passado um ano, “da maligna doença do sertão”, falecido o governador-geral, formaram triunvirato para o substituir até que chegasse novo nomeado (L. F. Cruz 1651, 13).

⁷⁶ Que antes concorreu ao cargo de capitão-mor de Ambaca, no tempo de D. João V. O nome é mencionado no Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João VI, liv. 15, f. 202v e liv. 16, f. 205v (cód. ref. PT/TT/RGM/F/0100/150283 e PT/TT/RGM/F/0100/150284). Pelas datas, é bem provável que seja este um homónimo, quiçá descendente.

⁷⁷ Foi, além de tenente-coronel, procurador do Senado da Câmara em Luanda. É possível que se tenha aproveitado de subsídios indevidos, que geraram a *Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II sobre carta dos oficiais da câmara da cidade de São Paulo da Assunção, de 10 de Maio de 1695, dando conta da execução feita ao antigo procurador daquele senado, Domingos da Cunha de Azevedo, por estar devendo uma certa quantia do resto dos subsídios que havia cobrado* (código de referência PT/AHU/CU/001/0016/01814), documento de 9.12.1695.

⁷⁸ ANTT, código de referência PT/TT/RGM/C/0014/68340, Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 14, f. 112.

terço pago” e tenente ajudante do reino de Angola. Francisco Matoso de Andrade, um dos antepassados maternos de José da Silva Maia Ferreira, aproveitou para pedir a “confirmação do posto de coronel de Ordenanças”⁷⁹, em consequência da vacatura provocada pela promoção de Lucas António. Em 1737, coetâneo do físico-mor Eusébio Catela de Lemos e seus filhos, recebia o capitão Lucas a Carta de Patente como Capitão-mor de província de Benguela⁸⁰, para onde confluiria mais tarde Luís Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado. No ano seguinte, 1738, obtinha Carta de Padrão e Hábito da Ordem de Cristo, que o habilitava a uma tença de 82.000 réis⁸¹, como se dizia já dez anos antes

*em remuneração dos serviços prestados em Angola, voluntariamente, entre 1710 e 1725, com desembolso da sua fazenda e prejuízo da sua saúde, tendo servido sempre com valor, préstimo e luzimento*⁸².

O processo de 1728 abre assim: “Diz Lucas Ant.^º de Puga Dantas e Vasconcelos...”

No *Livro de família* se menciona que Lucas António fora para Angola em 1708, “para a companhia de um seu tio, Tenente-General Melchior Garcia”⁸³ (Antas 2021, 16). No entanto, no processo comentado acima, em 1728 se afirmava que serviu por *mais de catorze anos q. tiveram princípio no [primeiro?] de 8bro de mil e setecentos e dez até sete de Maio de mil sete centos e vinte e cinco.*

O seu ingresso na vida militar deu-se quando o governador António de Saldanha de Albuquerque Castro e Ribafria⁸⁴ teve conhecimento de que se aprestava uma armada francesa para invadir uma das colónias. O governador entendeu que o ataque seria contra Luanda e, como havia lá poucos soldados para enfrentar uma invasão, *convocou a todos os filhos dos seus moradores p.º servirem agregados às Comp.^{as} pagas, sendo nesta ocasião um deles o sup.^{te} [suplicante] q. sem embargo de ser isento daquela obrigação por não ser filho daquele Reino [e] ter chegado deste havia poucos meses, voluntariam.^{te} assentou praça na Comp.^a do Cap.^{iam} Marcos Pereira Bravo.*

⁷⁹ PT/AHU/CU/001/0023/02383, AHU_CU_ANGOLA, Cx. 23, D. 2383, 11.4.1725.

⁸⁰ ANTT, PT/TT/RGM/C/0021/68342, Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 21, f. 189. O documento confirma também ser ele filho de “José de Puga Dantas”.

⁸¹ ANTT, PT/TT/RGM/C/0014/68343, Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 14, f. 112v, 7.3.1738.

⁸² PT/AHU/CU/001/0026/02598, AHU_CU_ANGOLA, Cx. 26, D. 2598, 6.7.1728.

⁸³ Ainda não vi referências a este tenente-general.

⁸⁴ Governou de 1709 a 1713.

... mesmo sem soldo ao longo de um ano, 6 meses e 22 dias em que ali serviu. Chegou, portanto, a Luanda, Lucas António, em 1710 ou fim de 1709.

No processo mencionam-se depois os diversos cargos e funções em que fez carreira, que pouco interesse terão para a presente pesquisa. O que me parece de assinalar é que, durante esses anos, estudou geometria e fortificação, podendo, segundo o documento, encomendar-se-lhe qualquer obra de arquitetura militar. Isto nos interessa porque se articula com preparação semelhante, quer de Cipriano José da Silva d'Antas, quer do primeiro Luís Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado, ambos servindo de engenheiros no exército, na colónia, algumas décadas mais tarde – e ambos originando o ramo Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado d'Antas, ou Dantas.

Em Luanda conviveu e contracenou Lucas António, no exército pelo menos e nos cargos militares de topo, como vimos, com Francisco Matoso de Andrade, filho do primeiro Matoso de Andrade em Angola (por sua vez batizado em Matosinhos). Francisco Matoso era membro destacado na hierarquia colonial, integrado na árvore genealógica (por via materna) de José da Silva Maia Ferreira e do ministro brasileiro Eusébio de Queirós Matoso Coutinho da Câmara, cujo avô paterno (Domingos Plácido da Silva⁸⁵) chegaria à colónia pouco depois da promoção de Francisco Matoso de Andrade.

Segundo documento que pude ler, em cópia digital, no *Digit4rq*, produzido em 1723⁸⁶, foi o

Requerimento do capitão Lucas António de Puga Dantas e Vasconcelos, ao rei [D. João V] solicitando licença de dois anos para ir a [Portugal], tratar da sua saúde, acudir à sua mãe, que estava viúva e velha, e tratar da justificação da sua sucessão ao morgado chamado da Preguiça, de que era possuidor Nicolau Moreira Barbosa Pereira.

Em 1736, outro documento fala da sua prisão em Luanda⁸⁷:

CARTA do governador e capitão-general de Angola, Rodrigo César de Meneses, ao rei [D. João V] em resposta à provisão de 4 de Janeiro de 1736, afirmado que havia mandado levantar a nota do ajudante de tenente, Lucas António de Puga [Dantas] Vasconcelos e a do ajudante do terço da guarnição da praça de Angola, Francisco Cordeiro, uma vez que tinham sido soltos e livres por sentença.

⁸⁵ Exerceu como advogado em Angola, embora não se saiba onde se formou.

⁸⁶ PT/AHU/CU/001/0023/02318, AHU_CU_ANGOLA, Cx. 23, D. 2318.

⁸⁷ PT/AHU/CU/001/0032/03056, AHU_CU_ANGOLA, Cx. 32, D. 3056, 9.7.1736.

No documento se declara também “serem oficiais pobres sem terem outra coisa mais que o soldo”, o que serviu como argumento complementar para os soltarem.

A informação se completa em outra⁸⁸:

Carta do ouvidor-geral de Angola, Manuel Gomes de Avelar, ao rei [D. João V] sobre o capitão dos auxiliares, ex-feitor da Fazenda Real, José Belém Baudium, ser testamenteiro de Domingos da Cruz Ribeiro e do padre Cristóvão Martins e demorar a fechar os inventários; informando do julgamento do caso, dos agravos dos herdeiros, dos embargos do testamenteiro e da interferência do governador; dando conta que o testamenteiro fora preso, mas o ajudante de tenente, Lucas António de Puga [Dantas e Vasconcelos], o cunhado deste, capitão-mor Manuel de Ornelas, e o ajudante Francisco Cordeiro, criado do governador, o libertaram com o argumento de ser militar privilegiado, prendendo depois o meirinho dos ausentes.

Fora essa atitude a causa da prisão. O desenlace do caso confirma-se na⁸⁹

Carta do governador e capitão-general de Angola, Rodrigo César de Meneses, ao rei [D. João V] sobre as acusações que no tempo do antigo governador, Paulo Caetano de Albuquerque, se fizeram contra os oficiais militares, Lucas António de Puga [Dantas e Vasconcelos] e o ajudante do terço da guarnição Francisco Cordeiro, por terem libertado um homem mandado prender pelo juiz de fora João Rodrigues de Matos; explicando que após a intervenção do ouvidor-geral de então, Manuel Gomes de Avelar, e da devassa tirada pelo ouvidor-geral Lourenço de Freitas Ferraz e Noronha, os oficiais tinham sido ilibados e queriam que a nota àquele caso fosse retirada dos seus assentos, pedindo ainda os soldos correspondentes ao seu tempo de prisão.

Enfim, a situação delicada se resolvera a favor e Lucas António prosseguiu na carreira bem sucedida em Luanda.

O pai de Lucas António, o “Dr. José Puga d’Antas”, sucedera no “Morgado da Preguiça”(Antas 2021, 212). Segundo o último detentor do vínculo, obteve “certidão de Brasão de Armas coloridas [...] escritas em 1619”. Nela se confirmam as linhagens (Antas e Puga) e Armas que lhes pertencem, por “serem Fidalgos de Cota de Armas” (Antas 2021, 17). Formou-se o Dr. José Puga na Universidade de Coimbra, desempenhou funções como ouvidor no Maranhão e foi provedor da Fazenda Real em Belém do Pará. Casou-se com Ana Josefa de Vasconcelos (nascida em 27.1.1667, em Lisboa, na freguesia da Encarnação). Vivia em Lisboa em 1680, com sua mulher, e veio falecer em Angola,

⁸⁸ PT/AHU/CU/001/0027/02715, AHU_CU_ANGOLA, Cx. 27, D. 2715, 30.9.1730.

⁸⁹ PT/AHU/CU/001/0031/03003, AHU_CU_ANGOLA, Cx. 31, D. 3003, 2.6.1735.

em 1738, portanto com o filho já bem colocado. Segundo Luís Cândido Furtado d'Antas, irmão do juiz-poeta, seriam “netos do instituidor do vínculo” (Antas 2021, 16).

O pai de José de Puga d'Antas, terceiro senhor da Casa da Preguiça, chamava-se Manuel de Puga de Sá. Casou-se com Mariana de Miranda Henriques⁹⁰, nascida em Loures (Bucelas, Purificação) a 3.4.1636 (e é tentador pensarmos no professor Miranda Henriques do século XIX⁹¹).

Seja como for, geração abaixo ou acima, por estes cruzamentos formou-se o nome completo do juiz: João Cândido Furtado de Mendonça d'Antas.

Casamento

O poeta e bacharel João Cândido Furtado de Mendonça d'Antas casou-se no Porto (Santo Ildefonso). A noiva se chamava Corina Cândida Ribeiro Pereira, sendo filha de António Emídio Ribeiro Pereira e de sua mulher, D. Maria Emília Guimarães Ribeiro Pereira. Ao contrário do que já li, D. Corina não era propriamente pobre⁹², a julgar por um testemunho colado no sítio *geneall* por Vasco Briteiros:

neta paterna de João Ribeiro Pereira e D. Maria Margarida Guimarães Ribeiro, senhores da Quinta de Sacais⁹³, uma das Quintas descritas na publicação da Câmara Municipal do Porto «As Quintas da Zona Oriental do Porto» (julgo que da autoria do Dr. Azevedo Graça⁹⁴). João Ribeiro Pereira faleceu a 24.11.1818 e sua mulher

⁹⁰ A família Miranda Henriques é muito extensa e seus ramos nobres antigos. Luís de Miranda Henriques – primeiro o pai, depois o filho, homônimo – foram governadores gerais de Angola em 1636 e 1640. Rodrigo de Miranda Henriques tornou-se governador-geral de Angola em 1651 (também foi governador do Rio de Janeiro) e seu irmão Bernardo lá serviu nesses anos e depois serviu nas guerras da Restauração, tendo sido ainda governador de Pernambuco e falecido no Brasil. Não sei se há relação entre os dois ramos. Quanto a Rodrigo de Miranda Henriques, faleceu, penso que em Luanda, em 1653.

⁹¹ Ele também de família nobre. Um ramo da sua família se radicava, pelo menos algumas gerações, em Loures. Adiante refiro este professor.

⁹² Agostinho de Campos é um dos que diz que ela seria pobre, como o noivo, para além de órfã, também como ele (Antas 2021, 26). O *Almanach de lembranças* diz que o juiz “já tinha perdido os pais quando em 1849 se matriculou na Universidade de Coimbra, na Faculdade de Direito” (Antas 2021, 30). Como vimos, o pai faleceu no mês de novembro de 1849, cerca de um mês depois de o filho se matricular em Coimbra.

⁹³ Em Campanhã. Sobre essa quinta, seu palacete, suas duas belas casas e questões de heranças, v. o blogue *Porto, de Agostinho Rebelo da Costa aos nossos dias*, de Maria José e Rui Cunha.

⁹⁴ Manuel de Sampaio Pimentel Azevedo Graça nasceu em Santo Ildefonso, Porto, a 22.2.1973. Licenciou-se em História e tornou-se Mestre em História da Arte pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dirigiu o Museu Alberto de Sampaio e publicou o livro *As Quintas da Zona Oriental do Porto* (Porto: CMP, 2001).

faleceu 9.12.1837 e esta no seu testamento de 10.04.1837 lega a sua neta Corina vinte e cinco mil reis enquanto for viva. Esta família também possuía residência na Rua das Congostas n.º 107 e 108.

Inicialmente menos ricos, mas ainda assim desafogados, o amor parece ter unido o casal por toda a vida. Uma paixão reprimida lhes retirou rendimentos e, por isso, pôs à prova o que sentiam, pois a princípio a relação deles não fora aprovada. Em nota, no *Livro de família* (Antas 2021, 80), D. Maria Margarida d'Antas de Campos Tavares fala nos

amores contrariados de meus avós. Mas nas linhas gerais o que se passou foi que os tios tutores, pessoas abastadas, a puseram no Colégio das Órfãs, no Porto, a educar.

Ora, “de novembro de 1858 a outubro de 1859”, João Cândido morou “em S. Lázaro”, onde ficava o dito Colégio (no Jardim de S. Lázaro) (Antas 2021, 80). Um poema acróstico de 1857 era já dedicado à futura esposa e esta, por oposição desses tios, esperou pela maturidade para se poder casar com o seu poeta. O facto de ele ser segundo filho é que levava os tutores a evitar o casamento, pois o segundo filho não herdava nada. O casal de tios-tutores terá cortado relações com João e Corina após o casamento destes, ao qual compareceram, deserdando a noiva depois (Antas 2021, 80). Um típico episódio amoroso para preencher o imaginário romântico do juiz e o bolso já recheado dos tutores. Até ao fim, o muito frutífero amor pela esposa manteve-se constante.

No ano de 1860 foi nomeado o noivo para Luanda (como delegado do Procurador da Coroa e Fazenda) e dali remeteu à irmã, que lhe pagara os estudos⁹⁵, toda a despesa que tivera. Antes ainda de saldarem as contas, os dois noivos haviam já começado a procriar. Ao todo geraram, pelo menos, 7 filhos e 7 filhas. Outras fontes referem 15 filhos e filhas e Agostinho de Campos, na biografia que faz do sogro, indica o total de 15 também, embora pouco depois fale em catorze (Antas 2021, 26). Essas variações derivam, sobretudo, da morte precoce de uma das filhas, nascida em Luanda.

⁹⁵ Ana Cândida Furtado de Mendonça d'Antas, ou d'Antas de Mendonça, a quem dedica o poema «Adeus», dois meses antes da partida de Portugal para Luanda (a 25.2.1861, no Porto). O poema foi publicado em *A Grinalda*, no tomo que saiu em 1862 (AAVV, A grinalda 1862, 152). Esta irmã se casou com José Francisco Pereira e a primeira filha do casal trouxe à família o sobrenome “Câmara Leme”. Enviu rica, facto que facilitou o suporte aos estudos universitários de João Cândido (Antas 2021, 35, 213). Faleceu a 28.12.1883, às 7h, “na sua quinta da Meadela”, com 63 anos (Antas 2021, 61). Como se diz a seguir, era madrinha do filho Ricardo. Esta irmã, por quem o poeta parecia nutrir um particular afeto, recebeu no seu álbum um dos talvez primeiros poemas de João Cândido, subscrito em “Viana do Castelo, 1850”. Outro poema a ela dedicado começa por uma epígrafe de Byron em francês, indicando que o juiz dominaria essa língua mais do que a inglesa.

A primeira filha do casal, Maria Corina Furtado d'Antas, nasceu no Porto a 26.10.1860 e casou-se, a 3.2.1883, com Joaquim da Costa Basto, industrial em Oliveira de Azeméis, onde o pai viria a morrer e onde exercera também a função de juiz. Não se coaduna este nascimento com o casamento dos progenitores apenas em janeiro de 1861. Segundo o *Livro de família*, onde confirmei a data e lugar de nascimento, Maria Corina ficou em Portugal, “entregue a parentes” (Antas 2021, 41), quando os pais partiram para Luanda. Na genealogia colocada no mesmo *Livro* se diz que juiz e esposa casaram-se tendo ele 30 anos, o que estabeleceu também Agostinho de Campos (Antas 2021, 26). Uma vez que nasceu a 17.6.1829, terá casado após 17.6.1859 e antes de 17.6.1860. Devem ter casado em janeiro de 1860 ou pouco antes, uma vez que são necessários nove meses para se nascer. Em nota paralela à biografia do Conselheiro feita por Agostinho de Campos, no *Livro de família* se afirma que eles se casaram, efetivamente, em 1859, no Porto, e o genro-biógrafo, nessa página, o confirma (Antas 2021, 25). D. Maria Margarida supõe que se terão casado a 18.5.1859 (Antas 2021, 84), dando pelo menos o ano como seguro. Note-se que Agostinho de Campos guardava “grande parte” dos documentos que serviram ao neto João Cândido Furtado de Antas, autor do *Livro de família* (Antas 2021, 69), pelo que a data indicada por ele é também confiável, coincidindo com a de D. Maria Margarida.

Descendência

O oitavo filho, Ricardo Cândido Furtado de Antas, era o pai do autor do *Livro de família* e já nasceu depois do regresso dos pais a Portugal. A par de outros, não teve logo nome (Antas 2021, 57):

3 de Abril de 1869

Neste dia pelas 11 horas e meia da manhã, nasceu meu filho que ainda não tem nome.

O acontecimento teve lugar na rua de S. Francisco, casa n.º 39, 3.º andar.

Note-se a meticulosa menção do lugar, que também revela a personalidade do juiz. Uma nota à esquerda assinala: “Foi o Ricardo, meu Pai.” O casal ainda não tinha ido para Melgaço, pelo que o filho nasceu na casa onde estavam, em Lisboa. O batizado se deu a 4.8.1869, sendo padrinho um sobrinho do poeta, cujo nome de família se manteve também ligado a Angola, com posições de relevo, o “bacharel

José Alfredo da Câmara Leme⁹⁶, e madrinha a irmã viúva, tia de Ricardo, D. Ana Cândida Furtado de Mendonça d'Antas (Antas 2021, 57).

Ricardo Furtado se torna importante nesta prole por três motivos. Dois se prendem com a sua descendência; o outro com a sua compleição física. Esta serve de contraste com a altura da filha Eugénia⁹⁷ (por tabela, com a altura do pai). Como diz o juiz em verso, colocando-se na voz da “Geninha”:

*O Ricardo está, é certo,
Um sofrível mocetão;
Mas inda assim a meu lado
Há de parecer que é anão.*

Corina Pinto Carneiro Furtado d'Antas, nascida em 1896 e filha também de Ricardo Furtado, casou-se em Luanda com o dr. António Gonçalves Videira, natural de Cristelos, Lousada (distrito do Porto), mas criado em Luanda, e formado em Direito por Coimbra (1908-1912). Para quem estuda os primeiros decénios do século XX na colónia, o nome do marido é familiar e vários outros coloniais ligados à produção literária lhe foram associados, entre eles se destacando Tomás Vieira da Cruz, o mais conhecido poeta colonial, politicamente bem mais à direita (seria monárquico e até franquista quando jovem⁹⁸). António Videira, filho de Joaquim Gonçalves Videira⁹⁹, manteve uma atuação notória em Angola, quer como advogado, quer na literatura colonial¹⁰⁰, quer no jornalismo político¹⁰¹, na boémia do bom garfo, do bom copo e dos ditos ora espirituosos ora impertinentes. A posição política dele estava próxima dos meios republicanos mais à esquerda na época (à esquerda, mas não comunistas). Em 1916, por exemplo, em plena I Guerra Mundial, escrevia:

A nossa ação na Índia e na África, durante muito tempo, foi o roubo e a pirataria, sem freio e sem vergonha. Foi esse o traço de civilização que deixamos e cimentamos com milhares de vidas, naufrágios e assassinatos.

⁹⁶ “chorado amigo e sobrinho”, faleceu a 13.12.1883, às 7h (Antas 2021, 61).

⁹⁷ Nascida a 1.8.1883, não casou, viveu sempre com a irmã Corina, esposa de José Pereira Salgado, e faleceu, como vários filhos do autor, em 1920 (Antas 2021, 122).

⁹⁸ Essa confissão foi posta em causa por um familiar do poeta.

⁹⁹ “Escrivão e advogado provisionário em Luanda, casado com D. Carolina de Jesus Videira”.

¹⁰⁰ Atento no entanto aos *filhos da terra*, que não discriminava. Publicou *Talvez e Angola – Dez postais ilustrados*.

¹⁰¹ Foi diretor e redator do *Jornal de Angola* no mesmo ano da fundação deste periódico: 1916. Mas a sua atuação no jornalismo local foi bem mais longe ainda. O *Jornal de Angola* era o órgão de uma associação nativista (dos naturais de Angola).

Isto coincidia quase totalmente com o discurso já anticolonial dos *filhos da terra* desde as últimas décadas do século XIX e com um artigo do advogado provisionado Alfredo Mântua em *A Civilização da África portuguesa* em... 21.2.1867. Não por acaso, extraí a passagem citada, subscrita pelo dr. Videira, de um texto publicado no começo do *Jornal de Angola*.

A irmã mais velha de António Videira, Maria José, matroniou-se com Francisco Pinto da Cunha Leal (Leal, *Coisas de tempos idos : As minhas memórias 1966-1968*), engenheiro militar com várias missões em Angola, conhecido escritor e político. Os cunhados eram já amigos antes¹⁰². Mantiveram-se ativos na oposição dos colonos a Norton de Matos¹⁰³ (Leal, *Calígula em Angola 1924*) e na oposição portuguesa a Salazar¹⁰⁴.

Este ramo de descendentes do juiz-poeta foi, portanto, outro dos que se integraram na vida colonial angolana do princípio do século e, para o caso, pela parte crítica, oposicionista, ao mesmo tempo em que desenvolvimentista e colonizadora.

Consultando o *Livro de família* verificamos haver outros filhos em Portugal, já depois do regresso.

Depois de Ricardo, nasceu (também recebendo nome só mais tarde) Cornélia Cândida Furtado d'Antas, a 11.11.1870. D. Cornélia veio a casar com o futuro Reitor da Universidade do Porto, José Pereira Salgado – mas não tiveram descendência. Faleceu em 1961 (Antas 2021, 121).

A 6.1.1872 veio ao mundo Arnaldo Cândido Furtado d'Antas – e logo ao nascer diz o pai que terá esse nome (Antas 2021, 58). Arnaldo recebeu os santos óleos (como antigamente se escrevia) a 6.4.1872, na matriz de Melgaço, sendo padrinhos Manuel José Dias Monteiro Júnior e Josefina Furtado Monteiro Novais, filhos dos padrinhos da Corina que nascera e falecera em Luanda (Manuel José Dias Monteiro e sua mulher D. Ana Isabel Furtado Dias Monteiro). Aqui João Cândido Furtado de Mendonça d'Antas os declara “primos” (Antas 2021, 58).

¹⁰² Cunha Leal conheceu a noiva quando António Videira o convidou para almoçar em casa (dos pais).

¹⁰³ António Videira foi mesmo preso e ameaçado de expulsão da colónia, segundo Cunha Leal (Leal, *Coisas de tempos idos : As minhas memórias 1966-1968*, 322-333).

¹⁰⁴ Os dois colaboraram na *Gazeta das colónias* em 1924. Os dois e mais o dr. António Augusto Durães, durante muitos anos o mestre da *Kuribeka* (maçonaria) em Benguela (levado para Angola por Norton de Matos no segundo mandato deste), foram os candidatos oposicionistas, por Angola e pelo MUD, nas eleições de 1945 (escolhidos a 15.10.1945). O anti-salazarismo fez com que integrassem a campanha de Norton de Matos à presidência da República (1948-1949). Durães retirou-se, de Benguela para Melgaço (onde nascera, no “Campo da Feira de Fora”, em 1891), antes da independência de Angola e aí morreu em 1976. Cunha Leal opunha-se à candidatura de Norton de Matos (tal como António Sérgio), mas acabou concordando, para bem da unidade na oposição.

Outra filha, Josefina Cândida Furtado de Antas, veio ao mundo, segundo o *Livro de família* (Antas 2021, 221), no dia 30.3.1873, às 3h “da madrugada”¹⁰⁵. Batizou-a, na “Igreja Matriz de Melgaço”, a 24.5.1873, e teve por padrinho José Afonso d’Espargueira e madrinha a irmã do juiz, D. Carlota Cândida de Mendonça e Silva Campos (Antas 2021, 58). Casou-se com o embaixador e escritor “Dr. Alberto de Oliveira”(Antas 2021, 221) amigo de António Nobre, com quem fundara em Coimbra a revista *Boémia nova* e que foi um dos protagonistas portugueses do neogarrettismo, do simbolismo, do decadentismo, mais tarde do integralismo lusitano¹⁰⁶. “Por ocasião do mesmo Consórcio” compôs o juiz um poema, guardado no Diário (Antas 2021, 64-65). Faleceu D. Josefina, com provecta idade, em 1961 (Antas 2021, 221) – ano do começo da guerra pela independência de Angola.

A 11.3.1875, D. Corina-a-mãe deu à luz D. Maria Margarida Cândida Furtado d’Antas, que se casou com o escritor e pedagogo (formado em Direito) Agostinho de Campos (Antas 2021, 222), biógrafo do sogro. No dia, o juiz assinala apenas que nascera mais uma filha e, pelo Diário, ficamos a saber que estavam na Póvoa do Lanhoso, para onde fora transferido e onde chegaram a 6.6.1873. O batizado se deu a 14.4.1875 e os padrinhos eram de uma família Brandão, de Braga, “primos da mãe da recém-nascida” (Antas 2021, 221). Estando a família em Santarém em 1886, era, segundo o poeta (na voz da filha Eugénia), “trigueirinha, / Ficará mulata um dia” (Antas 2021, 99).

Entre vários outros filhos e filhas, D. Laura Furtado d’Antas veio ao mundo a 21.5.1879 (às oito e meia da noite, só chegando ao nome com o batismo). Estava o pai já em Oliveira de Azeméis, com a família, onde ela nasceu, sendo aí batizada a 9.6.1879, com dois irmãos (Júlio e Maria Corina) por padrinhos. Casou Laura Furtado, a 14.5.1902 (Antas 2021, 61), com o escritor Antero de Figueiredo¹⁰⁷, outro amante rigoroso da perfeição pelo estilo, que repousaria no jazigo da família Furtado d’Antas.

D. Laura faleceu cerca de um ano antes do pai, a 1.9.1904. “Deixou uma filha de 18 meses, Teresa, e vai sepultada em Agramonte, ao lado de sua mãe e irmão João” (Antas 2021, 67). Pouco depois, a 13.9.1904, falecia, com 89 anos, outra irmã do poeta, D. Carlota Furtado d’Antas da Silva Campos, viúva do antigo juiz da Relação de Goa, João Caetano da Silva Campos” (Antas 2021, 67).

¹⁰⁵ “Hoje às 3 horas da madrugada, nasceu mais uma filha, Josefina” (Antas 2021, 58).

¹⁰⁶ Dirigiu a revista *Ação nacional* (1921). Também conviveu com Eça de Queirós.

¹⁰⁷ Conheceu Agostinho de Campos quando estudava Medicina em Coimbra, a par de António Nobre, João Penha e Eugénio de Castro.

A 14.4.1881, pelas 17h, nasceu mais uma filha, ainda sem nome próprio. Veio a batizar-se como Sarah Furtado d'Antas a 18.6.1881, sendo seu padrinho um velho conhecido e amigo do pai, “Luís Barbosa e Silva, de Viana do Castelo, e madrinha Nossa Senhora das Dores”. Sara matrimoniou-se com Roberto de Oliveira Pinto, coronel de engenharia, juntando os Furtado d'Antas com os Oliveira Pinto, sendo que uma de suas filhas ainda casou com D. Segismundo de Bragança (Antas 2021, 223).

Pela sua relação com Angola, retornaremos a Francisco de Antas. Antes enumero referências aos vários filhos engendrados em Luanda pelo casal João Cândido – Corina:

1. O primeiro, Artur Furtado d'Antas, nascido a 30.10.1861 (portanto a mãe viajou grávida já, no mês de abril, para Luanda), casado no Brasil¹⁰⁸ com D. Amélia Mirandolina, morrendo “sem geração” em 1920¹⁰⁹. Segundo o Diário do juiz-poeta, a 6.4.1862 foi batizado “no Recolhimento Pio [onde moravam ainda]. Assistiu e oficiou o Vigário Geral, assistindo a este ato quasi todos os cavalheiros da terra” (Antas 2021, 42). Os padrinhos foram José Maria da Lembrança Miranda Henriques e Maria José Pinheiro Falcão de Miranda, que serviram “um Lunch” no fim. “Os convidados demoraram-se até à noite, e o dia foi passado com satisfação e alegria não vulgar” (Antas 2021, 42). Na ocasião fez o poeta, em nome do seu filho, “uns versinhos” à “prima e madrinha”, que aniversariava (Antas 2021, 42-43).
2. O segundo nascido em Luanda, Júlio Furtado d'Antas, surgiu no dia 21.8.1863¹¹⁰. No seu Diário, Cândido Furtado anota o nascimento do filho, no dia 21.8.1863: “pelas seis horas da tarde do dia de hoje nasceu meu filho que só mais tarde terá o nome. Minha mulher foi neste ato muito feliz e na ocasião em que escrevo continua muito bem” (Antas 2021, 48). Batizou-se Júlio Furtado a 5.3.1864, na igreja do Carmo, freguesia

¹⁰⁸ No poema colocado por Cândido Furtado na voz da filha Eugénia, ela refere ter dois irmãos no Brasil.

¹⁰⁹ Calculo, pelas datas, ser este o filho mencionado, nos fragmentos do Diário, a 3.7.1863: “Partiu o meu filho [era, portanto, o único masculino] para Portugal a bordo do patacho «Cautela» da Praça de Lisboa. Deram causa a esta custosa separação as muitas enfermidades que lhe sobrevieram, que demandavam a sua pronta saída de Luanda – acompanhado uma ama preta que o havia criado. Era escrava e comprei-a para lhe dar liberdade”.

¹¹⁰ A mãe terá engravidado no fim de uma estada em Moçâmedes? Efetivamente, no BO 886 (1862.9.27) 278-279, vemos que, por ofício de 22.9.1862, comunicara oficialmente o pai (ao juiz de Direito) que seguia para lá. Partiu, “com sua esposa”, como se pode ver na p. 279, no vapor *D. Pedro*, que seguia rumo aos “portos do sul”, a 23.9.1862. Lendo o BO 897 (1862.12.13) 361, sabemos que vinha de Moçâmedes, com a esposa, no vapor português *D. Estefânia*. O facto se confirma seguindo as parcelas do Diário no *Livro de Família*, no qual escreve, a 12 de dezembro de 1862: “chegada a Luanda, vindo de Moçâmedes [grafia atualizada] e Benguela, a bordo do vapor «D. Estefânia»” (Antas 2021, 46). Em Moçâmedes esteve hospedado na casa do governador do distrito, José Jacinto Tavares, que refiro no meu livro sobre José da Silva Maia Ferreira.

dos Remédios. O padrinho era “o Dr. Bernardo Soares Vieira da Mota, e madrinha Nossa Senhora das Dores”. O padrinho era seu colega, e o substituiria, à partida dele para Portugal, como “juiz suplente” na Relação de Luanda. O poeta compôs então um poema que dedicou à mulher e mãe. O filho Júlio tornou-se escrivão da Fazenda pública, falecendo em 1920. Este Júlio surge no poema que o juiz põe na voz da filha “Geninha” (Antas 2021, 99) e de forma que revela preconceito racial, ou social e racial, antes não notado na lírica de Furtado d’Antas¹¹¹:

*O Júlio não é sujeito
Que a mim num chinelo meta,
Pois traz barbas, e em pequeno
Mamou leite de uma preta.*

3. A terceira filha nascida em Luanda foi Corina Furtado d’Antas, a 21.11.1864. Nesse mesmo dia anotou no seu Diário o meticoloso juiz: “hoje, às 4 horas da manhã nasceu minha filha de nome Corina, com muita felicidade”. Batizaram-na “na capela de Nossa Senhora da Nazaré, freguesia dos Remédios, em Luanda”. Os padrinhos davam pelo nome de “Manuel José Dias Monteiro e sua mulher D. Ana Isabel Furtado Dias Monteiro” (Antas 2021, 50). Infelizmente, Corina faleceu muito cedo, em Luanda, a 12.5.1866¹¹².
4. O quarto, João Cândido Furtado d’Antas, nasceu a 18.11.1866¹¹³. Foi padrinho da irmã Eugénia e, aos 20 anos, era “mocinho de truz; / Há de parecer ao meu¹¹⁴ colo / Mesmo um menino Jesus” (Antas 2021, 99). Foi aluno do Colégio Militar, Tenente de artilharia, morrendo afogado na Foz do Douro a 5.10.1894. A morte foi chocante por vários motivos: sabia nadar (uma nota apostada ao Diário lança a hipótese de ter morrido por congestão); ia casar-se “daí por 8 dias”, segundo a mesma nota; o corpo só apareceu no dia 10.10.1894; a mãe, esposa do juiz-poeta, sofreu o seu

¹¹¹ Repare-se, no entanto, nesse mesmo poema e nessa página, no retrato da ama de “Arnaldo” em Melgaço: “A ama do Arnaldo tinha / Pelo, rabo, e quatro pés; / Ele, pois, há de ser sempre / Um cabrito montês.” Viria de Angola tal ama? Parece-me pouco provável, até porque não li menção nenhuma ao facto. Mas o poeta pode aqui estar a dar voz à personagem, sua filha, com respetivos defeitos.

¹¹² O poeta a essa morte se refere em verso e no Diário: “12 de Maio de 1866 / Neste dia pelas 2 horas e meia da manhã, faleceu minha filha Corina, tinha 20 meses, sucumbiu de uma terrível doença de fígado e febres. Foi sepultada no mesmo dia às 6 horas da tarde. Minha mulher e filho achavam-se então bastante doentes, pelo que tomei a resolução de mudar de casa” (Antas 2021, 51). Sublinhe-se a pronta prudência.

¹¹³ “18 de Novembro de 1866 / Hoje pelas 4 horas da tarde deu minha mulher à luz um filho, tendo sido neste ato feliz” (Antas 2021, 51).

¹¹⁴ Cândido Furtado finge, nesse poema, ser a sua filha «Geninha».

primeiro ataque cardíaco na sequência, vindo a morrer um ano depois. João Cândido recebeu o batismo, não sei porquê, só a 7.11.1867, “na igreja paroquial de Nossa Senhora da Conceição, da Cidade Alta [Luanda]. Foi padrinho Manuel Rodrigues Carmelino, residente em Lisboa, e madrinha D. Maria Isabel de Castro Monteiro, do Porto” (Antas 2021, 52). A escolha dos padrinhos parece indicar que o juiz pensava já em partir para Portugal. O padrinho, embora residente em Lisboa, pertencia a uma família que, por esses anos e alguns antes, se formou em Angola (talvez a partir deste padrinho) e deixou descendência até hoje espalhada pela antiga colónia. O sobrenome Carmelino é recorrente no *Boletim oficial* de Angola na segunda metade do século XIX.

5. O último a nascer em Luanda foi Francisco Cândido Furtado d'Antas, que nos interessa bem mais, a quem estuda a formação da literatura angolana.

Este nasceu no dia 20.1.1868¹¹⁵. “Casou a 17 de dezembro de 1893 com D. Otávia de Araújo, filha de um oficial do exército, de uma família de Freixo-de-Espada-à-Cinta, mas cuja mãe era de Luanda” (Antas 2021, 52, 121). O enlace foi noticiado no periódico lisboeta *Portugal e colónias* (Anónimo 1894):

Consorciaram-se a menina Otávia Araújo e o sr. Francisco d'Antas filho do juiz da relação do Porto sr. dr. Furtado d'Antas.

Há diferença entre a data dada pela família para o casamento (17.12) e a do envio da correspondência noticiosa para o periódico (15.12). Explica-se porque 15 de dezembro é a data dos primeiros eventos relatados no jornal, havendo outros posteriores colocados parágrafos abaixo.

Uma descendente do juiz-poeta, de um ramo de casados e nascidos em Benguela e bisneta de Francisco Cândido, confirma que ele se casou já em Luanda.

Efetivamente, ali se radicava a família da noiva desde, pelo menos, duas gerações antes. Otávia de Araújo podia pertencer a uma família de Freixo de Espada à Cinta, podia ser filha de um oficial do exército, mas o seu avô, José Maria de Sousa Araújo, seguiu para Angola em 1824, dado como natural de Braga. Atente-se neste anúncio publicado em *A defesa de Angola*¹¹⁶ (288 [27.6.1907] 3):

¹¹⁵ Portanto, muito pouco tempo antes do regresso do juiz a Portugal.

¹¹⁶ Periódico luandense animado pela maçonaria republicana portuguesa, diretamente por Magalhães Lima e tendo como diretor José de Macedo, autor de *A autonomia de Angola* (Macedo 2008).

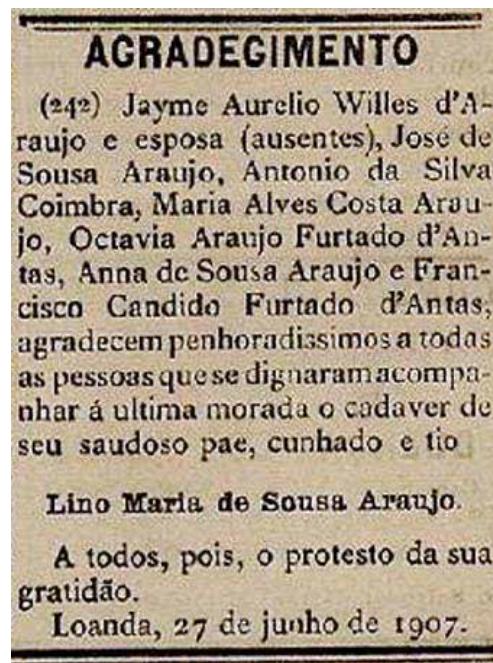


FIGURA 2

O “saudoso” tio de Octávia¹¹⁷ cofundou em Luanda, com o naturalista português (angolanizado) Francisco António Pinheiro Baião, e outros menos importantes, um jornal de referência para os angolenses, como realçou mais tarde o combativo jornalista e protonacionalista angolano Mamede de Santana e Palma. Esse jornal, *O Cruzeiro do Sul*, durou de 1873 a 1878 e nele publicaram nomes salientes da comunidade literária local, entre angolenses e portugueses, como o cônego António José do Nascimento (figura patriarcal da comunidade, m. 1902), entre portugueses integrados o professor e padre (que deixaria de o ser) António Castanheira Nunes¹¹⁸, o poeta (ultrarromântico) e jornalista português (aclimatado, polémico, abolicionista) António Urbano Monteiro de Castro (E. A. Santos 2020), amigo de Vieira de Castro e cujo irmão triunfara em Portugal no jornalismo também. A Urbano de Castro,

¹¹⁷ Podia ser um filho de Francisco Maria de Sousa Araújo, falecido em Lisboa em 1890, mas era mesmo filho do militar acima referido, José Maria de Sousa Araújo, conforme documentação consultada e inserida em livro inédito ainda.

¹¹⁸ Professor; autor de *O discípulo de leitura portuguesa*, aconselhado nas escolas da colónia, e cujo filho, Mário Castanheira Nunes, exerceu também o jornalismo, sendo um dos colaboradores de *Voz de Angola Clamando no Deserto*.

colonial convicto¹¹⁹, liberal, abolicionista e desenvolvimentista, se deve o primeiro fundo bibliográfico privado da Biblioteca Municipal de Luanda, para além de muitas outras intervenções, entre as quais a direção do primeiro periódico privado na colónia, *A civilização da África portuguesa* (1867-1869)¹²⁰. Neste periódico luandense publicaram o poema «A Beneficência», do juiz João Cândido, que era, no momento em que o compôs, responsável pelo Recolhimento Pio D. Pedro V. Referi-o já mais atrás.

Em *O Cruzeiro do Sul* assinaram textos, ainda, figuras de portugueses importantes na colónia, como o bibliófilo e pedagogo Joaquim Eugénio de Sales Ferreira, António Francisco Nogueira, então comerciante em Moçâmedes e depois autor de *A Raça Negra sob o ponto de vista da civilização da África* (Nogueira 1880), e o advogado Francisco Joaquim Farto da Costa¹²¹ (Lopo 1964, 70), muito bem relacionado na comunidade angolense nos meados do século XIX e que foi o primeiro testamenteiro de D. Ana Joaquina dos Santos e Silva¹²², além de vereador eleito para a Câmara Municipal de Luanda. Este periódico do tio de Otávia de Araújo foi o primeiro, em Angola, a declarar-se republicano e o primeiro dirigido por um filho do país. Tinha tipografia própria e, tal como aconteceu com *A Civilização da África portuguesa*, sofreu dissabores por causa de noticiários e textos de opinião críticos. O tio de Otávia, Lino Maria de Sousa Araújo, teve de se deslocar a Portugal para exigir a reparação dos prejuízos que lhe causaram, o que foi conseguido, realizando depois uma brilhante carreira nas alfândegas de Angola.

¹¹⁹ Marcava explicitamente o seu 'lugar de fala'. Muitos filhos da terra não gostavam dele e um chegou a espancá-lo em plena rua, o que deu origem a uma sátira das mais violentas e bem conseguidas (tanto quanto mal-intencionadas) do jornalismo angolense, ironizando com suas origens nobres e sua fraqueza física perante o adversário. No entanto, o espancamento parece ter-se devido a denúncias feitas por Urbano de Castro na imprensa.

¹²⁰ Júlio de Castro Lopo o dá como cofundador de *O Cruzeiro do Sul* (Lopo 1964, 30). O primeiro jornal foi *A Aurora*, de Ernesto Marecos e outros coloniais, mas não tinha tipografia própria e não se conhecem até hoje exemplares. Parece ter sido, sobretudo, um jornal literário. Por isso tudo se considera *A Civilização* o primeiro. Este era um órgão liberal, abolicionista, na linha dos projetos do marquês de Sá da Bandeira e os seus fundadores, tal como o principal colaborador (o brasileiro Francisco Pereira Dutra) foram presos, suspensos, o jornal fechado em 1869 definitivamente e Pereira Dutra faleceu na prisão, em 1867.

¹²¹ Em documento oficial foi tratado como "Forte da Costa", quando o governador-geral o demitiu "do cargo de advogado dos presos pobres da cadeia de Luanda" (portaria provincial de 15.4.1850). Mas a transcrição que vi em rede apresenta gralhas várias. Não se justifica a demissão (na transcrição pelo menos). O governador seguinte (António Sérgio de Sousa) assina portaria provincial, a 9.9.1851, "exonerando Francisco Joaquim Farto da Costa de Auditor de Angola". Foi eleito vereador da Câmara Municipal de Luanda, para o biênio 1862-1863, em 1.11.1861, conforme os resultados publicados no *Boletim oficial* 845 (1861.12.7) 3, sendo o sexto de sete eleitos (o sétimo foi Bernardo Vieira Dias). Em maio de 1863 foi nomeado ("o bacharel Francisco Joaquim Farto da Costa") juiz substituto no tribunal de Luanda (BO 21 [1863.5.23] 163).

¹²² Famosa negreira, empresária e figura dominante da elite angolense em meados do século. De sua filha descendem muitos dos "Garrido" do fim do século XIX, quase todos naturais da Figueira da Foz, entre eles o historiador e crítico Luís Garrido, neto da famosa (e bela) empresária.

Da rede familiar de Otávia fazia parte, como se vê, Jaime Aurélio Wylls de Araújo, ausente. Ele foi guarda-marinha. O jornal *Portugal e colónias* dá notícia da sua promoção (junto com muitos outros) a “segundo tenente”. Com tal patente (o sobrenome surge como “Willis de Araújo”) integrou uma comissão para regulamentar “uma doca flutuante para o serviço da província”. Pertencia à “guarnição da Estação Naval do Atlântico Sul” BO 42 (1896.10.17) 659. Ainda descendente dos mesmos ancestrais foi o político e nacionalista Jaime de Sousa Araújo, nascido em Angola a 12.10.1920.

Serviu Francisco de Antas em Angola durante muitos anos, continuando uma tradição familiar¹²³. Era irmão de outro que foi batizado em Luanda, pois no *Boletim Oficial* n.º 21, de 20.5.1865 (p. 92), se dá notícia do batismo, em maio de 1865 (ano em que viajou o juiz a Portugal), de um filho “do juiz de direito, o sr. Dr. João Cândido Furtado d’Antas”¹²⁴.

Francisco Cândido surge muitas vezes no *Boletim oficial do governo-geral de Angola*, nos números do fim do século XIX. Exerceu funções diversas, entre as quais a de chefe do concelho da Barra do Dande (a norte de Luanda) e presidente da respetiva Comissão Municipal. É mencionado no Agradecimento feito por morte de Antónia da Cunha Almeida Marques e Maria Varela da Cunha e Almeida Marques, que,

após uma persistente enfermidade, sucumbiram nos dias 3 e 15 do mês de setembro próximo findo, no sítio Quitabanga, 1.ª divisão deste concelho.

Ao ex.º sr. alferes Francisco Cândido Furtado de Antas, digno chefe deste concelho [Zenzo do Golungo], protestam aqui o reconhecimento da sua gratidão, por se ter dado ao incômodo de visitá-los, acompanhando o fúretro da primeira infeliz ao seu último repouso e ainda por lhes ter enviado frases de condoléncia pelo passamento da segunda.

Os subscritores: Caetano Xavier de Assis e Andrade, Francisco de Assis e Andrade, Catarina Gabriel de Assis e Andrade, Eugénia Xavier de Assis e Andrade. Havia dois ramos da família Assis em Angola, igualmente importantes para a literatura angolana, dos quais se destaca o do romancista, jornalista, linguista e político António de Assis Júnior. “Assis e Andrade” resultou da conjugação de um desses ramos com

¹²³ Que também manteve deslocando-se ao Rio de Janeiro pelo menos uma vez, obtendo passaporte em Portugal, em 9.10.1884 e dado como tendo 17 anos (Arquivo Distrital de Aveiro, PT/ADAVR/AC/GCAVR/H-D/001/0002/000332, Livro 0002, registo n.º 331, f. 56).

¹²⁴ Como já disse, a filha Corina foi batizada em abril, não sei quem teria sido batizado em maio.

outra família angolense muito significativa, da qual saíram os irmãos Mário Coelho Pinto de Andrade¹²⁵ e Joaquim Pinto de Andrade¹²⁶.

Francisco Furtado d'Antas foi também membro do Conselho de Guerra em Luanda. Por essa função comparecia muito o seu nome nos boletins oficiais de 1895. Note-se, de passagem, que outro membro do Conselho era Luís Gomes do Amaral Gurgel, da família materna do poeta e romancista angolense Pedro Félix Machado, da família de João Pio do Amaral Gurgel¹²⁷ e do geógrafo e professor universitário Ilídio do Amaral (nascido em Luanda a 3.9.1926). Esta família terá convivido com o poeta-juiz em Luanda, pois António Pio do Amaral Gurgel era “escrivão nomeado e juramentado” do juiz Cândido Furtado, em 14.7.1864, “com exercício na 2.ª vara”¹²⁸. Ambos tiveram antepassados brasileiros, ou com historial no Brasil.



FIGURA 3 · João Furtado d'Antas, Presidente da Direcção da Liga Nacional Africana (no canto superior esquerdo).

¹²⁵ Nacionalista, ensaista, sociólogo, jornalista, foi um dos fundadores do MPLA, partido ainda hoje no poder em Angola. Fez duas famosas antologias de poesia africana em língua portuguesa, inseríveis no movimento da Negritude. Foi redator, em Paris e durante anos, da conhecida revista *Présence africaine*.

¹²⁶ Padre, nacionalista e político, homem conhecido pela sua coerência, lucidez e integridade.

¹²⁷ Cofundador do Grémio Africano, era filho de Baltazar Pio do Amaral Gurgel (nascido este em 1850) “comerciante e proprietário no Dondo” (Amaral 2000, 17), onde faleceu em abril de 1895 (BO 18 [1895.5.4] 248). João Pio era primo direito do quase homónimo pai de Ilídio do Amaral e não se deve confundir com outro do mesmo nome, escrivão em Luanda em 1850, onze anos antes da chegada de Cândido Furtado e esposa.

¹²⁸ BO 29 (1864.7.16) 242.

Francisco Cândido Furtado d'Antas terminou a carreira com a patente de coronel (Antas 2021, 29, 70). Um seu filho, nascido em Luanda, João Furtado d'Antas, veio a ser presidente da direção da Liga Nacional Africana, com foto reproduzida no número de 17.8.1937 da revista *Angola*, órgão da Liga.

Não sei se este, ou qualquer outro, se terá casado com uma jovem judia, filha do núcleo judaico de Benguela-Catumbela, que gerou Luna Bendrau Furtado d'Antas, nascida “em 1903, foi enterrada em Benguela em 1970”, na secção judaica do cemitério local (“Campo da Igualdade”), na Camunda¹²⁹ (Freudenthal 2004, 248). Essa descendência (Bendrau Furtado d'Antas) vem largamente referida no *Livro de família*.

Biografia literária e profissional

João Cândido Furtado de Mendonça de Antas formou-se em Direito, por Coimbra, cursando de 24.10.1849¹³⁰ a 18.7.1854¹³¹. A formação revelou-se decisiva, tanto literária quanto profissionalmente, resultando numa lírica ultrarromântica e numa habilitação rigorosa para o cargo de juiz. Alguma veleidade político-partidária lhe tocou, porém suave (a julgar pelo que dele vi escrito).

A literatura e a política na vida e na família

Logo após a conclusão do curso em Coimbra, Cândido Furtado exerceu funções como Administrador do Concelho de Viana do Castelo (por esse círculo também se elegeria deputado, mas em 1889). Quando conheceu e namorou a sua futura esposa já tinha, portanto, sido Administrador de concelho. Não se casou, mais uma vez o verificamos, como pobre órfão desvalido.

¹²⁹ Chamado hoje Cemitério Municipal da Camunda.

¹³⁰ Segundo nota apostila a um poema escrito na ocasião, seguiu para Coimbra em setembro de 1850 (Antas 2021, 76-77).

¹³¹ A 13.5.1854 fez a sua despedida poética: “No fim do curso de Direito. Adeus! / Dedicado e oferecido a meus Condiscípulos”. Aí, curiosamente, particulariza aqueles que vieram de outros países: “E este adeus talvez que seja *eterno* [sublinhado no original] / P'ra vós que ides rever o lar materno / Irmãos e pais cingir d'abraço terno / Longe deste país, sobre [sic] outros céus!” (Antas 2021, 73).

Reencontrou na cidade de Viana do Castelo um grupo de naturais e residentes apostados em dois objetivos: assegurar a vitória do progressismo histórico, ou seja, da ala liberal e progressiva dos monárquicos; criar um jornal em cujas páginas, além de se lutar pelo objetivo partidário, houvesse produção jornalística e literária de mérito, escrita num português rigoroso, com sensibilidade estética sem perda do poder de comunicação. Cofundou nessa altura, com tal grupo de vianenses, o jornal *Aurora do Lima*, antes de casar e de ir para Angola. Para estudar a conformação literária que levou para Luanda, convém detalharmos o que foi, nesse momento, a *Aurora do Lima*, pois os anos de formação em Coimbra, pelos nomes de colegas ilustres na poesia e na política, já sabemos o que lhe trouxeram.

O periódico se criou em 15.12.1855 (pouco mais de um ano após a conclusão dos estudos universitários). Do grupo fundador constava, com relevância, o bacharel em Direito José Barbosa e Silva ¹³², 27 anos, amigo de Camilo Castelo-Branco, e do autor (como seu irmão Luís). Os pais eram também amigos dos pais de João Cândido Furtado, de quem foi colega logo nos estudos primários (Antas 2021, 89-90).

Camilo, a julgar pelo que se diz no sítio do jornal em rede, fez parte do grupo fundador. Em 1857 ¹³³ Barbosa e Silva o convidou para redator principal e, durante 55 dias, ele dirigiu o periódico. Não suportando a limitada vida local, abandonou funções e voltou para o Porto. Isto quer dizer que, já nesse tempo (e quiçá no tempo de Coimbra), João Cândido Furtado conhecia (se não convivia com) a pessoa e a literatura de Camilo Castelo-Branco. Penso que a sua presença em Luanda reforçava o prestígio do polémico escritor, que teve muitos títulos lidos na capital da colónia, quer por reinóis, quer por angolenses. Eram, porém, personalidades opostas. Mais próxima da de Camilo estaria a de José da Silva Maia Ferreira, outro seu leitor animado em Angola, como em Lisboa.

¹³² Também jornalista, deputado, manteve uma intensa relação amorosa com a irmã de Ana Plácido e deixou-nos o romance *Viver para sofrer*, dedicado aos irmãos. O poema de João Cândido Furtado ao amigo, por impacto da notícia de sua morte, subscrito em Luanda em “dezembro de 1865”, faz alusão ao título da obra: “Me seja dado orar na sepultura / Do triste que viveu para sofrer” (Antas 2021, 90).

¹³³ Já a 19.1.1857 saía no periódico, “assinado João Júnior”, um folhetim de Camilo (Branco, *Dispersos de Camilo* 1926, 7).

Barbosa e Silva apresentou-se a deputado pelo Partido Progressista Histórico¹³⁴, a que estava ligado o futuro governador civil de Viana do Castelo (1879-1881, 1897-1900), António Alberto da Rocha Páris. Havendo no Partido Histórico uma confissão política a favor da monarquia liberal, do que seria a esquerda moderada e monárquica da época (nesses anos alguns republicanos ainda integraram as hostes progressistas), nele se reuniam pessoas diversas. Anselmo Braamcamp, figura tutelar, era vincadamente anticlerical. Apesar disso, Barbosa e Silva, logo no começo do texto de apresentação do seu jornal, cerca de 20 anos antes da extinção do Partido Histórico (que se transformou em Progressista), declarava perentório a confissão cristã e portuguesa (ou seja, defendia a continuidade do cristianismo tradicional português). A confissão coincidia apenas em parte com as crenças e ideias de alguns correligionários. Em particular afinava-se com a sensibilidade religiosa de Camilo Castelo-Branco, a da patriótica defesa do catolicismo tradicional, autêntico, apessoado, humilde, nem institucional, nem convencido, nem clerical, nem autoritário. Recorde-se, entre muitas outras citações possíveis, a frase de Camilo em carta a Barbosa, datada de 6.2.1857: “Não devo esperar mais nada. Digo isto com resignação, pondo o meu espírito em Deus” (Branco, Carta a José Barbosa e Silva 1857). Recorde-se, também, que o atormentado romancista se submeteu para receber ordens menores em 1852 e co-fundou, nesse mesmo ano, o jornal *O Cristianismo*. Em 1854 redigia, dando a mão a Augusto Soromenho (corredor, com quem se viria a desentender), o jornal *A Cruz*, subintitulado “Semanário religioso”.

¹³⁴ A afirmação, do *Aurora do Lima*, é imprecisa. O “Partido Progressista Dissidente, ou Histórico”, fundado em 1852 a partir de uma cisão nos progressistas (entre uma ala Liberal-democrática e uma ala – a Regeneradora – defensora da centralização política e administrativa para concretizar o necessário desenvolvimento económico), é que estava por trás (politicamente) da criação da *Aurora do Lima*. Este partido tornou-se comum chamar só de Partido Histórico. Mais tarde, o Partido Reformista e o Partido Histórico (de 1852), assinaram o ‘Pacto da Granja’, que juntou reformistas, progressistas em geral e históricos, em setembro de 1876, em nome das aspirações da Patuleia (AAVV, História de Portugal em datas 1996, 219, 226). No sítio do jornal *Aurora do Lima* se diz que Barbosa e Silva morreu com 37 anos, em 1865 (em agosto ainda subscrevia documento político, a par de Rocha Páris e outros). Na hiperligação que dá para a página do *Aurora do Lima*, refere-se o Partido Progressista, de José Luciano de Castro, que fez o Curso de Direito em Coimbra a par de João Cândido Furtado (1849-1854). Esse Partido Progressista terá sido chefiado, em certo momento, em Viana, por Rocha Páris – de quem descendia um deputado da União Nacional, que o era em 1947. O Partido Histórico (de 1852) opunha-se ao cabralismo. O Partido Progressista, de 1876, ascendeu ao governo, com o já veterano Anselmo Braamcamp (não confundir com o pai, Anselmo José Braamcamp de Almeida Castelo Branco, 1791-1841). Este Braamcamp fora já ministro, manteve-se maçom, liberal e anticlerical.

A declaração de Barbosa e Silva¹³⁵ também coincidia com a religiosidade formal¹³⁶, mas caseira e familiar, evidente nos poemas líricos do juiz das duas varas de Luanda. A sua religiosidade está exposta por completo, me parece, no poema escrito pelo batizado do filho Júlio (5.3.1864), oferecido à mulher (Antas 2021, 48-50). A essa religiosidade ele acrescentava a religião pela natureza¹³⁷, sob influência direta de Victor Hugo, de que glosou precisamente o poema «Religião (versão livre de V. Hugo)», ilustrativo quanto ao que digo. Aliás, Hugo se viu citado e aludido em outro dos poemas que de Angola enviava João Cândido para o *Almanach*. O ‘poeta do Lima’ traduziu também o «Desejo» huguiano, além de fazer uma versão própria de «Religião» – mais fraca do que a original, o que seria de esperar, pela sua postura moral regularíssima, auto vigiada, muito coerente e rígida. Note-se o que diz por ocasião do falecimento, em Luanda, do seu sobrinho Luís, filho do irmão primogénito e homónimo, que herdava o morgadio:

21 de janeiro de 1862

*Faleceu meu sobrinho Luís de febres, que nesta quadra fizeram bastantes estragos.
Loucura de mancebo, nenhuma cautela e resguardo no seu régimen de vida ocasionaram-lhe moléstia, de que sucumbiu.*

Apesar das afinidades religiosas com Camilo Castelo-Branco, havendo uma acentuada oposição de personalidades, talvez a previsível admiração de Cândido Furtado pela obra (talvez não pela biografia amorosa) do romancista não fosse valorizada por este. Nas cartas a Barbosa, quando apontava que sem o seu correspondente o jornal acabaria, referia-se depreciativamente a um Cândido, que penso ser o juiz-poeta (Branco, Carta a José Barbosa e Silva 1857):

O Cândido é um caranguejo que dissipá o tempo entre o sorvo de uma pitada e a averiguación dum ‘il y n’était pas’.

Não é difícil encontrarmos diferenças de personalidade e comportamento entre Camilo Castelo-Branco (mesmo José Barbosa e Silva) e João Cândido Furtado. A imagem que, na força da expressão corrosiva, cáustica, o romancista nos inculca, em duas linhas apenas, é tão pertinente que não tenho dificuldade em vê-lo assim, como também coincide com o que transpira da prosa do juiz em Luanda. Em texto

¹³⁵ Corroborada no poema feito por Furtado d'Antas à morte do amigo, ao saber dela em Luanda (Antas 2021, 89-90).

¹³⁶ Formal, isto é, acordada às instituições, sem chocar com elas, mas sobretudo formal na medida do que parece ter sido o caráter do autor, em tudo procedendo formalmente, o que – direi adiante – limitou a centelha criativa da inclinação poética.

¹³⁷ Note-se que já perpassa tal tipo de ‘religião’ ou ‘religação’ nos poemas de fr. Agostinho da Cruz.

publicado na *Aurora do Lima* a 15.6.1857, Camilo diz de si próprio (Branco, *Dispersos de Camilo* 1926, 50):

E eu, homem livre como o ar, não respeito conveniências algumas, nem me arreceio da responsabilidade grave que entre nós pesa sobre os escritores tímidos [...].

Cândido Furtado seria bem mais convencional e, quiçá, tímido. Pelo menos é isso que sugerem a sua prosa jurídica, mesmo as anotações no Diário, e a sua lírica, mesmo a familiar, a par da biografia monogâmica.

Politicamente não será, porém, de estranhar o nome de João Cândido na *Aurora do Lima*, como também não será de estranhar que o seu campo ‘natural’ fosse o de uma espécie de esquerda moderada da monarquia liberal. Um dos dois Luís Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado, penso que o primeiro, já figura de relevo e a viver em Portugal, integrou a “Junta Provisional do Governo Supremo, constituída no Porto, na sequência da rebelião antifrancesa” (Tavares 2021, 296). Junto com outro militar, o capitão de artilharia João Manuel Mariz Sarmento, foi dos “protagonistas centrais dos primeiros acontecimentos do movimento restaurador”. Ambos, em plena campanha de caça aos “amigos dos franceses”, foram acusados por suspeitas de ligações à Maçonaria, com defesa de convocação de cortes, como afirma Tavares (Tavares 2021, 297):

pretenderiam «que a restauração da dinastia de Bragança fosse também a restauração da representação nacional e do espírito público em que a coroa do seu fundador se apoiou». Efetivamente, nos termos dessa carta, «a causa maior da nossa decadência» resultaria da não convocação de cortes desde o reinado de D. Pedro II.

Uma vez

julgados e condenados em forma de processo na Relação¹³⁸, contaram então com a solicitude protetora do bispo, que levou a Junta do Governo Supremo a remeter os sentenciados para o Rio de Janeiro, ao príncipe regente, por forma a estes poderem ser contemplados, como aconteceu, com a revogação da execução das sentenças, que previam respetivamente pena de morte para Cândido e deportação em Angola para Mariz.

A tradição liberal da família ficou mais clara ainda com a participação determinada, reconhecida e clara de Eusébio Cândido no combate pela devolução do trono a D. Maria II, liderado por D. Pedro. Juntou-se aos revoltosos liberais nos Açores e

¹³⁸ V. o Edital da Junta Provisional do Governo Supremo sobre o perdão ao réu Luís Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado pelo crime praticado, realização de processos de todos os presos de Estado e justiça (PT/AHM/DIV/1/14/252/51).

desembarcou no Mindelo, como disse atrás. Havia, portanto, uma tradição familiar de participação política ativa, sempre do lado liberal e, já antes dele, suponho que maçom também.

A Lírica de Cândido Furtado e Angola

Poeta do *Almanach de lembranças*, colega de Soares de Passos em Coimbra¹³⁹, Cândido Furtado começou a colaborar no *Almanach* ainda antes da ida para Angola, situando-se no Porto. Para descortinarmos o meio literário do qual veio a participar e em que se formou, convém recordar que também foi colaborador na gazeta *A Grinalda* (1855-1869), recolha portuense de “poesias inéditas”. À grinalda de flores poéticas aportaram pérolas, entre outros, de Camilo Castelo-Branco (F. R. Silva 2008) e do colega de Coimbra António Augusto Soares de Passos (Porto, 1826 – Porto, 1860), que fundara, com outros, *O Novo trovador* em 1851 e vira publicadas as *Poesias* em 1856.

Há, sem dúvida, afinidades várias na lírica de Soares de Passos e na de Cândido Furtado. Não só: os poemas mais políticos do vate do Porto¹⁴⁰ coincidiam, em grande parte, com o que sabemos das opções políticas de Cândido Furtado, aliás também dos fundadores do jornal *A Civilização da África portuguesa*, em que saiu o poema «A Beneficência», e da poesia de José Bernardo Ferrão, coetâneo do juiz na Angola colonial. Os versos dos dois cultivavam uma sensibilidade exacerbada, a melancolia, a nostalgia, conteúdos tipicamente ultrarromânticos. Ambos também, talvez por força do curso jurídico, conheciam bem a poesia dos clássicos latinos, Virgílio e Horácio em particular. Igualmente partilham um rigoroso sentido do ritmo, da métrica e da distribuição rimática, adaptado aos cânones estabelecidos no *Tratado de metrificação* de Castilho (Castilho 1851). Os dois e Camilo Castelo-Branco (Branco, Amor de salvação 1864) manifestam várias vezes, por vários modos, a sua crença no amor como força de salvação, de libertação, regeneradora. A poesia do juiz-poeta, que não se dedicou a ela como o seu colega em Coimbra, era menos fatalista e mórbida que a de Soares de Passos e não frequentava as paixões, os deslumbres eróticos (amorosos, quero dizer).

¹³⁹ O conhecido vate ultrarromântico entrou para cursar Direito no mesmo ano que João Cândido (1849). Soares de Passos nasceria 3 anos antes do ‘poeta do Lima’.

¹⁴⁰ Filho de um liberal convicto, foragido em consequências das suas ideias.

Dos poemas de Cândido Furtado em *A Grinalda* só deparei com um enviado de Angola, com data de 1.6.1863, «Canção», que saiu no quarto volume (p. 186). Os outros foram colaborações enviadas antes da partida para Luanda, por exemplo «No álbum do meu amigo J. M. Nogueira Lima¹⁴¹» (AAVV, *A grinalda* 1862, 44-46), escrito em 1859 e republicado no *Almanach* para 1865¹⁴². Coincide, a época inicial de publicação, com a de Soares de Passos, que, terminada a formatura, foi para o Porto em 1854. O poema «Riso e Pranto / Imitação»¹⁴³, escrito por Cândido Furtado em Viana do Castelo, em 1855, surge em *A Grinalda* (logo a seguir a outro de Maria Peregrina de Sousa, localizado no Porto, 26.12.1857 – pp. 53-56). Páginas adiante estampava-se «O teu nome», com epígrafe de V. Hugo (pp. 102-103) – e penso terem sido estes os primeiros publicados no periódico por ele. Como se sabe, *A Grinalda* reuniu colaborações de poetas ligados a movimentos literários, culturais e políticos bem diferentes, mas, no conjunto, inseria-se na terceira (e portuense) vaga do Romantismo lusitano, dando voz maioritariamente à geração de *O novo trovador*.

A lírica de Cândido Furtado representa bem o padrão dominante, acentuando nesse padrão o canónico pendor religioso, familiar e circunstancial das composições e se alheando um pouco do fatalismo fácil. As leituras que revela, por epígrafes, imitações, versões e alusões ou reconversões, são típicas também: Jeremias, Lamartine, João de Lemos, Byron, Campoamor e Goethe, misturados com Fénélon, Miguel de Cervantes, Diogo Bernardes, Ovídio e Virgílio.

Goethe, Byron, Lamartine, João de Lemos, são, claramente, referências comuns, não só ao Romantismo de segunda e terceira geração, no Brasil e em Portugal, mas ainda para o angolense Maia Ferreira¹⁴⁴, nas *Esportaneidades da minha alma*, de que circulavam em Luanda exemplares¹⁴⁵. O prestígio desses autores continuaria reforçando-se com a presença do juiz-poeta na colónia. Consigo levaria, quem sabe, alguma leitura do asturiano Campoamor também.

As lamentações de Jeremias não deixaram de estar presentes no quadro de leituras do século romântico, por razões que se compreendem. Representam, nesta ambiência, o tipo de filiação romântica de João Cândido na religião bíblica. Eram seus versos algo lamentosos (apesar dos momentos de bom-humor), queixosos, no entanto revelando uma crença firme. Jeremias denunciava, por sua vez, o afastamento do

¹⁴¹ Diretor da publicação, apresentado na capa como um dos redatores, a par de J. M. B. Carneiro.

¹⁴² Na p. 283 e sem a nota, esclarecedora, referente a “folhas dez”, que saíra em *A Grinalda*.

¹⁴³ Recorde-se o livro de versos que o juiz pensava publicar.

¹⁴⁴ Nascido em 1827, portanto um ano depois de Soares de Passos.

¹⁴⁵ Um pouco menos Goethe e Byron.

povo de Deus da sua fé, principalmente da elite, como as respetivas consequências. As lamentações, recorde-se, são verdadeiros poemas, que não estão longe de algumas, poucas embora, *Méditations* de Lamartine. Nos versos do juiz volta-se o foco para os dramas familiares, a morte da filha, depois a do filho, de outra filha, e da mulher, o incêndio na casa onde nascera...

Fénélon e as pedagógicas *Les Aventures de Télémaque* (1694), escritas para educação do príncipe duque de Borgonha (neto de Luís XIV), eram constante presença nos anúncios de livros no Brasil durante a primeira metade do século XIX, e várias foram as traduções que sofreu para a língua portuguesa. Na colónia de Angola não tenho notícia direta da circulação de algum exemplar, mas, até pela influência do mercado brasileiro em Luanda e Benguela nesses anos, é mais de duvidar que não circulasse. De resto, as suas *Obras espirituais*, em francês, constavam de uma lista de livros dos antigos conventos, enviados para Angola a pedido da igreja local, em 1852¹⁴⁶. Fénélon e Virgílio, mesmo Ovídio, foram autores lidos por estudantes de Direito, no Brasil e em Portugal, ao longo do século XIX, por causa da Retórica e também, no caso do *Telêmaco*, do estudo dos sistemas políticos da antiguidade greco-latina. Eram lidos em Angola no século XIX, incluindo Ovídio em tradução de Castilho.

Miguel de Cervantes nos dispensa comentários. Apenas direi que se combina bem com os momentos de humor que o juiz manifesta em algumas composições, não alcançando o mestre, mas saindo-se bem na composição de episódios e tipos ridículos, ou de observações irônicas. Alguns exemplos de seus poemas bem-humorados são «Soneto – Enigma», dedicado ao “Cônsul Inglês em Luanda”; «Receita para se obter a firmeza da mulher»; «Receita para se obter a firmeza do marido» (Antas 2021, 90) e «Um Mártir!» (Antas 2021, 97-98). É certo que teve Cândido Furtado momentos de ira e que, em algumas passagens do Diário, revela bem suas irritações, embora esporádicas e justificadas. No Diário não lemos muitos testemunhos de bom-humor, apenas em algumas composições nos aniversários dos filhos e das filhas (além das atrás referidas). Mas esse bom-humor é-lhe reconhecido por convivas e familiares. A lição de Cervantes, de senso de realismo e dignidade ao mesmo tempo, essa terá também sido incorporada pelo futuro Conselheiro.

Quanto ao poeta de Ponte da Barca, irmão de fr. Agostinho da Cruz, a sua repetida presença comprehende-se pelas *Flores do Lima* e pela pretensão (julgo que Furtado d'Antas a tinha) de ser o poeta-juiz também chamado de ‘o poeta do Lima’. Recorde-se, de passagem, que durante muito tempo se pensou ter nascido Diogo

¹⁴⁶ Em cadernos de 16 páginas (In 8.º), 4 vol.s, edição de Lyon de 1751.

Bernardes em Ponte de Lima. Talvez não por acaso, o renascentista, que acompanhou D. Sebastião a Alcácer-Quibir (*Ksar-el-Kebir*), era também leitor assíduo de Virgílio, Ovídio e Horácio, como cumpria a um poeta do seu tempo.

Segundo Agostinho de Campos, Cândido Furtado “não cultivou as letras senão com desenfado, nos parcos ócios do seu labor de magistrado zeloso”, a par da “vocação musical”. Terá sido “o primeiro violão da Coimbra do seu tempo”, nele tocando, até ao fim da vida, com perfeição, “trechos de ópera, ou modas e canções populares” (Antas 2021, 28). A sua lírica reflete esses gostos musicais, oscilando entre a ênfase da retórica sentimental e o ritmo do verso popular. O ritmo, neles, é sempre harmônico e bem marcado, quer por influência do Romantismo, quer pelo ouvido interno treinado na execução musical.

Nota-se que era poeta bissexto, pela poesia que dele conhecemos (alguma só lemos no *Livro de família*, outra no *Almanach* e em *A Grinalda*). Agostinho de Campos o caracteriza num resumo favorável (Antas 2021, 28):

Quanto aos seus versos, mostram sempre espontâneo talento de metrificar, inspiração fácil e elevados sentimentos.

O “talento de metrificar” estará na frase para referir os ritmos melodiosos, musicalmente bem marcados. O conjunto dos adjetivos estava de acordo com o programa (se assim lhe podemos chamar) da *Aurora do Lima*, liberal em política, mas conservadora em literatura e catolicismo, apesar de anticabralista e de o seu grupo integrar um partido chefiado por um anticlerical e maçom. Das páginas coetâneas da *Aurora do Lima* só me parece emergir a centelha viva (se bem que erudita) de Camilo Castelo-Branco e a prosa politicamente vibrante de Barbosa e Silva, que teria facilidade em escrever privilegiando a comunicação sobre a densidade reflexiva. Retomo agora o gênero Agostinho de Campos, já mais certeiro (Antas 2021, 28):

Quase todos [os poemas] são autobiográficos – composições ocasionais, e familiares muitas delas. Alguns apresentam-se humorísticos, mas sem sarcasmos [...]. Paz de consciência, orgulho da maternidade, culto da família, veneração filial

caracterizavam moralmente os versos, bem na linha do ultrarromantismo liberal (e do de João de Lemos, tradicionalista), que também não se inclinou muito por Costa Cabral. Havia, no entanto, algo do preceito platônico para os poetas integrarem a cidade na lírica do juiz-Conselheiro.

O *Almanach de lembranças*, em grande parte coincidia já com a posterior apreciação de Agostinho de Campos. Reconhecia que ele se dedicava às letras nas “horas vagas” e caracterizava “seus versos d’uma correção e elegância de forma inexcedíveis” (Antas 2021, 30). Afirma, com algum exagero, que seriam “ao mesmo tempo d’uma intensidade e d’um colorido que só d’uma alma de artista podem emanar.” Um dado importante aí referido é que o juiz-Conselheiro pensava “compilar em volume”, que anunciou na imprensa, “muitas das composições” que dispersara pelos periódicos e talvez algumas inéditas. O tomo se chamaria *Pranto e riso*, recordando outros (incluindo um quase homônimo, imitação¹⁴⁷, publicado por Cândido Furtado), do século XIX, idênticos, e o volume de Pedro Félix Machado, *Sorrisos e desalentos*¹⁴⁸. Em particular um seu parente, Luís Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado Coelho, publicaria, em 1855, título idêntico: *Sorrisos e prantos* (Coelho 1855). Entretanto ele desistiria do intento, aliás tardio. Uma descendente (Maria Margarida d’Antas de Campos Tavares), reuniu, comentou e publicou vários dos poemas e fragmentos do Diário, afirmando que deixou dois ou três cadernos ou volumes de versos (Antas 2021, 32).

Não colhi sinais de espontaneidade nas suas composições, pois a disciplina moral e discursiva, que tudo indica ter exigido a si próprio, o levava a conceber e calcular muito bem o ritmo e os significados, afogando quase sempre a inspiração que o motivasse no cânones da escola política, literária e religiosa que seguia, como também no peso da circunstância familiar, que era apanágio do grupo e da geração.

A sua poesia não parece ter marcado muito a formação da literatura angolana, mesmo no que diz respeito à métrica e aos ritmos (Soares, Kicola (Vol. I) 2016), excetuando-se o poema «No álbum de uma africana». Mesmo esse, mais pela temática e pela retórica da reconversão comparativa da dupla ‘branca’ – ‘negra’ (ou mestiça), que antes era favorável à ‘branca’ petrarquista (Hatherly 2003). Por isso é que «No álbum de uma africana» serviu de exemplo aos filhos do país (e ao residente Eduardo Neves), que se debatiam entre os paradigmas estéticos e femininos europeus e a realidade concreta e grácil das senhoras africanas. Esses poetas encontravam dificuldades em abrir um caminho novo, que permitisse louvar as senhoras africanas em igualdade de circunstâncias com as tágides de Camões – e Cândido Furtado vislumbrou uma saída.

¹⁴⁷ Ele cunhava como “Imitação” poemas que eram, ora versões livres, ora contraposições a partir de um cenário diferente, como no caso de «O sol de África» em resposta (“Imitação”) a «A Lua de Londres», de João de Lemos.

¹⁴⁸ Refiro-me apenas à coincidência semântica nos títulos.

No álbum de uma africana

Para que possa agora o leitor entender melhor um dos resultados mais felizes da cingida lírica de Cândido Furtado, e em que medida esse resultado foi importante para a comunidade literária luandense, transcrevo o poema que dá título a esta secção:

Alba ligustra cadunt, vaccinia nigra leguntur
N...

*Qu’importa a cor, se as graças, se a candura,
se as formas divinais do corpo teu
se escondem, se adivinham, se apercebem
sob esse tão subtil, ligeiro véu?*

*Qu’importa a cor se o cetro da beleza
co’o mesmo enleio e brilho nos seduz?
e se o facho d’amor reflete e esparge
ou no jaspe, ou no ébano, igual luz?*

*É menos bela, acaso, a violeta
porque o céu lhe não deu nevada cor?
Não é gentil a escura pionía,
ou do verde lilás a roxa flor?*

*Não tem encantos mil a noute escura,
não deleita então mais o rouxinol?
Não serão do crepúsc’lo as sombras pálidas
mais belas do que a luz d’ardente sol?*

*Não vive o alvo lírio um dia apenas,
e prazo igual a cândida cecém,
em quanto que nas balsas a saudade
de cada vez mais viço e vida tem?*

.....
.....

*Qu’importa a cor se as graças, se a candura,
se as formas divinais do corpo teu
se escondem, se adivinhão, se apercebem
sob esse tão sutil, ligeiro véu?*

O poeta localiza-se em Luanda, sem data. O poema foi publicado no *Almanach* para 1864, p. 116. É provável que o subscriptor o tenha remetido em 1863 ou 1862, pois as colaborações eram geralmente enviadas com dois anos de antecedência, bem menos vezes um, relativamente ao ano a que se destinava a publicação, como disse atrás.

A data, neste caso, não parece inócuia. Dos primeiros tempos em Angola, a impressão que me fica, da leitura do Diário e dos poemas escritos em Luanda, é a de que o ‘poeta do Lima’ sentia alegria em estar entre parentes e procurava ser elogioso com a cidade e com os angolenses, as africanas, o país. Uma só vez, no Diário, em passagem que já citei, se queixou das intrigas do meio. Não sabemos se protagonizadas por angolenses ou reinóis, mas, envolvendo o Recolhimento Pio, a residência do juiz, é possível que só os reinóis se atrevessem a discutir o assunto compondo enredos. O queixume se repete constantemente nos mais diversos contextos ao longo de todo o século XIX, e se refere tanto a *filhos da terra* quanto a colonos. Mais para o fim da estada profissional, embora a carreira de juiz avançasse, as referências elogiosas aos parentes locais¹⁴⁹ e à mulher africana, ou motivos angolenses, escasseiam. 1863 ou 1864 talvez fossem os anos de viragem, a meio, quase, da estada angolense. 1864 foi o ano de composição de «O sol d’África», onde, ao longo das três secções, exprime com intensidade o sentimento de exílio, com a nostalgia da terra natal:

*Vastas serras arenosas,
Selvas, matas tropicais,
Solo onde há pedras famosas,
E marfim, gemas, cristais;
Lagos, rios e voragens
Cheios de estranhos répteis.
Nada sorri a meu peito,
Que às brisas d’Europa afeito
Não pode aqui ser feliz!*

¹⁴⁹ A ligação a eles não foi menor, entretanto, pelo menos aos mais próximos. A professora Maria José Pinheiro Falcão de Miranda Henriques, esposa do professor José Maria da Lembrança de Miranda Henriques, partiu para Portugal no mesmo paquete em que seguiu o seu primo juiz, ambos com os filhos e João Cândido com a mulher também. O anúncio de venda de bens, “por motivo da sua próxima retirada para o reino”, repete-se no mesmo número e página do *Boletim oficial* (n. 27, de 4.7.1868, p. 311), aparecendo os dois juntos e o leilão ficando a cargo do corretor Sousa Queirós. No “paquete *D. Antónia*”, que os levou para Lisboa, seguiram figuras importantes da élite local, por exemplo o juiz e filho da terra Carlos Botelho de Vasconcelos, com a família também, como se pode ver no *Boletim oficial* 30 (1868.7.25), p. 353. Partiram a 23.7.1868, como se vê aí e se confirma no Diário do *Livro de família* (Antas 2021, 52).

Cerca de um ano antes, no máximo dois, o poeta compusera ainda, com prazer, o texto que nos prende aqui, «No álbum de uma africana». Depois daqueles anos iniciais, acentuam-se as declarações de pertença ao terrunho, o sentimento de exílio na colónia, muito marcado já no poema «Canção», que saiu no *Almanach de lembranças*, mas surge no Diário com data de 1.6.1863. A morte da filha Corina em 1866, com mulher e filho doentes de figado e febres, o conhecimento mais detalhado de como funcionava aquela sociedade, como também das ilegalidades cometidas e toleradas pelas autoridades, resultaram na desilusão com o meio, no reforço da nostalgia de berço, na decisão de progredir na carreira em Portugal.

Extraído o que foi possível à implicação trazida pela data de publicação, algumas observações lexicais prévias impõem-se para a leitura do poema «No álbum de uma africana».

Vaccinum, vacciniū, é o nome do mirtilo no latim, por exemplo no de Ovídio (v. *Tristia*, I, 1). As bagas escuras de mirtilo evocam, talvez, os mamilos.

A “pionía” é a peônia, ou peónia. Não sei se, em Luanda, a peónia seria conhecida por esse nome. A espécie verde lilás também é comum no Brasil e existe em Angola, mas não conhecida em Angola como verde lilás. Note-se, ainda, que a peónia pode ser negra ou vermelho-escura, o que denota dois tons de pele diferente. Para a nomenclatura da época tais tons seriam da ‘negra’ e da ‘cafusa’ (de ascendência ‘negra’ e ‘mestiça’, tendencialmente se insinuando na cor escura da pele uma *nuance* de cor entre vermelho e castanho-escuro).

A “cândida cecém” é a açucena, que tem um género, *Amarilis*, cujo nome remete para a Bucólica II de Virgílio: “Acaso não me bastou aturar as agastadas iras / E o desprezo altivo de Amarilis?” (AAVV, *Poemas de Amor* 2009, 57).

As “balsas” são plantas originárias da América Central, de folha verde, um verde carregado. Espalharam-se por muitos países e, em Portugal, um apaixonado jovem declamava à sua viscondessa adolescente: “não ouves o rouxinol que solta os seus quebros nas balsas”? Isto, se não me falha a memória, vem n’*A Grinalda*, ou no *Panorama*.

Esclarecidas as plantas e flores passemos a vales, bosques e jardins caseiros, através da violeta. A violeta é uma planta originária de África, ou pelo menos a mais conhecida das suas espécies, a roxa (mas pode assumir várias cores), *violeta africana* (*Saintpaulia ionantha*, ou *Streptocarpus ionanthus*) de folhas verdes, escuras, descoberta na Tanzânia por e para os europeus, oficialmente, pelo barão Walter von Saint-Paul Illaire. É, porém, planta muito cultivada nos jardins de versos e *bouquets* de flores, não sendo a africana propriamente uma *Violácea*, mas antes uma *Gesneriaceae*. É a cor dela

que nos interessa neste poema, de que já Catarina de Lencastre (1749-1824) falava na «Décima à Primavera»: “a roxa violeta mui vistosa” (Lencastre 2024), cerca de um século antes do barão chegar à Tanzânia. Há uma recorrência poética no século XIX, antes ainda dessa ‘descoberta’, que usa a violeta para simbolizar o desejo também. Por exemplo (interessante porque vulgar e de um prosador hoje desconhecido), poucos anos depois de sair este poema de Furtado d’Antas no *Almanach*, da pena de Osório de Vasconcelos¹⁵⁰ caiu para o *Panorama* num folhetim curto. Aí, contava uma personagem (“a baroneza”): “julgou, nos seus devaneios de rapaz e de poeta, que tu eras a violeta escondida no vale, que só a ele seria dado colher e bafejar” (Vasconcelos 1867, 147). Era o ‘espírito da época’ em Portugal...

Mas a mais intensa relação textual de «No álbum de uma africana» se estabelece, desde o começo, com Virgílio, poeta lido por angolenses também.

A epígrafe integra a Égloga II, versos 14-18. Essa égloga fala dos amores de Coridon pelo belo jovem Alexi: “Formosum pastor Corydon ardebat Alexin, delicias domini; nec sperare thabebat”. Triste e magoado, Coridon ia para um bosque umbroso declamar os seus lamentos. O verso transcrito por Furtado d’Antas é, literalmente, este: “Alba ligustra cadunt, vaccinia nigra leguntur”, quer dizer, “as brancas alfenas se deixam cair, os negros mirtilos se recolhem” – na tradução de Julio Picasso Muñoz (Virgílio 2004, 39). Misturando-a com outra, igualmente rigorosa (D. M. Alves 2024, 177), os versos antecedentes da epígrafe podem se traduzir assim:

Melhor não era [para mim]¹⁵¹, ir a amar a de Amarílis,
seu soberbo desdém, sofrer? Ou de Menalcas,
embora ele seja um negro, e tu tão branco?

Passando então a

Ó formoso rapaz, não fies tanto em [tua] cor;
Alfena branca jaz, negro jacinto [mirtilo] se colhe.

¹⁵⁰ Alberto Osório de Vasconcelos, Alferes em dado momento no exército português, filho de Alberto Homem de Vasconcelos Hasse. Era parente ainda de Ana de Castro Osório (cerca de 30 anos mais nova), que lhe publicou *Uma missão do Padre Grainha*, livro bem escrito, que terá resultado de um folhetim, com sentido oportuno da ironia e das analogias, em que investe finamente contra um típico padre de aldeia representando a reação, o catolicismo adulterado pela manipulação do medo e da credicíe. Vasconcelos, segundo Ana de Castro Osório, foi liberal, anticlerical e condenava a educação nos colégios de religiosos. Estaria, portanto, nos antípodas de Furtado d’Antas, o que torna mais relevante a citação.

¹⁵¹ Entre parêntesis retos palavras tiradas da tradução de Muñoz.

Portanto o branco se troca pelo negro, a cor não limita a atração. É este recado a razão de colocar o poeta-juiz tal epígrafe de Virgílio no cimo de «No álbum de uma africana».

Visto sair a epígrafe da Égloga ou Bucólica II, escrita há cerca de dois milénios em pleno império romano, onde está na voz de um pastor (desses de papel) apaixonado por um jovem muito alvo, que não lhe corresponde, convém tomar cautelas. A julgar pela composição posta no álbum, seríamos inclinados a pensar que a imagem da epígrafe se conotava, na origem, com mulheres. E não, como vimos. Mas também não é só esse o equívoco gerado pela distância temporal e cultural.

Nas antigas literaturas grega e romana, eventualmente em outras do mediterrâneo que não conheço tão bem, há muitas referências a mulheres escuras e, por vezes, é chamada de negra, ou conotada com tal cor, uma figura feminina (ou masculina), que depois haviam de chamar morena e podia ser asiática, norte-africana, egípcia, desde que tivesse a pele acobreada, morena, trigueira, escura. Isso passou para a lusografia. Sirvam de exemplo uns versos da III.^a das «Jornadas de Lisboa para Coimbra» (AAVV, Fénix renascida 1747, 264), de Jerónimo Baía:

*Dido toda traspassada
A brancura, e a brandura
De seu rostinho deixara
Thisbe negra como Moira.*

Tisbe era uma ninfa nascida na Babilónia e a cor negra é igualada aqui à da Moira. A Moira, no singular, pode ser a moira, habitante do norte de África (recorde-se a Mauritânia), ou a da mitologia grega, filha de Cronos e de Nix (personificação da noite). Em qualquer dos casos não será a flor do lírio branco. O rosto branco de Dido (branco no poema), a mítica primeira rainha da colónia fenícia de Cartago, tornaria negro “como Moira” o de Tisbe, uma ninfa da Babilónia (em outras versões da Beócia, na antiga Grécia), que seria tão negra quanto a filha de Cronos¹⁵² e da Noite.

É dessa ‘negra’, ‘africana’, ‘mestiça’, ‘mulata’, ‘morena’, cuja cor de pele é também de construção social, interpessoal, que se usa, abusa, depois se deprecia, depois se elogia, mostrando que é tão bela ou mais do que as outras mulheres cantadas pela tradição literária europeia renascentista, petrarquista.

¹⁵² Simboliza o Tempo; titã rei dos titãs, filho de Urano – o Céu – e de Gaia – a terra.

A chegada ao ponto de retorno que é o elogio poético da mulher negra, mestiça, ou africana, a que assistimos no século XIX em Angola (mas não só), constitui uma das vertentes da reversão dos cânones artísticos europeus em favor da defesa e posterior exaltação dos *filhos da terra*. O processo foi, no entanto, longo, desde a recuada mas intensa crioulização cultural e mistura genealógica mediterrâника, até ao tratamento do motivo da ‘negra’ pelos poetas lusógrafos portugueses e brasileiros. Entre estes, nos dois ou três séculos anteriores ao XIX.¹⁵³, viveu-se de uma duplicidade sim-tomática, ora se amesquinhando a ‘negra’ e a ‘língua de preto’, que lhe estava muitas vezes associada, ora conotando-a positivamente. As duas vertentes entrelaçavam-se, por vezes, no mesmo poema. É o caso, de novo, de Jerónimo Baía, poeta razoavelmente conceituado na exurrada barroca de folhas de ouro e burla poética. Apesar dos disfemismos, ele sabia o quanto a cor negra podia ser bela... numa branca. Na “Fábula de Apolo e Daphne”¹⁵³, publicada no Tomo IV da *Fénix renascida*, afirma o valor do contraste no jogo lúdico barroco usando as cores extremas (AAVV, Fenix renascida 1746, 83):

*Subtilmente as sobrancelhas
Em seus dois arcos compostas
Duquezas são de Florença
Quando são negras de Angola.*

Saltei para o século XVII, mas estou consciente da anterioridade do processo. Recordo, como ponto crucial, o conhecido poema de Camões a uma bárbara escrava, que pode ser negra ou não, pelo texto nem tudo se resolve. É certo que ele fala na “pretidão de amor”, mas as interpretações sobre a mulher concreta a quem ele dedicou os versos são divergentes e, como vimos, ‘negra’ ou ‘preta’ pode ser mestiça ou morena, talvez india. O que mais nos importa é que – apesar da ridicularização da ‘língua de preto’ feita logo por Gil Vicente – Camões opera já a oposição entre a branca e a não-branca revertendo-a num sentido positivo para esta:

*Eu nunca vi rosas
Em suaves molhos
Que pera meus olhos
Fossem mais fermosas
[...]*

¹⁵³ Dafne era uma ninfa grega, a primeira paixão de Apolo, de quem fugiu. A palavra grega significa *loureiro*; como se sabe, eram as folhas de louro usadas para coroar poetas e... atletas.

*Rosto singular,
Olhos sossegados,
Pretos e cansados,
Mas não de matar.*

[...]

*Pretos os cabelos,
Onde o povo vão
Perde opinião
Que os louros são belos.*

*Pretidão de Amor,
Tão doce a figura,
Que a neve lhe jura
Que trocara a cor.*

*Leda mansidão,
Que o siso acompanha;
Bem parece estranha,
Mas bárbara não.*

Ficava dado o belo mote, lusógrafo, para reconverter a comparação desdenhosa da branca face à negra numa comparação vantajosa para a “bárbara”.

Fernão Rodrigues Lobo Soropita¹⁵⁴, famoso jurisconsulto formado em Coimbra (Soropita 1868, XXI), que organizou a primeira edição das *Rimas de Camões* (1595), escreveu uma “elegia de teor satírico, intitulada *De um negro namorado para a sua negra dama*” (Hatherly 2003, 201-202). Apesar do “teor satírico”, a composição já barroca do poema não resulta completamente negativa para a dama negra:

*Sai pois, ó negra voz do negro peito
Leve-te o negro amor à negra dama
Negra, de quem já estou negro feito*

¹⁵⁴ Soropita era alcunha, adotada pelo escritor na sua própria assinatura (Soropita 1868, VIII, XI). O nome de batismo era Fernão Rodrigues Lobo. A edição que das suas poesias e prosas consultei foi a prefaciada por Camilo Castelo-Branco. Diz o romancista que Soropita era parente próximo de Francisco Rodrigues Lobo (*Cortes na aldeia*), ambos nascidos em Leiria (Soropita 1868, XIX-XX).

O mesmo teor de sátira, com barroquismos idênticos, assola a “Carta de um negro a uma negra dama com um soneto” (Soropita 1868, 9-11). Ái também se nota mais forte o ludismo verbal do que a intenção de, propriamente, rebaixar. O efeito satírico se procura assegurar por um vocabulário que remete para o concreto e prosaico, embora não abandonando a exuberância barroca, tão comum também no século XIX, aí sob a fórmula dos sentimentos exacerbados, aqui ridicularizados. Leia-se o começo da carta imaginada por Soropita:

Desde que jazo nesta terra, foram tão daninhas as saudades que se empoleiraram em mim que não há ponto em meu coração onde elas não esgaravatassem. E, como me tomaram em osso, fizeram tais mataduras em meu contentamento, que só vossa vista, como alveitar de meu desejo, poderá curá-las. Porque, como vossa formosura seja mais luzente que a minha limpa bacia de barbeiro, e mais clara que água fresca em caldeirão areado, de tal maneira se me escanchou no pensamento que se tivera um faritel de cinquenta vidas, todas as desenssacara em vosso serviço[...].

Correndo mais sóbrio (pouco) do que a “elegia de teor satírico”, sem deixar de ser uma sátira escrita em vernáculo bem gerido, o soneto fecha com dois tercetos em que a palavra “almofaça”¹⁵⁵ faz o disfemismo da chamada carapinha (Soropita 1868, 11):

*Assim morro por vós; e tanto em graça
Tomaí vós esta dor que me fatia,
Que não há quem de mim lembrar-vos faça.*

*Até que em tantos dias venha um dia
Que, queixando-me ao som d'uma almofaça,
Me acabe de espirar na estribaria.*

Este mesmo Soropita, cuja veia satírica resplandece em quase todos os textos dele conhecidos, não deixou no silêncio a “mulatinha” (Soropita 1868, 53), pouco depois da referência aos nédios¹⁵⁶ pensamentos iguais a um “mulato de Alem-tejo” (Soropita 1868, 49):

¹⁵⁵ Almofaça, como se pode ver no dicionário *Houaiss*, era uma escova metálica para pentear os cavalos. Vem do árabe *al-muhasa*, segundo o dicionário *Piberam* e o mesmo *Houaiss*.

¹⁵⁶ Polido, lustroso, luzidio por... muito alimentado!

*Outro, que anda com negros em magote,
E vai-se ao chafariz com quartinha¹⁵⁷
Co'uns chichelos nos pés e sem pelote¹⁵⁸*

*Anda assado por uma mulatinha
Que viu bailar um dia de terreiro
À porta d'uma negra sua vizinha.*

Além de autores mais e menos conhecidos, um nos interessa particularmente, “contemporâneo de Gregório de Matos¹⁵⁹ e seu parente na lírica satírica e licenciosa”: D. Tomás de Noronha.

O soneto de D. Tomás de Noronha, fidalgo boémio, sátiro impiedoso e pedinção, não sai fora do modelo que se desenhava com Soropita. Usa e abusa (como Soropita em uma das suas composições) da palavra “negro” e derivadas, excede o pré-gongorismo de Soropita nos cultismos e conceptismos, recorre ao mesmo léxico do quotidiano (“ferrado”, “emperraram”, “cabelo basto, mais frisado / Que baeta fina”) e, no fim, fecha o soneto com um pedido de aceitação no qual inclui ela lhe dar “um negro gosto, / Negra Senhora minha, pois ventura / Por vós em negro estado me tem posto.” Aquele “negro gosto” não é o mesmo do “negro estado”, o primeiro é positivo, o segundo é negativo, e a oscilação entre as duas aceções faz parte do ludismo barroco.

Tomás de Noronha reincide no motivo com a canção «A uma mulher muito negra», recolhida no tomo V da *Fénix* (AAVV, Fénix renascida 1746, 223-224). Mas aí também, nem sempre com elegância, serve-lhe o motivo para desenvolver o jogo de contrastes e conotações (algumas negativas) entre as cores negra e branca. Ora disfêmico ora neutro, o retrato ilustra o momento geral em que é escrito, em Portugal ou no Brasil.

Outro contemporâneo de Gregório de Matos, e seu amigo (Topa e Amaral, A prisão de Pinto Brandão 2005), nos interessa mais ainda que D. Tomás de Noronha, ou o próprio ‘Boca do Inferno’ – não sendo menos do que isso. Trata-se de Tomás Pinto Brandão, natural do Porto (onde nasceu em 1664), que, depois de famoso e esquecido, ainda ressurgiu no *Memorial do convento*, de Saramago (ele é que deu nome

¹⁵⁷ Bilha, segundo a nota de Camilo Castelo-Branco.

¹⁵⁸ Espécie de casaco sem mangas, colete, usado por baixo de um capote ou casaco folgado.

¹⁵⁹ Que também esteve em Angola, como se sabe, sem no entanto compor grande parte dos poemas que lhe foram atribuídos e resultarão, nos seus manuscritos, de cópias que foi fazendo.

– irónico – de passarola ao invento de Bartolomeu de Gusmão). As informações acerca dele variam bastante e, na parte que nos interessa, parecem ter saído da biografia apostada à edição de 1753 do *Pinto renascido* (Brandão, Pinto renascido 1753).

Foi com o seu amigo Matos e Guerra de Lisboa para o Brasil (Brandão, Antologia 1976, 29) e, como ele, passou pelo degredo em Angola. Porém, teve entre nós diverso percurso. Atirado para Benguela, chegou a capitão (posto importante nesse tempo), negociou em escravos e procriou com pelo menos uma princesa da terra, referindo isso num poema. É por aí que chega ao nosso articulado. A jovem por quem se apaixonou seria “sobrinha da rainha Ginga e neta de Caconda, rei de um dos territórios vizinhos” – estória necessariamente mal contada, exceto que era princesa de uma elite rural, banto, sediada nessa época próximo de Caconda, que foi posto avançado da colonização a partir de Benguela. Regressou ao Rio de Janeiro em 1697, casou com Josefa de Melo, depois voltou a Portugal e ainda foi preso mais uma vez, graças às guerras com a sogra (já se tinha dado mal com a sogra de Caconda). João Palma-Ferreira, que o publicou (Brandão, Tomás Pinto Brandão 1976), chama a uma de suas obras (*Vida e Morte de Tomás Pinto Brandão, escrita por ele mesmo semivivo*), com justeza, “autobiografia burlesca” (Palma-Ferreira 1981, 98).

A princesa africana chamava-se “Nana”, ou “Nuna Ambundo” (Bruno 1907, 256). Dela teve um filho, caracterizado assim pelo pai, “com o deslavado cinismo daquela época de inconsciência moral” (Bruno 1907, 257):

*Certo que foi bem-nascido,
E, posto que um tanto fuso,
Tinha a cor baça na pele
Mas sangue real no bucho* ¹⁶⁰.

Apesar do “posto que”, o sangue real note-se que vinha da mãe, pois Tomás Pinto Brandão não descendia de reis¹⁶¹. Apesar de tudo, imitou Camões e Jau: Damião, escravo que veio com ele de Angola, acompanhou-o até à morte (suponho que não fosse o filho).

¹⁶⁰ Este fragmento, como boa parte dos dados biográficos transcritos por Bruno e por outros estudiosos, constam da biografia que abre a edição de 1753 do *Pinto renascido* (a biografia não tem números de página). Nessa edição está escrito “Nana Ambundo”. É já o biógrafo que fala de “uma amizade bem estreita, mas não legítima”, frase igualmente reproduzida por Bruno. Esse biógrafo de 1753 não diz onde Brandão publicou – se publicou – a quadra em que retrata o filho mestiço.

¹⁶¹ O pai, Gonçalo Pinto Coelho, era advogado na Relação do Porto mas nunca terá sequer enriquecido o suficiente para se destacar na sociedade da época. Aliás o filho reconhece-lhe limitações (Brandão, Antologia 1976, 26). Da mãe, Isabel Brandão, nada consegui apurar.

Passando ao famoso Boca do Inferno, justamente o mais destacado de todos estes sátiros, a sua obra dava, só por si, uma investigação demorada às imagens contraditórias, embora no geral disfemísticas, com que representou mulheres negras e mestiças. A edição crítica da sua obra por Francisco Topa é para tal recomendável (Topa, Edição crítica da obra de Gregório de Matos 1999), como também várias anotações e outros textos em que fala da poesia de Gregório de Matos. A bibliografia sobre ele é, porém, vasta. Mas o que nos move aqui é registar o estado em que se encontrava o tratamento da mulher negra ou mestiça na sua época e no que Mário António chamou triângulo luso-atlântico (na esteira de Jorge Dias) – de que era Angola um dos vértices. Duas ou três passagens nos elucidam. Por exemplo aquele verso do soneto “estando o autor em o sítio de São Francisco”:

Passam as negras, fala-se burlesco

– elucidativo quanto à conotação negra-burlesco, pela qual passa o tratamento do motivo, segundo me parece, em toda esta época. Elucidativo também de como se repara no passar das “negras”. Mas não só, como também não só depreciativa foi a adjetivação da ‘negra’ e da ‘mulata’ na poesia de Gregório de Matos. Uma mulher que motivou mais do que um poema a mais do que um poeta¹⁶², Catona¹⁶³ (“Antónia, moça parda de Pernamirim”¹⁶⁴), lhe mereceu duas composições. Na que transcreve Ana Hatherly, começa logo por dizer

*Que pouco sabe de amor
Quem viu formosa Catona.*

A composição tem particular importância no nosso contexto, não só por isso (simbolizar a sabedoria do amor pela figura da moça mestiça), mas porque ele depois afirma que

*Também a violeta é flor,
E mais é negra a violeta,
E si bem pode um poeta
Uma flor negra estimar,
Também eu posso adorar
Nos céus um pardo planeta.*

¹⁶² Também foi glosada por Tomás Pinto Brandão (Hatherly 2003, 204).

¹⁶³ Catona parece formar-se do diminutivo de Antónia (Antonica em outros poemas, mas não se referindo à mesma mulher), diminutivo que podia ser também “Tonha”, com o prefixo banto (*muntu*) “ca” – designativo de singular: “a Tona”, “a Antónia”.

¹⁶⁴ Poema transscrito por Ana Hatherly (Hatherly 2003, 203-204).

Tem particular importância, também, porque, depois da décima inicial (de onde extraímos os fragmentos citados), as três décimas restantes do poema fazem principalmente o retrato psicológico da musa mestiça (“parda”), para reverter, mais uma vez, a comparação a favor dela, como fizeram mais tarde Maia Ferreira (J. d. Ferreira 1849, 13-14), Cândido Furtado e, pouco depois, Cordeiro da Mata (em vários poemas do *Almanach de lembranças* e dos *Delírios*). Neste caso realça no entanto Gregório de Matos, como Maia Ferreira, atributos psicológicos, matizados mas presentes em Cordeiro da Mata. Leia-se o começo da última décima (Hatherly 2003, 204):

*É parda de tal talento,
Que a mais branca e a mais bela,
Pudera trocar com ela
A cor pelo entendimento:
A um prodígio, um portento;*

Ana Hatherly dá mais exemplos e, na edição crítica feita por Francisco Topa (Topa, Edição crítica da obra de Gregório de Matos 1999), deparamos com um soneto a Catona que ilustra bem o que sentiu por ela Gregório de Matos. O que espoletou o soneto serve de título: “Dando-lhe um amigo¹⁶⁵ conta em uns versos da esquivança de Antónia, Dama de Pernamirim”. Confessa na segunda estrofe:

*Eu a amava com força e com pujança,
Por bizarra, graciosa, altiva e ampona¹⁶⁶
[...]
Que amor com outro amor há de pagar-se
[...]
Amor do próprio amor deve entender-se
Que amor consigo mesmo há de premiar-se
E ser prémio da pena o padecer-se.*

Foi mais longe, não haja dúvida, que o matrimoniado João Cândido, cauteloso, bem parecido, elegante por regra e disciplina consciente. Como comentou Ana Hatherly, em Gregório de Matos trata-se de um

exemplo perfeito duma fase moderada da subversão do cânones petrarquista do encómio da amada, pois ao longo das quatro Décimas [...] podemos assistir ao elogio desta

¹⁶⁵ Esse amigo era o poeta já referido Tomás Pinto Brandão.

¹⁶⁶ Ampla...

Vénus negra que, sendo embora «parda», exibe vestígios do tradicional recato do modelo petrarquista.

Saindo, por instantes, das folhas de papel e tinta, é bem provável que o recato pertencesse mesmo ao perfil psicológico de Antónia. É bem provável que o poeta reconhecesse e apreciasse nela o mesmo tipo, existisse ou não petrarquismo. O que interessa aí é o exemplo de um homem que, apesar do preconceito e do disfemismo habituais, constrói uma relação apaixonada com musa terrena, concreta, particular, recorrendo à comparação com a musa canónica para destacar esta pelo contraste, agora positivo. É importante porque foi justamente o mesmo recurso retórico usado por Maia Ferreira, Furtado d'Antas e Cordeiro da Mata, já no século XIX.

Voltando aos clássicos, há mais conotações a fazer com Virgílio neste poema de Cândido Furtado. Para o presente ensaio me atenho ao motivo central. Na Bucólica X (vv. 36-39), lemos (AAVV, Poemas de Amor 2009, 66): “E então, se Amintas for trigueiro? Negras são as violetas, negros são os mirtilos”. Há uma clara relação intertextual entre esta passagem e as que citei mais atrás (a da Bucólica II e os versos de Cândido Furtado). Apesar de sabermos que são polémicas as traduções de nomes de frutas e árvores dos clássicos gregos e latinos para os contemporâneos, isto parece provar que talvez as violetas tivessem migrado da Tanzânia para o regaço de Europa mais cedo do que se pensou. Há, também, violetas brancas, até na Bucólica II: “Violetas brancas e papoilas de pé alto / Colhe para ti a cándida Náide” (AAVV, Poemas de Amor 2009, 58). Gregório de Matos as traria com destreza para os trópicos sul-americanos, como se pode ler no citado “A Antónia, moça parda de Pernamirim, chamada vulgarmente «Catona»¹⁶⁷” (Hatherly 2003, 203): “também a violeta é flor, / E mais é negra a violeta” – exercício que parece repetido aqui por Furtado d'Antas.

Outro motivo comum à Bucólica II e ao poema de João Cândido Furtado é o do lírio, de resto comum a toda a lírica europeia e muita da americana, ou euro-americana. Aqui lemos: “não vive o alvo lírio um dia apenas”? Virgílio, que parecia tanto cantar brancos quanto morenos, alvos, trigueiros e violetas, na Bucólica II, vv. 45-46, escreveu “vem até aqui, ó formoso jovem: cestas cheias de lírios / Trazem-te as Ninfas” (AAVV, Poemas de Amor 2009, 58).

¹⁶⁷ Como disse atrás, *Catona* pode não resultar de *Catão*, mas do quimbundo *ca* (singular) mais *Tona* (diminutivo de Antónia), que podia ser também ‘Tonha’, ou ‘Tonica’ (Antonica).

Se continuássemos perseguindo afinidades textuais entre o poema «No álbum de uma africana» e os de Virgílio, mesmo os de Gregório de Matos e de tantos outros (incluindo no século XIX), não parávamos de escrever, o espaço não chegava. Mostrei já, penso, o suficiente para entendermos que a relação de cores (e flores), no retrato contrastivo e positivo da mulher africana, vem no esteio de uma longa tradição literária europeia e lusógraфа.

O que mais importa agora, para acautelar tresleituras, é considerarmos que o poema se inscreve como fala de uma personagem num diálogo. O poeta se dirige à “africana”, usando a segunda pessoa do singular (“do corpo teu”). Há, portanto, alguma familiaridade, proximidade, ligando-os. Ao contrário do que se passa nos poemas bilingues escritos cerca de 15 anos depois, o ambiente que se percebe aqui, apesar do uso da segunda pessoa do singular, é o de salão, não o de batuque (no qual, aliás, puseram os poetas o tratamento na terceira pessoa do singular). É, por isso, um diálogo elegante.

A composição de Cândido Furtado foi e pode voltar a ser vítima das mesmas leituras anacrónicas que tanto se apressaram a condenar Maia Ferreira por falta de nacionalismo, ou de angolanidade. No caso, acusa-se Cândido Furtado de ter por mote a ideia de que, apesar de negra, a mulher negra era bela e que a cor negra é como um véu que mais ainda excita quando se contempla um rosto feminino. O poeta, no fundo, estaria a desculpar a negra de ser... negra, dizendo que, descontado isso, o tribunal dos homens a colocaria no mesmo *podium* de alvas musas europeias, o que de certo modo fez mais tarde Cordeiro da Mata¹⁶⁸... São tresleituras. Era de esperar que, no mínimo, o “apesar de negra” fosse mudado para “apesar de o padrão feminino não ser o da mulher negra”. Não vejo que nesses versos a ‘negritude’ da pele compareça como defeito.

O que temos, em «No álbum de uma africana», é isso mesmo, o diálogo com “uma africana”, feito “no álbum” dela. Não devemos ler os poemas ignorando as situações enunciativas – a fictícia, explícita, e a real. Em função da situação típica (o poeta escrevendo no álbum de uma dama, que naturalmente vai elogiar) estranho seria que o autor dissesse à sua elogiada senhora: és negra, é pena, coitada, mas, apesar disso, há muitas coisas negras bonitas! É bem mais provável que essa africana

¹⁶⁸ “Serias das filhas d’Eva / Em beleza, ó negra, a prima...” – no conhecido (para nós) poema «Negra», escrito na Barra do Quanza e publicado no *Almanach* para 1884 (p. 124). Chegou-se ao ponto de tomar “prima” por filha do tio ou da tia, quando ali se trata da primeira, arcaísmo vulgar ao tempo.

se lastimasse por serem as ‘negras’ vítimas de preconceito e subestimadas em função da cor. O poeta responde ao preconceito no álbum, quem sabe se continuando uma conversa prévia dos dois. E então vai mostrando que, seja sobre a pele negra, seja sobre a pele branca, o amor e a beleza se manifestam igualmente: “ou no jaspe, ou no ébano, igual luz”. Em nenhum momento se aceita, se nomeia, ou se menciona a inferioridade da mulher negra por ter esse tom de pele.

Os três últimos versos da primeira estrofe (repetida no fim) podem ser vítimas de objeção também:

*se as formas divinais do corpo teu
se escondem, se adivinham, se apercebem
sob esse tão subtil, ligeiro véu?*

Muito vigiada, como seria próprio deste juiz-Conselheiro, vejo bem mais aí uma sensibilidade voltada para a beleza física daquela mulher, escultural, em cujo álbum se escreve. Há uma insinuação, elegante e ao mesmo tempo de bom malandro – que jamais assumiria tal cousa. O que puseram alguns em causa não foi só o que referi atrás. A objeção viria, também, de se pressupor e accitar que a cor negra esconde a beleza como um véu. Será conveniente reparar melhor nessa passagem: as formas do corpo da bela africana são “divinais” e isso é colocado logo no começo, acautelando suscetibilidades e abrindo uma longa série que repete essa adjetivação (“divinais”) como um fractal, na literatura angolana, desde esse momento até cerca de 1949. Uma vez que ela tem pele negra, o poeta começa por aludir a tal qualidade, sem preconceito nenhum. Antes pelo contrário, vai compondo uma graduação reveladora: “se escondem, se adivinham, se apercebem”, passando-se do ocultamento ao vislumbre. A veste que usa, aparentemente esconde para na realidade nos abrir a atenção, mostrar a beleza com pudor e evitar a evidência, que banalizaria a forma ideal. O resto da composição apenas vai reiterar a desmontagem do preconceito que, virado do avesso, ainda levou leitores a dizerem que o poeta era preconceituoso. Entretanto, o provável é que a musa negra, simplesmente, estivesse coberta por uma roupa fina, quiçá de algodão, branco, roupa fina e fresca escondendo e insinuando a beleza do corpo que, por escuro, melhor se notava sob a veste. “Esse” (“sob esse tão subtil, ligeiro véu”), no verso de Cândido Furtado, pode não se referir à proximidade gramatical (essa cor de pele) mas ao véu que a mulher vestia e que seria claro ou branco – possibilidade nada incomum na Angola desse tempo – sob o qual se escondiam e, finalmente, se apercebiam, as negras bagas... O poema foi posto no álbum dela, resulta portanto da circunstância, pelo que

devemos imaginar (uma vez que não podemos saber) o que a musa vestia naquele momento social. De resto, sublinhe-se, a cor negra não é um véu ligeiro que mais mostra do que esconde, é densa, brilhante, não se vê por ela como pela pele mais clara, que permite perceber as veias, avermelha ao sol e, no rosto, se deixa corar. A matéria preta não absorve a luz e a branca não reflete.

É de considerar além disso que, nesse tempo ainda, se acreditava ser a pele branca a de Eva, a original, e mitos vários explicavam porque os negros tinham ficado escuros. Era o caso, por exemplo, de Faeton, ou Faetonte, a conduzir desastradamente o carro solar de Apolo, assim queimando as pessoas que estavam no caminho, em baixo. Por isso Cordeiro da Mata, quando elogia a mulher negra, afirma também que ela não tem “a cor primeva”, que seria a de Eva. Só hoje sabemos, ou pensamos saber, que a verdadeira Eva é uma figura de estilo para representar antepassadas cuja pele seria semelhante à dos aborígenes australianos e dos que se chamamos vulgarmente bosquímanos – ainda alguns vivos no sul de Angola, no deserto do Namibe.

A composição de Furtado d'Antas coloca-se no meio, entre poemas de Maia Ferreira e poemas de Cordeiro da Mata, sobretudo «Negra» (Mata 2001, 100-101). É muito produtivo fazermos a comparação entre os três autores, pelas suas obras, e também de «No álbum de uma africana» com poemas equiparáveis na literatura portuguesa do seu tempo, desde ultrarrromânticos até, pelo menos, Gonçalves Crespo. Não temos espaço, por agora, para dar conta dessa tarefa. Chamo só a atenção para aspectos habitualmente esquecidos.

O primeiro, que salta à vista e ao ouvido mais apurados, é o da agilidade métrica, rítmica e rítmica. Ela foi comum aos poetas citados no parágrafo acima. Qualquer dos três satisfaz a sensibilidade miúda dos que atentam às variações dentro do cânone, ao ritmo dentro dos metros. Quer Maia Ferreira, quer Cordeiro da Mata, experimentaram nos seus versos inquietações estéticas criativas, ora explorando os acentos e pausas secundários, ora fazendo sensíveis variações de som e, por vezes, de sintaxe, ao nível das rimas principalmente.

O poema de Cândido Furtado é um tanto mais homogéneo. À primeira audição, estrofes de quatro versos decassilábicos com acento rítmico na sexta sílaba (portanto, ‘heroicos’). O detalhe, porém, decerto satisfaria o meticoloso Castilho, do não menos famoso *Tratado de metrificação* (Franchetti 2021). Por exemplo, os versos pares rimam sempre com palavras agudas, os ímpares nunca rimam. Isto não implica despersonalização do poema pelo cânone. Vários versos – e geralmente combinado o recurso com o significado exposto – além do acento na sexta sílaba, fazem acento secundário,

mas notório, na quarta, ameaçando assim tornar-se sáficos – e logo se desfazendo a sugestão do sáfico no segundo hemistíquio. Por sua vez, o jogo entre rimas ricas e pobres está personalizado: as duas primeiras estrofes fazem rima rica, as duas do meio fazem rima pobre e as duas últimas repetem a rima rica. É um jogo típico de simetrias por variações, a que os ultrarromânticos exaustivamente se arrimaram. Possivelmente o poema não foi publicado completo, porque há duas linhas pontilhadas, o que indica ausência de, talvez, mais duas estrofes. A configuração da simetria podia mudar em face do todo. Mas o truque ou recurso é comum na época, também entre angolenses, podendo verificar-se em Maia Ferreira e Cordeiro da Mata.

Como sucede nesses dois poetas angolenses, o rigor formal do ‘poeta do Lima’ fica bem demonstrado, a par da habilidade para manter a frase viva dentro do cânone métrico, rítmico e rítmico. Fica, também, demonstrado que esse respeito formal pelo cânone o não impedia de construir soluções momentâneas únicas. Neste aspetto, o poema, não só revela perfeita sintonia com o ultrarromantismo lusitano, também se acorda às práticas angolenses anteriores e posteriores. É que, em Angola, essas variações eram, simultaneamente, a margem de manobra dos poetas locais para introduzir uma expressão pessoal, aproximada à fala quotidiana, num formato importado. Isso lhes permitia, como mais tarde a Viriato da Cruz, tentar uma harmonização da musicalidade da língua quimbundo com a da portuguesa, musicalidade acompanhada pelas diferenças assinaláveis na escala musical (Kubik 1970). Essa foi, no momento, uma das contribuições mais ignoradas dos angolenses para tornar elástica a escala rítmica da lírica portuguesa. Ela teve, também, correspondência no Brasil, acentuada em poetas como Cruz e Sousa.

Progressão profissional e participação social em Luanda

Um resumo da progressão profissional e social em Luanda pode nos dar uma ideia do percurso e da importância da figura no local, que terá marcado mais por leituras e referências partilhadas que pela própria prática artística. No seu obituário, o *Almanach de lembranças* para 1907 afirma que desempenhou, “sucessivamente, os cargos de Delegado do Procurador da Coroa e Fazenda¹⁶⁹, Auditor do Exército e Juiz de Direito, chegou ao lugar de Juiz da Relação de Luanda, que serviu durante dois

¹⁶⁹ Escreve no seu Diário: “Ano de 1861 // Por decreto de 2 de janeiro de 1861, fui despachado Delegado do Procurador da Coroa e fazenda na Comarca de Luanda” (Antas 2021, 35). Esta e outras passagens deixam sinais de que nem todo o diário foi escrito nos dias assinalados, ou nas datas assinaladas.

anos com a costumada proficiência”. Em Portugal foi juiz em Melgaço, Tondela, Oliveira de Azeméis, Portalegre, Santarém e Barcelos, “sendo promovido em 1889 a desembargador da Relação dos Açores”. No ano seguinte “era nomeado presidente desta Relação, e agraciado com a carta de Conselho, sendo transferido um ano depois, a pedido seu, para a Relação do Porto”¹⁷⁰, que serviu até ser promovido, em 1902, “a Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça, lugar que exercia à data do seu falecimento”. Morreu Comendador da Ordem de Cristo e Cavaleiro da Ordem de Santiago (Antas 2021, 30, 32).

Quanto a Angola, enumero algumas referências oficiais e oficiais que recolhi, sem mais delongas, para facultar informações úteis a futuros pesquisadores:

6. 1861.1.2. Delegado da comarca de Luanda por decreto desta data.
7. BO 803 (1861.2.23) 2. Nomeado, por concurso (ficou em primeiro lugar) e por proposta do Conselho Ultramarino de 18.12.1860, “delegado do procurador da coroa e fazenda da comarca de Luanda”. Nomeação real: “Paço”, 2.1.1861.
8. BO 813 (1861.5.4) 9. Desembarcou em Luanda, a 27 de abril, vindo de Lisboa no *D. Antónia* (vapor português¹⁷¹), este “delegado do procurador régio com sua esposa”. Compusera, no percurso, o poema «Em viagem para Luanda», inédito até há pouco tempo (Antas 2021, 88).
9. BO 839 (1861.11.2) 2. Enquanto delegado do procurador da coroa e fazenda e clavicular (do cofre de órfãos “desta comarca”¹⁷²), devia comparecer à abertura do cofre, para verificação, neste mesmo dia.
10. BO 876 (1862.7.19) 206. Depois da suspensão e partida para Lisboa do polémico juiz Mendes Afonso, foi João Cândido nomeado “juiz de direito substituto da comarca de Luanda”, a 30.4.1862, e agora (port. prov. 107, 16.7.1862) se ordenava que tomasse posse do lugar, apresentando a “carta régia” dentro de, no máximo, 6 meses (não podia tomar posse sem apresentar a carta régia; abriu-se exceção, por conveniência de serviço).
11. BO 878 (1862.8.2) 220. Por limitações legais, atendendo ao que lhe expôs o próprio, passa Luís António de Figueiredo, juiz da 1.^a vara, “a funcionar na relação de Luanda”, sendo substituído “pelo juiz substituto” J. C. F. M. d'Antas. Portaria prov. 120, 1.8.1862.

¹⁷⁰ De que tomou posse a 3.3.1891 (Antas 2021, 64).

¹⁷¹ O mesmo que o levaria de regresso.

¹⁷² Função desempenhada igualmente por António Urbano Monteiro de Castro, o diretor d'A *Civilização da África portuguesa* que lhe publicou o poema «Beneficência», como já dito.

12. BO 886 (1862.9.27) 278-279. Por ofício de 22.9.1862 comunicara oficialmente (ao juiz de Direito) que seguia para “Mossâmedes”. Partiu, “com sua esposa”, como se pode ver na p. 279, no vapor D. Pedro, “para os portos do sul”, a 23.9.1862. No seu Diário anota que partira em razão das “febres do país que ambos nós experimentámos e a necessidade em que eu me achava de sair de Luanda¹⁷³ para o fim de me ser tirada sindicância do cargo de Delegado da Comarca” (Antas 2021, 45). Oficialmente pedira um mês de férias. A sindicância foi mais tarde arquivada, por não ter fundamento (v. adiante) e depois ele pediria Mercê, sendo juiz de Direito da comarca de Luanda (v. adiante).
13. BO 897 (1862.12.13) 361. Vinha de “Mossâmedes”, com a esposa, no vapor português *D. Estefânia*.
14. 1863. “Certidão do Acórdão proferido nos autos de sindicância do bacharel João Cândido Furtado de Antas, ex-delegado do Procurador da Coroa e Fazenda na comarca de Luanda” (AHU, Processos das consultas, Lv. 4.º n. 188).
15. BO 11 (1863.3.14) 84-85. Dito “juiz de direito substituto com exercício na primeira vara desta comarca de Luanda”, assina despachos no âmbito de um processo de habilitação de herdeiros. Nomeia curador o dr. Joaquim Farto da Costa, já referido neste ensaio.
16. BO 22 (1863.5.30) 173. Subscreve-se “juiz de direito servindo na relação”, a 21.5.1863. O documento acompanha “dois autos do balanço dos fundos arrecadados na arca do juízo”.
17. BO 42 (1863.10.17) 351. Assina como “João Cândido Furtado d’Antas, juiz de direito substituto”.
18. BO 51 (1863.12.19) 459. “Juiz de direito substituto na 1.ª e 2.ª varas”, assina Edital em “Luanda”, 18.12.1863, para convocar José Vaz Contreira¹⁷⁴ d’Araújo, “para interpor recurso d’apelação da sentença” num processo de dívidas. Era escrivão António Maria Lazary, que se tornou membro da comunidade angolense¹⁷⁵. A família Lazary ainda se cruzou com a dos Matoso de Andrade (família materna de José da Silva Maia Ferreira) e penso

¹⁷³ Logo em seguida afirma que “resolveram-me a requerer um mês de licença para ser gozada em Moçâmedes” (Antas 2021, 45). Por nota anterior percebemos que se deu mal como Delegado da Coroa e Fazenda e que, possivelmente, houve tensões entre ele e o governador Calheiros de Menezes.

¹⁷⁴ A família Vaz Contreira andava espalhada por Luanda e *hinterland* no século XIX e subsiste hoje ainda em Angola, tanto quanto na diáspora.

¹⁷⁵ Penso que por casamento. Surge o seu nome no livro Registo Geral de Mercês, Mercês de D. Pedro V, liv. 6, f. 135 (PT/TT/RGM/I/0100/227788), em documento com data de 22.12.1855.

- que a jornalista e feminista Domingas Lazary do Amaral, do grupo de Ana de Castro Osório, descendente, também, deste progenitor (E. M. Ferreira 2015).
19. BO 4 (1864.1.23) 28. Subscrevia apoio (5\$000¹⁷⁶) para as vítimas da seca e da fome em Cabo Verde. Esta subscrição teve ampla participação local, oficial e particular. O poeta Maia Ferreira participou de idêntica subscrição, promovida por negociantes e autoridades portuguesas de Nova Iorque.
 20. BO 12 (1864.3.19) 104. Contribuía com 5\$000 para a construção de um asilo para os filhos dos marinheiros. Esta iniciativa recebeu forte acolhimento por parte do segmento reinol, menor entre os filhos da terra.
 21. BO 15 (1864.4.9) 123. Assinava de novo como “juiz de direito com exercício nas duas varas judiciais desta comarca”.
 22. BO 21 (1864.5.21) 170. Assina, com os mesmos títulos, edital relativo à eleição para o Tribunal do Comércio.
 23. BO 24 (1864.6.11) 192. Um dos juízes da comarca fora para Cabo Verde (Sotavento), pelo que ficou nomeado em seu lugar. Decisão do ministro Mendes Leal¹⁷⁷, “Paço”, 7.4.1864 – deixando João Cândido Furtado de ser juiz substituto.
 24. BO 34 (1864.8.20) 285. Assina, com J. Guedes de Carvalho e Menezes¹⁷⁸ e com “Figueiredo”¹⁷⁹, um acórdão de 23.5.1863.

¹⁷⁶ Réis, não sei se fortes ou fracos.

¹⁷⁷ Mendes Leal assinou vários despachos e decretos envolvendo o juiz Cândido Furtado. Inicialmente cabralista, fez parte de vários governos ‘históricos’, incluindo com Braamcamp. Foi, como o Duque de Loulé, grão-mestre da Maçonaria.

¹⁷⁸ Quando os fundadores d'*A Civilização da África portuguesa* viram suspensa a autorização para advogarem (eram advogados provisionários), ao tomar posse o juiz Carvalho e Menezes concedeu-lhes novamente autorização para advogarem. Joaquim Guedes de Carvalho e Menezes da Costa, de seu nome completo. A 19.10.1846 subscrevera uma conlamação aos conimbricenses (Menezes 1846) após ser nomeado, pelo Duque de Loulé (correligionário de Sá da Bandeira na Junta do Porto), comandante do Batalhão Nacional – a tentativa do Duque de Loulé para recriar o famoso Batalhão Académico. Teve este juiz uma polémica suave com o ministro Sá da Bandeira. Em 1873 publicou o famoso liberal *O trabalho rural africano e a administração colonial* (B. d. Figueiredo, *O trabalho rural africano e a administração colonial* 1873), “com o fim de esclarecer a questão relativa à abolição do trabalho forçado nas nossas colônias.” (B. d. Figueiredo, *A emancipação dos libertos : carta dirigida ao Excellentíssimo Senhor Joaquim Guedes de Carvalho e Menezes presidente da relação de Loanda* 1874, 3). A brochura foi comentada em carta pelo presidente do tribunal da Relação de Luanda, Joaquim Guedes de Carvalho e Menezes. Em 1874, Sá da Bandeira lhe respondeu com *A emancipação dos libertos : carta dirigida ao Excellentíssimo Senhor Joaquim Guedes de Carvalho e Menezes presidente da relação de Loanda*.

¹⁷⁹ Luís António de Figueiredo. Publicou o *Índice do Boletim Oficial da Província de Angola [...]* (L. A. Figueiredo 1864), citado no presente ensaio.

25. BO 39 (1864.9.24) 338. Assina um edital como juiz da Comarca de Luanda, “com exercício nas duas varas”. As duas varas tinham sido igualadas, pouco tempo antes: os funcionários serviam simultaneamente nas duas. Guilherme Augusto Lobato Pires¹⁸⁰ era o escrivão de serviço.
26. BO 40 (1864.10.1) 346. Subscreve, como juiz, análise e elogio às contas da arca dos órfãos, “tendo terminado o biênio da gerência do atual tesoureiro” que era, nem mais nem menos, o pai de Manuel Alves de Castro Francina¹⁸¹, Manuel do Nascimento e Oliveira.
27. BO 44 (1864.10.20) 392. Assina edital enquanto juiz da 1.^a Vara.
28. AHU 1864.12.13. Lisboa. “Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Luís I – Requerimento do juiz de Direito da comarca de Luanda, João Caetano Furtado de Antas, a pedir uma condecoração” (acho que houve gralha, só pode ser “Cândido” onde está “Caetano”).
29. 1864.12.13. “Processo acerca do pedido de mercê feito por João Cândido Furtado Antas, juiz de Direito da comarca de Luanda” (AHU. Processos das consultas. Lv. 4.^o, n. 443 – “Inclui minuta da consulta de 1864, Dez.,13”).
30. BO 52S [Suplemento] (1864.12.24), p. 1 (507). Assina como “juiz de direito da vara civil e órfãos”. Trata-se de um documento que dá conta dos trabalhos até então efetuados pela comissão para a reforma do juízo dos órfãos. O juízo dos órfãos era muito importante naquela sociedade e naquele tempo, como se percebe.
31. BO 9 (1865.3.4) 47. Assina, como “juiz relator”, acórdão do “conselho de justiça militar”.
32. BO 12 (1865.3.18) 55. Assina, enquanto “juiz relator”, outro acórdão do “conselho de justiça militar”.
33. 1866.07.13. Nomeado presidente da comissão para a recuperação do recolhimento pio D. Pedro V, integrada por muitos membros da elite colonial e também angolense, entre eles António Félix Machado e sua mulher,

¹⁸⁰ Personagem referida em *Nga mutúri*, de Alfredo Troni, narrativa publicada inicialmente no *Diário da manhã*, em 1882. Faz a biografia típica de uma senhora luandense cuja transição para o meio colonial e angolense começara quando, no interior, a venderam, muito jovem, para um comerciante português. Ao enxugar rica, muitos tentaram enganá-la e nesses novelos entra a figura de Lobato Pires.

¹⁸¹ Funcionário público muito respeitado em Luanda. Autor, com Saturnino de Sousa e Oliveira, de *Elementos gramaticais da língua nbundu* (Oliveira e Francina 1864). A meio do século XIX, escreveu dois relatos de viagem de Luanda para o interior, hoje esquecidos mas muito bem escritos, com bastante interesse histórico e geográfico, além de político. A mãe era de Luanda e de família luandense (no batismo, Francina chamou-se Manuel Alves de Castro somente, sem Francina).

D. Ana Joaquina do Amaral Machado (pais do poeta angolense Pedro Félix Machado), D. Isabel Maria Machado (que julgo ser irmã do poeta citado); o negociante dos mais ricos de Luanda, João Osmundo Toulson, e sua mulher D. Eduarda P. Toulson (mãe do funcionário público, jornalista e poeta angolense João Eusébio da Cruz Toulson, amigo de Pedro Félix Machado); os parentes e professores Miranda Henriques e Maria José Pinheiro Falcão de Miranda Henriques, casados como já disse; D. Madalena Catela Moreira, da família Catela, que já vimos integrada na genealogia do juiz; o ex-negreiro, empresário, polemista, jornalista e também poeta Arsénio Pompílio Pompeu de Carpo e outras figuras gradas do comércio da colónia.

34. 1866.11.28. Assumira, como substituto, funções na Relação de Luanda mas, neste dia, reassumia “a primeira Vara da Comarca por ter chegado o novo juiz da Relação, Gama Freixo” (Antas 2021, 52).
35. 1866.12.18. Nomeado membro da comissão para a reforma da justiça em Angola; votou em separado, ou seja, manteve discordância, como também “o juiz Betencourt e coronel Gamboa”; o governador (F. A. G. Cardoso) enviou a proposta ao rei mas explicando a sua própria discordância (Balsemão 1872, 54). O voto (do juiz Furtado d'Antas) em separado foi no sentido de acabarem “os chefes, juízes ordinários e de paz, subdelegados e camaras municipais: por que se reduzisse a metade o número de concelhos existentes, e por que para cada um dos novos concelhos se nomeasse uma autoridade com todos os poderes, e com as vantagens que indicou” (Balsemão 1872, 54-55). *A Civilização da África portuguesa* opôs-se ferozmente à mesma proposta e foi a sua campanha, como também a denúncia de ilegalidades, que levou à prisão dos seus fundadores em 1867.
36. 1867.1.26. Gama Freixo sucumbiu em Luanda e, por isso, Cândido Furtado retornava “à Relação” (Antas 2021, 52).
37. 1868.6.23: “Parti de Luanda hoje pelas 6 horas da tarde, em companhia de minha mulher e de meus filhos Júlio, João e Francisco”. Saiu em glória: “Fui acompanhado a bordo e aí cumprimentado pela maior parte dos cavalheiros meus amigos de Luanda que à minha saída me deram todas as provas possíveis de amizade, e sentimento pela minha partida” (Antas 2021, 52). Estranhamente, não refere já os parentes, nem sequer os que embarcaram com ele. Mas acrescenta: “O governador-geral fez-me a surpresa de mandar que a Banda do Batalhão de Infantaria 1 de Luanda me esperasse no cais

de embarque e aí tocasse, à minha chegada, o hino do Recolhimento Pio de Luanda, que era da minha composição, quando eu fora presidente daquele estabelecimento, e já a bordo me encontrei com o presidente e dois membros da Câmara Municipal, que ali em nome do Município de Luanda se iam despedir de mim” (Antas 2021, 52).

38. BO 12 (1869.3.20) 152. Vê prorrogada, por 90 dias, licença (por motivos de saúde) “em que se acha no reino”, sendo “juiz da relação de Luanda”. Portanto o poema de 1868 em que regressa a Portugal era feito oficialmente na viagem para gozo da licença por motivos de saúde. Aguardaria colocação na ‘metrópole’ (v. ponto seguinte) usando o estratagema dos motivos de saúde, muito comum. Portaria n. 4, 13.1.1869, assinada por Latino Coelho, no Paço. O poema, já referido, se intitula «À Estrela do Norte», foi publicado no *Almanach de lembranças* para 1871 (p. 212) e consta do citado Diário, com data de composição. Contém alguns dados biográficos importantes: em primeiro lugar a data e localização (“Cabo de Palmas: a bordo do paquete português D. Antónia / Julho de 1868”); em segundo lugar a declaração de ser Portugal “minha pátria e [...] meu lar”, assinalada com a alegria do regresso à “humilde estância / onde a folgar passara a minha infância”, aos “pátrios céus da minha aldeia”, classificando a estada em Luanda como “exílio meu”; em terceiro lugar a indicação de que oito anos antes o batel onde seguia “em hora igual sobre este mar passou”, vertendo o poeta uma “lágrima triste” com que “chorava então por ti”, pela terra onde agora novo “presságio, d’alma filho, / me diz que sob o influxo do teu brilho / mais tranquilo porvir me sorrirá”. Enfim, não seguia por motivos de doença, mas por ter arranjado emprego sob os “pátrios céus”.
39. BO 34 (1869.8.21) 1. O ministro Latino Coelho (em despacho de 10.6.1869) refere como vago “um dos lugares de juiz” na “relação de Luanda”, visto Mendonça d’Antas estar agora colocado em Melgaço, para onde foi despatchado por decreto de 28.7.1868. Quando saiu de Luanda, oficialmente por questões de saúde, já sabia mesmo que seria colocado em Melgaço.
40. BO 10 (1871.3.11) 116. Na eleição para deputado por Angola obteve 2 votos. Insignificante. Não creio que tenha feito esforço para obter algum voto.
41. 1972. Referido positivamente por Eduardo de Sá Nogueira Pinto de Balsemão (Balsemão 1872, 53, 67-69).

O fim

Segundo algumas fontes, o juiz do Supremo faleceu a 3.10.1905, em Santa Marta de Portuzelo, Viana do Castelo, Portugal, aos 76 anos. Li, no entanto, que teria falecido em Oliveira de Azeméis, na mesma data. Realmente, pesquisando nos arquivos do distrito de Aveiro se vê que morreu, já viúvo, nessa data, paradoxalmente na rua do Mártir, em Oliveira de Azeméis. Aí se confirma a última função (Juiz do Supremo Tribunal de Justiça), e que o pai (“Amaro Cândido Furtado de Antas”) nascera em Luanda, na freguesia da Sé, tendo a mãe nascido em Lisboa.

A esposa, Corina, a quem se dedicara a vida inteira, havia sofrido um segundo e grave “ataque de paralisia” (cardíaco) a 3.3.1895 (aos 57 anos), “causador da sua morte, sete meses depois”, segundo refere no Diário. Com efeito, no dia 8.10.1895, cerca de um ano (menos 3 dias) após a morte, por afogamento, do filho João, o juiz escreveu no seu Diário: “As tristezas profundas não são aquelas que se manifestam por exterioridades! Vivem sem expressão dentro de nós!...”. Apesar disso, junta à sentida e comovida frase o poema «*Via Sacra* (à minha esposa, no último período da sua existência)”, transcrito (com menos 5 estrofes) a pp. 65-66 do *Livro de família*. Era um poema ilustrativo da sua Fé, da sua coerência, da sua contenção até na ‘maior dor que há no mundo’ – como na época se dizia.

A 12 de julho de 1905, o juiz escreveu um dos últimos apontamentos no Diário: “neste dia procedeu-se à transladação das cinzas da minha chorada esposa e de meus filhos João e Laura do Jazigo provisório onde estavam no Cemitério de Agramonte para o meu novo Jazigo, que mandei edificar no mesmo Cemitério.” Ali se juntaram mais membros da família, neles incluído, como já disse, o escritor e genro Antero de Figueiredo.

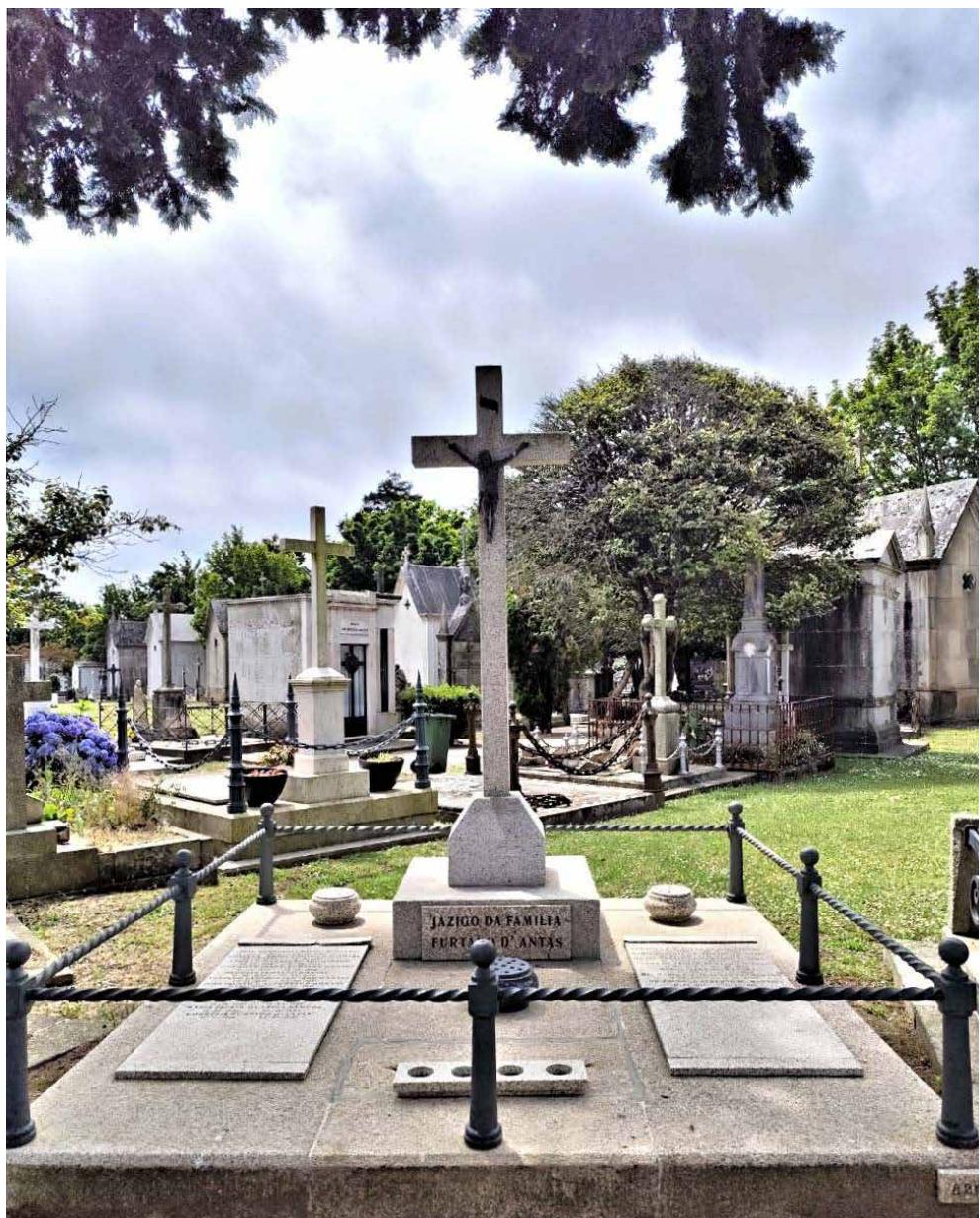


FIGURA 4

Obras Citadas

- AAVV. *A Fenis renascida: Ou obras poéticas dos melhores engenhos portugueses*. Editado por Matias Pereira da Silva. Vol. IV. 5 vols. Lisboa: sn, 1746.
- . *A Fénis renascida: Ou obras poéticas dos melhores engenhos portugueses*. Editado por Matias Pereira da Silva. Vol. V. 5 vols. Lisboa: sn, 1746.
- . *A Fénix renascida ou Obras poéticas dos melhores engenhos portugueses*. Editado por Matias Pereira da Silva. Vol. I. 5 vols. Lisboa: sn, 1747.
- . *A grinalda*. Editado por J. M. Nogueira Lima. Porto, 1862.
- . *Anais do Conselho Ultramarino: Parte não oficial*. Lisboa: IN, 1867.
- . *As gavetas da Torre do Tomo*. Vol. XII. Lisboa: CEHU-JIU, 1977.
- . *História de Portugal em datas*. – Rev. Luís Milheiro. Editado por António Simões Rodrigues. Lisboa: Temas & Debates, 1996.
- . *Poemas de Amor: Antologia poética latina (I ac.C. – III)*. Editado por Inês d'Ornellas e Castro e Maria Mafalda de Oliveira Viana. Traduzido por Inês d'Ornellas e Castro e Maria Mafalda de Oliveira Viana. Lisboa: Relógio d'Água, 2009.
- Abrahão, Juliana Diogo. “A conjuração dos degredados em Angola, 1763.” *Crítica Histórica*, dez de 2021: 69-110.
- Alves, Diogo Martins. *Iuuentius, Marathus, Alexis, Ligurinus: o puer delicatus e o subgênero homoerótico*. Doutoramento, Instituto de Estudos da Linguagem – PPG Linguística, Unicamp, Campinas: [autor], 2024.
- Alves, Rogéria Cristina. *No rasto do marfim: A circulação do marfim in natura entre Luanda, Benguela, Brasil e Lisboa (1723-1808)*. Doutorado, História , UFMG-FFCH, Belo Horizonte: [autora], 2021.
- Amaral, Ilídio do. *Em torno dos nacionalismos africanos*. sn: Granito, 2000.
- Anónimo. “Luanda, 15 de dezembro.” Editado por Antonio Augusto Ferreira Ribeiro. *Portugal e colónias*, n.º 2 (fev. 1894): 12.
- Antas, João Cândido Furtado de. *Livro de família*. Editado por Leonor Vaz Pinto. Lisboa: Book Experience, 2021.
- Balsemão, Eduardo Augusto de Sá Nogueira Pinto de. *Angola: História do governo do conselheiro Francisco António Gonçalves Cardoso*. Luanda: Imprensa do Governo, 1872.
- Braga, Guilherme. *Heras e violetas: Poesias*. Porto: sn, 1869.
- Branco, Camilo Castelo. *Amor de salvação*. Porto: Viúva Moré, 1864.
- Branco, Camilo Castelo. *Carta a José Barbosa e Silva*. [Porto?], 6 de jun. de 1857.

- . *Dispersos de Camilo*. Editado por Júlio Dias da Costa. Vols. III (Crónicas: 1857-1885). Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926.
- . *O perfil do Marquês de Pombal*. 3.ª? Lisboa: Folhas e Letras, 2003.
- Brandão, Tomás Pinto. *Antologia : Este é o bom governo de Portugal*. Editado por João Palma-Ferreira. Mira Sintra – Mem Martins: Europa-América, 1976.
- . *Pinto renascido, empenado e desempenado: Primeiro voo*. Lisboa: sn, 1753.
- . *Tomás Pinto Brandão – Antologia. Este é o bom governo de Portuga*. Editado por João Palma-Ferreira. Mem Martins: Europa-América, 1976.
- Brettell, Caroline B. “Notes.” Em *Men Who Migrate, Women Who Wait: Population and History in a Portuguese Parish*, de Caroline B. Brettell, 279-298. Princeton: PUP, 1986.
- Bruno, Sampaio. *Portuenses ilustres*. Vol. I. Porto: Magalhães & Moniz, 1907.
- Cadornega, António de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Editado por Manuel Alves da Cunha. Vol. III. 3 vols. Lisboa: AGC, 1942.
- Castilho, António Feliciano de. *Tratado de Metrificação para em pouco tempo, e até sem mestre, se aprenderem a fazer versos de todas as medidas e composições*. Lisboa: IN, 1851.
- Coelho, Luís Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado. *Poesias e Teatro*. Vol. I: Sorrisos e prantos. Lisboa: sn, 1855.
- Correia, Elias Alexandre da Silva. “História de Angola.” Em *Elias Alexandre da Silva Correia: um militar brasileiro em Angola*, de Magnus Roberto de Melo Pereira e Ana Lúcia Rocha Barbalho da Cruz, 280-747. Curitiba: UFPR, 2014.
- Cruz, Ariane Carvalho da. *Militares e militarização no Reino de Angola: patentes, guerra, comércio e vassalagem (segunda metade do século XVIII)*. Mestrado, História, UFRJ, Rio de Janeiro: autora, 2014.
- Cruz, Luís Félix. *Manifesto das hostilidades [...]*. Lisboa, 1651.
- Ferreira, Eugénio Monteiro. *Cidadania em Angola: a saga de Domingas Lazary do Amaral*. Lisboa: Quod, 2015.
- Ferreira, José da Silva Maia. *Spontaneidades da minha alma: às senhoras africanas*. Luanda: Imprensa do Governo, 1849.
- Figueiredo, Bernardo de Sá Nogueira. *A emancipaçāo dos libertos : carta dirigida ao Excellentissimo Senhor Joaquim Guedes de Carvalho e Menezes presidente da relação de Loanda*. Lisboa: 1874, 1874.
- . *O trabalho rural africano e a administração colonial*. Lisboa: IN, 1873.
- Figueiredo, Luís António de. *Índice do Boletim Oficial da Província dAngola [...]*. Luanda: Imprensa do Governo, 1864.
- Franchetti, Paulo. “Considerações sobre a concepção de metro e ritmo em Castilho.” *Texto Poético*, 2021: 289-299.

- Freudenthal, Aida. “Judeus em Angola – séculos XIX-XX.” *Cadernos de Estudos Sefarditas*, 2004: 243-268.
- Furtado, Luís Cândido Cordeiro Pinheiro. *Fortaleza de S. Martinho do Lvango*. DigitArq. 1773.
- Hatherly, Ana. *Poesia incurável: aspetos da sensibilidade barroca*. Lisboa: Estampa, 2003.
- Kubik, Gerhard. *Natureza e estrutura de escalas musicais africanas*. Lisboa: JIU, 1970.
- Leal, Francisco Pinto da Cunha. *Calígula em Angola*. Lisboa: sn, 1924.
- . *Coisas de tempos idos: As minhas memórias*. 3 vols. Lisboa: Autor, 1966-1968.
- Lencastre, Catarina de. *Antologia*. Editado por Maria Luísa Malato. Guimarães: Soc. Martins Sarmento, 2024.
- Lopo, Júlio de Castro. *Jornalismo de Angola: subsídios para a sua História*. Luanda: CITA, 1964.
- Macedo, José de. *Autonomia de Angola: Estudo de administração colonial*. Editado por Cátia Míriam Costa. Lisboa: IICT, 2008.
- Mata, Joaquim Dias Cordeiro da. *Delírios: versos*. Lisboa: IN-CM, 2001.
- Matos, Paul Pereira Oliveira. “*Terras desertas e selvagens*”: *A região ao sul de Benguela no imaginário português (1750-1840)*. Mestrado, História (História de África), FLUL, Lisboa: [autor], 2023.
- Menezes, Joaquim Guedes de Carvalho e. “Habitantes do distrito de Coimbra!” Coimbra: Imprensa da Universidade, 1846.
- Nogueira, António Francisco. *A raça negra sob o ponto de vista da civilisação da África: usos e costumes de alguns povos gentílicos do interior de Mossamedes e as colónias portuguesas*. Lisboa: Tip.ª Nova Minerva, 1880.
- Oliveira, Saturnino de Sousa e, e Manuel Alves de Castro Francina. *Elementos gramaticais da língua nbundu*. Luanda: Imprensa do Governo, 1864.
- Palma-Ferreira, João. *Do pícaro na literatura portuguesa*. Lisboa: ICLP, 1981.
- Pereira, Magnus Roberto de Mello, e Ana Lúcia Rocha Barbalho da Cruz. *Elias Alexandre da Silva Correia: um militar brasileiro em Angola*. Curitiba: UFPR, 2014.
- Pestana, Nelson. *A poesia de Cordeiro da Mata (Literatura angolana do século XIX)*. Luanda: CEIC-UC, 2012.
- Pina, Luís de. *História da Medicina Imperial Portuguesa (Angola)*. Lisboa: AGC, 1943.
- Santos, Catarina Madeira. “De “antigos conquistadores” a “angolenses”: a élite colonial de Luanda no contexto da cultura das Luzes, entre lugares da memória e conhecimento científico.” *Cultura: revista da História e Teoria das Ideias*, 2007: 195-222.
- Santos, Eduardo A. Estevam. “Antonio Urbano Monteiro de Castro: a Imprensa a serviço da dominação colonial portuguesa em Angola oitocentista.” *Cadernos de África contemporânea*, 24 de maio de 2020: 67-86.
- Silva, Francisco Ribeiro da. *Quinhentos Oitocentos: ensaios de História*. Porto: UP-FLUP, 2008.
- Silva, Inocêncio Francisco da. *Dicionário bibliográfico português: Estudos de Inocêncio Francisco da Silva aplicáveis a Portugal e ao Brasil*. Vol. II. Lisboa: IN, 1859.

Soares, Francisco. *José da Silva Maia Ferreira: Uma biografia atlântica*. Vols. I (1827-1851). 2 vols. Évora: Autor, 2023.

–. *Kicola : Estudos sobre a literatura angolana no século XIX*. Vol. I. 2 vols. Luanda: Mayamba, 2012.

–. “Kicola: o património formal da poesia angolana no século XIX.” *academia.edu/Francisco Soares*. 2016. https://www.academia.edu/35534339/Kicola_v_I_ (acedido em 25 de 4 de 2023).

Soropita, Fernão Rodrigues Lobo. *Poesia e prosas inéditas: com uma prefácio e notas de Camilo Castelo-Branco*. Porto: sn, 1868.

Tavares, Pedro Vilas-Boas. “D. António de S. José de Castro. Reconstrução liberal de uma biografia.” *Via Spiritus*, 2021: 291-298.

Topa, Francisco. *Edição crítica da obra de Gregório de Matos*. Doutoramento, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto: Autor, 1999.

Topa, Francisco, e Andreia Amaral. “A prisão de Pinto Brandão na Baía e um inédito de Gregório de Matos sobre o tema.” Editado por FLUP. *IV Congresso português de literatura brasileira*. Porto: FLUP, 2005.

Trigo, Salvato. *Introdução à literatura angolana de expressão portuguesa*. Porto: Brasília ed., 1977.

–. *Introdução à Literatura Angolana de Expressão Portuguesa*. Porto: Brasília, 1977.

Vasconcelos, Alberto Osório de. “A Galatéa moderna.” *O Panorama*, 1867: 145-148.

Virgilio. *Bucólicas y Geórgicas*. Editado por Julio Picasso Muñoz. Traduzido por Julio Picasso Muñoz. Lima: UCSS, 2004.



As infra-estruturas viárias em Vila Nova de Gaia ao longo do século XIX – notas sobre a acção municipal no processo de transformação do território

José Pedro de Galhano Tenreiro¹

Resumo

As actas camarárias de Vila Nova de Gaia no século XIX constituem uma fonte primordial para compreender a transformação territorial e administrativa do município, reflectindo a evolução das políticas municipais num contexto de profundas mudanças sociais e políticas. Este artigo centra-se nas obras públicas viárias promovidas ou acompanhadas pela autarquia, analisando o papel desempenhado pelos técnicos municipais, como arquitectos e engenheiros, e pela relação entre a edilidade e agentes externos, incluindo proprietários privados, moradores, organizações públicas, construtores, fornecedores e empresas. A investigação recorre quase integralmente às actas camarárias entre 1834 e 1888, com exceções pontuais para fontes complementares.

Imagen frontispício

Vista de Vila Nova de Gaia cerca de 1860. Fonte: “Vista geral de Vila Nova de Gaia”, Centro Português de Fotografia, Cota PT/CPF/CNF-CALVB/0033/000128.

¹ Investigador do CITAD – Centro de Investigação em Território, Arquitetura e Design da Universidade Lusíada. Doutorado em Arquitectura, ramo de Teoria e História, pela Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa. O autor do texto não escreve segundo o Novo Acordo Ortográfico.

As obras analisadas, incluindo a beneficiação da Rua Direita, a construção das estradas da Lavandeira e da Bandeira, a ligação da Calçada das Freiras ao lugar do Marco ou o estabelecimento dos acessos à Ponte Luiz I, ilustram o crescente impacto das políticas municipais na reorganização do espaço público. Registam-se alterações significativas nos materiais utilizados, no rigor técnico dos projectos e na relação entre interesses públicos e privados, ilustrando o aumento da formalização dos processos administrativos e da colaboração com o sector empresarial privado.

Pretende-se contribuir para uma compreensão aprofundada do papel da Câmara Municipal enquanto agente transformador do território, destacando as implicações culturais e sociais das decisões urbanísticas. Conclui-se que as actas não apenas documentam a gestão e execução das obras, como oferecem também um panorama de relevo sobre os conflitos e negociações que moldam o desenvolvimento territorial de Vila Nova de Gaia. Como tal, espera-se que este trabalho permita auxiliar investigações futuras, visando integrar os resultados numa perspectiva alargada sobre a história urbana e administrativa de Vila Nova de Gaia.

Palavras-Chave

Urbanismo; Políticas municipais; Vila Nova de Gaia.

Abstract

This article examines the transformation of Vila Nova de Gaia's territory and administration in the 19th century through the lens of council minutes, offering a detailed analysis of public roadworks initiated or supervised by the municipality. By focusing on the roles of municipal technicians, such as architects and engineers, and the municipality's interactions with external agents—private owners, residents, public organizations, builders, suppliers, and companies—the study sheds light on the evolving dynamics of urban governance. The primary sources for this investigation are municipal minutes from 1834 to 1888, supplemented by additional references where necessary.

Key projects, such as the improvement of Rua Direita, construction of Lavandeira and Bandeira roads, connection of Calçada das Freiras to Marco, and access routes to the Luiz I Bridge, highlight the municipality's growing influence in reshaping public spaces. These works underscore significant advancements in materials, technical rigor, and the interplay of public and private interests, marking a shift toward formalized administrative processes and collaborative practices with the private sector.

The study underscores the City Council's pivotal role in territorial transformation, emphasizing the cultural and social ramifications of its urban policies. The minutes not only document the management and execution of these works but also reveal the conflicts and negotiations that shaped Vila Nova de Gaia's development. This research aims to enrich understanding of the municipality's urban and administrative history, providing a foundation for future studies and broader interpretations of the region's historical evolution.

Key-Words

Urbanism; Municipal policies; Vila Nova de Gaia.

Introdução

As actas camarárias oitocentistas da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia constituem uma fonte documental de grande relevo para a compreensão da actividade autárquica no século XIX, num contexto social e político marcado por profundas alterações no território municipal. Contudo, esta documentação permanece ainda pouco explorada quando comparada com as actas congéneres da Câmara Municipal do Porto. Tal lacuna pode ser atribuída à organização tardia do arquivo da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia e ao extravio de alguns dos documentos ao longo dos anos. Esses registos foram gradualmente recuperados e apenas recentemente passaram a estar disponíveis para consulta pública.

As actas desempenham um papel fundamental na compreensão da actividade administrativa e política da autarquia, documentando discussões e decisões que antecedem a materialização de projectos e medidas. Abrangem uma vasta diversidade de temas, desde a abertura e manutenção de vias públicas, como estradas, ruas e caminhos, até questões administrativas mais amplas, incluindo a iluminação urbana, o recrutamento militar, o ensino primário, os cemitérios e a limpeza urbana.

De igual modo, as actas documentam a acção da edilidade no âmbito da fiscalização e do licenciamento de obras particulares. A primeira destas funções surge frequentemente associada a irregularidades na execução de obras ou mesmo à edificação não licenciada. No caso da segunda, embora os nomes dos proprietários sejam por vezes mencionados, a identificação das construções correspondentes é difícil. Tal deve-se não apenas à raridade com que os endereços são indicados, mas sobretudo à

ausência de documentação relativa ao licenciamento de obras particulares para o período em estudo. Com efeito, o arquivo da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia não conserva os processos de licenciamento – nem a parte escrita, nem as peças desenhadas – referentes ao século XIX, exceptuando alguns requerimentos específicos do último quartel de Oitocentos. Estes constituem uma série documental própria e incluem, ocasionalmente, desenhos topográficos relativos a alterações na via pública.

Entre os poucos casos em que foi possível estabelecer uma relação directa entre as actas e um pedido de licenciamento de construção, destaca-se o Palacete do Conselheiro José de Almeida Cardoso. Este proprietário obtém licença da autarquia para edificar a sua residência na sessão camarária de 9 de Setembro de 1853, confirmando-se assim, através da leitura das actas, o momento de construção identificado por Francisco Queiroz e Ana Margarida Portela no estudo que realizaram sobre esta casa².

Neste contexto, a relação da autarquia gaiense com as organizações estatais, particularmente após a criação do Ministério das Obras Públicas, em 1852, e com outros municípios emerge como um ponto de destaque no registo da discussão de questões específicas pelas diversas vereações. A informação contida neste fundo documental sobre cada um desses temas revela-se, por isso, merecedora de estudos aprofundados.

O presente artigo incide unicamente sobre o tema das obras públicas viárias, tanto de iniciativa municipal como estatal, um dos assuntos mais frequentemente abordados nas sessões camarárias. Para a análise, centramo-nos nas principais obras realizadas nas freguesias de Santa Marinha, Mafamude, Oliveira do Douro e Canidelo, abarcando sensivelmente o período entre 1834, ano de criação do Conselho, e 1888. Embora a investigação de que resulta este estudo ainda se encontre em curso, permanecendo por analisar, designadamente, os livros de actas entre 1862 e 1873, bem como o ano de 1877, importa sublinhar que a riqueza das discussões registadas e a diversidade das obras equacionadas pelas vereações gaienses ao longo de mais de quatro décadas permitem, por si só, reconstituir uma parte significativa do ambiente cultural e administrativo da autarquia oitocentista.

² QUEIROZ, Francisco; PORTELA, Ana Margarida. "O palacete romântico do Conselheiro José de Almeida Cardoso, em Vila Nova de Gaia". In Revista da Faculdade de Letras – Ciências e Técnicas do Património, Vol. V-VI, Porto, 2006-2007, p. 489-501.



FIGURA 1 · Mapa das principais obras abordadas neste estudo. Desenho do autor.

As obras públicas viárias do concelho de Vila Nova de Gaia foram já objecto de escrutínio académico, destacando-se, em particular, a tese de doutoramento de Diana Almeida Silva sobre o espaço público concelhio³. Nesse estudo, a autora analisa, em extenso apêndice, as peças desenhadas e escritas dos numerosos projectos guardados sob a alçada do arquivo municipal. A leitura das actas camarárias, porém, oferece uma perspectiva distinta desses projectos, permitindo compreender a sua evolução cronológica, as personalidades envolvidas e as articulações entre diferentes instituições. Essa teia complexa de relações fornece um ponto de vista privilegiado sobre a acção da autarquia e o desenvolvimento das infra-estruturas viárias em Gaia durante o século XIX.

Assim, ainda que o presente trabalho de investigação se mantenha em curso, a antecipação desta publicação pretende, sobretudo, posicionar-se como um interlocutor e um suporte para investigações futuras, oferecendo uma nova perspectiva sobre as políticas municipais relativas às infra-estruturas que marcam o concelho até à actualidade, enquadrando-as no contexto administrativo da Câmara Municipal enquanto agente gestor e modelador do território.

A análise que aqui se apresenta baseia-se quase integralmente no conteúdo das actas estudadas. Apenas em três casos recorremos a fontes complementares: o primeiro refere-se às actuais ruas General Torres e Conselheiro Veloso da Cruz, obras de iniciativa estatal cuja execução, entre 1862 e 1873, coincide com um período documental ainda não estudado, justificando o recurso ao *Diário de Lisboa*; o segundo

³ SILVA, Diana Solange de Almeida – O espaço público no planeamento e ordenamento do território: morfologia, regulação e gestão em Vila Nova de Gaia. Lisboa: Faculdade de Arquitectura, Universidade de Lisboa, 2019. Tese de Doutoramento.

corresponde ao projecto de estabelecimento de linhas de transportes colectivos sobre carris no território gaiense, tema que ultrapassa a baliza temporal de 1888 e exige, por isso, o cruzamento com fontes impressas da viragem de Oitocentos para Novecentos; o terceiro diz respeito à identificação da estrutura técnica envolvida na elaboração e fiscalização dos diferentes projectos, tanto do lado da edilidade como das entidades externas, para o que foram recolhidos dados complementares em diversas fontes.

No texto que se segue, começamos por identificar os técnicos e projectistas relacionados com as obras analisadas. Seguidamente, organizamos a análise das intervenções e projectos por temas, dispostos de acordo com uma ordem cronológica e tipológica tão próxima quanto possível.

Os técnicos

Ao longo das actas das sessões camarárias gaienses verifica-se a existência do cargo de arquitecto municipal nos quadros da autarquia a partir de 1840. Na sessão de 28 de Fevereiro desse ano, a Câmara nomeia o mestre pedreiro Manuel Correia da Silva como pedreiro e arquitecto da edilidade, determinando que lhe seja estipulado um ordenado. Na sessão de 17 de Março seguinte Manuel Alves Souto, presidente interino que acumulava igualmente o cargo de fiscal, trata com o arquitecto o ajuste do seu contrato, fixando-o em 36 moedas.

A 4 de Julho de 1843, a Câmara destaca a importância do cargo de arquitecto, considerado essencial e indispensável para o município. Refere-se então que, apesar de as obras da autarquia serem modestas, o arquitecto é responsável por realizar alinhamentos nos aforamentos promovidos pela edilidade, participar em todas as vistorias oficiais e inspecionar as obras particulares em todo o concelho. Sublinha-se que esse conjunto de atribuições, reconhecido como vital, é executado por uma remuneração diária de apenas um cruzado novo, num município de vasta extensão territorial. Por esse motivo, a Câmara reitera a necessidade de manter o cargo. Manuel Correia da Silva exerce a função de arquitecto municipal por mais de uma década, até ao seu falecimento em 1851.

Na sessão camarária de 3 de Outubro desse ano, a edilidade analisa três requerimentos de candidatos ao cargo, vago pelo falecimento de Manuel Correia da Silva. O fiscal relata que o arquitecto Pedro d’Oliveira⁴ apresenta inicialmente uma pro-

⁴ Pedro José d’Oliveira nasce no Porto, na Rua de Vilar, freguesia de Cedofeita, em 2 de Junho de 1823, sendo filho de António de Oliveira e de Rita de Jesus do Espírito Santo. É um dos primeiros alunos de arquitectura da Academia Portuense

posta para ocupar o cargo por 120\$000 réis, mas que posteriormente retira essa oferta, substituindo o requerimento por outro sem menção a valores. Os dois restantes candidatos declaram aceitar o cargo por um ordenado inferior ao de qualquer concorrente. O fiscal propõe, assim, adiar a decisão e colocar o cargo em concurso, atribuindo-o ao candidato que ofereça menor custo ao município, desde que possua as habilitações necessárias.

Durante a mesma sessão, estando presente Pedro d’Oliveira, este manifesta a disposição de assumir o cargo por qualquer ordenado que a Câmara julgue adequado, mesmo gratuitamente, procurando evitar a oposição do seu concorrente Gustavo Adolfo Gonçalves de Sousa. Alega ainda aquele arquitecto ter oferecido metade do ordenado respectivo àquele seu concorrente, que recusara a oferta. Após deliberação, a Câmara rejeita o adiamento e nomeia Pedro d’Oliveira arquitecto municipal, reconhecendo-lhe as qualificações necessárias e fixando-lhe um ordenado anual de 100\$000 réis. Considera-se que essa quantia representa uma economia de 44\$000 réis para a edilidade. Pedro d’Oliveira manter-se-á no cargo até à sua morte, a 20 de Setembro de 1883. Na sessão de 27 do mesmo mês, o Presidente da Câmara comunica oficialmente o falecimento do arquitecto e propõe um voto de pesar.

Nos últimos meses de actividade de Pedro d’Oliveira ao serviço da autarquia, este é coadjuvado por António Cardoso Botelho, nomeado interinamente condutor de obras públicas na sessão de 26 de Janeiro de 1882. Nessa ocasião, é ponderada a conveniência de nomear um técnico habilitado para fiscalizar as obras municipais e auxiliar o arquitecto municipal no desempenho dos seus serviços. Contudo, a trajectória de António Cardoso Botelho no município será atribulada. É suspenso do cargo de condutor de obras públicas a 13 de Junho de 1884, sendo a sua exoneração deliberada pela edilidade em Dezembro daquele ano. Cerca de um ano depois, a 25 de Fevereiro de 1886, é nomeado Tesoureiro Municipal, mas enfrenta acusações de irregularidades financeiras. Após nova

de Belas Artes, onde estuda com Joaquim da Costa Lima Júnior. Inicia o curso de Arquitetura Civil em 3 de Fevereiro de 1838, prosseguindo para o segundo ano em Outubro do mesmo ano e para o terceiro em Outubro de 1839, enquanto aluno voluntário. Em 1840, matricula-se no quarto ano e, no ano seguinte, ingressa tanto no quinto ano de Arquitetura Civil como no curso de Desenho Histórico. Em Setembro de 1842, solicita autorização para repetir o quinto ano, declarando ainda não estar suficientemente preparado, situação que evidencia a sua dedicação aos estudos. Em 7 de Outubro de 1842, recebe o primeiro prémio num concurso académico com um projecto de um hospital. Em 22 de Novembro de 1843, é nomeado arquitecto substituto da Câmara Municipal do Porto, integrando a Repartição das Obras Municipais sob a direcção de Joaquim da Costa Lima Júnior. Pedro d’Oliveira interrompe o seu serviço na Câmara do Porto por volta de 1853, quando Joaquim da Costa Lima Júnior retorna ao cargo após um período de afastamento de vários anos. Em 1864, após a morte de Joaquim da Costa Lima Júnior, Pedro d’Oliveira reingressa ao serviço da Câmara do Porto, onde permanece até seu falecimento, em 20 de Setembro de 1883, aos 60 anos.

suspensão, solicita a sua exoneração em 13 de Janeiro de 1887, a qual é aceite pela Câmara. Com a aprovação da sua conta como tesoureiro em 11 de Outubro de 1888, relativa ao período de Janeiro a Março de 1887, encerra-se oficialmente a sua relação com o município.

Durante a suspensão de António Cardoso Botelho, na sessão camarária de 17 de Outubro de 1884 é deliberado, por escrutínio secreto, nomear o engenheiro João Augusto Pereira de Mattos⁵ para o cargo de arquitecto municipal, sob proposta do vereador Jaime Teixeira da Mota e Silva. Na sessão de 31 de Dezembro desse mesmo ano, ao analisar um requerimento de António Cardoso Botelho, no qual este solicita o pagamento do seu ordenado de Dezembro, a Câmara confirma a sua exoneração e extingue a função de condutor de obras, considerando reposto o cargo de arquitecto municipal. O engenheiro João Augusto Pereira de Mattos manter-se-á nessa função até Abril de 1890, ocasião em que solicita a sua exoneração do cargo⁶. É, então substituído por Joaquim Pereira de Matos, condutor de obras públicas, residente na cidade do Porto, falecido 1894, e que, por sua vez, é sucedido no cargo por Marcelino d’Almeida Luccas Júnior.

Paralelamente aos cargos de arquitecto e de condutor de obras do município, as actas das sessões municipais registam ainda as funções de mestre de obras muni-

⁵ João Augusto Pereira de Mattos nasce no município e freguesia do Peso da Régua a 23 de Janeiro de 1852, sendo filho de Joaquim Pereira de Matos e de Maria da Graça, conforme registado no Livro n.º 22 – Livro de Matrícula do Regimento n.º 21, Registo dos Oficiais e Indíviduos com a Graduação de Oficial, de 1882, página 112, informação correspondente à do seu registo de baptismo. Naquele livro são registadas algumas informações relativas ao seu percurso militar. Assentou praça como voluntário no Regimento de Infantaria n.º 10 em 16 de Setembro de 1871, onde serviu por 2 anos, 2 meses e 23 dias até 9 de Dezembro de 1873, data em que foi promovido a Sargento aspirante graduado. Passou ao Regimento de Infantaria n.º 18 em 1875 e, posteriormente, à Guarda Municipal do Porto. Entre outros cargos, foi registado para desempenhar uma comissão de serviço dependente do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, por decreto de 22 de Março de 1876. É elevado ao grau de Tenente em Novembro de 1879, ao de Capitão em Fevereiro de 1885 e finalmente ao de Major em 1897. O seu nome encontra-se em processos de licenciamento presentes à Câmara Municipal do Porto datados esporadicamente entre 1879 e 1902, assinando requerimentos e termos como engenheiro. Num anúncio publicado no Jornal da Manhã de 28 de Abril de 1878, o qual nos foi gentilmente apresentado pelo engenheiro Mário Morais Marques, é divulgada a sociedade entre o arquitecto Thomaz Augusto Soller e João Augusto Pereira de Mattos, encarregando-se ambos “da organização de projectos para edifícios, oficinas, estabelecimentos de indústria, estradas municipais, levantamento de plantas, divisão de terrenos, (...) [e] da direcção de todos os trabalhos de construções”. Indicam ambos ali que “podem ser procurados na rua da Igreja n.º 46”. Desta sociedade encontra-se registo na Licença de Obras n.º 463/1879 da série de Plantas de Casas do Arquivo Histórico Municipal do Porto, processo este relativo a uma casa para José da Silva Policarpo sita à Rua da Igreja, em Cedofeita. O falecimento de Thomaz Soller em 12 de Junho de 1883 terá sido motivo de relevo que leva ao seu ingresso ao serviço da edilidade gaiense pouco mais de um ano depois. Acreditamos que após abandonar este serviço, João Augusto Pereira de Mattos terá trabalhado na proximidade do arquitecto Joel da Silva Pereira.

⁶ Acta da Sessão de Câmara de 10 de Abril de 1890.

cipal e de engenheiro civil municipal, embora as informações sobre os respectivos titulares sejam escassas.

A primeira menção a um Mestre de Obras Públicas da Câmara, com ordenado anual de 36 moedas, surge na acta da sessão de 10 de Abril de 1840, quando é nomeado Manuel Gomes da Silva. A 3 de Abril de 1846, a Câmara e o Conselho Municipal assinalam, em acta conjunta, a necessidade de incluir no orçamento as despesas com um mestre de obras públicas, dada a importância dessa função na realização de alinhamentos, vistorias e direcção de obras. Desconhece-se qual o detentor do cargo nesta ocasião⁷. Já em 13 de Setembro de 1883, decide-se criar um novo lugar de mestre de obras, com o fim de superintender e fiscalizar as obras do município, sendo proposto Francisco Alexandre Alves de Castro, o qual, desde a década de 1850, prestava serviços à edilidade em peritagens e avaliações, coadjuvando o arquitecto Pedro d’Oliveira.

A primeira menção ao cargo de engenheiro civil do município ocorre na sessão de 19 de Novembro de 1841, quando o presidente propõe a nomeação de Gaspar da Cunha Lima. A proposta é aceite, sendo a decisão oficializada àquele cidadão na sessão de 30 de Dezembro. Mais tarde, nas actas de finais de 1874 a meados de 1885, encontra-se frequentemente referido o engenheiro Tito de Noronha, embora sem menção explícita ao título do cargo que ocupava.

Estes diferentes cargos destinam-se sobretudo ao desempenho de funções relacionadas com o desenho, a medição e a execução das obras municipais, bem como à fiscalização de obras particulares e à avaliação do impacto das obras públicas de iniciativa estatal realizadas no território de Gaia. Além destes técnicos, a edilidade contava ainda com vários zeladores, os quais correspondem a cidadãos encarregados de observar o estado das vias e de fiscalizar possíveis abusos por parte de particulares, como o depósito de entulhos, a usurpação de espaço público ou a execução de obras fora dos alinhamentos previstos. A cada zelador compete a observação de territórios predefinidos, geralmente correspondentes às diferentes freguesias do concelho. A função de zelador é desempenhada, porém, apenas até 1844, não havendo quaisquer menções àquela após esta data.

⁷ Apesar de esta informação não constar das actas camarárias, poderá estar referida em outros documentos relativos a pagamentos, por exemplo, os quais não consultámos.

A Câmara relaciona-se também com técnicos de outras instituições que actuam no território municipal. Desde 1834, e ao longo dos anos seguintes, surgem várias menções ao arquitecto das obras públicas, sendo a primeira referência feita na sessão de 19 de Setembro de 1834. Nas actas de 21 de Junho e 9 de Dezembro de 1836 e na de 17 de Outubro de 1837, é citado o arquitecto ou mestre de obras públicas António Moreira, ou António de Sousa Moreira. Da sua actividade destaca-se o registo encontrado na acta da sessão de 9 de Dezembro de 1836, ocasião em que a Câmara decide realizar uma vistoria nas casas que tinham sido queimadas na praia de Vila Nova, após os proprietários solicitarem autorização para a sua reconstrução. Nessa ocasião, a Câmara reúne-se no local, contando com a presença do mestre de obras públicas, António de Sousa Moreira, e de Joaquim da Costa Lima, representante dos proprietários. São então definidos novos alinhamentos e autorizada a reconstrução das casas. Este último, Joaquim da Costa Lima Sampaio, é o arquitecto municipal do Porto, falecido no ano seguinte.

Na década de 1850, no contexto da abertura da actual Rua General Torres, obra que trataremos com destaque, é referido o engenheiro José Victorino Damázio, então ao serviço do Ministério das Obras Públicas. Sob a mesma tutela encontra-se o engenheiro distrital José Macário Teixeira, mencionado na acta da sessão de 22 de Julho de 1881. Já a 8 de Março de 1888 é registado o ofício do engenheiro António Ferreira d'Araújo e Silva, comunicando à edilidade ter tomado posse como director das Obras Públicas do distrito do Porto. Este será, conforme noticiado aquando do seu falecimento em 1909, um dos responsáveis pelo projecto da actual Avenida da República, concebida como acesso privilegiado ao tabuleiro superior da Ponte Luiz I.

Para além destes, encontram-se nas actas camarárias diversas referências ao Engenheiro Chefe da 2.ª Divisão dos Caminhos de Ferro, Ángel Calderón, no contexto das obras da Linha do Norte no início da década de 1860. Sem referências directas aos seus nomes, são referenciados o Engenheiro Director da Fiscalização das obras da Ponte Luiz I, bem como a vários técnicos camarários portuenses.

A beneficiação e o alargamento da Rua Direita

Um dos temas que mais ocupa as vereações gaivenses ao longo de Oitocentos é a necessidade de beneficiar o traçado da Rua Direita, actual Rua Cândido dos Reis. Esta artéria constitui o troço final da estrada Lisboa–Porto até à abertura da Rua General Torres, em meados do século XIX (tema que abordaremos em secção própria), e

mantém-se, até aos primeiros anos de Novecentos, como uma via estruturante de Vila Nova de Gaia, tanto a nível comercial como de tráfego urbano. É sobretudo através deste eixo que se articulam vários dos núcleos habitacionais da vila.



FIGURA 2 • Rua Direita e Vila Nova de Gaia entre a Serra do Pilar e a Caçlada das Freiras. Pormenor do Plano topographico da cidade do Porto impresso em Londres em 1813, e continuado aos seus subúrbios em 1832, no qual se mostra pela orla roxa a linha de fortificação, e suas baterias recentemente construidas em circuito da dita cidade. Biblioteca Nacional de Portugal, Cota do exemplar digitalizado: CC-1351-R.

A atenção das vereações camarárias aos problemas da Rua Direita manifesta-se desde cedo. Até ao início da década de 1840, a Câmara promove os primeiros melhoramentos, centrados em questões de alinhamento das construções, circulação das águas pluviais e ordenamento urbano.

Na sessão de 19 de Julho de 1834, cerca de um mês após a criação oficial do município de Vila Nova de Gaia, a Câmara recebe o pedido de João Guedes, de Arcozelo, para modificar o cano ou aqueduto próximo da Fonte de São Roque. O requerimento é aprovado sob a condição de o solicitante se responsabilizar por eventuais prejuízos ao público.

Em 10 de Março de 1835, a edilidade delibera reparar a Rua Direita, abrangendo o troço entre a esquina da Volta e o Alto da Bandeira. São emitidos editais e anúncios na imprensa, procurando recrutar trabalhadores ao menor custo possível. Contudo, a execução imediata da obra enfrenta dificuldades, pois as propostas apresentadas são consideradas excessivas⁸.

A 29 de Julho de 1836, a Fonte de São Roque é incluída nos planos de melhoramento daquele local, ficando a Câmara responsável pelos custos da intervenção. No ano seguinte, em 22 de Setembro, é pela primeira vez enunciado o problema criado pela existência de degraus projectados para fora das soleiras das portas, os quais estreitavam significativamente a via. Esta situação leva a que a edilidade tome providências para corrigir a situação, conforme é enunciado na acta da sessão de 30 de Agosto de 1841, ocasião em que a Câmara solicita aos juízes eleitos de Vila Nova de Gaia e de São Cristóvão de Mafamude que intimem os residentes da Rua Direita para retirarem degraus, piões de pedra e bancos que se prolonguem para além das fachadas. No mesmo contexto, é realizada uma vistoria à casa de José Dias Pereira, situada fora do alinhamento, sendo decididas medidas para corrigir a situação⁹.

Essas acções, acompanhadas a partir de 1840 pelo arquitecto municipal, revelam o empenho da Câmara em melhorar as condições urbanas e garantir maior fluidez ao trânsito nesta artéria.

A partir de 1846, as intervenções na Rua Direita assumem particular relevância, visando a manutenção e a beneficiação da via, bem como a preservação da Fonte de São Roque.

Em Junho desse ano, a Comissão Municipal autoriza pagamentos para a realização de reparações nas calçadas da rua¹⁰, reconhecendo a deterioração da via. Em

⁸ Acta da Sessão da Câmara de 17 de Março de 1835.

⁹ Acta da Sessão da Câmara de 27 de Agosto de 1841.

¹⁰ Acta da Sessão da Comissão Municipal de 20 de Junho de 1846.

Agosto, determina que o fiscal da Câmara apresente um orçamento para obras de conserto mais abrangentes¹¹.

Na sessão de 25 de Setembro de 1847, decide-se intensificar os trabalhos, mobiliando até vinte operários sob a supervisão do arquitecto municipal Manuel Correia da Silva para a realização de reparações urgentes. Pouco depois, na sessão extraordinária de 26 de Outubro, a Câmara delibera demolir uma casa em ruínas nas proximidades do Senhor do Loureiro, por representar perigo para a segurança pública.

Em 3 de Dezembro de 1847 é ordenada uma inspecção à Rua Direita e à Fonte de São Roque, de modo a avaliar as obras necessárias. As diligências são efectivamente realizadas, uma vez que, a 24 de Dezembro, a Câmara decide levar a hasta pública a execução das melhorias em dois troços, designadamente entre a Voltinha e o Cabeçudo, e acima do sítio dos Ferradores.

Na sessão de 11 de Agosto de 1848 é identificado o arrematante das obras, o mestre pedreiro Jacinto de Oliveira, que já desde 1846 executava trabalhos semelhantes para a edilidade gaiense. O primeiro pagamento é registado a 21 de Agosto. As actas indicam que o mestre pedreiro terá iniciado logo a reparação do troço entre a Fonte de São Roque e o Senhor do Loureiro, conforme é mencionado nas sessões de 8, 15 e 29 de Setembro, incluindo uma intervenção na própria fonte, como se depreende a partir do registo desta última sessão e daquela de 10 de Outubro. Já a 6 de Dezembro, é mencionado o troço entre a Fonte de São Roque e o cunhal dos armazéns de Joaquim Veloso da Cruz, provavelmente situado em torno da actual Rua da Cabaça, no sítio das Palhacinhas¹². Neste período registam-se ainda ajustes no transporte de entulhos e um pagamento a operários que auxiliaram o arquitecto municipal em levantamentos topográficos¹³.

A 15 de Dezembro de 1848, é referida a arrematação da reparação “desde a casa de Velozo para cima” até à Fonte de S. Roque a João Coelho de Almeida, igualmente envolvido em obras promovidas pelo município na zona ribeirinha. Contudo, nas actas seguintes não há novas menções a este arrematante, mas sim a Jacinto de Oliveira, que continua a executar os reparos entre o sítio da Volta e o do Cabeçudo¹⁴.

¹¹ Acta da Sessão da Comissão Municipal de 7 de Agosto de 1846.

¹² As obras decorriam no sítio das Palhacinhas em 1850, uma vez que na sessão de 4 de Março daquele ano é referido um acidente de trabalho do pedreiro Manuel Ferreira ocorrido naquele local, designadamente por ter caído “numa barreira de pedra”, sendo então decidido que “lhe dessem mais 9\$600 réis para ajuda das despesas do seu tratamento”.

¹³ Acta da Sessão da Câmara de 29 de Setembro de 1848.

¹⁴ Acta da Sessão da Câmara de 20 de Julho de 1849.

Por esta ocasião, agravavam-se os problemas de tráfego no troço inferior da Rua Direita, mais próximo da margem do Douro. Em 5 de Setembro de 1851, o fiscal camarário refere ser pouco apropriado o local onde se realizava o despacho e a rubrica dos bilhetes dos carros, dado que se trata de um dos locais de menor largura da Rua Direita, mas também de um dos locais onde a via é mais frequentada, imediatamente abaixo da Fonte do Cabeçudo. Os carreteiros acumulavam-se ali à “espera dos bilhetes, resultando às vezes pejarem a rua”, dificultando o trânsito, propondo o fiscal à comissão municipal a conveniência de se mudar o local destinado àquele serviço para outro mais cômodo e adequado.

Em 14 de Novembro de 1851, a Câmara delibera realizar reparos urgentes no aqueduto da Fonte de São Roque, que se encontrava deteriorado e comprometia o abastecimento de água, ficando a fiscalização a cargo do arquitecto municipal. A 2 e 9 de Janeiro de 1852, decide-se picar a pedra nos troços mais íngremes e tapar buracos maiores, melhorando o trânsito e a segurança.

Na sessão de 4 de Fevereiro de 1853, o arquitecto municipal, Pedro d’Oliveira, apresenta uma planta definindo o alargamento e o alinhamento futuro da Rua Direita, a qual é aprovada. Esta planta irá servir nos anos seguintes como referência obrigatória para autorizar novas edificações ou reconstruções na rua.

Considerando o estado precário de várias construções existentes na Rua Direita, algumas em ruína iminente e outras a necessitar de reparos significativos, a edilidade determina medidas imediatas para aplicar o novo alinhamento definido. Entre as acções tomadas destaca-se o acordo com Ana Joaquina Balbina, residente nos Ferradores, que consente na demolição da frente da sua casa, parcialmente em ruína, em troca da reconstrução pela Câmara conforme o novo traçado. A edificação incluiria três portais no andar térreo, três janelas de peitoril no primeiro andar e uma na águia-furtada, a criação de uma sala e de uma alcova no primeiro andar, a construção de uma escada de acesso ao primeiro andar e outra para as águas-furtadas, a conclusão do telhado e demais obras essenciais para a funcionalidade da edificação. Esta intervenção estabelece um marco de alinhamento, facilitando futuras obras e a aplicação rigorosa das novas directrizes urbanísticas. Nessa mesma sessão, delibera-se que não seriam autorizadas licenças para novas edificações que não respeitassem a planta aprovada. As licenças para edificação seriam concedidas somente sob a condição de que os projectos se ajustassem à planta geral de alargamento e regularização da Rua Direita e às regulamentações municipais.

Entre 1853 e 1859, a Câmara promove diversas diligências relativas ao alargamento da Rua Direita, conduzindo intervenções em numerosas casas e armazéns. São registadas vistorias a propriedades em risco de ruína em Abril e Julho de 1853 e em Agosto de 1857¹⁵. Da mesma forma, a partir de 1854 iniciam-se as negociações para a realização de expropriações e ajustes com diversos proprietários¹⁶. Em várias edificações é realizada a remoção e o recuo das suas fachadas para o novo alinhamento previsto no projecto de 1853. As obras são frequentemente arrematadas pelo mestre pedreiro Ricardo Gomes, pelo mestre carpinteiro António da Silva Lopes e pelo mestre trolha João Pereira da Costa, os quais arrematam estas obras em hasta pública¹⁷. A menção a estas intervenções nas frentes edificadas da Rua Direita permite identificar muitos dos proprietários e residentes daquele local na década de 1850¹⁸.

No mesmo período, a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia promove igualmente a reconstrução e melhoria do leito da Rua Direita. Em 1854, a edilidade decide examinar a Rua Direita e a Rua do Sacramento (actual Rua Guilherme Braga) para contratar reparos, num esforço coordenado pela Comissão de Obras Públicas¹⁹. Dois anos depois, em 1856, a reconstrução da Rua Direita éposta em praça, abrangendo o troço entre o Cabeçudo e a Volta. Após tentativas falhadas de contratar um empreiteiro até à sessão de 1 de Agosto, a obra é adjudicada, em 8 de Agosto, a Joaquim da Silva Monteiro, por 900 réis por braça quadrada. A 7 de Agosto, constatou-se o estado arruinado da calçada da Rua Direita, especialmente no sítio dos Ferradores. A Câmara decide, então, proceder à reconstrução, encarregando o arquitecto municipal pelas especificações para arrematação pública.

¹⁵ Actas das Sessões da Câmara de 15 de Abril e de 15 de Julho de 1853 e de 7 de Agosto de 1857.

¹⁶ Actas das Sessões da Câmara de 11 de Agosto e de 10 de Novembro de 1854, de 4, 11 e 18 de Maio e 1 de Junho de 1855, de 30 de Outubro de 1857, de 22 de Maio de 1858 e de 8, 15 e 30 de Abril, 27 de Maio, 3 de Junho e 15 de Setembro de 1859.

¹⁷ Actas das Sessões da Câmara de 21 de Julho, de 11 de Agosto, de 29 de Setembro e de 24 de Novembro de 1854 e de 20 de Novembro de 1857.

¹⁸ São mencionados os nomes de Lourenço José de Figueiredo, Luís António Pinto de Aguiar, José Dias, Martinho Pereira, Pedro Guedes do Nascimento, José Joaquim Guedes de Oliveira e Silva, Josefa Teresa de Jesus, Manuel Martins, José Alves Martins, Domingos José Soares, Francisco Soares da Silva, Luís António Pinto de Aguiar, Manuel Francisco Rodrigues, José de Almeida Ferraz, Francisco Caetano da Silva, Joaquim Fernandes Barbosa, Inácio Fernandes Barbosa, Bernardino Fernandes Barbosa, Vicente Fernandes Barbosa, Luísa Alves dos Reis, José Lopes das Neves, José Dias, Inácio Batista Lopes, Padre José Bernardes da Silva, Maria de Jesus Mota, António Domingues, José Joaquim Guedes de Oliveira e Silva, Manuel da Costa Ferreira, Domingos José Pinto, Francisco Ferreira da Silva Frigateiro, Eduardo Augusto Guedes de Oliveira e Silva e seu pai, José Joaquim Guedes de Oliveira e Silva, José Ferreira Guimarães, José de Oliveira Tau, Teresa de Jesus Mota e Silva, Ana Emilia da Costa e Francisca Maria da Silva de Assunção.

¹⁹ Acta da Sessão da Câmara de 5 de Maio de 1854.

Finalmente, a 23 de Outubro é contratada a reconstrução da calçada nesse mesmo local, com Jacinto de Oliveira. O pavimento deveria ter forma convexa, ser empedrado com pedra de canto e custaria 2\$400 réis por braça quadrada, incluindo material adicional fornecido pelo empreiteiro.

Em 1862, após alguns anos sem notícias de intervenções na Rua Direita, a construção da Linha do Norte impõe novas expropriações para um novo alargamento. A acta de 19 de Abril desse ano menciona um ofício do chefe da 2.ª Divisão das Obras do Caminho de Ferro, requisitando que a Câmara trate de arranjar com urgência todos os assuntos relativos à expropriação do terreno do Dr. José Plácido Campeão, que se vai ocupar com o alargamento projectado da Rua Direita, o qual estaria certamente integrado numa propriedade atravessada pelas obras da Linha do Norte.

Nas décadas seguintes, a questão do alargamento da Rua Direita tem ainda lugar destacado nas actas camarárias²⁰. A 29 de Maio de 1874, delibera-se solicitar ao Governo autorização para contrair um empréstimo de duas séries de 18 mil réis autorizadas pela lei de 8 de Maio de 1866, com vista ao pagamento de obras constantes naquela lei e que ainda se não encontravam construídas, entre as quais se inclui o alargamento da Rua Direita.

Em 26 de Junho de 1874, a Câmara recebe um requerimento de António José da Silva, João Thomaz Cardoso²¹ e outros, solicitando o reparo e alargamento da rua entre a Capela de São Roque e a Travessa das Palhacinhas. Os requerentes comprometem-se a doar 2000 réis e a ceder, sem custos para a edilidade, terrenos para a realização da obra. A Câmara aceita o donativo e decide solicitar autorização ao Conselho do Distrito, encomendando uma planta, perfis e orçamento para o alargamento e a reconstrução da calçada entre o Senhor do Loureiro e a Travessa das Palhacinhas, determinando também a remoção dos muros das propriedades cedidas. Poucos dias depois, a 10 de Julho, é aceite e agradecida uma nova oferta de João Thomaz Cardoso, que se compromete a reparar gratuitamente as ferramentas usadas nos trabalhos.

A 21 de Agosto de 1874, a Câmara decide suspender a obra de reconstrução da calçada da Rua Direita, no troço entre o Senhor do Loureiro e as Palhacinhas, até à apresentação formal da planta e do orçamento pelo arquitecto municipal, o que sugere que o projecto de 1853 se referia apenas ao troço inferior da Rua Direita.

Apesar do interesse na realização da obra por parte dos proprietários locais, só em 4 de Setembro, o arquitecto municipal apresenta a planta e o orçamento

²⁰ A leitura das actas das sessões realizadas entre 1863 e 1873 poderá futuramente trazer novos dados relevantes.

²¹ João Thomaz Cardoso é então morador na Rua Direita, na casa hoje detentora do endereço Rua Cândido dos Reis 425.

para o troço junto às propriedades dos requerentes. A Câmara adopta o traçado e submete a deliberação ao Conselho do Distrito. Além disso, autoriza João Thomaz Cardoso a remover o aterro do seu quintal na parte cedida para o alargamento da via pública.

Por esta ocasião, a Câmara realiza novas beneficiações no troço inferior da rua. Em 24 de Julho de 1874, delibera o encanamento de água desde o Senhor do Loureiro até à Fonte de São Roque, aproveitando uma nascente local. No mês seguinte, a 1 de Agosto, solicita à Junta de Paróquia a indicação de um local provisório para o Oratório do Senhor do Loureiro, devido ao rebaixamento da rua naquele ponto. Em 14 de Agosto, é apresentada uma reclamação referente a possíveis danos às propriedades de Margarida Rosa Pereira Machado causados pelo rebaixamento do pavimento, sendo-lhe concedida indemnização de 600 réis, formalizada em 1 de Março de 1876.

Na sessão de 11 de Setembro de 1874, a reconstrução da calçada entre a Capela de São Roque e o Senhor do Loureiro é adjudicada a Francisco Alexandre Alves de Castro. O método de realização das obras por arrematação é, nesta ocasião, utilizado apenas circunstancialmente. Ainda na sessão de 21 de Agosto de 1874, o Administrador do Concelho reclama verbalmente para que seja registada na acta uma proposta sua, feita em 14 daquele mês, segundo a qual as obras de reconstrução deveriam ser realizadas exclusivamente por arrematação. No entanto, a Câmara rejeita essa inclusão, argumentando que o Administrador, com voto apenas consultivo, não tinha competência para apresentar propostas à discussão ou pedir alterações às atas. Esta proposta seria discutida na sessão extraordinária da Câmara de 25 de Agosto de 1874, convocada por este motivo. Nesta ocasião, o Presidente referiu que a Câmara geralmente contrata obras por arrematação, mas justificou que, em algumas situações, como pequenos reparos, este método é impraticável, pois seria impossível detalhar todas as condições necessárias. É, então, referido o exemplo de uma parte da reconstrução da calçada da Rua Direita, acima da Capela de São Roque, que é realizada sem arrematação, com pagamento por jornal diário, resultando em economia e execução satisfatória.

A intervenção nos sítios do Senhor do Loureiro e das Palhacinhas prossegue nos anos seguintes. A 18 de Junho de 1875, verifica-se que a construção de uma casa por Custódio Tavares de Amorim, no sítio das Palhacinhas, não respeita o alinhamento previsto, levando a Câmara a embargar a obra e a iniciar uma acção judicial. No entanto, em 16 de Julho do mesmo ano, após inspecção, a Câmara decide regularizar a construção, considerando que o desalinhamento não apresentava inconvenientes maiores.

Em 13 de Agosto de 1875, a Câmara volta a prestar atenção à antiga quinta do Dr. José Plácido Campeão, falecido em 1872. O Presidente informa ter obtido dos novos proprietários o compromisso de vender, a preço razoável, os terrenos necessários para o alargamento de parte da rua, seguindo o traçado aprovado pelo Conselho do Distrito. Além disso, aqueles proprietários manifestam disponibilidade para facilitar a construção de uma via de ligação da Rua Direita até à Rua General Torres, atravessando o terreno da quinta (assunto sobre o qual nos iremos debruçar em lugar próprio).

Em 2 de Agosto de 1876, decide-se que o restante da pavimentação no sítio do Loureiro seja realizado em macadame, mas, a 18 de Agosto, é decidido o adiamento da continuação dos trabalhos naquele local.

A interrupção das obras de alargamento da Rua Direita na zona do Senhor do Loureiro poderá estar associada à necessidade entretanto verificada de proceder a melhorias nos restantes troços daquela artéria.

A 9 de Julho de 1875, entretanto, a Câmara aprovava um projecto de Tito de Noronha para o melhorar o pavimento entre a Capela de São Roque e o armazém de António José da Silva, visando alargar a via e reduzir o declive. O projecto é, portanto, considerado prioritário devido aos riscos para pedestres e veículos, motivo pelo qual é submetido à aprovação do Conselho do Distrito.

É certamente no âmbito destas deliberações que em 9 de Agosto de 1876 é formada uma comissão específica para tratar das expropriações na Rua Direita, a qual passa a integrar igualmente o fiscal municipal, por decisão tomada na sessão de 23 de Agosto.

Pouco tempo depois, a 22 de Setembro daquele ano, os vereadores reúnem-se para deliberar sobre a conveniência de solicitar ao Governo autorização para contrair um empréstimo. Este destina-se a pagar as expropriações e as obras de alargamento que se pretendem realizar no troço inferior da Rua Direita, desde o sítio da Volta até à Capela de S. Roque, reconhecendo-se a urgência do alargamento nesse local devido à estreiteza da via e ao intenso movimento comercial.

Dois meses volvidos, a 22 de Novembro, é agendada para 13 de Dezembro a arrematação da parte remanescente de uma casa sita nos números 24 a 30 da Rua Direita, cuja intervenção poderá já fazer parte de uma iniciativa mais alargada para o alargamento da via naquele local.

A atenção sobre o troço da Rua Direita no sítio do Senhor do Loureiro volta a manifestar-se apenas em 13 de Dezembro, quando a Câmara encarrega o arquitecto Pedro d’Oliveira de examinar a reconstrução e o alargamento da calçada realizada,

medindo a obra para verificar a sua conformidade com o contrato de adjudicação.

Nos anos seguintes o tema da beneficiação da Rua Direita é apenas ocasionalmente abordado nas sessões municipais. Em 29 de Maio de 1879 é decidido anunciar para 3 de Julho seguinte a colocação em hasta pública do empedramento em paralelepípedos de um troço da Rua Direita, entre o Cabeçudo e o sítio da Volta, ou seja, na parte inferior daquela artéria. Todavia, indo à praça aquela empreitada no referido dia, não surgem arrematantes. A 10 de Julho a empreitada de empedramento a paralelepípedos da Rua Direita até à Rua da Praia, ou seja, até à marginal do Douro, é adjudicada a Manuel de Oliveira Santos Baptista.

Em 1881, em 23 de Dezembro, o Presidente da edilidade refere que o proprietário Caetano Pinho da Silva exigia 260 mil réis pela cessão de um terreno destinado ao uso público, em virtude do alinhamento que se pretendia dar às novas edificações na Rua Direita, decidindo a Câmara pagar aquela indemnização.

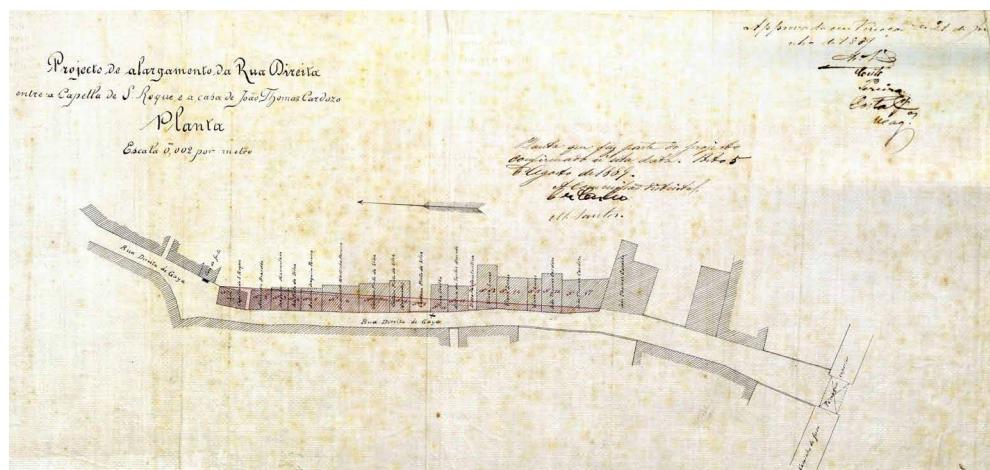


FIGURA 3 • 1884 – Alargamento da Rua Direita e mapa de expropriações.
Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner – Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia,
Identificador 18817, Código parcial Doc381.

Por sua vez, a 7 de Setembro de 1882 é deliberado criar uma outra comissão para negociar provisoriamente as expropriações de alguns prédios, com base no novo alinhamento do lado oriental da Rua Direita, desde a Capela de S. Roque até à Rua Luís de Camões. É certamente neste contexto que, em 17 de Janeiro de 1884, o Presidente da Câmara informa que a edilidade foi intimada judicialmente para concluir a demolição de um prédio expropriado na Rua Direita, em cum-

primento do plano de alargamento. Por sua vez, a 12 de Novembro de 1885, José Maria dos Anjos solicita que lhe seja designado o alinhamento a dar à vedação de um terreno junto à Rua Direita. Como parte desse alinhamento, aquele proprietário necessitaria de adquirir ao município um terreno remanescente das expropriações já realizadas, assumindo também a obrigação de realizar uma obra no regato chamado de Rio Martinho. A Câmara aprova então a alienação do terreno e impõe essa contrapartida de infraestrutura.

Neste contexto, a edilidade gaiense toma diversas medidas no sentido de demolir a Capela de São Roque para permitir o alargamento da Rua Direita naquele local. Em 5 de Julho de 1883 a Câmara nomeia uma comissão para negociar com a Junta Paroquial de Vila Nova de Gaia a expropriação daquela capela, mas é somente em 8 de Julho de 1886 que a demolição daquela capela volta a ser referida, por iniciativa do Vice-presidente da Câmara. É, então, afirmado que uma proprietária da Vila se dispunha a oferecer um terreno para edificar uma nova capela daquela invocação, decidindo a Câmara oficiar a Junta Paroquial para acelerar o processo de mudança. Em 18 de Novembro do mesmo ano, apresentam-se o Presidente da Junta Paroquial e dois vogais, com quem a Câmara contrata formalmente a expropriação da Capela de São Roque, visando o alargamento da Rua Direita. Finalmente, em 10 de Fevereiro de 1887 a Junta Paroquial comunica ter obtido autorização superior para o contrato de expropriação da Capela de São Roque, mas informa a Câmara que iniciará a demolição e demais providências apenas quando receber da edilidade a quantia acordada de 350 000 réis, decidindo-se então incluir essa despesa no orçamento camarário.

Nos anos seguintes a edilidade gaiense levará a cabo a obra de alargamento da Rua Direita entre a antiga Capela de São Roque e o Senhor do Loureiro na sua frente nascente. Em 14 de Julho de 1887, João Thomaz Cardoso, enquanto proprietário, solicita por requerimento a licença para reedificar o prédio situado nos números 369 a 371 da Rua Direita. Neste sentido, a Câmara impõe o respeito ao alinhamento designado e a cessão de 13,50 m² do terreno para via pública. Como indemnização, é definido o pagamento de 27 000 réis àquele proprietário. Posteriormente, a 20 de Outubro daquele ano, João Thomaz Cardoso manifesta a sua discordância em receber apenas 27 000 réis de indemnização pela parcela expropriada, solicitando o dobro à edilidade, tendo por base uma avaliação do Mestre de Obras. A Câmara delibera, então, deferir o pedido, ajustando a indemnização a esse valor superior. Em 21 de Julho de 1887, a Câmara delibera expropriar uma outra morada de casas sita nos números 325 e 327 da Rua Direita, pertencente a António Joaquim Pereira e sua

mulher, para o alargamento da via, mediante uma indemnização de 4 050 000 réis. A demolição desta casa será tardivamente realizada, uma vez que na sessão de 21 de Junho de 1888 é decidido que o Mestre de Obras camarário deverá elaborar as condições para a arrematação dos materiais remanescentes da demolição deste prédio. Somente a 2 de Agosto daquele ano é decidido vender em hasta pública as madeiras do prédio expropriado a António Joaquim Pereira, fixando-se o prazo legal para a arrematação. Finalmente, na sessão de 23 de Agosto é referido que não comparecem licitantes para a aquisição das madeiras daquele prédio, autorizando-se, então, a presidência a tentar vender o material por negociação directa.

A partir de finais de 1887 as sessões camarárias abordam o tema da pavimentação da Rua Direita. Em 6 de Outubro de 1887, a edilidade delibera encarregar o arquitecto municipal, cargo então desempenhado pelo engenheiro João Augusto Pereira de Mattos, para elaborar projecto e orçamento para reparar o pavimento da Rua Direita, desde as Palhacinhas até à Rua Veloso da Cruz, bem como as condições para a arrematação dessa obra. Por sua vez, a 13 de Outubro daquele ano, em vista das recentes expropriações realizadas junto à Capela de São Roque, a Câmara considera agora necessário impedir a via naquele local, pedindo ao arquitecto municipal a elaboração do projecto, orçamento e condições para a arrematação da obra. A 27 de Outubro é aprovado o projecto e orçamento para reparar o pavimento da Rua Direita no troço entre as Palhacinhas e a Rua Conselheiro Veloso da Cruz, determinando-se a publicação do anúncio de arrematação. Esta obra é finalmente adjudicada a Domingos Duarte, de Vilar do Paraíso, pelo valor de 592 030 réis, correspondente à base de licitação, conforme mencionado na acta da sessão de 24 de Novembro.

Em 3 de Maio de 1888 Domingos Duarte, empreiteiro, solicita o provimento de uma solução para uma grande quantidade de entulho resultante da limpeza do aqueduto longitudinal da Rua Direita, entulho esse que não se encontrava previsto no contrato lavrado com a edilidade e que impedia a conclusão da obra. O arquitecto municipal calculou em 300 carros e 42 000 réis o custo da sua remoção, autorizando a Câmara aquela despesa, apesar da oposição do vereador Ferreira de Macedo, que sugeriu alternativamente apurar quem depositava o entulho para responsabilizá-lo. Nesta mesma ocasião, o vereador Ferreira de Macedo criticou igualmente o mau estado geral do pavimento da Rua Direita entre a Fonte do Cabeçudo e São Roque. A 5 de Julho, em resposta a esta observação, a Câmara determinou que a presidência devia tomar providências para efetuar reparos urgentes das grandes covas que dificultavam o trânsito.

Posteriormente, a 19 de Julho, é apresentado o orçamento para a realização de reparações no sítio dos Ferradores, orçadas em 122 430 réis e correspondentes a um total de 408,10 m² de calçada à portuguesa. É, então, decidido solicitar ao Sr. Gomes da Silva o seu parecer técnico. A 2 de Agosto é finalmente aprovada aquela reparação urgente no sítio dos Ferradores, sendo então orçados os trabalhos entre 15 000 e 20 000 réis, conforme indicação do Sr. Gomes da Silva.

A beneficiação da Calçada das Freiras e a ligação ao lugar do Marco

A par das obras de beneficiação da Rua Direita, a edilidade gaíense promove igualmente a melhoria de diversas outras artérias fundamentais da Vila, como a Calçada ou Rua de Campo Bello (actual Rua Rei Ramiro²²) e a Calçada das Freiras. Esta última é alvo de especial atenção da autarquia em três momentos distintos, revelando a sua importância para o trânsito local de mercadorias.

As primeiras intervenções ocorrem ainda na década de 1830, centrando-se sobretudo em reparos na pavimentação da via, de modo a garantir a sua funcionalidade básica. Na sessão de 10 de Março de 1835, a Câmara decide publicar editais para a realização de reparações e arranjos no pavimento de toda a Calçada das Freiras, desde o arco até aos armazéns Burns. Contudo, na sessão de 17 de Março, registam-se dificuldades em contratar a arrematação devido aos elevados preços exigidos pelos suplicantes. Apenas na sessão de 29 de Dezembro de 1835 é acordado ajustar com 16 pedreiros a reparação do pavimento da Calçada das Freiras e sítio das Carvalhosas.

Na sessão de 7 de Junho de 1836 é decidido estender as obras até à Barrosa, local onde o caminho que se constituía como prolongamento natural da Calçada das Freiras entronca no percurso que liga o Largo da Bandeira ao lugar de Coimbrões. Esta decisão implica negociações para a cessão de terrenos da quinta de D. Leonor, a fim de que seja cedido ao domínio público uma porção de terreno para a realização daquela obra. Dois anos mais tarde, em 23 de Outubro de 1838, é deliberado iniciar negociações com as freiras do Convento de Corpus Christi, para a cedência de outra faixa de terreno que permita o alinhamento da Calçada das Freiras. A edilidade compromete-se, em contrapartida, a reconstruir o muro da cerca conventual²³.

²² A designação de Rua Rei Ramiro surge pela primeira vez na Acta da Sessão da Comissão Municipal de 28 de Agosto de 1846. No entanto, ao local atravessado por aquela artéria era já anteriormente dado o nome de Ramiro, encontrando-se a designação de "sítio do Ramiro" mencionada pela primeira vez na Acta da Sessão da Câmara de 18 de Março de 1836.

²³ Acta da Sessão da Câmara de 21 de Dezembro de 1838.

Durante a década de 1840 realizam-se as principais obras de consolidação estrutural da via, com reparos significativos e nova pavimentação. Na sessão de 25 de Setembro de 1847, a Comissão Municipal decide proceder de imediato a obras urgentes na Calçada das Freiras, empregando diariamente operários sob a direcção do mestre e arquitecto municipal Manuel Correia da Silva.

A 21 de Janeiro de 1848, a edilidade delibera levar a hasta pública as obras de reparação, sendo a intervenção arrematada, a 28 do mesmo mês, por Luís António de Almeida, do lugar do Marmoiral, freguesia da Madalena. Nos meses seguintes, as actas registam pagamentos ao arrematante pelos trabalhos realizados²⁴, que incluíram o rebaixamento do pavimento e “calçar parte da rua”. A empreitada, feita por arrematação²⁵, abrange também a construção de um aqueduto, a remoção de entulhos e a venda de cinco carros de pedra provenientes da obra a Joaquim Monteiro Alvarenga²⁶.

Na década de 1850, a Calçada das Freiras é apenas objecto de intervenções pontuais. A 9 de Setembro de 1853, a edilidade decide reparar o troço superior da via, junto ao Castanheiro, construindo-se “um brechão na mesma”. Posteriormente, a 28 de Março de 1857, é contratado o mestre pedreiro Jacinto de Oliveira para a reconstrução da calçada no troço acima do Arco, com pavimento convexo ou abaulado, ao preço de 1\$300 réis por braça quadrada.

Paralelamente, as actas camarárias registam duas propostas que visam integrar a Calçada das Freiras num sistema viário mais amplo. Na sessão extraordinária de 30 de Julho de 1852, o vogal António Joaquim Borges de Castro, que mais tarde virá a receber o título de visconde das Devesas, propõe a abertura de uma nova rua ligando a Calçada das Freiras ao sítio do Choupelo, através da viela dos armazéns queimados. O projecto implicaria o alargamento dessa viela e a expropriação parcial dos prédios confinantes, para que se possa estabelecer a proposta comunicação viária. Esta justifica-se pela necessidade de criar uma via alternativa ao percurso ribeirinho, frequentemente intransitável durante as cheias do Douro. Todavia, Borges de Castro reconhece que a escassez de verbas ao dispor da edilidade e a dependência de donatários e da iniciativa privada impõem o adiamento da obra para data mais oportuna. Esta ligação, que corresponderia certamente ao alargamento e rectificação do traçado da actual Rua Barão de Forrester, não se chegará a realizar.

²⁴ Actas das Sessões da Câmara de 14 de Abril, de 2, 23 e 28 de Junho, de 21 de Agosto, de 1 e 15 de Setembro, e de 24 de Outubro de 1848.

²⁵ Acta da Sessão da Câmara de 23 de Junho de 1848.

²⁶ Acta da Sessão da Câmara de 26 de Maio de 1848.

Melhor sucesso terá, porém, a proposta de ligação que o mesmo proponente sugere estabelecer entre a Calçada das Freiras e o lugar do Marco. A abertura desta nova rua é enunciada em 21 de Dezembro de 1855, quando é aprovada uma proposta do vereador António Joaquim Borges de Castro. Naquela ocasião, o futuro visconde das Devesas, proprietário da Quinta do Estado, cede gratuitamente o terreno necessário e doa 600\$000 réis para a execução da obra, considerada de grande utilidade pública e já prevista no orçamento municipal daquele ano económico com as respectivas condições. A Câmara compromete-se a construir um muro de pedra para vedar a propriedade de Borges de Castro onde aquela confinasse com a nova rua, garantindo que o traçado da nova via não prejudique o acesso à sua casa e quinta. Determina-se que a obra deverá ser feita de modo a que não seja alterado o pavimento já realizado para a entrada para a casa e quinta de António Joaquim Borges de Castro, sendo determinado o levantamento de uma planta para aprovação camarária, fixando o percurso da rua pela extremidade norte da Quinta do Estado.

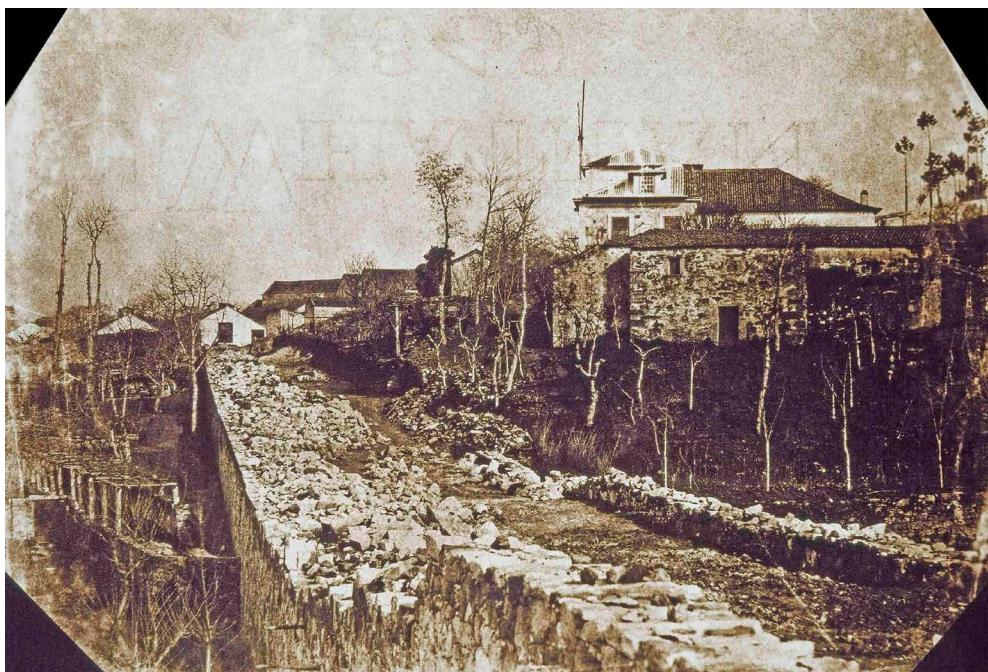


FIGURA 4 • 1884 – Fotografia de Frederick William Flower ilustrando as obras de abertura da rua de ligação entre a Calçada das Freiras e o lugar do Marco, vendo-se ao fundo a casa da Quinta do Estado. Arquivo de Documentação Fotográfica / Museus e Monumentos de Portugal.

Na sessão de 31 de Maio de 1856, a Câmara confirma a abertura da rua. O traçado definido atravessa igualmente a quinta do vereador António de Freitas Faria Salgado, que cede gratuitamente o terreno necessário para aquela infra-estrutura, com a condição de a autarquia realizar a vedação conveniente da sua propriedade com um muro de pedra com oito palmos de altura no confinamento com a nova rua. Neste contexto favorável, a edilidade promove uma campanha de subscrição de donativos entre moradores e proprietários locais para apoiar os custos da obra, destacando-se o reconhecimento do seu carácter de utilidade pública, por criar uma ligação mais cómoda e curta entre os lugares que se pretendem conectar.

A 13 de Junho seguinte, a Câmara anuncia a arrematação pública da obra de abertura e pavimentação a quem oferecer o menor preço, encarregando-se o arquitecto municipal da redacção do edital. A arrematação da obra é adjudicada, a 20 do mesmo mês, ao mestre pedreiro Joaquim Francisco de Sousa, do lugar da Costa, freguesia da Madalena, pelo menor lance de 2 500\$000 réis. Ao aceitar a Câmara aquela proposta, é exigido um fiador para o contrato, e, em 31 de Outubro, o próprio António Joaquim Borges de Castro, então presidente da Câmara²⁷, deposita metade do donativo prometido, sendo reconhecido pela Câmara pelo seu gesto.

A obra da abertura da ligação viária entre a Calçada das Freiras e o lugar do Marco volta a figurar nas actas camarárias em 1857. Em 20 de Junho, Ana Clementina Barredo Praça de Vasconcelos e o seu marido, Frederico Pinto Pereira de Vasconcelos, da cidade do Porto, solicitam à Câmara o reembolso das despesas que tiveram com o encanamento das vertentes de água da sua Quinta de Valverde, realizadas por baixo da nova rua. A Câmara atende ao pedido, demonstrando atenção à adaptação da via às propriedades confinantes. Já na sessão de 23 de Outubro de 1857, contrata-se o mestre pedreiro José Francisco de Sousa para a construção da calçada “na estrada que vai da Calçada das Freiras para a nova Rua das Devesas”, ao preço de 2\$000 réis por braça quadrada, ficando encarregado aquele mestre do fornecimento de materiais e mão de obra.

A última referência à obra surge na sessão de 25 de Junho de 1858, quando António Joaquim Borges de Castro, então ex-presidente da Câmara, formaliza a declaração de cessão do terreno da sua Quinta do Estado. Nela esclarece que a doação se limita a quarenta palmos de largura ao longo da nova rua, tendo aquele proprietário reservado para si o domínio de uma área adicional em frente à sua casa,

²⁷ António Joaquim Borges de Castro tomara o cargo de Presidente da edilidade gaiense em Janeiro de 1856, tendo nos anos anteriores ocupado o cargo de vereador, Presidente interino e Vice-Presidente, deixando o cargo em Janeiro de 1858. Ocupará novamente o cargo de Presidente da Câmara Municipal entre Janeiro de 1874 e Janeiro de 1876.

para uma mais ampla e cómoda servidão e aformoseamento da entrada para a sua propriedade. São então comunicadas formalmente as condições de usufruto daquele terreno, de que se mantém proprietário, pretendendo evitar que o futuro uso para outros fins do dito terreno pelo público. A Câmara reconhece formalmente estes direitos, prevenindo ambiguidades futuras sobre a titularidade do terreno.

Mais do que registar o esforço colaborativo entre a Câmara e os proprietários locais, as actas camarárias destacam o rigor técnico e jurídico da operação: o traçado e a pavimentação da via, a protecção das propriedades confinantes, o financiamento da obra, e a formalização dos direitos de uso e propriedade.

A abertura da nova rua entre a Calçada das Freiras e o lugar do Marco beneficia claramente a propriedade de António Joaquim Borges de Castro, tanto directa como indirectamente, considerando seu contexto como proprietário e político. A nova infraestrutura melhora o acesso à Quinta das Devesas e ao palacete em construção²⁸, valorizando a propriedade do futuro visconde. A obra realizada permite a preservação do ambiente urbano e o embelezamento daquela propriedade, num local do qual se obtém uma panorâmica privilegiada sobre a cidade do Porto. O traçado é cuidadosamente planeado para preservar o pavimento da entrada da quinta e assegurar a harmonia visual entre a nova rua e o conjunto arquitectónico. A construção dos muros de pedra, com dimensões e características específicas, contribui igualmente para a privacidade e segurança das propriedades adjacentes. Além disso, estes muros permitem delimitar as várias propriedades de forma esteticamente agradável, sendo que a aparência de um jardim como o da quinta de Borges de Castro, bem cuidado e parcialmente visível ao longo da via, também teria impacto positivo na percepção pública da propriedade.

Enquanto vice-presidente e posteriormente presidente da Câmara, Borges de Castro pôde justificar a obra como sendo de evidente utilidade pública. Contudo, apesar de o benefício colectivo ser real, o contexto revela também a sobreposição de interesses públicos e privados. A doação do terreno e do valor em dinheiro ajudam a legitimar a obra, além de que o cuidado esclarecimento deixado em acta em 1858 permite dissuadir qualquer tipo de aproveitamento. No entanto, a melhoria directa da sua propriedade pode ser vista como um caso clássico de como o interesse público é orientado no sentido de beneficiar interesses privados, estratégia comum em contextos históricos de desenvolvimento urbano.

²⁸ Importa notar que o portão ostenta a data da sua execução em 1858, contemporânea com a abertura da nova rua.

A estrada e a Quinta da Lavandeira

Entre as principais estradas traçadas pela edilidade gaiense, nos primeiros anos após a criação do concelho para ligação da Vila às diferentes freguesias do município, está aquela que estabelece comunicação com Oliveira do Douro e Avintes. Na década de 1830, Avintes era um dos núcleos populosos mais relevantes do território gaiense, tendo constituído um concelho independente de Gaia até à sua anexação, após a sua extinção, decretada a 6 de Novembro de 1836.

A primeira nota registada nas actas da edilidade gaiense sobre a estrada de Oliveira do Douro e Avintes antecede em poucas semanas essa anexação. Com efeito, na sessão da Câmara de 14 de Outubro de 1836, delibera-se aumentar o número de operários que se encontram a trabalhar na estrada de Oliveira do Douro. Tal situação indica, por um lado, que a obra está já em curso há algum tempo e, por outro, que a necessidade de melhorar as conexões viárias entre Vila Nova de Gaia e os territórios situados a nascente, na proximidade da margem do Rio Douro, antecede igualmente a anexação do concelho de Avintes.

A referência feita nesta sessão às obras da estrada de Oliveira do Douro prende-se com a possível escassez de material de construção no local da obra. Com efeito, ali se menciona que, não havendo outra pedreira mais perto que não a do Arcediago Ricardo Vanzeler, delibera-se oficial àquele o consentimento em retirar de lá “alguns carros de pedra para poder continuar a obra”. Uma semana mais tarde, na sessão de 21 de Outubro, é assinalada a autorização do proprietário daquela pedreira para dali se retirar o material necessário para o reparo da estrada²⁹, verificando-se, assim, que as obras em curso consistem sobretudo em trabalhos de manutenção e beneficiação de uma via pré-existente.

No final do ano, em 12 de Dezembro, é feita uma reflexão sobre as obras viárias que se encontram em desenvolvimento no município. Manifesta-se que seguem a bom ritmo aquelas que estão em curso na estrada de Oliveira do Douro, tal como as que se realizam no “Caminho da Estrada Real, (...) Calçada e Ramiro”. Enumera-se, assim, as principais beneficiações infra-estruturais então realizadas pela edilidade, a par das da Rua Direita.

Apenas em 1839, as obras da estrada de Oliveira do Douro voltam a ser referidas em acta, nomeadamente na sessão da Câmara de 26 de Abril de 1839, quando se decide investir naquela obra mais 65\$000 réis para auxílio na construção de um aqueduto, numa empreitada entregue ao mestre pedreiro Luís António. Em 10 de

²⁹ Na Acta da Sessão da Câmara de 29 de Julho de 1853 dar-se-á notícia de um contencioso entre o arcediago e a edilidade sobre a propriedade desta mesma pedreira.

Maio seguinte, já se faz referência à criação de uma comissão com vista à fiscalização das obras desta estrada. Por sua vez, na sessão de 13 de Setembro delibera-se oficiar ao Administrador do Concelho e aos Juízes Eleitos de Mafamude e Oliveira do Douro, no sentido de coadjuvarem as obras desta estrada.

É em 27 de Setembro de 1839 que surge a primeira menção à estrada em construção entre a sede de concelho, Oliveira do Douro e Avintes. Essa referência é feita a propósito de três cheques, no valor de 200\$000 réis cada, entregues para aplicação na sua construção ao vereador Joaquim da Cunha Lima Oliveira Leal. Esta figura encontra-se fortemente ligada a um dos locais atravessados por esta estrada, designadamente o lugar da Lavandeira.

A 2 de Outubro de 1840, é aprovada a planta da estrada para Avintes pela Lavandeira, confirmando-se, assim, o prolongamento da obra da estrada de Oliveira do Douro até aquela freguesia. Em 4 de Dezembro do mesmo ano, referem-se as despesas extraordinárias realizadas pela comissão da estrada de Avintes por S. Cristóvão de Mafamude e Oliveira do Douro, as quais incluem expropriações no valor de 516\$266 réis oferecidos pelo Presidente da autarquia e depositados nos cofres camarários. Solicita-se então a concessão imediata de 200\$000 réis para aquela obra, mas verifica-se a impossibilidade de a Câmara contribuir com o valor total naquele momento. Fica, porém, registada a vontade de disponibilizar integralmente o montante restante assim que tal seja possível, no sentido de compensar a grande despesa feita por um particular em benefício do público. Finalmente, na sessão de 22 de Dezembro seguinte, é expedido um cheque no valor de 200\$000 réis destinado às referidas expropriações. Em 7 de Junho de 1841, decide-se realizar uma vistoria de alinhamento no Lugar da Lavandeira, agendada para o dia 9 desse mês.

Após vários anos sem registo de intervenções nesta via, o tema da nova estrada da Lavandeira surge na sessão camarária de 9 de Novembro de 1849. Nessa data, a edilidade acusa a recepção de um ofício do Governo Civil solicitando uma elencação dos cidadãos que, em 1840, ofereceram donativos para as obras desta estrada, indicando as quantias recebidas. Tal situação destaca o envolvimento comunitário inicial no financiamento da obra.

No entanto, é somente a partir de 1852 que, de facto, se encontram registos regulares sobre a estrada de Oliveira do Douro e Avintes pelo lugar da Lavandeira.

Em 16 de Julho de 1852, o ex-vereador Domingos Ribeiro dos Santos defende que a edilidade deve proceder à urgente reparação da estrada que vai da Igreja de Mafamude para a Lavandeira, devido à alta frequência de uso daquela via. Disponibiliza, para a referida obra, cascalho e o respectivo transporte.

Domingos Ribeiro dos Santos toma esta posição, certamente, pelo seu interesse pessoal na realização da obra, uma vez que habita nas imediações da referida estrada, na sua quinta sita na actual Rua do Agro de Moinhos³⁰. A Câmara acede à sua proposta, decidindo convocar moradores das freguesias vizinhas para a execução da obra.

Em Janeiro de 1853, os trabalhos interrompem-se, tal como sucede noutras obras, por causa do tempo invernoso³¹. A 4 de Fevereiro, refere-se a retoma dos trabalhos, com a colocação de macadame, prosseguindo as obras até Avintes, conforme mencionado na acta da sessão camarária de 17 de Setembro seguinte.

A obra de beneficiação da estrada toma maior desenvoltura em 1854. Reunindo-se em sessão conjunta, a 22 de Junho daquele ano a Câmara e o Conselho Municipal, na presença do conselheiro Joaquim da Cunha Lima de Oliveira Leal e de Isidoro Marques Rodrigues, considera-se e aprova-se a proposta de melhoramento e abertura da estrada de Avintes por estes apresentada.

A obra deveria ser feita conforme o projecto já registado no orçamento geral da Câmara, oferecendo ambos os proponentes os seus serviços pessoais e influência para viabilizar os recursos necessários à execução daquela intervenção viária, considerada de grande utilidade. Ambos solicitam, então, à edilidade a indicação dos meios de que poderia dispor, para que, com base nessa informação, possam garantir os recursos complementares, com vista a que aquele necessário melhoramento se materialize.

Após diversas considerações, a Câmara declara que pode destinar cinquenta mil réis mensais, dentro das limitações de sua receita, além de aplicar a esta obra toda a contribuição pessoal das freguesias vizinhas, seguindo a prática já observada anteriormente. São, então, avisados os moradores de Mafamude por decisão tomada na sessão de 28 de Julho. Na sessão de 21 de Julho, da qual participa o conselheiro Joaquim da Cunha Lima de Oliveira Leal, decide-se dar início às obras de pedreiro na estrada da Lavandeira, sendo encarregado das mesmas o mestre pedreiro Jacinto de Oliveira.

A iniciativa do conselheiro Joaquim da Cunha Lima de Oliveira Leal não é alheia aos seus interesses pessoais na Quinta da Lavandeira, como veremos atempadamente. No mesmo sentido, também Isidoro Marques Rodrigues teria interesse pessoal nesta obra de viação, uma vez que teria interesses em Avintes e aí habitaria³².

As obras serão rapidamente iniciadas. Em 4 de Agosto de 1854, é deliberado proceder à expropriação, para alinhamento e alargamento da estrada de Avintes, de uma propriedade de José Luís da Costa. A 18 de Agosto, decide-se enviar o

³⁰ Informação gentilmente disponibilizada pelo Dr. Francisco Queiroz.

³¹ Acta da Sessão da Câmara de 7 de Janeiro de 1853.

³² Informação gentilmente disponibilizada pelo Dr. Francisco Queiroz.

arquitecto àquele terreno para fazer um levantamento com vista ao alargamento da estrada no lugar de Rio da Azenha. Na mesma sessão, comparecem novamente o conselheiro Joaquim da Cunha Lima de Oliveira Leal, bem como o mestre Jacinto de Oliveira, debatendo-se sobre as obras de pedreiro iniciadas. É igualmente lida uma carta enviada por Manuel José de Amorim disponibilizando para a obra a pedra necessária do seu quintal.

Nas sessões de 15 e 22 de Setembro, é decidido ultimar a conclusão das obras pelo sistema de macadame, desde a fábrica de Paço de Rei até junto da casa do mestre Ferreira Mamede³³. Os trabalhos são novamente arrematados por Jacinto de Oliveira.

A realização desta beneficiação viária, como noutras obras do mesmo tipo, é auxiliada pela melhoria de artérias subsidiárias. Nesse sentido, pode-se mencionar a decisão de construir um lanço de estrada desde o sítio das Pedras até ao de São Cristóvão de Mafamude, conforme deliberado na sessão de 12 de Janeiro de 1855, visando o estabelecimento de uma ligação da estrada da Fervença à Lavandeira. No mesmo sentido, a 31 de Maio de 1856, decide-se proceder à reparação de um troço da estrada que se dirige do lugar da Lavandeira para o da Pedra Salgada, utilizando contribuições de moradores e trabalhadores locais, sob supervisão municipal.

Após a conclusão dos trabalhos, as actas camarárias gaianas dão conta de diversas interacções entre a edilidade e o conselheiro Joaquim da Cunha Lima de Oliveira Leal, a propósito das obras que o mesmo leva a cabo na sua Quinta da Lavandeira. A primeira referência a estas obras surge a 10 de Julho de 1855, quando a edilidade acorda realizar uma vistoria à obra que o conselheiro Joaquim da Cunha Lima de Oliveira Leal mandara fazer na sua propriedade. Na sessão seguinte, de 13 de Julho, confirma-se que o motivo de tal inspecção corresponde ao alinhamento de uma parede recentemente erguida, obra na qual o proprietário tomara parte do domínio público adjacente.

Neste contexto, após a realização da vistoria indicada e tendo-se requerido ao juiz eleito o embargo da obra do conselheiro Joaquim da Cunha Lima de Oliveira Leal, que comparece perante aquela sessão, a autarquia acorda em cessar aquele embargo, certamente após negociações com o proprietário. Tal acordo é realizado na condição de que se continue o alinhamento da parede feita e de se verificar que o domínio público fica com trinta palmos de vivo para pavimento da estrada, evitando assim a necessidade de proceder a qualquer expropriação na paralela oposta, seguindo uma planta realizada para o efeito.

³³ Acta da Sessão da Câmara de 15 de Setembro de 1854.

Compromete-se o proprietário a proceder daquela forma, ficando assente que, em compensação do terreno obtido para o leito da estrada, a edilidade consente na vedação e anexação à propriedade do conselheiro Joaquim da Cunha Lima de Oliveira Leal do terreno situado defronte da sua casa, o qual até então se encontrava em uso público.

No entanto, um ano mais tarde, em 18 de Julho de 1856, várias mulheres moradoras nos lugares da Lavandeira e Paço de Rei apresentam uma reclamação. Estas afirmam que aquele proprietário desviara, sem autorização, a água que flui de sua quinta para um ribeiro público, ao qual recorrem para lavar roupas e outros fins. Refere-se que o proprietário construirá um aqueduto no caminho público, sem autorização camarária, com o intuito de redireccionar a água para as suas terras, privando os moradores daquele bem de uso público. A Câmara delibera, então, desfazer e entulhar o referido aqueduto, através do zelador municipal António José Fernandes.

Por esta ocasião, verifica a edilidade que não fora ainda cumprido pelo conselheiro Joaquim da Cunha Lima de Oliveira Leal o compromisso acordado em Agosto de 1855. Por este motivo, nas sessões de 5 de Setembro e de 10 de Outubro de 1856, a Câmara reitera a exigência de que aquele proprietário cumpra a sua obrigação de ceder terreno para o alargamento da estrada. Decide que, caso ele não o faça, se proceda judicialmente nesse sentido, requerendo autorização ao Conselho de Distrito para tal³⁴, o que vem a ser efectivamente deliberado³⁵.

Finalmente, dois anos mais tarde, em 9 de Julho de 1858, delibera-se o embargo da obra de construção de uma mina mandada realizar pelo proprietário da Quinta da Lavandeira em pleno caminho público.

Estes regtos permitem documentar as obras realizadas na Quinta da Lavandeira pelo conselheiro Joaquim da Cunha Lima de Oliveira Leal, mostrando como aquelas intervenções se relacionam com o domínio público, ora beneficiando, ora prejudicando o interesse comum. Inicialmente, aquele proprietário contribui para o desenvolvimento da estrada que atravessa aquele lugar, mas mais tarde verifica-se que as suas intervenções desrespeitam o uso e o domínio público, gerando tensões com a população local e levando a ações da Câmara para proteger os direitos colectivos.

Não se pode, porém, dissociar a postura benevolente assumida inicialmente pelo conselheiro Joaquim da Cunha Lima de Oliveira Leal da obra que realiza mais tarde para si próprio na Quinta da Lavandeira. Com efeito, a construção e as beneficiações contínuas na estrada da Lavandeira melhoraram significativamente o acesso àquela

³⁴ Acta da Sessão da Câmara de 5 de Setembro de 1856.

³⁵ Acta da Sessão da Câmara de 10 de Outubro de 1856.

propriedade. Da mesma forma, é notório que os conflitos entre este proprietário e a edilidade têm lugar somente após a conclusão dos trabalhos principais daquela estrada, ocorrendo numa ocasião em que aquele beneficia já da melhoria viária promovida pelo município, a qual valoriza a sua propriedade, facilitando-lhe o acesso à sede de concelho e ao Porto.

A mudança de postura deste proprietário ocorre, assim, quando as vantagens já estão adquiridas, situação que reflecte uma dinâmica comum em contextos históricos de desenvolvimento urbano, nos quais os interesses privados e públicos frequentemente entram em conflito.

A construção da Ponte Pênsil

A Ponte Pênsil, oficialmente denominada Ponte D. Maria II, foi uma estrutura suspensa de um único tabuleiro à cota baixa. Situava-se no local de menor largura do Rio Douro, entre os cais do Porto e de Vila Nova de Gaia. Foi construída com vista a substituir a Ponte das Barcas e a melhorar o tráfego rodoviário e pedonal entre Porto e Vila Nova de Gaia. A obra é iniciada em 1841, sendo a estrutura inaugurada em Fevereiro de 1843, durante grandes cheias do Rio Douro.

Enquanto obra de iniciativa estatal, as referências à nova ponte sobre o Douro, nas actas camarárias gaienses, não permitem reconstituir o seu processo de construção. No entanto, oferecem uma perspectiva sobre o envolvimento do município de Vila Nova de Gaia, tanto no planeamento como no suporte à sua construção, abordando as questões associadas à integração da ponte no contexto urbano local.

É em 23 de Agosto de 1839 que surge a primeira referência à vontade superior de estabelecer uma nova ponte entre o Porto e Gaia, substituindo a antiga Ponte das Barcas. Na acta daquela sessão, é mencionado o recebimento de um ofício do Administrador Geral, enviando cópia da resolução tomada em conferência por alguns membros das Câmaras Municipais do Porto e de Vila Nova de Gaia, relativa à alteração proposta de se projectar uma ponte de ferro sobre o Rio Douro.

Poucas semanas depois, a 13 de Setembro, é apresentado um novo ofício da Administração Geral, desta vez pedindo a nomeação de um representante da edilidade gaiense para, junto da empresa Claranges Lucotte, e C.ª, discutir a demarcação do terreno necessário na margem esquerda do rio, que deve ser ocupado pela ponte de ferro suspensa sobre o Rio Douro. São, então, nomeados os vogais da Câmara:

Joaquim da Cunha Lima Oliveira Leal, António Coelho Bragante e António Thomaz da Silva. É, então, designado o dia 14 daquele mês, pelas 09:00 da manhã, para a realização do referido encontro. A 20 de Setembro, é oficiado ao Administrador Geral e ao Inspetor das Obras da Barra um relatório da conferência entre as partes, indicando progresso feito nas negociações.

Dois anos mais tarde, na sessão camarária de 20 de Agosto de 1841, estando em votação os termos de construção de um armazém de Joaquim Guedes d'Amorim, projectado para a zona da Fonte do Cabeçudo, certamente com frente para a Rua Direita, o fiscal municipal apresenta um protesto. Sublinha não concordar com a edificação daquela obra particular, uma vez que iria deixar a rua com a largura de 14 palmos no meio, não obstante o muito trânsito previsto para ali devido à construção da Ponte Pênsil. Desta forma, o fiscal reflecte sobre o impacto da nova ponte nas ruas adjacentes em Gaia, além das preocupações sobre o alinhamento e sobre a largura insuficiente para o aumento futuro do trânsito. Este é um tema que virá a resultar no já referido projecto de alargamento da Rua Direita, em 1853, e mais tarde na abertura da Estrada Nova, actual Rua General Torres.

Nos anos seguintes, encontram-se apenas registos sobre pequenas questões associadas à edificação da nova ponte. Na sessão de 27 de Outubro de 1842, é assinalada a venda de pedra por parte do município aos empresários da ponte, a qual gerou receita de 40\$500 réis para a edilidade. Por sua vez, na sessão de 5 de Janeiro de 1843, o engenheiro civil Gaspar da Cunha Lima é nomeado delegado municipal para assistir às provas da ponte, uma etapa essencial antes da sua inauguração. Finalmente, a 23 de Fevereiro é recebido um ofício do Governo Civil, a informar que a inspecção das obras públicas do Reino aprovou oficialmente a ponte, autorizando sua abertura ao público.

O caminho marginal entre a Ponte Pênsil e Quebrantões

Vários anos após a abertura da Ponte Pênsil, a edilidade gaiense equaciona a abertura de uma ligação viária para nascente até Quebrantões, na freguesia de Oliveira do Douro. A existência de um cais de acostagem em Quebrantões, já mencionado em actas camarárias em 1839³⁶, e o difícil acesso daquela sede de concelho terão sido os motivos que despertam na vereação camarária de 1849 a ideia de estabele-

³⁶ Actas das Sessões da Câmara de 15 de Janeiro e 5 de Fevereiro de 1839.

cer aquela articulação ribeirinha com as praias, cais e estaleiros a poente da nova ponte sobre o Douro. Por sua vez, a definitiva atribuição de funções militares ao antigo Mosteiro da Serra do Pilar facilita o estabelecimento daquela ligação numa área até então afecta àquela estrutura religiosa, mas de difícil acesso interno.

Em 20 de Abril de 1849, a Câmara convoca os juízes e regedores das freguesias de Santa Marinha, Oliveira do Douro, Mafamude e Vilar de Andorinho para discutir a construção do caminho no sopé da Serra do Pilar. O objectivo é conectar a Ponte Pênsil ao lugar de Quebrantões, passando pelo monte e rochas inferiores ao antigo mosteiro. A 4 de Maio, a Câmara reúne-se não apenas com os regedores e juízes anteriormente convocados, como também com vários cidadãos das ditas freguesias e igualmente da freguesia de Avintes. Estes confirmam a conveniência da abertura daquele caminho. Neste contexto, todos se comprometem em contribuir para aquela obra com o tempo de serviço que a edilidade está autorizada a exigir, de acordo com o seu orçamento, e também com donativos para viabilizar o projecto. João Coelho de Almeida, enquanto procurador da Companhia da Ponte, é encarregado pela edilidade de realizar a substituição das pessoas que queiram concorrer com donativos.

Na sessão de 24 de Agosto do mesmo ano, a Câmara solicita ao Conde do Casal, José de Barros Abreu Sousa e Alvim, então Comandante da 3.ª Divisão Militar do Porto, que ordene ao Comandante de Engenharia daquela Divisão Militar comparecer, no dia 27 seguinte, junto da Ponte Pênsil, para realizar uma vistoria ao local. O objetivo é assegurar a conformidade do traçado, cumprindo as indicações dadas pelas portarias de 4 e 17 do mesmo mês. No mesmo sentido, a edilidade decide oficiar ao Director das Obras Públicas, convidando-o a comparecer também no mesmo dia para acompanhar a referida vistoria.

Apenas um ano mais tarde volta a haver registo desta iniciativa. Em 30 de Agosto de 1850, a Câmara requisita a mobilização dos moradores de Oliveira do Douro para contribuírem com o trabalho nas obras do caminho. Para tal, oficia ao Administrador do Concelho, solicitando-lhe que avise os ditos moradores.

Estando certamente em execução o caminho no sopé da Serra do Pilar, regista-se na sessão de 20 de Junho de 1851 o recebimento de um requerimento da Companhia da Ponte Pênsil. Esta oferece-se para construir duas pequenas pontes sobre os ribeiros que descem pelas encostas até ao Douro. Assim, ficaria estabelecido o caminho de Quebrantões, cobrindo integralmente os custos das obras, mediante licença do Governo e sob a fiscalização do Director das Obras Públicas. A 8 de Agosto, a edilidade decide endereçar uma representação ao Governador Civil

para a aprovação da construção daqueles pontilhões nos ribeiros de Quebrantões, complementando o caminho marginal.

Uma menção feita em 10 de Dezembro de 1852 refere a emissão de um embargo contra a construção de uma barraca de madeira. Esta fora erguida pelo caseiro da Quinta de Baixo, pertencente a António Teixeira de Azevedo Cabral, confrontando com o caminho público, sem licença da Câmara. O processo, encaminhado pelo zelador municipal António José Fernandes, poderá referir-se ao caminho marginal que, então, já está praticamente concluído.

As duas últimas referências a este caminho estão redigidas nas actas das sessões de 13 de Janeiro de 1854 e de 14 de Dezembro de 1855. Estas prendem-se com a solicitação de João Coelho de Almeida para plantar árvores na estrada construída “na Calçada da Serra do Pilar, e na margem do Douro”, desde o Senhor d’Além até Quebrantões, reforçando seu carácter paisagístico e funcional. Na primeira dessas sessões, a Câmara delibera realizar uma vistoria antes de aprovar a plantação de árvores. A solicitação repete-se na segunda sessão, sendo decidido remeter aquela questão ao Governo Civil.

A obra do caminho marginal conectando a Ponte Pênsil ao lugar de Quebrantões exemplifica, assim, a vontade conjunta de execução de uma obra de interesse público pela autarquia e pela Companhia da Ponte Pênsil, com a contribuição de moradores, promovendo mobilidade ao longo da margem do Douro e facilitando o acesso às povoações adjacentes.

A linha de caminho de ferro

Uma das Obras Públicas promovidas a nível central que mais vem alterar a fisionomia gaiense durante o século XIX é o estabelecimento da linha de caminho de ferro entre Lisboa e Porto. O primeiro registo existente sobre esta obra nas actas camarárias gaienses ocorre em 1855, numa ocasião em que estão em curso os trabalhos de construção do troço inicial da linha entre Lisboa e o Carregado.

Na sessão de 22 de Junho de 1855, a Câmara expede uma representação dirigida à Câmara dos Deputados da Nação, com o objectivo de, na discussão parlamentar sobre a construção de vias férreas e de macadame que conectem Vila Nova de Gaia à cidade de Coimbra, dar prioridade às segundas em detrimento da ferrovia. É referido que, segundo a decisão da autarquia, se deve dar preferência à estrada a macadame, seguindo o mais próximo possível o seu antigo traçado, pois

esta diretriz melhor se adequa às necessidades da população, sendo possivelmente a mais económica e fácil de executar.

Esta proposta da edilidade gaíense apresenta uma visão estratégica sobre as necessidades infraestruturais do território, que difere daquela que norteia as decisões governamentais. Trata-se de uma escolha orientada pelos interesses económicos locais, numa abordagem considerada mais adequada para acomodar as necessidades da população e optimizar os custos de construção, dadas as limitações financeiras do Estado.

É apenas em 1861, em 27 de Dezembro, que são mencionadas pela primeira vez as obras relacionadas com a construção da linha de caminho de ferro. Na sessão desta data, registam-se relatos de uma ocorrência na freguesia de Gulpilhares, onde se afirma que os moradores daquele local tinham lançando por terra os taludes de um caminho. Diz-se que, na tarde do mesmo dia, se prevê a afluência de mais gente para aquele fim. Esta informação foi dirigida à Câmara no anterior dia 23, através de um ofício enviado pelo Engenheiro Chefe da 2.ª Divisão dos Caminhos de Ferro, solicitando a tomada de medidas urgentes para controlar a situação e responsabilizar os envolvidos.

O mesmo Engenheiro Chefe envia um novo ofício à edilidade, lido na sessão de 31 de Janeiro de 1862, no qual manifesta ter procedido no sentido de tornar transitável o caminho da Costa, na freguesia da Madalena. Considera desnecessária a construção de uma ponte provisória em Valadares, no sítio do Campolinho, uma vez que o tráfego poderia ser redirecionado pelo caminho do Crasto e porque as obras deveriam terminar em breve, demonstrando assim o prazo apertado para a conclusão das obras.

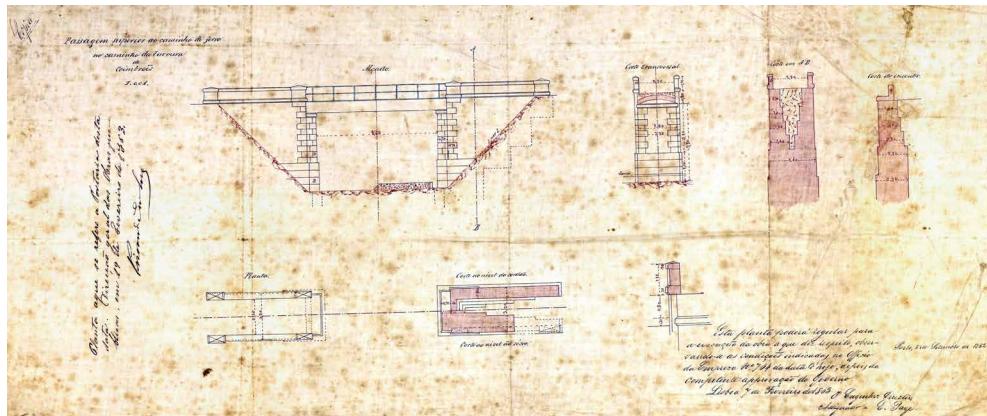


FIGURA 5 • 1862-1863 – Passagem superior ao caminho-de-ferro no Caminho da Lavoura (Coimbrões).

Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner – Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia,
Identificador 19005, Código parcial Doc475.

Por sua vez, na sessão de 4 de Abril de 1862, comparecem vários moradores de Coimbrões a reclamar sobre a falta de acessibilidade aos campos do outro lado da linha férrea. Por esse motivo, solicitam a construção de uma ponte provisória de madeira sobre a via férrea em Coimbrões, para dar a necessária serventia à população local, que se vê impedida do acesso que utilizava para os seus campos. A Câmara tinha já enviado anteriormente uma reclamação ao Engenheiro Chefe da 2.ª divisão da Companhia dos Caminhos de Ferro, Angel Calderón, mas, permanecendo sem resposta até aquele momento, delibera oficiar-lhe novamente nesse sentido.

A resposta daquele engenheiro, recebida e lida na sessão de 11 de Abril seguinte, informa que já se encontra construída em Coimbrões uma passagem inferior à linha de ferro, prevendo-se a construção de uma passagem superior a 600 metros daquela. Estando o caminho referido pela edilidade entre aquelas duas passagens, o técnico afirma ficar comodamente servido aquele lugar do concelho.

A passagem inferior refere-se à do Arco do Prado, que oferece actualmente acesso ao cemitério de Santa Marinha e ao lugar do Marco. Por sua vez, a passagem superior em vias de construção corresponde ao viaduto, conhecido em actas posteriores pela designação de Ponte de Coimbrões, estrutura que merecerá obras sucessivas de reconstrução e reparo devido ao intenso tráfego viário que acarretará.

Como tal, o caminho interrompido e que motivara o protesto da população local corresponde actualmente à Travessa da Regueira, a qual comunicaria directamente com as actuais ruas das Lavouras e Mário Lapa, do lado norte da linha férrea. Curiosamente, nesse local, surge mais de cem anos depois uma passagem pedonal superior.

No mesmo ofício enviado pelo engenheiro Calderón consta ainda uma menção ao caminho sobre o qual a Câmara reclamara em Gulpilhares, o qual se conservará caso seja incluído no acordo celebrado anteriormente com a edilidade quanto à enumeração das vias que devem ser mantidas.

Em 19 de Abril de 1862, chega um novo ofício do Engenheiro Chefe da 2.ª Divisão dos Caminhos de Ferro, através do qual a empresa solicita à autarquia a agilização das expropriações necessárias para o alargamento da Rua Direita, incluindo terrenos do Dr. José Plácido Campeão, conforme já referido. A Câmara decide iniciar os procedimentos para cumprir este pedido.

Estes registos revelam o impacto que a construção da linha férrea tem em Vila Nova de Gaia, destacando os conflitos de interesse entre as partes envolvidas e, sobretudo, as reclamações de acessibilidade. Mostram também como as grandes obras interferem directamente na vida das comunidades locais.

A Estrada Nova e as suas ligações aos Arcos da Serra do Pilar e à Rua Direita

A par da construção da linha de caminho-de-ferro, nas décadas de 1850 e 1860 ganha relevo a obra da estrada da Ponte Pênsil sobre o Douro até ao Alto da Bandeira, frequentemente designada por Estrada Nova ou Estrada da Bandeira, correspondente à actual Rua General Torres, denominação que já adopta antes de meados da década de 1870.

A Estrada Nova é projectada como uma variante à antiga Rua Direita, cuja íngreme inclinação dificulta o trânsito crescente que se estabelece após a conclusão da Ponte Pênsil. Esta, ao permitir a passagem de veículos de maior carga do que a antiga Ponte das Barcas, impõe a necessidade de uma via mais ampla e regular. A nova estrada é rasgada por iniciativa governamental e integra, ainda durante a fase de projecto, o traçado ferroviário a nascente da estação de Vila Nova de Gaia. A via apresenta um perfil mais largo do que as antigas ruas gaienses, vencendo a diferença de cota até ao Alto da Bandeira através de pendentes suaves e curvas regulares.

A primeira referência registada nas actas camarárias data da sessão de 17 de Março de 1854. Nessa ocasião, é recebido um ofício do Governador Civil solicitando o envio do projecto da estrada, elaborado pelo Major José Victorino Damásio. O pedido revela que o projecto já se encontrava concluído e anteriormente remetido à edilidade para apreciação. Contudo, a Câmara declara não possuir o documento na sua secretaria, encontrando apenas um requerimento de João Coelho de Almeida relativo à construção da estrada.

Cinco anos mais tarde, na sessão de 28 de Janeiro de 1859, surge nova menção explícita à obra pública. A Câmara propõe alterar a directriz da estrada, desde o sítio da Fervença, pela Viela da Mesquita, seguindo em direcção ao sítio das Palhacinhas, até entroncar na rua vindia do lugar da Bandeira. O traçado sugerido, porém, não corresponde integralmente ao executado.

Apesar do longo intervalo entre as duas referências, registam-se várias obras e expropriações realizadas pela edilidade nas zonas da Fervença, da Mesquita e da Barroca. Na sessão de 4 de Abril de 1856, por exemplo, a Câmara negoceia a expropriação amigável da casa e terrenos de Joaquim Guedes de Amorim, na Rua do Pinheiro, para os converter em uso público no âmbito dos melhoramentos dessa rua, alargada e rebaixada para facilitar o trânsito. A intervenção conta com o apoio financeiro de Francisco Ferreira da Silva Fragateiro, a quem a Câmara cede o terreno sobrante não necessário às obras, podendo aquele proprietário convertê-lo em uso próprio da sua morada de casas que confina com o referido caminho.

Na sessão de 11 de Abril de 1856, contrata-se o mestre pedreiro António Pereira Cepo para a construção da calçada da Rua da Fervença e da viela que segue para o Monte da Mesquita. A 4 de Outubro do mesmo ano, ajusta-se com o mestre pedreiro Jacinto de Oliveira a reparação da Viela da Mesquita até ao ponto de encontro com a calçada existente. Em 26 de Dezembro de 1857, delibera-se realizar uma vistoria na Rua da Barroca, com vista à expropriação da propriedade de casas, armazém e quintal pertencentes a António Beleza de Andrade, contígua àquela via e necessária ao seu alargamento.

Das obras então realizadas, restam poucos registos. Na sessão de 20 de Julho de 1860, é recebido um ofício do Chefe da Secção das Obras Públicas do concelho, convidando o Presidente da Câmara a visitar a obra da estrada no sítio da Fervença, a fim de deliberar sobre diversas providências que havia necessidade de adoptar no contexto daquela obra. Entre elas contam-se o tapamento da Travessa da Fervença, a construção de um aterro para ligar esta artéria à nova estrada e a execução de encanamentos para desvio das águas provenientes da Rua da Fervença.

Em 12 de Abril de 1861, é dado registo de um novo ofício, desta vez remetido pelo Director das Obras Públicas do Distrito, convidando o Presidente da Câmara a examinar conjuntamente a Rua da Barroca, relativamente à tapagem que a edilidade pretendia efectuar naquele local. O Presidente declara não poder contrariar o que fora decidido em auto de vistoria, solicitando que o Director comunique por escrito as suas propostas para nova deliberação.

A 10 de Maio de 1861, o Ministério das Obras Públicas aprova a construção de uma rampa de acesso à nova estrada pelo lado poente da Rua da Barroca, rejeitando o plano inicial da Câmara de executar uma passagem sob a nova estrada. Poucos meses depois, a 9 de Agosto, é lido um ofício do Chefe da Secção de Obras Públicas ao Sul do Douro, Augusto Pinto de Miranda Montenegro, o qual solicita uma reunião com o Presidente da Câmara para tratar da construção e reparação de todas as serventias necessárias, bem como da concordância dos caminhos cortados pela nova estrada, apontando os locais a examinar.

Para uma melhor compreensão das obras realizadas, é necessário recorrer ao *Diário de Lisboa*³⁷, periódico oficial do Estado³⁸, que acompanha de perto a execução da estrada entre 1860 e 1862. O periódico regista várias informações que relatam o progresso dos trabalhos e as dificuldades encontradas, permitindo preencher as lacunas deixadas pelas actas municipais.

³⁷ Realizamos excepcionalmente este cruzamento no respeitante a esta obra, dada a sua relevância local.

³⁸ Durante vários anos o *Diário do Governo* tomou a designação de *Diário de Lisboa*, voltando mais tarde à sua designação de *Diário do Governo*.

A 23 de Agosto de 1860 regista-se a necessidade de expropriar parte de um jardim pertencente a Francisco Ferreira da Silva Fragateiro. Por sua vez, a 30 de Janeiro de 1861 propõe-se a expropriação de parte de um armazém pertencente ao Dr. Bernardino Ferreira da Costa e Silva Pacheco, para dar continuidade às obras da estrada, sendo a área a expropriar designada numa planta cadastral com letras específicas. Finalmente, a 6 de Setembro de 1861 propõe-se a expropriação de uma propriedade de João Bernardo de Araújo.

Posteriormente, surgem registos de vendas em hasta pública de porções de terreno remanescentes da obra. Destacam-se terrenos de 368 m², avaliados em 368\$125 em 3 de Abril de 1862; uns armazéns expropriados a António Pereira da Silva, situados no fim da Rua da Barroca, e terrenos contíguos ao arco de suporte da estrada avaliados num total 800\$000, a 16 de Julho do mesmo ano; e o resto de uma casa expropriada a Domingos Ribeiro dos Santos, avaliado em 150\$000, a 20 de Outubro seguinte.

As expropriações e vendas realizam-se com base na Lei de 21 de Julho de 1857, que visa financiar e apoiar a execução de obras públicas prioritárias, como a construção e melhoria das estradas do Reino. Esta lei optimiza os recursos financeiros e reorganiza áreas urbanas.

A alienação das áreas expropriadas remanescentes da obra realiza-se já após a inauguração da estrada. Na acta da sessão camarária de 23 de Agosto de 1861, comunica-se que a estrada estaria pronta a 24 de Agosto para a passagem do Rei D. Pedro V. Nesta ocasião, a obra ainda não se encontra completa, pois a passagem do monarca é registada no *Diário de Lisboa* de 28 de Agosto daquele ano, por transcrição da notícia d'*O Commercio do Porto*. Refere-se uma ponte provisória feita “pelos empreiteiros do tunnel”, no ponto onde aquela cruza a estrada, adornada para o efeito. Esta ponte provisória já estivera envolvida num acidente, com a queda de uma criança em mais de cinco metros. Esse acidente é igualmente registado no *Diário de Lisboa* a 6 de Junho, novamente por transcrição d'*O Commercio do Porto*. Trata-se, certamente, de uma estrutura que antecede o viaduto sobre o traçado da linha ferroviária a nascente das Devesas, o qual comporta a execução de um túnel, o terceiro no traçado da Linha do Norte a sul do Douro. O viaduto definitivo materializa-se em granito e conclui-se a par do referido túnel. Porém, com a alteração do traçado previsto para o atravessamento ferroviário do Douro, a Linha do Norte passa a seguir o trajecto da Serra do Pilar e Seminário pela Ponte Maria Pia, em detrimento do percurso inicialmente materializado pelo lugar da Pedra Salgada. O túnel será posteriormente afecto às caves vinícolas da Real Companhia Velha, enquanto o viaduto permanece sobre uma trincheira vazia.

Assim, apesar de a nova estrada se projectar em sincronia com o troço ferroviário a nascente das Devesas, prevendo aquela passagem desnivelada para facilitar o trânsito entre a Ponte Pênsil e a Estrada Real, o novo traçado ferroviário conduz à introdução de uma passagem de nível com pouco sucesso.

Não obstante este revés, pelas suas curvas de raio generoso e perfil amplo, a nova estrada constitui uma modernização fundamental no contexto urbano gaiense, substituindo a íngreme e limitada Rua Direita, facilitando não apenas o tráfego local, mas também os atravessamentos regionais.

Após a conclusão desta obra, tem início a ligação viária entre esta e a nova estação das Devesas, com características de traçado similares, contribuindo para uma conexão eficiente ao sistema ferroviário numa ocasião em que a Linha do Norte não atravessa ainda o Douro e os cidadãos da margem direita têm de se deslocar até à estação gaiense para efectuar a sua deslocação de comboio.

Esta ligação rodoviária entre a nova estrada e as Devesas é largamente abordada nas sessões das Cortes³⁹. Na sessão da Câmara dos Pares de 3 de Fevereiro de 1862 o Visconde de Gouveia questiona o motivo pelo qual o ramal viário entre a estação das Devezas e a Estrada da Bandeira não se encontra ainda iniciado⁴⁰. Por sua vez, na sessão da Câmara dos Deputados de 22 de Abril do mesmo ano, o deputado Francisco de Oliveira Chamiço destaca que, com a iminente abertura do caminho de ferro entre Porto e Estarreja, a estação das Devesas não possui ainda uma ligação rodoviária funcional com o Douro ou com quaisquer estradas viáveis, estimando um custo de 5.000\$000 a 8.000\$000 réis para construir a conexão necessária até ao Alto da Bandeira. Respondendo, o Ministro das Obras Públicas⁴¹ indica que os estudos já estão em andamento e que as obras seriam realizadas antes da inauguração do caminho de ferro⁴². Contudo, na sessão de 7 de Junho seguinte Francisco de Oliveira Chamiço reitera a urgência daquela ligação viária, enfatizando que a estação deveria estar conectada ao cais e ao rio para garantir a devida acessibilidade assim a secção do caminho de ferro fosse inaugurada⁴³.

³⁹ Na impossibilidade de acedermos em tempo às actas camarárias gaienses que abordam esta obra, recorremos novamente às informações oferecidas pelo *Diário de Lisboa*.

⁴⁰ *Diário de Lisboa*, 6 de Fevereiro de 1862.

⁴¹ O cargo é então desempenhado por D. Nuno José Severo de Mendoça Rolim de Moura Barreto, à data detentor do título de Marquês de Loulé e futuramente elevado a Duque.

⁴² *Diário de Lisboa*, 24 de Abril de 1862.

⁴³ *Diário de Lisboa*, 10 de Junho de 1862.

O *Diário de Lisboa* dá registo de duas expropriações para a realização desta infra-estrutura. A primeira, datada de 19 de Dezembro de 1862 e publicada naquele periódico a 5 de Janeiro de 1863, refere-se à expropriação de parte de uma propriedade em Mafamude, pertencente a Francisco José dos Santos, Anastácio José dos Santos, Rosa dos Santos e seus sobrinhos menores. A segunda, datada de 9 de Janeiro de 1863, corresponde à expropriação de parte de uma propriedade em Santa Marinha, pertencente a António Joaquim Borges de Castro e esposa. Os custos com a execução da via são publicados nas páginas do *Diário de Lisboa* em diversos números até 1865.

Após a conclusão das obras de iniciativa estatal na ligação do Alto da Bandeira com a Ponte Pênsil e a estação das Devesas, a edilidade promove diversas obras viárias que se articulam com esta. Nas páginas do *Diário de Lisboa* são referidas, para a década de 1860, obras viárias com origem na zona do Torne, lugar nas proximidades do cruzamento entre a Estrada Nova e a Linha do Norte. No entanto, importa aqui sublinhar, pela sua referência detalhada nas actas municipais posteriores a 1874, as ligações da nova estrada, já então designada de Rua General Torres, com os Arcos da Serra do Pilar e com a Rua Direita.

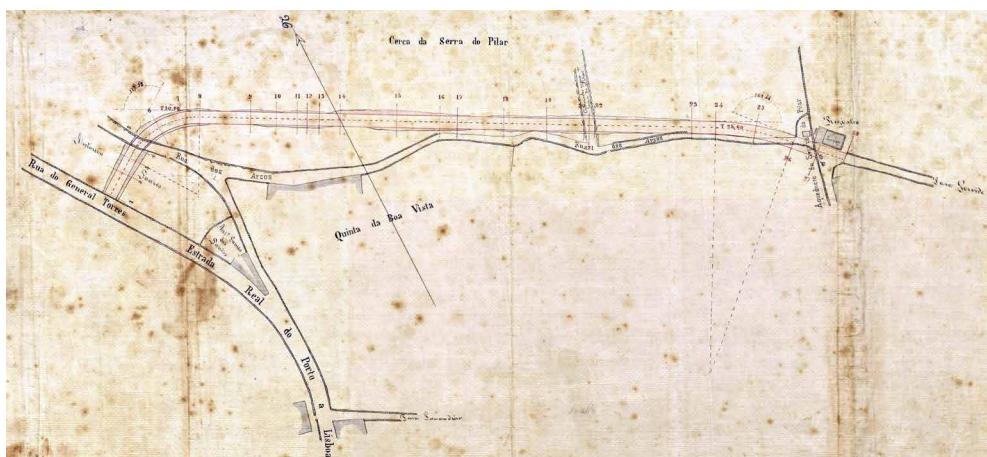


FIGURA 6 - 1873 – Projecto da estrada municipal de Vila Nova de Gaia a Gervide:
1.º lanço da Rua General Torres aos Arcos da Quinta da Serra do Pilar. Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner
– Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia. Identificador 49676. Código parcial Pt4_Doc9.

A ligação entre a Estrada Nova e os Arcos da Serra do Pilar é concebida para melhorar a ligação viária entre a nova infraestrutura e o território situado a nascente. A obra envolve expropriações, contratações e doações, mas os registos

presentes nas actas camarárias não são inteiramente esclarecedores. A nova ligação corresponde a uma substituição pela actual Rua Luís de Camões da antiga Rua dos Arcos, a qual marginava a antiga cerca conventual a sul e fazia frente directa com a casa da quinta que, mais tarde, foi propriedade da família Menéres. Neste contexto, a obra realizada pela edilidade terá passado sobretudo pela rectificação e alargamento do traçado viário daquela artéria, conectando-a com a Rua General Torres de modo mais prático e funcional.

Na sessão camarária de 21 de Agosto de 1874 a edilidade avalia a expropriação de parte do quintal e dos muros da Quinta da Torrinha, pertencentes a António Soares Ferreira em 239\$228. No entanto, tendo em conta que aquele proprietário apenas aceita a expropriação amigável pelo valor de 300\$000, e considerando a autarquia que a avaliação judicial não seria inferior, a Câmara aceita aquele valor uma vez que o acordo evitaria despesas adicionais. Na sessão de 2 de Outubro seguinte é formalizada a expropriação daqueles terrenos. Sendo a obraposta em hasta pública, em 10 de Outubro a Câmara adjudica a construção do troço entre a Rua General Torres e o antigo caminho dos Arcos da Serra a Manuel Gomes da Silva, com base no orçamento e projecto aprovados pela Comissão de Viação.

Na sessão de 17 de Outubro de 1874, bem como na de 16 de Abril de 1875, a edilidade delibera sobre a exploração de pedreiras num terreno público situado junto da ligação da Rua General Torres aos Arcos da Serra e da Quinta do Cambista⁴⁴, decidindo-se na primeira data o arrendamento de uma pedreira a António do Couto.

Finalmente, em 29 de Janeiro de 1875 é referido que Francisco José de Faria, da freguesia de Oliveira, oferecera 45 árvores para plantio ao longo da estrada da Rua General Torres aos Arcos da Serra, gesto reconhecido com um voto de agradecimento pela edilidade.

Esta melhoria viária beneficiará fortemente o acesso entre a nova Rua General Torres, a Serra do Pilar, Quebrantões e Oliveira do Douro. Com a sua conclusão, a edilidade decide levar a cabo a abertura de uma rua transversal entre as ruas Direita e General Torres.

A ligação entre a Rua Direita e a Rua General Torres é projectada no sentido de melhorar o trânsito entre aquelas duas artérias fundamentais para o centro urbano de Vila Nova de Gaia, especialmente tendo em conta que as articulações já existentes

⁴⁴ Acta da Sessão da Câmara de 17 de Outubro de 1874.

correspondem a vias estreitas, íngremes e sem acesso de nível com a nova via que articula a margem do Douro com o Alto da Bandeira. A via será aberta em terrenos das Quintas da Torrinha e do falecido Dr. José Plácido Campeão, passando por etapas de expropriação, arrematação e intervenções públicas e privadas.

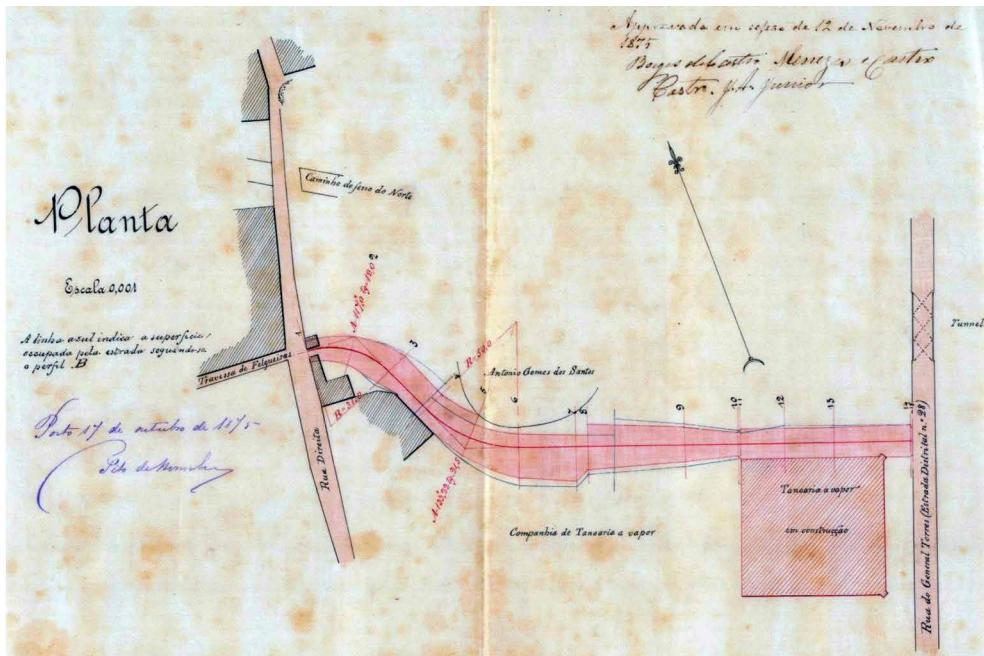


FIGURA 7 • 1875 – Projecto da Estrada-Rua, da Rua Direita de Gaia, no sítio fronteiro à Travessa de Felgueiras, à Rua do General Torres (Estrada Distrital n.º 28). Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner – Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, Identificador 51765, Código parcial Pt4_Doc8.

Na sessão de 13 de Agosto de 1875, a Câmara põe em consideração dois traçados para a ligação, um já existente, partindo da Rua de Felgueiras, actual Rua da Cabaça, pelo sítio do Loureiro e um outro, integralmente novo. É tomada a opção por este segundo, de percurso mais fácil e económico. Por sua vez, na sessão de 3 de Maio de 1876 o Conselheiro António Gomes dos Santos solicita à edilidade a cedência de um troço inutilizado do antigo caminho que vai da Rua de General Torres para a Fervença. Este troço encontra-se inutilizado devido à abertura de um novo caminho pela Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses para o estabelecimento de uma passagem superior à via-férrea. O terreno é cedido em virtude da sua proximidade para com aquela nova obra. Este novo caminho realizado

pela Companhia Real dos Caminhos de Ferro corresponde certamente à articulação entre a Rua da Fervença e estrada dos Arcos da Serra e a Rua General Torres, sendo a referida passagem superior à linha ferroviária identificável com a actual Rua do Jau. Esta articulação viária terá sido fundamental para o traçamento da artéria de ligação entre as ruas Direita e General Torres.

A realização desta obra será apenas realizada no início da década de 1880, não obstante a utilidade da via. Esta vem a constituir a única articulação qualificada entre as ruas Direita e General Torres para além da antiga Rua da Praia junto ao Douro, actual Avenida Diogo Leite, e da ligação viária à estação das Devesas, que pouco depois recebe a denominação de Rua Conselheiro Veloso da Cruz. A nova ligação corresponde, assim, ao prolongamento da estrada dos Arcos da Serra beneficiada anteriormente, passando a constituir parte da Rua Luís de Camões.

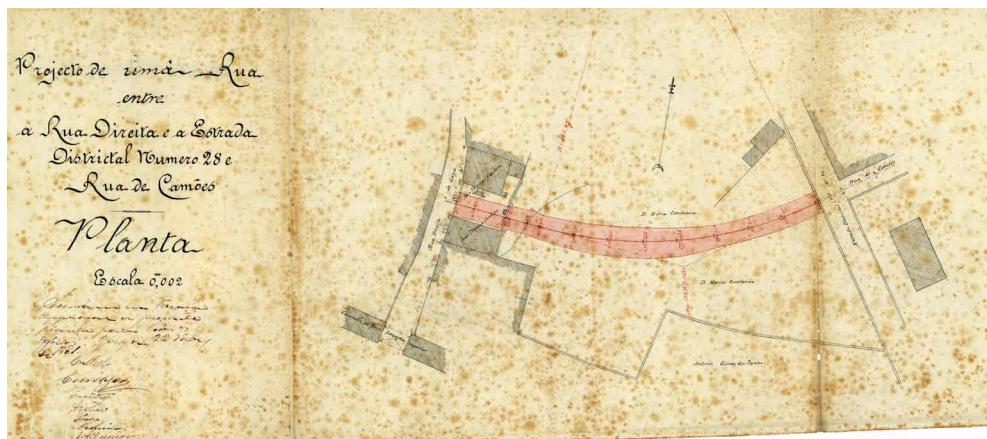


FIGURA 8 • 1881 – Projecto de uma rua entre a Rua Direita e a Estrada Distrital n.º 28 e Rua de Camões.

Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner – Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia,
Identificador 49999, Código parcial Pt4_Doc7.

Esta obra viária é apenas referida novamente em 13 de Maio de 1881, quando o vereador José António Júnior solicita o registo em acta da sua declaração de que não assume responsabilidades do pagamento feito ao engenheiro Tito Noronha pelo levantamento da planta da rua transversal entre a Rua Direita e General Torres, uma vez que pensa ser demasiadamente elevado o preço indicado. A 8 de Julho daquele ano é deliberada a expropriação dos terrenos da Quinta da Torrinha necessários para a abertura da rua projectada. Por sua vez, em 9 de Setembro a obra é colocada

em praça, mas a arrematação inicial não obtém sucesso devido ao preço baixo proposto, sendo deliberado anunciar uma nova arrematação.

Sendo cedido pelo proprietário o terreno cortado pela nova rua, em 2 de Dezembro de 1881 é decidido anunciar a arrematação da obra. Ainda que não se encontrem registos em acta, obra será realizada rapidamente, uma vez que na sessão de 20 de Julho de 1882 é proposto instalar lampiões para iluminar adequadamente aquela nova rua em construção.

Sendo aberta aquela ligação, as actas camarárias dão registo de uma nova intervenção cinco anos mais tarde. Em 15 de Setembro de 1887 Narciso Serra solicita autorização para reparar, à sua custa e sob as condições indicadas pelo Mestre de Obras, a parte da Rua Luís de Camões compreendida entre as ruas Direita e General Torres. Vota contra aquela deliberação o vereador Artur de Macedo. Por sua vez, a 15 de Dezembro seguinte, a Câmara encarrega o arquitecto municipal de elaborar um projecto para a construção de valetas cobertas, visando melhorar a ligação entre a Rua Luís de Camões e a Rua General Torres, obra que certamente se prende com os mesmos motivos que levaram anteriormente Narciso Serra a propor a beneficiação daquela artéria.

O Largo de Santo Ovídio

O Largo de Santo Ovídio, situado na freguesia de Mafamude, é um ponto estratégico em Vila Nova de Gaia. Ocupando uma posição periférica no contexto do núcleo povoado gaiense em meados de Oitocentos, este é um local de destaque no percurso da estrada entre Lisboa e Porto, situando-se no ponto em que aquela via atinge uma cota mais elevada após a ascensão a partir do Rio Douro, não voltando a assumir a partir dali e por longa distância mais troços íngremes. Adicionalmente, este corresponde a um local em que a estrada assume uma visibilidade de larga abrangência, vislumbrando-se a poente o oceano e a nascente as encostas do Douro desde o Areinho de Oliveira do Douro, além das terras de Gondomar e da Serra de Valongo, bem como a própria cidade do Porto a norte. É especialmente após a transferência da feira do lugar da Bandeira para aquele local na década de 1850 que este largo assume maior destaque urbano. As diversas intervenções realizadas anos mais tarde visam melhorar as condições de infraestrutura e acessibilidade, expandindo o espaço público e reforçando a sua importância para a economia local.

O estabelecimento de uma feira em Santo Ovídio é proposto por vários moradores de Mafamude num abaixo-assinado dirigido à edilidade gaivense. O documento é lido na sessão camarária de 22 de Março de 1856. Naquela ocasião, a Câmara delibera transferir a feira que até então se realiza no lugar da Bandeira, no sítio onde confluem as estradas Real e de Ovar, para Santo Ovídio, ocupando o actual Largo Estêvão Torres. Alegam-se melhores condições de pavimento, que ali se encontra nivelado, ao contrário do que sucede na Bandeira. Além disso, destaca-se a benéfica proximidade de casas e lojas que aquele local oferece. Em 11 de Abril daquele ano, a edilidade recebe um ofício do Governo Civil informando que a aprovação da proposta pela Junta Geral do Distrito ainda não tivera lugar, tendo sido adiada para sessão futura. Apenas em 13 de Março de 1857 é recebido um ofício do Governador Civil confirmando a aprovação da Junta Geral daquela transferência. A Câmara anuncia então a realização das feiras em Santo Ovídio a partir de Abril seguinte.

Esta transferência leva a edilidade a deliberar a execução de diversas melhorias infraestruturais nesses locais. Em 30 de Julho de 1858, a Câmara decide instalar 14 lampiões para iluminar o percurso entre a Cadeia da Bandeira e o Largo de Santo Ovídio. Esta ação visa reforçar a segurança e a acessibilidade naqueles colais. Por sua vez, em 17 de Dezembro de 1858, é decidido terraplanar o largo da Bandeira, local onde anteriormente se realizava a feira, construindo e reparando para tal os muros ali existentes. A obra destes muros é então contratada com o mestre pedreiro Jacinto de Oliveira.

O sucessivo crescimento da feira realizada em Santo Ovídio é um dos motivos para a ampliação do largo onde aquela se realiza no início da década de 1880. Em 20 de Julho de 1882, aprova-se a expropriação de um prédio no largo, pertencente a Joaquim António da Silva Guimarães, com o intuito de ampliar o espaço público. A arrematação dos materiais remanescentes daquela demolição é levada à praça. Contudo, conforme registado na acta da sessão de 17 de Agosto seguinte, não se apresentam quaisquer licitantes.

Em 21 de Dezembro de 1882, é aprovado o projecto para ampliar aquele largo e alargar o caminho em direcção à Igreja de Mafamude, que corresponde seguramente à actual Rua Joaquim Nicolau de Almeida. A edilidade resolve, então, solicitar à Junta Geral a alteração da directriz da estrada distrital n.º 28 naquele local. Certamente por não obter resposta da Junta Geral, a edilidade volta a solicitar essa alteração do traçado na sessão de 10 de Maio de 1883, tendo em conta a necessidade de ampliar o recinto onde se realiza a feira semanal, para maior comodidade do

público. Em 17 de Maio de 1883, a Câmara solicita ao Governo que considere de utilidade pública e urgente a expropriação de um prédio pertencente aos herdeiros de José Ribeiro Cardoso, no âmbito do projecto de ampliação do Largo de Santo Ovídio. Finalmente, a 6 de Setembro do mesmo ano, decide-se arrematar as obras de desterro do largo da feira de Santo Ovídio.

O Largo de Santo Ovídio consolida-se, assim, como um espaço central em Vila Nova de Gaia, com a feira semanal contribuindo para o dinamismo económico local. Com a transferência da feira para Santo Ovídio, este local torna-se numa zona comercial e social de destaque, contribuindo para a expansão urbana naquele eixo.

A estrada das Devesas por Coimbrões até à Alumiara e suas ligações a Lavadores e S. Paio

Entre as várias obras viárias levadas a cabo no século XIX pela edilidade gaíense, a articulação da sede de concelho com a freguesia de Canidelo assume especial relevância no desenvolvimento urbano futuro. Neste contexto, destaca-se o eixo que articula as Devesas com Coimbrões e se prolonga até à Alumiara. Em cada um destes lugares estabelecem-se outras ligações com os territórios vizinhos, constituindo as conexões da Alumiara com a praia de Lavadores a poente e com S. Paio a norte duas extensões daquele eixo.

No final de Oitocentos, a ligação das Devesas a Lavadores, por Coimbrões e Alumiara, constitui-se como uma estrada unificada, entendida como prolongamento do ramal de ligação entre o Alto da Bandeira e a estação ferroviária. Esta situação verifica-se na própria toponímia local, pois a via que articula Coimbrões com Lavadores toma a designação única de Rua da Bélgica. No entanto, as obras que materializam esta artéria não se realizam sequencialmente, antes resultando do somatório de diferentes intervenções levadas a cabo pela edilidade.

A primeira fase de obras ocorre ainda na década de 1850, incidindo sobretudo na zona da Alumiara e no eixo entre a praia de Lavadores e o sítio do Verdinho. Estas intervenções situam-se sensivelmente no local onde a actual Rua da Bélgica se cruza com a antiga estrada de Canidelo, com origem na Rua do Rei Ramiro e passagem pelo lugar do Candal.

Na sessão camarária de 19 de Agosto de 1853, a Câmara decide realizar reparos no caminho entre o lugar da Alumiara e Lavadores, na freguesia de Santo André de Canidelo, marcando o início das intervenções neste eixo. Por sua vez, a 28 de Junho de 1854, a edilidade decide proceder à arrematação de obras no troço entre Lavadores e a Alumiara, utilizando o sistema de macadame. Contudo, a 7 de Julho seguinte, regista-se que na praça aberta para a dita arrematação não concorreram quaisquer interessados, o que leva ao reinício do processo.

A 14 de Julho, dá-se mais uma tentativa de arrematação sem êxito, sendo a contratação novamente adiada. Finalmente, na sessão de 21 de Julho, refere-se que a obra é arrematada pelo mestre pedreiro Ricardo Gomes, possibilitando o início dos trabalhos.

Quatro anos depois, na sessão de 16 de Julho de 1858, a Câmara delibera que o arquitecto, juntamente com o vereador fiscal, façam uma inspecção do caminho entre o sítio do Verdinho e a praia junto a Lavadores. Essa inspecção deverá ser acompanhada de uma consulta com Manuel Alves dos Santos, do lugar da Alumiara, e proprietários vizinhos, relativamente à oferta de terrenos para o alargamento da estrada e contribuições financeiras para a sua execução.

Na sessão de 30 de Julho seguinte, a direcção das obras do caminho da Alumiara até à praia dos banhos de mar é confiada a Manuel Alves dos Santos. Este compromete-se a arrecadar donativos e gerir a execução, avançando a edilidade com a contribuição do serviço braçal a que são obrigados os moradores da freguesia, além da quantia de 40\$000 réis, soma que a autarquia pagará em prestações assim que se acharem feitas as diferentes etapas da obra, conforme for averiguado pelo arquitecto municipal.

Neste momento, a estrada de Lavadores constitui uma obra ainda realizada num contexto rural e periférico em relação à sede de concelho. Contudo, as obras demonstram já a importância deste local para o trânsito de pessoas e veículos em Vila Nova de Gaia, principalmente tendo em conta o uso já referido da praia de Lavadores enquanto estância balnear.

É apenas após a conclusão da ligação rodoviária até à estação das Devesas, na década de 1860, que começa a ser equacionada a articulação da estrada do Verdinho à Alumiara e Lavadores com Coimbrões e as Devesas. O projecto do primeiro lanço, entre a Calçada das Freiras e a Ponte de Coimbrões, é aprovado em 1870, enquanto que o trajecto daquele local até à Alumiara é aprovado em 1871.

As actas camarárias analisadas a partir de 1874 registam diversas etapas da realização desta articulação. Desde o seu planeamento e financiamento até à contratação da sua execução.

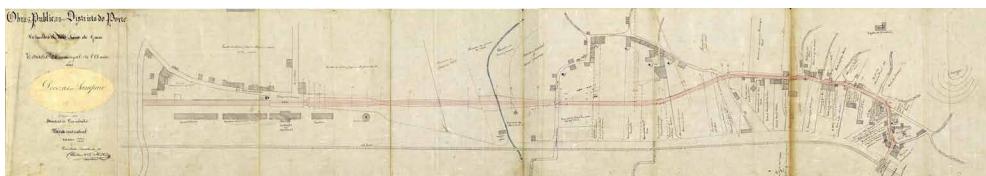


FIGURA 9 • 1870 – Projecto da estrada das Devesas a Sampaio: 1.º lanço Devesas a Coimbrões.

Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner – Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia,
Identificador 214316, Código parcial Pt2_Doc13.



FIGURA 10 • 1871 – Projecto da estrada das Devesas a Sampaio: 2.º lanço Coimbrões a Alumiara.

Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner – Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia,
Identificador 214317, Código parcial Pt3_Doc1.

Na sessão camarária de 29 de Maio de 1874, decide-se solicitar ao Governo a autorização para contrair empréstimos, previstos pela Lei de 8 de Maio de 1866. Essa autorização visa financiar várias obras pendentes, incluindo a estrada das Devesas a Lavadores. A autorização terá sido concedida, pois na acta da sessão de 18 de Setembro de 1875 discute-se a pertinência de contrair a terceira série do empréstimo, no valor de 9.000\$000 réis. Destina-se especificamente à estrada municipal de primeira classe entre as Devesas e Lavadores, passando por Alumiara.

Estes registos confirmam como esta estrada é considerada prioritária a nível local, testemunhando o esforço autárquico para superar as suas limitações financeiras.

Os diversos registos encontrados relativamente às acções tomadas no sentido de estabelecer esta ligação, tal como sucede com os esforços para garantir o financiamento da obra, apenas testemunham parte de um processo mais extenso⁴⁵, possivelmente caracterizado pela sucessiva alteração de planos como ocorre em outros locais nesta ocasião. Exemplo disso é o registo feito na acta da sessão de 30 de Outubro de 1874, na qual a Câmara toma conhecimento de um requerimento de Antónia de Jesus, viúva de Joaquim Moreira, do lugar de Coimbrões. Naquele

⁴⁵ A futura análise das actas relativas ao período decorrido entre 1862 e 1873 poderá trazer uma maior clarividência sobre as obras realizadas e sobre as medidas tomadas pela edilidade.

requerimento, a solicitante pede a redução na inscrição de um foro de 20 réis relativo a um terreno que a Câmara lhe dera de emprazamento através de uma escritura de 30 de Junho de 1840. Tendo aquele terreno sido expropriado pela própria autarquia em 1869 para alargamento da rua que estabelece ligação da estrada que vem das Devesas com a capela de Coimbrões, a edilidade decide que fica sem efeito o referido emprazamento, acecendo àquele pedido. No mesmo sentido, em 15 de Janeiro de 1875 é deliberado instalar lampiões para iluminação pública no troço da estrada entre o Largo das Devesas e a barreira próxima de Coimbrões. Existiria já então uma ligação viária entre Coimbrões e Canidelo, decidindo-se reparar em 19 de Março daquele ano a estrada entre as quintas do Fojo e da Portela, assim como no sítio da ponte sobre o caminho de ferro. Estes registos permitem compreender a realização de um troço viário entre as Devesas e Coimbrões antes da discussão pela edilidade do apoio financeiro à obra da estrada até Lavadores.

Coeivamente é construída a estrada de ligação entre a Alumiara e S. Paio. Na sessão de 16 de Abril de 1875 é decidido levar à praça aquela obra no seguinte dia 30, sendo na sessão de 1 de Maio registada a arrematação das obras de construção daquela via a João do Couto. Em 22 de Outubro seguinte é deliberado proceder à continuação da obra de construção da estrada de S. Paio à Alumiara, até próximo da casa de António Gonçalves de Castro, a qual corresponde à residência setecentista situada na esquina da actual Rua José Maria Alves com a Rua da Bélgica.

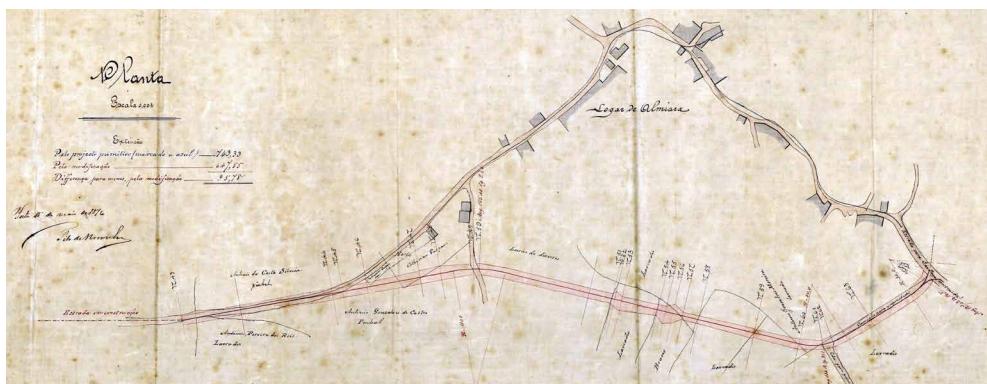


FIGURA 11 • 1876 – Projecto da estrada das Devesas a Sampaio; 2.º lanço Coimbrões a Alumiara.

Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner – Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia,
Identificador 214318, Código parcial Pt3_Doc2.



FIGURA 12 • s/d – Projecto do ramal da Alumiara a Lavadores.
Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner – Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia,
Identificador 213246, Código parcial Pt3_Doc3.

Nas sessões de 17 de Dezembro e 30 de Dezembro de 1875 a Câmara negoceia expropriações de terrenos com proprietários de Coimbrões e Alumiara para a ampliação do leito da estrada. Na mesma ocasião trata-se da colocação de lampiões para iluminação do troço da estrada entre as Devesas e Coimbrões, seguindo uma solicitação dos moradores deste local apresentada na sessão de 5 de Novembro anterior.

Em 1876, na sessão de 1 de Março, o vereador João Thomaz Cardoso propõe o estudo de uma variante no traçado da estrada de Coimbrões à Alumiara. Propõe um trajecto desde o sítio do Barro Vermelho até à Alumiara pelo norte do leito que a mesma estrada já apresenta, dado que assim ficaria o percurso mais curto. O referido vereador apresenta esta proposta para que se possa deliberar qual é o trajecto mais conveniente, aceitando a Câmara a realização do estudo apresentado por João Thomaz Cardoso. Por sua vez, em 26 de Abril é sugerido realizar outro estudo, desta vez para uma variante no extremo da estrada entre Alumiara e Lavadores, num local já próximo da praia, no sentido de optimizar o seu traçado.

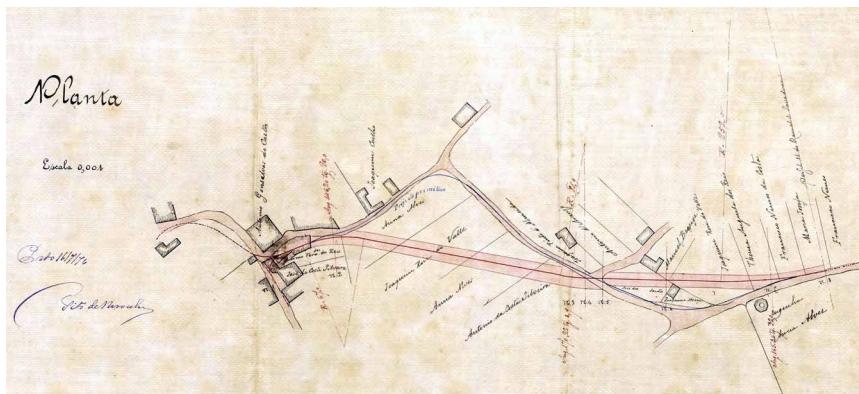


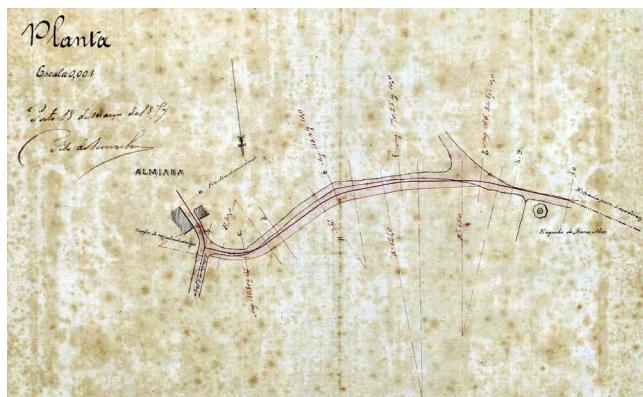
FIGURA 13 • 1876 – Projecto do ramal de Alumiara a Lavadores: variante de Alumiara a Engenho de A. Alves.
Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner – Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia,
Identificador 213247, Código parcial Pt3_Doc5.

Na sessão da Câmara de 10 de Maio seguinte, decide-se encarregar o engenheiro Tito de Noronha de reformular, se necessário, o projecto da estrada da Alumiara a Lavadores. Esta reformulação propõe-se para que a estrada venha a entroncar naquela que se dirige de S. Paio à Alumiara, prosseguindo até junto da casa de António Gonçalves de Castro. Delibera-se também o trajecto da variante projetada pelo mesmo engenheiro, conforme decisão tomada na sessão de 26 de Abril. Esta deveria passar a norte da casa de José Gonçalves Barbosa de Castro.

Na sessão de 9 de Junho agenda-se para o dia 21 a arrematação da vedação de terrenos onde são realizados cortes para a estrada entre Coimbrões e Alumiara. Tal situação atesta a continuação das obras em diferentes troços daquele eixo. Contudo, na sessão do dia 21 de Junho, lê-se um ofício do Governador Civil, com anexo um excerto da acta da sessão da Comissão de Viação Municipal. Nesta, deliberou-se encarregar o 1.º Engenheiro Distrital de prestar informações sobre as vantagens e inconvenientes das variantes equacionadas pela edilidade gaiense para a estrada de Coimbrões a Lavadores.

Este impasse estaria já resolvido a 5 de Julho daquele ano, quando em sessão camarária se decide encarregar o engenheiro Tito de Noronha da elaboração do projecto geral da estrada de Lavadores à Alumiara.

Prosseguem, nesta ocasião, os trabalhos da ligação da Alumiara a S. Paio. Na sessão de 2 de Agosto, comparecem vários proprietários do primeiro daqueles lugares, concordando amigavelmente com as expropriações previstas para a construção daquela estrada.



Na sessão da Câmara de 30 de Agosto seguinte, agenda-se para o dia 4 de Setembro a realização de uma averiguação sobre o ajuste das expropriações necessárias para a estrada de Alumiara a Coimbrões, tarefa que caberá a uma comissão nomeada para o efeito. Decide-se oficiar Sebastião Filipe Barbosa de Castro, membro daquela comissão, e Joaquim Vaz de Lima, arquitecto apresentado na acta como empregado técnico, para que compareçam naquele acto.

Durante o ano de 1878, tomam-se diversas decisões relativas ao lanço da estrada municipal da Alumiara a Lavadores. Na sessão de 11 de Janeiro, decide-se oficiar ao Governo Civil a vistoria daquele troço viário. Por sua vez, em 22 de Março, nomeia-se uma comissão para tratar das expropriações relativas ao mesmo troço. Finalmente, em 12 de Abril, agenda-se para dia 26 a arrematação da reconstrução e empedramento de uma valeta no referido lanço de estrada, defronte das casas de António Alves dos Santos e Manuel Gonçalves dos Santos.

Estando já consolidada a conexão entre a estação das Devesas e a ponte de Coimbrões, as obras em curso passam a centrar-se na ligação deste local a Lavadores nos anos seguintes.

Para o troço da Alumiara a Lavadores, decide-se realizar uma inspecção, efectuada no dia 21 de Janeiro de 1880. Na sessão do seguinte dia 23, delibera-se tratar-se imediatamente da expropriação, para conclusão da estrada, de um terreno pertencente a José Gonçalves Barbosa de Castro.

Na sessão da Câmara de 27 de Abril de 1882, analisa-se o caso da habitação que João Thomaz da Silva pretende edificar no entroncamento da estrada da Alumiara a S. Paio com a de Lavadores com vista à determinação do respectivo alinhamento. A edilidade solicita ao requerente que apresente o alçado e planta da obra e do terreno respectivo. Esta situação conduz à discussão, na mesma sessão, da usurpação de terreno público no troço da estrada entre a Alumiara e Lavadores. Alguns proprietários dos prédios confinantes avançam com as suas vedações sobre aquela via, propondo-se o uso dos meios competentes para a devida restituição daqueles terrenos.

Posteriormente, as sessões camarárias concentram-se sobretudo nas questões relacionadas com a beneficiação do pavimento daquela estrada, num período em que várias estradas municipais são também alvo de repavimentação. Entre os vários registos, destaca-se o da sessão de 5 de Junho de 1885, na qual os vereadores criticam a má qualidade do reparo na estrada da Alumiara. Apontam problemas como o uso de pedra mal britada e a supervisão inadequada da obra pelo chefe de cantoneiros.

Na sessão de 4 de Fevereiro de 1886, regista-se a adjudicação do fornecimento de pedra britada para reparação da estrada das Devesas à Alumiara a Manuel de Oliveira Santos Batista, da freguesia de Mafamude, pelo custo de 800 réis por metro cúbico. É adjudicado a José Ferreira Neto, da freguesia de Madalena, o fornecimento do mesmo material por preço idêntico para as estradas entre a Alumiara, S. Paio e Lavadores. Estes valores representam as ofertas mais baixas apresentadas em praça.

Finalmente, nas sessões de 28 de Abril e 12 de Maio de 1887 debate-se a alienação de terrenos municipais para fins de alinhamento e construção de vedações no contexto de obras de edificação junto à estrada da Alumiara a Lavadores. Na primeira ocasião, discute-se a casa de Sebastião José de Almeida, na Alumiara. Na segunda, analisa-se o requerimento de André Cassels, residente no lugar do Verdinho, acerca da obra que pretende realizar em Lavadores.

Esta estrada assume relevância directa ou indirecta em diversas discussões camarárias. Assume maior relevo na proposta da sessão de 9 de Janeiro de 1879, na qual a edilidade decide endereçar ao Governo uma representação relativa à conveniência da construção em Lavadores de um porto artificial, em alternativa ao projectado para Leixões. O mesmo acontece com a introdução de transportes urbanos sobre carris (tema que iremos abordar em secção própria).

A estrada da Bandeira a Lobão

A par da melhoria da articulação entre as Devesas e a freguesia de Canidelo, a autarquia gaiense procede, nas décadas de 1870 e 1880, à beneficiação da estrada de Avintes e ao seu prolongamento até Lobão, freguesia do concelho vizinho de Vila da Feira. No mesmo âmbito, estabelece também uma ligação entre o Largo da Bandeira e a Igreja de Mafamude, actualmente correspondente à Rua D. Pedro V. Tal como sucede naquela primeira estrada, as actas analisadas desde 1874 permitem apenas reconstituir parte da primeira fase das obras realizadas.

Na acta de 2 de Janeiro de 1874, o empreiteiro da estrada da Bandeira a Lobão declara ter concluído o troço entre Aldeia Nova e Padrão Vermelho, em Avintes. Oficia a Câmara com uma mensagem ao Governador Civil para que a Comissão de Viação verifique a conformidade da obra com o projecto. Posteriormente, na sessão de 1 de Maio daquele ano, negocia-se a expropriação amigável de terrenos em Avintes, pertencentes a Manuel António de Sá e sua esposa, segundo a planta

aprovada para o traçado da estrada de Lobão. Em 5 de Junho seguinte, trata-se outra expropriação de terrenos para o mesmo fim, desta vez no lugar da Aldeia Nova, pertencentes a José de Sousa e Quitéria Pereira. Na sessão de 17 de Outubro, a Câmara autoriza a construção de dois canos de esgoto na estrada, em Avintes, para evitar danos causados por águas pluviais.

Na sessão de 20 de Novembro do mesmo ano, a Câmara delibera anunciar por editais o agendamento da arrematação de dois novos troços da estrada de Lobão na freguesia de Avintes. Esses troços são adjudicados a João do Couto, conforme referido na acta da sessão de 4 de Dezembro. Este construtor assume também outros troços da estrada em datas posteriores. Na sessão de 15 de Janeiro de 1875, após a conclusão de outro troço, a Câmara solicita ao Governador Civil que verifique a conformidade da obra com o projecto.

Um importante testemunho do modo de financiamento desta obra surge na acta da sessão de 5 de Março de 1875. Nessa ocasião, a Câmara lavra uma representação para dirigir ao Governo o pedido de subsídio correspondente a um terço da despesa da construção da estrada, excluindo o imposto das expropriações.

A 28 de Maio daquele ano, regista-se a arrematação e adjudicação a João do Couto da obra de um novo troço, conforme agendado na sessão de 14 desse mês, continuando a construção da estrada. Na sessão de 17 de Dezembro, o empreiteiro declara ter concluído novos troços, e a Câmara decide oficiar novamente ao Governador Civil para vistoriar a obra. Contudo, na sessão de 24 de Dezembro, verifica-se, após essa inspecção, a necessidade da construção de um aqueduto para assegurar a drenagem adequada.

Em 15 de Março de 1876 a Câmara delibera anunciar o agendamento da arrematação de mais um lanço naquela estrada, desde o lugar da Lavandeira ao do Outeiro, na freguesia de Oliveira do Douro. Este troço da estrada é correspondente à actual Rua José Bonaparte. A 22 de Março, por sua vez, decide-se publicar os editais para a arrematação da obra de vedação de terrenos expropriados, no lanço da Costa ao Outeiro, da mesma freguesia, sendo ambas as praças realizadas no dia 29 do mesmo mês. No entanto, na sessão realizada nesta última data, a edilidade decide adiar a arrematação do troço referido para o dia 5 de Abril.⁴⁶

⁴⁶ Acta da Sessão da Câmara de 29 de Março de 1876.

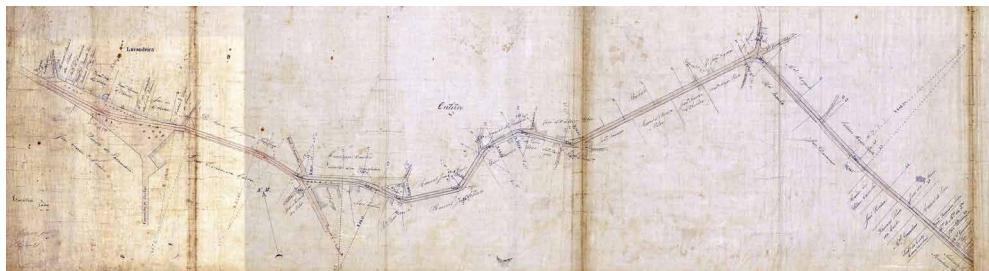


FIGURA 15 • s/d – Projecto da estrada da Bandeira a Lobão: lanço da Lavandeira a Avintes.
Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner – Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia,
Identificador 214314, Código parcial Pt2_Doc11.

Em 26 de Abril a edilidade decide proceder ao estudo de uma variante na estrada da Bandeira a Lobão, no sítio de Garfães, igualmente na freguesia de Oliveira do Douro⁴⁷. Cerca de um mês mais tarde, a dia 24 de Maio é solicitado ao engenheiro Tito de Noronha a realização dos respectivos estudos, no sentido de se optimizar o percurso.

Não obstante a rápida execução dos trabalhos, na sessão de 2 de Agosto de 1876 o vereador João Thomas Cardoso alerta para a existência de possíveis irregularidades na construção da estrada em Avintes, decidindo-se realizar uma inspecção. Não obstante, a Câmara acaba por permitir a continuação da obra. Finalmente, em 18 de Agosto é decidido levar a hasta pública obras adicionais, como a realização de vedações nas propriedades expropriadas no lugar da Lavandeira, em Oliveira do Douro, e a construção de um aqueduto atravessando a estrada de norte para sul no lugar de Cabanões, em Avintes.

As primeiras obras da estrada da Bandeira a Lobão continuam posteriormente, por exemplo, com a arrematação e a realização de expropriações para a abertura de novos lanços. Tal verifica-se nas sessões de 6 de Novembro e 18 de Dezembro de 1879, respectivamente. Em 22 de Outubro de 1880, recebe-se a notificação da cessão feita a favor de António José da Silva e Cunha. Esta concerne os créditos que os proprietários expropriados no âmbito da abertura do lanço da estrada da Bandeira a Lobão têm sobre a Câmara, no troço compreendido entre o largo da cadeia da Bandeira e a Igreja de Mafamude. Tal situação testemunha a existência de pendências relativas a obras previamente realizadas.

⁴⁷ Acta da Sessão da Câmara de 26 de Abril de 1876.

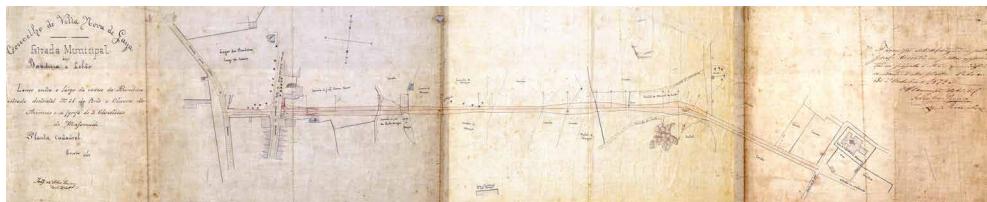


FIGURA 16 • 1879 – Projecto da estrada da Bandeira a Lobão: lanço da Bandeira à Igreja de Mafamude.
Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner – Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia,
Identificador 214230, Código parcial Pt1_Doc7.

A partir de 1882, a construção e beneficiação desta estrada assume especial destaque nas actas camarárias, com numerosas referências. Em 2 de Março desse ano, a edilidade encarrega o engenheiro Tito de Noronha de realizar as modificações convenientes nos projectos para aquela estrada⁴⁸. Em 9 de Junho seguinte, verifica-se a aprovação do projecto reformado, que inclui novos troços da Aldeia Nova ao armazém novo e do Tourão à Igreja de Sandim.

Cerca de um ano depois, em 5 de Julho de 1883, regista-se a realização de conferências com o representante da Câmara Municipal da Feira para determinar o ponto mais conveniente para a ligação entre a estrada da Bandeira a Lobão e as vias distritais. Esta negociação traduzir-se-á numa proposta do vereador Mota e Silva, apresentada na sessão da Câmara de 29 de Maio de 1884 e aceite pela edilidade. Decide-se, então, solicitar à Junta Geral do distrito a classificação da estrada municipal da Bandeira a Lobão como de 2.^a ordem, promovendo esta via a um nível superior. Esta ideia, posteriormente aceite pelas estruturas governativas nacionais, permitirá a atribuição de maiores somas para o financiamento de novas obras de beneficiação daquela estrada.

Entre 1883 e 1888 verificam-se diversas arrematações para o fornecimento de pedra britada⁴⁹, sendo estes ocasionalmente realizados no sentido de reparar troços específicos, como aquele situado entre o viaduto de Avintes e Aldeia Nova⁵⁰, aquele entre a Igreja de Mafamude e o Largo da Lavandeira⁵¹, ou ainda na zona do Freixieiro,

⁴⁸ Acta da Sessão da Câmara de 2 de Março de 1882.

⁴⁹ Acta da Sessão da Câmara de 8 de Março de 1883.

⁵⁰ Actas das Sessões da Câmara de 2 e 23 de Julho de 1885.

⁵¹ Actas das Sessões da Câmara de 21 de Janeiro, 11 e 18 de Fevereiro, 15 de Abril, 10 de Junho e 1 e 15 de Julho de 1886, de 15 e 22 de Março e de 5 e 26 de Abril de 1888.

freguesia de Oliveira do Douro⁵². No mesmo contexto, observam-se adjudicações frequentes do fornecimento deste material a empreiteiros locais, como José de Oliveira Querido⁵³, António Gonçalves Vieira⁵⁴ e Joaquim dos Santos⁵⁵. Em 15 de Abril de 1886 verifica-se a rejeição de pedra britada fornecida por empreiteiros devido à baixa qualidade, evidenciando o rigor da edilidade na fiscalização das obras. No mesmo sentido, é de referir o cilindramento e a balastragem da estrada entre a Igreja de Mafamude e a Lavandeira no sentido de se melhorar a qualidade do pavimento⁵⁶.

Por sua vez, no mesmo período são realizadas diversas alienações de terrenos integrantes do espaço público pré-existente no sentido de regularizar o alinhamento da estrada, designadamente a António Joaquim Cardoso, do lugar de Outeiro, freguesia de Oliveira do Douro⁵⁷, Joaquim da Costa, do lugar de Calvário, freguesia de Sandim⁵⁸, e Henrique Rodrigues Soares, da cidade do Porto, proprietário da Quinta das Oliveiras, na freguesia de Avintes⁵⁹. Além destes casos, verifica-se a determinação de uma vistoria à obra realizada fora do devido alinhamento por Joaquim Rodrigues Borges no lugar de Lavandeira, Oliveira do Douro⁶⁰, bem como à abertura ilegal de uma mina na estrada em Aldeia Nova, o que levou a uma inspecção e providências para garantir a integridade do leito da via⁶¹. Muitos destes ajustes são feitos com proprietários relativamente à vedação de propriedades e rectificação de muros.

Estrada da Bandeira às Devesas

No contexto da construção e beneficiação das várias estradas que atravessam o território gaiano em finais de Oitocentos, o Largo da Bandeira assume posição de destaque. Ali articulam-se com a estrada Lisboa-Porto duas outras estradas, designadamente

⁵² Actas das Sessões da Câmara de 20 de Outubro e de 3 e 24 de Novembro de 1887.

⁵³ Actas das Sessões da Câmara de 11 e 18 de Fevereiro de 1886 e 24 de Novembro de 1887.

⁵⁴ Actas das Sessões da Câmara de 11 de Fevereiro de 1886 e 26 de Abril de 1888.

⁵⁵ Actas das Sessões da Câmara de 13 de Setembro e 11 de Outubro de 1888.

⁵⁶ Actas das Sessões da Câmara de 13 de Setembro e 11 de Outubro de 1888.

⁵⁷ Acta de Sessão da Câmara de 9 de Setembro de 1886.

⁵⁸ Acta de Sessão da Câmara de 10 de Fevereiro de 1887.

⁵⁹ Acta de Sessão da Câmara de 17 de Fevereiro de 1887.

⁶⁰ Acta de Sessão da Câmara de 14 de Janeiro de 1886.

⁶¹ Acta de Sessão da Câmara de 13 de Janeiro de 1887.

as estradas de Ovar e de Lobão. Terá sido no sentido de articular este ponto nodal com a estação das Devesas, local onde, para além do caminho de ferro, concorrem a Calçada das Freiras e a estrada de Lavadores, com as suas restantes conexões a partir de Coimbrões com a Madalena e o Candal, que, na década de 1870, é decidido estabelecer uma ligação qualificada entre aqueles dois lugares.

A nova estrada das Devesas à Bandeira, conforme geralmente referida nas actas camarárias, vem substituir uma ligação viária de matriz rural que fora anteriormente alvo de intervenção pela edilidade gaiense. Com efeito, em 24 de Outubro de 1856, a Câmara delibera realizar reparações no caminho público que conecta o lugar da Rasa a Coimbrões e Canidelo, via que corresponde em parte às actuais Rua do Rio da Fonte e Travessa José Fontana. As reparações realizadas nessa ocasião contam com o trabalho de moradores dos lugares mais próximos da freguesia de Santa Marinha. Diariamente, deverão ali “concorrer seis carreteiros com bois e carro, fazendo oito carretos, e seis trabalhadores”, ficando encarregado da direcção da obra o vereador fiscal.

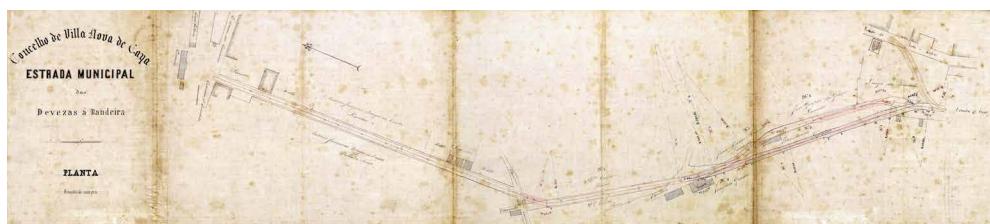


FIGURA 17 • 1871 – Projecto da estrada municipal das Devesas à Bandeira.
Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner – Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia,
Identificador 214347, Código parcial Pt5_Doc4.

O projecto para a estrada das Devesas à Bandeira é elaborado em 1871, cujo traçado corresponde à actual Rua Visconde das Devesas⁶². A construção da nova estrada é adjudicada ao empreiteiro José Tavares da Silva, conforme referido na acta da sessão camarária de 11 de Setembro de 1874. Esta ligação viária é, então, classificada como estrada municipal de 2.ª classe.

No primeiro semestre de 1875, verifica-se a realização de diversas expropriações e negociações para a abertura da nova estrada. A 15 de Janeiro, a Câmara decide mover uma acção judicial contra António de Freitas Faria Salgado, devido à recusa em ceder

⁶²A futura análise das actas camarárias desta ocasião será relevante para compreender as opções tomadas quanto ao traçado da via.

terrenos necessários para a obra, mesmo após tentativa de expropriação amigável. Em 12 de Março, publica-se o anúncio em editais da ida a hasta pública com vista à arrematação da obra de vedação das propriedades nos terrenos cortados para a abertura do leito da estrada. Finalmente, a 2 de Abril, regista-se a contratação directa da obra de vedação com António do Couto, após a Câmara considerar insatisfatórios os lances oferecidos em praça, conforme já indicado na sessão de 27 de Março.

Durante as obras, a Câmara embarga uma perfuração com broca por debaixo da estrada para abertura de uma mina por Joaquim Guedes de Amorim no sítio da Barroca, que compromete a estrutura da nova via. A edilidade decide, assim, tomar medidas legais, conforme consta na acta da sessão de 18 de Setembro de 1875. Com a construção a bom ritmo, na sessão de 5 de Novembro solicita-se ao Director das Obras Públicas o subsídio prometido pelo Governo para as obras da estrada. Finalmente, em 3 de Dezembro de 1875, a edilidade autoriza a venda de uma parcela remanescente do antigo caminho aos proprietários Lopes e irmão, cuja quinta confrontava com a via. Como o terreno já não era necessário para uso público devido à construção da nova estrada e os requerentes eram os únicos confinantes com o respectivo terreno, a cedência é realizada pela Câmara aos solicitantes. Esta acção permite ajustes no perímetro do Largo da Bandeira, ampliando e regularizando aquele espaço urbano.

Nesta ocasião, estaria já concluída a maior parte da obra de substituição do antigo caminho público pela nova estrada. Posteriormente, porém, a via sofre intervenções regulares para garantir a funcionalidade e segurança do pavimento, destacando a sua importância como eixo viário e reforçando sua relevância como via essencial. Estas obras realizam-se, tal como nas estradas de Lobão e de Lavadores, ao longo da década de 1880.

Com efeito, entre 1883 e 1888 realizam-se vários contratos de adjudicação para o fornecimento de pedra britada, com o objectivo de reparar e melhorar o pavimento da estrada das Devesas à Bandeira. Em 8 de Março de 1883, aprova-se a adjudicação directa para o fornecimento de pedra britada para obras naquela via. Por sua vez, em 15 de Maio de 1885, decide-se anunciar a arrematação de pedra britada para esta e outras estradas. A obra vai a praça a 18 de Junho desse ano, sendo a adjudicação realizada pelo menor preço de 850 réis por metro cúbico, conforme consta na acta daquela sessão. No entanto, na sessão de 23 de Junho, regista-se o ajuste provisório com Francisco Moreira, da freguesia da Madalena, para o fornecimento de pedra britada para a reparação da estrada da Bandeira às Devesas, pelo preço de 800 réis/m³.

No ano seguinte, na sessão de 17 de Junho, seguindo uma requisição do Chefe de Cantoneiros, a edilidade decide abrir concurso para o fornecimento de 100 m³ de pedra britada para reparação daquela estrada. Em 8 de Julho, é registada a proposta de Manuel de Oliveira Santos Batista para o fornecimento do material pelo preço de 800 réis/m³ na quantia indicada, ficando a proposta sujeita à análise do arquitecto municipal. Concordando com aquele valor, na sessão de 15 de Julho, a Câmara confirma o fornecimento de pedra britada por aquele fornecedor, exigindo o atendimento dos padrões especificados e demonstrando preocupação com a qualidade dos materiais. Por fim, nas sessões de 5 de Julho e 23 de Agosto de 1888, procede-se a nova arrematação para reparos, adjudicada na última a António Gonçalves Vieira, da freguesia de Mafamude, pelo preço de 795 réis/m³, sendo o menor lance oferecido.

Esta artéria assume um papel de grande relevo local desde cedo. É neste contexto que, em 24 de Janeiro de 1884, o vereador Jaime Teixeira da Mota e Silva sugere que a estrada municipal da Granja a Vila Nova de Gaia, planeada pelo Governo, passe a terminar no Largo das Devesas, em vez do Largo D. Pedro V (o Largo da Bandeira, actual Largo Soares dos Reis), para melhor articular com as vias existentes. Esta proposta não implica a abertura de nova estrada, mas sim a reclassificação das vias existentes naquele local, dado que a estrada da Granja constitui uma derivação da antiga estrada de Ovar a partir da Rua da Rasa, cuja origem se situa no referido Largo D. Pedro V. Com esta proposta, a articulação viária do local com as Devesas passa a integrar aquela estrada, que tem classificação hierarquicamente superior.

Na já referida sessão de 5 de Julho de 1888, a Câmara concede licença à Companhia de Telefones Anglo-Portuguesa para a instalação de postes de telefone nas ruas do Visconde das Devesas e de D. Pedro V, ou seja, em troços das estradas das Devesas à Bandeira e de Lobão, sublinhando a importância infraestrutural destas vias.

Algumas obras viárias no Candal

No contexto das melhorias viárias em torno da Calçada das Freiras, das Devesas e de Coimbrões, realizam-se diversas obras pela edilidade, com o intuito de articular aqueles locais com o lugar do Candal, zona habitacional que ocupa posição elevada sobre o Douro, próxima das caves vinícolas. Ao longo dos anos, fazem-se vários reparos na Rua

Rei Ramiro, inicialmente chamada Campo Bello⁶³, alarga-se o caminho do Escuro, a sul da Quinta de Campo Bello (actual Rua António Granjo)⁶⁴, realizam-se obras no Largo do Montinho⁶⁵ e amplia-se o caminho que vai das Regadas para o Escuro⁶⁶.

O mais antigo registo em acta sobre a abertura de uma via no Candal remonta à sessão de 7 de Agosto de 1838, quando a Junta da Paróquia de Santa Marinha de Vila Nova de Gaia envia ofício solicitando a abertura de caminho público naquele lugar, sem apresentar outras referências geográficas. Apesar desta indefinição, a obra solicitada tem alguma envergadura, pois na sessão de 1 de Maio de 1840 a Câmara encarrega António Dias Ribeiro Gasparinho de organizar uma comissão e de procurar angariar subscrições para viabilizar a abertura de uma estrada que conecte o Candal a Centeeiras e ao Campo de Lavoura, local este associável ao sítio do actual viaduto sobre a via férrea.

Em 23 de Junho daquele ano, decide-se abrir caminho de comunicação entre a sede do concelho e as freguesias ocidentais, passando pelo Campo da Lavoura, entre os lugares do Marco e do Candal. Nas actas das sessões de 14, 17, 24 e 28 de Julho de 1840 registam-se diversas expropriações e contribuições particulares para a abertura da Rua Nova do Candal. Os moradores que financiam a obra no Alto dos Custeiros são António Monteiro Alvarenga, João Paulo Monteiro Alvarenga, António José Gonçalves Agra e Manuel Pereira Guimarães e Silva, além do vereador António Dias Ribeiro Gasparinho⁶⁷, somando-se a estes Manuel dos Santos Alves, de Canidelo⁶⁸.

A 28 de Agosto, decide-se realizar uma vistoria para avaliar a lavoura afetada pela abertura da nova rua, não havendo mais registos da obra, excepto o pagamento ao mestre pedreiro, referido na sessão de 9 de Outubro de 1840, e o lançamento de alguns cheques, mencionados na acta do dia 23 seguinte.

Analizando a cartografia histórica local, e considerando a abertura no início do século XX da Rua Grémio da Prosperidade, permanecem dúvidas sobre qual das vias actuais corresponde àquela obra da década de 1840. Perante a análise das demais actas camarárias, verifica-se que na sessão de 5 de Abril de 1839, estando

⁶³ Actas das Sessões da Câmara de 28 de Agosto de 1846, 21 e 28 de Janeiro, 25 de Fevereiro, 11 de Março de 1848 e 23 de Janeiro de 1852.

⁶⁴ Actas das Sessões da Câmara de 22 de Fevereiro e 20 de Agosto de 1850, 10 de Janeiro, 13 de Junho, 28 de Agosto e 5 de Setembro 1851, 28 de Fevereiro, 2 de Abril e 8 de Outubro de 1852, 30 de Setembro de 1853.

⁶⁵ Actas das Sessões da Câmara de 8 de Outubro de 1852, 7 de Janeiro de 1853, 1 de Outubro de 1858 e 23 de Setembro de 1859.

⁶⁶ Acta da Sessão da Câmara de 23 de Março de 1855.

⁶⁷ Acta da Sessão da Câmara de 17 de Julho de 1840.

⁶⁸ Acta da Sessão da Câmara de 1 de Agosto de 1840.

em discussão a escolha do local para construção do cemitério paroquial de Santa Marinha, é decidido adquirir para esse fim um terreno da propriedade de Maria Ermelinda, no lugar da Lavoura, no Candal. António Dias Ribeiro Gasparinho fica encarregado da aquisição. Como a proprietária é também referida nas expropriações para a Rua Nova do Candal nas sessões de 24 e 28 de Julho de 1840, destaca-se a hipótese de se tratar da actual Rua Amorim da Costa, que contorna o cemitério inaugurado em 1874⁶⁹.

Uma década depois, surgem novas obras viárias no Candal, em local ou locais não identificados. Em 16 de Agosto de 1851, decide-se reparar o caminho entre o Candal e Coimbrões, pelo sítio da Lavoura. O trabalho inclui serviço pessoal obrigatório dos moradores de várias freguesias. Poucas semanas depois, em 5 de Setembro de 1851 discutem-se questões administrativas sobre a gestão financeira das obras e referem-se as obras do caminho do Escuro para o Candal, via que não se consegue identificar sem referências geográficas adicionais.

Por sua vez, entre 1877 e 1888 debate-se a beneficiação da ligação entre o lugar do Verdinho e o Largo das Frutuosas (actual Largo Eça de Queiroz), trajecto identificável com o da actual Rua Tenente Valadim⁷⁰. Esta obra corresponde ao melhoramento de estrada pré-existente, enquadrando-se no contexto das obras da estrada entre Coimbrões e a Alumiara.

A posição de relevância viária assumida por Coimbrões no contexto das obras promovidas pelo município nas décadas de 1870 e 1880 conduz à articulação, naquele local, dos projectos para a principal obra equacionada para o Candal naquele ocasião. Trata-se esta da ligação viária entre o lugar do Escuro e a estrada das Devesas à Alumiara. Inicialmente, esta ligação prevê-se até ao Arco do Prado, passagem inferior à linha do caminho de ferro situada a poente da estação das Devesas.

As primeiras deliberações municipais para estabelecer esta ligação datarem, seguramente, de 1874⁷¹, ano em que a autarquia realiza diversas diligências para classificar como estrada municipal de 2.^a classe a estrada da margem do Douro, do Escuro ao Arco do Prado⁷².

⁶⁹ Sobre a construção do Cemitério de Santa Marinha consultar: Queiroz, Francisco – “Contributos para a História dos Cemitérios de Gaia – Parte I”. *Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia*. n.º 45, Junho de 1998, p. 54-62; Queiroz, Francisco – “Contributos para a História dos Cemitérios de Gaia – Parte II”. *Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia*. n.º 46, Dezembro de 1998, p. 23-35.

⁷⁰ Actas das Sessões da Câmara de 7 de Fevereiro de 1877, 5 e 12 de Agosto de 1881, 10 de Novembro de 1887, 24 de Maio e 7 de Junho de 1888.

⁷¹ A futura análise das actas dos primeiros anos da década de 1870 permitirá reconstituir este processo.

⁷² Actas das Sessões da Câmara de 23 de Janeiro, 7 de Fevereiro, 27 de Março, 1, 5, 8 e 15 de Maio de 1874.

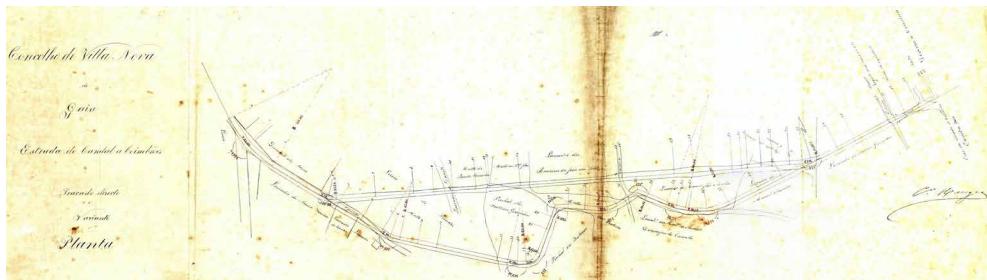


FIGURA 18 • 1871 – Projecto da estrada do Candal à Estrada de Coimbrões – Variante.
Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner – Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia,
Identificador 214355, Código parcial Pt5_Doc12.

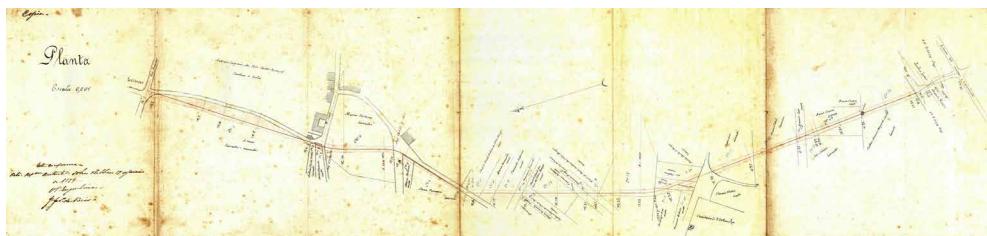


FIGURA 19 • 1879 – Projecto da estrada municipal do Escuro passando pelo portão do cemitério ao Arco do Prado.
Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner – Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia,
Identificador 214353, Código parcial Pt5_Doc10.

No entanto, só após 1875 a edilidade toma deliberações concretas para materializar aquela ligação. Em 2 de Janeiro de 1875, a Câmara decide expropriar um terreno de António de Freitas Faria Salgado para abrir a estrada municipal de 2.^a classe entre Gaia e o Escuro, solicitando à Comissão de Viação a autenticação da planta referida na expropriação.

Três anos depois, em 26 de Dezembro de 1878, decide-se proceder à expropriação dos terrenos necessários à abertura e construção da estrada municipal do Escuro ao Arco do Prado. Na sessão de 18 de Junho de 1880, resolve-se dar continuidade à construção do lanço da estrada municipal entre o Escuro e o Arco do Prado até à sua conclusão.

Por sua vez, em 12 de Agosto de 1881, a edilidade determina as expropriações indispensáveis para abrir e construir o lanço da estrada municipal do Escuro ao Arco do Prado.

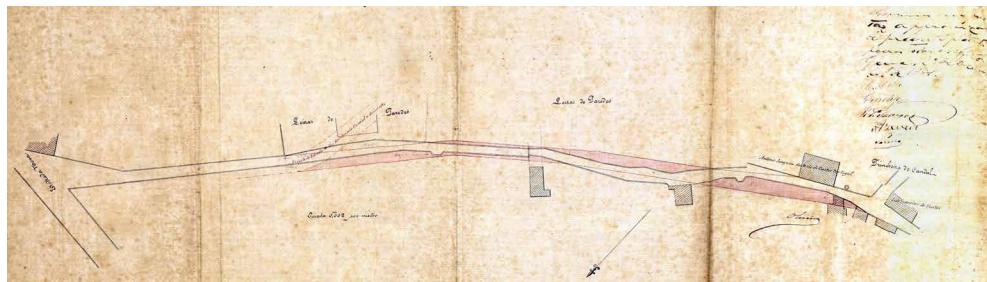


FIGURA 20 • 1881 – Projecto da estrada do Candal a Coimbrões – Variante.
Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner – Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia,
Identificador 214357, Código parcial Pt5_Doc14.

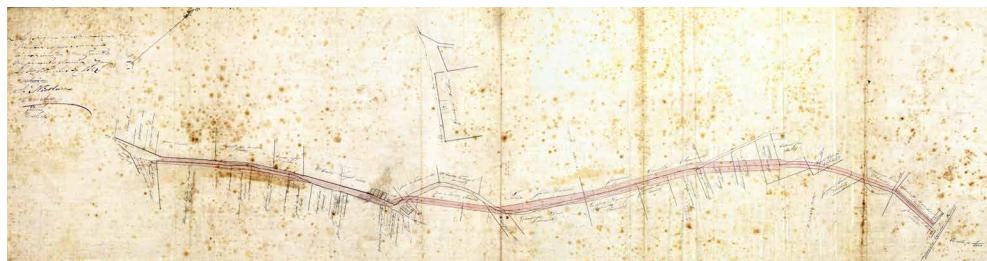


FIGURA 21 • 1882 – Projecto da estrada do Candal a Coimbrões – Variante.
Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner – Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia,
Identificador 214357, Código parcial Pt5_Doc14.



FIGURA 22 • 1883-1885 – Projecto da estrada do Candal a Coimbrões.
Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner – Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia,
Identificador 214358, Código parcial Pt5_Doc15.

Em 9 de Março de 1882, o Vice-Presidente da edilidade sugere estudar uma variante ao traçado da estrada do Escuro ao Arco do Prado, desviando o seu término para as proximidades da Ponte de Coimbrões, aproveitando o leito do caminho velho entre a estrada nova do Candal e Coimbrões. A proposta é aprovada, sendo na sessão de 11 de Maio seguinte decidido estudar uma variante ao traçado daquela estrada.

A 6 de Julho de 1882, por proposta do vereador Caetano de Melo Menezes e Castro, a edilidade decide proceder ao estudo do traçado mais conveniente antes de iniciar o projecto da variante no lanço da estrada do Candal à ponte de Coimbrões, decisão esta deliberada na sessão seguinte, de 20 de Julho. Finalmente, na sessão de 29 de Setembro, apresenta-se o projecto da variante ao traçado da estrada do Escuro ao Arco do Prado, que é aprovado a 5 de Abril.

Se o traçado inicial implica a abertura de um troço viário a nascente do cemitério de Santa Marinha, já após a sua inauguração em 1874, o novo projecto desvia a ligação à estrada da Alumiara para o lado poente daquele cemitério. Dali resulta a beneficiação das ruas das Lavouras e Amorim da Costa, bem como a abertura da actual Rua Bombeiros Voluntários de Coimbrões.

Para além deste trajecto, a estrada do Escuro à ponte de Coimbrões mantém o traçado inicialmente proposto até à Rua Rei Ramiro. Este eixo corresponde à actual Rua Castro Portugal e implica alargamento, rectificação do traçado, beneficiação e repavimentação de caminhos e estradas pré-existentes, além da criação de novo troço entre as actuais ruas Grémio da Prosperidade e André de Castro.

A elaboração do projecto é entregue ao engenheiro Tito de Noronha, que o apresenta na sessão de 8 de Fevereiro de 1883. O projecto é aprovado pela Câmara no dia 23 seguinte. Em 9 de Outubro de 1884, a edilidade decide iniciar os procedimentos legais para a expropriação dos terrenos necessários à construção da estrada do Escuro à Ponte de Coimbrões, face à impossibilidade de acordo amigável com alguns proprietários. Esta obra volta a ser referida em 26 de Dezembro de 1884, ocasião em que a Câmara decide submeter o projecto à aprovação da Comissão Delegada da Junta Geral do Distrito. Na sessão de 12 de Fevereiro de 1885, recebe-se do Presidente da Comissão Delegada parecer favorável relativo àquela obra, datado de 23 de Janeiro anterior.

Somente a partir de Junho de 1885 surgem registos da actividade relativa a expropriações, reconstruções e alargamentos. Na sessão de 5 de Junho, indica-se que o proprietário de terreno a expropriar para a construção da estrada do Candal à ponte de Coimbrões ainda se encontra disposto a aliená-lo pelo preço de 250 réis por metro quadrado. O Vice-Presidente da edilidade defende achar conveniente contactar

aquele proprietário o mais brevemente possível, pois o terreno contíguo fora avaliado judicialmente em 400 réis por metro quadrado. Assim poder-se-iam evitar as despesas decorrentes das expropriações judiciais.

Nesse sentido, nomeia-se uma comissão integrada pelo Mestre de Obras municipal para resolver a situação. Na sessão de 11 daquele mês, regista-se ajuste provisório com Rosa Isabel Ribeiro dos Santos para expropriação de seu terreno, situado na Rua de Castro Portugal, pelo custo de 350.000 réis, para continuação da estrada entre Candal e Coimbrões, acordo este ratificado na sessão de 18 de Junho de 1885.

O tema das expropriações para esta obra volta a ser abordado na sessão da Câmara de 30 de Julho seguinte.

Neste contexto, a 12 de Novembro daquele ano, é recebido um ofício da 2.^a Repartição do Governo Civil do Distrito, solicitando que seja enviada ao Governo uma representação para declarar de utilidade pública e urgente a expropriação dos terrenos necessários à continuação da estrada do Candal a Coimbrões.

Por sua vez, na sessão de 26 de Novembro de 1885, delibera-se notificar o empreiteiro responsável pela obra da estrada para retomar os trabalhos parados há algum tempo, concedendo-lhe o prazo de oito dias.

Posteriormente, na sessão de 13 de Maio de 1886, por proposta do vereador José Nicolau d’Almeida, a Câmara discute falhas na medição da pedra britada transportada da Rua do Sacramento para a estrada do Escuro. Constatada-se, então, que o cantoneiro responsável não segue os critérios de medição, resultando em volume inferior ao declarado. Decide-se, assim, não pagar ao cantoneiro o salário correspondente a oito dias.

É apenas em 22 de Setembro de 1887 que o assunto volta a ser discutido. Naquela ocasião, a Câmara aprova o projecto e o orçamento para a obra de reconstrução e alargamento do caminho entre Coimbrões e Candal, passando pelas Agras, na freguesia de Santa Marinha. Na sessão do dia 13 de Outubro seguinte, adjudica-se a obra de reconstrução e alargamento do caminho entre Coimbrões e Candal a Francisco Moreira, da freguesia da Madalena, pelo menor preço de 1.300 réis por metro linear. Finalmente, a 1 de Dezembro de 1887, contratam-se as expropriações com diversos moradores de Coimbrões e Candal para alargar o caminho. Dentre eles, destacam-se José Pereira Valega e José Francisco Cantarino, solteiros, José do Carmo Bandeira e mulher, António Francisco Caruncho e mulher, Domingos Gonçalves de Matos e mulher, todos moradores no lugar de Coimbrões, mediante pagamento de indemnizações detalhadas.

Para além desta obra, registam-se outros trabalhos na zona do Candal, no sítio da Trincheira do Candal. Em 23 de Setembro de 1881, resolve-se encarregar o arquitecto municipal da remoção da parede de vedação do prédio de Luís Vieira Cardoso, naquele local, para alargamento do caminho público. Decide-se levar aquela obra a hasta pública para arrematação. Por sua vez, na sessão de 27 de Abril de 1882, a edilidade delibera autorizar as expropriações necessárias no caminho da Trincheira, no Candal, defronte de prédio pertencente a António José das Neves. Determina-se, para tal, a demarcação de casas confinantes com uma leira municipal pertencentes àquele proprietário. Em 11 de Maio de 1882, o vereador Jaime Teixeira da Mota e Silva refere que os proprietários dos prédios a expropriar para alargamento do caminho da Trincheira do Candal encontram-se dispostos a ceder os seus terrenos, sob a condição de que a edilidade realize as respectivas vedações. Esta proposta é aprovada pela edilidade.

Pela leitura das demais actas camarárias, verifica-se que este caminho corresponderia em parte à actual Rua Capitão Leitão, nome que recebe em 1912 a Rua da Bela Vista. Este topónimo atribui-se àquele local na sessão da Câmara de 20 de Abril de 1882, cuja acta refere o trajecto desde a Capela do Escuro até à casa de António José das Neves.

Neste sentido, os trabalhos realizados entre 1881 e 1882 inscrever-se-iam nas melhorias já referidas da estrada do Escuro ao Arco do Prado ou à Ponte de Coimbrões.

A construção da Ponte Luiz I e os seus acessos

A construção da Ponte Luiz I, iniciada em 1881 e concluída em 1886, constitui uma obra fundamental para a ligação entre o Porto e Vila Nova de Gaia, sendo determinante para o desenvolvimento de ambas as margens do Douro. A ponte substitui a antiga Ponte Pênsil e dispõe de dois tabuleiros que conectam as cotas alta e baixa das duas margens. Projectada pelo engenheiro Théophile Seyrig e executada pela empresa belga Société de Willebroeck, a nova estrutura provoca um impacto significativo na urbanização do território gaiano.

As primeiras referências à nova ponte registam-se nas actas das sessões de 20 e 29 de Fevereiro de 1879. Nestas ocasiões, a Câmara delibera representar ao Governo a necessidade de que a futura ponte metálica possua dois tabuleiros, unindo as cotas alta e baixa do Porto e de Vila Nova de Gaia, mas propõe que a

ligação se estabeleça entre o Largo da Igreja de S. Francisco, no Porto, e o ponto fronteiro na margem esquerda do rio⁷³. Embora essa localização não venha a ser adoptada, a sessão de 16 de Abril de 1880 reafirma o propósito de erguer uma ponte de dois tabuleiros.

As referências seguintes à obra da nova ponte surgem apenas em 1885, quando a construção da estrutura já se encontra em estado bastante avançado. A partir dessa altura, destaca-se a discussão sobre a necessidade de abolir as portagens nessa travessia. Na sessão de 29 de Janeiro de 1885, o vereador José Nicolau d’Almeida propõe solicitar a supressão do imposto de trânsito na nova ponte, argumentando que obras idênticas noutras regiões do país, como as de Coimbra e Santarém, já se encontram isentas de portagens. O tema volta a ser tratado em 18 de Fevereiro de 1886 e em 10 de Março de 1887, quando se reiteram os protestos pela abolição do imposto, considerado obsoleto, desigual e prejudicial ao desenvolvimento económico do concelho. Na primeira daquelas sessões, José Nicolau d’Almeida sugere que se oficiem as câmaras do Porto, da Feira, de Oliveira de Azeméis e de Arouca, pedindo o apoio destas à reivindicação, que passa a assumir um carácter regional. Em consonância com tal posição, a Associação Comercial do Porto manifesta o seu apoio num ofício datado de 5 de Março de 1887, lido na segunda dessas sessões. Por sua vez, em 11 de Agosto de 1887, após a aprovação de um projecto de lei que abole as portagens nas pontes com rendimento inferior a 240.000 réis anuais, a edilidade gaíense protesta, sublinhando que a Ponte Luiz I não se encontra contemplada, e envia telegramas ao Ministro da Fazenda a exigir o cumprimento da promessa anteriormente feita à autarquia. Persistindo o imposto apesar das promessas, em 16 de Fevereiro de 1888, a Câmara volta a representar ao Governo, salientando o impacto negativo da portagem sobre o concelho e solicitando apoio de deputados e de figuras influentes, entre as quais o Conde de Campo Belo.

Muitos destes protestos ocorrem já após a conclusão das obras e a abertura ao tráfego da ponte. Além disso, em 17 de Junho de 1886, a edilidade pressiona o Governo a abrir o tabuleiro superior da nova ponte ao trânsito público, uma vez que a obra se encontra concluída e respondendo assim aos desejos dos municípios.

Nos meses que se seguem à abertura da travessia, regista-se ainda uma reclamação contra abusos cometidos por um cobrador de impostos do tabuleiro superior da ponte, apresentada na sessão de 23 de Junho de 1887. Nessa ocasião,

⁷³ Acta da Sessão da Câmara de 20 de Fevereiro de 1879.

refere-se que o funcionário aplicara multas sem possuir autoridade para tal. Este episódio reforça as críticas à gestão das portagens e à forma como são aplicadas pela autarquia gaiense.

Assim, a Ponte Luiz I transforma, de facto, a mobilidade entre o Porto e Gaia, promovendo o desenvolvimento urbano e económico de ambas as margens, mas suscita também tensões de ordem administrativa e financeira. A Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia mostra-se particularmente activa neste processo, apresentando reiteradas reivindicações para assegurar que a ponte responda às necessidades da população local.

O vereador José Nicolau d’Almeida, mantendo uma postura interveniente, manifesta-se contra a cobrança de portagens na Ponte Luiz I e sustenta a sua posição alertando que tal imposto encarecerá o transporte de mercadorias, podendo elevar os custos em 15% a 20%. Afirma que esse aumento prejudicará directamente o desenvolvimento económico do concelho de Vila Nova de Gaia⁷⁴.

Como tal, a oposição à cobrança de portagens na Ponte Luiz I assume-se como uma questão central para a autarquia gaiense. Contudo, apesar dos seus esforços continuados e das várias representações apresentadas, a abolição completa das portagens não se concretiza a curto ou médio prazo.

No contexto da construção da Ponte Luiz I, os acessos, tanto à cota superior como à inferior, passam a ocupar lugar central nas actas camarárias a partir de 1881. Discute-se então o seu planeamento, procurando-se garantir que a ponte se conecte de forma eficiente às áreas adjacentes e se integre no sistema viário da margem esquerda do Douro. Estes acessos são habitualmente designados por avenidas, designadamente Avenida Esquerda Superior, correspondente ao acesso à cota alta, e Avenida Esquerda Inferior, correspondente à ligação à cota baixa. Ambas sofrem sucessivos ajustes de traçado ao longo do tempo, num processo que reflecte as preocupações da autarquia quanto ao futuro desenvolvimento urbano.

Dos dois acessos, aquele que estabelece a ligação ao tabuleiro inferior revela-se menos complexo, pois prolonga o espaço que já antecede a entrada da antiga Ponte Pênsil. Sobre esta obra há apenas registo em quatro sessões camarárias, entre finais de 1885 e meados de 1886.

Na sessão de 22 de Dezembro de 1885, anuncia-se o início da construção da Avenida Esquerda Inferior, conforme informa um ofício do Engenheiro Director da fiscalização da obra da ponte. Nesse documento, alerta-se para a remoção temporária

⁷⁴ Acta de Sessão da Câmara de 18 de Fevereiro de 1886.

do chafariz existente no local dos trabalhos, mencionando-se que as obras causarão “alguns estoiros” e eventuais impedimentos ao trânsito público na parte inferior da Calçada da Serra. O engenheiro garante, contudo, que serão tomadas providências para minimizar os transtornos na via.

Em 4 de Março de 1886, regista-se a retirada de um lampião da embocadura da Rua General Torres em virtude das mesmas obras. Já na sessão de 26 de Março do mesmo ano, discute-se a necessidade de proceder ao depósito de entulhos nos locais onde se projecta construir a estrada marginal da Afurada a S. Paio, proposta apresentada pelo vereador José Nicolau d’Almeida. Finalmente, na sessão de 20 de Maio, o zelador Santos Silva participa que parte do pavimento da Calçada da Serra, defronte ao tabuleiro inferior da Ponte Luiz I, se encontra levantado, dificultando o trânsito. A Câmara endereça então ao Engenheiro Director da obra um pedido de resolução do problema.

Constata-se, neste contexto, que a execução da nova ponte no local não gera dificuldades significativas nem provoca debate camarário de maior relevo.



FIGURA 23 - s/d – Obras Públicas: Ponte Luiz I, Avenida Esquerda Superior.
Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner – Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia,
Identificador 18489, Código parcial Doc217.

Por contraste, a abertura do acesso ao tabuleiro superior motiva longas deliberações da autarquia e diversas interacções com as entidades responsáveis pelas infra-estruturas. Em 28 de Outubro de 1881, a edilidade decide apresentar ao Governo uma representação propondo a alteração do traçado já previsto para a Avenida Esquerda Superior. A Câmara defende não apenas que a largura da avenida seja equivalente à da avenida direita, assegurando simetria e boas condições para o trânsito, como também que o traçado a ligue directamente à Rua General Torres.

No mesmo sentido, a 26 de Novembro, a autarquia delibera enviar ao Governo um requerimento assinado por 130 moradores de Vila Nova de Gaia, solicitando a modificação do traçado da avenida. A 7 de Dezembro de 1882, por proposta do vereador João Thomaz Cardoso, decide-se remeter nova solicitação para alinhar a Avenida Esquerda Superior, de modo que a sua diretriz siga em linha recta até ao ponto designado para o seu termo. Pretende-se, assim, garantir uma conexão rápida e directa com a rede viária existente, propondo-se ainda oficiar à edilidade portuense o pedido de se associar à representação, dado o interesse comum dos dois concelhos. Esta solicitação é lida e assinada na sessão de 21 de Dezembro.

Por sua vez, na sessão camarária de 14 de Junho de 1883, lê-se e assina-se uma nova representação à Câmara dos Deputados, pedindo autorização para a concessão de um terreno adjacente à Avenida Esquerda Superior, a fim de a edilidade ali criar um passeio público.

O desenvolvimento das obras de abertura deste acesso é elogiado na sessão extraordinária de 22 de Dezembro de 1885. Contudo, apenas a partir de Julho de 1886 volta a discutir-se a concretização da nova via. Na sessão de 1 de Julho desse ano, critica-se a qualidade do pavimento em macadame da Avenida Esquerda Superior, considerada inferior à da Avenida Direita, no lado portuense, já calcetada com paralelepípedos e dotada de passeios laterais. Solicita-se, por isso, que também em Gaia se proceda ao calcetamento dessa forma.

O assunto é retomado meses depois, a 16 de Dezembro, quando a ponte já se encontra aberta ao trânsito. A edilidade teme, então, que, pela falta de um pavimento adequado, a via se torne intransitável em dias de chuva.

Com as obras adiantadas e aproximando-se a data de abertura, o vereador José Nicolau d’Almeida propõe, na sessão de 28 de Outubro de 1886, a instalação de dezasseis candeeiros para iluminação pública na Avenida Esquerda Superior. Nos meses seguintes abrem-se concursos para a execução⁷⁵, e a colocação das luminárias realiza-se no início de 1887⁷⁶.

Já com o tabuleiro superior aberto ao tráfego de veículos e peões, o Presidente da Câmara, Caetano de Melo Menezes e Castro, apresenta, na sessão de 18 de Novembro, a proposta de proibir construções no lado poente da avenida, desde o início da ponte até à rampa de acesso à Calçada da Serra, a fim de preservar a vista sobre o Rio Douro. O Vice-Presidente Artur Ferreira de Macedo reforça a importância desta medida, salientando que ela permitirá futuros alargamentos da via.

⁷⁵ Acta de Sessão da Câmara de 2 de Dezembro de 1886.

⁷⁶ Acta de Sessão da Câmara de 10 de Fevereiro de 1887.

Esta representação é atendida superiormente, conforme registado na acta da sessão de 14 de Julho de 1887, sendo efectivamente concretizada tal proposta, tal como a ideia de criar uma zona ajardinada naquele local, ainda que esta última apenas tome forma na década de 1920.

Em 8 de Março de 1888, menciona-se ainda a necessidade de concluir a rampa e as escadas que ligam a Calçada da Serra à Avenida Esquerda Superior da Ponte Luiz I, bem como de construir os respectivos passeios laterais.

Retoma-se, nesse ano, o debate sobre o traçado da Avenida Esquerda Superior, ainda assim designada nas actas camarárias. Contudo, na sessão de 25 de Fevereiro de 1886, o vereador Manuel Alves Araújo e Lima propõe, sendo a proposta aceite, a atribuição àquela via do nome do estadista Saraiva de Carvalho, que referenda a lei pela qual se adjudica a construção da Ponte Luiz I.

Na sessão de 2 de Agosto de 1888, discute-se o prolongamento da avenida a partir da leitura de um ofício da Junta Paroquial de Mafamude. Nessa comunicação expõem-se os inconvenientes do prolongamento projectado da Avenida Esquerda Superior da Ponte Luiz I até à Capela de Santo Ovídio, solicitando-se a intervenção da autarquia para que a ligação daquela via com a Estrada Distrital n.º 28 se faça no largo da feira de Santo Ovídio.

São então avaliados diversos pontos de conexão, incluindo o Largo D. Pedro V, uma vez que ali convergem a Estrada Distrital n.º 27B e as estradas municipais da Bandeira a Lobão e da Bandeira às Devesas, conforme propõe o vereador Manuel Moreira da Costa Júnior. A edilidade decide propor superiormente a consideração de ambos os locais alternativos ao da Capela de Santo Ovídio, salientando o seu valor estratégico pela convergência de vias distritais e municipais. Todavia, a decisão superior mantém-se inalterada.

Na sessão de 23 de Agosto seguinte, analisa-se a proposta de ampliar a largura da Avenida Esquerda Superior para cinquenta metros, medida que permitiria acomodar maior fluxo de veículos e peões e consolidar a importância da artéria como eixo principal do desenvolvimento urbano, conforme defende o edil Caetano de Melo Menezes e Castro e igualmente António Narciso de Azevedo Magalhães. Contudo, o vereador Manuel Moreira da Costa Júnior contrapõe que tal largura é excessiva, implicando custos de construção e manutenção elevados, e alerta que a avenida não poderá conservar essa dimensão na extremidade norte.

A via acaba por ser construída com trinta metros de largura, dimensão menor do que a proposta, mas que assume carácter excepcional no contexto regional, sendo

apenas ultrapassada, na década de 1930, pela Avenida Marechal Gomes da Costa, no Porto, entre as vias de maior comprimento.

Durante o processo de abertura do acesso ao tabuleiro superior da ponte, surgem, ainda, diversos entraves operacionais e obstruções. Nas sessões de 20 de Maio e de 2 de Setembro de 1886, registam-se reclamações sobre entulhos acumulados nas escadas e na rampa de acesso da Calçada da Serra à Avenida Esquerda Superior, os quais causam transtornos ao trânsito público. Já nas sessões de 28 de Abril, 14 e 21 de Julho de 1887, surgem novas queixas referentes a uma barraca de madeira construída ilegalmente no lado poente da avenida, contrariando a deliberação que proibia edificações que impedissem a vista sobre o rio ou o eventual alargamento da via. Determina-se, por isso, a sua demolição.

A avenida superior consolida-se como artéria essencial na ligação da nova ponte ao território gaiense e às infra-estruturas viárias que a autarquia moderniza ao longo das décadas anteriores, facilitando o trânsito de veículos e de peões. As discussões acerca do seu alargamento e da interdição de construções que obstruam a paisagem revelam uma visão estratégica, embora pontual e não planeada estruturalmente, do futuro desenvolvimento urbano de Vila Nova de Gaia, antecipando o seu crescimento populacional e comercial.

Como tal, este processo exemplifica o esforço da edilidade em modernizar as infra-estruturas concelhias, articulando as oportunidades criadas pelas decisões governamentais com as necessidades e as dificuldades locais, nomeadamente as restrições financeiras, e demonstrando ainda uma visão de longo prazo.

Ainda que a avenida não siga integralmente os traçados propostos pela edilidade, a sua ligação à Rua General Torres no tabuleiro inferior e a Santo Ovídio na cota alta, cruzando as estradas dos Arcos da Serra e de Lobão e articulando-se com a via aberta duas décadas antes para acesso à estação das Devesas, permite a progressiva edificação do planalto gaiense a partir das primeiras décadas de Novecentos.

As propostas de estabelecimento de transportes urbanos sobre carris em Vila Nova de Gaia

Durante o processo de construção da Ponte Luiz I, a edilidade gaiense recebe as primeiras propostas para o estabelecimento de linhas de carros americanos e de funiculares, visando conectar as áreas urbanas do Porto e de Vila Nova de Gaia com

o território a sul do Douro. No Porto tinham-se já estabelecido já duas companhias de carros americanos: uma delas, a Companhia Carril Americano do Porto á Foz e Matosinhos, opera desde 1872; a outra, a Companhia Carris de Ferro do Porto, cria as suas linhas a partir de 1874. A nova ponte rodoviária sobre o Douro traz a oportunidade de expandir este tipo de transporte para a margem esquerda, algo tecnicamente impossível através da Ponte Pênsil, quer pelas características do seu tabuleiro, quer pela sua inserção urbana. Assim, em Gaia, tal como sucede no Porto, instala-se um clima de competição entre proponentes. A multiplicidade de solicitações e concessões gera desafios administrativos à edilidade, exigindo da Câmara uma complexa gestão dos direitos adquiridos.

A primeira iniciativa para o estabelecimento de um funicular entre a estação das Devesas e a margem do Douro, pela Calçada das Freiras, data de 1873⁷⁷. Por sua vez, a primeira proposta para a construção e exploração de linhas de carros americanos no território gaiense, registada nas actas camarárias, apresenta-se à edilidade na sessão de 4 de Janeiro de 1883. Nessa ocasião, é deferida uma concessão inicial a George H. Hastings, Evaristo Nunes Pinto e Guilherme Diogo Pessoa Allen, destinada ao estabelecimento de linhas nas ruas e estradas municipais ligadas às avenidas da Ponte Luiz I, bem como à construção de elevadores ou planos inclinados entre a parte alta e os cais fluviais. Na sessão de 13 de Setembro do mesmo ano, é recebida correspondência dos concessionários do Caminho Americano de Vila Nova de Gaia a Espinho. Apenas quatro anos mais tarde estes projectos são discutidos, em particular os dos primeiros proponentes.

Na sessão camarária de 21 de Julho de 1887 surge o conflito entre propostas, quando Alfredo de Almeida Lucas, cidadão gaiense, solicita concessão para linhas de carros americanos partindo das avenidas superior e inferior da ponte e percorrendo todo o concelho. Na mesma ocasião, apresenta-se o requerimento de António Augusto Cogorno de Oliveira, da cidade do Porto, que pretende construir um elevador entre o cais e a Serra do Pilar, junto à mesma ponte. A Câmara declara, porém, que aguarda ainda pelos projectos de Hastings e associados, fixando um prazo de sessenta dias para a sua apresentação.

Na sessão de 24 de Novembro daquele ano, Hastings e os seus associados submetem finalmente os projectos para as linhas americanas que pretendem estabelecer em várias ruas, bem como o plano inclinado funicular entre a estação

⁷⁷ Data correspondente ao documento: Elevadores da Calçada das Freiras (ligando a Estação das Devezas com o Rio Douro. Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner – Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, Identificador 18811, Código parcial Doc378.

das Devesas e o Rio Douro. A Câmara nomeia, então, uma comissão técnica para avaliar as propostas.

Por sua vez, na sessão de 22 de Março de 1888, é igualmente fixado o prazo de sessenta dias para a apresentação do projecto relativo à concessão obtida, por deliberação camarária de 20 de Outubro de 1873, por Francisco Fernandes Dourado e outro proponente, destinada à construção e exploração de uma linha de carros americanos na estrada da Bandeira às Devesas e daí até Lavadores.

As duas propostas apresentadas à edilidade são analisadas em detalhe nas sessões de 11 de Maio e 7 de Junho de 1888.

Na sessão de 11 de Maio daquele ano apresenta-se o parecer sobre os projectos submetidos por George H. Hastings, Guilherme Diogo Pessoa Allen e Evaristo Nunes Pinto. O documento, elaborado pelos vereadores Manuel Alves de Araújo Lima, Manuel Moreira da Costa Júnior e Manuel Gomes da Silva, membros da comissão nomeada em 24 de Novembro de 1887, examina as condições para aprovação dos referidos projectos, exceptuando apenas o da linha americana ao longo da margem do Douro, entre o tabuleiro inferior da Ponte Luiz I e o início da Rua do Rei Ramiro, considerada inoportuna no momento. Garante-se, contudo, a prioridade do pedido para futuras ocasiões.

Para viabilizar e explorar os restantes projectos, a comissão propõe, no seu parecer, os critérios necessários à concessão definitiva. Relativamente à linha proposta para a frente fluvial, é garantida a prioridade do pedido para ocasiões futuras.

Comentando o parecer, o vereador Artur Ferreira de Macedo, ao elogiar o trabalho da comissão, sugere alguns ajustes. Entre estes, defende a realização de um acordo prévio com a Companhia Carris do Porto, a fim de integrar as novas linhas numa rede alargada, bem como de padronizar os carris conforme os já utilizados no Porto. No mesmo sentido, propõe clarificar o direito de transferência da concessão, que deve permanecer sujeito à aprovação da Câmara. Sugere ainda que o prazo para o início das obras das linhas e do elevador seja limitado a quatro meses. Neste sentido, o vereador Araújo Lima entende ser conveniente adiar a deliberação para uma análise mais detalhada, atendendo à importância do tema, mas o seu colega Gomes da Silva discorda, defendendo a aprovação imediata. O parecer é então submetido a votação e aprovado.

Em seguida, tendo-se informado que outros indivíduos já haviam recebido licença superior para a instalação e exploração de linhas americanas entre a Bandeira, as Devesas e Lavadores, e considerando que estes se encontram ainda no prazo para

apresentar os seus projectos, a Câmara reconhece a necessidade de considerar essa circunstância, de modo a evitar futuros conflitos.

Na sessão de 7 de Junho seguinte, António Fernandes Dourado e António Rodrigues Ribeiro dos Santos apresentam à edilidade um requerimento submetendo o projecto para o assentamento e exploração de uma linha férrea americana entre as estradas municipais da Bandeira às Devesas e daquele local a Lavadores, em resposta à notificação recebida após a deliberação camarária de 22 de Março. Para emissão de um parecer em moldes semelhantes ao apresentado na sessão de 11 de Maio, o vereador Araújo Lima propõe a criação de uma nova comissão, composta pelos seus colegas Manuel Moreira da Costa Júnior e Manuel Gomes da Silva, que com ele haviam integrado a anterior, juntando-se agora José Francisco Pereira e o arquitecto municipal. No entanto, o vereador Azevedo Magalhães sugere, em contrapartida, que a análise seja entregue à mesma comissão que emitira o parecer sobre os projectos de George H. Hastings, Guilherme Diogo Pessoa Allen e Evaristo Nunes Pinto. Embora Araújo Lima argumente que a comissão anterior já cessara as suas funções, a proposta é submetida a votação e delibera-se que a nova comissão seja constituída pelos membros sugeridos por Manuel Alves de Araújo Lima e por ele próprio.

Na mesma sessão é sujeito a apreciação outro requerimento dos proponentes dos projectos analisados a 11 de Maio, no qual estes declaram aceitar as concessões definitivas aprovadas pela edilidade nessa data, relativas ao estabelecimento de linhas americanas que conectam a Ponte Luiz I à estação das Devesas e à Praia de Lavadores, bem como à construção de um funicular entre o Rio Douro e aquela estação. Os mesmos proponentes comprometem-se a formalizar os termos das concessões em documentos oficiais e informam já ter iniciado os estudos para a realização de variantes no troço entre as Devesas e Lavadores, os quais seriam submetidos em breve à apreciação da Câmara com vista à sua aprovação.

O vereador Araújo Lima sugere que este requerimento, por estar tematicamente relacionado com a petição anteriormente analisada na mesma sessão, permaneça pendente para decisão futura. O vereador Azevedo Magalhães propõe, por sua vez, que o requerimento seja remetido à nova comissão para emissão de parecer.

Ainda que não tenham sido analisadas as actas posteriores em que o assunto volta a ser debatido, a informação oferecida por estas duas actas reveste-se de especial importância. Verificam-se nelas várias preocupações manifestadas pela edilidade, como a vontade de assegurar equidade entre os proponentes dos diferentes projectos e, sobretudo, a consciência da necessidade de articular as linhas de carros americanos propostas com aquelas já em operação no Porto.

Da mesma forma, a análise das duas propostas apresentadas à autarquia gaíense permite compreender como o investimento efectuado ao longo de décadas em infra-estruturas viárias assume, no limiar do estabelecimento dos transportes urbanos e inter-urbanos sobre carris na região portuense, um significado que comprova a sua pertinência a longo prazo.

Com efeito, todas as linhas propostas seguem vias intervencionadas ou abertas nas décadas anteriores, como a Calçada das Freiras, a Avenida Esquerda Superior, a ligação da Rua General Torres à estação das Devesas e as estradas que partem deste último local até ao Largo da Bandeira e a Lavadores. Nesta última, contudo, revela-se necessária a realização de variantes, sendo uma delas, muito provavelmente, na Alumiara, onde um dos projectos municipais não chega a ser executado.

Verifica-se, assim, o alinhamento entre as novas infra-estruturas viárias e as de transporte. Estas propostas demonstram igualmente os benefícios trazidos ao território gaíense pela construção da Ponte Luiz I. Os seus acessos, tal como a estação das Devesas, afirmam-se como pontos fundamentais para o trânsito do novo tipo de transportes que então se estabelece na margem direita do Douro.

Além disso, a ideia de conectar a estação das Devesas ao Douro através de um funicular destinado a passageiros e mercadorias representa um avanço significativo, ao facilitar o transporte de cargas pesadas num eixo de grande procura mas grande desnível. Esse sistema reforça o papel económico das indústrias locais na sua articulação logística com os transportes fluviais e o caminho de ferro.

Importa também considerar os restantes projectos, como o funicular entre o cais do Douro e a Serra do Pilar, concebido para unir a cota alta e a cota baixa da margem esquerda, numa zona populosa que, com a construção da Ponte Luiz I, se antevê sujeita a um intenso processo de edificação. De modo semelhante, a ligação de Gaia a Espinho, proposta por outros concessionários, revela a crescente atractividade daquele eixo junto ao mar, para onde acorre, na estação estival, um número cada vez maior de banhistas.

A análise deste processo adquire também relevância à luz das notícias publicadas em periódicos portuenses nos anos finais de Oitocentos e nas duas primeiras décadas de Novecentos⁷⁸.

Através da documentação pertencente ao espólio da antiga Companhia Carris, conhece-se outro projecto para o estabelecimento de uma linha de carros americanos entre Gaia e as Caldas de São Jorge, realizado ainda na década de 1880. O *Diário*

⁷⁸ Apresentámos a maioria destas informações na cronologia que apresentámos em anexo na nossa tese de doutoramento.

do Governo de 26 de Junho de 1895 confirma a concessão a Narciso Teixeira Martins Ferro do caminho de ferro americano que liga a Ponte Luiz I a Vendas de Grijó e à ponte de Tabuaços, com licença para construir e explorar um ramal assente no troço da Estrada Real n.º 10, de Coimbra ao Porto, entre o tabuleiro inferior da Ponte Luiz I e a Rua Luís de Camões, em Vila Nova de Gaia. Esta obra é posteriormente trespassada à Companhia Carris de Ferro do Porto, conforme publicação no *Diário do Governo* de 4 de Julho de 1899.

Por sua vez, no *Diário do Governo* de 15 de Outubro de 1895 é publicado o Alvará de 10 de Outubro, que concede licença para o estabelecimento de um caminho de ferro americano de tracção animal, ligando a Avenida Esquerda Superior da Ponte Luiz I à estação das Devesas, com as condições técnicas ali discriminadas. A concessão atribuída a José Leão e João César Pinto Guimarães é trespassada em 1896 a António de Pádua Menezes Russel e João Baptista de Carvalho, segundo o *Diário do Governo* de 26 de Março desse ano. A aprovação do projecto aparece publicada a 10 de Novembro seguinte. Essa mesma obra é novamente trespassada, desta vez à empresa Biel, Moraes & C.ª, conforme publicado no *Diário do Governo* de 29 de Novembro de 1898.

Por informações posteriores, sabe-se que em 1898 a Avenida Esquerda Superior, fundamental para o tráfego dos transportes públicos sobre carris, ainda não se encontra concluída. Nessa mesma época, estabelece-se a ligação ao Observatório Meteorológico da Serra do Pilar, limitando os terrenos do quartel então instalado no antigo Mosteiro. Pouco depois, urbaniza-se a área compreendida entre esses terrenos, a avenida e os Arcos da Serra, entretanto demolidos.

Em Julho de 1900, a edilidade gaiense aprova a transferência dos direitos de construção das linhas de carros americanos no seu território de uma concessão anterior para a Companhia Carris de Ferro do Porto. Em Novembro do mesmo ano, a empresa é autorizada a estabelecer provisoriamente uma linha para Gaia. No entanto, apenas em Março de 1903 é concedida a autorização definitiva para a expansão da rede da Carris até Gaia, momento em que já se utilizam carros eléctricos na maior parte da rede. Em Maio desse ano iniciam-se as obras de assentamento dos carris no tabuleiro superior da Ponte Luiz I.

Entretanto, em Julho de 1902, fora já noticiado o início das obras de alargamento da Avenida Esquerda Superior, então já designada Avenida Campos Henriques (que com o acerto republicano, passa a denominar-se Avenida da República), prevendo-se que possua em ambos os lados uma faixa ajardinada em toda a sua extensão. Contudo, em finais de Agosto de 1903, suspendem-se os trabalhos de assentamento

de carris destinados à Companhia Carris, no ponto em que a avenida cruza a linha de caminho de ferro, situação motivada por entraves impostos pelo Conselho Superior de Obras Públicas. O impasse é resolvido em Outubro do mesmo ano. A conclusão do viaduto é accordada em Abril de 1904 entre a Companhia Carris e a Companhia Real dos Caminhos de Ferro, encontrando-se a travessia concluída em Julho seguinte.

Por sua vez, a ideia de construir uma travessia sobre o Douro a poente é retomada em 1903, quando um particular elabora um projecto para uma ponte entre a portuense Rua do Calvário e o Castelo de Gaia, visando estabelecer uma ligação rodoviária entre a Cordoaria e a estação das Devesas.

Em Março de 1905, a edilidade gaiense aprova as bases de dois concursos: um para a instalação e exploração de linhas de carros americanos no município e outro para a adjudicação do exclusivo da respectiva construção e operação, previsto para Junho. No mês de Agosto seguinte divulga-se a notícia de que uma numerosa comissão, eleita em comício realizado nos Carvalhos, solicita à autarquia gaiense e à Companhia Carris a extensão da futura linha de carros eléctricos desde Santo Ovídio até ao extremo do concelho, em Vendas de Grijó, oferecendo àquela companhia apoio material.

Apenas no início de Outubro é autorizada, pelo Ministro das Obras Públicas, a passagem dos carros eléctricos para Gaia. No final desse mês abre-se à exploração o serviço de duas linhas: uma até à estação das Devesas e outra até Santo Ovídio, com um ramal industrial destinado às instalações da fábrica Coats & Clark. Apesar desse avanço, em Julho de 1907 o viaduto definitivo da avenida sobre a linha férrea continua por concluir. A obra é apenas adjudicada em Dezembro de 1913 aos engenheiros Moreira de Sá e Malavez, mas é embargada em Junho do ano seguinte pela Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses.

Em Julho de 1913, a Companhia Carris obtém autorização para prolongar a linha das Devesas em quatrocentos e cinquenta metros, na direcção de Coimbrões, até ao Arco do Prado. A operação inicia-se ainda nesse ano. A linha será prolongada para poente, conforme previsto originalmente, mas chegará a Coimbrões apenas em 1947.

Ao longo das décadas seguintes, diversos movimentos cívicos procuram promover novas ligações com outras freguesias do concelho, como Oliveira do Douro. Contudo, a rede de carros eléctricos mantém-se restrita ao núcleo urbano de Gaia, com as suas duas linhas bastante mais curtas que as congêneres em direcção ao norte e ao nascente do Porto.

Em Dezembro de 1915, a Direcção Geral de Obras Públicas encarrega a autarquia gaiense de emitir parecer sobre um novo pedido de concessão apresentado por Tomás José Rosas e outros, que pretendem o exclusivo da exploração de uma linha

entre a estação das Devesas e o Cais do Cavaco. Mantém-se entretanto, nos planos da Companhia Carris elaborados em 1912, a intenção de criar uma linha até à zona ribeirinha de Gaia, pela portuense Rua de S. João. Em Janeiro de 1916, a companhia solicita autorização para instalar uma nova linha entre o Porto e as Devesas através do tabuleiro inferior da Ponte Luiz I, seguindo o traçado pela Rua General Torres⁷⁹.

Com a avenida ainda incompleta no morro da Serra do Pilar, a autarquia é autorizada, em Outubro de 1919, a contrair um subsídio destinado à sua construção. A obra conclui-se apenas no início da década seguinte, desaparecendo então a trincheira aberta no morro para a passagem das linhas da Companhia Carris nos primeiros anos de Novecentos.

Finalmente, o funicular ou plano inclinado da Calçada das Freiras concretiza-se, sendo explorado sobretudo, senão exclusivamente, para o transporte de mercadorias, encerrando a sua actividade no final da primeira metade de Novecentos.

Considerações finais

Através da leitura das actas camarárias gaiegenses, é possível compreender as complexidades decorrentes da gestão espaço urbano e das vias públicas que lhe dão suporte. Verifica-se, assim, a interacção entre diversos agentes, como os técnicos municipais, os proprietários e moradores, as organizações e instituições estatais, a iniciativa empresarial privada e de figuras destacadas da sociedade, os construtores e os fornecedores de materiais, além das próprias vereações. O papel de cada um destes agentes vai sofrendo alterações mais ou menos significativas ao longo do tempo, no mesmo sentido em que se alteram as práticas de contratação e a natureza das próprias obras em execução.

Os técnicos municipais são, como vimos, responsáveis pelo planeamento e pela supervisão de obras, elaborando plantas e orçamentos, realizando fiscalizações e vistorias, acompanhando obras, definindo alinhamentos para novas construções e reconstruções e garantindo conformidade de obras públicas e particulares com os planos urbanos aprovados pela edilidade. Adicionalmente, os técnicos da autarquia participam frequentemente na elaboração das condições para arrematação das obras públicas sujeitas a concurso.

⁷⁹ O trajecto previsto tomaria certamente o caminho da Rua Luís de Camões até entroncar nas linhas vindas do tabuleiro superior da Ponte Luiz I, evitando, desta forma, a passagem de nível de General Torres.

No início do século XIX os técnicos municipais desempenham funções práticas, como supervisão directa de obras de pequena escala. No entanto, em meados do século as suas atribuições técnicas tornam-se mais estruturadas, tornando-se cada vez mais frequente a nomeação do arquitecto municipal para a elaboração de plantas de projectos urbanos e para a integração de obras num contexto de políticas urbanas cada vez mais complexo. No final da centúria, o papel dos técnicos camarários expande-se consideravelmente, passando a incluir a preparação de condições técnicas detalhadas para arrematações de obras e especificações urbanísticas de projectos diversos. Importa notar que tanto construtores como fornecedores são frequentemente supervisionados pelos arquitectos municipais e pelos fiscais da Câmara, sendo este papel reforçado a partir da década de 1870, com a integração frequente dos técnicos municipais em comissões nomeadas para apreciar projectos ou para tomar decisões estratégicas para o território. Verifica-se, assim, uma crescente formalização das suas responsabilidades administrativas e técnicas, especialmente no que respeita à aprovação de projectos de terceiros e à condução de obras públicas de maior destaque.

Também no que respeita aos proprietários e moradores se verifica uma alteração significativa do seu papel ao longo dos anos. Geralmente, os proprietários locais são referidos no contexto da expropriação amigável ou mesmo da doação de terrenos em troca de compensações, contribuindo também com o fornecimento materiais para obras. Por sua vez, os moradores tendem não só a ser abordados para a angariação de verbas para obras como para a prestação de serviços de trabalho braçal em diversas frentes de obras, especialmente durante as primeiras décadas analisadas além da reivindicarem ou pressionarem por melhorias ou contra a perda de direitos, como no caso do desvio de águas no regato junto da Quinta da Lavandeira ou naquele em que os habitantes de Coimbrões protestam pelo dificultado acesso aos campos de lavoura devido à abertura da linha de caminho de ferro. Verifica-se, além disto, a ocasional oposição de uns e de outros no contexto de expropriações. Destaca-se, além disto, o caso analisado de Joaquim da Cunha Lima de Oliveira Leal que, enquanto proprietário da Quinta da Lavandeira, utiliza a sua influência política e social para impulsionar uma obra de interesse público, designadamente a estrada da Lavandeira. Neste contexto, verifica-se que os proprietários e moradores obtêm frequentemente benefícios directos das obras levadas a cabo pelo município, com a valorização de propriedades e a melhoria da acessibilidade às mesmas, situação verificada tanto no caso da Quinta da Lavandeira como na propriedade de António Joaquim Borges de Castro nas Devesas, sendo raros os casos em que sucede o inverso.

Assim, na primeira metade de Oitocentos verifica-se uma participação facilitada, mais voluntária e individualizada entre os proprietários privados e a edilidade, sendo que aqueles cedem frequentemente terrenos ou recursos, por vezes em troca de pequenas compensações, como a realização de muros de pedra para a vedação de propriedades. No entanto, posteriormente verifica-se uma progressiva formalização dos processos de expropriação, reflectindo o decréscimo das doações voluntárias. Entre os moradores, observa-se uma redução do trabalho comunitário requisitado pela Câmara, passando aqueles a assumir uma posição mais reivindicativa, pressionando a edilidade no sentido de obter melhorias que atendam às suas necessidades. Em ambos os casos, as relações com o município tornam-se mais formais ao longo do tempo.

Relativamente às organizações públicas hierarquicamente superiores à Câmara Municipal, verifica-se que estas assumem inicialmente um papel predominantemente regulador, sem intervenções frequentes na execução das obras. É apenas em meados do século XIX, com o estabelecimento do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria em 1852, que estas passam a apresentar um maior envolvimento tanto a nível técnico como estratégico. Com efeito, as obras infra-estruturais tornam-se progressivamente maiores, passando a ser promovidas e geridas directamente pelo governo central. Neste contexto, a edilidade assume um papel de colaboração, não tendo autonomia no contexto da deliberação sobre decisões estratégicas. Por outras palavras, a Câmara passa a cumprir apenas funções complementares.

A nível do envolvimento empresarial, verifica-se que este emerge sobretudo no final do século. Com efeito, na primeira metade de Oitocentos o envolvimento empresarial é residual, limitado à contribuição para pequenas obras, como sucede com a participação da empresa concessionária da Ponte Pênsil no contexto da construção das duas pequenas pontes sobre ribeiros para estabelecimento do caminho de Quebrantões. Apenas no final do século XIX o papel do sector empresarial cresce significativamente, assumindo um papel intervintivo no planeamento, financiamento e realização, com a apresentação de propostas para a realização de obras de interesse público, devidamente estruturadas e associadas a concessões para a exploração de serviços, como sucede com os vários projectos para a criação de funiculares e de linhas férreas americanas no território gaiense. Neste contexto, o relacionamento entre as empresas e o município é regido por contratos formais, os quais são alvo de ampla discussão. Neste contexto, a Câmara passa, também, a adaptar as suas decisões às propostas do sector empresarial privado.

Também o papel dos construtores e fornecedores de materiais conhece grandes alterações ao longo do tempo. No contexto da execução de obras públicas, desde os

primeiros registos que os construtores são contratados directamente pela edilidade mediante arrematação em praça pública. No entanto, o seu papel vai assumindo uma crescente profissionalização e formalização, com o estabelecimento de contratos mais detalhados que incluem especificações técnicas e prazos claros, conforme se verifica sobretudo nas obras de pavimentação com brita ou em paralelepípedos nas décadas de 1870 e 1880, adjudicadas com base em critérios técnicos e financeiros. O mesmo sucede relativamente ao fornecimento de materiais. Se na primeira metade de Oitocentos os fornecedores locais, muitas vezes correspondentes a donos de pedreiras, são requisitados para disponibilizar pedra, madeira e areia, conforme se observa nas obras da estrada de Oliveira do Douro e na requisição de material da pedreira de Ricardo Vanzeler, décadas mais tarde verifica-se uma crescente especialização industrial comercial na produção e fornecimento de materiais, como se verifica no fornecimento de pedra britada para obras de pavimentação. Importa notar que o método de arrematação pública amplamente utilizado incentiva a competição entre construtores e fornecedores para oferecer materiais e mão de obra pelo menor preço. Assim, se inicialmente a relação de construtores e fornecedores com a Câmara é predominantemente local e informal, com contratações baseadas em necessidades imediatas, sendo os materiais e mão de obra requisitados frequentemente entre moradores e proprietários locais e muitas vezes com contribuições não remuneradas, posteriormente observa-se uma formalização desta relação. Verifica-se, neste âmbito, uma clarificação da distinção entre construtores e fornecedores, com cada grupo profissional a assumir responsabilidades distintas e específicas. Assim, os construtores assumem progressivamente um papel mais relevante na execução das obras, enquanto que os fornecedores passam a laborar num contexto cada vez mais competitivo e especializado, tentando responder aos requisitos cada vez mais específicos e exigentes da autarquia.

Observando as referências aos materiais empregues nas obras municipais ao longo do tempo, verifica-se inicialmente o recurso a pedra, utilizada especialmente para as obras de pavimentação e de construção de muros de suporte. É notória a pouca formalização das especificações técnicas nas actas, dependendo as obras dos materiais locais disponíveis e dos conhecimentos empíricos dos mestres pedreiros, numa economia de meios decorrente das limitações financeiras da autarquia. Nos meados do século denota-se uma maior exigência por parte da autarquia, com uma especificação crescente a nível técnico para a execução, por exemplo, de pavimentos convexos ou abaulados. Verifica-se, igualmente, a introdução do método de pavimentação em macadame, considerado mais durável e eficaz para as vias

principais. Os projectos elaborados pelos técnicos municipais começaram a incluir não só plantas como também orçamentos. Mais tarde ganham peso as obras de pavimentação com paralelepípedos, material utilizado em pavimentações urbanas mais relevantes, como nas obras da Rua Direita. No mesmo sentido, ganham complexidade as obras de drenagem de água. Assim, a transição do recurso a materiais em estado bruto e de fornecimento local para opções mais profissionalizadas reflete uma evolução tecnológica exigida superiormente e permitida pelo financiamento garantido a nível governamental. Como tal, a evolução dos materiais utilizados e dos requisitos a que estes respondem demonstra um progresso no planeamento e na execução das obras municipais.

Em suma, o papel da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia altera-se profundamente ao longo de Oitocentos. Se inicialmente a sua actividade implica quase apenas uma gestão puramente local de recursos no sentido da realização de obras com recursos limitados, posteriormente passará a actuar como uma entidade mediadora que coordena uma multiplicidade de agentes em projectos cada vez mais complexos. Verifica-se, igualmente, um aumento da complexidade das obras a nível legal e técnico, bem como uma dependência face a organizações superiores, tanto para a obtenção de autorizações e como de financiamento. Não é de admirar que, neste contexto, a Câmara passe a assumir uma maior responsabilidade na gestão de interesses colectivos e privados, bem como na mediação de protestos, resolvendo conflitos entre vários dos agentes com que se relaciona, reflectindo uma alteração de práticas urbanísticas.

Finalmente, destacam-se as alterações no tipo de obras realizadas. Na primeira metade do século as obras efectuadas são maioritariamente de manutenção e reparação de vias, predominando intervenções simples e de baixo custo, sendo modestas as novas obras viárias, geralmente limitadas à realização alargamentos e nivelamentos. É sobretudo a partir da década de 1850 que se verifica a realização de obras de expansão viária, com a abertura de novas estradas, respondendo ao aumento e à complexificação do tráfego local e regional. Iniciam-se, nesta ocasião, diversas vagas de obras de pavimentação e repavimentação de vias empregando materiais e técnicas construtivas que visam uma maior resistência e durabilidade dos pavimentos. No final do século as obras de infraestruturas de transporte ganham destaque, bem como várias deliberações que têm em atenção o futuro embelezamento urbano, por exemplo, junto da Ponte Luiz I e com o alargamento do perfil da Avenida Esquerda Superior, no sentido de melhorar a estética e o conforto das novas áreas urbanas.

Para além dos casos analisados, as actas camarárias de Vila Nova de Gaia apresentam muitas outras obras relevantes. O desenvolvimento das estâncias balneares associadas às obras do caminho de ferro são um exemplo merecedor de futuro estudo, bem como a discussão em torno da necessidade de acomodar as funções municipais num edifício expressamente erguido para operar como Paços do Concelho. Da mesma forma, a edificação de escolas, a arborização e o ajardinamento de alguns espaços urbanos, ou até a urbanização do núcleo piscatório da Afurada constituem temas que justificam uma análise detalhada. A leitura de actas dos períodos em falta e do final da centúria permitirão compreender melhor as alterações introduzidas pelo caminho de ferro, com o equacionamento dos vários projectos de travessia do Douro, bem como as discussões tidas no contexto da construção do Porto de Leixões que, certamente, não terão ocorrido apenas nas páginas dos periódicos gaienses. Da mesma forma, a introdução de questões militares, desde o estudo da relevância local do Quartel da Serra do Pilar à necessidade de gerir ou recuperar estruturas afectadas pelo Cerco do Porto constituem temas relevantes para estudo futuro. Finalmente, a coordenação da leitura das actas com outras fontes, seja no contexto destes temas, seja, por exemplo, na atenção dada às obras de iniciativa privada, ora com a edificação de construções sujeitas a licenciamento, ora com a gestão (frequentemente enunciada) de problemas com os armazéns vitivinícolas, são dimensões que sublinham a validade da persecução do estudo deste fundo documental.



António José Dantas Guimarães (1844-1898): negociante, autarca e ilustre cidadão da cidade de Coimbra

António Adérito Alves Conde¹

Resumo

O estudo pretende dar a conhecer os traços biográficos de António José Dantas Guimarães, nascido em 1844 na paróquia de São Miguel do Castelo (Guimarães). Descendia de uma antiga família de penteeiros, com morada e oficina na Rua do Cano de Cima, da qual ainda existem descendentes no mesmo local. Na década de 60 do séc. XIX rumou a Coimbra onde se tornou negociante, vivendo em 1871, na Rua Visconde da Luz, freguesia de São Bartolomeu, em “união de facto” com Antónia da Conceição. Tornou-se um (re)conhecido comerciante tendo fundado a Casa Dantas Guimarães, na Rua Visconde da Luz, um estabelecimento que se dedicava à venda de fazendas de lã, linho, seda e algodão. Foi vereador da Câmara Municipal de Coimbra (1886, 1893/1895) e capitalista com investimentos na área do imobiliário, na Companhia Edificadora e Industrial de Coimbra (1884), Companhia de Utilidade Doméstica Comimbricense (1887), Companhia dos Elevadores de Coimbra (1895), Teatro Circo e presidente da Associação Comercial de Coimbra (1894), além de outras companhias. Pertenceu a diversas associações, foi membro do Partido Regenerador, um dos 40 maiores contribuintes do concelho de Coimbra, mordomo da Confraria da Rainha Santa Isabel (1876, 1881-1882) e membro da direcção da Associação Liberal de Coimbra (1884), com influências maçónicas, onde privou com o Dr. Bernardino Machado e outras ilustres personalidades coimbrãs. Faleceu, aos 53 anos de idade, na cidade do Porto, quando estava de visita a casa de sua filha, e jaz sepultado no cemitério da Conchada, em Coimbra, em capela funerária ainda existente. O

¹ Mestre em História Contemporânea (Pré-Bolonha), pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Técnico Superior da Administração Local aposentado (email: antoniominhava@gmail.com). O autor agradece ao Prof. Doutor Francisco Queiroz, e ao Eng.º Jorge Amado Rodrigues, pela cedência de imagens e/ou documentos. Agradece aos irmãos Ana Maria Pacheco e Paulo Pacheco, filhos de José Dantas Pacheco, pelas informações e consulta do arquivo da família. Por opção do autor, o texto foi escrito em respeito pelo anterior Acordo Ortográfico.

estudo dá ainda a conhecer a situação da casa comercial Dantas Guimarães, após a sua morte e o percurso de vida da esposa e dos seus sucessores.

Palavras-chave

António José Dantas Guimarães; Vereador; Comerciante; Coimbra.

António José Dantas Guimarães (1844-1898): empresario, concejal y ciudadano ilustre de la ciudad de Coimbra

Resumen

El estudio pretende revelar los rasgos biográficos de António José Dantas Guimarães, nacido en 1844 en la parroquia de São Miguel do Castelo (Guimarães). Descendía de una antigua familia de fabricantes de peines de cuerno artesanales, cuya casa y taller estaban en la Rua do Cano de Cima, y cuyos descendientes aún viven en el mismo lugar. En los años 60 del siglo XIX, viajó a Coimbra, donde se convirtió en comerciante, viviendo en 1871 en la Rua Visconde da Luz, en la parroquia de São Bartolomeu, en «unión de hecho» con Antónia da Conceição. Se convirtió en un (re)conocido comerciante, habiendo fundado la Casa Dantas Guimarães, en la Rua Visconde da Luz, establecimiento dedicado a la venta de tejidos de lana, lino, seda y algodón. Fue concejal del Ayuntamiento de Coimbra (1886, 1893/1895) y capitalista con inversiones en inmuebles, Companhia Edificadora e Industrial de Coimbra (1884), Companhia de Utilidade Doméstica Conimbricense (1887), Companhia dos Elevadores de Coimbra (1895), Teatro Circo y Presidente de la Asociación Comercial de Coimbra (1894) y otras empresas. Perteneció a diversas asociaciones, fue miembro del Partido de la Regeneración, uno de los 40 mayores contribuyentes del municipio de Coimbra, mayordomo de la Cofradía de la Reina Santa Isabel (1876, 1881-1882) y miembro de la junta directiva de la Asociación Liberal de Coimbra (1884), con influencias masónicas, donde conoció al Dr. Bernardino Machado y a otras personalidades ilustres de Coimbra. Murió a los 53 años en Oporto, mientras visitaba la casa de su hija, y está enterrado en el cementerio de Conchada, en Coimbra, en una capilla funeraria que aún existe. El estudio explica también la situación de la casa comercial de los Dantas Guimarães tras su muerte y la vida de su esposa y de sus sucesores.

Palabras clave

António José Dantas Guimarães; Concejal; Comerciante; Coimbra; municipio de Guimarães.

1. Vida e obra

1.1. As origens, em Guimarães, no seio de uma família de penteeiros

António José nasceu, no dia 8 de Maio de 1844, na Rua do Cano de Cima, da paróquia de São Miguel do Castelo, concelho de Guimarães, sendo filho legítimo de João José Dantas (nascido em 1808) e de Maria de Oliveira. Foi baptizado no dia seguinte e foram padrinhos António José Ribeiro e sua filha Ana Emília, respectivamente avô materno e tia do baptizado, residentes no Eirado do Forno, freguesia de Nossa Senhora da Oliveira². Era neto paterno de Domingos José Dantas (1774-1836), o primeiro familiar a usar o apelido Dantas, e de Antónia Maria, que se supõe serem a primeira geração conhecida de penteeiros da família³. Refira-se que esta arte durou até à década de 40 do século passado, altura em que José Dantas Pacheco, pertencente à 5^a geração da família, apesar de ter trabalhado na oficina artesanal do pai, não quis continuar com esse ofício, cada vez mais industrializado⁴.

Os pais de António José haviam casado, na igreja de São Miguel do Castelo, em 31 de Janeiro de 1834⁵ e tiveram muitos filhos, designadamente Ana (duas com este nome), António José (1844), José, Domingos, Maria de Oliveira, (duas com este nome), Francisca Rosa e Manuel. É de referir que António José, aqui biografado, José (que também usou António José) e Manuel (que também usou Manuel Joaquim) acrescentaram ao seu apelido Dantas o antropônímico Guimarães, depois da sua saída para Coimbra e para Fafe.

² Arquivo Municipal Alfredo Pimenta / Registos paroquiais de baptismo / Paróquia de São Miguel do Castelo / Livro B-12-5-72, registos de 1842.02.21 a 1864.06.13, fl. 9 – PT/AMAP/PRQ/PGMR34/001/P-381.

³ Antero Ferreira (in A paróquia de Nossa Senhora da Oliveira no início do século XIX: ocupação social do espaço, *Revista de Guimarães*, 124-125, Jan-Dez. 2014-2015, p. 147-167), consultou o rol dos confessados desta freguesia e refere que “vivia na Rua da Arcela [junto ao lugar do Cano], em 1799, 140 anos antes, um penteeiro de nome Domingos José Dantas, conhecido como “Rôla” que nasceu em 1774 e veio a falecer em 1836. Teve três filhos, todos casados na paróquia da Oliveira e com larga descendência. Pelo lado materno conseguimos recuar na genealogia desta família até meados do século XVII, data em que Francisco Lopes, de Basto, casado com Maria de Freitas, veio residir para o Cano”.

⁴ Refira-se que, em 1943, o historiador vimaranense A. L. de Carvalho, autor da obra, em 7 volumes, “Os Mesteres de Guimarães”, visitou a oficina de António Dantas Pacheco (1877-1955), o “Rôla” e fez uma descrição notável desta que foi uma das últimas oficinas artesanais. O autor refere: “No Campo de D. Afonso Henriques, junto ao Oratório do Senhor do Amparo, fica a oficina do mestre Dantas Pacheco, “o Rôla”. Fiel à herança de seus progenitores, ele ficou com a oficina de seu pai (...). Era aqui – haviam-me informado – que eu descobria, possivelmente, alguns vestígios do modo remoto de fabricar os pentes, pois tudo mais havia sofrido a transformação que a luta da concorrência impunha, uma vez que o progresso industrial não pára, nem se comove com o escacamento tumultuário do ferramental antigo” (CARVALHO, A.L. (1943) – *Mesteres de Guimarães*, Vol. IV, Guimarães, edição de autor, pp. 111-112).

⁵ Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, AMAP / Guimarães / S. Miguel do Castelo / Registos paroquiais de casamento / 1834, fl. 60 e 60v.



FIGURA 1 • Foto de António Dantas Pacheco (1877-1955), sobrinho-neto e afilhado de António José Dantas Guimarães – o último penteeiro da família Dantas (foto da família Dantas Pacheco).

António José foi criado entre os lugares do Cano e da Arcela, na velha estrada para Fafe e Felgueiras, a nascente do castelo de Guimarães, onde a maioria da sua família vivia, auferindo os seus proveitos da profissão de penteeiro manual que, como foi referido, já era apanágio dos seus antepassados há cerca de um século.



FIGURA 2 • Pente e calçadeira feitos manualmente, em chifre, na oficina de António Dantas Pacheco (peças da família Dantas Pacheco).

1.2. A fixação em Coimbra

Ainda não tinha perfazido 20 anos e já vivia em Coimbra, cidade onde subscreveu uma representação, com data de 12 de Abril de 1863, dos contribuintes do distrito de Coimbra, dirigido aos dignos pares do reino, reagindo contra o projeto de lei que previa aumentar o valor da contribuição predial⁶.

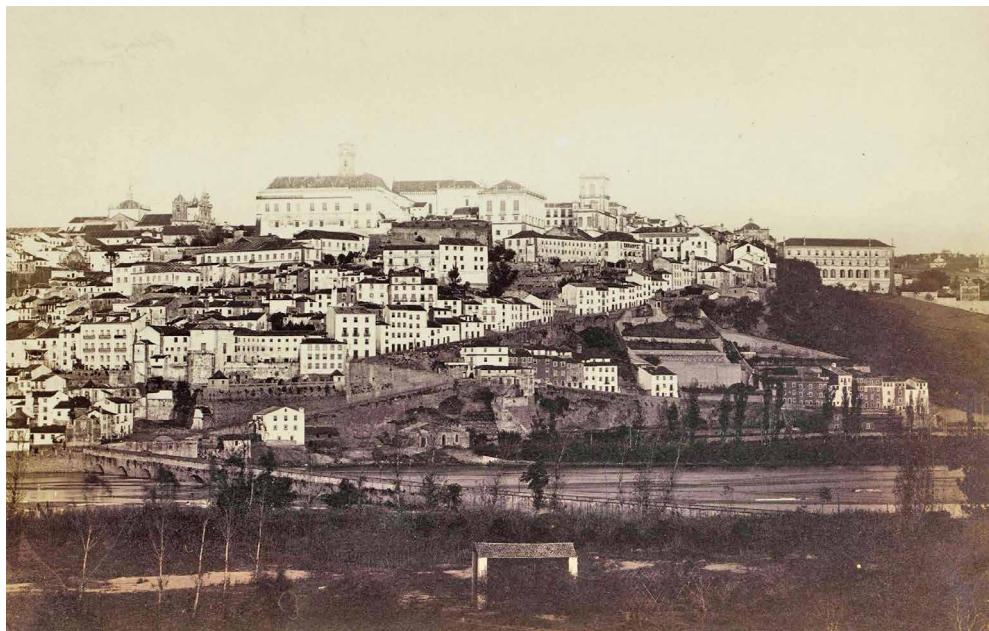


FIGURA 3 · Coimbra em meados do séc. XIX (espólio do Victoria and Albert Museum).

1.2.1. A constituição de família

Em 1871 residia na Rua Visconde da Luz, Freguesia de São Bartolomeu, da cidade de Coimbra e vivia em “união de facto” com Antónia da Conceição tendo sido pais de um filho de nome António. Este, nasceu no dia 30 de Outubro de 1871 tendo sido baptizado na igreja de São Bartolomeu aos 18 de Novembro do mesmo ano. Foram padrinhos Domingos do Espírito Santo Guimarães, solteiro, empregado de cobranças, residente na cidade do Porto e Leonor Maria de Jesus, casada, moradora na freguesia de Santa Cruz⁷.

⁶ *Diário de Lisboa*, n.º 103, de 9 de Maio de 1863, fls. 1403-1405.

⁷ Arquivo da Universidade de Coimbra / Registo de Baptismos de 1869-1874 / freguesia de São Bartolomeu / registo n.º 53, fl. 98.

À data era comerciante com loja aberta na Rua Visconde da Luz, n.ºs 24 a 30⁸.

Em 1875 foram pais naturais de Olívia, nascida em 27 de Julho, na Rua do Visconde da Luz e baptizada em 21 de Agosto na igreja de São Bartolomeu. Foram padrinhos Manuel Joaquim Guimarães, casado, negociante, morador na Rua da Paz, da cidade do Porto e sua mulher Olívia da Purificação Rodrigues Guimarães⁹.

1.2.1.1. O casamento e a perfilhação dos filhos naturais

Em 6 de Janeiro de 1878, às 5 e 30 horas da manhã, na igreja de São Bartolomeu, teve lugar o casamento de António José e Antónia da Conceição, celebrado pelo Presbítero Manuel Joaquim de Castro.

Os noivos eram solteiros e apresentaram uma provisão de dispensa de proclamas passada pelo Bispo-Conde de Coimbra e licença de recebimento passada pela Câmara Eclesiástica daquele bispado sem impedimento algum para o casamento. A noiva era natural da freguesia da Sé, da cidade de Coimbra, tendo sido baptizada na Sé Nova em 8 de Dezembro de 1844. Era filha de Romão dos Santos, natural de Castelo Viegas e de Teresa de Jesus, natural de Banhos Secos, freguesia de São Francisco da Ponte. Neste acto os nubentes declararam que “*dentre ambos haviam tido dois filhos naturaes, um do sexo masculino, por nome António, nascido em trinta de Outubro de mil e oito centos e setenta e um, nesta mesma freguesia, às onze horas da manhã, e outro do sexo feminino, por nome Olívia, nascida em vinte e sete de Julho e mil e oito centos e setenta e cinco, às seis horas da manhã, tão bem nesta freguesia, onde ambos foram baptizados e que por este subsequente matrimonio os legitimavam, consideravam e ficavam legitimados para todos os efeitos legais*”. Foram padrinhos e testemunhas Manuel Joaquim Guimarães, casado, negociante e sua mulher Dona Olívia da Purificação Rodrigues Guimarães, da cidade do Porto e o Doutor Francisco Ferreira Camões, casado, advogado nos Auditórios da Cidade de Coimbra e sua mulher Dona Maria Adelaide Sousa Ferreira, residentes em São Bartolomeu, da cidade de Coimbra¹⁰.

A questão da legitimação dos filhos, de forma a que tivessem direitos iguais aos dos filhos nascidos depois do casamento, deve ter sido uma preocupação para Dantas Guimarães e terá constituída a razão principal para a elaboração “precoce” do seu testamento cerrado, em 31.07.1878, que adiante virá transcrito. Refira-se

⁸ *Conimbricense*, Ano XXIV, n.º 2525, de 7.10.1871, p. 3.

⁹ Arquivo da Universidade de Coimbra / Registo de Baptismos de 1875 a 1877 / freguesia de São Bartolomeu / registo n.º 61, fl. 33v e 34.

¹⁰ Arquivo da Universidade de Coimbra / Registo de Casamentos, de 1875-1879 / freguesia de São Bartolomeu / registo n.º 1 de 1878, fls. 2 e 2v.

que o testamento foi registado três meses antes do nascimento do filho António Augusto, o primeiro nascido na vigência do casamento. Em 18 e 21 de Agosto de 1879 o respectivo pároco de São Bartolomeu lavrou, em cumprimento de provisão superior, novos registo de baptismo com os n.ºs 54 e 55, mencionando que os filhos António José e Olívia haviam sido legitimados.

1.2.1.2. O nascimento dos restantes filhos

Em 19 de Outubro de 1878 nasceu António Augusto tendo sido baptizado, na igreja de São Bartolomeu, em 17 de Fevereiro de 1879. Foram padrinhos António Augusto dos Santos Pereira, casado, negociante no Rio de Janeiro e madrinha sua mulher Dona Alzira dos Santos Pereira¹¹.

Em 31 de Julho de 1881 nasceu Manuel que foi baptizado na igreja de São Bartolomeu em 8 de Setembro do mesmo ano. Foram padrinhos Manuel Joaquim Guimarães Júnior, solteiro e madrinha sua mãe Dona Olívia da Purificação Rodrigues Guimarães, casada, residente na cidade do Porto¹².

1.3. Vida familiar depois do casamento – o casamento da filha Olívia

A filha Olívia casou, em 16 de Maio de 1894, na igreja de São Bartolomeu com Manuel Joaquim Guimarães Júnior, natural e residente na cidade do Porto. Dado o facto de a noiva ter 19 anos, e ser menor, houve necessidade de prévio consentimento dos pais.

Quem era Manuel Joaquim Guimarães Júnior?

O noivo era natural da freguesia de Cedofeita, da cidade do Porto, onde nasceu na Rua da Torrinha, em 12 de Junho de 1871 (registo n.º 281, de Cedofeita); foi baptizado em 10 de Agosto desse ano. Era filho de Manuel Joaquim Guimarães¹³, caixeiro, natural de Cedofeita e de Dona Olívia da Purificação Rodrigues Guimarães, neto paterno de José Joaquim Guimarães e de Dona Maria Cândida Guimarães e

¹¹ Arquivo da Universidade de Coimbra / Registo de Baptismos de 1878 a 1879 / freguesia de São Bartolomeu / registo n.º 11, de 1879, fl. 6v e 7.

¹² Arquivo da Universidade de Coimbra / Registo de Baptismos de 1880 a 1881 / freguesia de São Bartolomeu / registo n.º 11, de 1879, fl. 6v e 7.

¹³ Manuel Joaquim Guimarães faleceu subitamente no Porto em 20 de Novembro de 1893, na sua casa da Rua de São Paulo, n.º 83 (freguesia de Cedofeita), aos 48 anos de idade. Era viúvo de Dona Olívia da Purificação Rodrigues Guimarães. Deixou um filho com o mesmo nome (registo n.º 550). Em 20 de Dezembro o amigo Dantas Guimarães mandou rezar uma missa na igreja de Santiago, em Coimbra, “em suffragio da alma do seu amigo (...) que nesta cidade [do Porto] contava muitos amigos, a quem convida para assistir a este acto religioso”. Cf. O Defensor do Povo, de 18.12.1893.

materno de José Joaquim Rodrigues e de Dona Ana Rosa do Sacramento Rodrigues, estes residentes na Rua da Paz, no Porto.

Curioso é o facto de o noivo ser filho de um grande amigo de António José Dantas e padrinho de Olívia, a noiva. Provavelmente este foi um casamento de conveniência o qual também selou uma grande amizade. Refira-se que, à data do casamento, o noivo já tinha perdido a mãe e depois o pai, que faleceu subitamente aos 48 anos de idade.

Cerca de um ano depois, a 24 de Abril, nasceu o primeiro filho do casal a quem deram o nome de Manuel Olívia, nascido na Rua Visconde da Luz, em Coimbra. O periódico “Resistência” deu notícia do seu baptizado, a saber: “*Baptizou-se ontem um interessante netinho do honrado comerciante d'esta praça o sr. Dantas Guimarães. Parabéns*”¹⁴.

Manuel Joaquim¹⁵ e Olívia da Conceição pertenceram à Confraria da Rainha Santa Isabel e foram juízes da Confraria de Nossa Senhora da Conceição, na igreja de Santa Cruz.

1.3.1. A perda do filho António Augusto

Em 13 de Julho de 1893, a desgraça “bateu à porta” de António José Dantas Guimarães, com a morte do filho António Augusto, então com 15 anos, que faleceu de gripe. Do seu funeral dá-nos conta o periódico “O Defensor do Povo”, de 16 de Julho de 1893, com a seguinte notícia:

“*Pela morte de seu filho, António Augusto Dantas Guimarães, está de luto o acreditado comerciante d'esta cidade, sr. António José Dantas Guimarães. Era ainda novo o fino mancebo muito hábil e muito extremoso por sua família, dedicando-se com zelo ao commercio, para o que mostrava grande aptidão. Ao funeral do infeliz moço concorreram muitos indivíduos, fazendo-se representar os bombeiros municipaes e voluntários*”.

Também o jornal “O Conimbricense” se referiu à solidariedade dos conimbricense, na dor de Dantas Guimarães, enaltecendo a “*estima que geralmente gosa o sr. Dantas Guimarães nesta cidade, e especialmente da consideração que lhe dedica toda a classe comercial [da qual] recebeu por esta ocasião o nosso bom amigo um documento muito evidente*”¹⁶.

¹⁴ Resistência, de 19.05.1895. Provavelmente o filho Manuel Olívia deve ter falecido criança, já que o casal teve um outro filho com o mesmo nome, nascido e baptizado em Cedofeita (Porto) em 23.06.1899.

¹⁵ Manuel Joaquim e Olívia da Conceição faleceram em Santa Cruz (Coimbra), ele em 7 de Janeiro de 1958 e ela em 7 de Julho de 1959.

¹⁶ O Conimbricense, de 13.07.1893.

O pai, profundamente consternado, mandou publicar na imprensa o tributo de gratidão, aqui reproduzido.

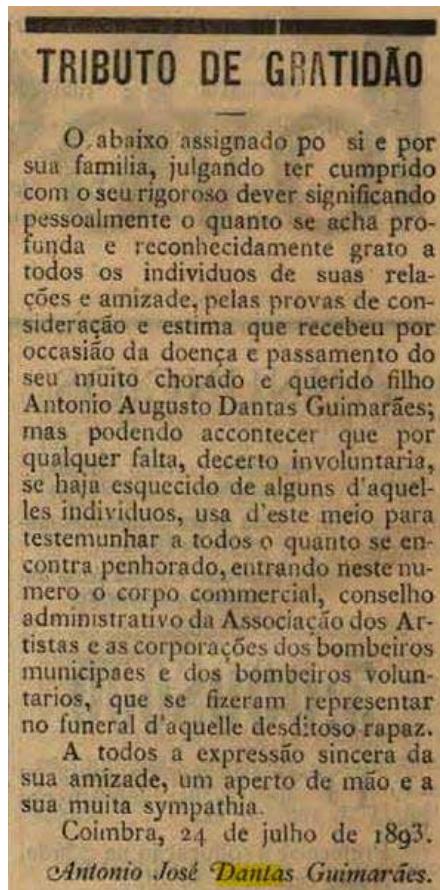


FIGURA 4 · Excerto de "O Defensor do Povo", de 30 de Julho de 1893.

1.4. Vida empresarial, política e social

A vida de António José Dantas Guimarães, apesar de relativamente breve e abruptamente interrompida ao fim de 53 anos, foi plena de realizações e momentos de sucesso, num percurso transversal de negociante, autarca, político, interveniente social e membro de diversas instituições que defendiam as mais variadas causas.

1.4.1. A actividade comercial

António José Dantas Guimarães foi um conceituado fanqueiro da cidade de Coimbra. Um olhar sobre a imprensa coimbrã, sobretudo a seguir à sua morte, mostra-nos o alto apreço de que gozava na cidade do Mondego onde, no dia do seu funeral, as lojas estiveram de portas fechadas, em sua homenagem.

A sua actividade como comerciante deve ter começado cedo. Em 1864, aos 19 anos de idade, estava já em Coimbra onde assinou uma representação dos contribuintes do distrito de Coimbra contra “*o projecto de lei, que aumenta com mais cento e tantos contos de réis a contribuição predial*”. Pedia-se aos deputados “*ilustração e patriotismo, a fim de que rejeiteis similhante elevação do imposto*” uma vez que “*As matrizes estão feitas com tanta desigualdade e imperfeição*”¹⁷.

Em 1869, foi um dos subscritores de um abaixo-assinado, de 10 de Janeiro de 1869, dos comerciantes e contribuintes da cidade de Coimbra, dando o “*publico e solenne testemunho da sua sympatia para com o ministério presidido pelo nobre marquez de Sá da Bandeira, há pouco demitido por efeito da inconsiderada votação da camara dos senhores deputados na eleição do seu presidente*”¹⁸. Mais declararam aderir completamente a todas as manifestações patrocinadas pelos comerciantes e contribuintes das cidades de Lisboa e Porto.

No mesmo ano, na qualidade de negociante, apresentou, em seu nome, um requerimento dirigido à Câmara Municipal, a propósito dos efeitos da distribuição da contribuição da décima industrial que lhe foi atribuída na sessão de Câmara do dia 13.09.1869, no valor de 6\$500 reis¹⁹. No mesmo requerimento solicitava “*que se lhe passe por certidão o theor da acta da deliberação da camara em 13 do corrente, relativo aos fundamentos com que concorreram da comissão do grémio [dos fanqueiros] para a exm^a Camara, esses mesmos reclamantes*”.

Refira-se que a sessão da Câmara de 11.09.1869 teve por finalidade “ *julgar o recurso que fora interposto da repartição das taxas de contribuição industrial, feita pelo grémio dos fanqueiros pelos negociantes Joaquim Eduardo Ferreira Barbosa e Francisco Henriques de Carvalho & Irmão*”²⁰.

¹⁷ Diário de Lisboa, n.º 103, de 9 de Maio de 1863, pp. 1403-1404.

¹⁸ Diário do Governo, n.º 17, de 23 de Janeiro de 1869, p.107.

¹⁹ Em 1893, o Grémio dos Fanqueiros, em sessão de 10 de Novembro, fixou o contingente das colectas a pagar, cabendo a António José Dantas Guimarães o valor de 46\$009 réis. Cf. O Defensor do Povo, de 22.01.1894.

²⁰ O Conimbricense, Apenso ao n.º 2319, de 16.10.1869.

Em 1871, quando foi pai do primeiro filho, sendo solteiro, estava já estabelecido na Rua Visconde da Luz, n.ºs 24 a 30, como se infere do anúncio, publicado no jornal *O Conimbricense*²¹.

Em 1886, mantinha o estabelecimento nas mesmas instalações, porventura mais alargadas, estando especializado na venda de fazendas de lã, linho, seda, algodão e modas²².

Os artigos e tecidos vendidos, patentes nos anúncios referem *armous*, caxemiras e merinos pretos, seda preta, chitas de fino gosto, panos patentes e abretanhados, panos para lençóis, diversos panos de linho, grande coleção de toalhas e guardanapos, madrilenas de seda preta, xailes, panos crus, lenços de bolso, etc.

1.4.1.1. Um incêndio no armazém da loja comercial

Em 19 de Junho de 1884, ocorreu um incêndio no seu armazém de fazendas. Nas páginas de “*O Conimbricense*”, Dantas Guimarães agradeceu publicamente ao representante da Companhia Fidelidade, José António Ferreira Manso, pela pontualidade e solicitude na resolução do dano. Segundo a notícia, o referido representante da Seguradora “*mandou imediatamente examinar os prejuízos ocasionados pelo referido incêndio, e depressa mandou avaliar e pagar os prejuízos*”²³.

Na edição de 1 de Julho, do mesmo jornal, mandou publicar o agradecimento à população, com data de 29 de Junho, dirigido “*a todas as pessoas que obsequiosamente lhe prestaram valiosos serviços do sinistro d'incêndio que infelizmente teve lugar no seu armazém no dia 19 do corrente, o qual teria progredido consideravelmente se não fosse a boa e prompta coadjuvação dos amigos*”²⁴.

A popularidade e empatia de que gozava Dantas Guimarães na classe comercial terá influenciado a sua eleição para membro efectivo do júri, junto do Tribunal do Comércio, conforme eleição a que se procedeu, no dia 31 de Dezembro de 1893, na sala do respectivo tribunal²⁵.

²¹ *O Conimbricense*, Ano XXIV, n.º 2525, de 7.10.1871, p. 3.

²² Almanach Commercial de Lisboa para 1887 ou Annuario Portuguez, por Carlos Augusto da Silva Campos, sétimo ano. Lisboa, Companhia Tipográfica, 1886, p. 233 e 234.

²³ *O Conimbricense*, de 5.07.1884.

²⁴ *O Conimbricense*, de 1.07.1894.

²⁵ *O Defensor do Povo*, de 1.01.1894, p. 2.

<p>GRANDE ABATIMENTO DANTAS GUIMARÃES</p> <p>24, rua do Visconde da Luz, 30</p> <p>ACABA DE EFFECTUAR uma grande compra de pannos brancos, para 100, 120, e superiores 140 rs.; um saldo de cassas para vestido, a 150 rs. o metro; lindas alpacas de cér, de 200 reis para cima; e ditas pretas, de 300 rs. para cima.</p> <p>Continua a ter bom sortido de mantas pretas de blonde para senhora.</p>	<p>BARATEZA</p> <p>24 — Rua do Visconde da Luz — 30</p> <p>DANTAS GUIMARÃES</p> <p>21 NESTE estabelecimento, ha grande variedade de camisolas de meia para homem de 200 reis, para cima, ditas de lã, ceroulas, meias e prugas, lenços de pano fina ou pano cri de um só panno, coheriores de lã e de algodão desde 700 reis até alto preço, pannos brancos muito bons para camisa a 100 reis, fazendas de lã para fato de homem, ditas para vestidos, capotes e lenços de malha, lenços para bolço bons a 10 reis, e muitos outros artigos.</p>	<p>ATTENÇÃO</p> <p>DANTAS — Visconde da Luz</p> <p>16 A CABA de chegar a este estabelecimento grande porção de toalhas de linho e de algodão para mesa, de 2, 3, 4 e 5 metros de comprido, e guardanapos de diversas qualidades; e recebeu pannos de linho em todas as larguras.</p> <p>Também chegou lindo sortido de cacheiros e merinos pretos e de cér, com um metro de largo, desde 360 reis o metro, até alto preço; bem assim pannos brancos alretanados a 80, 90 e 100 reis, etc., etc., etc. Capas de malha de lã para seahora que para liquidar vende a 15200 e eram de 45500.</p>
<p>NOVIDADES DANTAS GUIMARÃES</p> <p>24 — Rua do Visconde da Luz — 30</p> <p>17 A CABA de chegar a este estabelecimento grande sortimento de fazendas, entre as quais as seguintes:</p> <p>Fazendas de lã para vestidos, armours e merinos pretos largos, desde 100 reis o metro para cima; sedas e failles pretos para vestidos; setins superiores, pretos e cérées para vestidos; setins de lã, lenços estreitos e largos, para lenços de mesa; saias e lenços para pacientes e famílias em todas as larguras; roupas; lindas chitas preces e satinetas para vestido; chales-mantas e quadrados de merino preto muito bons; ditas de casemita-mantas sevilhanas de seda pretas, para casheiros de senhora, desde 15200; lenços de seda brancos e mais cérées, o que ha de mais novidade; lenços de bolso de 20, 30, 40 e 50 reis; lindo sortido de flanelas e castorinas; um saldo de pannos de lã para casacos de 600 a 800 reis o metro; camisolas, meias e muitos outros artigos.</p>	<p>BOM E BARATO DANTAS GUIMARÃES</p> <p>Rua do Visconde da Luz — COIMBRA</p> <p>17 A ESTE estabelecimento acaba de chegar grande sortimento de flanelas e flanelas de lã para vestidos, sacos e capes de algodão para preços finíssimos; flanelas de lã brancas, ditas de algodão desde 20 reis o metro, lenços de toalhas para mesa em todas as larguras; toalhas do malho a para o rosto desde 120 reis; guardanapos desde 20 reis; coheriores de algodão para cama desde 600 reis; ditas de lã desde 16200 para cima em todas as qualidades e preços; variado sortido em lenços de malha de lã, lenços para bolço de 20 reis para cima; completo sortido de calcado para agasalho; camisolas de algodão para homem a 140 e mais preços; grande variedade de pannos brancos, crus e de linho para roupas, e muitos outros artigos por preços os mais limitados.</p>	<p>DANTAS GUIMARÃES</p> <p>24 Rua do Visconde da Luz 30</p> <p>6 A CABA de chegar a este estabelecimento novo sortido de pannos esguinhões bons, que vende a 100 e 120 rs. o metro; uma porção de chitas largas, para liquidar a 150 rs. o metro; boas alpacas e merinos pretos, etc., etc.; meias de algodão para senhora a 100.</p>

FIGURA 5 - Composição de anúncios da casa comercial

Dantas Guimarães ("O Conimbricense", de 1871 a 1891).



FIGURA 6 - Rua Visconde da Luz. Ao fundo, do lado esquerdo,

ficava a Casa Dantas Guimarães (foto do autor, 2024).

1.4.2. Vereador da Câmara Municipal de Coimbra (1886-87)

Dantas Guimarães foi vereador suplente da Câmara Municipal de Coimbra no mandato do Presidente João José Dantas Souto Rodrigues, de 22.05.1886 a 02.02.1887. O auto de posse, do qual se lavrou o “*Auto de juramento que o cidadão Antonio José Dantas Guimarães presta nas mãos do Presidente da Camara Doutor João José d'Antas Souto Rodrigues na qualidade de vereador suplente da mesma Camara*”, tem a data de 22 de Maio de 1886, e teve lugar na Sala de Sessões da Câmara Municipal de Coimbra²⁶.

Na Sessão ordinária de 20 de Maio de 1886, o presidente Souto Rodrigues começou por declarar que “*achando-se auctorizado pelo vereador Baptista Pombeiro a participar que não pôde assistir à presente sessão nem ás duas imediatas, por ter de sair de Coimbra, convidará o vereador suplente que presente se acha para tomar assento temporariamente em uma das cadeiras da vereação*”²⁷. O vereador suplente era António José Dantas Guimarães.

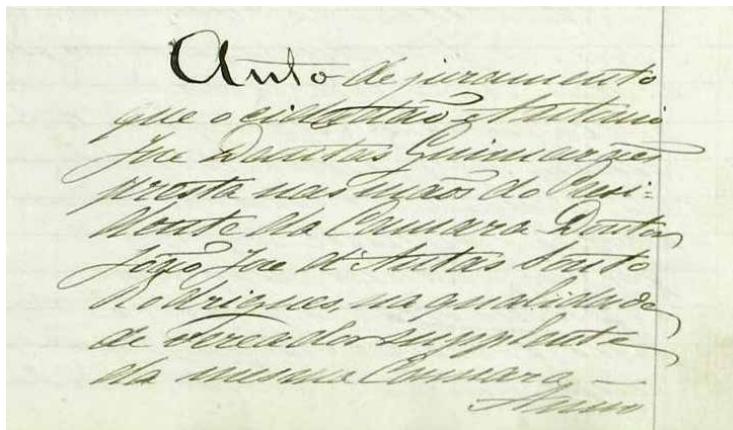


FIGURA 7 • Auto de juramento de António José Dantas Guimarães como vereador suplente (Arquivo Municipal de Coimbra).

Na sessão extraordinária de 22 de Maio de 1886, esteve presente o Governador Civil do Distrito, o Conselheiro Júlio Lourenço Pinto, que era convidado pelo presidente e “*viu-se estar a mesma camara composta dos vogaes effectivos Bacharel Joaquim José de Souza, Miguel Diaz Barata, Bento Alberto Pereira de Carvalho, Manoel Bento de Quadros e do suplente Antonio Jose Dantas Guimarães*”²⁸.

²⁶ Câmara Municipal de Coimbra / Arquivo Histórico, Livro de Termos e Autos 1883-1891, fl. 40-40v. – Auto de juramento, conferido pela Câmara Municipal de Coimbra, ao cidadão António José Dantas Guimarães, negociante de Coimbra.

²⁷ Câmara Municipal de Coimbra / Arquivo Histórico / Vereações / livro 100 – 12.03.1885 a 2.10.1886, fl. 155.

²⁸ Câmara Municipal de Coimbra / Arquivo Histórico / Vereações / livro 100 – 12.03.1885 a 2.10.1886, fl. 157v.

O presidente abriu a sessão às onze horas e meia da manhã, sendo lida e aprovada a acta da sessão anterior. Prestou juramento, na forma da lei, o vereador suplente António José Dantas Guimarães.

1.4.2.1. Dantas Guimarães – vereador efectivo (1893-1895)

Em Novembro de 1892, decorreram as eleições para a Câmara Municipal de Coimbra tendo sido eleita toda a lista governamental. Dantas Guimarães foi eleito como vereador efectivo²⁹. Na sessão ordinária de 5 de janeiro de 1893, foi apresentada, pelo Presidente, a proposta de distribuição dos pelouros, para o exercício de 1893 a 1895, cabendo ao vereador efectivo António José Dantas Guimarães, o pelouro dos Cemitérios³⁰.

Ao longo do seu mandato ressaltam, da leitura das actas das sessões da Câmara Municipal de Coimbra e de vários jornais locais, várias intervenções da sua parte, designadamente no Pelouro dos Cemitérios, de que a seguir se dá conta.

Na sessão ordinária de 20 de Abril de 1893, o vereador Dantas Guimarães retirou-se da sala da reunião onde foi lido um requerimento seu “*pedindo a aprovação d’um alçado para a construção d’uma casa e um muro ao cimo da rua Occidental de Mont’arroio, e o respectivo alinhamento*”³¹.

Na sessão de 31 de Agosto de 1893, de acordo com a acta “*Falou depois o vereador Dantas Guimarães na necessidade da breve canalização d’esgotos na rua Occidental de Mont’arroio e na existência de cortelhos de gado suíno, à Conchada, junto á estrada do cemitério, declarando a presidência que tomaria as precisas providencias*”³².

Na sessão de Câmara de 14 de Setembro de 1893, Dantas Guimarães apresentou proposta, que foi aprovada, para “*que se abrisse uma serventia no muro, lado norte do cemitério [da Conchada] para transportes de materiais para jazigos, e que dispendesse até à quantia de 100\$000 reis, para melhoramentos dos telhados da capella do cemitério*”³³.

De igual modo, na sessão de 26 de Outubro de 1893, a Câmara Municipal de Coimbra nomeou uma comissão composta pelo Presidente e pelos vereadores Miranda, Dantas Guimarães e João António da Cunha, para tratar dos assuntos

²⁹ *O Conimbricense*, de 8.11.1892.

³⁰ Câmara Municipal de Coimbra / Arquivo Histórico / Vereações / livro 104 – 04 de fevereiro de 1892 a 10 de agosto de 1893, fl. 130.

³¹ Câmara Municipal de Coimbra / Arquivo Histórico / Vereações / livro 104 – 04 de Fevereiro de 1892 a 10 de Agosto de 1893, fl. 183v.

³² Câmara Municipal de Coimbra / Arquivo Histórico / Vereações / livro 105, fl. 10.

³³ *O Defensor do Povo*, de 5.10.1893.

paroquiais, então a cargo da Câmara, e da organização de regulamentos para os cemitérios³⁴.

De acordo com o jornal “O Defensor do Povo”, de 07.11.1893, na sessão de 16 de Novembro de 1893, a Câmara deliberou nomear “*o Presidente e o Vereador Dantas Guimarães para depositários das chaves do cofre do Município*”.

Nessa qualidade, em 15 de Junho de 1895, compareceram, na tesouraria da Câmara Municipal de Coimbra, o vice-presidente da mesma Câmara, o bacharel Rúben Augusto

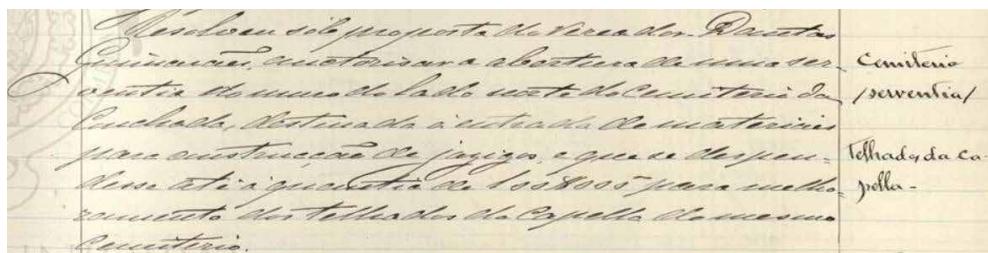


FIGURA 8 - Auto de juramento de António José Dantas Guimarães como vereador suplente (Arquivo Municipal de Coimbra).

de Almeida Araújo Pinto e o vereador efectivo António José Dantas de Guimarães, com o objectivo de assistirem à entrega da tesouraria ao tesoureiro privativo João de Sousa Bastos, designadamente a entrega de todos os valores em metal, notas e cédulas em circulação. A esta cerimónia estiveram presentes os vereadores Manuel Miranda e João da Fonseca Barata, bem como o administrador do concelho, o bacharel José Miranda e o guarda-livros do município, Francisco dos Santos Almeida³⁵.

No jornal “O Defensor do Povo” é dada particular ênfase à forma como decorreu o Dia de Finados de 1894, no Cemitério da Conchada, e é referido um elogio ao Vereador do Pelouro dos Cemitérios, do seguinte teor: “*Justos louvores merecem os que iniciaram esta comemoração fúnebre, em memoria dos que alli jazem, e nelles tem uma boa parte o sr. António José Dantas Guimarães que concorreu muitíssimo para o seu bom êxito*”³⁶. A propósito deste cemitério, é de referir que, na sessão de 1 de Agosto de 1895, a Câmara “*autorizou o vereador Dantas Guimarães a contractar a venda de alfazema e caniço criado no cemitério da Conchada*”³⁷.

³⁴ *O Defensor do Povo*, de 9.11.1893, e Câmara Municipal de Coimbra / Arquivo Histórico / Vereações / livro 104, fl. 34.

³⁵ Câmara Municipal de Coimbra / Arquivo Histórico / Termos e autos / Termo de entrega da tesouraria do concelho, ao tesoureiro João de Sousa Bastos, fl. 125v. – Cód. Ref.º PT/CMCBR-AH/AL/CFR/C-E/005/04/097.

³⁶ *O Defensor do Povo*, ano III, n.º 240, de 4.11.1894.

³⁷ Câmara Municipal de Coimbra / Arquivo Histórico / Vereações / livro 106, fl. 162v.

1.4.3. Companhias onde exerceu cargos ou foi accionista

- **Comissão Liquidatária da Companhia Edificadora e Industrial de Coimbra, S.A.R.L.**

Em 30.10.1881, foram vendidos, em leilão, diversos prédios pertença desta Companhia em que Dantas Guimarães fazia parte da Comissão Liquidatária³⁸.

Em 1882, na sua qualidade de tesoureiro da Comissão de Liquidação desta companhia, fez o rateio de 17% das acções da Companhia. Esta operação decorreu na casa de António José Dantas Guimarães, à Rua do Visconde da Luz³⁹.

Em 6 de Março de 1884, Dantas Guimarães ainda pertencia à Comissão Liquidatária da Companhia Edificadora e Industrial de Coimbra, uma sociedade anónima de responsabilidade limitada com sede em Coimbra⁴⁰.

- **Companhia de Utilidade Doméstica Conimbricense**

Em 18 de Abril de 1887, foi um dos fundadores da Companhia de Utilidade Doméstica Conimbricense, sociedade anónima de responsabilidade limitada, com sede em Coimbra, a qual foi constituída por escritura celebrada no dia 12 de Março de 1887. De acordo com os Estatutos, “*O seu fim é comprar para vender aos associados os géneros mais necessários á vida, e, quando lhe convenha, tambem ao publico*”. Na mesma escritura foi publicada a lista da administração para servir nos três anos seguintes, da qual fazia parte António José Dantas Guimarães, como director⁴¹.

Esta Companhia, como referido, foi fundada em 1887, depois de uma reunião havida em que participaram “*vários negociantes e proprietários, a fim de se organizar uma sociedade cooperativa por meio de acções, para fornecimento de carnes verdes ao publico e de futuro a todos os géneros necessários á vida*” . António José Dantas Guimarães foi um dos iniciadores desta sociedade e fez parte da Comissão Instaladora, tendo a Companhia um fundo social de 20:000\$000 reis. De acordo com o jornal “*O Conimbricense*”, de 29.05.1906, em que é feito um historial da Companhia, “*tendo tomado posse a respectiva direcção, foi*

³⁸ *O Conimbricense*, de 18.10.1881.

³⁹ *O Conimbricense*, de 21.02.1882.

⁴⁰ *Diário do Governo*, n.º 53, de 6.03.1884, p. 580.

⁴¹ *Diário do Governo*, n.º 85, de 19.04.1887, p. 872.

deliberado estabelecer imediatamente três talhos, o primeiro na rua da Sophia, o segundo na rua da Trindade e o terceiro na praça do Mercado, tendo se em vista, não aniquilar a industria de venda de carne em Coimbra, mas servir bem o público e por preço razoável. Os talhos estabelecidos por esta sociedade prestaram bons e valiosos serviços a Coimbra, não só fazendo descer o preço do género, que é um dos de primeiro consumo, mas também provocando o gosto pela limpeza, asseio e até elegância nesses estabelecimentos, no que não primavam muito os antigos talhos d'esta cidade; porém os seus directores quiseram ir além do que prescreviam os estatutos da sociedade e dos fins em vista ao fundal-a, e os resultados foram fataes, como logo se previu”.

Contudo, esta Companhia, em função duma má avaliação dos preços da carne, acabou por ter de fechar os seus talhos visto não poder competir com a concorrência.

- **Teatro Circo Conimbricense**

Em 25.11.1884, foi eleito, como tesoureiro, o sócio efectivo António José Dantas Guimarães, para a direcção do Teatro-Circo Conimbricense⁴². Refira-se que este teatro se situava na Avenida Sá da Bandeira e, nos tempos da Primeira República, passou a chamar-se Teatro Avenida.



FIGURA 9 • O antigo Teatro-Circo Conimbricense.

⁴² O Defensor do Povo, ano III, n.º 246, de 25.11.1894.

De acordo com Regina Anacleto “*O teatro, depois de inaugurado, a 20 de janeiro de 1892, com a atuação de uma «companhia equestre, gymnástica, acrobática, cómica e mímica, do Real Colyseo, de Lisboa, de que é director o sr. D. Henrique Diaz, permitiu que Coimbra passasse a ter uma casa de espectaculos em muito boas condições, e digna de uma terra civilizada*”⁴³.

Em Abril de 1892, procedeu-se à eleição para o cargo de directores desta empresa tendo sido eleitos o Dr. Vicente Rocha (presidente); António José Dantas Guimarães (tesoureiro) e António da Rocha Pereira Coimbra, José Correia dos Santos, Germano Augusto Pires e Manuel Ilídio dos Santos (vogais)⁴⁴.

- **Junta dos Repartidores da Contribuição Industrial**

De acordo com o jornal “*O Defensor do Povo*”, de 10.01.1895, Dantas Guimarães pertencia, em 1895, a esta Junta.

- **Elevador de Coimbra**

Em Outubro de 1895, de acordo com o jornal “*O Defensor do Povo*”, foi um dos subscritores de acções para a realização do elevador de Coimbra, com um valor entre os 10 e os 50\$000 réis⁴⁵.

Refira-se que, na sessão ordinária da Câmara Municipal de Coimbra, de 05.04.1894, foram aprovadas, por unanimidade, as condições para o estabelecimento de um elevador.

Trata-se, de acordo com a acta, de uma concessão ao “*Sr. Raul Mesnier de Ponsard e João Evangelista da Silva Saturnino, ou à Companhia para quem os mesmos trespassarem esta concessão, o estabelecimento d'um ascensor mecânico entre a rua de Ferreira Borges e o largo da Feira, com o seu cruzamento e estação de serviço para a zona média da cidade alta, no largo da Sé Velha, cujo sistema de ascensor será em plano inclinado funicular bis auto motor de roda dentada e cremalheira e de tracção ministrada por água*”⁴⁶.

⁴³ ANACLETO, Regina – Coimbra: Alargamento do espaço urbano no cotovelo dos séculos XIX e XX, *Belas Artes – Revista e Boletim*. Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa, 2013 a 2016, 3.ª Série, n.ºs 32 a 34, pp. 168.

⁴⁴ *O Alarme*, de 17.04.1892.

⁴⁵ *O Defensor do Povo*, de 10.10. Ano 1.º n.º 47, p. 2.

⁴⁶ Câmara Municipal de Coimbra / Arquivo Histórico / Vereações / livro 10, fl. 99 e 99v.

Segundo noticia o jornal “Resistência”, de 08.12.1895, Dantas Guimarães, bem como os Drs. Sousa Bastos, Costa Lobo, Alves Moreira e Augusto Barbosa, foram eleitos para a comissão revisora dos Estatutos da Companhia do Elevador⁴⁷.

Também a Gazeta dos Caminhos de Ferro refere que, a 6 de Dezembro de 1895, se realizou uma assembleia geral dos accionistas deste elevador e que o Dr. Sousa Bastos “*propos a nomeação de uma comissão que désse, em curto prazo, parecer sobre o referido projecto o que foi aprovado, sendo a comissão composta dos srs. Dr. Guilherme Moreira, dr. Costa Lobo, dr. Augusto Barbosa, dr. Sousa Bastos e Dantas Guimarães*”⁴⁸. Convirá referir que o elevador de Coimbra, apesar de todo o processo encetado, não chegou a ser construído.

- **Banco Comercial de Coimbra (accionista e membro do Conselho Fiscal)**

Em 1880, em reunião da assembleia geral do Banco Comercial de Coimbra para aprovação do relatório e contas de gerência e eleição para os diferentes cargos, Dantas Guimarães foi eleito na lista para o Conselho Fiscal⁴⁹.

Em 1899, a viúva, Dona Olívia da Conceição Dantas Guimarães esteve presente na assembleia geral extraordinária de 11.08.1899, do Banco Comercial de Coimbra, em liquidação, que reuniu no n.º 15, 1.º andar, da Rua Visconde da Luz estando presentes 33 accionistas e 16 por procuração. Foi dado a conhecer aos associados o modo como fora feita a liquidação⁵⁰.

- **Tribunal do Comércio de Coimbra (jurado, juiz-comissário)**

Em 17 de Maio de 1886, sendo jurado, Dantas Guimarães foi nomeado juiz comissário deste tribunal, por sentença do Tribunal do Comércio de Coimbra⁵¹.

Em 1894, foi eleito membro efectivo do júri, junto do Tribunal do Comércio, conforme eleição a que se procedeu no dia 31 de Dezembro na sala do respectivo tribunal⁵².

⁴⁷ Resistência, de 8.12.1895.

⁴⁸ Gazeta dos Caminhos de Ferro, n.º 1392, de 16.12.1945, p. 13.

⁴⁹ O Conimbricense, de 2.03.1880.

⁵⁰ O Conimbricense, de 13.08.1899.

⁵¹ O Conimbricense, de 18.05.1886

⁵² O Defensor do Povo, de 1.01.1894, p. 2.

- **Curador fiscal**

Em 1879, foi curador fiscal da massa falida da firma António Maria Cardoso, no sentido de identificar todos os credores certos e incertos do falido⁵³.

No dia 14 de Maio de 1882, estava anunciado que iria ser vendida uma propriedade sita no concelho de Soure, pertencente a José Nunes da Costa Soares. De acordo com a notícia “*O único encarregado da venda e que dá quaequer esclarecimento é o negociante António José Dantas Guimarães, residente na rua do Visconde da Luz, n.º 30, da cidade de Coimbra*”⁵⁴.

A assinatura é feita em caligrafia cír叟ica, com uma base horizontal. O nome “António José” é escrito em cima, com “António” e “José” unidos. “Dantas Guimarães” está escrito embaixo, com “Dantas” e “Guimarães” unidos. A assinatura é fluida e bem formada.

FIGURA 10 · Assinatura de António José Dantas Guimarães.

1.4.4. Pertença a outras instituições

1.4.4.1. De natureza religiosa:

- **Irmandade do Senhor dos Passos (tesoureiro)**

Em 1871, teve lugar a procissão dos Senhor dos Passos e em virtude de haver obras na Sé Nova, a procissão saiu da igreja de S. João de Almedina, recolhendo à igreja da Graça. A procissão foi organizada pela Irmandade do Senhor do Passos. Nesse ano serviu de escrivão o padre Inácio de Carvalho e Freitas Júnior, de procurador António José Lopes Guimarães e de tesoureiro António José Dantas Guimarães⁵⁵.

- **Confraria da Rainha Santa Isabel (mordomo e irmão)**

Nos anos de 1876, 1881 e 1882 foi mordomo da Confraria Rainha Santa Isabel.

Era irmão da Real Confraria da Rainha Santa Isabel de Coimbra e nessa condição aprovou e aceitou o “*Novo Compromisso da Real Confraria da Rainha Santa Isabel, Protectora de Coimbra, erecta na Egreja do Real Mosteiro de Santa*

⁵³ *O Conimbricense*, de 6.09.1979.

⁵⁴ *O Conimbricense*, de 21.04.1882.

⁵⁵ *O Conimbricense*, de 7.03.1871.

Clara da mesma cidade”, com data de 15 de Janeiro de 1891⁵⁶. Assinou a Representação da Real Confraria da Rainha Santa Isabel ao rei D. Carlos “*pedindo a concessão do edifício do mosteiro de Santa Clara de Coimbra e seus anexos, para a fundação de um recolhimento de senhoras honestas e bem educadas*”⁵⁷.

Como adiante se verá, outros familiares, designadamente a sua filha Olívia, virão a desempenhar um papel muito activo junto desta Confraria.

- **Mesário da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição – Festa de Nossa Senhora da Conceição (1885)**

Em 2 de Fevereiro, teve lugar, na igreja de S. Tiago, a festa de Nossa Senhora da Conceição. De acordo com a notícia “*Deve-se esta festividade ao zelo dos dignos mesários da irmandade de Nossa Senhora da Conceição, os srs. Francisco Maria de Sousa Nazareth, Manoel Gomes Leite, António José Dantas Guimarães e José António Cardoso*”⁵⁸.

- **Ordem Terceira da Penitência – definidor (1893)**

Em 1893, foi eleito o novo Definitório da Ordem Terceira da Penitência sendo Comissário o Padre Adriano dos Santos Pinto e ministro o Cónego Gaspar Alves Frias de Eça Ribeiro. António José Dantas Guimarães foi eleito para o lugar de 2.º Definidor⁵⁹.

- **Misericórdia de Coimbra**

Em 1881, a nova Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Coimbra ficou composta da seguinte forma: Provedor, Dr. Manuel de Jesus Lino; escrivão, Dr. José Freire de Sousa Pinto. António José Dantas Guimarães era um dos cinco elementos da 1.ª graduação⁶⁰.

⁵⁶ VASCONCELOS, António Garcia Ribeiro de (1894) – *Evolução do Culto de D. Isabel de Aragão – documentos – Estudo de investigação Histórica*, Coimbra, Imprensa da Universidade, p. 504.

⁵⁷ VASCONCELOS, *idem*, p. 515.

⁵⁸ *O Conimbricense*, de 3.02.1885.

⁵⁹ *O Conimbricense*, de 23.05.1893, p. 1.

⁶⁰ *O Conimbricense*, de 5.07.1881.

1.4.4.2. De natureza civil:

- **Associação Comercial de Coimbra – presidente**

Em 1890, quando decorriam eleições de deputados em todo o país, e quando o deputado pelo círculo de Coimbra, Emídio Navarro, deixava a gerência da pasta das obras, a Associação Comercial de Coimbra deliberou “*agradecer a solicita atenção que esta cidade lhe mereceu durante a sua permanência nos conselhos da corôa (...).* Entre as dezenas de subscritores figura o nome de António José Dantas Guimarães⁶¹.

Em Fevereiro de 1891, a Associação Comercial de Coimbra, reunida em Assembleia geral, deliberou enviar uma representação ao Parlamento protestando contra as novas medidas tributárias do Governo. Por proposta de Dantas Guimarães, foi deliberado “*que aos deputados por este círculo fosse comunicada esta iniciativa do commercio de Coimbra, enviando-se a cada um d'elles uma cópia da mesma representação*”⁶².

No dia 13 de Fevereiro de 1893, reuniu a Assembleia-geral da Associação Comercial de Coimbra. Procedeu-se à eleição para os cargos de presidente, primeiro secretário e vogal ficando a nova gerência constituída da seguinte forma:

Presidente – António José Dantas Guimarães; vice-presidente – José Fernandes Ferreira; 1.º secretário – Manuel Marinho Falcão. De acordo com a notícia “*Em a nova gerência ficou eleito vice-presidente o sr. José Fernandes Ferreira, que tinha prestado relevantes serviços como secretario da gerência cessante, e decreto há de continuar agora com o mesmo zelo e dedicação como até aqui. Da mesma forma temos a mais fundada esperança de que o novo presidente, o sr. António José Dantas Guimarães, e os seus colegas, se não pouparão a esforços a bem da classe, que dignamente representam*”⁶³.

Na sua qualidade de Presidente da Associação Comercial fez parte do grupo que lutou contra as novas leis tributárias e os actos do Governo, o que lhe valeu vários dissabores que culminaram com o pedido de demissão. Dessa polémica nos dão conta notícias várias da imprensa coimbrã, que se transcrevem:

⁶¹ *O Conimbricense*, de 8.02.1890.

⁶² *O Conimbricense*, 11.02.1893, p. 1.

⁶³ *O Conimbricense*, de 15.04.1893, p. 1.

“*Associação Commercial de Coimbra. Reuniu hoje, á 1 da tarde, a assembleia geral desta agremiação, presidindo o seu vice-presidente sr. José Fernandes Ferreira, servindo de secretários, os srs. Marinho Falcão e Martins d'Araujo.*

A reunião foi convocada em virtude de o Governador Civil proibir o comício a realizar no Teatro Circo que havia sido autorizado verbalmente.

*Em seguida foi lida na mesa um offício do sr. presidente, Antonio José Dantas Guimarães, pedindo a sua demissão. Propôz o sr. Antonio Francisco do Valle para que não se tomasse conhecimento deste offício neste momento em que os espíritos se achavam bastante exaltados pelos acontecimentos que se tem dado, e podia dar ocasião a apreciações talvez desagradáveis*⁶⁴.

Alguns dias mais tarde, o mesmo jornal informava os comerciantes e industriais de Coimbra das razões que levaram ao pedido de demissão do Presidente, como segue: “*É preciso que se diga os motivos que levaram o sr. Antonio José Dantas Guimarães a pedir a demissão de presidente da Associação Comercial, no próprio dia em que elle com os seus colegas da direcção tinha, por dever restricto, de sustentar o movimento contra as novas leis tributárias e contra os actos do governo.*”

Refira-se que após a morte do ex-presidente António José Dantas Guimarães, em Janeiro de 1898, a Associação Comercial de Coimbra, reunida em Assembleia-geral para eleição da Direcção, aprovou “*um voto de sentimento pelo falecimento do sr. António José Dantas Guimarães e que d'esse voto fosse dado conhecimento á família do falecido*”⁶⁵.

• **Associação Liberal de Coimbra**

Em 1894, António José Dantas Guimarães fez parte desta Associação, a qual apresentou uma proposta para promover um monumento à memória do grande estadista Joaquim António Dias de Aguiar, o qual deveria ser iniciado no dia 24 de Agosto desse ano, aniversário da Revolução de 1820. Esta Associação esteve ligada à Maçonaria. A proposta foi aprovada em 6 de Julho de 1894, numa assembleia-geral que teve lugar nos Paços Municipais⁶⁶.

De acordo com “*O Conimbricense*”, em Junho de 1883, partiu para o Porto uma comissão da Associação Liberal de Coimbra, a qual iria tomar parte nas

⁶⁴ *O Defensor do Povo*, de 25.02.1894.

⁶⁵ *Resistência*, de 30 de Janeiro de 1898, p. 3.

⁶⁶ *O Instituto*, Vol. XXXVI, 2.ª Série, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1888, p. 616.

manifestações liberais organizadas pela sua congénere portuense, a ter lugar no dia 9 de Julho. Dessa comissão faziam parte: o Dr. Bernardino Machado Guimarães, lente catedrático da Universidade de Coimbra e deputado da nação; António Clemente Pinto, negociante e director do Banco Comercial de Coimbra; António José Dantas Guimarães, negociante; António Lopes de Moraes, negociante; Bacharel Artur Eduardo Manso Preto, 2.º oficial do Governo Civil; Bacharel Augusto César da Cruz Ferreira, do Governo Civil; Dr. Francisco Adolfo Manso Preto, professor do liceu; Francisco de Almeida, fabricante e proprietário; e Miguel Braga, guarda-livros⁶⁷.

Em 1894, Dantas Guimarães fez parte da comissão da Associação Liberal de Coimbra que fez uma representação aos deputados da nação portuguesa a “*protestar contra a reclamação para o restabelecimento das ordens religiosas (...) publicada no Diário do Governo de 7 de Maio corrente, e solicitar da vossa superior ilustração e do vosso incontestável patriotismo que deis a essa estranha e ousadíssima pretensão o desenlace*



FIGURA 11 · Monumento a Joaquim António de Aguiar em Coimbra (postal ilustrado).

parlamentar que é urgente dar-lhe, afirmado mais uma vez que os poderes públicos e entendem necessária a conservação da legislação de 1834, decretada pelo imortal duque de Bragança e firmada pelo seu ilustre ministro Joaquim Antonio de Aguiar, que extinguiu as ordens religiosas e foi o mais poderoso elemento para a consolidação do governo liberal n'este paiz”⁶⁸.

⁶⁷ *O Conimbricense*, de 25.06.1883.

⁶⁸ *O Conimbricense*, de 17.05.1884.

1.4.5. Outros cargos exercidos

Em 1880, foi juiz comissário da massa falida da Companhia Comercial Vinícola da Bairrada, junto do Tribunal do Comércio⁶⁹. Em Dezembro de 1895, foi indigitado para fazer parte da comissão de recenseamento militar para o ano seguinte⁷⁰. Em Janeiro de 1896, foi indigitado como membro efectivo da Comissão de Recenseamento Eleitoral, em representação da comissão distrital⁷¹.

1.4.6. Dantas Guimarães: um proprietário rentista

Em 1894, de acordo com “O Conimbricense”, continuava em crescimento o Bairro Novo de Santa Cruz onde se haviam vendido diversos terrenos nos quais já se tinham construído diversos imóveis. Segundo a mesma notícia, “*tem terrenos, para em breve fazerem construir valiosos prédios, os srs. António José Dantas Guimarães, António Roxane, Pedro Ferreira Dias Bandeira e Augusto Bastos. A não serem as obras do bairro novo de Santa Cruz, decreto muito maior teria sido a crise operária*”⁷².

Esses prédios foram colocados em arrendamento e publicados anúncios em “O Conimbricense”, como segue:

“*Arrenda-se uma morada de casas sítas na rua dos Arcos do Jardim, n.ºs 45 de 47. Tem magníficas vistas para o bairro novo de Santa Cruz, e terraço com despejos e agua canalisada. Trata-se com Dantas Guimarães, rua de Visconde da Luz, n.º 24*”⁷³.

Foram, de igual modo, publicados diversos anúncios para arrendamento de prédios de sua propriedade, na Rua Oriental de Montarroi, n.º 79, 93, 115A, 119 e mais uma loja na mesma rua⁷⁴.

Dantas Guimarães tinha também investimentos imobiliários na Rua de Montarroi (Rua Oriental e Ocidental) procedendo ao arrendamento de alguns prédios. Transcreve-se o teor do anúncio, a saber:

“*Arrendam-se dois prédios de casas, sítas na rua Oriental de Mont'Arroio, n.º 81 a 83. Esta tem um lindo terraço contíguo. Arrenda-se outro, sito ao cimo da rua*

⁶⁹ <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=8191874> – visualizado em 2024.12.31.

⁷⁰ *O Defensor do Povo*, de 12.12.1895.

⁷¹ *O Defensor do Povo*, de 30.01.1896.

⁷² *O Conimbricense*, de 8.09.1894.

⁷³ *O Conimbricense*, de 16.10.1894.

⁷⁴ *O Conimbricense*, de 22.01.1898.

Occidental de Mont'Arroio e pintado de encarnado. Tem lindíssimas vistas, e um terraço ou mirante.

*Para tratar, com seu dono, Dantas Guimarães, rua do Visconde da Luz, n.º 24*⁷⁵.

Em 1897, deve ter concluído a construção de alguns prédios na zona de Montarrio destinados a arrendamento, como se infere dos anúncios colocados na imprensa, do seguinte teor. “*Casa para arrendar. Arrenda-se o prédio côn de rosa ao cimo da rua occidental de Mont'arroio, que tem magnificas vistas e com bastantes comodidades. Também se arrendam mais 2 predios na rua oriental de Mont'arroio, com os n.ºs. 92 e 117. Trata-se na rua do Visconde da Luz, 24, com Dantas Guimarães*⁷⁶”.

Em Setembro do mesmo ano, foi publicado outro anúncio onde é referida a intenção de arrendar a “*casa encarnada, alta, com magnificas vistas, ao cimo da rua Occidental de Mont'arroio, bem assim mais 2 casas sitas no mesmo bairro, rua Oriental, n.ºs 93 e 119 e também 2 lojas por preço barato na mesma rua*⁷⁷”.

1.4.7. Intervenção social

- **Representação a favor da construção de ramal do caminho de ferro**

Em 8 de Setembro de 1879, pertenceu a uma Comissão promotora de representação, dirigida ao Rei, a favor da variante do caminho de ferro da Beira Alta aquém do Bussaco, com estação terminal em Coimbra. António José Dantas Guimarães disponibilizou o seu estabelecimento para ter presente a representação onde o público podia mencionar a sua assinatura⁷⁸.

- **Representação contra a saída do Regimento de Infantaria de Coimbra para o Porto**

Em 1894, tendo corrido a notícia de que o Governo iria transferir o regimento de Infantaria n.º 23 de Coimbra para o Porto “*os cidadãos, 40 maiores contribuintes d'este concelho, tomaram a iniciativa de representar ao governo contra*

⁷⁵ *O Conimbricense*, de 14.05.1895.

⁷⁶ *O Conimbricense*, de 8.05.1897.

⁷⁷ *O Conimbricense*, de 21.10.1897. Refira-se que na 2.ª década do séc. XX, a maior parte dessas casas foram vendidas havendo vários anúncios na *Gazeta de Coimbra*.

⁷⁸ Suplemento ao n.º 3349 de *O Conimbricense*.

*semelhante projecto, que levado a efecto muito vinha prejudicar a cidade de Coimbra*⁷⁹.

A representação tem a data de 31 de Janeiro de 1894 e António José Dantas Guimarães é um dos subscritores fazendo parte da lista dos 40 maiores contribuintes do concelho.

- **Fiador no contrato de compra de terreno municipal para instalação de Praça de Touros**

Em 26.05.1890, foi celebrado o “Termo de arrendamento, firmado entre a Câmara Municipal de Coimbra e António Madeira, morador no largo da Sé Nova”, o qual tomou de arrendamento, pelo período de seis anos, o terreno que o município possuía junto ao Porto dos Lázarios, adquirido anteriormente para a edificação de um matadouro. António Madeira pretendia o referido terreno para nele construir uma praça de touros, sendo que o mesmo terreno mediria 3.943,89m², e foi arrendado pela quantia de cento e cinquenta mil reis anuais. O arrendamento terminaria no dia 15 de Maio de 1896. António Madeira apresentou como seu fiador e principal pagador António José Dantas Guimarães, negociante de Coimbra⁸⁰.

1.5. A morte precoce

Dantas Guimarães faleceu subitamente, aos 53 anos de idade, no dia 27 de Janeiro de 1898, pelas 10 horas da noite, quando fazia uma viagem ao Porto em visita à filha Olívia, em cuja casa, sita à Rua de São Paulo (Cedofeita), sucumbiu.

O jornal “Resistência”, na sua edição de 30 de Janeiro de 1898, deu notícia do funesto acontecimento que provocou grande consternação na cidade do Mondego. A notícia é a seguinte:

“No Porto, onde tinha ido de visita a sua filha e genro, faleceu dum ataque apoplético, antehontem, o sr. António José Dantas Guimarães, honrado negociante nesta praça. A morte do sr. Dantas Guimarães tem sido vivamente sentida por todo o comércio de Coimbra, que no falecido contava um dos seus membros mais considerados pela probidade nunca desmentida do seu carácter”.

⁷⁹ *O Conimbricense*, de 3.02.1894.

⁸⁰ Câmara Municipal de Coimbra / Arquivo Municipal de Coimbra / Livro de Termos e autos, 1883-1891 (B 17/28), fl. 171v. – Termo de arrendamento de terreno para uma praça de toiros junto ao posto dos Lázarios que faz António Madeira, desta cidade.

Na mesma edição, o mencionado periódico refere que a urna com os restos mortais do falecido havia chegado no comboio do meio-dia, tendo-se realizado, de seguida, o funeral, a que assistiu muita gente, como aliás era esperado, dada a simpatia geral de que gozava na cidade. Sobre o ataúde foram depositadas numerosas coroas de flores, por parte da família, dos membros da classe comercial e dos seus “activos empregados viajantes de Lisboa F.C. Ramos Certã, Antonio Marques Carolino Junior, Antonio Fonseca e José Rodrigues Martins”⁸¹. O elogio fúnebre, no cemitério da Conchada, foi feito pelo Dr. Luís Pereira da Costa, na sua qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Coimbra.

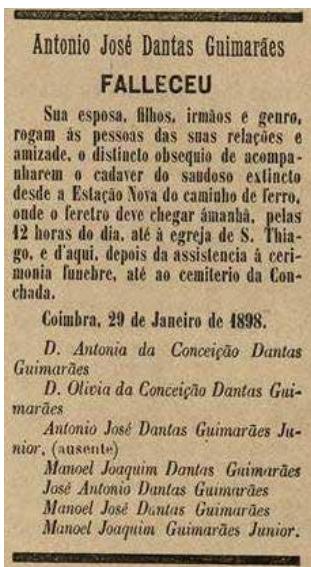


FIGURA 12 · O Conimbricense, de 29.01.1898.

O Conimbricense, de 30.01.1898, pela pena do seu redactor e proprietário, aliás amigo do defunto, deu a notícia do falecimento nos seguintes termos:

O nosso prezado amigo o sr. Antonio José Dantas Guimarães, abastado comerciante e proprietário d'esta cidade, tendo ido ao Porto, ali teve um ataque apoplético, de que infelizmente faleceu hontem ás 3 horas da tarde.

O sr. Dantas foi membro da camara municipal, presidente da Associação Commercial, fez parte igualmente da mesa da Santa Casa da Misericordia, da

⁸¹ Resistência, de 30.01.1898, p. 3.

*Ordem Terceira da Penitencia, do Senhor dos Passos, jury commercial, da compa-
nhia utilidade domestica, companhia edificadora, e também foi um dos primeiros
accionistas do Theatro-circo.*

*Sentimos muito o falecimento do sr. Dantas Guimarães e damos os mais sinceros
sentimentos a seu genro, o nosso amigo sr. Manoel Joaquim Guimarães Junior, do
Porto, a sua estremosa esposa, filhos e irmãos. O cadáver será conduzido ámanhã do
Porto para esta cidade, como se vê do respectivo convite, a fim de ser depositado no seu
jazigo de família.*

Também a imprensa de Guimarães, sua terra natal, deu notícia da morte do “*patrício e valioso correligionário snr. Antonio José Dantas Guimarães, acreditado e bemquisto ne-
gociante na praça de Coimbra onde era por todos muito estimado, e que accidentalmente se encontrava
n'aquella cidade em casa de seu genro o snr. Manoel Joaquim Guimarães Junior*”⁸².

Este periódico apresentou sentidas condolências à família enlutada e “*ao centro
regenerador de Coimbra de que o extinto era um dos membros mais dedicados*”.



FIGURA 13 • Participação do falecimento (O Comércio do Porto de 29.01.1898).

⁸² O Comércio de Guimarães, de 31.01.1898, p. 2.

No Porto, o jornal “O Comércio do Porto” deu a notícia de que “Falleceu hontem n'esta cidade, o snr. António José Dantas Guimarães, comerciante em Coimbra e que accidentalmente se encontrava no Porto em casa de seu genro e nosso amigo o snr. Manuel Joaquim Magalhães Junior, capitalista. O finado era muito estimado pelo seu caracter bondoso e predicados de coração. Áquelle cavalheiro e família significamos aqui o nosso pezame pelo deplorável acontecimento. Os resposos fúnebres celebrar-se-hão hoje, ás Ave-Marias, na igreja dos Terços do Carmo. O cadáver segue amanhã para Coimbra onde será dado á sepultura”⁸³.

Na sua edição do dia 30 de Janeiro, aquele periódico portuense dava notícia das cerimónias fúnebres, na igreja do Carmo, sendo a “assistência numerosa, vendo se no templo capitalistas industriais e comerciantes desta praça [do Porto]. (...) A decoração do templo, que era luxuosa, pertencia á antiga casa Vívua Lisboa”.

Na coluna “Notícias de Coimbra”, a edição deste mesmo dia do referido jornal portuense faz referência ao saudoso extinto, como segue:

“Há sentimento geral pela morte do respeitável comerciante snr. Dantas Guimarães, antigo vereador e presidente da Associação Commercial. O funeral, que se realiza amanhã, será uma eloquente homenagem publica á memoria do saudoso extinto. Como manifestação de luto o commercio d'esta cidade fechará os estabelecimentos durante o sahimento”⁸⁴.

A Associação Comercial de Coimbra, da qual havia sido presidente, aprovou “um voto de sentimento pelo falecimento do sr. Antonio José Dantas Guimarães e que d'esse voto fosse dado conhecimento á família do falecido”⁸⁵.

O jornal O Conimbricense, de 1.02.1898 deu uma exaustiva notícia sobre o fúnesto acontecimento, o qual, pela sua importância aqui se transcreve na íntegra.

“Antonio José D'Antas Guimarães.

O funeral do nosso prezado e saudoso amigo o sr. Antonio José Dantas Guimarães, honrado negociante d'esta cidade, fez-se com tal imponênciam e foi tão extraordinariamente concorrido, que poucos se têm presenciado assim nesta cidade.

O sr. dr. Luiz Pereira da Costa, presidente da camara municipal, num breve discurso que proferiu no cemitério, descreveu as qualidades que recomendavam o extinto.

Foi um homem de bem, disse ele, que não trabalhou só para si, não recusando o seu prestimo a ninguém.

⁸³ O Comércio do Porto, de 29.01.1898, pp. 1-2.

⁸⁴ O Comércio do Porto, de 30.01.1898, p. 3.

⁸⁵ Resistência, de 3.02.1898, p. 3.

Mal diria o sr. Dantas que, sem ter ainda completado 54 anos de idade e parecendo gozar uma saúde deliciosa, havia de levar-nos a deanteira, nós que há tantos annos vivemos mortificados por doenças graves e crueis.

O cadáver veio do Porto em camara ardente, chegando á estação do caminho de ferro das Ameias, no comboio do meio dia de domingo.

Foi acompanhado pelo irmão do finado, o sr. José Antonio Dantas Guimarães, negociante em Fafe, e por outras pessoas da família Dantas.

Organisado o cortejo, tomaram as fitas os srs. Antonio Francisco do Valle, Francisco Vieira de Carvalho, Francisco Maria de Sousa Nazareth, João Lopes de Moraes Silvano Manoel José da Costa Soares, Manoel José Vieira Braga, José António Lucas e Basilio Augusto Xavier d'Andrade.

O cortejo acompanhado pela filarmónica Boa-União, seguiu pelo caes, rua do Sargento Mór e Praça do Commercio, entre duas grandes alas de povo.

Á chegada á egreja de S. Tiago organizou-se outra turma composta dos srs. Drs. Bernardino Machado, Luiz Pereira da Costa, Manoel de Jesus Lino, Souto Rodrigues, Julio Sacadura, Porphirio Antonio da Silva e Miguel Bacellar, coronel de infantaria 23.

Na egreja, armada de preto e com uma grande eça, foram celebrados officios fúnebres, com Libera-me, a grande instrumental, sendo depois conduzido o férretro ao carro, tomando as fitas os srs. Arcediago José Simões Dias e bacharéis Ayres de Campos, Pedro Ferrão, Ruben d'Almeida, Sousa Bastos, Joaquim Gaspar de Mattos, Agostinho d'Andrade e Manoel Joaquim Teixeira.

O carro funebre coberto de crepes e tirado a 3 parelhas, conduzia o férretro com 12 corôas, algumas de grande valor.

Acompanham-o 34 trens com indivíduos de todas as classes.

Pelas ruas era enorme a concorrência, vendo-se muitos estabelecimentos fechados.

Chegados ao cemitério organizou-se a quarta turma composta dos srs. Coronel Francisco Antonio d'Aguiar, bacharel José Miranda, Abrahão Cohen, Adelino Vieira, João da Fonseca Barata, João Antonio da Cunha, Bernardo Antonio da Cunha, Bernardo Antonio d'Oliveira e José Antonio Dias Pereira.

Como dissemos, fez uma breve alocução o digno presidente da camara, sr. dr. Luiz Pereira da Costa. E assim foi prestada respeitosa homenagem ao considerado e antigo membro da classe commercial de Coimbra, que deixou de existir.

Sentimos que o nosso grave estado de saúde nos privasse absolutamente de tomar parte nesta justa e merecida manifestação á memoria do nosso saudoso amigo Dantas Guimarães. Eis a relação das corôas que foram depostas sobre o seu ataúde:

*De violetas e chrysanthemos, com crepe e largas fitas pretas, franjadas a ouro –
Pae querido aceita o ultimo adeus de teus filhos Olivia e Necas.*

De violetas de Parma, lagrimas e malmequeres, com largas fitas preta e roxa, franjadas a ouro – Lagrimas de saudade – De seu filho Manoel.

De violetas roxas e brancas e bellas manhãs, com crepe, e largas fitas preta e roxa, franjadas a ouro – Ao meu nunca esquecido irmão – Sentidas lagrimas de Manoel José Dantas Guimarães.

De violetas, rosas e baunilha, com fitas preta e roxa – Os empregados viajantes de Lisboa, F. C. Ramos Sertã, Antonio Marques C. Junior, Antonio Fonseca e José Rodrigues Martins – Como prova de gratidão ao nosso particular amigo Antonio José Dantas Guimarães – 29-1-98.

*De violetas, lilaz e rosas chá, com laços de crepe e largas fitas branca e preta, franjadas a ouro – Ao nosso nunca esquecido irmão – José António Dantas Guimarães e esposa.
De violetas, folhagem, chrysanthemos, amores perfeitos e lilaz, com largas fitas roxas, franjadas a ouro – Ao meu compadre e amigo Antonio José Dantas Guimarães – 27-1-98 – Último adeus de Alberto Carlos de Moura e família.*

De violetas, bellas manhãs e miosotes brancos, com laço de lilaz e largas fitas roxa e preta, franjadas a ouro – Ao seu amigo – O ultimo adeus de João da Silva Guimarães.

De violetas e lilaz, com fita preta e azul claro – Adolpho dos Santos e Antonio Francisco da Silva – Offerecem ao seu chorado chefe – 29-1-98.

De violetas de Parma e rosas, com largas fitas roxa e branca, franjadas a ouro – Ao seu muito amigo Antonio José Dantas Guimarães – Saudade eterna de Manoel A. Rodrigues e sua esposa – 27-1-98.

Joaquim Martins de Carvalho (redactor e editor)”.

António José Dantas Guimarães foi sepultado no cemitério da Conchada⁸⁶. Na descrição com o n.º de ordem 7204 é possível registar os seguintes elementos:

Jazigos: N.º de enterramento: 713; N.º do leirão: 2; N.º do jazigo: 19/20; Nome do finado: António José Dantas Guimarães; Filiação: João Dantas e Maria de Oliveira Dantas; Naturalidade: Concelho: Guimarães; Freguesia: Guimarães; Idade: 53 anos; estado civil: casado; Profissão: negociante; Moléstia de que morreu: hemorragia cerebral; Data do falecimento: Ano: 1898; Mês: Janeiro; Dia: 27; Local do falecimento: Porto (Cedofeita); Rua ou lugar: Rua de S. Paulo, 91; Data do en-

⁸⁶ Câmara Municipal de Coimbra / Arquivo Histórico Digital / Livro n.º 1 para os assentamentos dos jazigos e monumentos funerários no Cemitério da Conchada / Registos de Enterramento, 1855-1924. Ano de 1898 / Mapa dos Enterramentos feitos durante o mês de Janeiro de 1898.

terramento: 1898; Janeiro; 30: Hora: 3 da tarde; Nota explicativa: trasladado do Porto para jazigo neste cemitério.

Refira-se que a Mesa da Real Confraria da Rainha Santa Isabel mandou celebrar, no dia 14 de Fevereiro, “*missa no altar da Rainha Santa, na sua egreja em Santa Clara, sufragando a alma do seu irmão confrade Antonio Jose Dantas Guimarães; e por este meio é convidada a familia do finado e irmãos d'esta Real Confraria, a assistirem a este acto religioso*”⁸⁷.

1.5.1. O testamento de António José Dantas Guimarães

Como já foi acima referido, Dantas Guimarães fez testamento cerrado, em 1878, no ano em que casou e quando a esposa estava grávida do terceiro filho. É um documento extremamente simples, cujo objectivo parece ser o de acautelar todos os direitos dos filhos nascidos antes do casamento, António e Olívia. O resto das cláusulas testamentárias diz respeito ao seu funeral e às missas a rezar por intenção própria e dos seus pais, e esmolas a dar. Contudo, há neste documento uma questão nova: a existência de uma escritura antenupcial, pelo facto de o casamento ser em regime de separação de bens. Por via disso, no testamento, o marido instituiu que a esposa ficasse com o usufruto de todos os bens, a partir da morte do mesmo. Mais institui que, após a morte desta, o usufruto fosse incorporado no seu património para partilha pelos filhos legitimados e legítimos.

O texto do registo de testamento cerrado é o seguinte:

Eu Antonio José Dantas Guimarães, casado, negociante matriculado, natural de Guimarães e residente n'esta cidade de Coimbra, achando-me em meu perfeito juízo e livre de toda e qualquer coacção, resolvi fazer este testamento e disposição da minha ultima vontade pela forma que se segue: – Declaro que sou casado, por escriptura de separação de bens, com Antonia da Conceição, residente n'esta cidade; e que por este matrimonio legitimámos os seguintes filhos, Antonio e Olívia, que tivemos antes d'elle, os quaes, assim como quaisquer outros filhos que d'este matrimonio houveram, e que existirem ao tempo da minha morte, instituo herdeiros de todos meus bens mobiliários e imobiliários com a limitação seguinte: deixo a minha mulher Antonia da Conceição o uso fruto da terça de todos os meus bens que ella comecerá a gozar desde o dia do meu falecimento, o qual uso fruto depois da morte d'ella, irá incorporar-se na propriedade dos mesmos bens que, como acima declaro, deixo a meus filhos legitimados e legítimos. – Em quanto ao meu funeral quero que seja feito segundo o costume e sem pompa. Os meus herdeiros

⁸⁷ O Conimbricense, de 12.02.1898.

mandarão dizer seis missas por alma de meu pae, outras seis por alma de minha mãe, e doze por minha alma, todas de esmola ordinária e serão ditas no prazo de um anno a contar do meu falecimento; e nomeio para meu testamenteiro o bacharel illustrissimo Senhor Francisco Ferreira Camões advogado n'esta cidade de Coimbra, e na sua falta o illustrissimo senhor Manuel Joaquim Guimarães, negociante, residente na cidade do Porto. E desta forma tenho concluído o meu testamento que é a disposição da minha ultima vontade com o qual revogo qualquer outro anterior a este que é por mim escripto e assignado e rubricado n'esta folha em que é feito. Coimbra, trinta e um de julho de mil oitocentos e setenta e oito. António José Dantas Guimarães”⁸⁸.

1.5.2. O jazigo da família Dantas Guimarães

O saudoso extinto foi sepultado no cemitério da Conchada, em Coimbra, em jazigo de família (jazigo 18/20, talhão 2).

O Prof. Francisco Queiroz, um dos maiores estudiosos e especialistas nacionais em arte e arquitectura cemiterial, considera que esta capela é “*uma das mais interessantes e tipicamente coimbrã quer na parte de cantaria, quer no portão*”.



FIGURA 14 • Cemitério da Conchada (Coimbra) – capela funerária da família Dantas Guimarães (Foto de Francisco Queiroz).

⁸⁸ Arquivo da Universidade de Coimbra / Provedoria de Coimbra / Testamentos, T115- 1897-1899, fl. 43v. (PT/AUC/ACD/PROVCBR/014/0115).

Ainda a propósito desta capela funerária refere:

“(...) a capela é em pedra lioz, e foi certamente executada numa oficina de Coimbra, por volta de 1885-1895, e o portão é do serralheiro J. M. Cabral, também de Coimbra (com oficina na Rua Direita). O tema principal, esculpido na fachada, é o de duas carpideiras, vestidas à maneira clássica, que choram debruçadas sobre uma urna cinerária, posicionada sobre um pedestal (tema de inspiração na Antiguidade Clássica e relativamente comum nos cemitérios românticos, sobretudo em monumentos mais antigos, o que não é bem o caso deste)”⁸⁹.



FIGURA 15 - Cemitério da Conchada (Coimbra) – capela funerária da família Dantas Guimarães
(Foto de Francisco Queiroz).

A 19 de fevereiro de 1898 foi publicado no jornal “O Conimbricense” o agradecimento da família dirigido a todos os que acompanharam as cerimónias, desde a estação do caminho de ferro, aos que assistiram aos resposos na igreja de São Tiago e que prestaram a última homenagem no cemitério da Conchada. O agradecimento é extensivo às lojas comerciais da cidade, segundo a notícia que se reproduz, do seguinte teor: “*Não podem também deixar de se tornarem reconhecidos ao commercio em geral pela bizarra e leal homenagem que prestou ao falecido, encerrando os seus estabelecimentos*”. O agradecimento é assinado por Antónia da Conceição Dantas Guimarães (esposa), Olívia da Conceição

⁸⁹ <https://geneall.net/forum/156509/cemiterio.da-conchada-coimbra/> – visualizado em 31.12.2024.

Dantas Guimarães (filha), António José Dantas Guimarães (filho – ausente), Manuel Joaquim Dantas Guimarães (filho), Manuel Joaquim Guimarães Júnior (neto), José António Dantas Guimarães (irmão) e Manuel José Dantas Guimarães (irmão).

2. O processo de partilha: o filho ausente

Ao longo da investigação poucas foram as notícias referentes ao filho mais velho do casal, de nome António José Dantas Guimarães, nascido em 1871. Muito provavelmente abandonou Coimbra e ter-se-á desligado da família, que não sabia do seu paradeiro.

Posteriormente, encontrámos, inserta no *Diário do Governo*, uma citação judicial da Comarca de Leiria, a propósito do processo de inventário por morte do pai, a qual vem confirmar as dúvidas suscitadas ao longo da investigação⁹⁰.

O texto da referida citação judicial é do seguinte teor:

“Pelo juízo de direito de Coimbra, e cartório do primeiro officio, escrivão Camillo, corre um inventario por falecimento de Antonio José Dantas Guimarães, morador que foi, n'aquelle cidade, e em que é inventariante a sua viúva D. Antónia da Conceição Dantas Guimarães, também ali moradora; e correm éditos de sessenta dias, a contar da segunda publicação d'este no Diário do Governo, citando o interessado maior Antonio José Dantas Guimarães, solteiro, filho do inventariado, ausente em parte incerta, e bem assim quaisquer credores e legatários incertos e desconhecidos, para dentro d'aquelle prazo se fazerem representar no dito juízo, a fim de assistirem aos termos do referido inventario”.

2.1. A viúva

Dona Antónia da Conceição Dantas Guimarães faleceu, de nefrite crónica, aos 68 anos de idade, em 23 de Fevereiro de 1915. No Obituário da *Gazeta de Coimbra* vem registado o informe que se transcreve. “*Faleceu ontem, após longa enfermidade, a sr.^a D. Antónia da Conceição Dantas Guimarães, viúva do antigo e considerado negociante desta praça, sr. Antonio José Dantas Guimarães. O funeral realiza-se hoje às 15 horas, sendo a encomendação do cadáver feita na igreja de S. Bartolomeu. Sentidos pezames a toda a família da extinta*”⁹¹.

⁹⁰ *Diário do Governo*, n.º 62, de 21.03.1898, p. 753.

⁹¹ *Gazeta de Coimbra*, Ano IV, n.º 374, de 24.02.1915, p. 3.

3. Os sucessores de António José Dantas Guimarães

O casal deixou três filhos, António, Manuel Joaquim e Olívia⁹², de cujas histórias de vida se fará uma breve descrição.

3.1. António José Dantas Guimarães Júnior

Entre a última década do século XIX e a primeira década do século XX, não foram encontradas, na imprensa conimbricense, referências documentais acerca do filho primogénito de António José Dantas Guimarães que adoptou o nome de António José Dantas Guimarães Júnior e que estaria em parte incerta.

As referências seguintes surgirão anos depois, através do registo do seu casamento. Com efeito, António José Dantas Guimarães Júnior casou, na igreja de Santa Cruz de Coimbra, com Dona Clara Dias Simões do Carvalho, aos 17 de Janeiro de 1907, ele de 35 anos, solteiro, negociante, natural de São Bartolomeu; ela de 27 anos, solteira, doméstica, natural de Santa Cruz (Coimbra). A noiva era filha legítima de Cipriano Dias da Conceição, natural de Avelãs de Cima (Anadia) e de Leonor de Jesus Simões de Carvalho, natural da freguesia da Sé Nova de Coimbra⁹³.

A análise do registo de casamento permitiu perceber que esta relação já durava há alguns anos, visto que os nubentes reconheceram, na cerimónia, por sua verdadeira e legítima filha para todos os efeitos legais, a Antónia que nasceu em Santa Cruz. Em face disso poderemos dizer que, em 1904, António José residia em Coimbra, na Rua de Montarroi, numa das casas que terá herdado dos pais, vivendo em comunhão de facto com Dona Clara Dias Simões de Carvalho.

3.1.1. A filha Antónia

A filha Antónia, nasceu em 25 de Junho de 1904 e foi baptizada na igreja de Santa Cruz sendo padrinhos António Rodrigues Barroco, solteiro, negociante, residente no Rio de Janeiro, representado por seu procurador José de Almeida Marques, solteiro, negociante, residente no Rio de Janeiro e Romana Júlia Simões de Carvalho, moradora na freguesia de S. Bartolomeu⁹⁴.

⁹² Foi alterada, propositadamente, a ordem sequencial dos filhos, em virtude de Olívia ser a única que deixou descendência e, por essa razão, entendemos curial apresentá-la em último lugar.

⁹³ Arquivo da Universidade de Coimbra / Coimbra / Freguesia de Santa Cruz / Registo de Casamentos do ano de 1907; registo n.º 3, fls. 2, 2v e 3.

⁹⁴ Arquivo da Universidade de Coimbra / Coimbra / Freguesia de Santa Cruz / Registo de Baptismos do ano de 1904; registo n.º 144, fls. 56-56v.

Em 1912, Antónia Dantas Guimarães frequentava a Casa de Educação e Ensino onde, a 2 de Agosto, participou numa exposição de trabalhos dos alunos⁹⁵.

Em Fevereiro de 1915, à data do falecimento da mãe, o filho mais velho, António José, não se encontrava em Coimbra. De acordo com a *Gazeta de Coimbra* que, na sua edição de 27.02.1915, publica a participação da missa de 7.º dia, António José Dantas Guimarães é considerado ausente. O anúncio é publicado em nome de Olívia da Conceição Dantas Guimarães (filha), Manuel Joaquim Dantas Guimarães (filho), Manuel Olívia Dantas Guimarães (neto), Manuel Joaquim Guimarães Júnior (genro), José António Dantas Guimarães (cunhado) e Manuel José Dantas Guimarães (cunhado).

Da rubrica do obituário desta edição de 27.02.1915 respigámos algumas notas sobre o funeral que esteve a cargo da agência da Viúva de António Maria Pinto, designadamente que as cerimónias fúnebres tiveram lugar na igreja de S. Bartolomeu “*depois dos quais seguiu para o cemitério com um numeroso acompanhamento de trens*”. A informação mais preciosa é a de que a extinta é “*mãe do nosso amigo sr. António José Dantas Guimarães, que actualmente reside em África, e a quem acompanhamos na sua dôr*”⁹⁶.

De acordo com a “*Gazeta de Coimbra*”, em 1915, encontrava-se doente e acomada “*a srª D. Clara Dantas Guimarães, dedicada esposa do nosso patrício sr. António José Dantas Guimarães que se encontra em África*”⁹⁷.

O regresso de António José a Coimbra, vindo de África, tem lugar em Maio de 1916, de acordo com a “*Gazeta de Coimbra*”, de 6 de Maio.

A vida do casal conheceu tempos atribulados. Assim, por sentença de 19 de Janeiro de 1918 que transitou em julgado, foi autorizado o divórcio entre os cônjuges António José Dantas Guimarães e Dona Clara Dias de Carvalho Guimarães com o fundamento declarado no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto de 3 de Novembro de 1910 (adultério da mulher)⁹⁸.

Em 1919, no Tribunal da Relação de Coimbra, corria o processo movido por Dona Clara Dias de Carvalho Guimarães, proprietária contra António José Dantas Guimarães, agricultor, residente em Coimbra⁹⁹.

⁹⁵ *Gazeta de Coimbra*, de 3.08.1912.

⁹⁶ *Gazeta de Coimbra*, de 27.02.1915, p. 3.

⁹⁷ *Gazeta de Coimbra*, de 4.12.1915.

⁹⁸ *Gazeta de Coimbra*, de 28.02.1919.

⁹⁹ *Gazeta de Coimbra*, de 1.04.1919, p. 1.

3.1.2. A morte de Antónia

A filha, Dona Antónia Dantas Guimarães faleceu, aos 26 anos de idade, em Fevereiro de 1929. De acordo com a Gazeta de Coimbra “*Possuia uma educação esmerada e dotada de formosura invulgar reunindo ainda as mais belas qualidades de coração. Por tudo isto a sua morte não feriu só a família, mas ainda as pessoas que conheciam a infeliz senhora, e com ela privaram*”¹⁰⁰.

3.2. Manuel Joaquim Dantas Guimarães e o futuro da Casa Dantas

Manuel estudou no Colégio de S. Pedro, situado na Rua de Montarroi, n.º 53¹⁰¹. Quando o pai faleceu tinha 17 anos e, dada a ausência do irmão António, e a morte prematura do irmão António Augusto, mais preparado para o negócio, deve ter assumido a gestão da casa comercial Dantas Guimarães, em nome da mãe.

De acordo com o jornal “O Conimbricense”, de 8 de Junho de 1901, em 16 de Maio do mesmo ano foi fundada nova firma comercial, por escritura lavrada no notário Dr. Eduardo Augusto Vieira. Por esta escritura, o filho mais novo do fundador, Manuel Joaquim “*assumiu a responsabilidade de todo o activo e passivo da casa que nesta praça girava sob a firma António José Dantas Guimarães*”. A partir daquela data, a firma tomou o nome de António José Dantas Guimarães, sucessor¹⁰². O Almanaque da República de 1913 (a págs. 145-146), no capítulo das Fazendas Brancas, dá conta da existência da firma António José Dantas Guimarães Sucessor, com sede na Rua Visconde da Luz¹⁰³.

Seria um homem discreto, solteiro até muito tarde e deve ter dispensado muito do seu saber à gestão da loja. Contudo, sempre foi um homem solidário com quem mais precisava.

Em 1918, a Casa comercial António José Dantas Guimarães, Sucessor, contribuiu com 26 metros de cassa e riscado e 9 lençóis para a Sopa dos Pobres, uma instituição benficiante coimbrã que, com a ajuda das casas comerciais, onde colocava mealheiros e recolhia donativos vários, ajudava os pobres do concelho. De entre os seus actos beneméritos destaca-se a distribuição de fatos às crianças¹⁰⁴.

¹⁰⁰ Gazeta de Coimbra, de 26.02.1929.

¹⁰¹ O Conimbricense, de 3.08.1894.

¹⁰² O Conimbricense, de 8.06.1901.

¹⁰³ Como curiosidade, refira-se que em Janeiro de 1912 foi furtada uma peça de pano estabelecimento do sr. José Dantas Guimarães sucessor, por parte de Otávio Rodrigues, o qual a vendeu a Maria Delfina, residente em Montarroi, pelo valor de \$8000 réis. O ladrão foi preso. Cf. Gazeta de Coimbra, de 6.01.1912. Cf. Almanach da República, de 1913, 1.º ano, Edição do jornal O Reclamo, p. 145-146.

¹⁰⁴ Gazeta de Coimbra, de 11.01.1919.

Em 1920, Manuel Joaquim Dantas Guimarães, contribui com 5\$00 para os Bombeiros Voluntários, destinados à aquisição de material de incêndios¹⁰⁵.

Pouco depois, em 1921, foi nomeado presidente da Comissão Administrativa do Asilo da Mendicidade de Coimbra, substituindo António Bernardo de Freitas¹⁰⁶.

3.2.1. A gestão da Casa comercial Dantas Guimarães

Em Junho de 1921, a firma Dantas Guimarães Sucessor mandou publicar um anúncio que informava a pretensão de fazer o trespasso do seu estabelecimento, do seguinte teor: “*Trespasse de estabelecimento. Otimo negocio. Trespassam-se, juntos ou separados, dois magníficos estabelecimentos na Rua Visconde da Luz; são ligados interiormente e tem um, de fundo, 16 m por 5,5m de frente e o outro respetivamente 8m e 8m e tendo, este ultimo, casa de habitação composta de 4 andares. Trespassam-se com ou sem fazendas. Dirigir propostas em carta fechada até ao próximo dia 25, a Dantas Guimarães, Rua Visconde da Luz, n.º 22 a 32*”¹⁰⁷.

Segundo notícia divulgada pela Gazeta de Coimbra, a firma Dantas Guimarães Sucessor “*acaba de trespassar o seu estabelecimento ao sr. José Godinho, comerciante da mesma rua, que deu pela chave a importância de 36.000\$00*”¹⁰⁸.

3.2.1.1. Uma nova sociedade num novo espaço

Feito o trespasso da loja comercial foi idealizada uma nova sociedade com outros membros da família, no mesmo ramo do negócio, contudo mais dedicado a vendas para o exterior. Assim, em Setembro de 1922, por escritura lavrada no notário Dr. Diamantino Calisto foi constituída uma sociedade comercial por quotas, sob a firma Dantas Guimarães, L.da destinada à “*exploração do comércio de comissões, consignações e conta própria e neste ultimo ramo, mais especialmente, do de panos e atoalhados, em linho e algodão, por atacado, achando-se a sede instalada na rua Visconde da Luz, 22 -I*”¹⁰⁹. A nova sociedade era constituída pelos sócios Manuel Joaquim Dantas Guimarães, Manuel Joaquim Guimarães Júnior, Manuel José Dantas Guimarães e Porfirio Simões Monteiro, pessoas que, nos meios comerciais de Coimbra e Porto, gozavam de grande prestígio¹⁰⁹. O capital social era de 52 mil escudos e as quotas eram do seguinte montante: Manuel Joaquim Dantas Guimarães (20 mil escudos); Manuel Joaquim Guimarães Júnior (20 mil escudos); Manuel José Dantas Guimarães (7 mil escudos) e Porfirio

¹⁰⁵ *Gazeta de Coimbra*, de 26 de Agosto de 1920.

¹⁰⁶ *Gazeta de Coimbra*, de 4.01.1921.

¹⁰⁷ *Gazeta de Coimbra*, de 11.06.1921.

¹⁰⁸ *Gazeta de Coimbra*, de 26.01.1922.

¹⁰⁹ *Gazeta de Coimbra*, de 16.09.1922.

Simões Monteiro (5 mil escudos). A sede da sociedade seria no 1.º andar da casa que estava arrendada ao Dr. Manuel Correia de Melo, pelo que o sócio Manuel Joaquim Dantas Guimarães teria a obrigação de a passar para a sociedade. O sócio maioritário tinha direito de opção no caso de venda de quotas de outro sócio¹¹⁰.

A nova sociedade não deve ter correspondido às expectativas dos sócios pelo que, ao fim de pouco mais de três anos, foi convocada uma Assembleia-geral extraordinária, para 30 de Junho, no sentido de deliberar sobre a venda ou dissolução e liquidação da sociedade¹¹¹. De facto, os sócios optaram pela dissolução da sociedade: E assim, no dia 30 de Junho de 1926, “*de acordo entre os respectivos sócios, foi dissolvida aquela sociedade por quotas de responsabilidade limitada, com sede e estabelecimento nesta cidade, Rua Visconde da Luz, n.º 22-1º, ficando em liquidação pelo prazo de 3 meses e liquidatários os trez únicos sócios, Manuel Joaquim Dantas Guimarães, Manuel Joaquim Guimarães Júnior e Manuel José Dantas Guimarães*”¹¹².

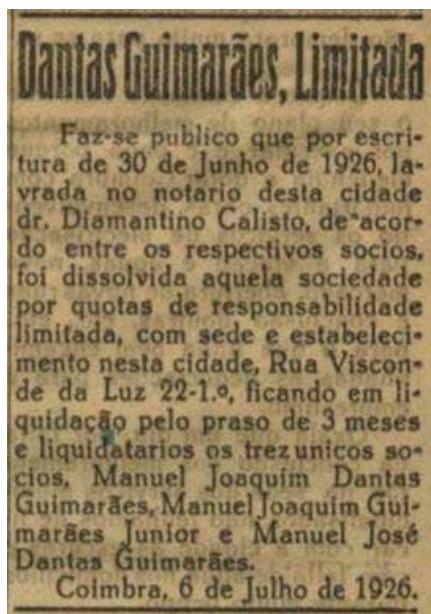


FIGURA 16 • Dissolução da sociedade Dantas Guimarães, L.da
(Gazeta de Coimbra, de 17.07.1926).

¹¹⁰ Gazeta de Coimbra, de 25.02.1923. Nesta edição foi publicada a escritura de constituição da sociedade feita pelo Notário Diamantino da Mata Calisto, à Rua Visconde da Luz, n.º 65, 1.º andar. A escritura foi lavrada em 31 de Agosto de 1922.

¹¹¹ Gazeta de Coimbra, de 29.05.1926.

¹¹² Gazeta de Coimbra, de 25.01.1923.

A casa Dantas Guimarães, ao fim de cerca de 60 anos de existência, conhecia assim o seu termo.

A partir desta altura existem poucas referências a Manuel Joaquim Dantas Guimarães. Sabe-se que veio a casar quando já tinha 59 anos de idade. Com efeito, em 6 de Novembro de 1940, Manuel casou com Maria da Luz de Jesus, de 27 anos de idade, natural da freguesia de Murtede, concelho de Cantanhede. Desconhece-se se há descendência o que, parece ser pouco provável.

Manuel Joaquim Dantas Guimarães faleceu em Coimbra em 16 de Janeiro de 1947¹¹³.

3.3. Olívia da Conceição Dantas Guimarães

A sucessão dá-se através da filha “única” de nome Olívia da Conceição Dantas Guimarães, casada com Manuel Joaquim Guimarães Júnior, residentes na freguesia de Cedofeita na cidade do Porto.

Estes vão ter um filho único, de nome Manuel Olívia, já referido, nascido ainda em Coimbra, antes de a família se ter fixado na cidade do Porto.

3.3.1. A dedicação à Confraria da Rainha Santa e à festa de Nossa Senhora da Conceição
Em 29 de Outubro de 1912 teve lugar a festa da transladação da Rainha Santa. De acordo com a notícia “*Antes da festa houve missa resada mandada celebrar pela sr.^a D. Olívia Dantas Guimarães, comungando pela primeira vés o menino Manuel Olivia Dantas Guimarães, filho daquela senhora e do sr. Manuel Joaquim Guimarães Júnior. (...) O sr. Guimarães Júnior e sua esposa entregaram à confraria duas lâmpadas de prata, que ficam provisoriamente em poder da mesma, destinadas ao culto de Santa Isabel*”¹¹⁴.

São várias as referências nos jornais à dedicação de Dona Olívia à Confraria da Rainha Santa. No ano de 1922, é noticiado que “*Neste dia visitaram o tumulo da Rainha Santa, mais de 30.000 pessoas, conservando-se de guarda a essa preciosa jóia a sr.^a D. Olivia Dantas Guimarães que à Confraria tem prestado relevantes serviços*”¹¹⁵.

Como refere a Gazeta de Coimbra, decorreu, a 8 de Dezembro, na igreja de Santa Cruz a festa de N.^a S.^a da Conceição. De manhã houve missa solene, com

¹¹³ Arquivo Distrital de Coimbra / Concelho de Coimbra / Freguesia de São Bartolomeu / Registos Paroquiais de baptismo, ano de 1881 – averbamentos ao registo de baptismo.

¹¹⁴ *Gazeta de Coimbra*, de 30.10.1912.

¹¹⁵ *Gazeta de Coimbra*, de 13.07.1922

comunhão de crianças e à tarde houve um Te-Deum seguido de sermão. A notícia refere que “*muito concorreu para o efeito distintíssimo do altar o bom gosto e a fé religiosa da sr.^a D. Olivia Dantas Guimarães que foi incansável para tornar esta festa muito mais bela e atraente. Tão ilustre dama é sempre das primeiras a demonstrar o seu zélo em festas religiosas*”¹¹⁶.

Também o marido de Dona Olívia, Manuel Joaquim Guimarães Júnior pertencia à Confraria da Rainha Santa e dava um grande contributo nos festejos. Em 1923 foi empossado na nova Mesa dessa Confraria, sendo presidente o Dr. José Pereira de Almeida¹¹⁷.

Ao fim de anos de dedicação à Confraria da Nossa Senhora da Conceição, da igreja de Santa Cruz, aqui testemunhados, o casal Manuel Joaquim Guimarães Júnior e Olívia da Conceição Dantas Guimarães, sendo juízes daquela Confraria, deve ter tido fundadas razões para se afastar da mesma. E assim, em Novembro de 1930 mandaram publicar na *Gazeta de Coimbra* uma declaração a comunicar que desde 26 de Novembro de 1930 “*Deixaram de fazer parte na respectiva Mesa, em harmonia com os officios da mesma data dirigidos e entregues á Mesa, nada tendo, portanto, com os actos praticados subsequentemente*”¹¹⁸.

É de referir que, de acordo com a página da Confraria da Rainha Santa Isabel, na Internet, contam-se no estatuto de irmãos desta confraria os seguintes elementos da família Dantas Guimarães e Guimarães: 13: António José Dantas Guimarães; 367 – Manuel Joaquim Guimarães Júnior (genro); 389 – José António Dantas Guimarães (irmão); 799 – Olívia da Conceição Dantas Guimarães (filha); 3671 – Maria Gracinda Sarmento Dantas Guimarães da Costa; 3672 – Maria Fernanda Sarmento Dantas Guimarães¹¹⁹.

3.3.2.A aliança matrimonial dos Dantas Guimarães com os Morais Sarmento e os Teixeira Lopes

Manuel Olívia Dantas Guimarães, nasceu em Coimbra (São Bartolomeu) em 20 de Abril de 1895¹²⁰ e foi baptizado em 16 de Maio do mesmo ano, sendo padrinhos os avós maternos. Provavelmente faleceu muito novo, em data e lugar desconhecidos.

¹¹⁶ *Gazeta de Coimbra*, de 12.12.1922.

¹¹⁷ *Gazeta de Coimbra*, de 3.07.1923.

¹¹⁸ *Gazeta de Coimbra*, de 11.12.1930.

¹¹⁹ <https://rainhasantaisabel.org/listagem-de-irmaos/>.

¹²⁰ Arquivo da Universidade de Coimbra / Coimbra / São Bartolomeu / Registos paroquiais de baptismo / ano de 1895, registo n.º 34, fl. 17 e 17v. Curioso é o facto de a madrinha, neste caso a avó materna, Dona Antónia da Conceição Dantas Guimarães não saber escrever nem assinar, como é declarado pelo padre oficiante.

Com efeito, foi localizado um registo de baptismo, da freguesia de Cedofeita, de um outro Manuel Olívia, segundo deste nome, nascido em 19 de Junho de 1899, na Rua de São Paulo e baptizado em 23 de Junho seguinte. Foram padrinhos Manuel Joaquim Dantas Guimarães, negociante (e tio do baptizado) e madrinha Antónia da Conceição Dantas Guimarães¹²¹.

Casou no dia 1 de Janeiro de 1921, na igreja de Cedofeita (Porto), com Iraíde Morais Sarmento, de 22 anos de idade, natural do Bonfim (Porto). Era filha de Bento Augusto de Morais Sarmento e de Dona Clotilde Gomes de Macedo Morais Sarmento, do Porto¹²². A noiva, nascida no Porto em 9 de Janeiro de 1897, adoptou, depois de casada, o nome de Iraíde Dantas Guimarães. O facto foi notícia na Gazeta de Coimbra¹²³, que deu os parabéns aos noivos e publicou o seguinte informe:

“Ecos da Sociedade – Casamento – Consorciou-se no dia de Ano Bom na igreja de Cedofeita, no Porto, o sr. Manuel Oliva[sic] Dantas Guimarães extremoso filho do sr. Manuel Joaquim Guimarães Júnior e da sr.^ª D. Olívia Dantas Guimarães, com a sr.^ª D. Iraíde de Morais Sarmento, gentil filha do sr. Bento Augusto de Morais Sarmento e da sr.^ª D. Clotilde Gomes de Macedo de Morais Sarmento.

Foram padrinhos, respectivamente, os pais dos noivos, que foram passar a lua de mel ao Bussaco, tendo estado ontem em Coimbra”.

3.3.2.1. Os filhos desta aliança matrimonial¹²⁴

Manuel Olívia e Iraíde foram pais de:

1. Carlos Morais Sarmento Dantas Guimarães, nascido em Coimbra em 13.09.1922 e falecido em Coimbra, em Junho de 1991. Casou com Maria Amélia Guimarães (1935-2014) e foram pais de 4 filhos, sendo um deles, Bento Augusto Costa Jorge Dantas Guimarães.
2. Jorge Máximo Morais Sarmento Dantas Guimarães, nascido em Coimbra em 20 de Março de 1924. Foi casado e teve 2 filhos.
3. Maria Antónia Morais Sarmento Dantas Guimarães (que depois de casada passou a usar os apelidos Teixeira Lopes), nasceu em Coimbra em 17.08.1925 e aí faleceu em 06.07.2016. Casou com Adriano Soares Teixeira Lopes

¹²¹ Arquivo Distrital do Porto / Cedofeita / baptismos, registo n.º 325 de 1899.

¹²² Arquivo Distrital do Porto / Porto / Cedofeita / Registros paroquiais de casamento, ano de 1899, registo n.º 325.

¹²³ *Gazeta de Coimbra*, de 8.01.1921, p. 1.

¹²⁴ Para a reconstituição da relação dos sucessores de Manuel Olívia e Iraíde foi importante a consulta da árvore genealógica de Isabel Teixeira Lopes (Família Guimarães-Teixeira Lopes), visualizada em 10.08.2022, em: <https://www.myheritage.com.pt/site-family-tree-315773291/teixeira-lopes>.

(Pampilhosa 16.11.1906 – Coimbra 30.10.1976). Era sobrinho neto do escultor José Joaquim Teixeira Lopes e primo do escultor António Teixeira Lopes. Tiveram um filho, de nome Nuno Manuel Guimarães Teixeira Lopes, que casou com Isabel Helena Godinho de Almeida Allen Teixeira Lopes.

4. Fernando Moraes Sarmento Dantas Guimarães, nascido em Coimbra e 10 de Abril de 1927.
 5. Maria Olívia Sarmento Dantas Guimarães, nascida em Coimbra em 5 de Janeiro de 1929 que faleceu solteira na Figueira da Foz em 24.03.2009.
 6. Maria Augusta Sarmento Dantas Guimarães, nascida em Coimbra em 13 de Janeiro de 1933 e falecida em Lisboa em 2015. Foi casada.
 7. Maria Fernanda Sarmento Dantas Guimarães Soares, nascida no Porto em 1935 e falecida em Oliveira do Hospital em Novembro de 2011. Foi casada com Horácio Francisco Soares Alexandrino.
 8. Jaime Sarmento Dantas Guimarães que será gémeo da anterior e faleceu em Lisboa em 27.11.2008. Foi casado e teve 2 filhos.
 9. Pedro Sarmento Dantas Guimarães, nascido no Porto em 21.05.1937 e falecido em Lisboa em 01.01.2006. Foi casado com Maria Clara Dantas Guimarães, nascida em 1943.
- O casal Manuel Olívia e Iraíde terão sido pais de mais dois filhos que não foi possível identificar.
- Faleceu Manuel Olívia em Coimbra (Santa Cruz), em 28 de Agosto de 1979.



FIGURA 17 · Praça do Comércio e igreja de S. Bartolomeu, Coimbra (foto do autor, 2024).

Considerações finais

Constituiu nosso objectivo a apresentação do percurso de vida de António José Dantas Guimarães, um trajecto paradigmático que constitui um caso de ascensão e mobilidade social no Portugal de Oitocentos.

Cumpre referir que o presente trabalho ganhou consistência no âmbito de um projecto de investigação, ainda em construção, da genealogia familiar da família Dantas, do lugar do Cano (Guimarães) e da sua ligação ao ofício de penteeiro desde o séc. XVIII até à primeira metade do século XX. Nesse contexto, as referências a Dantas Guimarães foram crescendo pelo que se impunha autonomizar este estudo e convocar as fontes históricas que serviram de suporte à investigação.

E assim, para além de bibliografia variada, a documentação histórica abrangeu:

- Fontes hemerográficas de Coimbra (*O Conimbricense, Gazeta de Coimbra, O Defensor do Povo, Resistência, O Instituto, O Alarme*), de Guimarães (*O Comércio de Guimarães*), do Porto (*O Comércio do Porto*), de Lisboa (*Diário de Lisboa, Diário do Governo, Almanaque de Lisboa*).
- Documentação do Arquivo Histórico Municipal de Coimbra (actas da Câmara, Livros de Termos, Livro de Registo de Enterramentos, etc.), do Arquivo da Universidade de Coimbra (Testamentos e livros de registos paroquiais), do Arquivo Distrital do Porto (Livros de registos paroquiais), Arquivo Municipal de Alfredo Pimenta (livros de registos paroquiais).

Através da documentação referida foi possível fazer a reconstituição da história de vida de Dantas Guimarães, das suas raízes modestas, na cidade de Guimarães, da sua chegada a Coimbra, onde cedo se tornou negociante e também o porta-voz da classe comercial, quando se tratava de lutar pelos seus direitos, junto da Câmara dos Deputados.

À data da sua morte, e pese embora os habituais relatos panegíricos dos obituários da imprensa da época, as notícias, publicadas no jornal *O Conimbricense*, têm referências minuciosas do pomposo funeral e Dantas Guimarães é apresentado como um abastado comerciante e proprietário que havia sido “*membro da camara municipal, presidente da Associação Commercial, fez parte igualmente da mesa da Santa Casa da Misericordia, da Ordem Terceira da Penitencia, do Senhor dos Passos, jurycommercial, da companhia utilidade domestica, companhia edificadora, e tambem foi um dos primeiros accionistas do Theatro-circo*”¹²⁵.

¹²⁵ *O Conimbricense*, de 30.01.1898.

De igual modo, tenha-se em consideração a notícia já referida de que, por indicação da Associação Comercial de Coimbra, da qual foi presidente, o comércio coimbrão fechou as suas portas, em sua homenagem, enquanto duraram as cerimónias fúnebres.

Aos cargos enumerados acrescem as associações de natureza civil e religiosa (ou maçónica?) de que fez parte e onde teve uma intervenção social de relevo ao longo da vida e o facto de ter privado com prestigiadas figuras da sociedade coimbrã do seu tempo, pertencentes à Maçonaria, à Universidade de Coimbra e a outras nobres instituições e oficiais, designadamente Bernardino Machado, professor catedrático e futuro presidente da República.

Estamos, por isso, na presença de um destacado membro da elite coimbrã, um grupo superior que concentrava bem-estar material, instrução e prestígio social.

Maria Antonieta Cruz, na sua tese de doutoramento sobre a burguesia portuense na segunda metade do século XIX, defende que a burguesia portuguesa preferia o comércio e a especulação fundiária e financeira em detrimento da indústria, sendo patente a “existência quase generalizada de propriedade imobiliária na composição das fortunas [por si] estudadas e que correspondem aos sectores da população socialmente mais visíveis”¹²⁶. De acordo com a autora citada “O investimento imobiliário, urbano e rural continuou a congregar muito do dinheiro disponível nas mãos dos grupos burgueses, pela sua segurança, mas também pelo prestígio que concedia”¹²⁷.

Dantas Guimarães foi também um grande proprietário rentista, fazendo parte da lista dos 40 maiores contribuintes do concelho de Coimbra. Das suas aplicações imobiliárias há a destacar investimentos avultados com construções novas, onde se privilegiava as vistas e a qualidade da construção, nos novos (à altura) bairros do Montarrio e de Santa Cruz, para além de dois prédios (um de quatro andares) no centro da cidade de Coimbra. Na Câmara, de que fazia parte, usou da sua influência para a existência de canalizações de esgotos nesses bairros e outras medidas de salubridade pública nessas zonas, designadamente o encerramento de cortelhos de gado suíno.

A autora referida considera que a burguesia apostava na energia, coragem e valor individuais para alcançar o êxito e que o sucesso económico era uma das parcelas da transformação, já que era preciso viver, agir como um burguês, para o ser.

¹²⁶ CRUZ, Maria Antonieta (1999) – *Os burgueses do Porto na segunda metade do séc. XIX*, Porto, Fundação Engº António de Almeida, p. 303.

¹²⁷ Idem, ibidem, p. 500.

Nas suas palavras, “*Os burgueses eram cidadãos que participavam activamente na vida política e económica, necessitando de esforços continuados para obterem sucesso e fazerem perdurar os lugares conquistados. Ser burguês não era um privilégio concedido mas uma condição de que ninguém seria excluído pela sua origem e que cada um podia atingir pelo empenhamento corajoso. Era a recompensa dos melhores*”¹²⁸.

António José Dantas Guimarães lutou contra a adversidade de ter nascido num ambiente muito humilde, o qual lhe transmitiu a resiliência, a energia e a coragem para ser um dos melhores na cidade de Coimbra do seu tempo. Espera-se, com o presente estudo, resgatar da penumbra do esquecimento a história de vida deste representante da burguesia coimbrã da segunda metade do século de Oitocentos.

¹²⁸ Idem, ibidem, p. 497-498.



Artefactos de Eleanor Coade em Portugal, ou requintes pré-românticos na arquitectura¹

Francisco Queiroz²

Resumo

Inventada em Inglaterra, a «Coade stone» foi um material cerâmico patenteado de grande durabilidade, especialmente concebido para permitir a produção, por moldagem, de elementos escultóricos complementares à arquitectura. Geralmente integrada em edifícios e outras estruturas de gosto neo-paladiano e tendo sido quase toda produzida entre o final da década de 1770 e o início da década de 1830, a «Coade stone» é hoje reconhecida como marco da arquitectura dita «Georgiana». No «Historic England», os muitos exemplares subsistentes *in situ* em território britânico encontram-se mapeados e vários motivaram mesmo a classificação patrimonial das estruturas arquitectónicas onde se encontram aplicados. Aqueles exemplares que já não se encontram *in situ* e que têm sido colocados à venda atingem geralmente valores de mercado consideráveis.

Produzida sob a direcção de uma mulher empresária ao longo de décadas, a «Coade stone» continua a ser um tema de estudo desafiante na perspectiva da História da Arte: não só por ter sido um precoce e invulgar caso de sucesso de fusão entre arte e indústria, antecipando a época áurea da cerâmica arquitectónica a nível europeu, mas também porque a sua disseminação ultrapassou as fronteiras do mundo britânico. Efectivamente,

¹ Este artigo baseia-se na comunicação «Coade stone» em Portugal: repensando os conceitos de «periferia» e de «erudição» através de um caso de estudo de Micro-História da Arte. A referida comunicação foi apresentada no V Congresso de História da Arte «Heranças, Debates e Novas Perspectivas», organizado pela Associação Portuguesa de Historiadores de Arte (Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 18 a 20 de Outubro de 2023). Não foi entregue texto para as actas, por exceder o limite de páginas previsto nas normas de submissão entretanto remetidas aos comunicantes.

² Historiador de arte. O autor expressa os seus agradecimentos a Caroline Stanford, Pedro Pascoal de Melo, Cristina Moscatel, Fábio Carvalho, e José Carlos Almeida, pela ajuda prestada durante a pesquisa. Agradece ainda ao Instituto Cultural de Ponta Delgada, à Escola Secundária Antero de Quental, e ao Hotel Camões, pelas facilidades concedidas. As imagens em domínio público que ilustram este artigo têm as seguintes proveniências: Museu de Lisboa, Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, Biblioteca Nacional do Brasil, Institut National d'Histoire de l'Art, National Library of Ireland, British Museum, The London Archives, Philadelphia Museum of Art, Getty Institute, além de colecções particulares.

existem vários exemplares de «Coade stone» em território português, quase todos *in situ*, podendo até haver mais exemplares, ainda não conhecidos. Porém, os exemplares conhecidos nunca receberam qualquer atenção por parte de historiadores de arte, não só por serem de reduzida dimensão e em escasso número, mas também por a sua integral compreensão em contexto requerer uma abordagem interdisciplinar que não evite a colocação em causa dos conceitos de “periferia” e de “erudição”, sedimentados ao longo de várias gerações na História da Arte Portuguesa. Em suma, apesar de este caso de estudo da «Coade stone» em território português se inserir naquilo a que se convencionou chamar de “Micro-História da Arte”, procurámos demonstrar neste texto como tem potencial para uma análise «macro» que forçosamente implicará o repensar dos aludidos conceitos.

Palavras-chave

Coade Stone; Cerâmica; Arquitectura; Açores; Inglaterra.

Abstract

Invented in England, «Coade stone» was a patented ceramic material of great durability, specifically designed to enable the production, by moulding, of sculptural ornaments complementary to architecture. Usually integrated into buildings and other structures in the Neo-Palladian style, and mostly produced between the late 1770s and the early 1830s, «Coade stone» is nowadays recognised as a hallmark of Georgian architecture. Historic England has mapped the many examples that remain *in situ* in Britain, and several have even led to the heritage listing of the architectural structures to which they were applied. Those examples that are no longer *in situ* and have been put up for sale, generally fetch considerable market prices.

Produced under the direction of a female entrepreneur for decades, «Coade stone» remains a challenging subject of study from an art history perspective: not only because it was an early and unusual success story of the fusion between art and industry, anticipating the golden age of architectural ceramics in Europe; but also because its dissemination went beyond the borders of the British world. In fact, there are some examples of «Coade stone» in Portugal, almost all of them *in situ*, and there may even be more examples that are not yet known. Nevertheless, the known examples have never received any attention from art historians, not only because they are small in size and few in number,

but also because their full understanding in context requires an interdisciplinary approach that does not shy away from questioning the concepts of “peripherity” and “erudition”, which have been established over several generations in the history of Portuguese art. In short, although this case-study of the «Coade stone» in Portuguese territory falls within what has become known as “Micro-History of Art”, we have sought to demonstrate in this paper how it has the potential for a “macro” analysis that will necessarily involve rethinking the aforementioned concepts.

Keywords

«Coade stone»; Ceramics; Architecture; Azores; England

Introdução

Em 2004, aquando do 3.º Congresso Internacional de História da Arte, tivemos a oportunidade de apresentar a comunicação “*Entre a Arquitectura, o Urbanismo, o Restauro e a História da Arte: o declínio do mito do «monumento estudado» e a emergente necessidade de uma nova formação*”. Decorridos mais de vinte anos, o presente artigo retoma e concretiza alguns dos tópicos aflorados na dita comunicação, através de um estudo de caso: os artefactos em «Coade stone». Apesar de se inserir naquilo a que se convencionou chamar de “Micro-História da Arte”³, este caso de estudo tem potencial para uma análise «macro» que nos leve a repensar alguns conceitos geralmente usados quase de modo automático e dados como pré-adquiridos para certas épocas, regiões e formas de arte. Em particular, cremos que o caso de estudo a abordar em seguida nos obriga a repensar – sobretudo – os conceitos de “periferia” e de “erudição”. A estes conceitos ligam-se dois outros, também muito usados por historiadores de arte: o de “centro produtor” e o de “imitação”.

Tomemos como exemplo centros produtores de artefactos artísticos ditos mais “eruditos”: é geralmente aceite como uma quase evidência que, quando num determinado espaço geográfico e num certo tempo, centros produtores de artefactos de gosto erudito foram alimentados sobretudo por encomendas provenientes das elites locais, essas elites podem ser também caracterizadas como artisticamente mais “eruditas” – e isto por oposição a elites locais que adquiriam sobretudo sucedâneos ou imitações de inferior qualidade; e mais ainda por oposição aos artefactos de caracte-

³ Segundo o conceito defendido por Vítor Serrão, com base em Carlo Ginzburg.

rísticas populares, os quais passavam geralmente ao lado dos consumos artísticos das elites locais (sobretudo em contexto urbano). Ora, é também geralmente aceite que o nível de erudição artística de um grupo consumidor pode ser aferido pela abundância de artefactos provenientes de centros produtores longínquos onde fosse superior a qualidade de concepção e/ou de execução. Quando isso acontece, tais elites tendem a ser classificadas como “periféricas”, sem deixarem de ser “eruditas”. Nesse sentido, a distância ao centro produtor é geralmente encarada como factor de ponderação.

Era habitual que, durante a época de actividade documentada das melhores oficinas e dos melhores *ateliers*, fossem adquiridas mais peças na cidade e respectiva região do que em regiões e países distantes. Algumas dessas peças eram adquiridas localmente como resultado de oferta por parte dos artistas, ou até por herança. Por conseguinte, se pretendermos olhar sobretudo ao número de peças de carácter erudito consumidas na época da sua produção, para caracterizarmos o gosto artístico de elites locais, temos também de aferir quantas peças foram consumidas na mesma época longe do centro de produção, onde, e por quem. Peças de grande qualidade provenientes de centros produtores reputados e de excelência tendiam a atingir preços muito elevados, mas bem mais elevados ainda em caso de envio para fora do país, devido aos custos aduaneiros e de transporte. Portanto, a sua presença em regiões distantes, por aquisição onerosa na própria época da sua produção, é um factor importante para aferir “erudição” e, consequentemente, para relativizar a “periferia” dessas regiões, em termos artísticos, num tempo histórico concreto.

Dir-se-á que a procura tende a gerar oferta local e que, portanto, as elites artisticamente mais eruditas normalmente não precisavam de consumir artefactos executados em centros produtores muito distantes. Porém, há vários factores que podem balançar esta aparentemente acertada asserção, tais como: contingências geográficas, questões políticas e sociais, nacionalismos, e, sobretudo, um aspecto muito importante, o qual nem sempre é examinado em detalhe – a disponibilidade de determinados materiais e o seu valor de mercado relativo em diferentes culturas. Concretizemos com dois exemplos hipotéticos referentes a artefactos geralmente bem conhecidos:

- À partida, será mais indicativo de erudição quando uma família fixada em Inglaterra adquiria uma peça à célebre oficina toscana dos della Robbia, na época em que tal oficina esteve activa, do que quando o consumidor era uma família que vivia nos arredores de Florença. Neste segundo caso, a família poderia obter tal peça a um preço menos exorbitante e tinha contacto visual facilitado com outras peças da mesma oficina, pelo que poderia fazer a aquisição por mimetismo, ou até mesmo por conveniência prática: por ser

simplesmente a oficina mais próxima a produzir o artefacto desejado, e não propriamente por ser tida como a melhor da Europa nesse género de arte.

Porém, o que parece ser uma dedução relativamente simples, complica-se quando consideramos outras variáveis, como a própria caracterização do “centro produtor” na época em questão, dentro do contexto dos centros produtores europeus na área da faiança. Isto leva-nos ao segundo exemplo hipotético:

- O número de ovos Fabergé adquiridos para fora da Rússia na época em que a oficina esteve activa em São Petersburgo pode ajudar a aferir o nível de erudição das elites não russas que os adquiriram, apesar de São Petersburgo, nessa época, estar geograficamente desfasada dos grandes centros produtores artísticos na Europa. Ou seja, podemos ter centros produtores de excelência em cidades consideradas periféricas.

Esta questão torna-se ainda mais complexa ao abordarmos a arte da azulejaria: a bibliografia disponível enfatiza a importância do centro produtor holandês, e o de Delft em particular, ao longo da segunda metade do Século XVII e da primeira metade do Século XVIII. Ora, um dos factores incrementais da importância histórica e artística dessa produção holandesa é o quanto foi exportada e imitada, nomeadamente em Portugal e, sobretudo, em Lisboa – que assim se posicionava como região periférica face ao centro produtor que lhe servia de inspiração. Porém, vários dos revestimentos de maior extensão com esse azulejo holandês estão em Portugal e não na Holanda: tivemos menos clientes para os artefactos produzidos na Holanda, mas clientes que compraram mais peças à cabeça, pois tinham como intenção forrar paredes inteiras, e não apenas fogões de sala, por exemplo. Ora, as aplicações extensas, por desvirtuarem a própria intenção dos executantes dos artefactos, podem ser então consideradas como mais ingénugas e menos “eruditas”, apesar de originarem aquisição de maior quantidade de artefactos de grande qualidade e, portanto – considerando também o transporte – de implicarem custos mais elevados, custos esses que muitos holandeses consumidores dos seus azulejos de produção local não podiam sequer suportar?

Se respondermos afirmativamente à questão anterior, como enquadrar então, no contexto europeu, o centro produtor setecentista de azulejos de Lisboa, cujo grande volume de produção derivava sobretudo do facto de os artefactos se destinarem a revestimentos de grande extensão? Era um centro de produção de características comparativamente menos “eruditas”, apenas por ter produzido de modo mais

massificado e, paradoxalmente, quase cingido ao mundo português, sem o impacto estético que o azulejo holandês logrou ter para fora do seu contexto cultural? Por outras palavras: nos inícios do Século XVIII, dentro da arte do azulejo e colocando em confronto Holanda e Portugal, qual era o centro de produção mais “erudito”? Era o holandês e sobretudo por estar documentada influência Holanda-Portugal num grau que não se documenta no sentido inverso? E qual era o centro produtor mais “periférico”? Era o de Lisboa, mesmo estando no fulcro da extensíssima área geográfica ultramarina, onde o azulejo português foi aplicado com exemplos mais marcantes e em contextos mais diversificados do que no caso do azulejo holandês?

Embora alguns autores tenham tratado esta problemática, continua a não ser fácil dar respostas inequívocas, até porque nos faltam mais estudos transversais e comparativos. De facto, quando, aos conceitos de “erudição” e de “periferia”, juntamos o conceito de “imitação” entre centros produtores de áreas culturais diferentes, a análise tende a tornar-se bem mais exigente sob o ponto de vista da História da Arte.

Actualmente, no que diz respeito à história da azulejaria (e para mais do que uma cronologia), Portugal é um país de referência. E só não o é mais, porque ainda campeia a premissa de que fomos sobretudo imitadores, adaptando a arte do azulejo a contextos de aplicação mais monumentais; sem, com isso, termos conseguido despertar o interesse dos encomendadores mais “eruditos” fora do mundo português. O facto de, até há bem pouco tempo, os próprios historiadores de arte portugueses relegarem para um certo limbo a azulejaria de fachada oitocentista, com o argumento – que se provou ser errado – de que era uma mera moda proveniente do Brasil nunca verdadeiramente adoptada pelas elites portuguesas, evidencia bem o quanto não nos podemos acomodar às ideias feitas no tocante aos conceitos de “erudição”, de “periferia” e também de “imitação”.

Quem imitou quem? De que tipo de “periferia” estamos a falar? O caso de estudo concreto dos artefactos de «Coade stone» *in situ* existentes em Portugal é, em nosso entender, paradigmático da dificuldade em respondermos a estas perguntas. Para além disso, é um caso de estudo que nunca foi tratado no contexto português.

A «Coade stone» sob o ponto de vista histórico e artístico: ascensão e queda

Inventada em Inglaterra, a «Coade stone», ou Lithodipyra, foi um material cerâmico patenteado de grande durabilidade, especialmente concebido para permitir a produção, por moldagem, de elementos escultóricos ou de ornato complementares à arquitectura, e ainda de artefactos para jardins, entre outros. As propriedades da

fórmula da Lithodipyra – que vários tentaram imitar, sem grande sucesso⁴ – eram incrementadas pelo método da dupla cozedura⁵, resultando em artefactos semelhantes à terracota no seu cromatismo, mas bem mais compactos, com superfície mais lisa, e mais resistentes ao tempo, ao ponto de a «Coade stone» ser então anunciada como pedra artificial.

Importa esclarecer que, apesar de ter sido uma mulher notável⁶, Eleanor Coade

⁴ Veja-se, a propósito: BROOKE, C. J. / EDWARDS, H. G. M. / KOŠEK, F. / JEHLIČKA, J. / STANFORD, C. / CHAMPION, M. J. – *The analysis of two historic fired artificial stonewares: Coade stone (18th–19th centuries) and a recent discovery from Oxnead Hall, Norfolk (16th–17th centuries)*. In “Archaeometry”, n.º 65, 2023, p. 691-701. Veja-se ainda VAN LEMMEN, Hans – *Coade Stone*. S.l., Bloomsbury (Shire Library), 2006.

⁵ A dupla cozedura não era das peças. Uma primeira cozedura era imposta a algumas das matérias-primas, originando pós muito finos, os quais eram depois misturados em certa proporção, acrescentando-se água para tudo se tornar numa pasta moldável. A segunda cozedura, essa sim, era já correspondente à da peça. A cozedura prévia de algumas matérias-primas, em conjunto com muita experimentação, permitiam prever com grande precisão qual o grau de encolhimento que a peça teria ao ir ao forno e depois na secagem, tornando os artefactos pré-fabricados da manufatura Coade apropriados para arquitectos, proporcionando encaixes perfeitos. Para aprofundamento, veja-se EDWARDS, Howell G. M. / BROOKE, Christopher J. – *Coade Stone: A History and Analysis*. S.l., Springer, 2024.

⁶ Apesar de ser filha de um industrial têxtil falido por duas vezes (uma das quais no ano em que morreu), e de nem sequer ter chegado a casar, Eleanor mereceu ser então tratada como “*Mrs. Coade*”. Amealhou fortuna com a sua manufactura, fortuna essa sobretudo destinada à benemerência e aos parentes e amigos mais necessitados. Preocupada com o facto de os bens deixados em testamento a mulheres passarem a ser legalmente também propriedade dos maridos, Eleanor Coade fez alguns legados na forma de fundos, com usufruto para essas mulheres, de modo a que fossem elas as únicas beneficiadas. Eleanor foi, efectivamente, uma feminista quando ainda nem existia propriamente um movimento com esse nome. Para aprofundamento, veja-se KELLY, Alison – *Mrs. Coade's stone*. Upton-upon-Severn, Self Publishing Association, 1990. Esta é obra fundamental para quem quer aprofundar o tema da «Coade stone». Veja-se ainda STOVER, Kyle – *Intangible Property: Architecture, Artificial Stone Ornament, and Insurance from 1769-1821*. PhD thesis in Architecture. University of California, Los Angeles, 2022. Eleanor Coade teve uma casa de vilegiatura na sua região de origem, junto ao mar, repleta de artefactos em «Coade stone». Trata-se da Belmont House, em Lyme Regis, a qual lhe pertenceu desde 1784 até morrer, embora tivesse andando arrendada. Veja-se “*Bath Chronicle and Weekly Gazette*”, 28 June 1782, e STANFORD, Caroline – *Belmont History Album* [updated March 2020]. The Landmark Trust, www.landmarktrust.org.uk/globalassets/3.-images-and-documents-to-keep/history-albums/belmont-history-album.pdf (consultado em Março de 2023). Curiosamente, um ano antes de Eleanor Coade falecer, surgiram na imprensa britânica alguns poemas assinados por “*Coade Lambeth*”, num dos casos escrito em Liverpool (“*Chester Courant and Anglo-Welsh Gazette*”, 26 September 1820), e, em outro caso, associado a um comunicado apelando à ajuda pública e participação na Dorcas Society de Wrexham, no País de Gales (“*Chester, Cheshire and North Wales advertiser*”, 20 October 1820). Considerando a atenção dada a uma sociedade constituída por mulheres (como era o caso da Dorcas Society de Wrexham), poderia tratar-se de uma mulher a escrever, até por ser então habitual que assinassem textos literários com pseudónimos que ocultassem o seu género feminino. Fosse homem ou mulher; seria admirador(a) de Eleanor Coade? Seria apenas uma curiosa coincidência de nomes? O que é certo é que o referido comunicado foi censurado por alguém da Dorcas Society de Wrexham, presumindo que “*Coade Lambeth*” fosse pseudónimo de um homem – o que o próprio editor do jornal também assumiu na época (“*Chester Chronicle*”, 27 October 1820; “*Chester, Cheshire and North Wales advertiser*”, 7 November 1820). A ser assim, e se o pseudónimo foi escolhido por um homem aludindo à manufatura Coade em Lambeth, não deixa de ser irónica a opção de aludir também a uma mulher.

(1733-1821) não é considerada a inventora deste tipo de pedra artificial. Alguns produtos cerâmicos precursores, ainda que de menor qualidade face à Lithodipyra, haviam sido patenteados e fabricados nas décadas anteriores. No entanto, presume-se que tenha sido Eleanor Coade, arvorada em escultora/modeladora, a responsável pelo aperfeiçoamento da receita; e isto depois de, à volta de 1769, e com a ajuda da recém-enviuvada sua mãe (também chamada Eleanor Coade, nascida Enchmarch⁷), ter comprado o estabelecimento de um daqueles fabricantes precursores, chamado Daniel Pincot, o qual viria a ser dispensado dois anos depois⁸. Este estabelecimento situava-se em Lambeth, nos arredores de Londres e na margem sul do Rio Tamisa, mais concretamente na rua conhecida como Narrow Wall (hoje a Belvedere Road), à qual se acedia de barco a partir do centro de Londres através de um pequeno cais chamado King's Arms Stairs.

Geralmente integrada em edifícios, monumentos públicos e jardins de gosto neopaladiano, tendo sido quase toda produzida entre o início da década de 1770 e o início da década de 1830, a «Coade stone» é hoje reconhecida como marco tecnológico e estético da arquitectura dita «Georgiana». Trata-se de um marco também ao nível socioartístico, extravasando o contexto britânico e representando os primórdios do consumo de componentes arquitectónicos e escultóricos, em material cerâmico, a partir de catálogo.

⁷ Eleanor Coade, nascida Enchmarch, viria a falecer em Charmouth no ano de 1806 ("Exeter Flying Post", 19 June 1806).

⁸ Foi afastado da manufactura que eles fundaram em Lambeth, meses depois de ter publicado um ensaio sobre pedra artificial: PINCOT, Daniel – *An essay on the origin, nature, uses, and properties, of artificial stone; together with some observations upon common natural stone, clays, and burnt earths in general, in which the durability of the latter is shewn to be equal, if not superior, to the hardest marbles; being the result of many experiments*. London, printed by Richard Hett, 1770. Veja-se, a propósito, STANFORD, Caroline – «Peculiarly fit for statues»: the contribution of Coade's fired artificial stone to sculpture in the eighteenth century. In "Sculpture Journal", n.º 32, 2023, p. 433-450. Veja-se ainda STANFORD, Caroline – Revisiting the origins of Coade Stone. In "The Georgian Group Journal", Vol. XXIV, 2016, p. 95-116.

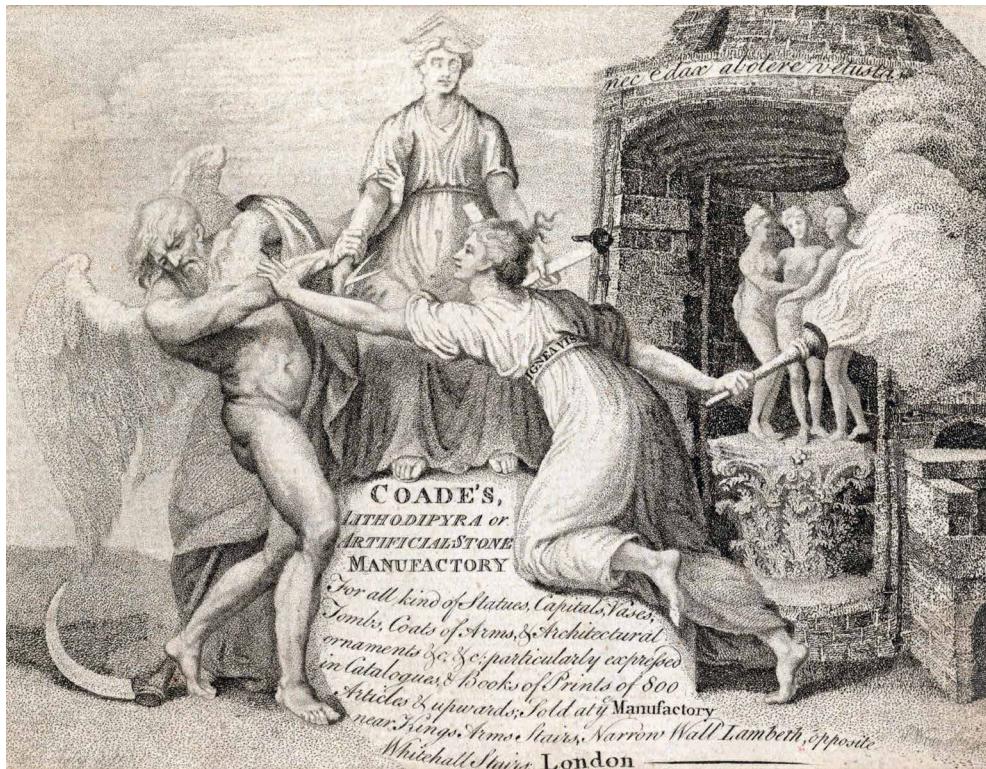


FIGURA 1 • Cinco versões do timbre da manufactura de Eleanor Coade, cujas diferenças reflectem o seu percurso histórico. A alegoria é sempre a mesma, representando a Arquitectura vendo o Tempo a ser repelido pelo Fogo, junto a um forno cerâmico contendo as Três Graças sobre um capitel clássico. No forno, cita-se a obra *Metamorfose*, de Ovídio: "nec ignis nec poterit ferrum nec edax abolere vetustas" (ou seja, "não será destruído pelo fogo, nem pela espada, nem mesmo pelo corrosão da passagem do tempo"). Nas duas primeiras versões do timbre, alude-se à «*Lithodipyra*», designação especificamente adoptada para anunciar esta espécie de pedra artificial fabricada através de dupla cozedura e com recurso a uma pasta cerâmica concebida e tratada para ter muito elevada durabilidade, ao ponto de desafiar a passagem do Tempo. Esta designação não vingou e deixa de ser mencionada nas versões posteriores do timbre. A segunda versão é a que consta do catálogo de 1784, diferindo da primeira por incluir o nome do depositário dos artefactos no centro de Londres, que, curiosamente, era livreiro. A terceira versão inclui o nome de John Sealy, que foi sócio da empresa entre 1799 e 1813, e já menciona o facto de a manufactura ser uma espécie de fornecedora oficial da casa real britânica (privilegio que remontava a 1788⁹). Porém, a quarta versão do timbre deixa de ter essa menção e, em vez disso, enfatiza a variedade de artefactos, indicando-se a sociedade liderada por William Croggon como sucessora na exploração da manufatura Coade.

⁹ "Kentish Gazette", 22 February 1788.



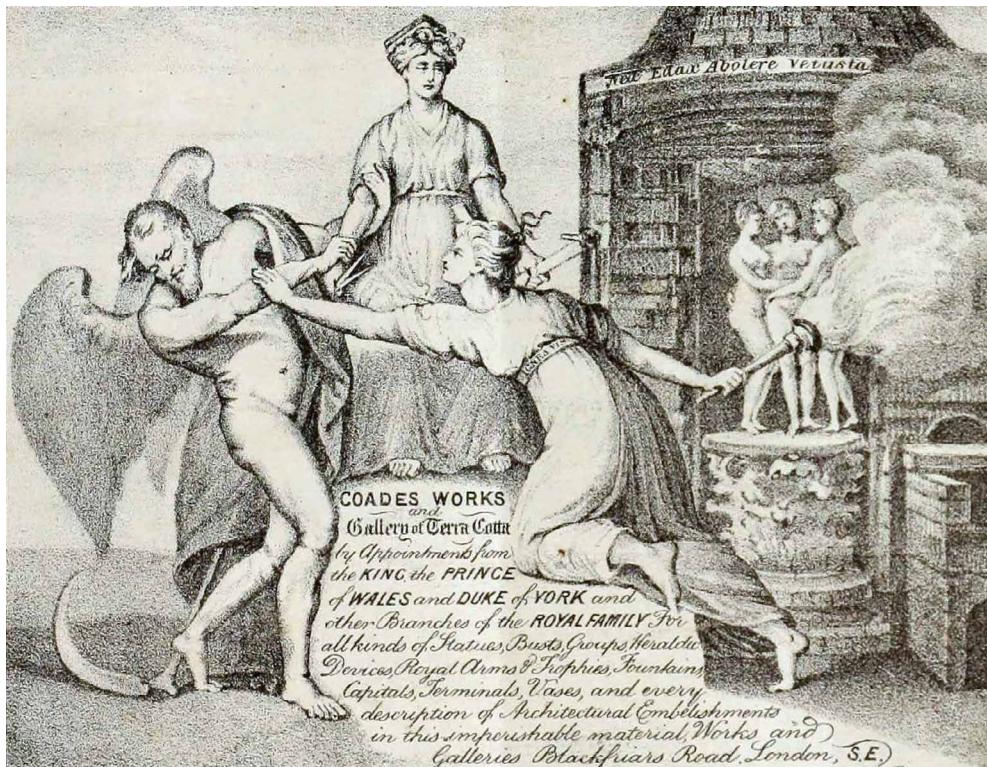


FIGURA 2 · Timbre da fábrica M. H. Blanchard Sons & Company, presente no seu catálogo de 1869.

Conhece-se mais do que um catálogo da empresa liderada por Eleanor Coade¹⁰.

¹⁰ Podemos referir:

- *A descriptive Catalogue of Coade's Artificial Stone Manufactory, at King's Arms Stairs, Narrow-Wall, Lambeth: opposite White-hall Stairs. With Prices Affixed. With an Appendix.* London, to be had at the Manufactory, and of J. Strahan, Bookseller, n.º 67, Strand, 1784. Existem dois catálogos com o mesmo título, sendo um deles ilustrado e o outro apenas com lista de preços.
- *Coade's Lithodipyra or Artificial-Stone Manufactory for all kinds of Statues, Capitals, Vases, Tombs, Coats of Arms, & Architectural ornaments &c. &c. particularly expressed in Catalogues, & Books of Prints of 800 Articles & upwards.* London, sold at ye Manufactory near King's Arms Stairs, Narrow Wall Lambeth, opposite Whitehall Stairs, & at Mr. Strahan's, Bookseller, No. 67 Strand, s.d. (após 1784).
- *Coade's Gallery, or Exhibitions in Artificial Stone, Westminster-Bridge-Road, by appointments from, the King, Prince of Wales, Duke of York, &c., of Statues, Vases, Bustos, Pedestals, and Stoves, Medallions and Pannels in bass-relief, Models from the Antique, Chimney-pieces, Monuments, Fonts, Coats of arms &c., being specimens from the Manufactory at King's Arms Stairs, Narrow-Wall, Lambeth.* London, printed by S. Tibson, 1799. Este catálogo não é ilustrado e serviu de apoio à galeria de artefactos que Eleanor Coade e o seu primo John Sealy montaram em exposição, junto à ponte de Westminster; galeria essa visitável mediante pagamento de bilhete. Para esta galeria previa-se depois exposições temporárias, incluindo de escultura em pedra, por parte de outros artistas que não os da manufatura Coade. Em 1801, é elogiada a iluminação nocturna desta galeria. Cf. "Northampton Mercury", 17 October 1801.

É de 1784 o mais importante, enumerando 778 artefactos¹¹. De notar que este catálogo – numa época em que eram bastante raros os catálogos ilustrados de carácter comercial – não era distribuído gratuitamente, mas sim vendido. Em nota final manuscrita a um destes catálogos, menciona-se que haviam sido acrescentados mais de 200 artefactos desde a publicação do mesmo e previa-se que o número continuasse a aumentar, graças a novos desenhos¹². Muitos dos artefactos foram concebidos pelo escultor John Bacon (1740-1799), que trabalhara para Daniel Pincot, mas passou a colaborar com Eleanor Coade desde cerca de 1771 até à sua morte. A partir de então, ganha visibilidade na empresa John Sealy. Este primo de Eleanor Coade já para ela trabalharia como modelador¹³, tornando-se sócio em 1799. A sociedade passou a designar-se Coade & Sealy até à morte deste¹⁴, em 1813¹⁵, altura em que passou a ser simplesmente Coade. Contudo, foi por essa altura que a empresa passou a apoiar-se mais na gestão de William Croggon (que também surge mencionado na época como Croggan¹⁶); um leiloeiro¹⁷ que era igualmente parente (por afinidade) da fundadora da empresa. Eleanor era então já bastante idosa, tendo feito o seu testamento em 1811 (ao qual sucederam-se dois codicilos).

Após a morte de Eleanor Coade, em 1821, Croggon passou a explorar a fábrica, através da sociedade William Croggon & Company¹⁸. Foi Croggon quem

¹¹ O subtítulo, alude a: “I. Statues. II. Busts. III. Vases. IV. Pedestals. V. Capitals. VI. Frizes. VII. fascias. VIII. panels and Tablets. IX. Medallions. X. Pateras for Elevations from 30 to 40 Feet. XI. Ditto from 20 to 30 Feet. XII. Pateras for Elevations from 10 to 20 Feet. XIII. Ditto of 10 Feet and under. XIV. Coats of Arms. XV. Imposts. XVI. Key-Stones. XVII. Architraves. XVIII. Rustics. XIX. Pinnacles. XX. Balusters. XXI. Balls and Feet. XXII. Chimney Tops. XXIII. Piers. XXIV. Consoles. XXV. Sepulchral Ornaments. XXVI. Chimney-Pieces. XXVII. Pieces of Furniture and various ornaments. XXVIII. Ornaments to fix on Stone or Wood. XXIX. Wood Chimney-Pieces with Stone Ornaments. With an Appendix”.

¹² A nota encontra-se num exemplar pertencente à Royal Academy of Arts, segundo menção em *Sir John Soane's Museum Collection Online*, <https://collections.soane.org/b9139> (consultado em 28 de Janeiro de 2025).

¹³ Não era o único modelador. O escultor Charles Rossi chegou a trabalhar na manufactura Coade antes de seguir os seus estudos académicos. Outro artista que modelou para Eleanor Coade foi Robert De Carle, falecido em 1791. Cf. “Norfolk Chronicle”, 12 February 1791; “Windsor and Eton Express, Berks, Bucks, and Middlesex Journal and West Surrey Gazette”, 16 March 1839; “Norfolk Chronicle”, 8 September 1892.

¹⁴ Ficou sepultado em Lambeth, sob um mausoléu executado, precisamente, em «Coade stone».

¹⁵ Contudo, a sua morte chegou a ser anunciada na imprensa cerca de nove anos antes, como consequência de alegadamente ter ido contra um poste, quando circulava à noite. Cf. “Salisbury and Winchester Journal”, 16 January 1804.

¹⁶ O próprio apelido de Eleanor Coade, surge por vezes grafado como “Coad”, na época em que era viva.

¹⁷ William Croggon, de Falmouth, começou por ser sócio do experiente leiloeiro Thomas Croggon, de Penryn, em 1801. Poucos anos depois, William Croggon surge isoladamente como leiloeiro e, em 1814, já não residia em Falmouth, mas sim em Londres. Viria a morrer nesta capital em 1835, com 58 anos. Cf. “Royal Cornwall Gazette”, 4 April 1801; 26 January 1805; “Tauton Courier and Western Adviser”, 28 July 1814; “The Sun”, London, 5 June 1835.

¹⁸ “The Public Ledger”, London, 27 December 1821.

encerrou a galeria que Coade e Sealy haviam inaugurado em 1799 junto à ponte de Westminster, a qual funcionou como montra para os produtos da manufactura. Em contrapartida, aproveitando o corte de parte da Narrow Wall para abertura da Belvedere Road, optou por ampliar e beneficiar o edifício anexo à fábrica, sobrepondo-lhe uma frontaria neoclássica em jeito de mostruário. Nesta época, Croggon teve de reforçar o número de operários da manufactura: dos 15 que havia aquando da morte de Sealy, passaram a ser cerca de 20¹⁹. Mais tarde, Croggon viria a abrir um depósito de produtos também do outro lado do Rio Tamisa, na New Road, mais próximo da zona elitista de Marylebone.

Foi uma época de grandes investimentos e tudo parecia correr bem para William Croggon. O mercado continuava a centrar-se em Inglaterra, embora extravasando para as ilhas britânicas em geral, e até para as possessões: desde o Sri Lanka e da Índia até Gibraltar, passando pela África do Sul. A manufactura tinha fama tal que lograva enviar os seus artefactos para paragens distantes, como as Caraíbas, o Canadá ou os Estados Unidos da América, e já o havia feito para a Polónia, e mesmo para a Rússia. Tudo indica que Croggon chegou a remeter peças à consignação, esperando conseguir vendê-las e ainda receber depois algumas encomendas²⁰.

Porém, a concorrência ia aumentando, sobretudo a dos fabricantes de artefactos para jardim em cimento, artefactos esses que eram mais baratos. As mudanças no gosto das elites iam tornando também algo antiquados e menos procurados vários artefactos do catálogo da manufactura Coade, mesmo considerando que, no primeiro terço de Oitocentos, a empresa foi chamada a conceber e executar peças já de características românticas: de gosto gótico, egípcio, ou até oriental. Por outro lado, ainda em vida de Eleanor Coade, e talvez por iniciativa de Croggon, que actuava como seu gestor, a manufactura começou a anunciar com insistência que também fabricava peças arquitectónicas em escaiola.

Contudo, todo o esforço de investimento feito por William Croggon não terá sido compensado suficientemente com resultados, até porque Eleanor Coade não lhe legou a fábrica: Croggon viu-se na necessidade de a comprar aos herdeiros. O facto de ter havido um processo judicial que obrigou à apresentação de contas para o período entre a chegada de William Croggon à manufactura e a morte de Eleanor Coade, indica que a transição na posse não foi propriamente simples e pacífica. Ora, a juntar a tudo isto, uma dívida avultada a Croggon tornou-se incobrável:

¹⁹ KELLY, Alison – *Mrs. Coade's stone*.

²⁰ KELLY, Alison – *Mrs. Coade's stone*.

o Duque de York havia feito importantes encomendas à manufactura, ainda por pagar à data da sua morte²¹. Como resultado, William Croggon foi declarado falido em 1833²². Morreria cerca de dois anos depois. Por essa altura, a manufactura Coade já era sobretudo uma empresa de materiais de construção, pois tinha uma serragem e fornecia soalhos em “*parquet*”, assim como molduras em madeira²³. A última grande obra em «Coade stone» marcada com o apelido Croggon, feita na dita manufactura, é de 1837: o leão gigante e de grande impacto que encimou a fachada da fábrica de cerveja de James Goding, voltada ao Tamisa²⁴. Porém, no Verão de 1835 um sócio do falecido William Croggon já anunciava a venda em hasta pública da manufactura e respectivo recheio, incluindo “*quatro valiosas patentes*” de fabrico. Apesar da nossa constante alusão à “manufactura”, a fábrica estava mecanizada, possuindo mais do que uma máquina a vapor, até porque tinha a supramencionada valência da serragem de madeiras²⁵. O tal sócio talvez fosse John Danforth (ou Danford) Greenwood. De facto, logo após a falência de William Croggon, Danford surgiu na reunião de credores dando-se como sócio de Croggon desde 1830 e reclamando que este lhe devia dinheiro referente a investimentos feitos na sociedade que explorava a manufactura Coade²⁶.

Entre 1835 e 1837, a fábrica fundada por Eleanor Coade esteve nas mãos de Thomas John Croggon, filho de William Croggon. Porém, Thomas optou por arrendá-la e John Danforth Greenwood foi um dos interessados, juntamente com Thomas Routledge. De facto, em 1837 passou a ser explorada pela sociedade Routledge, Greenwood & Keene, logo depois pela Routledge & Lucas. Por esta altura, a sociedade alargou ainda mais a gama de produção, passando até a fabricar azulejos²⁷. A concorrência foi-se apertando, surgindo na imprensa notícias e anúncios de outros fabricantes da

²¹ KELLY, Alison – *Mrs. Coade's stone*.

²² A primeira reunião de credores realizou-se em Outubro de 1833. O processo de falência ainda decorria em 1834, segundo “The Sun”, London, 23 October 1833; e “Perry's Bankrupt & Insolvent Weekly Gazette”, London, 8 February 1834. Em Julho de 1834, William Croggon fez leilão de numerosos artefactos da manufactura Coade, existentes no depósito da New Road, de modo a desocupar o edifício.

²³ “London Courier and Evening Gazette”, 23 June 1834.

²⁴ *Coade's Artificial stone Works*. In “Survey of London. Volume 23. Lambeth: South Bank and Vauxhall” (editors: Howard Roberts and Walter H. Godfrey). London, London County Council, 1951.

²⁵ “Morning Advertiser”, London, 30 June 1835.

²⁶ “Dublin Evening”, 26 October 1833.

²⁷ *Artificial Stone 3: Coade broken*. In “The Garden History Blog”, posted on 6/8/2016, <https://thegardenhistoryblog/2016/08/06/artificial-stone-3-coade-broken/> (consultado em Setembro de 2023).

dita “pedra artificial”, fosse esta à base de cerâmica ou de cimento. A pesquisa que fizemos na imprensa britânica da época permite-nos adiantar que os concorrentes mais mencionados foram Austin²⁸ e, sobretudo os fabricantes Bow e Ranger.

No início da década de 1840, a sociedade que explorava a manufactura Coade, com Routledge à testa, terá sido dissolvida. Como consequência, em Julho de 1843 os activos da fábrica foram levados a leilão. As referências da época aludem à manufactura a desmantelar como “*renomada*”, mas o leilão dos produtos fabricados não incluiu apenas «Coade stone», pois são mencionadas várias colunas em escaiola a imitar mármore. Moldes e modelos viriam a ser sobretudo comprados por anteriores concorrentes da Coade, entre os quais Mark Henry Blanchard (nascido em 1817). Este fora aprendiz na manufactura Coade, nos anos de declínio da empresa, possivelmente após a aludida falência de William Croggon e quando esta manufactura era já gerida por Thomas John Croggon, à volta de 1835-1837, ou até mesmo depois de ter sido arrendada a Thomas Routledge e a John Danforth Greenwood, no período de cerca de 1837-1840²⁹. Blanchard iniciara o seu próprio negócio em Blackfriars Road, no bairro de Lambeth, por volta de 1840 (provavelmente começando por trabalhar com gesso). Graças a ter ficado com muitos dos modelos e moldes da manufactura Coade que foram levados a leilão, em 1843, Blanchard tentou passar ao público – se bem que com alguma dificuldade³⁰ – a imagem de que era o sucessor de Eleanor Coade.

Mark Henry Blanchard tentou, como outros concorrentes seus, ocupar o vazio criado pelo desaparecimento da manufactura Coade³¹, mas sem o mesmo sucesso que tivera Eleanor Coade. De qualquer modo, o prestígio que a velha manufactura atingira na sua época áurea foi de tal ordem que, em 1869, a sociedade M. H. Blanchard Sons & Company dá-se ainda como sua sucessora, recorrendo até ao mesmo timbre que havia sido usado durante décadas pela Coade, embora com ligeiras adaptações, nomeadamente a menção a prémios obtidos na Exposição Universal de 1851, em Londres. A empresa de Blanchard estabeleceu-se gradualmente como

²⁸ SCOTT, Simon – *The development of artificial stone: a successful substitute for quarried stone?* S.l., Haddonstone, 2019.

²⁹ EDWARDS, Howell G. M. / BROOKE, Christopher J. – *Coade Stone: A History and Analysis*, p. 44-45.

³⁰ O facto de Mark Henry Blanchard não ter ocupado as antigas instalações de Eleanor Coade dificultou esse seu propósito de passar por ser sucessor. Em 1855, John Timbs, autor da obra “*Curiosities of London*”, entendia até que a sucessora da manufactura Coade era a sociedade Austin & Seeley (de Felix Austin e John Seeley).

³¹ O desaparecimento viria a ser completo cerca de um século depois, visto que tudo foi demolido para se poder erguer os edifícios do Festival of Britain, em 1951. Quando das obras de demolição, foram recuperados no local vários artefactos de refugo em «Coade stone», os quais viriam a ser objecto de uma conferência por parte da bibliotecária e pesquisadora I. Darlington (cf. “*The Birmingham Post & Gazette*”, 10 November 1956). O sítio onde existiu a manufactura Coade é hoje parte dos Jubilee Gardens, junto ao Tamisa, entre o County Hall e o Royal Festival Hall.

um dos principais fabricantes britânicos de artefactos em terracota para exteriores, incluindo vasos, estátuas e bustos, executando ainda encomendas de maior escala para ornamentação arquitectónica. Porém, a época em que a M. H. Blanchard Sons & Company laborou foi pautada por forte concorrência, não só em Inglaterra (nomeadamente a empresa de John Marriott Blashfield, que, de algum modo, também imitou inicialmente artefactos da manufactura Coade), mas em outros países da Europa³². Até já em Portugal existiam então fábricas que produziam artefactos do mesmo tipo, ainda que com pastas cerâmicas mais porosas face à «Coade stone»; quer artefactos em fosco (em terracota), quer vidrados (em faiança)³³.

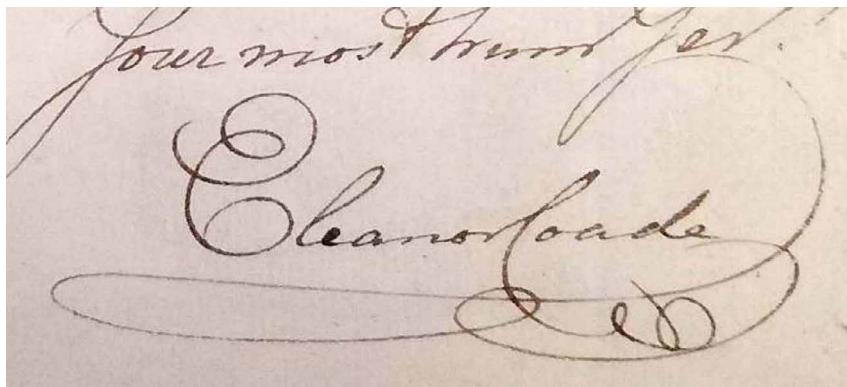


FIGURA 2A • Assinatura de Eleanor Coade num orçamento de 1787 (in Kyle Stover, 2022, p. 147).

Com base no catálogo de 1784, a variedade de peças da manufactura Coade era surpreendente para a época, indo desde pateras e pequenas pedras-chave, até chafarizes e monumentos públicos com complexos grupos escultóricos; passando por qualquer parte ornamentada de um edifício ou jardim neoclássico – ou até neogótico: estátuas e bustos, consolas, plintos, colunas, pedestais, capitéis, impostas, arquitraves, frisos, tabelas, medalhões, vasos e urnas, balaústres, umbrais, chaminés, coruchéus, rusticados, e até fogões de sala. Em «Coade stone» foram também executados brasões, placas devocionais, relógios de sol, e mesmo monumentos funerários.

³² Veja-se, por exemplo, STRATTON, Michael – *Science and Art Closely Combined: the organization of training in the terracotta industry (1850-1939)*. In "Construction History", vol. 4, 1988, p. 35-51. Veja-se ainda PEARSON, Lynn – *In the latest London style: Decorative tile and terracotta exports by British manufacturers, 1840-1940*. In "Proceedings of the Second International Congress on Construction History", 2006, Vol. 3.

³³ Veja-se, a propósito: QUEIROZ, José Francisco Ferreira - *Os catálogos da Fábrica das Devesas*. Lisboa, Chiado Editora, 2016.

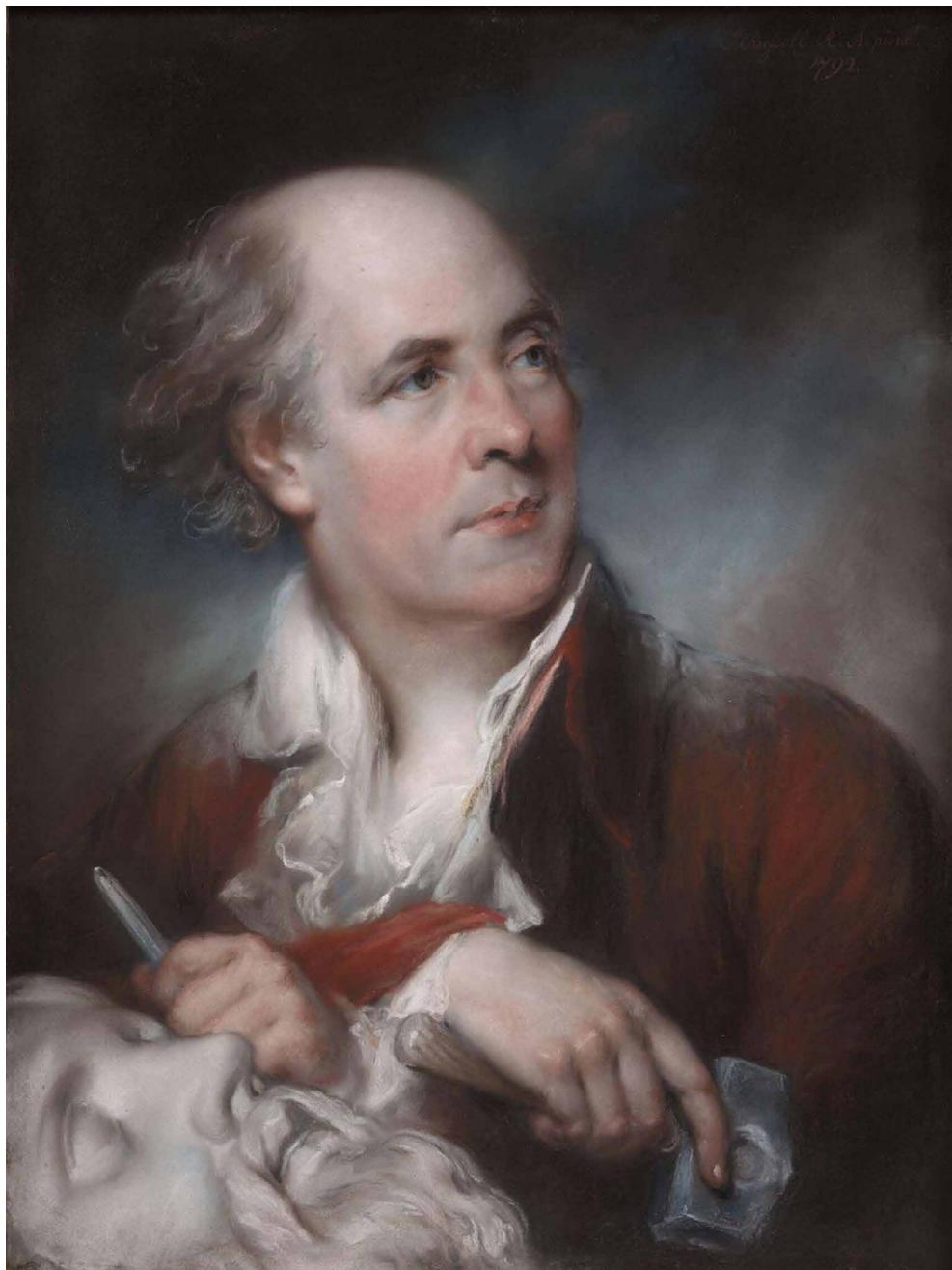


FIGURA 2B · O escultor John Bacon, modelador de muitos dos mais antigos artefactos da manufactura Coade (retrato pintado por John Russell em 1792).

A D E S C R I P T I V E
C A T A L O G U E
O F
COADE's Artificial Stone Manufactory,

A T*

King's Arms Stairs, Narrow-Wall, Lambeth:

Opposite White-ball Stairs.

W I T H P R I C E S A F F I X E D.

C O N S I S T I N G O F,

I.	STATUES.	XII.	PATERAS for Elevations from 10 to 20 Feet.	XXII.	CHIMNEY TOPS,
II.	BUSTS.	XIII.	DITTO of 10 Feet and under.	XXIII.	PIERS.
III.	VASES.	XIV.	COATS of ARMS	XXIV.	CONSOLES.
VI.	PEDESTALS.	XV.	IMPOSTS.	XXV.	SEPULCHRAL ORNAMENTS
V.	CAPITALS.	XVI.	KEY-STONES.	XXVI.	CHIMNEY-PIECES.
VII.	FRIZES.	XVII.	ARCHITRAVES.	XXVII.	PIECES of FURNITURE and various ornaments.
VIII.	FASCIAS.	XVIII.	RUSTICS.	XXVIII.	ORNAMENTS to fix on Stone or Wood.
IX.	PANNELS and TABLETS.	XIX.	PINNACLES.	XXIX.	WOOD CHIMNEY-PIECES with Stone Ornaments.
X.	MEDALLIONS.	XX.	BALUSTERS.		
XI.	PATERAS for Elevations from 30 to 40 Feet.	XXI.	BALLS and FEET.		
xi.	DITTO from 20 to 30 Feet.				

With an APPENDIX.

L O N D O N, P R I N T E D:

To be had at the MANUFACTORY, and of J. STRAHAN,
Bookseller, No. 67, Strand.

M,DCC,LXXXIV.

[Price ONE SHILLING.]

FIGURA 3 - Estampa de 1786 (publicada no ano seguinte, no volume 11 do "European Magazine") representando a cozedura no forno da manufatura Coade de uma alegoria ao Rio Tamisa e das Quatro Estações, além de um vaso sobre pedestal, um pedestal em forma de cipo, dois relevos, e, em primeiro plano, um friso e três pedras-chave.



FIGURA 3A · Tabuleta publicitária da manufatura Coade, em detalhe de uma vista da King's Arms Stairs, perto da ponte de Westminster (John Edy, 1791).

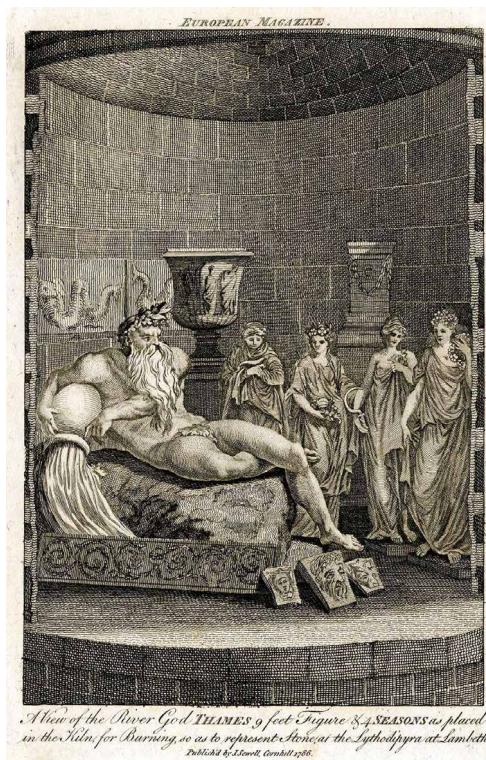


FIGURA 4 · Frontispício do catálogo de 1784 da manufatura Coade.

O catálogo de 1784 da manufactura Coade³⁴, contém uma nota prévia com afirmações particularmente pertinentes, justificando a sua transcrição integral:

“O período de quinze anos, desde que foi estabelecida esta Manufactura de Pedra Artificial pelo fogo, e a reputação que adquiriu, em grande medida tornam desnecessário dizer qualquer coisa em jeito de recomendação; mas, para proveito daqueles em cujas mãos este catálogo possa recair, e que, devido à sua localização remota, ainda sejam estranhos aos [nossos] trabalhos, será apropriado notar que foram aplicados num grande número de edifícios muito importantes, neste e outros reinos, sendo alguns desses exemplos susceptíveis de exame por quase todos. Remetemos para esses exemplos a prova da sua durabilidade, bem como o superior estilo de design e execução adoptados; porém, como podem ser encontrados alguns espécimes que não correspondem a estas características, importa esclarecer os potenciais clientes que, no decurso do período acima referido, várias outras manufacturas passaram por ter a mesma denominação, e que, tendo sido extintas há alguns anos, as suas produções foram frequentemente atribuídas a esta fábrica – e exemplo de uma incorrecta aplicação é um pórtico que conduz à Syon-House, em Brentford Road.

A propriedade que esta pedra artificial tem, acima da pedra natural, de resistir a temperaturas negativas e, consequentemente, de reter aquela acuidade em que se destaca de qualquer tipo de escultura em pedra, torna-a peculiarmente adequada para estátuas em parques e jardins, também para monumentos e túmulos nos adros das igrejas, neste ou num clima mais severo.

A redução do preço, que tem sido sempre o objectivo, em grande medida será encontrada atingida; pois, embora uma economia considerável face ao custo da pedra de Portland tenha sido uma das suas primeiras recomendações, torna-se agora, por essa razão, mais do que nunca, digna da atenção do público.

Um catálogo – que há muito é desejado pela Nobreza, e outros – será especialmente útil para os arquitectos do país, que, ao delinearem projectos, estarão capacitados para escolher os ornamentos que se adequam ao seu propósito, e podem vir a ser fornecidos com desenhos de quaisquer artigos que escolham. Pede-se-lhes que atentem no seguinte: as dimensões dos painéis, medalhões, pedras-chave, etc. podem variar consoante o projecto o exija, aumentando ou diminuindo a margem; colocando ou retirando molduras; entre outros muitos ajustes; e também os seus próprios desenhos serão executados com toda a vantagem”³⁵.

³⁴ Em várias estampas, sobretudo referentes a capitéis, pedestais, frisos, e fogões de sala, há menções legais que remetem para 1777 e 1778.

³⁵ *A descriptive Catalogue of Coade's Artificial Stone Manufactory (...).*

Nesta nota prévia, destacamos sobretudo a menção à Nobreza. Esta fórmula de cortesia era habitual na publicidade da época. Ainda assim, a Nobreza era, de facto, o principal destinatário do catálogo, para além dos próprios arquitectos. E é certo que vários dos mais influentes arquitectos britânicos da época dita *georgiana* usaram «Coade stone» em projectos, casos de John Nash, John Soane, Robert Adam, ou James Wyatt³⁶. Porém, é também interessante a menção ao pórtico da Syon-House, do Duque de Northumberland, em Brentford Road (nos arredores de Londres). No exemplar deste catálogo que consultámos, existe uma nota manuscrita da época referindo que o pórtico havia sido entretanto reconstruído com recurso a artefactos legítimos da manufactura de Eleanor Coade. Tal pórtico, desenhado por Robert Adam, foi particularmente marcante na História da Arquitectura, tendo sido replicado até ao Século XX, inclusivamente em Portugal³⁷. Não por acaso – como veremos – uma das réplicas, em variante adaptada à cultura portuguesa, também foi construída com artefactos em «Coade stone».

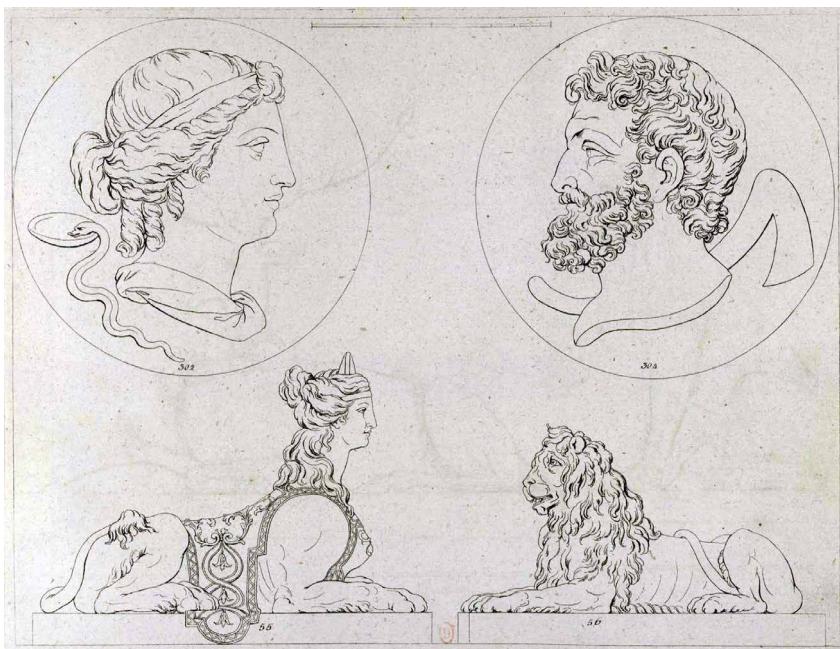
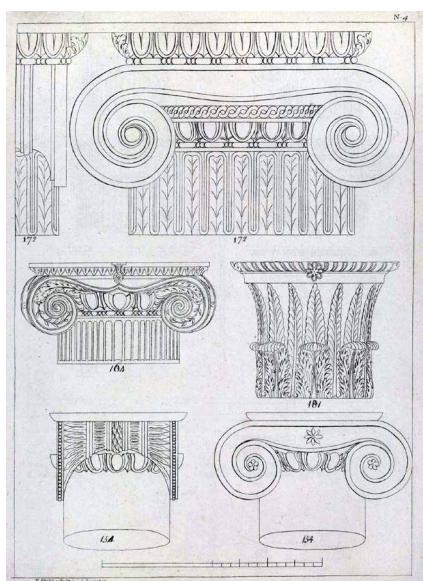
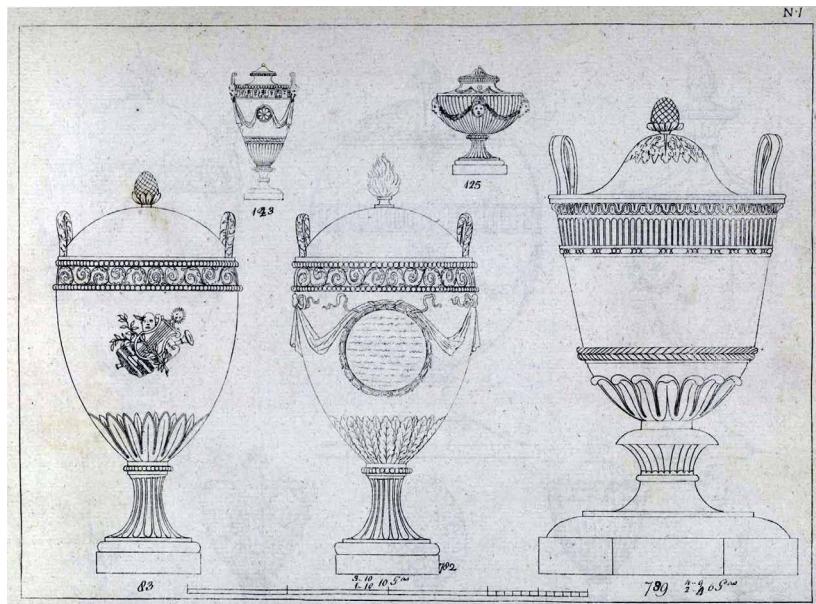


FIGURA 5 • Quatro estampas do catálogo de 1784 da manufactura Coade: efígies e animais, urnas, capitéis, e um exemplo de túmulo parietal.

³⁶ Veja-se, a propósito, STANFORD, Caroline – *Eleanor Coade and Horace Walpole's Gothic Gateway: A Study in Eighteenth-Century Business Practice*. In "Journal For Eighteenth-century Studies", n.º 48, 2025, p. 149-176.

³⁷ Veja-se, a propósito, TENREIRO, José Pedro de Galhano / QUEIROZ, Francisco – *Gerard van Krieken (1864-1933): percurso e actividade artística em Portugal*. In "RomantHis", n.º 3, 2024, p. 240-293.



A «Coade stone» sob o ponto de vista patrimonial

Várias peças saídas da manufactura de Eleanor Coade foram propositadamente modeladas para clientes de elevado poder aquisitivo ou estatuto social, o que não significa que não pudessem ser depois replicadas, no todo ou em parte, para outros clientes. Dependendo da natureza mais ou menos personalizada das peças, e do seu maior ou menor tamanho, estas poderiam não mais ser reproduzidas; ou então, replicadas ao longo de anos, e até exportadas. As reproduções incrementavam o lucro da manufactura, visto que não havia lugar ao custo da modelação proposta. A publicação de estampas, e de catálogos de estampas, apelava precisamente à aquisição de réplicas, por mimetismo face aos originais, geralmente executados para fins palacianos, ou outros de grande distinção arquitectónica, que muitos desejariam imitar, como forma de acrescentar requinte aos seus edifícios e jardins.



FIGURA 6 · Vista da manufactura Coade, identificada como “Artificial Stone Manufactory”, tirada a partir da Narrow Wall Street (George Shepherd, viragem do Século XVIII para o Século XIX). Ao fundo, voltado ao pátio da fábrica, vê-se parte de um grande relevo representando o Carro de Apolo. A manufactura ficava encostada a uma fábrica de cerveja (mais ao fundo, não visível nas imagens), numa zona onde existiam então também várias estâncias de madeiras. Havia uma precisamente do lado oposto da viela de servidão que dava acesso ao Tamisa (do lado direito da imagem), assim como um negócio de lousas. Porém, a manufactura Coade tinha outra entrada, voltada para a College Street, a qual desembocava no rio através da King's Arms Stairs. Com a abertura da Belvedere Road, que intersectou a curva mais apertada de Narrow Wall, desapareceu o muro que se vê à esquerda na imagem e passou a existir um gradeamento à frente da casa. Em 1828, a entrada para a fábrica e parte do alçado desta casa tinham já uma nova fachada sobreposta, mais elevada e decorada com artefactos em «Coade stone».

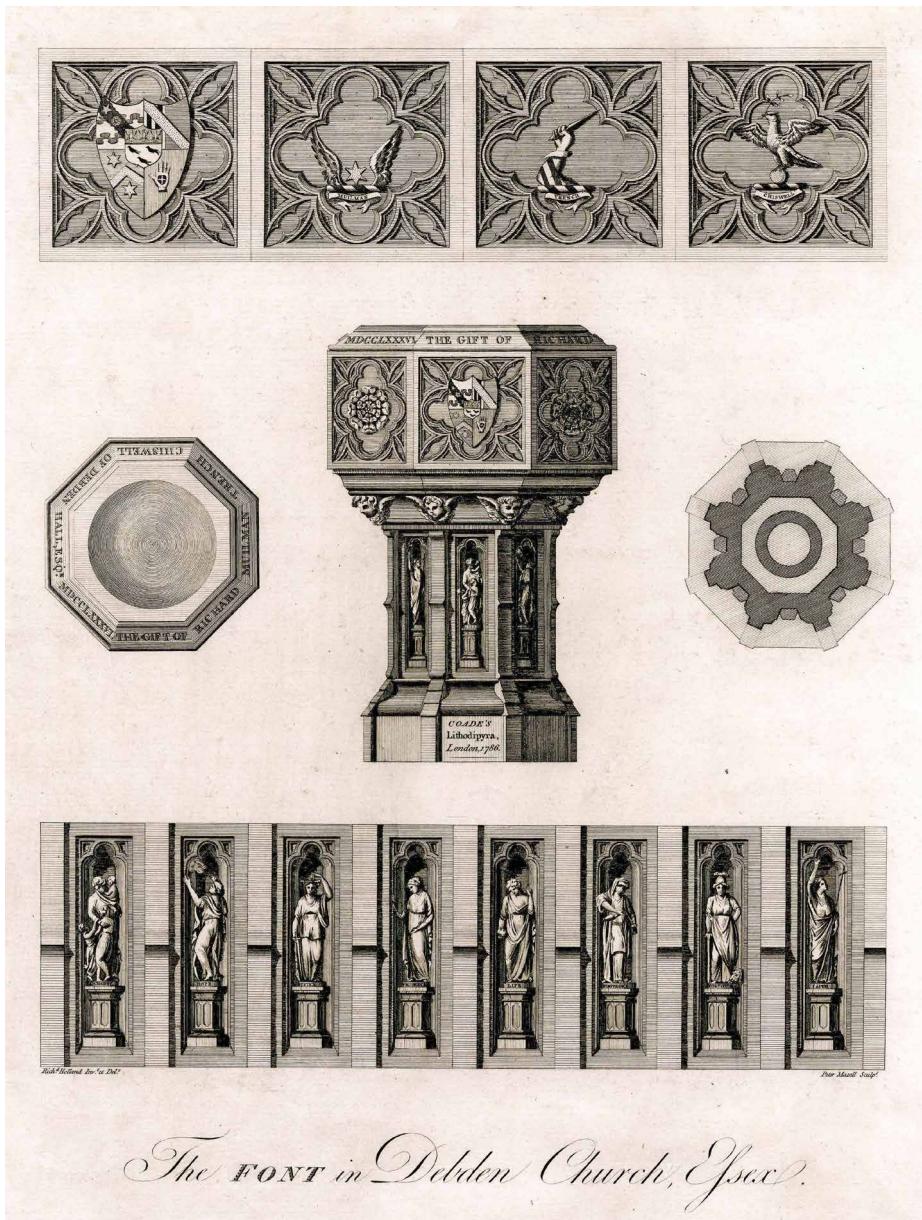
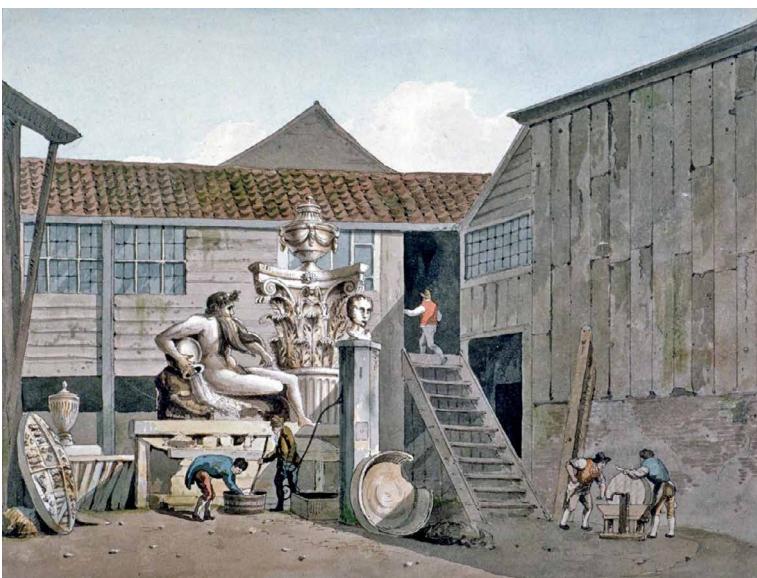


FIGURA 7 • Pia baptismal oferecida para a igreja de Saint Mary and All Saints em Debden (Essex, Inglaterra) pelo fidalgo Richard Mullman Trench Chiswell, executada em «Coad stone» no ano de 1786 (gravura de Peter Mazell baseada em desenho e projecto de Richard Holland). Este modelo de pia, que ficou famoso na época, em Inglaterra (tendo até ilustrado um dos números do "European Magazine", em 1789), parece estar representado na figura anterior, à entrada da manufatura.



FIGURAS 8 e 8A • Duas outras perspectivas da manufactura Coade, da viragem do Século XVIII para o Século XIX (respectivamente da autoria de Charles Tomkins e de George Shepherd): a entrada principal, vislumbrando-se dentro alguns artefactos e vendendo-se sobre a porta uma composição heráldica; e um pátio, com alguns operários e diversos artefactos.

Apesar de subsistirem dezenas de reproduções para certos modelos, os artefactos em «Coade stone» são, em Inglaterra, entendidos como uma forma de arte “erudita”. Não por acaso, o “Historic England” mapeou os numerosos exemplares subsistentes *in situ* em território inglês, com maior incidência na cidade de Londres. Vários artefactos em «Coade stone» motivaram mesmo a classificação patrimonial das estruturas arquitectónicas onde se encontram aplicados³⁸.

No presente estado da arte, e apesar de não se conhecer qualquer inventariação sistemática de artefactos em «Coade stone» existentes *in situ* fora de Inglaterra (havendo sobretudo alguns escassos artigos sobre casos isolados), crê-se que a maior concentração mundial destes artefactos estará em Londres, e concretamente, no bairro de Marylebone, sendo muitas destas peças meras *keystones* isoladas em portais de edifícios residenciais burgueses, ao passo que casas de campo e palácios – nomeadamente o de Buckingham – congregam normalmente as peças maiores, ou então peças não tão grandes mas em maior número e com maior diversidade. Outros edifícios marcantes do último terço de Setecentos e do primeiro terço de Oitocentos ostentam elementos ornamentais em «Coade stone», de maior ou menor dimensão, como o Royal Naval Hospital, em Greenwich³⁹; a Saint George’s Chapel, em Windsor; o pavilhão real de Brighton; o edifício do Banco de Inglaterra e a Carlton House, em Londres; ou – passando para o outro lado do Atlântico – a icónica Octagon House, em Washington.

³⁸ Aqueles exemplares que já não se encontram *in situ* e que têm sido colocados à venda atingem geralmente valores de mercado consideráveis: cerca de 24 mil euros por um leão para jardim com seu plinto também em «Coade stone», ou entre cerca de 3 mil a 9 mil euros por uma mera pedra-chave.

³⁹ KELLY, Alison – *A camouflage queen by the river: Mrs Coade at Greenwich*. “Country life”, CLXV, 25 January 1979, p. 244-245.

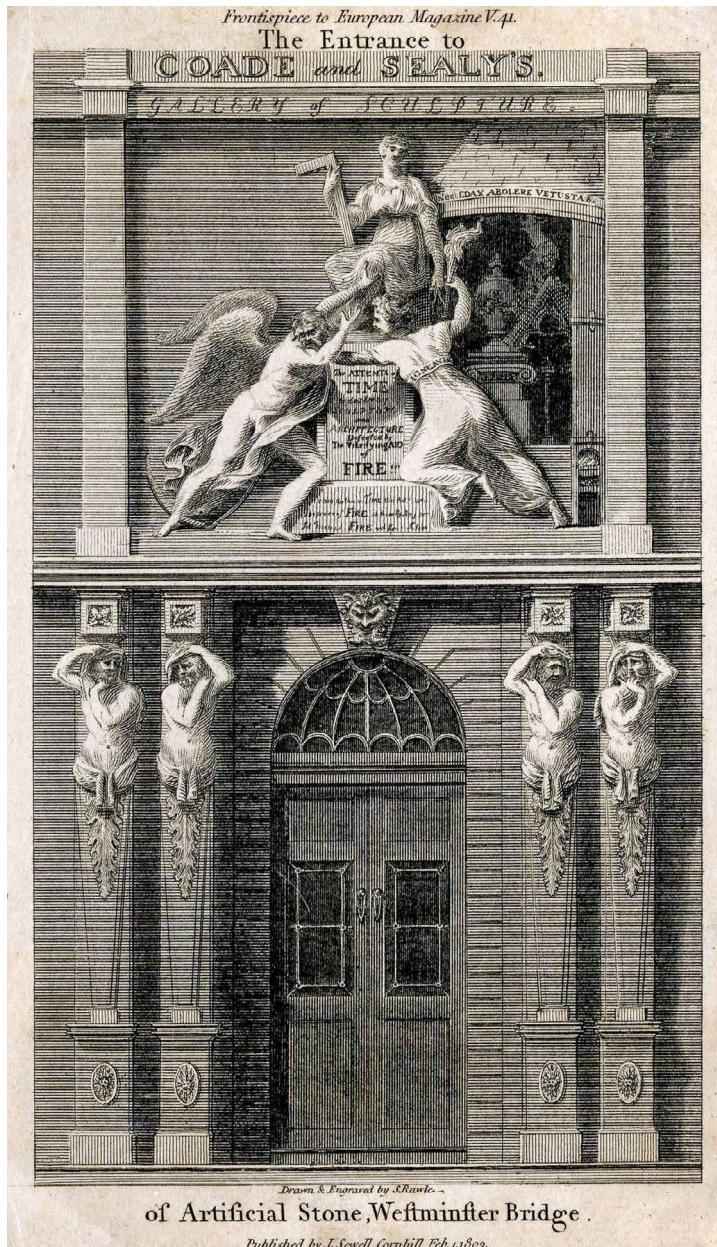


FIGURA 9 • Gravura publicada como frontispício do volume 41 do “European Magazine”, aludindo à galeria que Eleanor Coade e John Sealy estabeleceram junto à ponte de Westminster, em 1799. De notar que o relevo sobre a porta corresponde ao timbre da própria manufactura.

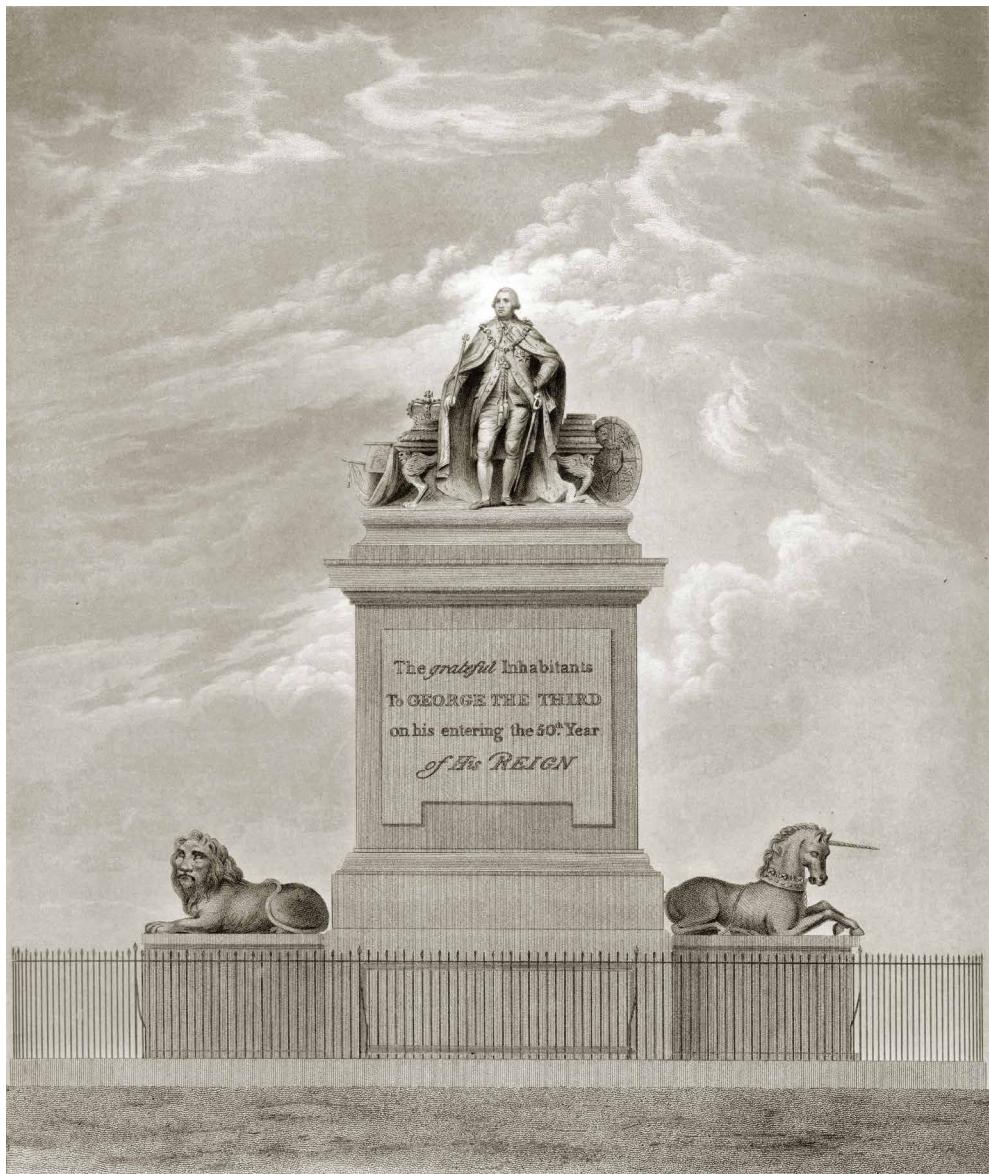


FIGURA 10 • Monumento em «Coade stone» dedicado a George III, erguido em 1809 na estância balnear de Weymouth, que o monarca costumava frequentar.

A gravura, publicada em 1811 e da autoria de Edward Scriven, contém também a indicação *"Coade & Sealy fecit"*, supondo-se que tenha sido gravada a partir do projecto original.



FIGURA 11 • Alegoria à Agricultura executada para o 2º Conde de Portsmouth (gravura publicada em 1789 no "European Magazine") e a mesma alegoria no catálogo de 1784 da manufactura Coadé.

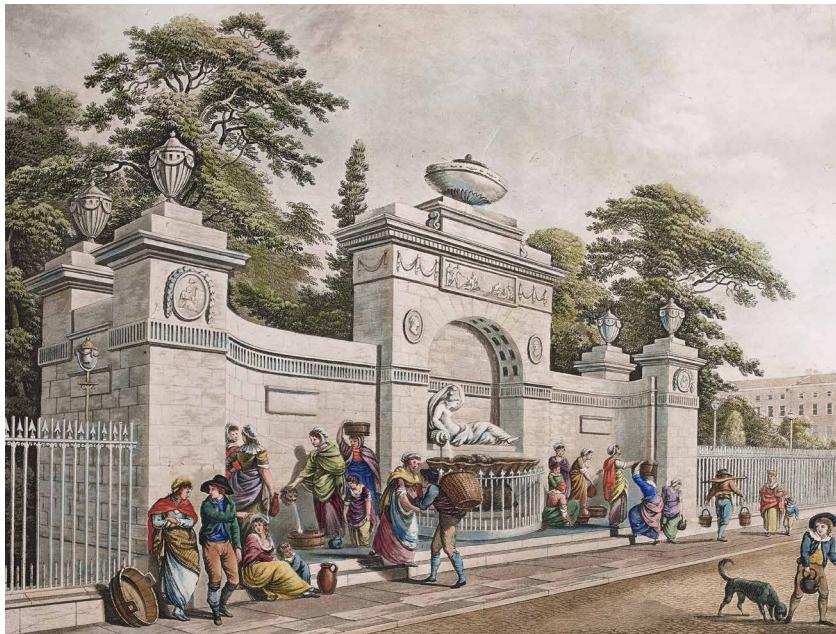


FIGURA 12 • Dublin, Rutland Fountain, obra de 1791-1792 com vários artefatos em «Coade stone» (desenho de J. J. Barrolet gravado por J. C. Stadler).



FIGURA 13 • Dublin, Rutland Fountain: detalhe das urnas, de 1790, e do medalhão com a alegoria da Irlanda chorando a perda do Duque de Rutland (fotos do autor).

A «Coade stone» no Mundo Português

Produzida ao longo de décadas sob a direcção de uma mulher empresária, a «Coade stone» continua a ser um tema de estudo desafiante na perspectiva da História da Arte: não só por ter sido um precoce e invulgar caso de sucesso de fusão entre arte e indústria, antecipando a época áurea da cerâmica arquitectónica a nível europeu, mas também por a sua disseminação ter ultrapassado as fronteiras da Inglaterra e do mundo britânico. Efectivamente, pudemos documentar perto de uma trintena de artefactos em «Coade stone» no território português, executados entre 1789 e 1832, quase todos *in situ*. Poderão existir mais exemplares, ainda não referenciados, visto que este artigo constitui uma primeira – e necessariamente incipiente – abordagem ao tema⁴⁰.

Não apresentamos o número exacto de artefactos em «Coade stone» que já localizámos no país: não só por, em certos casos, não ter sido possível examinar de perto o material ou a eventual existência de marca, mas também por existirem algumas réplicas noutros materiais, sugerindo que estas tenham substituído um prévio artefacto em «Coade stone», removido talvez por estar em mau estado.

Os exemplares de «Coade stone» em Portugal nunca receberam qualquer atenção por parte de historiadores de arte, não só por serem de reduzida dimensão e em escasso número, mas também por a sua integral compreensão em contexto exigir uma abordagem interdisciplinar que não evite a colocação em causa – precisamente – dos conceitos de “periferia” e de “erudição”. Assim, o exemplo mais relevante de artefactos em «Coade stone» executados para um português, abarcando várias peças e algumas delas até modeladas propositadamente, está, não em Portugal, mas sim no Brasil. Encontra-se no Rio de Janeiro, inserindo-se no plano de obras que D. João VI desenvolveu durante a segunda década do Século XIX⁴¹. Trata-se de molduras com frisos de bucrânios, e ainda de capitéis, além de uma composição de remate com as armas de Portugal ladeadas por dragões. Está documentada a encomenda régia destas peças para o pórtico (1810-1812), assim como de algumas estátuas (1819-1820), também destinadas ao Brasil: duas figuras alegóricas (a Justiça e a Verdade, de grande dimensão, sobre as quais se apoiavam

⁴⁰ O autor agradece eventuais indicações de outros artefactos em Portugal em «Coade stone» que não sejam mencionados neste artigo, disponibilizando o endereço correio@franciscoqueiroz.com para este efeito.

⁴¹ Para aprofundamento, veja-se PEREIRA, André Luiz Tavares – *O Palácio de São Cristóvão como local de representação: notas breves sobre uma investigação adiada*. In “Concinnitas”, n.º 34, Dezembro de 2018.

as armas de Portugal, ornadas de louro), duas figuras mitológicas (Flora e Pomona, embora, aquando da execução, se aluda a duas vestais, mais os respectivos pedestais triangulares ornados com golfinhos) e duas figuras de santos (São Jorge e São João) – estas últimas eventualmente modeladas de propósito por Giuseppe Panzetta, escultor ao serviço da manufactura Coade nessa época⁴². Porém, no presente estado da arte, supõe-se que as únicas peças em «Coade stone» resultantes da encomenda régia que ainda subsistem no Rio de Janeiro são precisamente as do pórtico que originalmente antecedia o Palácio de São Cristóvão⁴³.



FIGURA 14 · Entrada do parque da Syon House (estampa publicada em
"The Repository of arts, literature, commerce, manufactures, fashions and politics",
by Rudolph Ackermann, Ser. 3, vol. 1, May, 1, 1823).

⁴² KELLY, Alison – *Mrs. Coade's stone*, p. 134.

⁴³ KELLY, Alison – *An Expensive Present: The Adam Screen in Rio de Janeiro*. "The Burlington Magazine", Vol. 126, n.º 978 (Sep. 1984), p. 548-553.

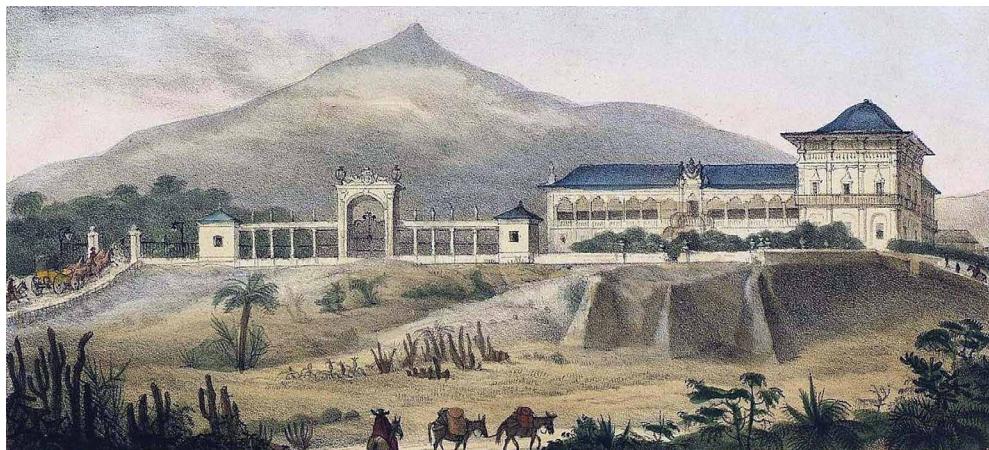


FIGURA 15 • Palácio da Boa Vista, ou de São Cristóvão, tal como estava em 1822, em detalhe de uma estampa publicada na obra de J. B. Debret, *"Voyage Pittoresque et historique au Brésil"* (Paris, Firmin Didot Frères, 1839, 3.ºme partie, pl. 20).



FIGURAS 16 E 17 • Detalhes em «Coade stone» do pórtico do Palácio de São Cristóvão: armas reais portuguesas picadas; capitel e frisos (fotos de Fábio Carvalho).

Este pórtico imita o chamado *pórtico do leão*, existente à entrada do parque da já referida Syon House, do Duque de Northumberland. Por conseguinte, estamos perante uma encomenda – que foi mais uma oferta forçada por parte do referido duque, pois o régio encomendador não chegou a pagar os artefactos⁴⁴ – dentro de um contexto erudito, para um palácio real. Nada de mais natural, pois; em linha com o uso que os artefactos em «Coade stone» haviam tido até então em Inglaterra e em alguns outros territórios britânicos ou suas antigas colónias. Porém, quando nos focamos nos exemplares em «Coade stone» especificamente localizados *in situ* no que é hoje o território português, já o mapa de distribuição é, à partida, mais surpreendente.

Tratando-se de artefactos que, fora de Inglaterra, tiveram a sua principal expressão entre o fim da década de 1780 e o final da década de 1820, seria de esperar que subsistissem artefactos em «Coade stone» na cidade do Porto, atendendo à prospéritade da sua comunidade britânica e à forte influência que esta comunidade teve então na arquitectura da cidade. Porém, não conhecemos qualquer caso de «Coade stone» *in situ* no Porto. Quanto a Lisboa, a despeito de ser a maior cidade do país, com muito mais estrangeiros fixados como negociantes e também com numerosos britânicos, conhecemos aqui somente um artefacto em «Coade stone». Todos os demás artefactos *in situ* que encontrámos em território português localizam-se na Ilha de São Miguel e estão dentro da malha urbana de Ponta Delgada, distribuídos por cinco diferentes casas, como veremos.

Relativamente ao único caso que conhecemos *in situ* em Lisboa, trata-se do relevo com as armas do Reino Unido, sobre o portal do Cemitério Britânico. Sabe-se que foi encomendado em Julho de 1820 pelo arquitecto Charles Fowler, para colocação numa igreja em Lisboa. Esta igreja, ou capela, localizada no interior do recinto cemiterial dos britânicos e inaugurada em 1822, viria a ser devorada por um incêndio na década de 1880. A frontaria da nova capela, atendendo ao seu desenho neorromânico, não comportava tais armas, o que terá levado à colocação das mesmas sobre o portal de entrada do próprio cemitério.

⁴⁴ KELLY, Alison – *An Expensive Present: The Adam Screen in Rio de Janeiro*.

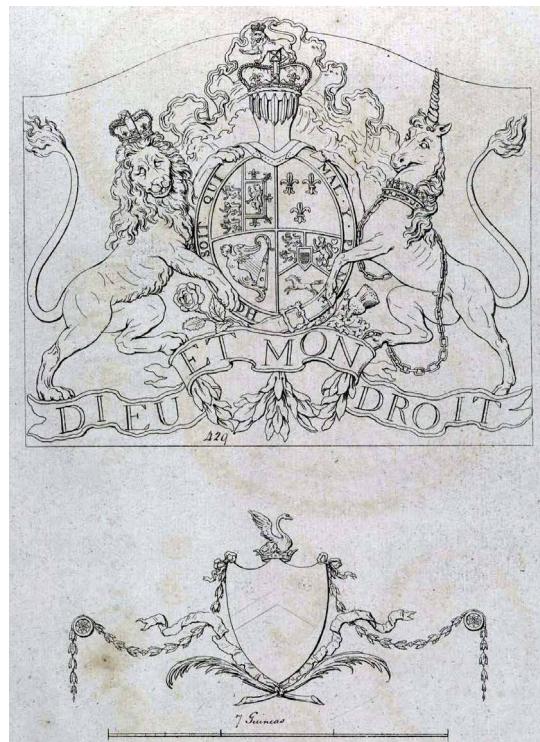
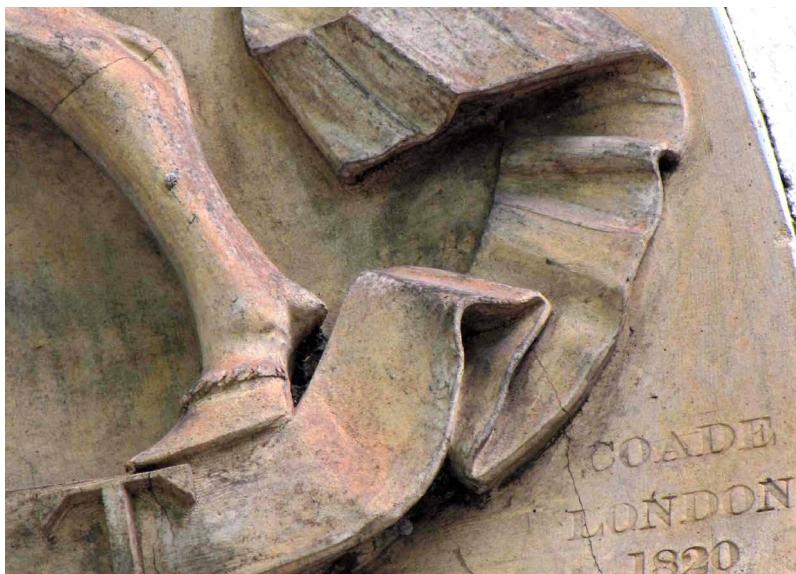


FIGURA 18 • Artefactos heráldicos no catálogo de 1784 da manufactura Coade.



FIGURA 19 • Representação heráldica em «Coade stone» sobre o portal do Cemitério Britânico de Lisboa (fotos do autor).



FIGURAS 20 e 21 • Representação heráldica em «Coade stone» sobre o portal do Cemitério Britânico de Lisboa (fotos do autor).



FIGURA 22 · Cemitério Britânico de Lisboa ainda com a primitiva capela anglicana, vislumbrando-se o portal côncavo onde estaria originalmente o relevo heráldico (desenho de Clémentine Brélaz litografado à volta de 1840 para a obra “*Dix vues de Lisbonne*”).

O núcleo de artefactos em «Coade stone» de Ponta Delgada

Passando a examinar concretamente Ponta Delgada, refira-se que uma só casa na cidade congrega cerca de metade de todos os artefactos em «Coade stone», ou sucedâneos, que localizámos em território nacional. Referimo-nos à residência de Thomas Hickling, situada em frente à Igreja de São Pedro. O nome e o apelido do proprietário parecem ser parte da explicação para a quantidade destes artefactos presentes na casa, sendo que alguns encontram-se mesmo duplicados. Contudo, a biografia de Thomas Hickling (1745-1834), em vez de aclarar, suscita-nos ainda mais questões.

Por um lado, apesar de filho de um inglês, Hickling não era inglês, mas sim norte-americano, tal como a sua mãe e como as suas duas sucessivas consortes. Por outro, tornou-se vice-cônsul dos Estados Unidos da América em Ponta Delgada muito pelo papel que teve nas negociações para o fim do bloqueio aos navios norte-americanos nos Açores, no contexto da guerra da independência que se seguiu à Revolução Americana. Portanto, apesar de ser um negociante, e de ter tomado parte no início

da época áurea de exportação de laranja para a Grã-Bretanha, Thomas Hickling representava os interesses norte-americanos na Ilha de São Miguel⁴⁵. Não por acaso, quando estabeleceu um pioneiro edifício termal nas Furnas, este recebeu o nome de *Yankee Hall*. Perante tudo isto, é inusitado que o maior conjunto de artefactos em «Coade stone» na cidade de Ponta Delgada (e no país) avulste na residência de um norte-americano e não na residência de um inglês. Ainda assim, a casa de Thomas Hickling é um edifício muito importante na história da arquitectura açoriana e revestiu-se de certo pioneirismo na Ilha de São Miguel, no tocante à transição para novos modelos de casa abastada que não se colavam às características dos tradicionais solares barrocos⁴⁶. O recurso a artefactos em «Coade stone» enquadra-se, pois, nas características neoclássicas contidas da casa, e também reforça o seu papel regional como edifício de ruptura em termos estéticos.

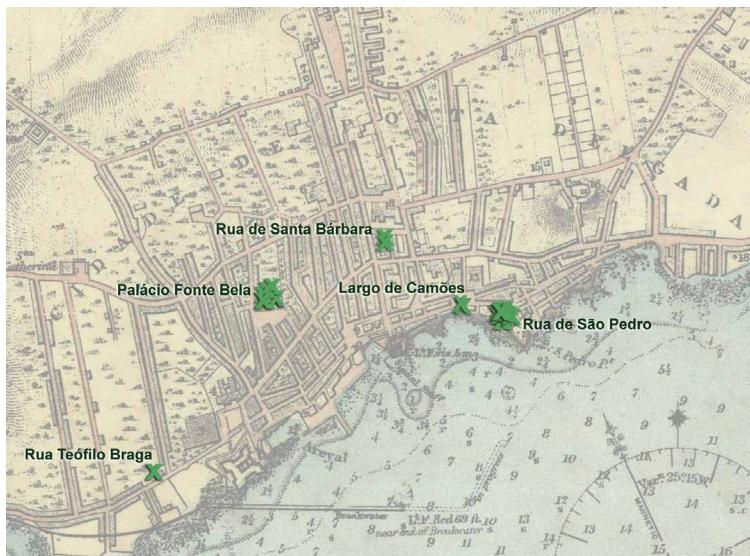


FIGURA 23 - Artefactos em «Coade stone», ou sucedâneos, localizados em Ponta Delgada (marcados numa planta antiga da cidade).

⁴⁵ Sobre Thomas Hickling, veja-se RODRIGUES, Henrique de Aguiar O. – *Thomas Hickling: subsídios para uma monografia*. Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2010. Veja-se também ROGERS, Francis Millet – *St Michael's Hicklings, Fayal Dabneys, and their British connections*. In "Arquipélago", número especial "Relações Açores – Grã-Bretanha", Universidade dos Açores, 1998, p. 123-148. Para uma perspectiva mais genealógica, veja-se ainda ALBERGARIA, Eduardo Soares de – *Thomas Hickling: Descendentes nos arquipélagos dos Açores, Madeira e Portugal Continental*. Lisboa, Dislivro Histórica, 2009.

⁴⁶ ALBERGARIA, Isabel Soares de – *Arquitectura e jardins: do Neoclássico e outros revivalismos, às novas propostas do paisagismo oitocentista*. In "História da Arte nos Açores (c. 1427-2000)", coordenação de Delfim Sardo, João Vieira Caldas e Vítor Serrão. Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura, 2018, p. 575-613.



FIGURA 24 - Casa Hickling, em Ponta Delgada (também conhecida como Hotel São Pedro):
alçado visto do mar (foto do autor) e alçado visto de nascente aquando do fim da Primeira Grande Guerra,
quando servia como almirantado norte-americano (postal antigo). As arcadas adossadas ao edifício
não se encontram na posição original, pois estavam um pouco mais atrás da década de 1940,
suportando um terraço a todo o comprimento do alçado. Aquando das obras de modificação,
dos cinco arcos abatidos em vista frontal, apenas nos três centrais se vislumbravam claramente
vazios que mostravam terem existido ali pedras-chave de encaixe.



FIGURA 24A

Contudo, há outro aspecto por explicar devidamente: o facto de a casa de Thomas Hickling que chegou até ao início do Século XX, ou grande parte dela, ter sido concluída à volta de 1812 – constando esta data de duas epígrafes em alçados opostos, uma das quais na chaminé. Ora, o artefacto em «Coade stone» com data insculpida mais antigo nesta casa – assim como na ilha, e até em todo o território nacional (considerando aquilo que já se conhece) – é de 1789. Embora a manufactura de Eleanor Coade pudesse ter em armazém peças mais antigas que fosse vendendo apenas ao longo dos anos seguintes, há aqui uma disparidade grande em termos cronológicos. Basta dizer que o artefacto comprovadamente em «Coade stone» mais tardio na casa de Thomas Hickling – daqueles em que pudemos examinar a data – é de 1801, mesmo assim onze anos anterior à data geralmente apontada para a conclusão desta casa. Por conseguinte, terá sido a casa erguida por fases e, em 1812, já há muito tempo que haveria artefactos em «Coade stone» aqui aplicados? É que, de outro modo, a casa de Thomas Hickling talvez não fosse a primeira na ilha com «Coade stone» – o, que, não sendo inverosímil à partida, levantaria ainda mais perguntas.

Importa referir que Portugal não é mencionado como destino de qualquer peça da manufactura Coade, no catálogo publicado em 1799 para apoio à galeria de artefactos em «Coade stone» que Eleanor Coade montou juntamente com o primo, John Sealy⁴⁷. Ainda assim, este catálogo alude sobretudo a artefactos de maior dimensão e/ou propositadamente concebidos, pelo que o destino das pedras-chave cujos modelos já existissem na manufactura pode ter sido propositadamente omitido. Lembramos também que este tipo de peças mais pequenas e de uso mais comum eram também mais propensas à distribuição por parte de revendedores, caso em que Eleanor Coade poderia nem saber onde as mesmas haviam sido aplicadas. O facto de só se conhecerem registos sistemáticos de clientes da manufactura Coade após 1813 e até 1821 (ano da morte de William Croggon⁴⁸), acrescenta dificuldade ao que, à partida, já é suficientemente complexo.

⁴⁷ Coade's Gallery, or Exhibitions in Artificial Stone (...).

⁴⁸ Os registos encontram-se publicados em RUCH, John E. – *Regency Coade: A Study of the Coade Record Books, 1813-21*. In "Architectural History", n.º 11, 1968.



FIGURA 25 • Casa Hickling: três perspectivas de uma pedra-chave (talvez o deus grego Pan) com data de 1789 – a mais antiga peça em «Coade stone» que se conhece em Portugal (fotos do autor).



FIGURA 25A • Pedras-chave em “Coade stone” na Casa Hickling (foto de autor).



FIGURA 26 · Casa Hickling: duas perspectivas de uma pedra-chave (eventualmente uma ninfa), com data de 1801 e a marca "Coade & Sealy" (fotos do autor).

A análise à casa Hickling reveste-se de outra dificuldade adicional, visto a mesma ter sido consideravelmente ampliada e alterada na década de 1940, existindo hoje algumas pedras-chave em estruturas que só então foram erguidas, ainda que dentro do gosto preexistente. Fotografias antigas mostram que as pedras-chave em «Coade stone» foram removidas dos seus locais originais, pelo que podem ter sido redistribuídas de modo pouco fiel à disposição original. Por outro lado, várias das pedras-chave que hoje vemos na casa parecem ser réplicas⁴⁹, talvez adquiridas na década de 1940. São os tais sucedâneos a que aludimos: as efígies são menos expressivas, a coloração é menos amarelada e a superfície menos lisa.

⁴⁹ Não nos foi possível aceder ao interior da casa. Todas as fotografias foram feitas a partir do exterior.



FIGURAS 27 e 28 • Casa no Largo de Camões, em Ponta Delgada (actual Hotel Camões), e detalhes da pedra-chave do vão axial do piso superior (fotos do autor). Sem marca visível, será talvez uma ninfa do bosque. É igual a uma peça de 1793 existente no Ceredigion Museum (no País de Gales), e do mesmo modelo da keystone da Fig. 26, embora esta não tenha heras no cabelo.

À falta de um estudo monográfico aprofundado sobre esta casa dos Hickling, por prudência não passaremos além das hipóteses⁵⁰. Em todo o caso, os indícios parecem apontar para que a residência de Thomas Hickling tenha sido a primeira casa em Ponta Delgada com artefactos em «Coade stone» e os proprietários de três outras casas na cidade com peças de aplicação arquitectónica no mesmo material – concretamente no Largo de Camões, na Rua Teófilo Braga, e na Rua de Santa Bárbara – podem tê-las adquirido sobretudo por mimetismo, até porque todas estas peças são *keystones*, ou seja, pedras-chave.

No caso do edifício do Largo de Camões, trata-se de uma casa com alçado horizontalizante, mas sem escala ou ornato suficientes para que se lhe possa sequer atribuir a designação de “solar”, até por ser um edifício em banda numa zona central do núcleo urbano, apresentando vários vãos no piso térreo que indiciam uma antiga função comercial. As pedras-chave surgem somente nos vãos axiais: o do piso térreo e o do primeiro andar. Subtilmente, reforçam o eixo de simetria da fachada, juntamente com o facto de esses vãos centrais serem em arco (em contraste com os vãos em verga das alas) e com a opção seguida aquando da construção, de sobrelevar o vão central do piso superior, ficando sem sacada. Note-se que a pedra-chave do vão do eixo do piso térreo já não é a original, mas sim uma recriação esculpida em pedra e colocada em 2002⁵¹, aparentemente encaixada sobre o que restou da *keystone* original.

Quanto ao edifício da Rua Teófilo Braga, este é, de todos os de Ponta Delgada com «Coade stone», aquele que fica mais periférico no tecido urbano. Ainda assim, encontra-se numa das saídas da cidade, em local onde as casas ainda são em banda, apesar de já serem ali poucas as casas com prospecto anterior a meados de Oitocentos. À época em que foi erguido, este edifício da Rua Teófilo Braga ficava logo no seguimento da cerca do convento franciscano (posterior cerca do hospital da Misericórdia). A frontaria é também horizontalizante e o ritmo dos vãos mais cuidado, face ao edifício do Largo de Camões, com o qual partilha o gosto neoclássico algo pragmático e decisivamente regional. Porém, esta frontaria na Rua Teófilo Braga mimetiza já uma tipologia de pequeno solar urbano,

⁵⁰ Estamos conscientes da necessidade de se conhecer melhor o percurso de todas as casas de Ponta Delgada onde subsistem artefactos em «Coade Stone», nomeadamente no tocante aos sucessivos proprietários entre finais do Século XVIII e o primeiro terço de Oitocentos. Tal será fundamental para se compreender melhor a existência destes artefactos na Ilha de São Miguel. Contudo, não pudemos empreender tal estudo em tempo útil. Para este artigo, tivemos, pois, de recorrer à bibliografia existente, a qual até menciona duas das casas com «Coade Stone», mas praticamente omite as demais.

⁵¹ Da autoria de José Carlos Almeida, que nos confirmou não se tratar propriamente de uma réplica, pois não chegou a conhecer o aspecto da peça original.

com as alas marcadas nas extremidades pelos vãos largos em simetria, e com os óculos ladeando a porta principal, indicando, no interior, um recebimento com certo aparato. É precisamente no arco sobre a porta principal que surge a «Coade stone». Não surge nos demais vãos arqueados, das extremidades. Note-se que o vão central desta fachada apresenta grandes semelhanças estéticas com o vão da Casa Hickling que dá acesso ao jardim com as arcarias.



FIGURA 29 - Rua Teófilo Braga, em Ponta Delgada:
perspectiva geral de outra casa com «Coade stone» (foto do autor).



FIGURA 30 • Rua Teófilo Braga: detalhes da pedra-chave representando um sátiro e marcada "Coade / Lambeth / 1791" (fotos do autor). De notar que estas peças geralmente não tinham função estrutural. Com base em fotografias de exemplares hoje musealizados ou colocados à venda em leiloeiras de antiguidades, o tardoz destas *keystones* apresenta dois ocos, facilitando o encaixe na estrutura arquitectónica.

Quanto ao edifício da Rua de Santa Bárbara, trata-se de outra construção em banda no centro da cidade, ainda que numa rua algo secundária. A fachada, de matriz relativamente horizontal, não apresenta escala suficiente para suscitar no observador o prospecto de um solar urbano, apesar de, pelo lado de cima, ter havido originalmente uma entrada para o jardim privado. Ora, essa entrada era em arco e poderá ter recebido também um artefacto em «Coade stone»⁵². Ainda assim, houve escrúpulo com a simetria no alçado da casa, sobretudo por existirem duas portas gémeas, com vão em arco, sendo até iguais as respectivas pedras-chave em «Coade stone». Estas peças estão marcadas “*Coade – Lambeth / 1817*” e “*Coade – London / 1817*”. É interessante esta diferenciação de marca no mesmo modelo de peça, no mesmo ano. Dir-se-ia que aquelas que fossem marcadas «*Coade – Lambeth / 1817*» seriam para venda em Londres, onde seria redundante indicar a proveniência londrina, sendo mais útil mencionar em que zona de Londres eram fabricadas as peças; ao passo que, em caso de exportação, muito dificilmente alguém saberia onde ficava o bairro de Lambeth se não fosse indicado explicitamente que era em Londres. Porém, trata-se somente de uma dedução, sem qualquer comprovação documental.



FIGURA 31 · Rua de Santa Bárbara, em Ponta Delgada: edifício com duas *keystones* iguais (foto do autor).

⁵² Informação que nos foi prestada, de memória, por Pedro Pascoal de Melo.



FIGURA 32 • Rua de Santa Bárbara: diversas perspectivas das pedras-chave, uma das quais já com o penacho da efígie feminina mutilado.
Até há poucos anos, estes artefactos encontravam-se caíados (fotos do autor).

As pedras-chave eram dos artefactos mais pequenos que a manufactura Coade produzia, mas tiveram bastante aceitação na viragem do Século XVIII para o Século XIX, particularmente em Londres. De vários tamanhos e apropriados às diferentes escalas dos vãos, a manufactura Coade executou muitas peças desta tipologia. Aludindo a exemplos concretos em Londres e arredores, Alison Kelly afirmou:

“Even if a householder could not afford a whole Coade doorway, a Keystone would be likely to be within his reach. He could buy a small Minerva for 12 shillings, or a

modest little Lion, 6 inches high, for two. A whole page among the Coade engravings shows the River God (as at Croome Court), a Jupiter, a bearded head less dishevelled than the River God (much used in Harley Street), a Pan and a Satyr (the latter to be seen in Charterhouse Square) a Wood Nymph with her hair done in a particularly Coadeish way, the front locks tied in a bow under her chin, Minerva in a feathered helmet, a Female Head with drapery round her face, (particularly popular) two Lions (one can be seen in Gloucester Place, W1) a Goat and a Bucranium (oxskull). All of these face straight ahead; but an attractive group, added I think later, have the heads three-quarter face. These are a Girl (to be seen at Torquay) a Baby (probably the design known to Pincot as Young Hercules, since Hercules was said to have strangled a serpent in his cradle; this also can be seen at Torquay) and a man wearing the floppy turban Georgian gentlemen put on when they took off their wigs. He has a Hogarthian leer, and I think is the design to be found in Croggon's Order Book as the Laughing Philosopher⁵³. Two of these can be seen at the entrance to Bedford Square⁵⁴ from Bayley Street. The rest of the Bedford Square keystones are mostly Jupiters and Female Heads”⁵⁵.

Como se depreende, em Londres ficava pouco dispendioso dar um toque de requinte às frontarias coetâneas da época áurea da manufactura Coade. Em alguns casos de edifícios urbanos da classe média/alta da capital inglesa, surge na frontaria apenas uma *keystone* em «Coade stone», precisamente sobre a porta principal. Porém, em Ponta Delgada, mais de metade das casas com artefactos em «Coade stone» na fachada, apresentavam várias pedras-chave neste material. É certo que os alçados destas casas açorianas eram mais extensos, mas tal facto não nos parece ser explicação única.

Nas primeiras décadas de laboração, a manufactura de Eleanor Coade foi acumulando numerosos modelos de pedras-chave, que se adequavam ao gosto individual de cada um, embora sem fugir do classicismo de matriz italiana, sobretudo neo-paladiano. É por isso que quase todas as *keystones* do catálogo de 1784 são carrancas ou mascarões, ou então efigies várias, geralmente inspiradas na Antiguidade Clássica.

⁵³ Alison Kelly referia-se certamente ao filósofo Demócrito, popularmente representado a rir-se.

⁵⁴ A Bedford Square acabou por tornar-se na zona com o maior número de edifícios dotados de pedras-chave em «Coade stone», não só em Londres, como também em todo o mundo.

⁵⁵ KELLY, Alison – *Mrs. Coade's stone*, p. 158-160.

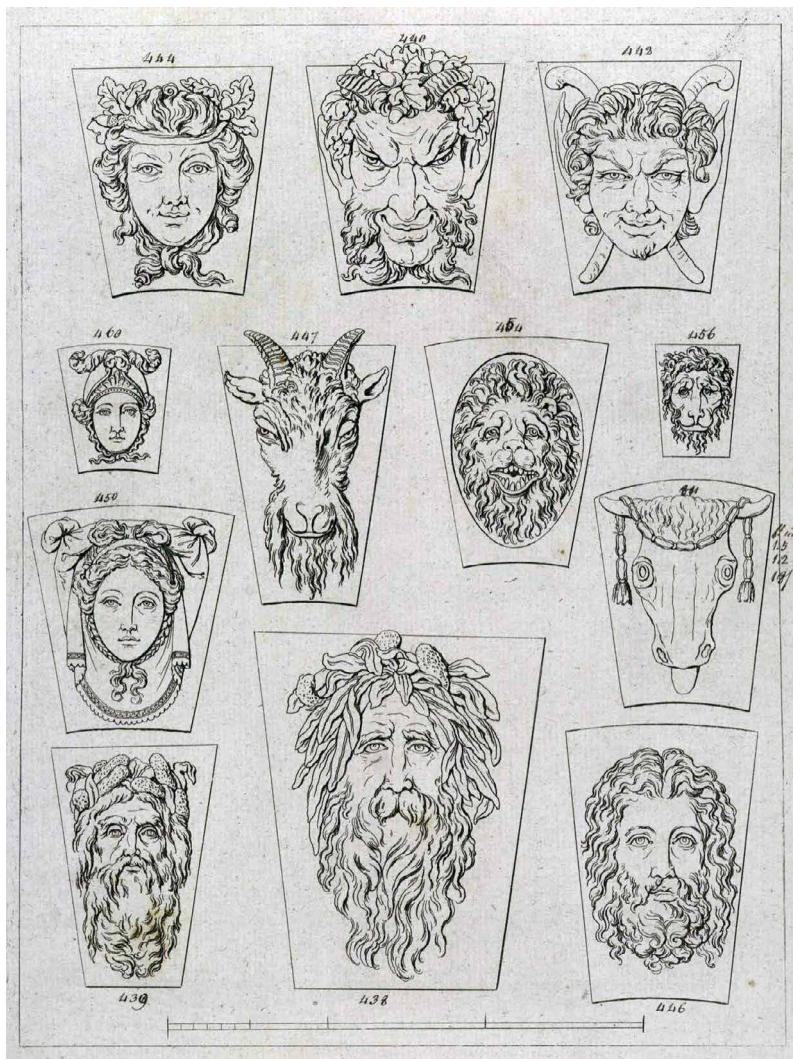


FIGURA 33 · Vários modelos de pedras-chave da manufatura Coade, segundo o catálogo de 1784, sendo de notar que havia muitos mais modelos, não ilustrados no catálogo. É bem possível que outros modelos tenham sido acrescentados nos anos seguintes. No tocante às figuras femininas (de cima para baixo), a primeira, com ramos de carvalho na cabeça, é uma ninfa dos bosques; a segunda, com o capacete, é Minerva, e a terceira é uma figura não especificada. Quanto às figuras masculinas (da esquerda para a direita, de cima para baixo), a primeira é o deus clássico da natureza, Pan, e a segunda é um sátiro. Mais abaixo estão duas alegorias a rios⁵⁶, e também Júpiter.

⁵⁶ No original, para cada uma das pedras-chave, a identificação é: “*a river god's head*”.

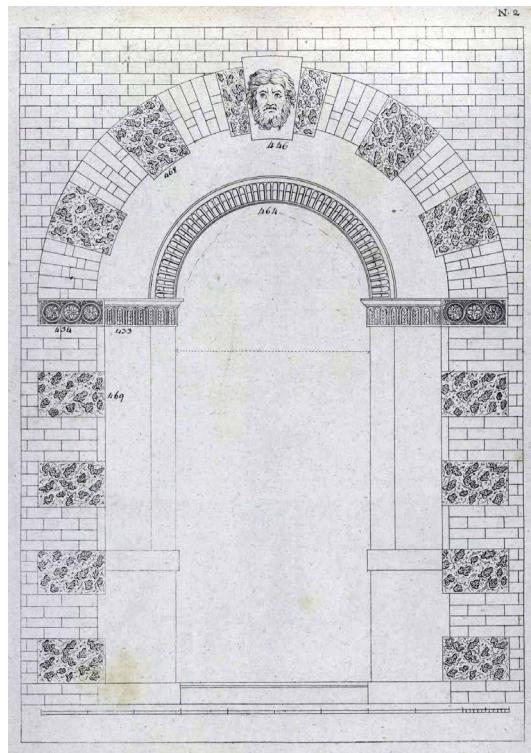


FIGURA 34 • Exemplo de aplicação de artefactos em «Coade stone» num portal, segundo o catálogo de 1784. Além dos rústicos, nos umbrais e como aduelas, pontua ao centro uma pedra-chave com a representação de Júpiter.

Curiosamente, apenas um edifício em Ponta Delgada com «Coade stone» tem grande escala, avultando face à contenção decorativa e ao carácter regional – por vezes até já algo vernacular – das outras casas com artefactos nesse material (que, apesar de serem de burgueses ricos, foram todas construídas em pedra vulcânica de extracção local). Esse edifício de grande escala é precisamente aquele que tem os artefactos em «Coade stone» mais tardios, sendo de 1832. Trata-se do Palácio do Barão da Fonte Bela, erguido à volta de 1832-1833. Estamos, pois, perante a residência de um homem abastado com ligações económicas à Inglaterra, mas inteiramente português e pertencente à elite local⁵⁷. O palácio, que é o maior

⁵⁷ Para aprofundamento, veja-se ALBERGARIA, Maria Isabel Whitton da Terra Soares de – *A Casa Nobre na ilha de São Miguel: do período filipino ao fim do Antigo Regime*. Tese de Doutoramento em Arquitectura apresentada ao Instituto Superior Técnico em 2012, capítulo 3.4.

do género nos Açores e exemplo máximo da arquitectura que se convencionou chamar “da laranja”, apresenta vários artefactos em «Coade stone» no seu alçado virado a poente, nos vãos que dão acesso à escadaria de aparato e à ala mais nobre. Trata-se de seis pedras-chave com efigies, algumas já em mau estado, muito devido a uma obra de suposta “limpeza” e pintura realizada há alguns anos.

Todas as seis pedras-chave do Palácio Fonte Bela apresentam efigies femininas. Pelo menos quatro delas têm marca: “Croggon – London / 1832”, nas pedras-chave maiores, ou simplesmente “Croggon / 1832” em duas das menores. É possível que as restantes duas pedras-chave em que não se vê hoje marca também tenham tido “Croggon / 1832”, mas a sua parte inferior foi indevidamente colmatada com argamassa.

As pedras-chave dos vãos centrais são precisamente as pedras-chave maiores, como convinha, por serem estes vãos centrais ligeiramente mais amplos. Porém, quase não se nota a diferença. Embora em algumas *keystones* da manufactura Coade os rostos femininos possam ser identificados, devido a certos atributos (como é o caso da efigie de Minerva), outros casos isso torna-se muito difícil, se não mesmo quase impossível no presente estado da arte. De facto, sabe-se que a manufactura executou várias pedras-chave com rostos de mulher não especificamente identificados. Em comum, estas peças tinham o facto de ostentarem rostos clássicos com cabelos ataviados à romana, por vezes com fitas ou diademas na testa e tranças que se uniam sob o queixo. Ora, no caso de figuras que a manufactura Coade comprovadamente executou, como Flora, Pomona, ou uma bacante, as flores e os frutos, respectivamente, permitem identificá-las face a efigies femininas não especificadas. No caso das seis *keystones* fabricadas por Croggon na manufactura Coade, e existentes no Palácio Fonte Bela, os atributos das efigies femininas são inexistentes, ou então são tão vagos que não permitem a identificação enquanto não houver termos de comparação comprovadamente identificados noutras países. A única excepção é a pedra-chave do piso superior, ao centro, pois vislumbra-se uma asa a emergir dos cabelos, faltando já a asa do lado oposto. Embora não se perceba a existência de qualquer serpente, estando a peça em mau estado, é possível que se trate da Medusa – o que, a confirmar-se e se a escolha foi intencional, poderia corresponder quase a um amuleto de função apotropaica. Em todo o caso, diga-se que as pedras-chave dos vãos laterais do piso inferior são similares, embora com posição do rosto ligeiramente diferente, ambas viradas para o centro. Já no piso superior, as dos vãos laterais não parecem ser similares, apesar de uma delas se encontrar com os ornatos quase desfeitos.



FIGURA 35 • Palácio Fonte Bela, em Ponta Delgada (actual Escola Secundária Antero de Quental): vãos com pedras-chave em «Coade stone» ao centro do alçado voltado a poente (foto do autor).



FIGURA 36 • Palácio Fonte Bela: pedra-chave no vão central de acesso à escadaria (foto do autor).



FIGURAS 37 E 37A • Palácio Fonte Bela: pedra-chave num vão que ladeia o de acesso à escadaria, e respectiva marca (fotos do autor).



FIGURAS 38 E 38A • Palácio Fonte Bela: pedra-chave num vão que ladeia o de acesso à escadaria, tal como estava há cerca de dez anos e com os danos com que surgiu depois da obra de "limpeza" e pintura da parede (fotos do autor).



FIGURAS 39, 39A E 38B • Palácio Fonte Bela: três pedras-chave dos vãos do piso superior, a última das quais já quase irreconhecível, devido ao seu mau estado (fotos do autor).

Jacinto Inácio Rodrigues da Silveira, 1.º Barão da Fonte Bela, tinha vastos recursos e também estreitas ligações comerciais a Londres. Não surpreende, pois, a importação de artefactos ali fabricados, inclusivamente de pedra inglesa para o fabrico da cal destinada à obra do palácio, de pregos, de dobradiças, e até de grades completas, para além dos “*vasos de Liverpool para o remate dos balaustrados*”⁵⁸. De facto, são várias as partes do Palácio Fonte Bela construídas ou decoradas com artefactos arquitectónicos em materiais exógenos. No tocante a artefactos pétreos de tonalidade clara – naturais ou artificiais – além das já referidas pedras-chave em «Coade stone», é possível mencionar vários outros exemplares. Em 1833, por exemplo, Jacinto Inácio Rodrigues da Silveira mandou vir de Lisboa oito pedras para o seu palácio⁵⁹. Não fica claro se seriam os quatro capitéis de cada um dos dois portais neoclássicos de clara filiação britânica existentes à face da rua, sobretudo porque estes portais ostentam outras pedras não vulcânicas. Aliás, observam-se três tipos de pedra exógena e assumidamente mais clara e menos grosseira em cada um dos aludidos portais do palácio, sendo que só algumas das cantarias importadas são em lioz de Lisboa. As partes em mármore azul-ferrete terão, necessariamente, outra proveniência.

Notamos um claro padrão na escolha dos materiais pétreos exógenos de tonalidade clara – naturais ou artificiais – aplicados no Palácio Fonte Bela. Assim, surgem somente nas principais estruturas de recepção e, simultaneamente, constituem meros apontamentos de requinte, correspondendo a peças de pequena (ou mesmo muito pequena), dimensão. Podem ser vistos: nos dois grandes portais à face da rua (sendo aqui de três tipos, como já dissemos)⁶⁰; nos vãos do alçado poente que ficam sobre o recebimento (as já mencionadas seis pedras-chave em «Coade stone»); no próprio piso do recebimento (um pequeno círculo no centro, feito com o que parece ser pedra lioz de segunda qualidade, conhecida como abancado), e na escadaria (as pateras nos cantos dos espelhos dos degraus).

Estranhamente, apesar de a manufactura Coade (nessa época já dirigida por William Croggon) produzir capitéis e pateras, Jacinto Inácio Rodrigues da Silveira mandou vir de fora do arquipélago essas peças trabalhadas em pedras de tom claro, e não em «Coade stone». Qual o motivo da aparente dualidade de critérios para a importação destes artefactos decorativos destinados a aplicação no Palácio

⁵⁸ Arquivo da Escola Secundária Antero de Quental, “*Cazas no Campo do Paço*”, fls. 1-2.

⁵⁹ Arquivo da Escola Secundária Antero de Quental, “*Cazas no Campo do Paço*”, fl. 2.

⁶⁰ Ainda assim, no portal do lado nascente, não se observam hoje pateras, pelo que o portal do lado poente, que dava acesso à área mais nobre do palácio, é aquele que apresenta mais elementos pétreos importados.



FIGURAS 40, 41 e 42 • Apontamentos arquitectónicos em pedra branca exógena, de vários tipos, no Palácio Fonte Bela, os quais poderiam ter sido também obtidos em «Coade stone» se tivesse sido esse o desejo do encomendador. As partes pintadas de amarelo correspondem a cantarias escuras, de origem vulcânica (fotos do autor).

da Fonte Bela? A pluralidade de proveniências exógenas terá sido desejada, como forma de demonstrar conhecimento artístico e/ou um certo pendor exótico em termos de materiais?

Uma coisa nos parece certa: para a aceitação que a «Coade stone» teve entre as elites de Ponta Delgada nas décadas imediatamente anteriores ao Liberalismo, o chamado “ciclo da laranja” e o consequente estreitamento de laços com Inglaterra não foi factor único. Também contribuiu decisivamente o facto de a «Coade stone» ser pedra artificial de tom claro e com grão muito fino, pois toda a pedra da Ilha de São Miguel, é escura e de textura mais ou menos grosseira.

A tonalidade clara foi, pois, factor acrescido de atracção por este tipo de peças em São Miguel. Tal pode ser aferido pelo facto de, durante a época áurea de exportação de laranja, e mesmo nas décadas seguintes, outros edifícios da Ilha de São Miguel (sobretudo em Ponta Delgada) terem sido construídos com apontamentos em materiais pétreos vindos de fora da ilha – quase sempre lioz dos arredores de Lisboa, mas também mármore ou até calcário. A título de exemplo, no edifício que é hoje o Club Micaelense podem observar-se três tipos diferentes de pedra clara exógena em partes do portal principal, contrastando com o escuro das molduras em pedra vulcânica. Ora, sendo este portal de cerca de 1829, por que motivo não se recorreu à «Coade stone» para estes apontamentos arquitectónicos mais refinados? O facto de haver três tipos de pedra importada sugere que, tal como no Palácio Fonte Bela, o encomendador procurou obter requinte, não só através de materiais claros e exógenos, em contraste com o escuro do basalto local, mas também através da diversidade de proveniência desses materiais de fora da ilha. Trata-se de um caso que mereceria estudo mais detalhado.



FIGURA 43 · Portal do edifício do Club Micaelense, em Ponta Delgada (foto do autor).

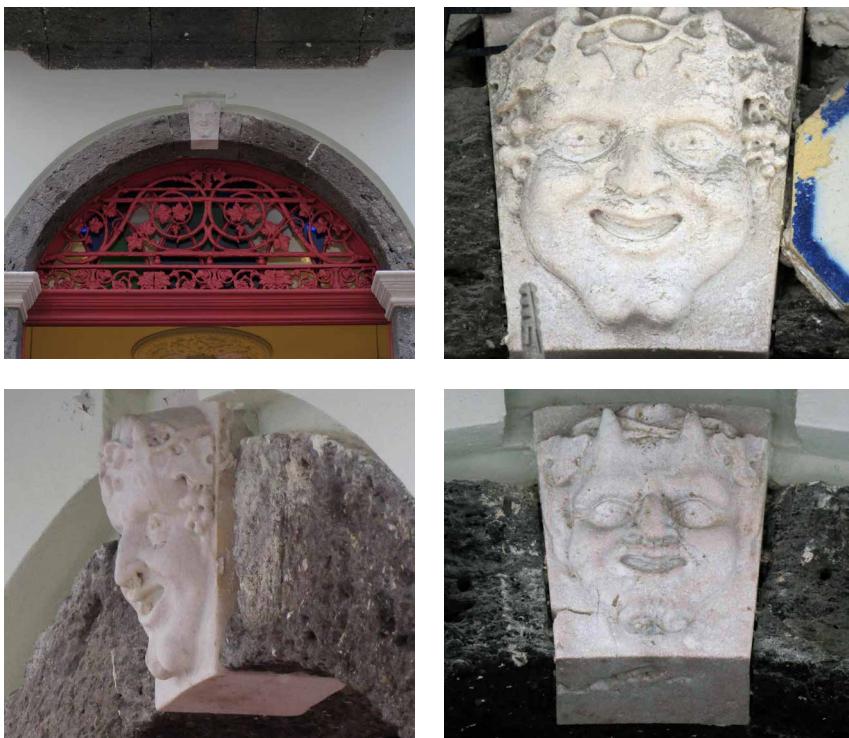


FIGURA 44 · Rua dos Mercadores, em Ponta Delgada: pedra-chave com o que parece ser a representação de Baco, em pedra (foto do autor).

Num outro edifício de Ponta Delgada, na Rua dos Mercadores, a fachada apresenta também apontamentos em material exógeno e, neste caso, não tendo sido usada «Coade stone», tais apontamentos parecem imitar os artefactos da manufactura Coade aplicados noutros edifícios da cidade. De facto, trata-se de pedras-chave com efígies mitológicas. Numa delas, ao centro, parece estar representado Baco; nas dos flancos, que são iguais entre si, vemos o que parecem ser sátiros⁶¹. Não longe deste edifício, existem outros com pedras-chave em pedra branca, contrastando com o escuro das cantarias de extracção local. Num dos casos, o portal é marcadamente vernacular, tornando-se inusitados os pequenos apontamentos de pedra branca, também lavrados de maneira simples e quase frustre.

Na Ilha de São Miguel, sobretudo em contexto urbano ou em contexto rural mas em edifícios pertencentes às elites locais, acompanha todo o Século XIX a tendência de conferir alguma atenção às pedras-chave, recorrendo a materiais diferentes daqueles que constituíam as estruturas em cantaria dos vãos. Curiosamente, depois dos primeiros exemplos de pedras-chave em material exógeno na ilha – precisamente em «Coade stone» – os exemplos que se seguem ao logo da Época Romântica são quase todos em lioz extraído nos arredores de Lisboa.



FIGURA 45 · Rua dos Clérigos, em Ponta Delgada (junto à casa mandada construir por Thomas Hickling): portal vernacular com apontamentos em lioz (foto do autor).

⁶¹ Em vez de sátiros, poderia tratar-se também de representações do deus grego Pan, embora fosse menos compreensível a sua dupcação na fachada. De facto, em termos iconológicos, um Baco flanqueado por dois sátiros faz mais sentido, sobretudo para um edifício destinado a um negócio de vinhos, ou a uma casa de pasto. Apesar disso, não podemos descartar a hipótese de a escolha das representações nas pedras-chave (neste edifício e outros) ter derivado de mero capricho.



FIGURA 46 - Mercado Municipal da Graça, em Ponta Delgada: pedra-chave em lioz (foto do autor).

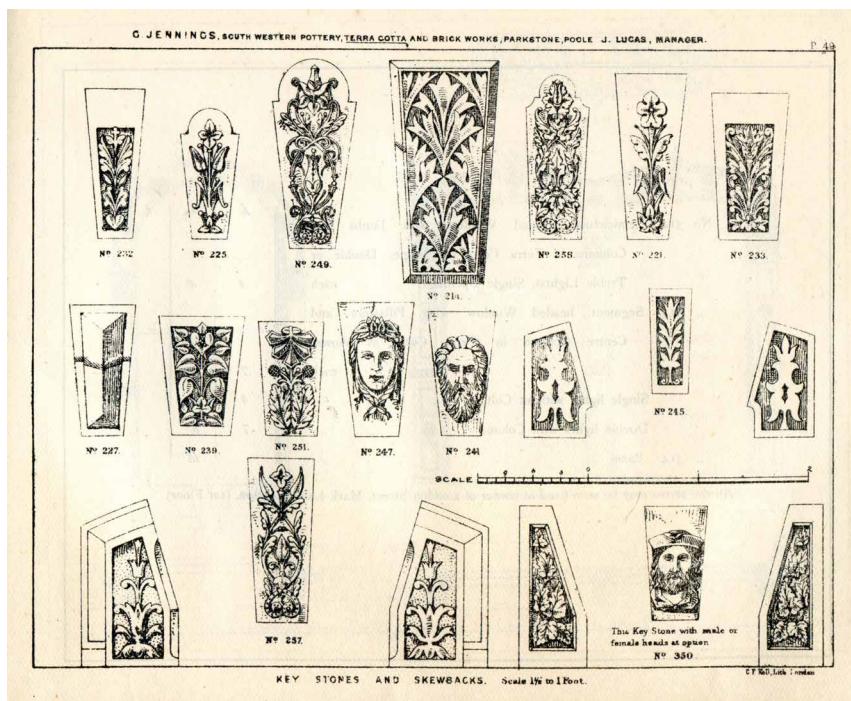


FIGURA 47 - Pedras-chave e aduelas de encontro, em terracota, num catálogo oitocentista da fábrica inglesa fundada por George Jennings (personalidade importante na história da louça sanitária).

Na segunda metade de Oitocentos, em algumas partes da Europa, e mesmo em Lisboa e no Porto, várias fábricas de cerâmica propunham nos seus catálogos pedras-chave em terracota, ou mesmo em faiança. Ainda assim, na Ilha de São Miguel – que até teve duas fábricas de cerâmica oitocentistas a produzir alguns artefactos em terracota ou faiança para ornamentação de edifícios e jardins⁶² – continuou a preferir-se pedra branca para as pedras-chave em material exógeno de portais de alguns edifícios mais distintos. À partida, tal constatação pode parecer estranha, considerando que existem alguns artefactos cerâmicos em fachadas mi-caelenses provenientes de fábricas que também comprovadamente executavam pe-dras-chave em cerâmica, como era o caso da Fábrica de Cerâmica das Devesas⁶³. Porém, o branco da pedra era factor de distinção social na arquitectura açoriana em geral, e isso é notório em muitos outros casos, que não cabe aqui mencionar, pois seria todo um outro estudo⁶⁴.

Ora, em Portugal continental este factor cromático não era tão relevante, sobretudo em Lisboa. Isto ajuda a compreender melhor o único caso documentado de «Coade stone» na capital portuguesa: sendo um profusamente ornamentado brasão com armas não portuguesas, ficaria mais dispendioso mandá-lo esculpir em Lisboa, e com resultados mais incertos quanto à absoluta conformidade dos deta-lhes heráldicos. Por outro lado, era exógeno o próprio projecto para a capela onde este brasão foi aplicado, erguida dentro do recinto do Cemitério Britânico – o qual, através de altos muros, era ocultado aos olhares religiosamente pouco tolerantes da ordem católica vigente.

Apesar disso, por que motivo, por exemplo, no Funchal, não encontrámos «Coade stone» *in situ*, se a pedra da Ilha da Madeira também é vulcânica e escura, e se as suas ligações à Grã-Bretanha eram já importantes durante a época áurea da manu-factura Coade? Uma vez que este artigo constitui apenas uma primeira abordagem à «Coade stone» em Portugal, a questão terá de ficar em suspenso.

⁶² Veja-se, a propósito: QUEIROZ, Francisco / MOSCATEL, Cristina – *A influência de Gaia na cerâmica de produção açoriana*. In “Património de Gaia no Mundo”. Coordenação de Francisco Queiroz. Segundo volume do projecto “Património Cultural de Gaia”, com coordenação geral de J. A. Gonçalves Guimarães. Gaia, Câmara Municipal de Gaia / Amigos do Solar Condes de Resende - Confraria Queiroziana, 2022.

⁶³ Veja-se, a propósito, a já referida obra: QUEIROZ, José Francisco Ferreira - *Os catálogos da Fábrica das Devesas*.

⁶⁴ Já demonstrámos esta asserção em dois estudos recentes:

– QUEIROZ, Francisco – *Património Cemiterial da Ilha de São Miguel*. Actas do Colóquio “In Memoriam” – Passado, presente e futuro dos cemitérios como espaços de memória. Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2023, p. 55-294.

– QUEIROZ, Francisco – *História do Cemitério do Livramento, em Angra do Heroísmo. Monumentos, Famílias, Personalida-des*. Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 2025.

Conclusão

Se considerarmos que aquela que é tida como a principal especialista em «Coade stone», Alison Kelly⁶⁵ (falecida há alguns anos), não fez qualquer alusão aos Açores e só mencionou duas vezes Portugal nos seus trabalhos – precisamente para falar dos artefactos levados para o Rio de Janeiro e do brasão destinado à capela anglicana do Cemitério Britânico de Lisboa – fica claro que há ainda bastante por explicar sobre este fenómeno no nosso país, com implicações na sua compreensão global. Aliás, podem ter existido mais artefactos em «Coade stone» na Ilha de São Miguel, eventualmente retirados por – ao contrário do que era garantido pela manufactura – não terem resistido à passagem do tempo. Terá sido o caso da Casa da Mafoma, na Ribeira Seca? Trata-se de uma das mais importantes casas nobres do concelho da Ribeira Grande, cujos proprietários – note-se – eram parentes próximos dos da já referida casa no Largo de Camões, em Ponta Delgada. Ora, na Casa da Mafoma – cujo portal principal apresenta um desenho semelhante aos de portais existentes na casa da Rua de São Pedro (de Thomas Hickling) e na casa da Rua Teófilo Braga – o que pode ter sido originalmente uma *keystone* da manufactura Coade é hoje uma peça de madeira, à qual foi fixado um mascarão cerâmico. É possível que a peça original também fosse um mascarão.



FIGURA 48 · Casa da Mafoma, na Ribeira Seca, à volta de 1932 (fotografia da autoria de Francisco Pereira Ataíde do Canto de Bettencourt, pertencente a Ana Margarida de Bettencourt Azevedo Mafra; ICPD/Coleção Fotográfica Digital: PT/ICPD/CFD.02382).

⁶⁵ KELLY, Alison – *Mrs. Coade's stone*.



FIGURA 49 • Casa da Mafoma, detalhe do portal com uma réplica ou recriação daquilo que poderá ter sido originalmente uma pedra-chave em «Coade stone» (foto do autor).

Um outro caso que nos suscita dúvidas, as quais não pudemos esclarecer em tempo útil, é a do leão hoje existente num pátio do Museu Carlos Machado, em Ponta Delgada⁶⁶. É possível que se trate do leão do jardim do Barão da Fonte Bela, na sua propriedade do Botelho, o qual estava sobranceiro ao lago. Embora não seja igual a nenhum dos modelos mais conhecidos da manufactura Coade, considerando a qualidade da modelação e a coloração da patine, não descartamos a hipótese de este leão poder ser em «Coade stone». Em qualquer caso, será uma peça de fabrico não português e talvez ainda da época do 1.º Barão da Fonte Bela.

Em conclusão, o elevado número de artefactos em «Coade stone» localizados na Ilha de São Miguel, por comparação com o único caso *in situ* até agora conhecido em Portugal continental, permite colocar definitivamente em crise o alegado carácter periférico dos Açores no que a certos aspectos artísticos diz respeito. E este é apenas um fenómeno artístico que o comprova, pois há outros mais⁶⁷ – e vários ainda não suficientemente conhecidos.

⁶⁶ Tendo sido solicitada informação ao Museu Carlos Machado sobre a proveniência e eventual autoria, assim como acesso directo à peça, não recebemos qualquer resposta. As fotografias que fizemos à peça foram todas captadas à distância, a partir do exterior do museu.

⁶⁷ Veja-se, a propósito, o capítulo sobre a capela mortuária, ou ermida, do Cemitério de São Joaquim de Ponta Delgada, em QUEIROZ, Francisco – *Património Cemiterial da Ilha de São Miguel*.



FIGURA 50 • Leão pertencente ao acervo do Museu Carlos Machado, em Ponta Delgada (foto do autor).

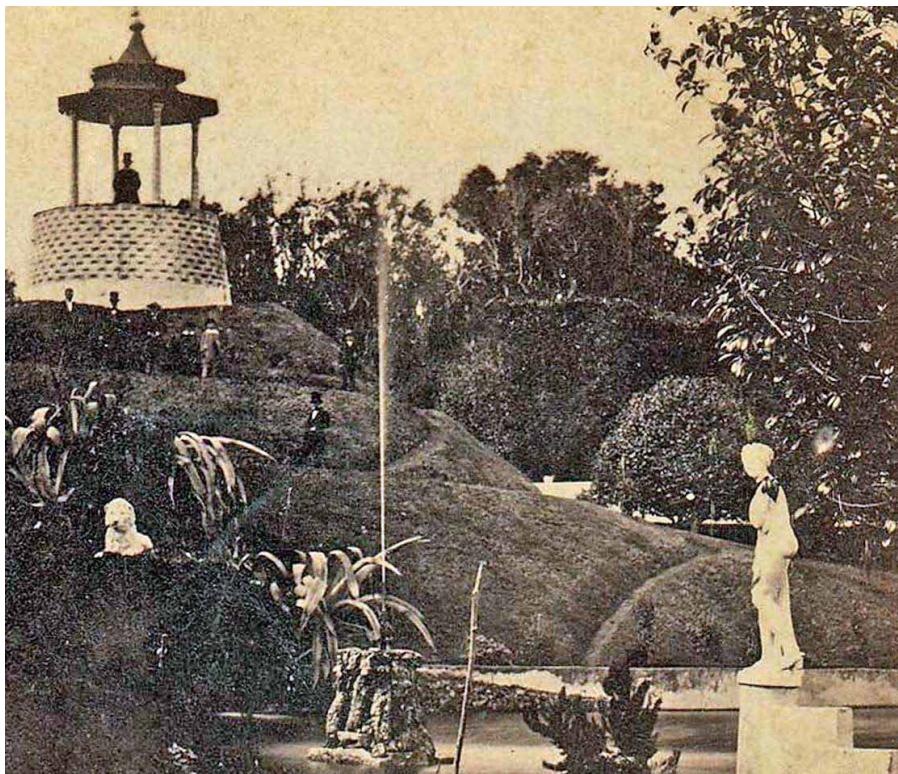
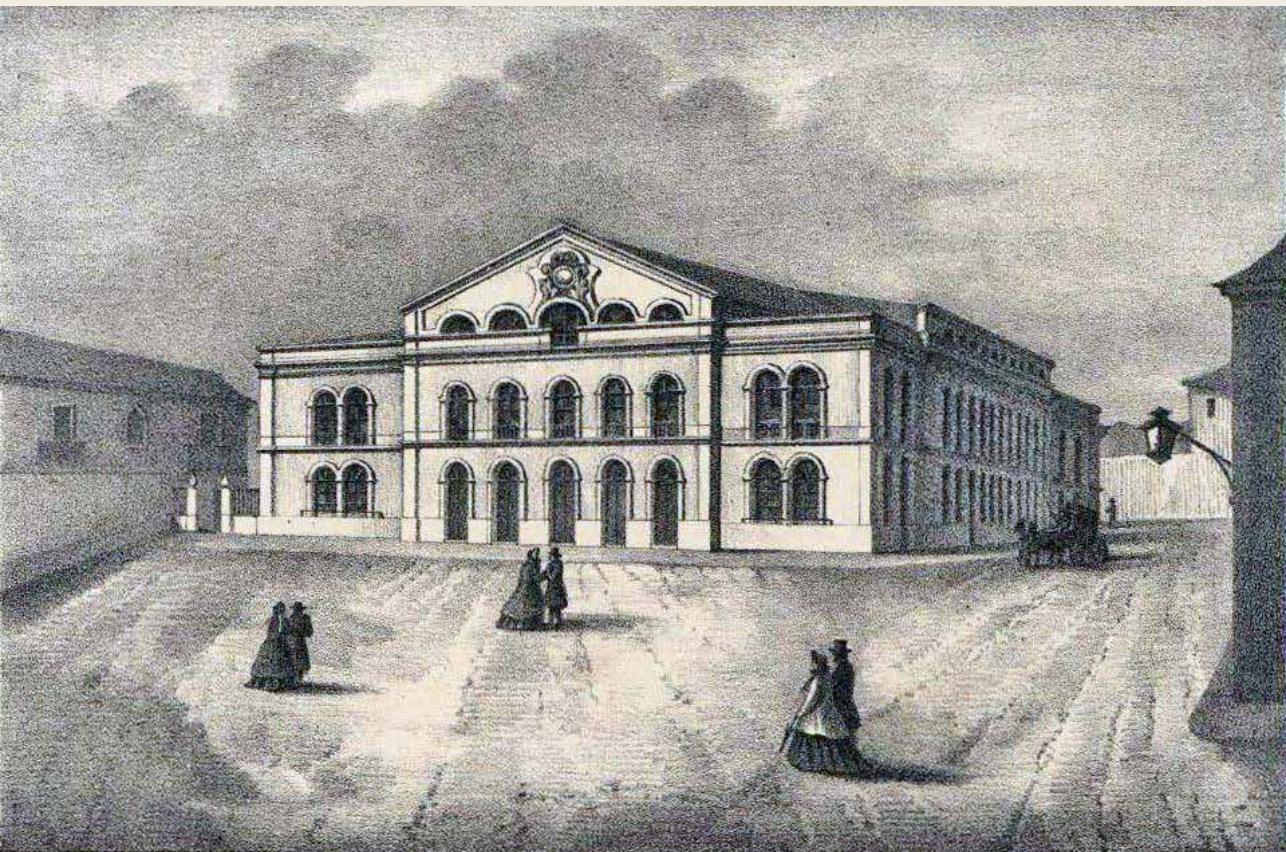


FIGURA 51 • Jardim da propriedade do Botelho, do Barão da Fonte Bela, no Livramento, Ilha de São Miguel. À esquerda, pode ver-se um leão, que talvez seja o actualmente existente no Museu Carlos Machado (detalhe de uma estereoscopia datável da década de 1860, eventualmente da casa fotográfica Miller & Brown, de Boston).

Por outro lado, a mistura de artefactos ingleses concebidos para um determinado tipo de arquitectura, originalmente erudita, contrasta sobremaneira com o carácter mais ou menos regional dos edifícios onde foram aplicados em Ponta Delgada. Ora, mesmo não sendo estes edifícios de arquitectura que possamos considerada verdadeiramente erudita, são dos mais eruditos da sua época nos Açores. E se, no seu todo, são bem mais vernaculares que alguns edifícios erguidos em Lisboa sensivelmente pela mesma altura; estes últimos não têm o toque erudito e cosmopolita que apresentam os de Ponta Delgada com artefactos em «Coade stone». Cabe deixar no ar a pergunta: como deve um historiador de arte aplicar os conceitos de “erudição” e de “periferia”, em casos destes?

Em suma, cremos que este estudo preliminar sobre os artefactos em «Coade stone» existentes *in situ* em Portugal é pedagógico quanto à necessidade de colocarmos sempre em questão, e de investigarmos mais a fundo, sem etnocentrismos e sem pré-conceitos. Esperamos também que o estudo, ao complementar e refinar a construção historiográfica preexistente sobre a arquitectura açoriana pré-romântica, potencie uma mais efectiva protecção patrimonial. De facto, estas valiosas peças em «Coade stone» têm sido alvo de indiferença e descuido na Ilha de São Miguel, sendo o mau estado de várias delas um desafortunado reflexo disso mesmo.



Serrano, lith.

Abrantes.

Lith. R. Nova do Mar, N.º 2 a 4, Lisboa.

Theatro Michaelense

O teatro micaelense (1861-1937): elites, cultura e poder simbólico na periferia atlântica

Joana M. Couto¹

José Rodrigues Salgado²

Resumo

Em meados do século XIX, a cidade de Ponta Delgada carecia de um teatro. Instituição de sociabilidade indispensável a uma comunidade oitocentista civilizada. Em 1860, Francisco Maria Supico fez uma feroz crítica a esta carência socioinstitucional e, coincidentemente, nesse mesmo ano foi criada a Sociedade Teatral Micaelense. Desta sociedade, responsável pela edificação e gestão do Teatro Micaelense, faziam parte grandes vultos da sociedade local.

Neste artigo pretendemos explorar a atividade cultural do Teatro Micaelense, desde a influência da elite local que o geria à massificação do entretenimento, ao longo da segunda metade do século XIX até ao incêndio que destruiu aquela que foi talvez a melhor casa de espetáculos açoriana da sua época, em 1930.

Palavras-chave

Teatro; Elites; Sociabilidade; Sociedade Oitocentista; Arquivo.

Imagen frontispício

Teatro Micaelense (c. 1869). Fonte: Abranches, Joaquim C. (1869). *Álbum Micaelense*, estampa XIII.

¹ Mestre em História Insular e Atlântica/UAç. CHAM-Açores/UAç.

² Estudante da Licenciatura em História/UAç.

Abstract

By the mid-19th century, the city of Ponta Delgada lacked a theater – an institution of sociability considered indispensable to any civilized nineteenth-century community. In 1860, Francisco Maria Supico made a fierce criticism to this socio-institutional lack and, curiously enough, in that same year the Sociedade Teatral Micaelense was created. This organization, responsible for the building and management of the Teatro Micaelense, was managed by important figures of the local society.

In this article we intend to explore the Teatro Micaelense's cultural activity, from the influence of the local elite that managed the theater to the adaptation to the massification of the entertainment, during the second half of the 19th century until the fire that destroyed what probably was the best Azorean theater of its time, in 1930.

Keywords

Theater; Elite; Sociability; 19th Century Society; Archive.

Introdução

Em 1860, Francisco Maria Supico publicou, no jornal local *O Santelmo*, uma crítica à falta de um teatro condigno em Ponta Delgada, esse “poderoso meio de difundir a civilização”³. O teatro não se limitava à função de entretenimento. Assumia, sobretudo, um papel civilizacional, funcionando como agente de socialização, promoção do conhecimento e veículo de educação moral e cívica⁴. Neste contexto, era apontado como alternativa salutar a formas de lazer tidas como prejudiciais à saúde pública e aos bons costumes, como era o caso das tabernas⁵.

A inexistência de um grande teatro em São Miguel tornava-se ainda mais incompreensível perante os “teatros edificados ao gosto moderno [nas cidades de Angra e Horta], e com a capacidade e decencia correspondentes ás necessidades d'aquellas localidades”⁶.

³ *O Santelmo*, n.º 42, 30 de setembro de 1860.

⁴ Guilherme Filipe, *O gosto que sustenta o teatro: subsídios para o estudo da vulgarização do pensamento teatral oitocentista em Portugal*. (Doutoramento em Estudos Artísticos. Universidade de Lisboa, 2017).

⁵ Esperanço, Ricardo, *Uma leitura de Lisboa em camisa: a comédia humana de Gersávio Lobato* (Dissertação de mestrado em Estudos Portugueses, 2013).

⁶ *O Santelmo*, n.º 42, 30 de setembro de 1860.

Em contraste, Ponta Delgada, apesar de reunir condições materiais e humanas para promover semelhante iniciativa, permanecia sem um espaço condigno dedicado às artes cénicas. Supico menciona, inclusive, que já em 1858 e 1859 haviam ocorrido reuniões com o objetivo de constituir uma comissão promotora da construção do teatro, tendo-se inclusive sugerido como local para a sua edificação as ruínas do antigo convento de São José⁷.

Perante este panorama, Francisco Maria Supico incentivou a comissão a tornar públicos os obstáculos ao empreendimento do teatro para que outros interessados pudessem contribuir para o sucesso deste projeto de grande importância sociocultural local⁸.

A iniciativa da edificação e gestão do Teatro Micaelense ficou sob a alcada dum grupo de homens da elite local, através da criação da Sociedade Teatral Micaelense, que se havia mostrado preocupado com esta lacuna cultural⁹. Tal reflete uma clara apropriação do espaço cultural pelas camadas mais privilegiadas da sociedade. O cariz elitista do teatro também era visível pelas “preferências” – o direito à aquisição antecipada de bilhetes –, concedidas aos sócios da Sociedade Teatral Micaelense¹⁰.

O presente artigo procura aprofundar a análise da atividade cultural do Teatro Micaelense já abordada anteriormente por outros autores, nomeadamente por Maria Isabel Albergaria Sousa que, no seu trabalho de 2006 realizou um valioso levantamento histórico e documental sobre a programação e as práticas artísticas do Teatro Micaelense no século XIX¹¹.

Embora a dissertação de Isabel Sousa constitua um contributo essencial para a reconstituição empírica do contexto múscico-teatral açoriano, o seu foco permanece sobretudo descritivo e monográfico, centrado na cronologia dos eventos e na caracterização das companhias e géneros apresentados. O presente artigo, por sua vez, propõe uma interpretação teórica e sociocultural alargada, analisando a evolução institucional e artística do teatro entre 1864 e 1930, num período marcado por mudanças políticas e pela transformação das elites locais. Recorre-se aqui

⁷ Ibid.

⁸ Ibid.

⁹ Maria Isabel Albergaria Sousa, *O Teatro Micaelense e a sua actividade múscico-teatral entre 1864 e 1898* (Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 2006), 18.

¹⁰ Maria Isabel Albergaria Sousa, 2006, 25.

¹¹ Maria Isabel Albergaria Sousa, 2006.

a um enquadramento conceptual inspirado em Pierre Bourdieu¹², Guilherme Filipe¹³ e João Silva¹⁴, que permite compreender o teatro enquanto campo de reprodução simbólica, onde o gosto, a programação e o público expressam relações de poder e estratégias de distinção social.

Para além de estender o horizonte cronológico, este estudo introduz uma dimensão comparativa com o panorama teatral nacional, identificando o carácter mais conservador e elitista da gestão micaelense face às dinâmicas de modernização observadas em Lisboa e Porto¹⁵. Assim, o caso açoriano é reavaliado à luz das tensões entre periferia e centro, continuidade e modernidade, revelando como o Teatro Micaelense funcionou simultaneamente como símbolo da hegemonia social das élites tradicionais e como espaço de resistência à democratização cultural. Deste modo, o presente trabalho não só complementa a investigação de Maria Isabel Albergaria Sousa, mas reinterpreta o papel do teatro como agente histórico de poder simbólico, contribuindo para uma compreensão mais ampla das dinâmicas culturais e políticas nos Açores e em Portugal entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

A escrita deste artigo baseou-se na análise de documentação do arquivo da Sociedade Teatral Micaelense, que se encontra depositado na Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada, e dos periódicos locais. Apesar das lacunas existentes naquele acervo, o conjunto documental disponível revelou-se de grande mais-valia para a reconstituição da prática teatral em Ponta Delgada durante o século XIX e início do século XX. Contudo, importa salientar que o acervo inclui 493 cartazes volantes e programas – materiais efémeros que não foram preservados de forma sistemática nem organizada –, o que dificulta a reconstrução exaustiva de toda a programação e atividade do Teatro Micaelense. E, ainda, cerca de 43 contratos e 739 cartas, ofícios e telegramas. Ainda assim, a análise cruzada desses documentos com a informação recolhida nos periódicos locais e em alguma bibliografia já publicada sobre o Teatro Micaelense, permitiu-nos analisar, sucintamente, a trajetória cultural do Teatro Micaelense e compreender o seu papel na vida sociocultural micaelense¹⁶.

¹² Pierre Bourdieu, *Distinction: A Social Critique of the Judgement of Taste* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 1984).

¹³ Guilherme Filipe, 2017.

¹⁴ João Silva, *Entertaining Lisbon: Music, Theater, and Modern Life in the Late 19th Century* (Oxford: Oxford University Press, 2016).

¹⁵ João Silva, 2016. Guilherme Filipe, 2017.

¹⁶ Maria Isabel Albergaria Sousa, 2006.

1. A Sociedade Teatral Micaelense e a construção do Teatro Micaelense

A fundação da Sociedade Teatral Micaelense, em 1861, insere-se num contexto mais amplo de afirmação da burguesia e de construção de uma identidade urbana moderna em Ponta Delgada. Criada com o objetivo explícito de edificar um teatro e gerir a sua atividade, a sociedade representava uma iniciativa privada de natureza elitista, orientada para responder ao que as elites locais entendiam como uma lacuna na vida cultural micaelense – a inexistência de um espaço dedicado à arte dramática e musical próprio de uma cidade considerada “civilizada” à luz dos padrões oitocentistas europeus.

Efetivamente, em Ponta Delgada, o Teatro de São Sebastião, fundado em 1824 pelo Morgado José Caetano Dias do Canto e Medeiros em uma das suas residências da Rua da Louça, assumira-se, até então, como o espaço teatral da cidade, constituindo-se como o principal antecedente à criação do Teatro Micaelense. Ao longo de mais de três décadas de atividade, este espaço privado desempenhou um papel crucial na formação e consolidação da sensibilidade artística dos micaelenses, proporcionando um palco regular para representações dramáticas e musicais e fomentando o gosto pelas artes cénicas entre as elites locais. O seu encerramento, em 1861-1862, com o objetivo de acelerar a construção do novo Teatro Micaelense, deve, portanto, ser entendido não como um declínio, mas como a consequência lógica de um processo de maturação cultural iniciado por essa primeira experiência teatral estruturada em Ponta Delgada¹⁷. Com efeito, ao analisarmos a atividade cultural de ambos os teatros, conclui-se que, sobretudo nas primeiras décadas, assiste-se mais a uma continuação do que a uma ruptura, uma vez que se mantiveram os espetáculos de ópera, comédia, concertos e récitas, comprovando a ideia de maturação anteriormente referida.

A Sociedade Teatral Micaelense organizava-se segundo uma estrutura típica das sociedades anónimas da época, com uma direção, assembleia geral e tesouraria¹⁸. Importa salientar que todos os seus membros eram homens oriundos das classes dominantes locais: grandes proprietários, políticos liberais, militares, médicos e juristas. Esta exclusividade masculina e elitista revela não só as normas de género da época, como também a concentração de capital cultural e económico

¹⁷ *A Persuasão*, n.º 1764, 6 de novembro de 1895; *A Persuasão*, n.º 1856, 11 de agosto de 1897.

¹⁸ Couto, Joana M., “A gerência do Teatro Micaelense: a mais importante casa de espetáculos dos Açores na Belle Époque” (In *CulturAçores: Revista de Cultura*, n.º 10 (janeiro a junho), 2019), 105-114.

nas mãos de um grupo restrito, cuja visão do teatro estava profundamente ligada à reprodução do seu próprio estatuto social¹⁹.

A edificação do novo Teatro visava, portanto, tanto o usufruto cultural como a afirmação simbólica desta elite, reforçando os laços entre poder económico, distinção social e capital simbólico, conforme proposto por Bourdieu²⁰. A distinção era operada não apenas através do tipo de espetáculos apresentados, mas também pela forma como o espaço era gerido e frequentado, como se verá mais adiante.

O capital necessário à construção do Teatro foi angariado através da venda de ações, num modelo que recorria ao investimento privado para fins públicos, embora sempre sob controlo das elites locais. Entre os principais acionistas destacam-se nomes como o Visconde da Praia, José do Canto e José Jácome Correia²¹, todos pertencentes a famílias influentes do panorama político e económico açoriano. Tal como sucedia em outras cidades do país – por exemplo, com o Teatro Circo de Braga ou o Teatro Nacional de São João no Porto – a cultura teatral era financiada por subscrições privadas, numa lógica de mecenato²², que reforçava as hierarquias sociais e o monopólio das classes dominantes sobre os espaços de fruição cultural.

Apesar de alguns articulistas da época alegarem a lentidão no processo de construção, os registos indicam que, uma vez aprovados os estatutos em 1861, as obras avançaram com relativa celeridade, tendo o edifício sido concluído em novembro de 1864. Esta rapidez contraria a crítica de certas vozes contemporâneas, que duvidavam da eficácia da elite micaelense em concretizar o projeto²³.

A edificação do Teatro Micaelense ficou a cargo de uma comissão composta por sete acionistas nomeados para esse fim, todos pertencentes à elite local e com distintas formações profissionais: Luís Bettencourt Corte Real (capitão do exército), Filipe de Andrade (alferes), Jacinto Soares de Albergaria (tesoureiro do distrito), José Pereira Botelho (médico), Francisco de Melo e Câmara (2.º Conde da Silvã), Ernesto do Canto (intelectual liberal), e João José da Silva Loureiro (advogado, mais tarde presidente da Sociedade Teatral Micaelense). Esta composição evidencia a forte articulação entre capital económico, prestígio político e legitimidade cultural, demonstrando como o Teatro foi, desde a sua fundação, um projeto da elite para a elite.

¹⁹ Guilherme Filipe, 2017.

²⁰ Pierre Bourdieu, *O poder simbólico* (Lisboa: Difel, 1989).

²¹ *A Persuasão*, n.º 47, 19 de novembro de 1862.

²² João Silva, 2016.

²³ *Açoriano Oriental*, n.º 1349, 8 de dezembro de 1860.

O terreno escolhido para a construção do Teatro situava-se nas ruínas da antiga Igreja de São José, propriedade da Sociedade dos Amigos das Letras e das Artes (SALA), uma associação local, fundada e dinamizada por António Feliciano de Castilho, em 1848, que visava a promoção da instrução pública. A SALA cedeu o espaço à Sociedade Teatral Micaelense com a condição de poder usufruir anualmente do teatro para a realização de espetáculos em seu benefício. Esta negociação, embora reveladora de colaboração entre diferentes instituições culturais, também aponta para a forma como a elite micaelense concentrava recursos materiais e simbólicos para a concretização dos seus projetos, perpetuando o seu domínio sobre os principais espaços de produção cultural da cidade²⁴.

A construção do Teatro Micaelense não deve ser entendida apenas como uma resposta à ausência de uma sala de espetáculos condigna, mas antes como um gesto de reforço da afirmação identitária e política por parte da elite micaelense e reflexo de uma consciência artística e cultural que se havia sedimentado desde a década de 1820. A presença de um teatro moderno, à semelhança dos que existiam nas grandes cidades europeias, legitimava Ponta Delgada como uma cidade moderna, cosmopolita e progressista, pelo menos no plano simbólico. A cultura teatral funcionava, assim, como instrumento de distinção e de coesão das elites locais, que se viam como guardiãs dos bons costumes, do gosto artístico e do progresso civilizacional²⁵.

Este modelo de produção e apropriação da cultura não era exclusivo dos Açores. Em todo o território português, o século XIX foi marcado pela emergência de teatros construídos com financiamento privado, mas destinados ao usufruto de uma minoria social. O teatro, nesse contexto, era menos um espaço de democratização cultural e mais uma arena de reprodução das estruturas e dinâmicas sociais e económicas vigentes.

2. A gerência da Sociedade Teatral Micaelense

A análise da gerência da Sociedade Teatral Micaelense, entre 1861 e 1937, revela com clareza o papel determinante das elites locais na estruturação da vida cultural da cidade de Ponta Delgada. Ao longo de 77 anos, dez presidentes conduziram os destinos do Teatro Micaelense, todos pertencentes à aristocracia ou à alta

²⁴ Maria Isabel Albergaria, 2006, 53.

²⁵ João Silva, 2016; Guilherme Filipe, 2017.

burguesia micaelense. Esta configuração elitista insere-se num padrão comum à organização de outras sociedades recreativas e culturais do país no século XIX, marcadas pela hegemonia de grupos sociais instruídos, endinheirados e politicamente influentes²⁶.

A criação do Teatro, à semelhança de muitos outros espaços culturais de Portugal oitocentista, baseou-se no investimento privado, como já foi referido, o que, desde logo, condicionou a sua estrutura de poder e os seus objetivos sociais. Como refere João Silva, os espaços culturais da modernidade liberal não eram neutros. Estes refletiam, quase sempre, a ideologia e os interesses das elites que os financiavam e dirigiam²⁷.

A presidência da Sociedade Teatral Micaelense não se limitava a funções representativas. A atuação de cada presidente influenciava, direta ou indiretamente, o dinamismo artístico e a programação do Teatro, embora essa relação nem sempre esteja suficientemente documentada.

O primeiro presidente, João José da Silva Loureiro (1861-1870), advogado, deputado liberal e presidente da Sociedade dos Amigos das Letras e das Artes (SALA), teve um papel central na fundação do Teatro. Politicamente ligado ao setembrismo, promoveu uma ideia de cultura ligada à instrução pública e ao progresso social. O seu envolvimento na imprensa liberal e nas reformas educativas sugere uma conceção do teatro como agente de civilização, alinhada com o ideário da elite liberal oitocentista²⁸.

Sob a sua liderança, a Sociedade Teatral Micaelense afirmou-se como um pólo de modernidade, num período em que Ponta Delgada assistia a importantes transformações urbanas e sociais. A ligação entre elites culturais e instrução popular foi comum em outros contextos nacionais²⁹.

²⁶ João Silva, 2016; Guilherme Filipe, 2017.

²⁷ João Silva, 2016; Guilherme Filipe, 2017.

²⁸ “João José da Silva Loureiro, in *Encyclopédia Açoriana*, disponível para consulta através do link: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=8253> [consultado a 28/08/2023]; Francisco Maria Supico, 14/06/1905, “Homens e senhoras Micaelenses. Dr. João José da Silva Loureiro, advogado, jornalista e deputado”, in *A Persuasão*, n.º 2256.

²⁹ João Silva, 2016; Guilherme Filipe, 2017.

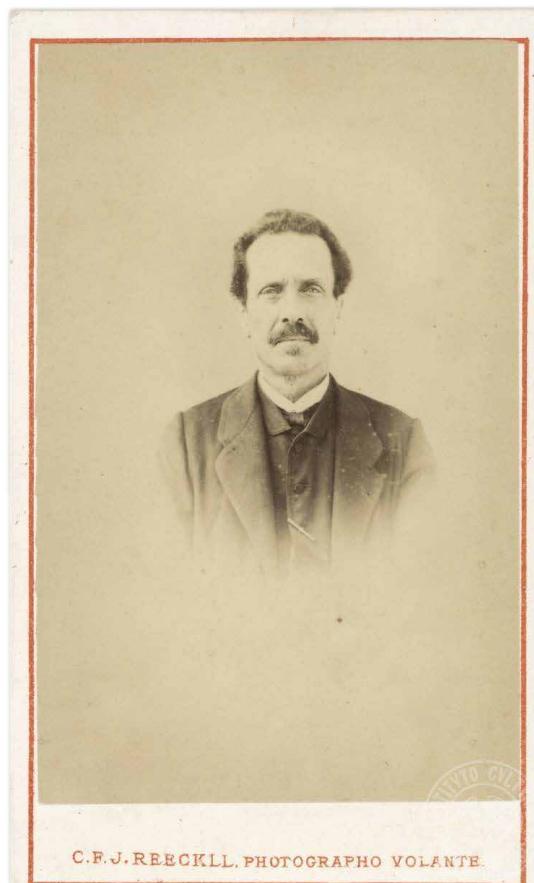


FIGURA 1 · Amâncio Gago da Câmara, 2.º Barão de Fonte Bela.

Fonte: Retirado da Coleção Fotográfica Digital do Instituto Cultural de Ponta Delgada, PT/ICPD/CFP.02538, disponível em linha através do link: <http://www.icpd.pt/arquivo/ver.php?id=2580> [23/02/2025].

Durante a presidência do 2.º Barão de Fonte Bela, Amâncio Gago da Câmara (1873-1885), reforça-se a associação entre gosto artístico e prestígio social. Homem de fortes convicções monárquicas e gosto melómano, o Barão representava a fusão entre a velha aristocracia rural e a burguesia urbana emergente. O seu papel em instituições de beneficência e no poder local reflete um modelo de elite paternalista, que também se expressava na gestão cultural³⁰. A sua presidência coincide com um provável aumento da programação musical, ainda que sem documentação suficiente que o comprove cabalmente.

³⁰ Maria Isabel Albergaria Sousa, 2006, 49.



FIGURA 2 • Jacinto de Teves Adão.

Fonte: Retirado da Coleção Fotográfica Digital do Instituto Cultural de Ponta Delgada,

PT/ICPD/CFD.00133, disponível em linha através do link:

https://www.icpd.pt/arquivo/ver.php?id=157&pag=0&título=Jacinto%20Teves%20Adão&oTítulo=1&nível_descricao=2 [23/02/2025].

A longa presidência de Jacinto de Teves Adão (1886-1905), embora marcada por estabilidade institucional, surge associada a uma fase de menor atividade teatral. A escassez de referências a eventos de relevo neste período pode indicar uma gestão mais conservadora, centrada na manutenção da infraestrutura e nas rotinas administrativas. Tal padrão é observável noutras cidades de província portuguesa, onde o teatro foi, por vezes, mais um símbolo de distinção social do que um espaço de experimentação artística³¹.

³¹ Guilherme Filipe, 2017.



FIGURA 3 · Francisco Peixoto da Silveira, 1.º barão de Santa Cruz.

Fonte: Retirado da Coleção Fotográfica Digital do Instituto Cultural de Ponta Delgada, PT/ICPD/CFD.00113, disponível em linha através do link: <http://www.icpd.pt/arquivo/ver.php?id=137> [23/02/2025].

Posteriormente, Francisco Peixoto da Silveira (1906-1912), pianista amador e compositor, representa uma tentativa de revalorização da dimensão artística do Teatro. A sua formação e gosto musical podem ter impulsionado uma programação mais cuidada, ainda que sem alterações estruturais significativas na gestão da Sociedade Teatral Micaelense.

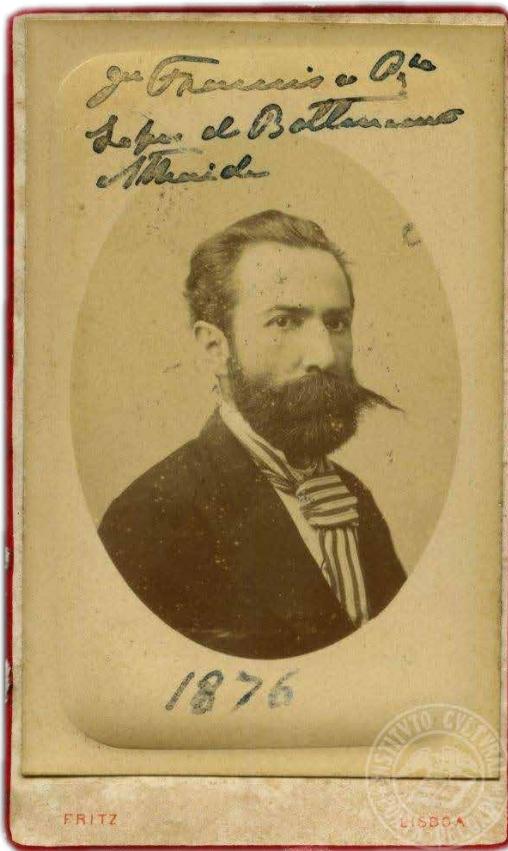


FIGURA 4 • Francisco Pereira Lopes de Bettencourt Ataíde.

Fonte: Retirado da Coleção Fotográfica Digital do Instituto Cultural de Ponta Delgada, PT/ICPD/CFD.00648, disponível em linha através do link: <http://www.icpd.pt/arquivo/ver.php?id=687> [23/02/2025].

As presidências de Francisco Pereira Lopes de Bettencourt Ataíde, Clemente Pereira da Costa e Aníbal de Bettencourt Barbosa, entre 1912 e 1925, ocorrem num contexto nacional de forte instabilidade: a queda da monarquia, a Primeira Guerra Mundial e a crise económica da Primeira República. A atividade teatral reflete esta conjuntura adversa, com registos de menor produção artística e dificuldades financeiras. A gestão da Sociedade neste período aparenta ter sido reativa, centrada na sobrevivência da instituição.

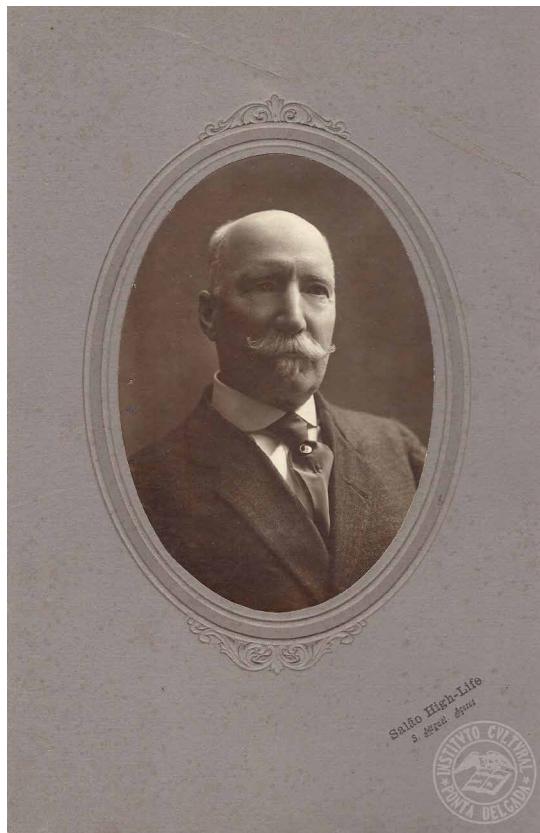


FIGURA 5 • Luís Bettencourt de Medeiros e Câmara.

Fonte: Retirado da Coleção Fotográfica Digital do Instituto Cultural de Ponta Delgada, PT/ICPD/CFD.00256, disponível em linha através do link: <http://www.icpd.pt/arquivo/ver.php?id=280> [23/02/2025].

Com o incêndio do Teatro em 1930, durante a presidência de Luís Bettencourt de Medeiros e Câmara, encerra-se simbolicamente um ciclo. A destruição do edifício e a posterior dissolução da Sociedade em 1937, sob Joaquim José Marques Moreira, marcam o fim de um modelo de gestão cultural centrado exclusivamente nas elites tradicionais micaelenses.

Na história da Sociedade Teatral Micaelense assistimos à exclusão sistemática de outros grupos sociais da gestão do Teatro. Nenhum dos presidentes ou membros destacados da direção era oriundo das classes populares ou mesmo das camadas médias urbanas emergentes. Esta realidade reflete uma lógica de exclusividade social que

atravessava muitas instituições culturais do século XIX, em que o capital económico e simbólico determinava o acesso ao poder institucional³².

Ainda que o Teatro se apresentasse como um espaço aberto ao público que conseguisse pagar para usufruir da oferta cultural, o controlo da sua administração, a definição da programação e a seleção dos públicos-alvo eram conduzidas por uma lógica elitista, onde a distinção e o prestígio social estavam no centro da ação cultural³³. Esta situação não era única: em Lisboa, o Teatro Nacional D. Maria II e o São Carlos também operavam segundo lógicas similares, embora a diversidade urbana tenha permitido o surgimento de formas culturais mais populares, como a revista à portuguesa ou os espetáculos de opereta³⁴.

Nos Açores, porém, o menor dinamismo urbano e a continuidade das estruturas agrárias tradicionais dificultaram a emergência de alternativas culturais oriundas das classes populares ou da nova pequena burguesia. A Sociedade Teatral Micaelense nunca criou mecanismos de inclusão ou participação comunitária, mantendo-se um espaço fechado e representativo apenas de um setor social restrito.

A estrutura organizacional da Sociedade Teatral Micaelense insere-se num modelo nacional de sociedades culturais privadas, fortemente marcado pelo associativismo burguês do século XIX. Muitas cidades portuguesas assistiram, neste período, à criação de sociedades culturais privadas como sociedades filarmónicas, clubes re-creativos e teatros privados, como expressão da ascensão da burguesia liberal³⁵.

Contudo, enquanto em cidades como Lisboa, Porto ou Coimbra se foi assistindo a uma progressiva abertura cultural e à emergência de novas formas de produção artística – por vezes com origens populares –, em Ponta Delgada manteve-se uma gestão altamente conservadora. No entanto, realizavam-se vários espetáculos de amadores, da responsabilidade de associações e grémios profissionais ou montepios, que constituem uma atividade teatral paralela, onde a elite se cruzava com a classe trabalhadora. A ausência de imprensa especializada, de crítica teatral regular e de escolas de teatro ou academias de música públicas contribuiu para a estagnação do modelo micaelense face às transformações do continente³⁶.

³² Pierre Bourdieu, 1984.

³³ João Silva, 2016; Guilherme Filipe, 2017.

³⁴ João Silva, 2016; Guilherme Filipe, 2017.

³⁵ José Martins, 1998, 78.

³⁶ João Silva, 2016.

3. O público do Teatro Micaelense e a programação teatral: entre a exclusividade elitista e a massificação cultural

A análise do público e da programação do Teatro Micaelense permitiu compreender não apenas os gostos culturais predominantes ao longo do período cronológico analisado, mas também a forma como se organizava e se controlava o acesso à cultura na cidade de Ponta Delgada, refletindo dinâmicas de poder, exclusão social e adaptação aos modelos de entretenimento europeu³⁷.

Segundo Pierre Bourdieu, o gosto e o consumo cultural das classes dominantes operam como instrumentos de distinção social, legitimando posições de poder e afastando práticas culturais populares³⁸. Nesse sentido e mais uma vez, a Sociedade Teatral Micaelense cumpria mais uma função de legitimação simbólica das elites locais do que de experimentação artística propriamente dita, reproduzindo os códigos estéticos e comportamentais de uma elite ilustrada³⁹.

A escassez de registos de eventos de relevo em determinados períodos reforça a ideia de que o teatro servia sobretudo como palco de sociabilidade e representação social, e não como um espaço de inovação cultural. Tal como observa Guilherme Filipe, nas associações culturais oitocentistas, as atividades recreativas tinham frequentemente uma função ceremonial, de afirmação pública do prestígio das classes dirigentes, mais do que de produção artística⁴⁰. Do mesmo modo, as associações populares procuravam imitar as elites nesses padrões e atividades culturais, recorrendo aos mesmos mecanismos culturais que legitimavam as elites.

Tal como sucedia em outras regiões do país, o teatro oitocentista assumia um papel civilizador, reservado às elites instruídas, e era financiado por capital privado – o que naturalmente condicionava a sua orientação cultural e o tipo de público-alvo. A direção da Sociedade Teatral Micaelense, como vimos, era composta por figuras da aristocracia local e da alta burguesia, refletindo uma gestão que, desde o início, pretendeu modelar os hábitos culturais da sociedade micaelense de acordo com padrões europeus “civilizados”⁴¹.

³⁷ Guilherme Filipe, 2017.

³⁸ Pierre Bourdieu, 1984.

³⁹ Guilherme Filipe, 2017; João Silva, 2016.

⁴⁰ Guilherme Filipe, 2017.

⁴¹ Maria Isabel Albergaria Sousa, 2006.

O investimento na ópera italiana e nos concertos sinfónicos nas primeiras décadas traduzia a tentativa de imitar o prestígio cultural das capitais continentais. A condição periférica dos Açores face aos grandes centros urbanos continentais reforçava este mimetismo conservador: as elites locais procuravam espelhar o modelo burguês europeu como forma de afirmar modernidade e distinção. Tal como as classes populares procuravam imitar a elite cultural local. Assim, tal como em outros teatros de província portugueses – como o Teatro Circo de Braga ou o Teatro Aveirense –, a programação de elite coexistia com espetáculos mais populares, como zarzuelas, operetas ou comédias, necessários para garantir a sustentabilidade financeira da sala⁴².

Por contraste, em Lisboa e no Porto, no início do século XX, assiste-se ao surgimento de formas culturais mais populares e diversificadas, como a opereta, a revista à portuguesa e o teatro de intervenção política, associadas à emergência de novos públicos urbanos e movimentos de esquerda⁴³. Nestes contextos, o teatro evolui como espaço de debate social e ideológico, enquanto, nos Açores, permaneceu um símbolo de continuidade social e cultural, sustentado pelas mesmas famílias que dominavam a esfera económica e política regional⁴⁴.

Durante as primeiras décadas, o público do Teatro Micaelense era essencialmente composto pelas elites locais. O sistema de camarotes, os trajes obrigatórios e a própria composição dos quadros dirigentes funcionavam como barreiras sociais implícitas, que limitavam o acesso das camadas populares. Esta exclusividade não era exceção nos palcos portugueses: estudos sobre os teatros do Porto e de Lisboa revelam a existência de práticas semelhantes, onde os espetáculos de maior prestígio artístico funcionavam como formas de distinção social⁴⁵.

A exclusão de outros grupos sociais da gestão do teatro é reveladora da centralidade da elite na organização da vida cultural da cidade. Apesar do envolvimento pontual de associações ou artistas locais – como nos *Serões de Arte*, organizados por figuras como Armando Côrtes-Rodrigues⁴⁶ –, o controlo institucional e financeiro manteve-se sob a alçada de um grupo restrito até à extinção da Sociedade Teatral Micaelense, em 1937.

⁴² António Silva, 2005.

⁴³ João Silva, 2016; Guilherme Filipe, 2017.

⁴⁴ João Silva, 2016; Guilherme Filipe, 2017.

⁴⁵ João Silva, 2016; Guilherme Filipe, 2017.

⁴⁶ Cymbron, Maria Clotilde de Aguiar Oliveira Rodrigues, Teatro em São Miguel: António Roberto de Oliveira Rodrigues, percurso 1920-1969 (Ponta Delgada: Nova Gráfica, 2011).



FIGURA 6 • 4.º Serão d'Arte com a representação da peça de teatro “Os Romanesco”, no Teatro Micaelense (1927).

A passagem pelo Teatro Micaelense de companhias em tournée (espanholas, portuguesas e mistas), bem como a análise da programação (zarzuela, opereta, drama, revista), sugere que o Teatro Micaelense estava integrado numa rede cultural transnacional e não apenas nacional, fenómeno comparável a outras casas de espetáculo insulares no Atlântico, como o Teatro Angrense ou o da Madeira⁴⁷ ou teatros de cidades costeiras do Brasil⁴⁸.

A partir do final do século XIX, com o aumento da urbanização e a consolidação de uma classe média com acesso a escolarização, o Teatro Micaelense, como muitos outros espaços culturais do país, viu-se pressionado a alargar a sua oferta cultural. A inclusão de espetáculos como o cinema, o ilusionismo, o circo e até o *wrestling* greco-romano representou uma viragem para um modelo mais diversificado e, simultaneamente, mais democrático – embora não consensual entre os habituais frequentadores.

⁴⁷ *A Persuasão*, n.º 1856, 11 de agosto de 1897.

⁴⁸ *Correio Micaelense*, “O teatro e o cinematographo,” n.º 145, Ponta Delgada, 1909.



FIGURA 7 • Cartaz volante da luta greco-romana com o atleta Otto Van-der Keerk (1912).
Fonte: BPARPD – Sociedade Teatral Michaelense, ct. 8832.

O cinema, por exemplo, introduzido em 1902 com o primeiro cinematógrafo, marcou o início de uma nova fase⁴⁹. A programação passou a incluir obras premiadas internacionalmente e produções europeias de renome. Contudo, esta transição não foi pacífica. A imprensa local, nomeadamente o *Correio Michaelense*⁵⁰, denunciavam uma “desqualificação” do teatro, alegando que a exibição de cinema e o novo tipo de público comprometiam a reputação da sala.

⁴⁹ Fries, Rita Sofia Amaral Cabral de, *Teatros de São Miguel: o Espetáculo como Património* (Dissertação de Mestrado. Universidade dos Açores (FCSH), 2018), 35.

⁵⁰ *Correio Michaelense: folha diária*, n.º 17, 30 de maio de 1908.

Essa crítica deve ser interpretada no contexto de uma luta simbólica entre o “teatro da elite” e o “teatro das massas” – tensão que se observava também em outras cidades do país. A crescente democratização do acesso aos espaços culturais implicava a perda de exclusividade das elites, algo que se manifestava, por exemplo, nas queixas sobre os comportamentos dos novos públicos durante o Carnaval⁵¹ ou nas sessões de cinema.

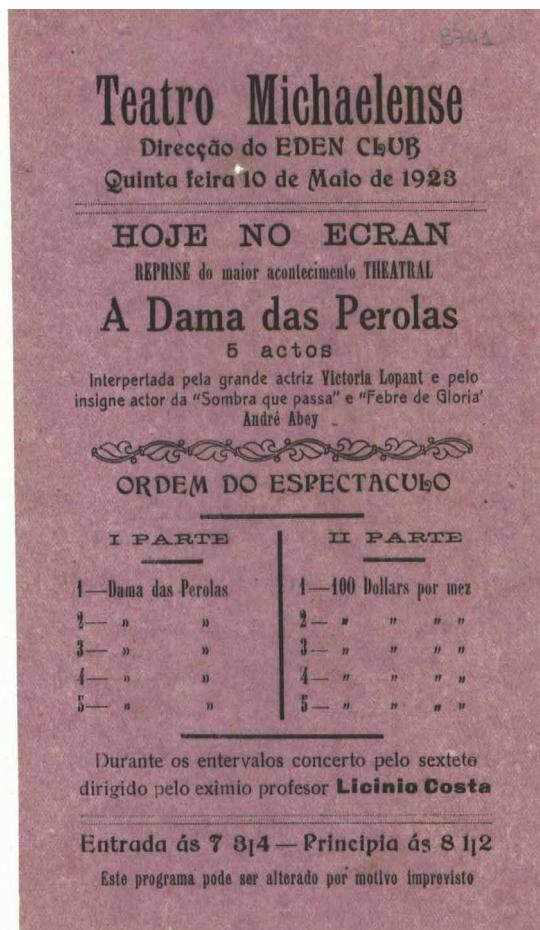


FIGURA 8 · Cartaz volante de espetáculo cinematográfico com a exibição do filme “A dama das pérolas”.
 Fonte: BPARPD – Sociedade Teatral Micaelense, ct. 8741.

⁵¹ *A república: diário da manhã*, n.º 240, 25 de janeiro de 1912.

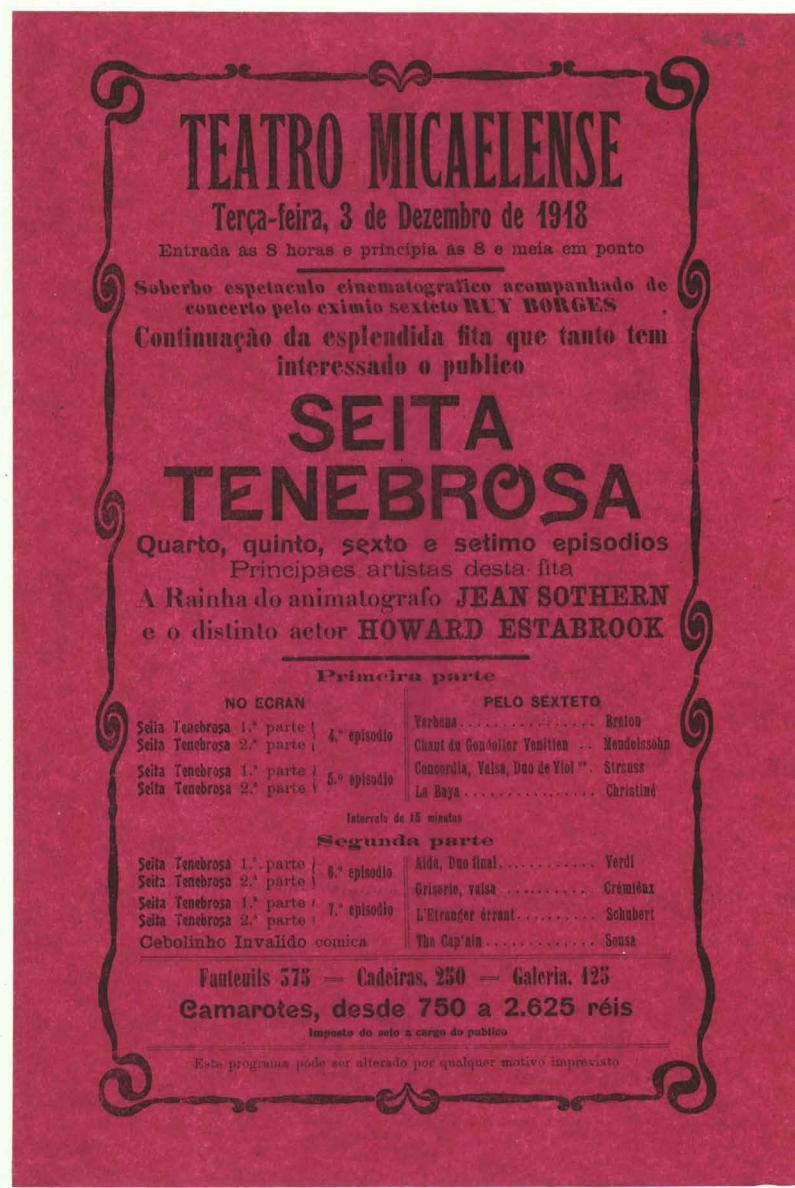


FIGURA 9 · Cartaz volante de espetáculo cinematográfico com a exibição do filme "A seita tenebrosa" (1918).
Fonte: BPARPD – Sociedade Teatral Micaelense, ct. 8265.

O crescimento exponencial da exibição cinematográfica a partir da década de 1910 representa um marco na modernização cultural açoriana, ao introduzir novos hábitos de consumo do espetáculo e reposicionar o Teatro Micaelense como local de convergência entre práticas performativas tradicionais e novas formas de espetáculo.

A análise cronológica mostra um padrão de crescimento constante do número de sessões entre 1916 e 1930, em paralelo com a consolidação de empresas itinerantes, como a Companhia Cinematográfica de Portugal, e de operadores locais como Jacinto Ribeiro.⁵² Este dinamismo demonstra que a insularidade não implicava isolamento, mas sim uma inserção, embora periférica, na rede de circulação atlântica de produtos e práticas culturais modernas.⁵³

A presença continuada de concertos, com sextetos e orquestras que acompanhavam os filmes até finais da década de 1920, coincide com a época do cinema mudo, em que os filmes “raramente eram projectados em total silêncio: era costume juntar um acompanhamento musical ou diversos ruídos ao espetáculo cinematográfico”⁵⁴, e reforça a ideia de um cinema performativo, mais próximo da lógica teatral do que do consumo passivo que o cinema sonoro veio generalizar. Para o efeito, no Teatro Micaelense recorria-se a conjuntos de músicos locais, contribuindo para o desenvolvimento da música em Ponta Delgada, sendo os mais habituais os sextetos dirigidos por Licínio Costa⁵⁵ ou por Rui Borges⁵⁶. Esta prática, estudada por historiadores como Altman⁵⁷ e Gunning⁵⁸, reforça o carácter de antevisão do espetáculo cinematográfico nos seus primórdios, muitas vezes entendido como parte de um programa misto de variedades.

Outro aspeto relevante é a utilização do Teatro Micaelense como espaço polivalente. Para além das representações artísticas, o Teatro servia de palco para bai les, festas caritativas, reuniões políticas e conferências. Esta multifuncionalidade não era exclusiva dos Açores: à semelhança de outros teatros municipais portugueses, o

⁵² Jacinto Ribeiro foi sócio e diretor do Salão Ideal. Ocupou o cargo de operador cinematográfico e foi responsável pelas instalações elétricas do espaço.

⁵³ Rick Altman, *Silent Film Sound* (New York: Columbia University Press, 2004).

⁵⁴ Betton, Gérard, *História do cinema* (Sintra: Publicações Europa-América, LDA., 1989), 37.

⁵⁵ Licínio Costa, pianista, estudou em Lisboa e dedicou-se a lecionar aulas deste instrumento na cidade de Ponta Delgada.

⁵⁶ Rui Borges foi maestro, dirigindo companhias de opereta sob a tutela do Teatro Micaelense sensivelmente de 1919 a 1920.

⁵⁷ Tom Gunning, *D.W. Griffith and the Origins of American Narrative Film* (Urbana: University of Illinois Press, 1990).

⁵⁸ Guilherme Filipe, 2017.

Micaelense desempenhava um papel central na vida pública urbana, funcionando como lugar de sociabilidade, celebração e até intervenção cívica.

As festas de beneficência, por exemplo, envolviam frequentemente a participação de senhoras da alta sociedade local⁵⁹, mas também de artistas e estudantes locais. Ainda assim, a lógica caritativa mantinha a estrutura hierárquica tradicional: os mais favorecidos organizavam eventos para os desfavorecidos, reforçando um modelo de filantropia que, embora bem-intencionado, reproduzia as desigualdades sociais vigentes⁶⁰.

Comparativamente aos teatros nacionais, a Sociedade Teatral Micaelense manteve um programa cultural mais homogéneo e uma base social mais restrita. Enquanto Lisboa, Porto e Coimbra experimentavam formas culturais mais diversificadas – como operetas, revistas à portuguesa ou produções associadas a movimentos sociais emergentes –, a programação micaelense privilegiava repertórios eruditos, europeus e norte-americanos, refletindo tanto a escassez de agentes culturais locais especializados quanto a influência das elites⁶¹. Os Açores integraram e adaptaram modelos culturais nacionais, preservando simultaneamente uma estrutura social conservadora.

A trajetória do Teatro Micaelense reflete, em larga medida, os dilemas vividos por outras instituições culturais portuguesas entre os séculos XIX e XX. O seu percurso revela a tensão entre a manutenção de uma cultura elitista e a necessidade de adaptação às exigências de um novo público e novas formas de espetáculo. A gestão da programação foi, desde o início, orientada por interesses de classe, mas a progressiva abertura a novas formas de espetáculo e à participação de diferentes segmentos sociais aponta para uma lenta, mas significativa, transformação.

Apesar disso, o Teatro permaneceu, até ao seu desaparecimento em 1930, um espaço simbolicamente controlado pelas elites, onde o acesso à cultura foi, durante décadas, condicionado por critérios de classe, educação e prestígio social.

⁵⁹ Esperanço, Ricardo, 2013

⁶⁰ João Silva, 2016; Guilherme Filipe, 2017.

⁶¹ Guilherme Filipe, 2017; João Silva, 2016.

Conclusão

A análise à gestão do Teatro Micaelense, entre 1861 e 1937, pela Sociedade Teatral Micaelense, e à sua atividade cultural permitiu compreender o modo como as elites açorianas conceberam e instrumentalizaram a cultura enquanto espaço de distinção social, poder simbólico e legitimação ideológica. Desde a fundação da Sociedade Teatral Micaelense, o Teatro foi erigido não apenas como equipamento artístico, mas sobretudo como um marco civilizacional e político, destinado a afirmar Ponta Delgada como cidade moderna e europeizada, em sintonia com o ideal liberal e burguês do século XIX.

Este estudo destaca que, tal como outros contextos nacionais, o Teatro Micaelense nasceu e desenvolveu-se sob hegemonia das classes dominantes, que monopolizaram a gestão institucional, o financiamento e o acesso simbólico ao espaço cultural. No entanto, a análise da sua longa trajetória revela uma especificidade regional: ao contrário dos grandes centros continentais, onde as práticas culturais evoluíram no sentido de uma progressiva diversificação e abertura social, o modelo açoriano permaneceu conservador, reproduzindo estruturas sociais tradicionais e padrões de gosto associados à aristocracia e à alta burguesia locais⁶².

Ao longo de cerca de sete décadas, o Teatro Micaelense espelhou as tensões entre continuidade e modernidade, funcionando simultaneamente como palco de modernização estética e como bastião de hierarquias sociais. O estudo das presidências da Sociedade Teatral Micaelense mostra como cada liderança expressou, de modo particular, as relações entre poder político, prestígio e produção cultural: de João José da Silva Loureiro, que associava o teatro à educação moral e cívica, ao 2.º Barão de Fonte Bela, que o converteu em instrumento de sociabilidade aristocrática, até Francisco Peixoto da Silveira, cuja breve tentativa de renovação artística se viu constrangida pelas condições estruturais e simbólicas da instituição⁶³.

A partir do início do século XX, as transformações políticas e económicas – da instabilidade republicana à massificação cultural introduzida pelo cinema – impuseram novas dinâmicas de consumo e de sociabilidade. O Teatro Micaelense tornou-se então um espaço de negociação entre o teatro de elite e o teatro das massas, revelando o processo de democratização cultural que, embora tardio, redefiniu a vida urbana micaelense. Ainda assim, as resistências das elites à perda de exclusivi-

⁶² Guilherme Filipe, 2017; João Silva 2016.

⁶³ Maria Isabel Albergaria Sousa, 2006.

dade confirmam a permanência de uma cultura de classe que procurava perpetuar a distinção mesmo perante as novas formas de espetáculo e de público⁶⁴.

A dissolução da Sociedade Teatral Micaelense, em 1937, após o incêndio de 1930, simboliza mais do que o fim de uma instituição: representa o declínio de um modelo cultural oitocentista, fundado na centralidade das elites e na exclusividade social do consumo artístico. A sua extinção coincide com a emergência de novos agentes e linguagens culturais – o cinema, as bandas filarmónicas, os clubes recreativos – que deslocaram o eixo da produção simbólica para esferas mais amplas e participativas.

Comparativamente aos teatros de Lisboa, Porto ou Coimbra, o Teatro Micaelense ilustra o descompasso entre centro e periferia, revelando como, em contextos insulares, a modernidade cultural se desenvolveu de forma mitigada, condicionada por fatores geográficos, económicos e ideológicos⁶⁵. Contudo, esta mesma condição periférica permite compreender de modo singular os processos de adaptação e resistência cultural que caracterizaram a modernidade portuguesa na viragem do século XIX para o XX⁶⁶.

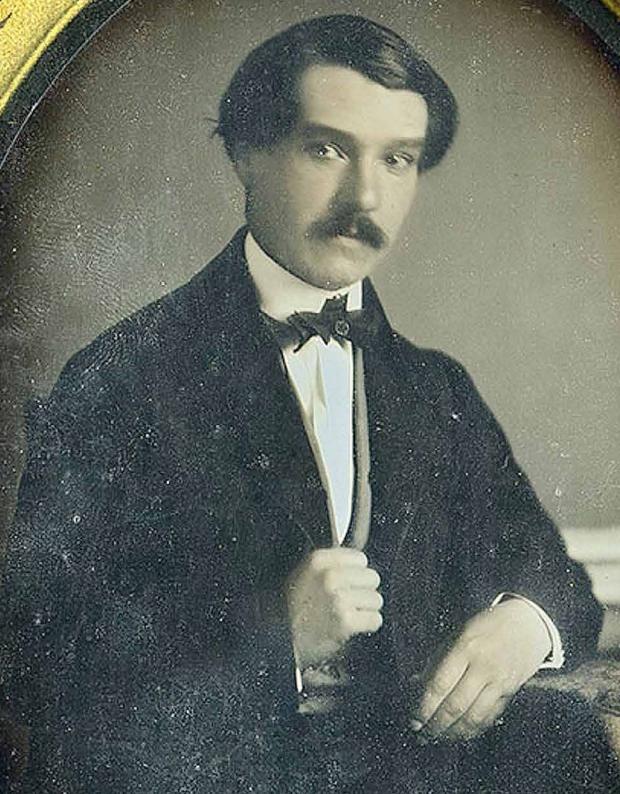
Assim, o estudo do Teatro Micaelense ultrapassa o âmbito da história local, oferecendo um caso de estudo privilegiado para a análise das relações entre cultura, poder e identidade em sociedades periféricas. Ao demonstrar como o Teatro serviu simultaneamente como instrumento de hegemonia e de transformação, este artigo contribui para a leitura da história cultural micaelense, sublinhando que a periferia não é mero reflexo do centro, mas espaço próprio de negociação simbólica, onde se projetaram as contradições e ambições da modernidade⁶⁷.

⁶⁴ Pierre Bourdieu, 1984.

⁶⁵ João Silva, 2016; Guilherme Filipe, 2017.

⁶⁶ João Silva, 2016; Guilherme Filipe, 2017.

⁶⁷ Guilherme Filipe, 2017; Bourdieu, 1984, 425.



Da daguerreotipia à fotografia sobre papel: o fotógrafo francês Jean-Jacques-Adolphe Poirier e os seus associados em Portugal, 1845-1867

Nuno Borges de Araújo¹

Resumo

Neste texto tratamos de informação documental relativa à presença em Portugal dos fotógrafos retratistas franceses Jean-Jacques-Adolphe Poirier (1845-1846 e 1860) e dos seus associados Anatole-Pascal Chambard (1845-1846) e César Massot (1860, 1865-1867). Inicialmente formado como daguerreotipista, mais tarde atualizou a sua prática para a fotografia sobre papel, principalmente no formato *carte de visite*. Massot, um pintor de profissão, provavelmente aprendeu fotografia durante a sua associação a Poirier e, abriu um *atelier* fotográfico em Lisboa, que se encontrava activo em 1865-1867. O aprofundamento da investigação em fontes documentais portuguesas, francesas e espanholas ainda inexploradas permitiu-nos identificar melhor estes fotógrafos e reformular os seus dados biográficos, bem como algum do seu trabalho tardio, proporcionando uma compreensão mais sólida do seu percurso profissional.

Palavras-chave

Fotografia; Portugal; século XIX; Adolphe; Anatole; Poirier; Chambard; Massot.

¹ Arquitecto, investigador colaborador do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho (CECS), doutorando em Ciências da Comunicação na Universidade do Minho; correio-e: nunoborgesdearaudo@gmail.com

Abstract

In this text we deal with documentary information relating to the presence in Portugal of the French portraitists Jean-Jacques-Adolphe Poirier (1845-1846 e 1860) and his associates Anatole-Pascal Chambard (1845-1846) and César Massot (1860, 1865-1867). Initially trained as a daguerreotypist he later updated his practice to photography on paper, mainly in the *carte de visite* format. Massot, a painter by profession, probably learned photography during his association with Poirier and opened his own photographic studio in Lisbon, which was active in 1865-1867. Further research in previously unexplored Portuguese, French and Spanish documentary sources allowed us to better identify these photographers and reformulate their biographical data, as well as some of their later works, providing a more solid understanding of their professional careers.

Keywords

Photography, Portugal, 19th century, Adolphe, Anatole, Poirier, Chambard, Massot.

Daguerreotipia: uma revolução no mundo da imagem

A técnica da daguerreotipia foi um dos primeiros processos fotográficos inventados, e o que teve maior difusão mundial nas décadas de 1840 e 1850. Permite produzir um registo permanente de uma cena real obtida numa câmara escura portátil sobre uma chapa de cobre revestida a prata e fotossensibilizada com sais de prata. Resultou de um processo de investigação colaborativa entre Nièpce e Daguerre, que este posteriormente desenvolveu de forma inovativa. No início da década de 1840, após a sua divulgação pública a 7 de Janeiro de 1839 por François Arago na Académie des Sciences, em Paris, o processo foi adquirido a Daguerre pelo Estado Francês, por lei de 7 de Agosto de 1839, sob forma de pensão vitalícia, e oferecido a toda a humanidade. A técnica, que produzia uma imagem positiva directa, foi significativamente aperfeiçoada nos anos seguintes, aumentando a sensibilidade da emulsão e a estabilidade da imagem. O conhecimento técnico do processo foi divulgado em sessões públicas, em manuais ilustrados então publicados, e dominado na prática dos primeiros *ateliers* parisienses.

Não estando protegida por patente, após a sua divulgação pública, a daguerreotipia tornou-se o processo fotográfico dominante, sendo rapidamente difundida entre retratistas e outros que o queriam ser, quanto mais não fosse como potencial negócio em terras onde ainda não havia praticantes profissionais comercialmente instalados. Neste contexto vemos surgir em Portugal um número significativo de fotógrafos utilizando esta técnica, sobretudo franceses recém-formados nesta inovação. Chegaram aqui por via terrestre, atravessando Espanha e fotografando em várias localidades do país vizinho, ou vieram directamente a Portugal por via marítima, e deslocando-se no litoral português, com particular destaque para as cidades de Lisboa e do Porto, onde o número de habitantes com meios para tirarem o seu retrato prometia negócio seguro.

Neste breve artigo vamos tratar de um caso apenas conhecido pelos nomes dos fotógrafos envolvidos e pouco ou nada estudado na historiografia fotográfica portuguesa, acrescentando novas e, esperamos, esclarecedoras informações².

Adolphe e Anatole

Em Maio do ano de 1845, cerca de seis anos após o anúncio público da invenção da daguerreotipia na Academia de Paris, foi noticiada no Porto a chegada de Adolphe e Anabolio [sic; Adolphe e Anatole], de Paris, «Artistas do Daguerreotypo, que em Lisboa trabalharão [trabalharam] com muito credito». Estabeleceram o seu *atelier* na rua das Hortas³, n.º 151, 2.º andar, onde tiravam «retractos ao natural por meio do daguerrotype com uma tal perfeição que excedem os mais bellos retractos em miniatura». Trabalhavam entre as 9 horas da manhã e as 5 da tarde⁴. Por um breve período de tempo, Anatole e Adolphe estiveram sem fotografar, devido à falta de produtos químicos. Encomendaram-nos de França e, tendo-os recebido, recomeçaram a sua actividade como retratistas a 15 de Junho do mesmo ano, entre as 10 horas da manhã e as 6 da tarde. Nesta altura anunciam tirar «retractos daguerreotypados a cores naturaes [colorido à mão imitando as cores do retratado e seu traje] a 1920 e

² Apesar de apenas agora divulgarmos as informações levantadas sobre Adolphe e Anatole e sobre Chambard e Poirier, a nossa pesquisa em anuários e periódicos aqui publicada foi realizada há pelo menos vinte anos.

³ A rua das Hortas foi integrada na rua do Almada, correspondendo ao actual troço entre a rua dos Clérigos e a rua Elísio de Melo. Nesta altura os números das ruas eram contínuos. A renumeração dos números de polícia dos edifícios, com pares de um lado e ímpares do outro, apenas começou a ser implementada no início da década de 1860.

⁴ *Periodico dos Pobres no Porto* (1845, 13 de Maio), 112, 453-454; (1845, 15 de Maio), 114, 460.

2880 reis» em 3 segundos⁵. Miranda (2006: I, 284), localizou uma rara folha volante distribuída por estes fotógrafos no Porto em que consta pedirem 1920 réis por um retrato num sexto de placa (tamanho aproximado de uma carta de jogar) e 2880 réis por uma do dobro deste tamanho. O preço dos retratos de grupo dependia do número de pessoas que os compunham, prática que era bastante comum entre os fotógrafos. Nesta folha publicitária apresentam-se como «artistas de Pariz, premiados pela Governo e condecorados com huma medalha de ouro pela Academia franceza em recompensa da perfeição que tem adquirido na Arte admiravel da Phatogenia [fotogenia] pela finura das cores, perfeita semelhança e claridade com que se destingue o traje». Afirmavam que os instrumentos que usavam eram «os mais perfeitos e ultimamente descobertos» e lhes permitiam «operar em todo o tempo e á sombra em dous, quatro ou seis segundos», acrescentando que «com a mesma perfeição que fazem os seus retratos, podem imitar com uma fidelidade, que nem ao pincel nem ao lapis he permittido chegar, todos os monumentos antigos e modernos de qualquer classe que sejão, e igualmente a reprodução dos quadros da Arte e do Genio». Tencionavam ficar no Porto a retratar na referida morada durante 15 dias e, na altura em que distribuíram esta folha, retratavam entre as 10 horas da manhã e as 5 da tarde. Também douravam por galvanismo e instruíam os interessados nesta técnica por um preço a ajustar.

A referência de Adolphe e Anatole aos retratos em miniatura no *Periodico dos Pobres*, acima mencionada, não será casual, uma vez que nesta época os miniaturistas eram os seus principais concorrentes. Por coincidência ou não, pouco depois da sua chegada ao Porto, instalou-se no 3.º andar do mesmo prédio o retratista italiano Caetano Marras, que fazia retratos em miniatura sobre marfim⁶. Neste período, os retratos daguerreotípicos eram uma novidade e estavam em aberta concorrência com o mercado dos miniaturistas, que executavam retratos aproximadamente das mesmas dimensões, sendo os primeiros, para o bem e para o mal, mais semelhantes ao original. Curiosamente, Marras anunciou no mesmo dia e periódico que Adolphe e Anatole residir «na mesma casa donde mórão os Srs. retractistas ao Daguerreotipo» (embora em pisos diferentes), estabelecendo exactamente o mesmo preço-base de 1920 réis que os daguerreotipistas pediam por cada retrato, colocando-se desta forma em pé de igualdade aparente na concorrência com os seus vizinhos. Porém, neste valor Marras não incluía o custo do marfim que era de 240 réis, e demorava

⁵ *Periodico dos Pobres no Porto* (1845, 14 de Junho), 139, 562; (1845, 17 de Junho), 141; (1845, 26 de Junho), 149, 599.

⁶ *Periodico dos Pobres no Porto* (1845, 19 de Maio), 117, 474, (1845, 29 de Maio), 125, 505. Em Florença regista-se a presença de um fotógrafo G.[aetano?] B. Marras e C.[?], na Piazza Pinelli, 5 [s.d.] (Becchetti, 1978: 67). Será outra pessoa ou, face à concorrência dos daguerreotipistas, Marras acabou por aderir à técnica fotográfica?

3 ou 4 horas a retratar, o que, para um pintor, era considerado pouco tempo⁷. Dez dias após o seu primeiro anúncio, Marras já baixara o custo das miniaturas para 1.440 réis, ou seja, o preço, incluindo o custo do marfim, já era inferior aos 1920 réis iniciais e muito inferior ao habitualmente praticado por miniaturistas⁸. Em Outubro Marras já se encontrava a exercer a sua actividade em Lisboa⁹. A concorrência entre os daguerreotipistas Adolphe e Anatole e o miniaturista Marras pode ser considerada paradigmática das transformações ocorridas neste período de meados dos anos 40 a meados dos anos 50 no mercado do retrato de pequenas dimensões, com o aparecimento da fotografia. A comparação entre a actividade artística e comercial de Adolphe e Anatole e a de Caetano Marras também foi objecto de reflexão por Miranda (2006), para cujo texto remetemos.

É possível que Adolfo e Anatólio tenham desenvolvido uma prática ambulatória partindo de França, através de Espanha e Portugal, pelo menos durante o primeiro semestre de 1845, ou que aqui tenham chegado directamente por via marítima, o que não nos foi possível determinar. Em França não encontramos informações que permitam identificá-los com alguma segurança. Em Espanha temos notícia da presença do daguerreotípista francês Anatalio ou Mr. Anatole, que chegou a Zaragoza durante as «fiestas del Pilar» em Outubro de 1851 (Romero Santamaría, 1989, p. 69; Hernández Latas, 2010, p. 7) e se instalou na calle del Cossio, n.º 41, 3.º esquerdo¹⁰, podendo ser o mesmo que anos antes esteve em Portugal. Notamos a existência de outro fotógrafo daguerreotípista que usou o nome Adolfo em Itália (1844-1849) e verificamos não ser a mesma pessoa, bem como de outro fotógrafo homónimo em Espanha, já nos anos 60, cuja identidade levanta dúvida, pelo que não os trataremos aqui.

Chambard e Poirier

Em Janeiro de 1846 encontramos em Lisboa os artistas fotógrafos Chambard e Poirier, de Paris (fig. 1)¹¹. Tiravam em poucos segundos qualquer tipo de retratos pelo

⁷ *Periodico dos Pobres no Porto* (1845, 19 de Maio), 117, 474, (1845, 29 de Maio), 125, 505; *A Coallisão* (1845, 18 de Junho), 138, 4, a (1845, 20 de Junho), 140, 4.

⁸ *Periodico dos Pobres no Porto* (1845, 29 de Maio), 125, 505.

⁹ *A Revolução de Setembro* (1845, 23 de Outubro), 1368, 4.

¹⁰ *Zaragozano: diario de avisos* (1851, 11 de Outubro), cit. por Clifford: portal dels fotògrafs del segle XIX a Espanya. Fotoconnexio. <https://www.fotoconnexio.org/clifford/>.

¹¹ *A Revolução de Setembro* (1846, 19 de Janeiro), 1437, 4.

daguerreotipo, de «Perfeita similhança» ou «Semilhança infalivel» com o retratado. Os preços eram, com cores naturais, a 2.880 réis sobre um quarto de chapa e a 4.800 réis sobre meia chapa. Retratavam desde as 9 horas da manhã até às 4 da tarde¹² e, posteriormente, desde as 10 horas da manhã até às 4 horas da tarde¹³, mesmo que que não houvesse sol. Segundo os próprios, foram premiados com uma medalha de ouro pela Academia Francesa, como recompensa da perfeição «que tem sabido alcançar na arte admiravel de phoutagenia, tanto por a perfeita semelhança finura das cōres, como pela perfeição com que se deixa distinguir nas roupas, nos ditos retratos» ou, dito por outras palavras suas, pela «perfeição que souberam dar aos retratos tanto pela perfeita similhança como pela firmeza do colorido, e a exactidão dos adornos». Preveniram o público que continuavam a executar os seus trabalhos em Lisboa até ao dia 20 de Fevereiro de 1846, na sua residência na rua Nova dos Mártires, n.º 30-34¹⁴. Em Março voltaram a anunciar que «em consequencia do credito que tem adquirido nesta cidade, attestado pelas numerosas encommendas de retratos que diariamente lhes são feitas, se resloveram permanecer em Lisboa até ao dia 29 de Abril, e por isso todas as pessoas que quizerem os poderão procurar em sua casa na rua Nova dos Martyres n.º 30 a 34, 1.º andar, todos os dias desde as 10 horas da manhã até ás 4 da tarde, quer faça Sol ou não». A morada é a mesma onde no ano anterior esteve o daguerreotipista francês E. Thiesson (figuras 1 e 2)¹⁵.

À partida diríamos que os fotógrafos daguerreotipistas acima tratados são quatro pessoas diferentes. Mas será assim? Será coincidência a menção de ambos terem recebido uma medalha de ouro da Academia francesa como recompensa pela perfeição que alcançaram na arte admirável da fotogenia, pela finura das cores, etc.?

¹² *A Revolução de Setembro* (1846, 19 de Janeiro), 1437, 4, (1846, 23 de Janeiro), 1440, 4; *O Gratis* (1846, 20 de Janeiro), 1919, 2.

¹³ *O Gratis* (1846, 10 de Fevereiro), 1935, 2; *A Revolução de Setembro* (1846, 10 de Fevereiro), 1453, 4, (1846, 21 de Março), 1485, 4.

¹⁴ *O Gratis* (1846, 10 de Fevereiro), 1935, 2; *A Revolução de Setembro* (1846, 10 de Fevereiro), 1453, 4. Tal como no caso de Adolphe e Anatole, estes fotógrafos aparecem referidos nos seus primeiros anúncios com uma variedade significativa de gralhas, ocorrência que não é estranha em periódicos, sobretudo tratando-se de estrangeiros, podendo levar o leitor desprevenido a identificá-los sob estes nomes: Chambou et Poisier (*A Revolução de Setembro* (1846, 19 de Janeiro), 1437, 4), Chambant e Fonier (*A Revolução de Setembro* (1846, 23 de Janeiro), 1440, 4), Chambou e Foirier (*A Revolução de Setembro* (1846, 10 de Fevereiro), 1453, 4), etc.

¹⁵ *Diario do Governo* (1846, 17 de Março), 64, 306; *A Revolução de Setembro* (1846, 21 de Março), 1485, 4.



FIGURA 1 · Anúncio de Chambard e Poirier (*A Revolução de Setembro*, n.º 1437, 19 de Janeiro de 1846, p. 4).



FIGURA 2 · Anúncio de Chambard e Poirier (*A Revolução de Setembro*, n.º 1485, 21 de Março de 1846, p. 4).

A pesquisa num novo fundo documental há cerca de uma década veio trazer novos dados que alteraram a nossa percepção da identidade destes dois pares de fotógrafos: a 31 de Julho de 1845 obtiveram passaporte em **Vila Real** para irem ao arquipélago dos **Açores** pelo tempo de 90 dias, **Anatole Pascal Chambard**, com 31 anos de idade, 62 polegadas de altura, rosto comprido, cabelo, sobrancelhas e olhos castanhos, nariz e boca “regular”, cor “natural”, solteiro, artista, natural de França, levando em sua companhia **João Jacques Adolpho Poirier**, casado, artista, súbdito francês, «cujos signaes foram descriptos no verso do dito passaporte»

(figura 3)¹⁶. Daqui podemos sem grande risco deduzir que **Adolpho e Anatole e Chambard e Poirier não eram dois pares de fotógrafos mas um só** e que, por motivo que desconhecemos, decidiram usar comercialmente nomes diferentes na sua segunda visita profissional a Portugal, facto que importa rever, tendo em consideração que até ao presente a historiografia fotográfica portuguesa os tem tratado como sendo pessoas diferentes.

Nos Açores não pudemos comprovar a sua presença¹⁷. Até ao presente desconhecemos daguerreótipos realizados em Portugal por estes fotógrafos.

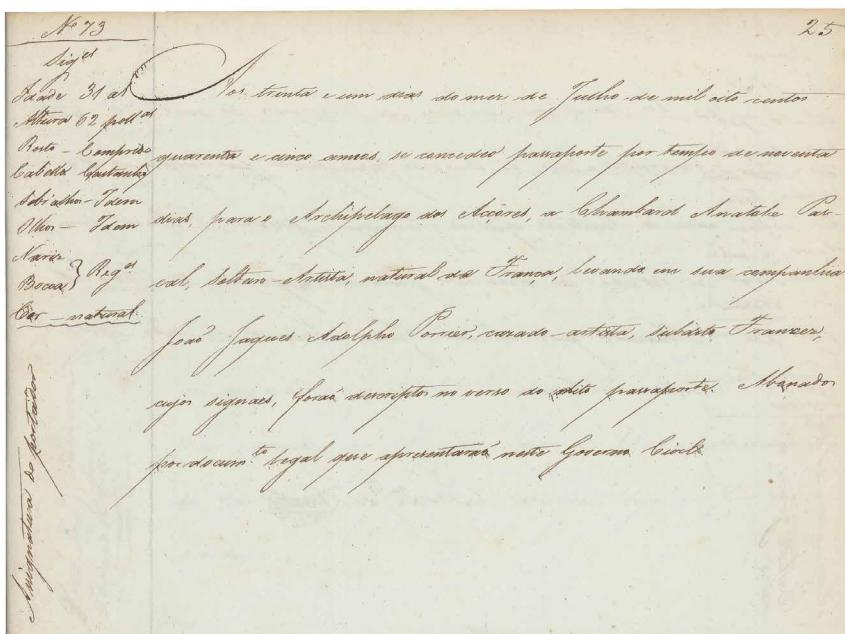


FIGURA 3 - Registo de passaporte de Anatole Pascal Chambard e Jean Jacques Adolphe Poirier, a 31 de Julho de 1845 (ADVRL, Registo para passaportes, I.º 1, 1837-1852, p. 25, reg. n.º 73).

Poirier e o seu contexto familiar

Recuando no tempo, a documentação francesa permitiu-nos refazer parte da biografia de Jean-Jacques-Adolphe Poirier. Nasceu na cidade de Bordeaux

¹⁶ Arquivo Distrital de Vila Real (ADVRL). Registo para passaportes (Governo Civil de Vila Real), I.º 1, 1837-1852, fl. 25, reg.º n.º 73.

¹⁷ Existem anúncios de daguerreótipistas não identificados em Ponta Delgada (Novembro de 1845 e Abril e Maio de 1846) e em Angra do Heroísmo (Julho de 1846), mas o conteúdo dos anúncios não nos permite sugerir que se trata destes fotógrafos.

(Gironde), a 17 de Janeiro de 1809, filho legítimo de Jacques Poirier, natural de Saint Etienne du Bois (département de l’Ain, région Auvergne-Rhône-Alpes) então com 36 anos de idade, oficial de saúde, morador na rua Vieille Corderie, n.º 13-14, e falecido antes de 1836, e de sua mulher Marie Pujens, natural de Bordeaux, falecida a 30 de Janeiro de 1836 com 65 anos de idade. Tendo 27 anos de idade, sendo estucador de profissão e morador na rue Naujac, n.º 66 (também a residência da testemunha do seu casamento, o estucador Jean Ladeuze), Poirier casou a 27 de Junho de 1836 em Bordeaux, com Catherine-Rosine Hostin, de 23 anos de idade, moradora na rue de la Course, n.º 5¹⁸. Deste casamento nasceram, pelo menos, os seguintes filhos:

1. Jean-Adolphe Poirier, a 11 de Maio de 1837, sendo o pai estucador e morador na rue de la Cour, n.º 5, em Bordeaux¹⁹.
2. Jean-Jacques Poirier, a 24 de Outubro de 1839, sendo o pai estucador e morador na rue Naujac, n.º 65, em Bordeaux, nasceu na rue de la Course n.º 5, e faleceu com dois anos de idade a 15 de Agosto de 1841²⁰.
3. Jean-Marie Poirier, a 11 de Agosto de 1847²¹.
4. Charles Poirier, a 31 de Outubro de 1849, em Bordeaux²².

Menos de uma quinzena após o falecimento do seu segundo filho e homônimo, a 30 de Agosto de 1841, Poirier, então residente na cidade de Bordeaux, estucador de profissão e com 32 anos de idade, pediu um visto no seu passaporte para se deslocar a Santander (Espanha). Nesse documento é descrito como tendo 1,69 metros de altura, olhos castanhos, cabelos castanhos escuros, cara alongada, nariz afilado e queixo

¹⁸ Archive départementale de Gironde. Bordeaux Métropole. Actes de l'état civil. Registre des mariages, 1.^{ère} section, 1836, fl. 93, reg. n.º 246. Curiosamente, em 1846 ainda a encontramos a morar com o pai na rue de la Course, prédio n.º 3, sendo provável que à data Poirier se encontrasse ausente no estrangeiro, uma vez que não o encontramos em nenhuma das moradas conhecidas em Bordeaux (Archives Bordeaux Metropole. Recensement de la population de Bordeaux, 2e canton, 1846, p. 237). https://archives.bordeaux-metropole.fr/ark:/75241/vta80b1c90baf98c54f/daoloc/0/layout:linear/idsearch:RECH_c2ba34b24270d6550318b91c670b0d83#id:846699336?gallery=true&brightness=100.00&contrast=100.00¢er=4088.844,-682.026&zoom=12&rotation=0.000.

¹⁹ Archive départementale de Gironde. Bordeaux Métropole. Actes de l'état civil. Registre des naissances, 1.^{ère} section, 1837, fl. 73, reg. n.º 540.

²⁰ Archives départementales de la Gironde. Bordeaux Métropole. Actes de l'état civil. Registre des naissances, 1.^{ère} section, 1839, fl. 159v, reg. n.º 1231; Idem, Registres de décès, 1841, fl. 118, reg. n.º 863.

²¹ Archives départementales de la Gironde. Bordeaux Métropole. Actes de l'État civil. Registre des mariages, 1.^{ère} section, 1887, fls. 31v-32, reg. n.º 93.

²² Archives départementales de la Gironde. Bordeaux Métropole. Actes de l'état civil. Registre des naissances, 1.^{ère} section, 1849, fl. 193-193v, reg. n.º 1366.

redondo²³. O seu início de actividade profissional como retratista “ao daguerreotipo” ocorreu, portanto, entre 1841 e 1845. Curiosamente, em 1849 ainda consta no registo de nascimento do seu filho Charles como estucador. À data ainda manteria as duas actividades ou foi assim referido por ainda ser conhecido localmente como estucador? Não é claro. Anos mais tarde, em 1887, à data do casamento do seu filho Jean-Marie Poirier, em Bordeaux, que então consta com a profissão de pintor e fotógrafo e residente com os pais em La Réole (Gironde), Poirier (paiz) já não praticava a fotografia, constando como ex-fotógrafo²⁴ e faleceu no ano seguinte, a 2 de Janeiro de 1888, em La Réole, com 79 anos de idade, sem profissão, sendo sua herdeira a mulher Catherine Hostin, que renunciou à herança a 13 de Fevereiro do mesmo ano²⁵. O seu referido filho Jean-Marie exercia actividade como fotógrafo no início da década de 1870, provavelmente no *atelier* paterno, tendo sido mais do que uma vez dispensado do serviço militar por ser indispensável ao sustento familiar²⁶. Faleceu em Lá Réole, a 17 de Maio de 1893, com 45 anos de idade, ainda constando com a profissão de fotógrafo, e deixando com herdeira a sua mulher Elisabeth (Berthe na designação familiar) Longuebeau²⁷.

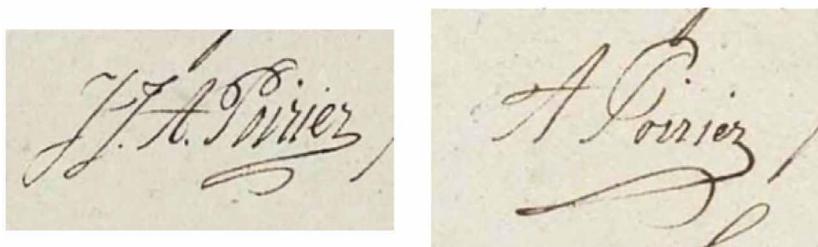


FIGURA 4 · Assinaturas Jean Jacques Adolphe Poirier em registos de nascimento dos filhos, em Bordeaux, nos anos de 1837 e 1839 (ver notas 17 e 18).

²³ Archives départementales de la Gironde. Registres des passaports au départ de Bordeaux.

<https://archives.gironde.fr/ark:/25651/vtafd5674b47854a50a/daoloc/0?id=1&vx=677.5&vy=-1669.5&vr=0&vz=2.95295>.

²⁴ Idem nota 18.

²⁵ Archives départementales de la Gironde. Tables des successions et absences – La Réole, I.º 1879-1891, fl. 155, reg. n.º 266.

²⁶ Archives départementales de la Gironde. Bordeaux. Recensement militaire, Fiches matricules (1867-1921). <https://archives.gironde.fr/ark:/25651/vta17d9362951439c9b1>.

²⁷ Archives de Gironde. Tables des successions et absences – La Réole, I.º 1892-1894, fl. 149, reg. n.º 31.

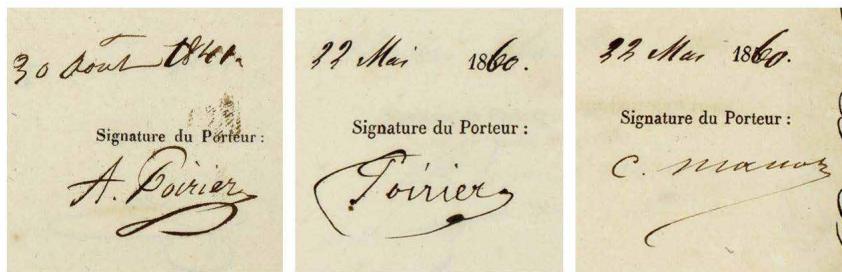


FIGURA 5 · Assinaturas de Jean Jacques Adolphe Poirier nos vistos de passaporte de Bordeaux, em 1841 e 1860, e de César Massot em 1860 (ver notas 23 e 26).

Da daguerreotipia à fotografia sobre papel

No final dos anos 50 e até ao final dos anos 60 os fotógrafos daguerreotipistas que mantinham actividade em Portugal vão ter de se adaptar tecnicamente a uma mudança na prática da fotografia: a difusão do processo negativo sobre vidro, com emulsão de colódio e sais de prata, positivado sobre papel albumina que, ao contrário da imagem daguerreotípica, permitia a obtenção não limitada de cópias da mesma imagem e uma visualização mais fácil que a de um daguerreotipo. O passo decisivo no final

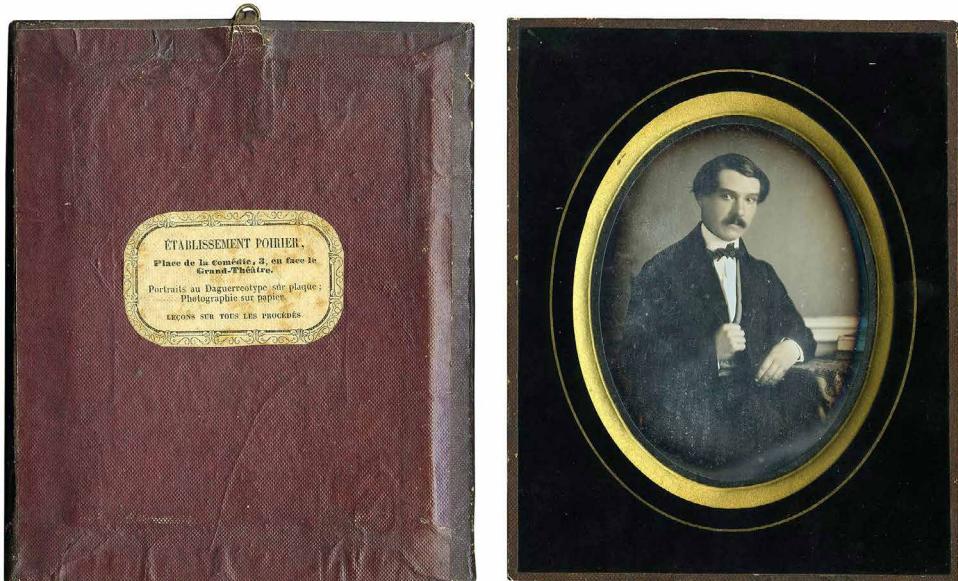


FIGURA 6 · Etablissement Poirier (Bordeaux) – Retrato de senhor, ca. 1850s. Cortesia de Col. Fernández Rivero, Málaga. Frente e verso. Dim. passe-partout: 180x143 cm; imagem visível: 120x90 cm.



FIGURA 7 · Poirier (assinado com estilete na margem inferior direita da imagem)
– Retrato de senhor, ca. 1850s. Larvik Museums collection, do Vestfoldmuseene IKS, Noruega.
Dim. caixilho: 213x187 mm; imagem visível: 89x66 mm.

da prática da daguerreotipia foi o sucesso comercial do formato cartão de visita, com custos de produção incomparavelmente menores. A técnica aperfeiçoada por Disdéri para as *cartes de visite* fotográficas, com a máquina de lentes múltiplas e obturação parcial do negativo, que permitia a obtenção de várias imagens diferentes na mesma chapa de vidro e a sua consequente impressão numa mesma folha, permitiu uma redução brutal no custo da produção de imagens. Durante a referida década, muitos fotógrafos continuaram a oferecer ao público a execução de retratos tanto ao daguerreótipo como sobre papel. Neste período de transição não é a fotografia a competir com a pintura no mercado do retrato, é uma competição entre técnicas fotográficas diferentes, que acabará por pôr fim à prática da daguerreotipia.

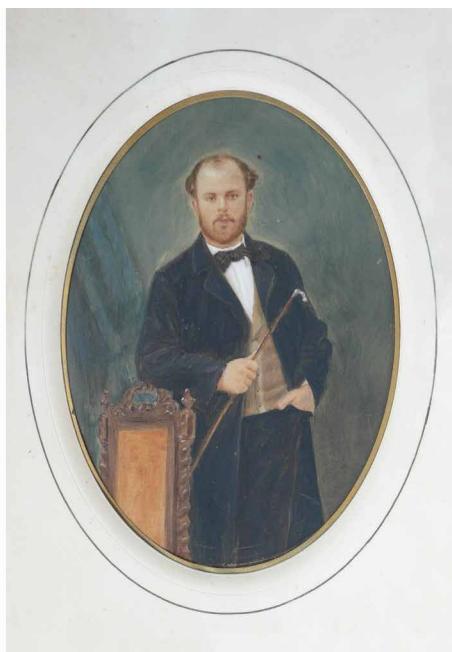
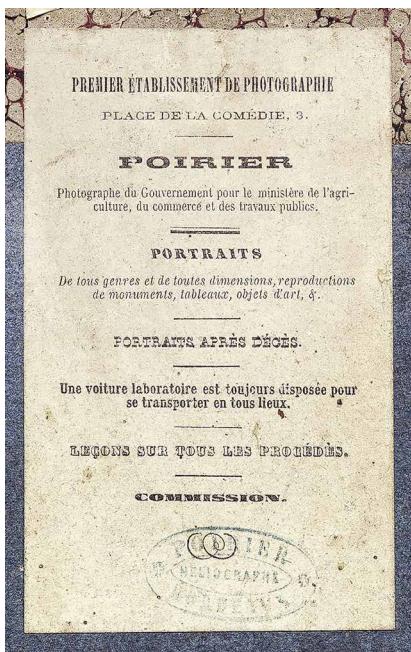


FIGURA 8 • Poirier (Bordeaux) – Retrato de estudante de Medicina, 1858. Papel colorido à mão e rótulo no verso. Cortesia de Colección Fernández Rivero, Málaga.
Dim. passe-partout: 306x260 mm; imagem visível: 186x144 mm.

O regresso de Poirier a Portugal em 1860

Poirier está documentado como daguerreotipista activo em Bordeaux nos anos 50 e 60, na place de la Comedie, n.º 3 (Voignier, 1993, p. 207), em frente ao Grand-Théâtre, onde tirava retratos «au daguerreotype sur plaque» (figuras 6 e 7) e «photographie sur papier» (figura 8), e ensinava todos os processos fotográficos (etiqueta do fotógrafo na figura 6). Provavelmente referia-se a Poirier um anúncio, segundo o qual se esperava durante o mês de Abril de 1860, a chegada a Lisboa, com destino ao Porto, de um dos mais célebres fotógrafos de França, que iria retratar «segundo o sistema descoberto recentemente, com suas cores naturais»²⁸. Jean Jaques Poirier, fotógrafo, então com 50 anos de idade, e César Massot, pintor, então com 26 anos de idade, obtiveram vistos em Bordeaux (Gironde), a 22 de Maio de 1860, para se

²⁸ *O Commercio do Porto*, (1860, 9 de Abril), 80, 3, e (1860, 10 de Abril), 81, 6.

deslocarem a Portugal²⁹. Nessa data Massot residia na place de la Comédie, 30, em Bordeaux, a mesma praça onde Poirier tinha o seu *atelier*, de onde podemos deduzir que à data era seu colaborador na pintura de daguerreótipos e fotografias. No registo deste visto de passaporte constam as características particulares de Massot: 1,67 metros de altura, cabelos e barba castanho claro, olhos castanhos, cara oval e fronte alta, com cicatrizes debaixo do olho esquerdo e à frente do lado direito. Da documentação francesa também ficamos a saber que César Massot nasceu no município de Saint Geoire (en Valdaine, Isère), a 9 de Abril de 1832, sendo filho legítimo de Louis Massot, marceneiro, e de Alexandrine Deraux³⁰.

Chegados a Lisboa, Poirier e Massot obtiveram a 28 de Maio de 1860 outro visto para se deslocarem ao Porto³¹. No mês seguinte Poirier anunciou no Porto o seu regresso após 15 anos de ausência, tendo instalado o seu *atelier* na rua do Bonjardim n.º 605. Identificou-se como «photographo do governo pelo ministério d'agricultura, do commercio, e das obras publicas, nos districtos de Gironde, de Lot-e-Garonne e de Laudes»³², «tendo em Bordéus o primeiro [melhor] estabelecimento de photographia». Trazia consigo «instrumentos superiores» e vinha acompanhado por César Maofot [Massot] pintor e «ex-professor do instituto imperial dos surdos-mudos». Anunciou tirar retratos fotográficos pintados a óleo de maior dimensão pelo preço de 6.000 a 30.000 réis, fazer fotografias a preto (e branco) por 2.000 a 8.000 réis, e retratos sobre vidro ou tela coloridos de 1.500 réis para cima. Também reproduzia todos os objectos, mesmo «os mais mycroscopicos», e ampliava-os para a dimensão que o cliente pretendesse. Na etiqueta no verso de uma fotografia deste fotógrafo em grande formato e pintada à mão, que deve ser desta época, e provavelmente tirada no seu *atelier* de Bordeaux, constam as mesmas informações, acrescentando que tiravam retratos a pessoas falecidas, davam lições de todos os processos e tinham um carro-laboratório preparado para se deslocar a todos os lugares (figura 8). Do anunciado nesta passagem pelo Porto, podemos concluir que Poirier tirava os re-

²⁹ Passaporte de Jean-Jacques Poirier, photographe. Archives Départementales de la Gironde, Gironde Archives en ligne, Police générale. Passe-port a l'étranger, reg. 79, n.º 337. https://archives.gironde.fr/ark:/25651/vtaa637a075f302aa28/daoloc/0/layout:table:idsearch:RECH_4ae8c0414aaea43b11ea2b9f7eb41634#id:1313829136?gallery=true&brightness=100.00&contrast=100.00¢er=688.000,-1640.000&zoom=5&rotation=0.000; passaporte de César Massot, peintre. Archives Départementales de la Gironde. Police générale. Passe-port a l'étranger, reg. 79, n.º 336. <https://archives.gironde.fr/ark:/25651/vta0b64184c53a14f3b/daoloc/0#id:1312905615?gallery=true&brightness=100.00&contrast=100.00¢er=-982.159,-1543.555&zoom=5&rotation=0.000>.

³⁰ Archives départementales de Isère. État civil. Commune de Saint Geoire, I.º de nascimentos de 1832, fl. 10, reg. n.º 42.

³¹ Arquivo Distrital de Lisboa. Livro de registo de vistos em passaportes estrangeiros n.º 2, 1860-1863, fl. 10v. Passaportes n.º 53G. e n.º Z.761, respectivamente.

³² *O Commercio do Porto*, (1860, 20 de Junho), 139, 4, a (1860, 17 de Agosto), 187, 3.

tratos fotográficos e Massot pintava-os a óleo. Trabalhavam todos os dias, excepto ao domingo por ser dia santificado. Nesta altura Poirier anunciou que, segundo o seu costume, o produto do primeiro retrato de 30.000 réis que fizesse era destinado a uma obra de caridade. Esta quantia seria entregue ao Abade de Santo Ildefonso, para que dispusesse dela para este fim³³.

Na 7.^a exposição da Academia Portuense de Belas Artes, realizada no edifício do Museu Portuense em 1860, Poirier (*photographo*), então morador na rua do Bonjardim, n.º 200, apresentou seis fotografias: sendo dois retratos de Manuel da Fonseca Pinto, um do próprio Poirier e outro de Cesar Massot, uma vista da cidade do Porto tomada da Serra do Pilar, e uma reprodução microscópica de uma pulga. *Cesar Massot (pintor photographico)*, então morador na rua do Bonjardim, n.º 198 (certamente o mesmo prédio onde residia Poirier), apresentou três pinturas a óleo: duas marinhas e outra pintura descrita como “um paiz”³⁴.

A 23 de Novembro de 1861 Jean Jacques Poirier, com identidade confirmada pelo uso do mesmo número de passaporte, obteve em Lisboa um visto para regressar a França³⁵. Massot não o acompanhou na viagem de regresso, sendo possível que tenha ficado em Portugal como pintor de retratos num *atelier* do Porto ou de Lisboa, uma vez que vamos a voltar a ter notícias dele nesta cidade em 1865, como adiante veremos.

Em 1861 Jean-Jacques Poirier consta no recenseamento da população de Bordeaux como fotógrafo e chefe de família, com 50 anos de idade, residente na place de la Comédie, n.º 5, ao lado do seu *atelier* e no mesmo edifício, onde vivia com sua mulher Catherine Hostin, de 49 anos, os filhos Jean Marie, de 14 anos, Charles, de 11 anos, e a criada Marguerite Boudon, de 34 anos de idade³⁶. No recenseamento de 1866 consta como Jean-Adolphe Poirier, residindo no n.º 4 da mesma praça, no mesmo prédio do *atelier*, casado com Rosine Hostin, ambos com 50 anos de idade (o que não é correcto), e o filho Jean Poirier, com 15 anos de idade³⁷.

³³ Idem nota 31.

³⁴ *Catálogo das obras apresentadas na 7.^a Exposição Triennal da Academia Portuense das Bellas Artes, no anno de 1860*. Porto, 1860, pp. 17 e 26.

³⁵ Arquivo Distrital de Lisboa. Livro de registo de vistos em passaportes estrangeiros, 1860-1863, fl. 124.

³⁶ Archives Bordeaux Metropole. Recensement de la population de Bordeaux, 2^e canton, 1861, p. 138. https://archives.bordeaux-metropole.fr/ark:/75241/vta9006e0d6da1461df/daoloc/0/idsearch:RECH_d696585b32e9ffacb48065cc225b9240#id:203118195?gallery=true&brightness=100.00&contrast=100.00¢er=1312.987,-1732.417&zoom=11&rotation=0.000

³⁷ Archives Bordeaux Metropole. Recensement de la population de Bordeaux, 2^e canton, 1866, p. 46. https://archives.bordeaux-metropole.fr/ark:/75241/vtaa081876caef2e3cb/daoloc/0/layout:linear/idsearch:RECH_917934ea602570ae3f38b66f542c9ddb#id:702198373?gallery=true&brightness=100.00&contrast=100.00¢er=3082.891,-2183.591&zoom=11&rotation=0.000



FIGURA 9 • Poirier (Bordeaux, França) – Frente e verso de retrato no formato cartão de visita, 1860s. Col. do autor.



FIGURA 10 • Poirier (Bordeaux, França) – Frente e verso de retrato no formato cartão de visita, 1860s. Col. do autor.



FIGURA 11 · Poirier (Bordeaux, França) – Frente e verso de retrato no formato cartão de visita, 1860s.
Col. do autor.

César Massot e o seu atelier em Lisboa

É natural que durante a sua associação a Poirier (e possivelmente a outros fotógrafos), César Massot tenha aprendido a técnica fotográfica. A actividade fotográfica do atelier deste pintor, na rua Nova dos Mártires, n.º 46, em Lisboa, está documentada entre 1865 e 1867. No início de 1866 denominava-se «Aux Arts Réunis» e neste ano preveniu que, dada a sua numerosa clientela e quantidade de trabalho para executar, já não lhe era possível, como até ali tinha feito, oferecer um retrato colorido por cada dúzia de retratos tirados. Nesta altura anunciou ter recebido novos materiais³⁸, e, uma semana depois, ter acabado de receber de Paris novas máquinas, que lhe permitiam tirar retratos em ponto grande com «aquella perfeição, que o publico já conhece». Os preços eram «moderados»³⁹. Nalguns dos seus cartões consta o nome «Cezar Massat» (figura 13), o que pode ser um erro do impressor, não levantando dúvida que se trata do mesmo, quer pela morada e época quer pelo mobiliário decorativo do

³⁸ *Jornal do Commercio*, (1866, 6 de Janeiro), 3666, 3.

³⁹ *Jornal do Commercio*. (1866, 14 de Janeiro), 3672, 3.

estúdio. Tendo mudado o seu *atelier* para a rua do Loreto, n.º 13, agora denominado «As Artes Reunidas / Photographia e Pintura», Massot anunciou no final de 1867 tirar «retratos em bilhetes de visita a 2\$000 réis a duzia, incluindo um pintado a oleo com toda perfeição»⁴⁰. Após o encerramento do seu estúdio fotográfico em Lisboa, encontramos César Massot a trabalhar como pintor no estabelecimento fotográfico de Christiano Júnior, em Buenos Aires (Argentina), fundado neste mesmo ano⁴¹.

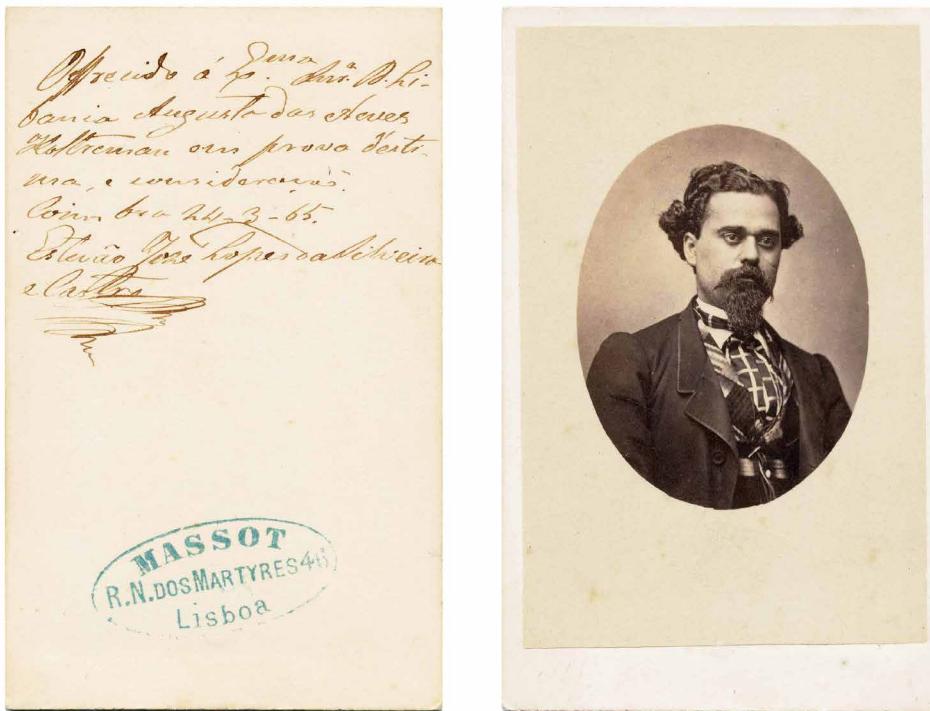


FIGURA 12 · César Massot (Lisboa) – Frente e verso de retratos no formato cartão de visita, 1860s. Col. do autor.

⁴⁰ *Diario Popular*, (1867, 7 de Dezembro), 447, 4.

⁴¹ Magalhães, 2016, p. 232. José Christiano de Freitas Henrques Júnior nasceu a 21 de Julho de 1832 em Santa Cruz, ilha das Flores, Açores, e faleceu a 18 de Novembro de 1902, em Asunción, no Paraguai. Emigrou para o Brasil em 1855 e teve estúdios fotográficos no Brasil (ca.1860-1876) e na Argentina (1867-ca.1883) (Kossoy, Boris (2002). *Dicionário histórico-fotográfico brasileiro*. São Paulo: Instituto Moreira Salles, pp. 174-175; San Martín, Fernando San (2023). *Primer diccionario biográfico de fotógrafos en Argentina: 3300 artistas de la cámara (1839-1939)*. Quilmes: ed. do autor; pp. 108-110).

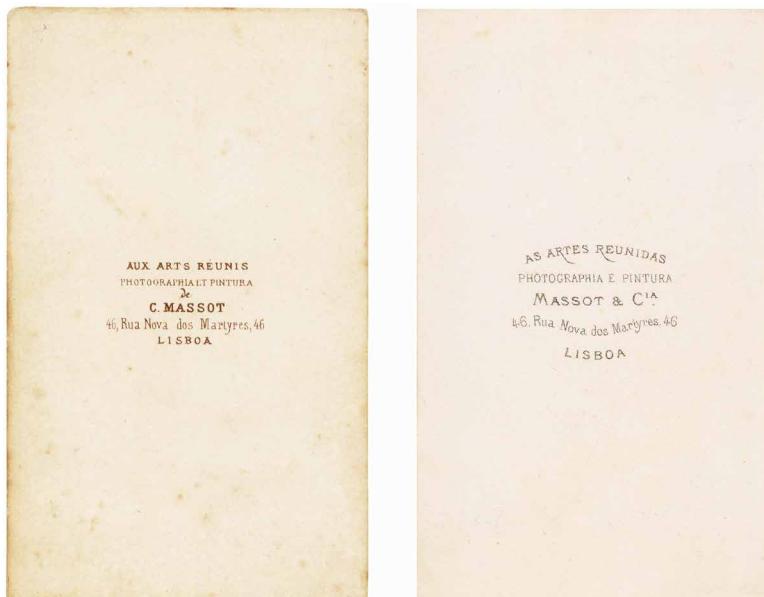


FIGURA 13 • César Massot (Lisboa) – Verso de retratos no formato cartão de visita, 1860s. Col. do autor.



FIGURA 14 • César Massot (Lisboa) – Frente e verso de retratos no formato cartão de visita, 1860s. Col. do autor.

Conclusão

Da informação acima apresentada podemos, sem incorrer em risco, afirmar que Jean-Jacques-Adolphe Poirier, natural e morador em Bordeaux, foi estudador de profissão, actividade que ainda exercia em 1841, quando, logo após a morte de um filho seu, pediu um visto para se deslocar a Santander. Em Maio e Junho de 1845 encontramo-lo no Porto, na companhia do seu compatriota Anatole-Pascal Chambard, usando os nomes próprios Adolphe e Anatólio, e a exercer actividade como retratistas ao daguerreótipo e douradores. No final de Julho do mesmo ano ambos pediram um visto para se deslocarem aos Açores. Em Janeiro do ano seguinte apareceram em Lisboa onde continuaram a desenvolver actividade como retratistas ao daguerreótipo, agora usando os apelidos Chambard e Poirier. Ali terão retratado pelo menos até finais de Março. Poirier regressou à sua cidade natal onde abriu um estabelecimento de daguerreotipia e fotografia sobre papel, que se manteve em actividade nos anos 50 e 60 (fig. 6-8). Passados quinze anos o fotógrafo Poirier e o pintor César Massot, seu colaborador que coloria os retratos, obtiveram vistos em Bordeaux (Gironde), a 22 de Maio de 1860, para se deslocarem a Portugal. Em Lisboa, onde se encontravam a 28 de Maio, pediram um visto para se deslocarem ao Porto⁴². A 20 de Junho já se encontravam nesta cidade, onde terão ficado pelo menos até finais de Agosto. Após este breve período de actividade, Poirier regressou a Bordeaux onde deu continuidade ao seu estabelecimento, do qual se conhecem retratos datáveis dos anos 60 (fig. 9-11). Anos mais tarde, Massot abriu um estabelecimento fotográfico em Lisboa, onde manteve actividade pelo menos entre 1865 e 1867 (fig. 12-14). Entre as datas aqui documentadas há vazios de informação que eventualmente podem ser esclarecidos em futuras pesquisas, dando-nos uma visão mais clara do seu percurso. É muito provável que nesses períodos, entre as viagens a Portugal e Espanha, Adolphe Poirier e os seus acompanhantes Anatole Chambard e César Massot tenham trabalhado como fotógrafos e pintores de fotografias no seu *atelier* de Bordeaux.

⁴² Arquivo Distrital de Lisboa. *Livro de registo de vistos em passaportes estrangeiros n.º 2 (1860-1863)*, fl. 10v.

Bibliografia

- Araújo, Nuno Borges de (2008). Portugal. In Hannavy, John (Ed.). *Encyclopedia of nineteenth-century photography* (1.ª ed., vol. II vol. II, pp. 1151-1154). Routledge Reference (Taylor & Francis Group).
- Bajac, Quentin & Font-Réaulx, Dominique Planchon-de (Dir.). (2003). *Le daguerréotype français: un objet photographique*. Paris: Réunion des Musées Nationaux.
- Bechetti, Piero (1978). *Fotografi e fotografia en Italia, 1839-1880*. Edizioni Quasar.
- Boisjoly, François (2006). *Portrait de la France du XIXe siècle: la photo-carte*. Lieux Dits.
- Cartier-Bresson, Anne (Dir.). *Le vocabulaire technique de la photographie* (pp. 22-26). Paris: Marval / Paris Musées.
- Carvalho, Augusto da Silva (1940). Comemoração do Centenário da Fotografia: subsídios para a história da introdução da fotografia em Portugal. Separata do tomo III das *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa. Classe de Ciências*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, pp. 21-55.
- Enes, Carlos (2011). *A fotografia nos Açores (dos primórdios ao terceiro quartel do século XX)*. [Angra do Heroísmo]: Presidência do Governo Regional dos Açores / Direcção Regional de Cultura.
- Frizot, Michel (Ed.). *A new history of photography*. Könemann.
- Gernsheim, Helmut (1982). *The origins of photography*. Thames and Hudson.
- Gernsheim, Helmut (1988). *The history of photography*, 3.ª ed. [1981], vol. II: *The rise of photography. 1850-1880: the age of the collodion*. Thames and Hudson.
- Hernández Latas, José Antonio (2010). *Primeros tiempos de la fotografía en Zaragoza: formatos “carte de visite” y “cabinet card”*. Cajalón. <https://oaaep.unizar.es/wp-content/uploads/2010/10/Primeros-tiempos-de-la-fotograf%C3%ADa-en-Zaragoza.pdf>
- Magalhães, Manuel (2016). Christiano Junior: um açoriano, fotógrafo na América do Sul. *Revelar: revista de estudos da fotografia e imagem*, n.º 1, pp. 222-268, [<https://ojs.letras.up.pt/index.php/RL/article/view/1626>]
- McCauley, Elizabeth Anne (1994). Industrial madness: commercial photography in Paris. 1848-1871. Yale University Press.
- Miranda, Catarina (2006). *A Retratística em Portugal e a introdução da Daguerreotipia (1830-1845)*. (Dissertação de Mestrado), Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Resende, Nuno (Coord.) (2021). *Prontuário de fotógrafos e casas comerciais de fotografia no Porto (ca. 1840-1980)*. CITCEM.
- Romero Santamaría, A. (1989). Historia de la fotografía en Aragón. In Yáñez Polo, Miguel Angel; Ortiz Lara, Luis; Holgado Brenes, José Manuel (Eds.). *Historia de la fotografía española* (pp. 67-83). Sociedad de Historia de la Fotografía Española.
- Sena, Antonio (1998). *História da imagem fotográfica em Portugal, 1839-1997*. Porto Editora.
- Vicente, António Pedro (1993). Os primeiros 75 anos da fotografia em Portugal. In Medina, João (Dir.). *História de Portugal* (vol. XV, pp. 181-231, 361). Ediclube.
- Voignier, Jean-Marie (1993). *Répertoire des photographes de France au dix-neuvième siècle*. Le Pont de Pierre.



Os retratos a óleo do negociante António da Cunha Barbosa, ou o «falso Nasoni»

Francisco Queiroz¹

Resumo

António da Cunha Barbosa, negociante de grosso trato e banqueiro dos primeiros tempos do Romantismo, é hoje uma figura quase esquecida. Apesar disso, tem o seu retrato disseminado pela Internet e integra até um insólito mural representando cinco dos mais ilustres portuenses de todos os tempos². De facto, há várias décadas que o rosto de António da Cunha Barbosa erradamente é tido como a efígie do célebre arquitecto setecentista Nicolau Nasoni. Neste artigo, procura-se desmistificar a questão em definitivo, mencionando os três retratos de António da Cunha Barbosa que se sabe terem sido pintados, e examinando dois deles existentes no Porto: o que pertence à Irmandade dos Clérigos e o que faz parte do acervo da Ordem Terceira de São Francisco, ambos pintados por João de Almeida Santos.

Palavras-chave

Porto; Retrato; Romantismo; Pintura.

Abstract

António da Cunha Barbosa, a wealthy merchant and banker from the early days of the Romantic Era, is now an almost forgotten personality. Despite this, has his portrait widely

¹ Historiador de arte. Todas as fotografias são do autor, salvo menção em contrário na legenda. Este pequeno estudo não teria sido possível sem a colaboração das instituições detentoras dos retratos, às quais o autor expressamente agradece: Irmandade dos Clérigos do Porto, Ordem Terceira de São Francisco do Porto e Fundação Lar Nossa Senhora da Dores e São José do Postigo do Sol. Pela ajuda prestada, impõem-se ainda agradecimentos a Cristina Moscatel, a Gonçalo de Vasconcelos e Sousa e a José Eduardo Reis.

² Situa-se no gaveto da Rua Gonçalo Cristóvão com a Rua do Bonjardim e foi pintado há alguns anos atrás.

circulated on the Internet and even features on an unusual mural depicting five of the most illustrious men in the history of Porto. In fact, for several decades, António da Cunha Barbosa's face has been mistakenly taken to be that of the famous 18th-century architect Nicolau Nasoni. This article seeks to demystify it once and for all, mentioning the three portraits of António da Cunha Barbosa that are known to have been painted, and examining two of them existing in Porto: the one belonging to the "Clérigos" brotherhood and the one that is part of the collection of the "São Francisco" brotherhood, both painted by João de Almeida Santos.

Keywords

Porto; Portrait; Romantic Era; Painting.

Esboço biográfico

António da Cunha Barbosa nasceu a 26 de Dezembro de 1769. Era filho do duriense Capitão Manuel Caetano da Cunha Barbosa e da portuense, sua mulher, Rosa Angélica Bernardina Caetana. António da Cunha Barbosa era neto paterno de Manuel Fernandes, de Vila Chã, freguesia de Santa Marinha de Nespereira (concelho de Cinfães), e de Josefa Caetana, de Alpendurada (concelho de Marco de Canaveses). Era neto materno de João da Costa Teixeira e de Margarida da Costa da Conceição, que residiram no Porto, na Rua dos Canos (ou seja, no trecho superior da Rua das Flores). Porém, António da Cunha Barbosa foi baptizado na Igreja de Santa Maria de Fiães (concelho de Santa Maria da Feira), a 31 de Dezembro de 1769³. Quem o baptizou foi um tio paterno, o Cura João Soares da Cunha. Natural de Santa Marinha de Nespereira, foi pároco de Fiães entre 1769 e 1799⁴. Note-se que este sacerdote morreu em Rio Tinto (nos arredores do Porto) a 10 de Outubro de 1799, depois de ter deixado de paroquiar Fiães no Verão desse ano. O testamento, aprovado em Rio Tinto a 5 de Setembro de 1799, data de 9 de Dezembro de 1798, sendo nele mencionado António da Cunha Barbosa, seu sobrinho, residente no Porto⁵.

³ A.D.AVR., Paróquia de Fiães (Santa Maria da Feira), Baptismos, 1754-1777, fl. 100.

⁴ A.D.PRT., Paróquia de Rio Tinto (Gondomar), Óbitos, 1789-1801, fl. 261.

⁵ A.H.M.P., Registo geral de testamentos, Cota: A-PUB/2256 – f. 190v-194.

António da Cunha Barbosa tinha um irmão mais velho também chamado João Soares da Cunha. Este foi Reitor de Rio Tinto durante trinta e quatro anos. Aliás, foi em sua casa que se recolheu e viria a falecer o já referido Padre João Soares da Cunha, Cura de Fiães, seu tio paterno e possivelmente também seu padrinho. O Reitor João Soares da Cunha (sobrinho) faleceu em Rio Tinto a 12 de Maio de 1832, com 74 anos. Um seu irmão mais novo, Dr. Caetano José da Cunha Cândido – que em 1798 era Abade de “*Santo André de Gondomar*”⁶, mas que em 1832 era Abade de São Romão do Coronado – foi quem tratou dos respectivos ofícios fúnebres e mandou também celebrar as missas subsequentes⁷. Caetano José da Cunha Cândido, nascido no Porto, estudou Direito e Matemática na Universidade de Coimbra entre 1783 e 1791 – ano em que concluiu o doutoramento. Um outro irmão, mais novo ainda (que foi o herdeiro universal do Cura de Fiães, João Soares da Cunha), chamava-se José Inácio da Cunha Cândido. Em 1799 era clérigo *in minoribus*⁸. Estudou na Universidade de Coimbra entre 1800 e 1802, tendo obtido o grau de bacharel em Cânones. Em 1824, ano em que foi feito Cavaleiro da Ordem de Cristo, era adido à Legação Portuguesa em Paris⁹.



FIGURA 1 · Assinatura de António da Cunha Barbosa em 1794 (A.D.PRT.).

António da Cunha Barbosa era, pois, sobrinho de sacerdote e irmão, quer de dois sacerdotes, quer de um diplomata que esteve destinado inicialmente a ser também sacerdote. Porém, António da Cunha Barbosa enveredou pela via do deus Mercúrio. Em 1794, sendo dado como negociante, exportou dez pipas de vinho no bergantim

⁶ A.H.M.P., Registo geral de testamentos, Cota: A-PUB/2256 – f. 190v-194.

⁷ A.D.P., Paróquia de Rio Tinto, Óbitos, 1831-1844, fl. 308.

⁸ A.D.PRT., Paróquia de Rio Tinto, Óbitos, 1789-1801, fl. 261.

⁹ A.N.T.T., Ministério do Reino, mç. 796, proc. 7.

Fama do Porto, com destino a São Petersburgo (navio da sociedade Barnabé de Oliveira Maia & Companhia, sendo então seu capitão Bento Ferreira Soares)¹⁰. Em 1808, António da Cunha Barbosa documenta-se como negociante do Porto, e já com certo pecúlio. Porém, J. A. Gonçalves Guimarães supõe que seja o mesmo referido no dito ano como negociante no Rio de Janeiro¹¹. De facto, António da Cunha Barbosa teve importantes ligações comerciais com o Brasil. No início da década de 1820, a título individual ou como sócio da António da Cunha Barbosa & Companhia, António da Cunha Barbosa era proprietário de navios que faziam viagens de Portugal para o Brasil, nomeadamente para a Baía, para Pernambuco e para o Rio de Janeiro. Em concreto, há referência aos navios Danúbio (que sabemos ter sido capitaneado por Manuel Eusébio Cardoso de Meireles) e Glória (escuna que foi capitaneada por António de Sousa Maciel)¹². Este último navio, em 1819 navegava para o Rio Grande do Sul. Quanto ao Danúbio, nos primeiros anos da década de 1820 navegou para alguns portos do Brasil, nomeadamente para a Baía¹³. A sociedade de António da Cunha Barbosa esteve também ligada ao patacho São Sebastião, que em 1820 se documenta na Baía e no Maranhão, mas também fazendo escala em Angola¹⁴. Não pesquisámos o que os navios de António da Cunha Barbosa transportavam, mas, considerando a época e o facto de fazerem rotas entre Portugal, Brasil e Angola, é crível que tenham também transportado escravos africanos para o Brasil. Contudo, António da Cunha Barbosa não se limitava a obter proveitos dos transportes marítimos, pois continuou a ser exportador de vinho. Em 1821-1822, por exemplo, exportou-o para vários países da Europa e sabemos que importava linho do Báltico¹⁵. Por outro lado, também exportava para as Américas: em 1823, há registo de exportação de vinho e outros produtos para Buenos Aires, no bergantim hamburguês George & Augustus¹⁶.

¹⁰ A.D.P., 7.º Cartório Notarial do Porto, Notas de Manuel da Cunha Vale, Código de referência: PT/ADPRT/NOT/CNPRT07/001/0407.

¹¹ GUIMARÃES, Joaquim António Gonçalves – *A frota mercantil do Porto e o comércio com o Brasil entre 1818 e 1825*. Gaia, Confraria Queirosiana, 2022, p. 170-173.

¹² A.H.U., Cotas: AHU_CU_BAHIA, Cx. 269, D. 18926; AHU_CU_RIO DE JANEIRO, Cx. 284, D. 19951; AHU_CU_RIO GRANDE DO SUL, Cx. 13, D. 807.

¹³ GUIMARÃES, Joaquim António Gonçalves – *A frota mercantil do Porto e o comércio com o Brasil entre 1818 e 1825*. Gaia, Confraria Queirosiana, 2022, p. 170-173.

¹⁴ GUIMARÃES, Joaquim António Gonçalves – *A frota mercantil do Porto e o comércio com o Brasil entre 1818 e 1825*. Gaia, Confraria Queirosiana, 2022, p. 170-173.

¹⁵ GUIMARÃES, Joaquim António Gonçalves – *A frota mercantil do Porto e o comércio com o Brasil entre 1818 e 1825*. Gaia, Confraria Queirosiana, 2022, p. 170-173.

¹⁶ GUIMARÃES, Joaquim António Gonçalves – *A frota mercantil do Porto e o comércio com o Brasil entre 1818 e 1825*. Gaia, Confraria Queirosiana, 2022, p. 170-173.

Em 1820, António da Cunha Barbosa foi o segundo mais votado como compromisário da freguesia portuense de São Nicolau, para a eleição dos deputados às Cortes Constituintes¹⁷. Graças à sua actividade como negociante de grosso trato com ligação ao Brasil, António da Cunha Barbosa pôde obter em primeira mão a notícia de ter sido jurada a Constituição Portuguesa na Baía e em Pernambuco, em 1821. Apressou-se então a enviar uma carta para Lisboa, a qual foi publicada na imprensa oficial¹⁸ e disseminada em vários periódicos britânicos¹⁹.

Abertamente adepto do regime constitucionalista e apoianto do futuro rei D. Pedro IV, António da Cunha Barbosa foi um dos fundadores da Sociedade Patriótica Portuense, em 1822, tendo ajudado a redigir os seus estatutos²⁰. Em 1828, esteve presente na reunião de nomeação da Junta Provisória que, no Porto, ficaria incumbida de manter a autoridade de D. Pedro²¹. Entretanto, com a Alçada do Porto e a fase mais intensa de perseguição contra os liberais, António da Cunha Barbosa viu-se obrigado a fugir da cidade. Segundo relatórios policiais da facção miguelista, teria sido um dos que alegadamente subornou capitães de navios britânicos fundeados no Porto, para poder sair do país, e dizia-se que lograra levar com ele 800 contos de réis em metal – valor tão exorbitante para a época que quase nem nos parece plausível. É mencionado então como cambista²². Porém, António da Cunha Barbosa era muito mais do que isso: era um capitalista e um banqueiro. Nessa época, era considerado um dos principais negociantes do Porto, tendo sido, aliás, dos poucos negociantes da cidade mencionados em 1827 num almanaque publicado em Paris²³. Terá sido nesta cidade que António da Cunha Barbosa se exilou. Durante o exílio, o seu irmão João Soares da Cunha (Reitor de Rio Tinto) tentou interceder, pedindo permissão a D. Miguel para defendê-lo formalmente “*dos crimes que seus inimigos falsamente lhe atribuíram*”²⁴. Estavamo em 1832 e António da Cunha Barbosa residiria ainda em

¹⁷ GUIMARÃES, Joaquim António Gonçalves – *A frota mercantil do Porto e o comércio com o Brasil entre 1818 e 1825*. Gaia, Confraria Queirosiana, 2022, p. 170-173.

¹⁸ *Diário do Governo*, 16 de Abril de 1821.

¹⁹ A título de exemplo, veja-se “*The Sun*”, London, 1 May 1821, p. 3.

²⁰ ARRIAGA, José de – *História da Revolução Portugueza de 1820*. Porto, Livraria Portuense Lopes & Ca. Editores, 1888, p. 259.

²¹ GUIMARÃES, Joaquim António Gonçalves – *A frota mercantil do Porto e o comércio com o Brasil entre 1818 e 1825*. Gaia, Confraria Queirosiana, 2022, p. 170-173.

²² DIAS, Pedro A. – *A Alçada. Subsídios para a história política do Porto. “O Tripeiro”*, Ano III, n.º 98, 1 de Setembro de 1912, p. 407.

²³ *Almanach du commerce de Paris, des départements de la France, et des principales villes du monde, de J. de La Tynna, continué et mis dans un meilleur ordre par Séb. Bottin. Année 1827*. Paris, Au Bureau de l’Almanach du Commerce, p. 767.

²⁴ A.N.T.T., Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, 2.ª inc., Mç. 19, n.º 109, cx. 60 (Código de referência: PT/TT/MNEJ/2INC/0019/00109).

Paris. De facto, em 1834, quando a Comissão de Liquidação de Perdas no Bairro de Cedofeita recolheu declarações dos lesados pelo Cerco do Porto, António da Cunha Barbosa estava a morar na capital francesa, tendo dado procuração a João Quirino de Aguilar, residente na Rua Nova dos Ingleses, n.º 25-26. Este declarou então que António da Cunha Barbosa sofrera prejuízos na casa da Rua Nova dos Ingleses n.º 61-62. Numa recompilação de declarações, há ainda referência a prejuízos na casa da mesma rua com os números 67-69, também de António da Cunha Barbosa²⁵.

Terminada a guerra civil entre os apaniguados de D. Pedro e D. Miguel, com a vitória da facção que António da Cunha Barbosa apoiava, este retomou os negócios no Porto. Logo em 1835, foi um dos fundadores e primeiros directores do Banco Comercial do Porto. Deste banco, foi um dos maiores accionistas, surgindo numa lista de 1843 com 100 acções²⁶. Note-se que, nos primeiros anos de funcionamento efectivo, e durante mais de uma década, este banco esteve sediado no próprio prédio em que António da Cunha Barbosa vivia, na Rua dos Ingleses, n.º 61-62²⁷. Ainda em 1847 era um dos principais directores do Banco Comercial do Porto, assinando comunicados em nome do mesmo²⁸. Era de António da Cunha Barbosa a casinha que, entre 1836 e 1840, serviu para arrecadar a denominada Imposição Municipal, tendo-a a cedido graciosamente à Câmara do Porto²⁹. Sabemos que António da Cunha Barbosa esteve envolvido em alguns litígios³⁰, mas não procurámos aprofundar a questão.

António da Cunha Barbosa faleceu solteiro, com cerca de 80 anos, na sua casa das Rua dos Ingleses, em 24 de Dezembro de 1849³¹. Ficou sepultado no cemitério catacumbal da Ordem Terceira de São Francisco. No primeiro trimestre do ano seguinte, os seus restos mortais foram solenemente trasladados para o “*novo jazigo*” que a Ordem Terceira “*fez erigir no seu cemitério*”³². Porém, supomos que se tenha tratado

²⁵ A.H.M.P., Declarações à Comissão de Liquidação de Perdas no Bairro de Cedofeita, 1834, cota: A-PUB/6334, fls. 269v. e 406. Note-se que a numeração de página não corresponde à actual.

²⁶ SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – *Accionistas do Banco Comercial do Porto em 1843*. In “Genealogia & Heráldica”, n.º 9-10, 2003, p. 552-579.

²⁷ *Directorio civil, político, commercial, historico, e estatístico da cidadã do Porto e Villa Nova de Gaya para o anno de 1846*. Porto, Typographia Commercial, 1846, p. 91.

²⁸ “O Progressista”, n.º 3, Porto, 5 de Janeiro de 1847.

²⁹ A.H.M.P., Vereação de 9 de Maio de 1840, fl. 53.

³⁰ A título de exemplo, veja-se “A Nação”, Lisboa, 27 de Setembro de 1848.

³¹ A.D.P., Paróquia de São Nicolau (Porto), Óbitos, 1840-1858, fl. 93v.

³² QUEIROZ, José Francisco Ferreira – *Os Cemitérios do Porto e a arte funerária oitocentista em Portugal. Consolidação da vivência romântica na perpetuação da memória*. Tese de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 2003, Vol. 1, Tomo 1.º, p. 798.



FIGURA 2 • Catacumba de António da Cunha Barbosa e do seu irmão.

da trasladação para uma catacumba a título perpétuo. Efectivamente, os seus restos mortais encontram-se numa catacumba, na qual ficaram também os despojos cada-véricos do já referido irmão, Dr. José Inácio da Cunha Cândido, falecido em Paris a 31 de Dezembro de 1854 (sendo a trasladação de 23 de Abril de 1855).

Os retratos

António da Cunha Barbosa foi um homem dado à caridade pública e terá gozado de simpatia geral na cidade do Porto. Foi benfeitor da Ordem Terceira de São Francisco do Porto, razão pela qual esta irmandade dele possui um retrato de corpo inteiro. Porém, por via da sua acção caritativa, foram pintados, pelo menos, mais dois retratos de António da Cunha Barbosa: um para o Recolhimento de Nossa Senhora das Dores e São José, também conhecido como Recolhimento do Postigo do Sol (do qual foi igualmente benfeitor, com direito a retrato, o seu irmão Padre João Soares da Cunha, Reitor de Rio Tinto³³), e outro para a Irmandade dos Clérigos do Porto. Este último ganhou a infeliz fama de representar o célebre arquitecto setecentista Nicolau Nasoni.

³³ DACIANO, Bertino – *O Recolhimento de Nossa Senhora das Dores e S.José (Postigo do Sol)*. "Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto", Vol. 14, n.º 1-2 (1951), p. 158.



FIGURA 3 • Quadro pertencente à Irmandade dos Clérigos que, nas últimas décadas, tem sido erradamente referido como representando Nicolau Nasoni, quando representa, sim, António da Cunha Barbosa.

Certa notícia de 1860 apontava para a existência de um retrato de Nicolau Nasoni na secretaria da Irmandade dos Clérigos³⁴. Porém, a irmandade não possui retrato deste arquitecto. Aliás, compulsado o respectivo arquivo, não há sequer notícia de que tenha sido pintado, nem mesmo numa versão esboçada – como foi comum mandar-se fazer, para colocação junto à armação fúnebre, durante as exéquias dos finados que mais se destacavam na Irmandade dos Clérigos. Contudo, a despeito de representar claramente um burguês endinheirado do segundo quartel de Oitocentos, o retrato a óleo de António da Cunha Barbosa existente no edifício dos Clérigos foi já mencionado em algumas publicações como sendo a efígie de Nicolau Nasoni. António da Cunha Barbosa – o verdadeiro retratado – viu-se assim inusitadamente guindado à categoria de um dos mais ilustres portuenses, apenas porque, como era muito dado a pertencer a irmandades e a exercer nelas a virtude da Caridade, mereceu que se lhe pintasse o retrato; retrato esse que alguém, na sua ignorância, achou que poderia mesmo representar Nasoni, dando origem a uma mistificação que campeou, e que assumiu proporções quase incontroláveis com a generalização da Internet³⁵. Procurámos corrigir este erro em estudo recente, adiantando que tal retrato, representando António da Cunha Barbosa e pintado por João de Almeida Santos, ficou concluído em Outubro de 1841, tendo custado à Irmandade dos Clérigos 27\$200 réis³⁶. Portanto, o quadro foi pintado em vida do retratado. Ainda assim, o pintor teve o cuidado de acrescentar à sua assinatura: “*retratou de furto / em 1841*”. Com isto, poderá ter declinado a responsabilidade por alguma eventual falta de verosimilhança. No ano seguinte à feitura deste retrato, António da Cunha Barbosa ofereceu à Irmandade dos Clérigos diversos objectos para a igreja, entre os quais, os reposteiros e um frontal de altar. Ora, por essa altura, António da Cunha Barbosa era Ministro da Ordem Terceira de São Francisco, na sequência de uma eleição feita em Maio de 1840. Os Terceiros mandaram então pintar o seu retrato de corpo inteiro.

Em geral, os retratos pintados em corpo inteiro aludiam a benfeiteiros mais ilustres, ou àqueles que maiores legados tinham deixado à respectiva irman-

³⁴ “Arquivo Pitoresco”, Lisboa, 1860, p. 177-178.

³⁵ Perante a impossibilidade de corrigirmos todos os sítios na Internet que apresentam o retrato em questão como representando Nicolau Nasoni, preocupámo-nos em chamar a atenção da Wikipédia para recusar a associação deste retrato ao perfil de Nicolau Nasoni, associação essa tentada sucessivamente por vários utilizadores. A chamada de atenção resultou e tem limitado o nível de difusão da mistificação.

³⁶ LOPES, Beatriz Hierro / QUEIROZ, Francisco – *A Igreja e a Torre dos Clérigos*. Porto, Irmandade dos Clérigos, 2013, fig. 214.

dade. Ora, o retrato existente na Irmandade dos Clérigos é o típico retrato de benfeitor da época, com António da Cunha Barbosa a meio corpo, sentado numa cadeira. Porém, o retrato existente na Ordem Terceira de São Francisco apresenta António da Cunha Barbosa de pé, com o hábito dos Terceiros Franciscanos. Não se vê qualquer cadeira, mas sim uma cortina escura do lado esquerdo – recurso que era muito usado pelos pintores de retrato, quer os dessa época, quer os de épocas anteriores. Este retrato é também da autoria de João de Almeida Santos, que assinou “*J. d’Almeida Santos*”, ao passo que assinou “*Almeida Santos*” no dos Clérigos. Em ambos, o pintor indicou que o retrato fora pintado “*de farto*”. Vê-se perfeitamente que se trata do mesmo rosto, apesar das diferenças na vestimenta e no enquadramento, assim como na pose do retratado. No caso do retrato da Irmandade dos Clérigos, atendendo ao contraste entre o fundo monocromático e algo frio, e o encarnado do estofo do espaldar da cadeira, nota-se semelhanças com um outro retrato, este de grupo, pintado por João de Almeida Santos uns anos mais tarde e pertencente à Misericórdia do Porto³⁷. Aliás, Almeida Santos executou algumas dezenas de retratos para a Misericórdia do Porto a partir de 1835 e durante mais de trinta anos³⁸. Também pintou para a Irmandade da Lapa e para a Ordem Terceira do Carmo, assim como para a Escola Médico-Cirúrgica. Em 1845, há referência a ter exposto na Academia Portuense de Belas Artes os retratos do Presidente da Relação do Porto e do Padre Vilaça Bacelar³⁹. João de Almeida Santos chegou a leccionar na Academia Portuense de Belas Artes, como substituto.

Infelizmente, não nos foi possível localizar em tempo útil o retrato de António da Cunha Barbosa que terá sido pintado para o Recolhimento de Nossa Senhora

³⁷ SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – *Jóias, retratos e a iconografia das elites portuguesas de Oitocentos*. “Revista de História da Arte”, n.º 5, Lisboa, 2008, p. 267-268.

³⁸ MORAIS, Maria Antonieta Lopes Vilão Vaz de – *Pintura nos Séculos XVIII e XIX na Galeria de Retratos dos Benfeiteiros da Santa Casa da Misericórdia do Porto*. Dissertação de Mestrado em História de Arte em Portugal apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 2001, Vol. I, p. 145-150. Veja-se também, da mesma autora, “Museu”, 4.ª Série, n.º 25, n.º 146-151.

³⁹ “Revista Universal Lisbonense”, Lisboa, 16 de Outubro de 1846, p. 201-202. Não fica claro qual dos três irmãos Cerqueira Vilaça Bacelar – Jerónimo, António e Manuel – era o retratado, visto que todos eles foram clérigos, embora, em 1845, Manuel ainda estivesse vivo e António havia sido o que falecera mais recentemente. Cf. QUEIROZ, José Francisco Ferreira – *Os Cemitérios do Porto e a arte funerária oitocentista em Portugal. Consolidação da vivência romântica na perpetuação da memória*. Tese de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 2003, Vol. 1, Tomo 1.º, p. 601.



FIGURA 4 • António da Cunha Barbosa, em retrato pertencente à Ordem Terceira de São Francisco.

das Dores e São José⁴⁰. De qualquer modo, o mesmo pintor executou dois outros retratos que merecem menção, pelo paralelismo tipológico com aqueles ilustrados no presente texto. Referimo-nos ao retrato do Conselheiro António Roberto de Oliveira Lopes Branco pertencente à Irmandade da Lapa, que é de corpo inteiro. Ora, Almeida Santos executou uma versão de meio corpo para a Misericórdia do Porto, apresentando a mesma pose, mas com a diferença de uma das mãos estar pousada directamente sobre a mesa, e não sobre dois livros de termos da mesa administrativa – como sucede no retrato patente na galeria da Igreja da Lapa. Também nos dois retratos do Conselheiro Lopes Branco o pintor replicou o rosto, mas alterou alguns elementos, de modo a personalizar a obra em função da instituição que a encomendara. Em todos estes retratos está patente o estilo de Almeida Santos, valorizando as roupas e as jóias (como vários pintores retratistas seus contemporâneos), mas não dando particular atenção aos detalhes anatómicos: os olhares são pouco expressivos, apesar de os olhos estarem bem delineados; as mãos apresentam-se pouco detalhadas; os fundos são algo descurados e quase só servem para realçar a figura retratada, na qual é comum haver contraste entre os tons muito claros das camisas (ou das golas e toucados, no caso de retratos de senhoras) e as demais vestes. Pintor inegavelmente capaz e com talento, Almeida Santos não evidencia, nem o rasgo, nem a originalidade dos artistas de exceção. Apesar disso, as suas obras – e aquelas duas que são objecto deste texto, em particular – apresentam grande relevância sob o ponto de vista histórico e documental.

Refira-se que João de Almeida Santos foi também miniaturista⁴¹. Apesar de ter retratado D. Miguel, e precisamente em miniatura⁴², terá sido um liberal, pois esteve preso na Cadeia da Relação do Porto, em 1828. João de Almeida Santos era natural do Porto e casou com Ana Margarida Rodrigues de Almeida, de quem não ficaram filhos. No seu testamento, João de Almeida Santos manifestou o desejo de ser sepultado na secção privativa da Ordem da Trindade, da qual foi irmão e mesário,

⁴⁰ Pudemos confirmar que não consta hoje do acervo da Fundação Lar Nossa Senhora da Dores e São José do Postigo do Sol. Contudo, não foi possível verificar a hipótese de o retrato ter ficado no edifício original do Recolhimento de Nossa Senhora das Dores e São José, quando este edifício passou a albergar a Universidade Moderna, atendendo à ausência de resposta por parte da instituição de ensino universitário que lhe sucedeu (Universidade Lusófona).

⁴¹ VITORINO, Pedro – *Museus, Galerias e colecções. VIII. Miniaturistas e litógrafos*. “Revista de Guimarães”, n.º 41 (3), Guimarães, Julho – Setembro de 1931, p. 127-133.

⁴² TELLES, Patrícia Delayti – *As miniaturas de “filiação política”: de objetos perigosos ao esquecimento. “Midas”*, n.º 8, 2017. A mesma autora tem no prelo um estudo sobre João de Almeida Santos, intitulado “*João de Almeida Santos (1806-1872) um grande pintor «em pequeno»*”.

tendo sido também irmão da Ordem Terceira de São Francisco e da Ordem do Terço e da Caridade. O aludido testamento evidencia um homem com algumas posses, considerando o recheio da casa e os vários títulos de crédito e acções. Porém, a parte mais interessante do documento com as suas últimas vontades é o legado à Academia Portuense de Belas Artes: “*o meu maniquim e seis retractos pintados por Glama, inclusivé o d'elle próprio*”, além de um esboço de “*Santa Clara afugentando os bárbaros do mosteiro, por Joaquim Raphael*”. Estes quadros eram apenas alguns daqueles que existiam na sua casa da Rua Formosa. Mais quadros foram legados à Viscondessa de Pereira Machado, assim como a outras pessoas nomeadas no testamento⁴³.



FIGURA 5 • Detalhe do retrato de António da Cunha Barbosa pertencente à Ordem Terceira de São Francisco (foto de Cristina Moscatel).

Embora não tenha sido nosso propósito tratar da biografia de João de Almeida Santos, mas tão-somente dos dois retratos de António da Cunha Barbosa aqui ilustrados, importa referir que o artista morreu no Porto a 20 de Junho de 1872, sem filhos, com cerca de 68 anos, sendo dado como viúvo de Ana Margarida Santos e morador na Rua Formosa, n.º 166⁴⁴. Foi sepultado no Cemitério de Agramonte.

⁴³ A.H.M.P., Registo geral de testamentos, Cota: A-PUB/5035, fls. 68v.-71.

⁴⁴ A.D.P.R., Paróquia de Santo Ildefonso, Óbitos, 1972, n.º 201.



Retrato de José Maria Pereira Sénior, pai do pintor-decorador Pereira Cão

Miguel Montez Leal¹

José Maria Pereira Sénior (1804-1888²) foi um militar, 1.º Sargento do Batalhão do Corpo de Artífices Engenheiros, apoiante da causa miguelista e afilhado do General Póvoas. Após a convenção de Évora-Monte veio viver em 1836 para a então vila de Setúbal, onde tinha um irmão padre. Casou com D. Rosalina de Jesus Costa, filha do Major António Luís da Costa e Governador da Fortaleza de S. Filipe em Setúbal. Este casal teve cinco filhos, sendo José Maria Pereira Júnior (Pereira Cão), o único filho varão.

Imagen frontispício

Retrato a óleo de José Maria Pereira Sénior (1804-1888) da autoria de António Félix da Costa e datado de 1888 (coleção privada; direitos reservados de J.V.P.N.).

¹ Investigador no IHA da FCSH Nova, Doutorado e Mestre em História da Arte (com o diploma de especialista em História da Arte Contemporânea), licenciado em História, graus académicos obtidos na mesma Universidade, pós-graduado no Curso de Estudos Europeus – Dominante Jurídica na Universidade Católica Portuguesa e no Ramo de Formação Educacional em História, poeta e genealogista, com obra publicada, autor de diversos livros e papers académicos, ex-professor adjunto-convidado do Ensino Superior Politécnico de Santarém – Escola Superior de Educação. Faz parte do Instituto Português de Heráldica, como membro correspondente, é membro da Associação Portuguesa de Historiadores de Arte e do Centro de Estudos Professor Doutor Joaquim Veríssimo Serrão (sediado em Santarém).

² Veja-se ANTT – Colecção Castilho, cx 5,mc 1, n.º 41. Num excerto de carta de Pereira Cão, ao seu amigo Júlio de Castilho, datada de 19 de Julho de 1912, o artista setubalense afirma: “sou filho d’um artista que militou 13 anos desde 1821 até 1834 – afilhado e protegido do General Póvoas, 1.º Sargento do Corpo de Artífices Engenheiros e convencionado Évora Monte, se refugiou no Solar dos Cãem, Villa Real de Traz os Montes onde então possuía restos d’um património que a sorte da guerra o esbulhou, em 1836 veio residir em Setúbal onde tinha um irmão padre (...) e ahí nasceu este velho que...” A ortografia da época foi mantida na transcrição. A família de Pereira Cão tinha parte das suas origens em Vila Real de Trás-os-Montes. Pereira Cão sabia descender da família de Diogo Cão e mais tarde acrescentou ao seu apelido, e como pseudónimo, este sobrenome antigo e invulgar: os Cam. José Maria Pereira Sénior, a viver já em Setúbal, teve de reiniciar a sua vida, sendo mestre-de- obras e também pintor-decorador. Fez, também, parte de diversas tertúlias e festas particulares no meio relativamente pequeno do coração histórico da então Vila de Setúbal, tendo uma bonita voz de baixo.

O retrato do militar, e mais tarde, mestre-de-obras, José Maria Pereira Sénior, foi pintado em 1888 e exposto no mesmo ano na Exposição Industrial da Avenida da Liberdade. Apresenta o pai do conhecido artista, José Maria Pereira Cão (1841-1921).

É da autoria do pintor António Félix da Costa (1845-1922), amigo de Pereira Cão (o artista setubalense pintara a residência do irmão deste, José Félix da Costa, na Avenida da Liberdade)³. A casa de José Félix da Costa⁴, na Avenida da Liberdade fora pintada conjuntamente por António Félix da Costa e Pereira Cão.

António Félix da Costa⁵ nasceu em Lisboa e entrou para a Academia de Belas Artes em 1860. Foi sobretudo um pintor retratista, sendo premiado em todos os concursos anuais. É autor, entre muitos outros trabalhos, dos retratos do Rei D. Luís I, do Rei D. Carlos, de Fontes Pereira de Melo, do Duque de Ávila e Bolama, de António Augusto d'Aguiar, de Deodoro da Fonseca (Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil), do Comendador Vieira da Silva, da sua filha, Alice Félix da Costa, de José Maria Pereira Sénior, de José Maria Pereira Cão, do Barão de Japurá, do Barão de Santo Ângelo, do benemérito António Godinho, do Marquês de Franco e Almodôvar, de Possidónio da Silva, entre muitos outros retratos e variados géneros de pintura.

Este mestre retratista está muito esquecido⁶ e possui uma vasta obra dispersa em Portugal e também no Brasil, onde parece que terá sido muito mais valorizado, tendo recebido nesse vastíssimo país um número considerável de encomendas para retratos de vultos da cultura brasileira.

³ Pereira Cão, conjuntamente com António Félix da Costa, pintaram a fresco, na Avenida da Liberdade, a casa de José Félix da Costa, irmão do último artista. Veja-se a tese de doutoramento em História da Arte Contemporânea de Miguel Montez Leal, *O Ressurgimento da Pintura Decorativa nos Interiores Palacianos Lisboetas: da Regeneração às Vésperas da República (1851-1910)*, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2014, p. 228.

⁴ José Félix da Costa, irmão de António, foi um comerciante e director da Companhia de Seguros Fidelidade e do Banco de Portugal. Veja-se a referência a esta personalidade em Pereira, João Esteves e Rodrigues, *Guilherme; Portugal: dicionário histórico, chorográfico, heráldico, biográfico, bibliográfico, numismático e artístico*, J. Romano Torres, Vol. II, 1906, p. 1174. Curiosamente, João Manuel Esteves Pereira era filho do primeiro casamento de José Maria Pereira Cão.

⁵ Veja-se a biografia de António Félix da Costa no dicionário supracitado, Vol. II, 1906, p. 1174, onde é feita referência ao retrato de José Maria Pereira Sénior e a exposição onde foi apresentado.

⁶ O artista António Félix da Costa encontra-se muito esquecido e poucas vezes é mencionado nos estudos de História de Arte. A sua obra encontra-se dispersa por diversos edifícios do Estado, casas particulares, em Portugal e no Brasil. Não tenho conhecimento de nenhum trabalho de fundo sobre este artista nos últimos trinta anos. António Félix da Costa merece, mais do que uma entrada de enciclopédia, uma tese de mestrado ou de doutoramento e, até agora, creio que nenhum historiador se abalçou a essa difícil tarefa.

A moldura é elaborada e forrada a folha de ouro. O retrato de feição plenamente realista apresenta-nos um personagem de sobrolho carregado, vestido de sobrecasaca negra, impoluta e bem engomada, assim como uma camisa branca pontuada por um grande *papillon negro*. Na época, José Maria Pereira Sénior cumpria 84 anos. O fundo é em *claro oscuro* com matizes acastanhados de forma destacar o vulto representado. É um retrato afirmativo que omite cenários, uma profissão, cortinas aveludadas e brasões de antepassados. É a individualidade e a sua circunstância. O pai de Pereira Cão, ficara viúvo de D. Rosalina de Jesus Costa e viera viver para Lisboa para junto do seu filho e da sua vasta descendência (16 filhos de um primeiro casamento, os Esteves Pereira e 18 de um segundo, os Coelho Pereira, ou Sousa Pereira), de forma, também, a poder ajudá-lo.

Como vivera grande parte da sua vida em Setúbal, foi um setubalense adoptivo e veio a falecer em Lisboa, na Freguesia de Santos-o-Velho, na Rua da Esperança, em casa do seu filho José Maria Pereira Cão, com a idade de 84 anos⁷.

A mensagem e memória familiar que chegou aos nossos dias

A parte traseira da tela foi escrita com a caligrafia esmerada de Pereira Cão, e datada de 20 de Setembro de 1896, ou seja, oito anos após a feitura do quadro por António Félix da Costa e da morte do pai de Pereira Cão. Sublinha o desejo de perpetuidade da memória desta família e da sua “linhagem”.

⁷ Veja-se o registo de óbito de José Maria Pereira Sénior: ANTT, Lisboa, Freguesia de Santos-o-Velho, Óbitos, Livro 23-O (1887-1888) em que se afirma que faleceu, sem sacramentos, a 14 de Janeiro de 1888, com a idade de 84 anos, viúvo de Rosalina de Jesus Pereira, quando, de facto, o nome da sua mulher é Rosalina de Jesus Costa (foi baptizada em Lisboa, na Freguesia de Nossa Senhora da Ajuda, em 1809). À data do seu falecimento, José Maria Pereira Sénior, vivia em casa do seu filho, em Lisboa, na Rua da Esperança, número 171, 1.º andar.

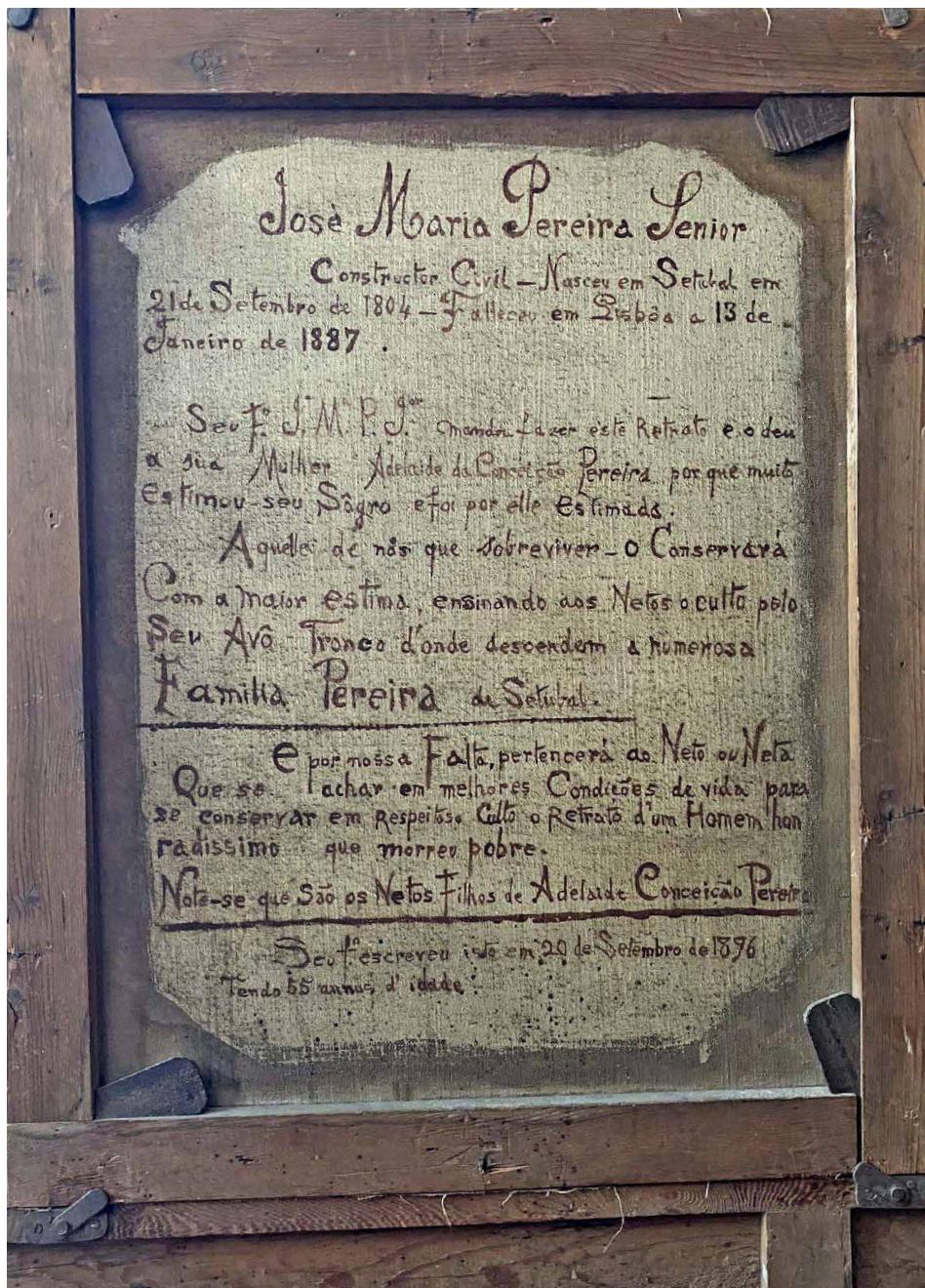


FIGURA 2 · Parte traseira da tela que retrata José Maria Pereira Sénior.
Apresenta uma descrição genealógica e contém um recado para os vindouros
descendentes desta família (coleção privada; direitos reservados de J.V.P.N.).

Transcrição da mensagem que se encontra na traseira da tela:

“José Maria Pereira Senior

Constructor civil – Nasceu em Setubal em Setembro de 1804 – faleceu em Lisboa a 13 de Janeiro de 1887⁸. Seu F. J.M.P. Jor mandou fazer este retrato e o deu a sua mulher Adelaide da Conceição Pereira por que muito estimou seu Sôgro e foi por elle estimada. Aquele de nós que sobreviver – o conservará com a maior estima, ensinando aos Netos o culto pelo seu Avô tronco d’onde descendem a numerosa Família Pereira de Setubal.

E por nossa Falta, pertencerá ao Neto ou Neta Que se encontre em melhores condições de vida para se conservar em respeitoso Culto ao Retrato d’um Homem honradíssimo que morreu pobre.

Note-se que são os Netos Filhos de Adelaide da Conceição Pereira.

Seu f.o escreveu isto em 20 de Setembro de 1896 tendo 55 annos d’idade”.

⁸ Pereira Cão terá tido um lapso de memória, pois o seu pai faleceu em 1888 e não em 1887. Adelaide da Conceição Pereira foi a sua segunda mulher e mãe de dezoito filhos. No final da sua vida estava em cadeira de rodas, pois o seu corpo certamente não se pode restabelecer de tantos partos. Faleceria em 1920, com a idade de 59 anos. O seu marido faleceu em 1921, com a idade de 79 anos, tendo sido pai de 34 filhos.



SAUDADE PERPÉTUA